

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	7
Demonstração do Resultado	10
Demonstração do Resultado Abrangente	12
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	13

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	15
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	16
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	17
Demonstração de Valor Adicionado	18

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	20
Balanço Patrimonial Passivo	22
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	26

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	29
DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011	30
DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010	31
Demonstração de Valor Adicionado	32

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	34
Notas Explicativas	70
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	352
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	355

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	357

Índice

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	359
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	360
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	361

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.865.417.020
Preferenciais	0
Total	2.865.417.020
Em Tesouraria	
Ordinárias	20.200.047
Preferenciais	0
Total	20.200.047

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião de Diretoria	27/11/2012	Juros sobre Capital Próprio	28/12/2012	Ordinária		0,29718
Reunião de Diretoria	13/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	22/05/2012	Ordinária		0,29328
Reunião de Diretoria	02/05/2012	Dividendo	22/05/2012	Ordinária		0,06331
Reunião de Diretoria	16/06/2012	Juros sobre Capital Próprio	23/07/2012	Ordinária		0,29675
Reunião de Diretoria	07/08/2012	Dividendo	31/08/2012	Ordinária		0,12237
Reunião de Diretoria	28/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	20/09/2012	Ordinária		0,28582
Reunião de Diretoria	06/11/2012	Dividendo	26/11/2012	Ordinária		0,10693
Reunião de Diretoria	07/02/2012	Dividendo	29/02/2012	Ordinária		0,15445
Reunião de Diretoria	13/12/2011	Juros sobre Capital Próprio	02/03/2012	Ordinária		0,27742
Reunião de Diretoria	19/02/2013	Dividendo	14/03/2013	Ordinária		0,25806

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	1.049.283.624	890.352.257	737.497.177
1.01	Ativo Circulante	585.819.632	518.716.710	423.727.363
1.01.01	Disponibilidades	11.189.103	9.227.217	9.397.247
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	220.109.792	160.955.700	109.929.317
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	181.609.120	132.234.087	78.628.740
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	38.500.672	28.721.613	31.300.577
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	38.257.904	38.595.673	40.722.362
1.01.03.01	Carteira Própria	21.520.600	21.749.007	17.355.563
1.01.03.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	15.598.409	16.208.777	22.532.857
1.01.03.03	Vinculados ao Banco Central	16	16	15
1.01.03.04	Vinculados à Prestação de Garantias	830.017	84.496	130.860
1.01.03.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	308.862	553.377	703.067
1.01.04	Relações Interfinanceiras	82.619.938	93.272.906	86.287.448
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	14.211	27.327	129.007
1.01.04.02	Créd. Vin. Depósitos no Banco Central	79.509.305	90.736.391	83.928.847
1.01.04.03	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	156.002	123.644	74.520
1.01.04.04	Créd. Vin. Sistema Financeiro de Habitação	2.042.906	1.925.807	1.792.898
1.01.04.05	Repasse Interfinanceiros	508	12.881	2.718
1.01.04.06	Correspondentes	897.006	446.856	359.458
1.01.05	Relações Interdependências	467.615	335.167	258.144
1.01.05.01	Transferências Internas de Recursos	467.615	335.167	258.144
1.01.06	Operações de Crédito	157.763.669	152.464.403	120.368.657
1.01.06.01	Setor Público	1.224.240	5.633.082	3.229.361
1.01.06.02	Setor Privado	164.543.109	154.626.514	124.363.469
1.01.06.03	Provisão para Operações de Crédito	-8.003.805	-7.795.193	-7.224.173
1.01.06.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	125	0	0
1.01.07	Operações de Arrendamento Mercantil	11.811	18.942	18.227
1.01.07.01	Setor Público	11.811	18.942	18.227

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.01.08	Outros Créditos	74.259.209	62.322.583	55.245.556
1.01.08.01	Créditos por Avais e Fianças Honrados	107.456	76.698	75.303
1.01.08.02	Carteira de Câmbio	15.381.834	17.169.064	9.936.710
1.01.08.03	Rendas a Receber	2.610.369	2.015.615	1.431.206
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	14.193	97.264	78.741
1.01.08.06	Diversos	56.977.892	43.831.069	44.611.607
1.01.08.08	Provisão para Outros Créditos	-832.535	-867.127	-888.011
1.01.09	Outros Valores e Bens	1.140.591	1.524.119	1.500.405
1.01.09.01	Bens Não de Uso Próprio e Materiais em Estoque	333.183	289.523	291.787
1.01.09.02	Provisão para Desvalorizações	-175.237	-170.279	-169.506
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	982.645	1.404.875	1.378.124
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	426.906.721	336.701.838	284.935.139
1.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	22.199.005	16.617.249	4.785.325
1.02.01.01	Aplicações no Mercado Aberto	284.479	0	0
1.02.01.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.914.526	16.617.249	4.785.325
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	63.219.786	66.446.845	56.542.795
1.02.02.01	Carteira Própria	33.602.337	24.302.592	30.617.318
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	26.597.913	38.598.302	23.145.800
1.02.02.03	Vinculados ao Banco Central	51.443	47.406	42
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	2.712.130	3.353.143	2.648.397
1.02.02.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	255.963	145.402	131.238
1.02.03	Relações Interfinanceiras	125.681	52.584	83.378
1.02.03.01	Créd. Vin. Tesouro Nacional - Crédito Rural	23.282	550	46.644
1.02.03.02	Repasse Interfinanceiros	102.399	52.034	36.734
1.02.05	Operações de Crédito	278.615.286	195.612.261	170.927.298
1.02.05.01	Setor Público	11.570.315	2.782.299	3.921.148
1.02.05.02	Setor Privado	277.297.948	201.715.407	175.609.950
1.02.05.03	Provisão para Operações de Crédito	-10.342.265	-8.885.445	-8.603.800

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.02.05.04	Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	89.288	0	0
1.02.06	Operações de Arrendamento Mercantil	477	11.039	26.246
1.02.06.01	Setor Público	477	11.039	26.246
1.02.07	Outros Créditos	61.514.911	55.349.386	50.524.101
1.02.07.01	Rendas a Receber	32.555	31.151	30.228
1.02.07.02	Créditos Específicos	1.263.075	1.146.328	1.029.638
1.02.07.03	Provisão para Outros Créditos	-531.078	-626.848	-591.049
1.02.07.04	Carteira de Câmbio	266	0	1.585.804
1.02.07.05	Negociação e Intermediação de Valores	247.298	0	0
1.02.07.06	Diversos	60.502.795	54.798.755	48.469.480
1.02.08	Outros Valores e Bens	1.231.575	2.612.474	2.045.996
1.02.08.01	Despesas Antecipadas	1.231.575	2.612.474	2.045.996
1.03	Ativo Permanente	36.557.271	34.933.709	28.834.675
1.03.01	Investimentos	21.973.121	20.241.221	17.641.326
1.03.01.02	Participações em Controladas	21.912.031	20.188.911	17.447.885
1.03.01.02.01	No País	19.304.497	18.001.094	16.439.714
1.03.01.02.02	No Exterior	2.607.534	2.187.817	1.008.171
1.03.01.03	Participações em Coligadas e Equiparadas	41.577	33.839	158.661
1.03.01.04	Outros Investimentos	68.764	67.717	86.135
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-49.251	-49.246	-51.355
1.03.02	Imobilizado de Uso	5.760.635	5.062.238	4.610.729
1.03.02.01	Imóveis de Uso	3.996.388	4.232.214	3.687.187
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	8.666.137	7.437.965	6.823.602
1.03.02.03	Depreciação Acumulada	-6.901.890	-6.607.941	-5.900.060
1.03.04	Intangível	8.769.543	9.515.802	6.327.609
1.03.04.01	Ativos Intangíveis	13.249.326	14.539.108	10.099.437
1.03.04.02	Amortização Acumulada	-4.479.783	-5.023.306	-3.771.828
1.03.05	Diferido	53.972	114.448	255.011

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	1.649.247	2.003.489	2.061.656
1.03.05.02	Amortização Acumulada	-1.595.275	-1.889.041	-1.806.645

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	1.049.283.624	890.352.257	737.497.177
2.01	Passivo Circulante	670.456.746	572.481.618	505.211.636
2.01.01	Depósitos	342.814.617	291.937.609	284.318.438
2.01.01.01	Depósitos à Vista	72.958.427	60.371.172	63.295.580
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	117.744.043	100.109.839	89.287.840
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	16.730.889	16.242.031	19.664.373
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	135.381.258	115.214.567	111.660.899
2.01.01.05	Outros Depósitos	0	0	409.746
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	200.237.562	172.149.993	120.389.184
2.01.02.01	Carteira Própria	40.867.670	51.969.513	43.663.028
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	159.369.892	120.180.480	76.726.156
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	23.026.715	14.210.883	1.772.857
2.01.03.01	Recursos Letras Imobiliárias, Hipotecárias, Créd. e Sim.	14.573.365	10.082.293	483.439
2.01.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	8.453.350	4.128.590	1.289.418
2.01.04	Relações Interfinanceiras	24.456	24.275	18.109
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	339	24	486
2.01.04.02	Correspondentes	24.117	24.251	17.623
2.01.05	Relações Interdependências	5.160.084	3.757.975	3.671.766
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	5.157.790	3.755.254	3.667.418
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	2.294	2.721	4.348
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	13.784.386	8.368.049	13.103.563
2.01.06.01	Empréstimos no Exterior	13.784.386	8.368.049	13.103.563
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	16.710.092	16.089.557	20.487.941
2.01.07.02	BNDES	11.279.551	10.074.353	9.129.773
2.01.07.03	Caixa Econômica Federal	895.482	338.253	147.079
2.01.07.04	Finame	3.882.007	3.233.785	3.168.319
2.01.07.05	Outras Instituições	653.052	2.443.166	8.042.770
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	804	13.114	112.178

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.01.09	Outras Obrigações	68.698.030	65.930.163	61.337.600
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	646.621	1.510.251	2.426.655
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	350.729	290.338	232.021
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	12.075.195	16.044.850	11.458.085
2.01.09.04	Sociais e Estatutárias	1.648.250	2.044.016	1.826.050
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciárias	19.016.935	17.444.318	19.041.535
2.01.09.06	Negociação e Intermediação de Valores	326.172	337.664	185.325
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	3.121.529	2.002.989	1.469.280
2.01.09.08	Dívidas Subordinadas	0	0	14.941
2.01.09.09	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	242.577	48.479	55.746
2.01.09.10	Diversas	31.270.022	26.207.258	24.627.962
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	312.678.713	259.393.319	181.507.564
2.02.01	Depósitos	117.886.156	136.867.133	84.368.330
2.02.01.01	Depósitos Interfinanceiros	2.240.244	1.897.876	2.358.347
2.02.01.02	Depósitos a Prazo	115.645.912	134.969.257	82.009.983
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	9.277.362	8.052.259	5.869.643
2.02.02.01	Carteira Própria	1.735.163	2.276.226	1.896.616
2.02.02.02	Carteira de Terceiros	7.542.199	5.776.033	3.973.027
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	35.066.493	7.928.806	5.258.702
2.02.03.01	Recursos de Letras Imob, Hip, de Crédito e Similares	21.894.575	352.199	0
2.02.03.02	Obrigações por TVM no Exterior	13.171.918	7.576.607	5.258.702
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	18.769.719	15.117.096	2.285.851
2.02.06.01	Empréstimos no Exterior	18.769.719	15.117.096	2.285.851
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	44.241.940	31.732.731	26.765.071
2.02.07.01	Tesouro Nacional	633.638	1.643.963	1.512.821
2.02.07.02	BNDES	29.004.561	17.153.628	15.807.991
2.02.07.04	Finame	14.603.741	12.935.140	9.444.259
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	3.503.966	274.294	413.962

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2.02.09	Outras Obrigações	83.933.077	59.421.000	56.546.005
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	1.522.373	330.224	466.762
2.02.09.02	Carteira de Câmbio	12.827.792	12.281.341	17.600.976
2.02.09.03	Fiscais e Previdenciárias	6.119.049	5.477.282	4.049.364
2.02.09.04	Negociação e Intermediação de Valores	1.150.106	1.139.599	1.191.321
2.02.09.05	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	1.967.079	1.999.266	2.099.107
2.02.09.06	Operações Especiais	2.126	2.117	0
2.02.09.07	Dívidas Subordinadas	37.184.155	27.189.053	19.945.681
2.02.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	14.819.786	2.799.522	3.315.537
2.02.09.09	Diversas	8.340.611	8.202.596	7.877.257
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	371.369	328.630	282.236
2.05	Patrimônio Líquido	65.776.796	58.148.690	50.495.741
2.05.01	Capital Social Realizado	48.400.000	33.122.569	33.077.996
2.05.01.01	De Domiciliados no País	39.467.977	27.984.894	27.427.230
2.05.01.02	De Domiciliados no Exterior	8.932.023	5.137.675	5.650.766
2.05.02	Reservas de Capital	1	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	4.645	4.730	6.241
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	4.645	4.730	6.241
2.05.04	Reservas de Lucro	15.951.796	24.297.549	16.944.069
2.05.04.01	Legal	4.112.056	3.496.562	2.884.196
2.05.04.02	Estatutária	12.300.988	20.800.988	14.060.128
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	-461.248	-1	-255
2.05.04.07.01	Ações em Tesouraria	-461.248	-1	-255
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.420.354	723.842	467.435
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	1.420.354	723.842	467.435

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	90.745.179	90.080.002	71.400.839
3.01.01	Operações de Crédito	58.982.243	55.075.090	46.618.034
3.01.02	Operações de Arrendamento Mercantil	19.961	21.996	40.372
3.01.03	Resultado de Operações com TVM	26.142.978	28.598.042	21.574.907
3.01.04	Resultado de IFD	-482.309	-515.152	-1.231.410
3.01.05	Resultado de Operações de Câmbio	4.242	0	977.066
3.01.06	Resultado das Aplicações Compulsórias	5.799.435	6.900.026	3.421.870
3.01.07	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	278.629	0	0
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-65.601.453	-66.871.903	-48.409.415
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-46.623.129	-49.106.244	-35.437.679
3.02.02	Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	-7.951.070	-6.963.995	-3.391.835
3.02.03	Operações de Arrendamento Mercantil	-17.692	-17.058	-34.487
3.02.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	-582.944	0
3.02.05	Provisão p/ Créditos de Liquidação Duvidosa	-11.008.155	-10.201.662	-9.545.414
3.02.06	Operações de venda ou de Transferência de Ativos Fin	-1.407	0	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	25.143.726	23.208.099	22.991.424
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-9.557.192	-5.935.959	-5.942.816
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	15.243.580	13.725.297	12.065.231
3.04.02	Despesas de Pessoal	-14.798.015	-13.610.639	-12.155.360
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-14.407.208	-12.028.035	-11.572.155
3.04.04	Despesas Tributárias	-3.249.378	-3.214.770	-2.960.769
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	10.521.311	11.784.868	12.004.722
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-5.748.982	-5.613.410	-6.198.451
3.04.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	2.881.500	3.020.730	2.873.966
3.05	Resultado Operacional	15.586.534	17.272.140	17.048.608
3.06	Resultado Não Operacional	1.237.541	176.187	190.504
3.06.01	Receitas	1.338.482	276.320	286.060
3.06.02	Despesas	-100.941	-100.133	-95.556

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	16.824.075	17.448.327	17.239.112
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-4.949.641	-4.274.920	-5.001.012
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-3.075.969	-2.644.414	-3.045.120
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-1.873.672	-1.630.506	-1.955.892
3.09	IR Diferido	2.015.123	637.084	1.020.220
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-1.579.687	-1.563.161	-1.500.227
3.10.01	Participações	-1.579.687	-1.563.161	-1.500.227
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	12.309.870	12.247.330	11.758.093
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	4,30226	4,28018	4,33562

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	12.309.870	12.247.330	11.758.093
4.02	Outros Resultados Abrangentes	696.512	256.407	197.271
4.03	Resultado Abrangente do Período	13.006.382	12.503.737	11.955.364

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	929.324	17.716.284	-13.323.389
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	16.824.075	17.448.327	17.239.112
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-24.169.366	-5.492.801	-38.283.268
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-51.391.405	-52.386.541	40.525.803
6.01.02.02	TVM para Negociação e IFD	5.173.484	-3.282.238	2.459.541
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras e Interdependências	622.627	-131.768	-59.408.439
6.01.02.04	Operações de Crédito	-99.373.647	-66.515.124	-57.209.481
6.01.02.05	Operações de Arrendamento Mercantil	17.693	14.492	16.302
6.01.02.06	Outros Créditos Líquidos dos Impostos Diferidos	-12.487.214	-7.551.267	-13.576.075
6.01.02.07	Outros Valores e Bens	2.920.525	-583.345	-1.601.228
6.01.02.08	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-2.892.868	-3.408.970	-4.992.276
6.01.02.09	Depósitos	31.896.031	60.117.974	38.582.012
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	29.312.672	53.943.425	-23.261.984
6.01.02.11	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	35.953.519	15.108.130	4.460.062
6.01.02.12	Obrigações por Empréstimos e Repasses	25.416.066	8.426.275	21.560.572
6.01.02.13	Outras Obrigações	-606.674	-2.482.694	14.128.599
6.01.02.14	Resultados de Exercícios Futuros	42.739	46.394	33.324
6.01.02.15	Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	11.227.086	-6.807.544	0
6.01.03	Outros	8.274.615	5.760.758	7.720.767
6.01.03.01	Provisão p/ Crédito, Arrend. Mercantil e Outros Créditos	11.008.155	10.201.662	9.545.414
6.01.03.02	Depreciações e Amortizações	3.297.547	3.255.128	3.136.697
6.01.03.03	Result. na Avaliação do Valor Recuperável de Ativos	2.255	-3.274	14.932
6.01.03.04	Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	-2.881.500	-3.020.730	-2.873.966
6.01.03.05	Lucro/Prejuízo na Alienação de Valores e Bens	-1.168.680	-11.354	-43.911
6.01.03.06	Lucro na Alienação de Invest./Participação Societária	-1.236	-104.653	-117.166
6.01.03.07	Ganho/Perda de Capital	21.551	22.198	21.814
6.01.03.08	Resultado da Conversão de Moeda Estrangeira	260.993	267.786	-111.534
6.01.03.09	Provisão p/ Desvalorização de Valores e Bens	12.583	4.507	8.914

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.03.10	Amortização de Ágios em Investimentos	589.361	291.526	186.719
6.01.03.11	Provisão p/ Demandas Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.668.104	811.724	802.680
6.01.03.12	Atualização de Ativos e Passivos Atuariais	-3.896.665	-3.773.425	-3.816.028
6.01.03.13	Ef. das Mud. das Taxas de Câmbio em Caixa e Equiv.	-1.637.853	-2.183.655	963.164
6.01.03.14	Outros Ajustes	0	3.318	3.038
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-3.581.875	-11.769.307	-8.084.160
6.02.01	TVM Disponíveis para Venda	-3.882.222	-7.694.098	-9.962.648
6.02.02	TVM Mantidos até o Vencimento	3.377.406	2.489.726	7.957.737
6.02.03	Aquisição/Alienação de Imobilizado	-1.605.080	-1.383.286	-1.465.488
6.02.04	Aquisição/Alienação de Investimentos	-1.509.548	-861.647	-3.815.248
6.02.05	Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	1.623.953	1.297.688	2.040.902
6.02.06	Aquisição de Intangíveis/Diferidos	-1.586.384	-4.852.871	-2.839.415
6.02.09	Caixa Líquido pago pela participação no Patagonia	0	-764.819	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16.321.027	2.171.104	5.244.561
6.03.01	Dívidas Subordinadas	9.995.102	7.228.431	3.573.053
6.03.02	Aumento de Capital	0	44.572	7.092.715
6.03.03	Aquisição/Alienação de Ações em Tesouraria	-461.247	254	30.936
6.03.04	Dividendos pagos	-1.278.492	-2.322.470	-2.425.302
6.03.05	Juros sobre o capital próprio pagos	-4.148.698	-2.256.401	-2.881.340
6.03.06	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	12.214.362	-523.282	-145.501
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.637.853	2.183.655	-963.164
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	15.306.329	10.301.736	-17.126.152
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	42.878.095	32.576.359	49.702.511
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.184.424	42.878.095	32.576.359

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	33.122.569	0	4.730	24.297.549	0	723.842	58.148.690
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	33.122.569	0	4.730	24.297.549	0	723.842	58.148.690
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	12.309.870	0	12.309.870
5.05	Destinações	0	0	0	7.392.925	-12.316.873	0	-4.923.948
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-485.652	-1.084.504	0	-1.570.156
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.353.792	0	-3.353.792
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	7.878.577	-7.878.577	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	696.512	696.512
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	696.512	696.512
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	15.277.431	0	0	-15.277.431	0	0	0
5.08.01	Capitalização de Reservas	15.277.431	0	0	-15.277.431	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	1	0	-461.247	0	0	-461.246
5.12	Outros	0	0	-85	0	7.003	0	6.918
5.12.01	Realização de Reserva de Reavaliação em Colig./Contr.	0	0	-85	0	85	0	0
5.12.02	Dividendeos/JCP Prescritos	0	0	0	0	6.918	0	6.918
5.13	Saldo Final	48.400.000	1	4.645	15.951.796	0	1.420.354	65.776.796

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	33.077.996	0	6.241	16.944.069	0	467.435	50.495.741
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	33.077.996	0	6.241	16.944.069	0	467.435	50.495.741
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	12.247.330	0	12.247.330
5.05	Destinações	0	0	0	7.353.480	-12.252.413	0	-4.898.933
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-809.738	-1.037.887	0	-1.847.625
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-3.051.308	0	-3.051.308
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	8.163.218	-8.163.218	0	0
5.05.03.01	Reservas Legal e Estatutária	0	0	0	8.163.218	-8.163.218	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	256.407	256.407
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	256.407	256.407
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	44.573	0	0	0	0	0	44.573
5.08.03	Subscrição dos Bônus "C"	44.573	0	0	0	0	0	44.573
5.12	Outros	0	0	-1.511	0	5.083	0	3.572
5.12.01	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	4.755	0	4.755
5.12.02	Realiz. de Res. de Reaval. em Colig/Contr.	0	0	-328	0	328	0	0
5.12.04	Baixa da Reserva de Reavaliação em Colig/Contr.	0	0	-1.183	0	0	0	-1.183
5.13	Saldo Final	33.122.569	0	4.730	24.297.549	0	723.842	58.148.690

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	18.566.919	5.188	6.746	17.270.248	0	270.164	36.119.265
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	2.191	0	2.191
5.03	Saldo Ajustado	18.566.919	5.188	6.746	17.270.248	2.191	270.164	36.121.456
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	11.758.093	0	11.758.093
5.05	Destinações	0	0	0	7.058.365	-11.763.941	0	-4.705.576
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-820.131	-1.482.195	0	-2.302.326
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-2.403.250	0	-2.403.250
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	7.878.496	-7.878.496	0	0
5.05.03.01	Reservas Legal e Estatutária	0	0	0	7.878.496	-7.878.496	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	197.271	197.271
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	197.271	197.271
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	14.511.077	-5.188	0	-7.412.899	0	0	7.092.990
5.08.01	Capitalização de Reservas	7.418.087	-5.188	0	-7.412.899	0	0	0
5.08.02	Oferta Pública de Ações	7.049.900	0	0	0	0	0	7.049.900
5.08.03	Subscrição dos Bônus "C"	42.816	0	0	0	0	0	42.816
5.08.04	Incorporação de Controladas	274	0	0	0	0	0	274
5.12	Outros	0	0	-505	28.355	3.657	0	31.507
5.12.01	Dividendos/JCP Prescritos	0	0	0	0	3.152	0	3.152
5.12.02	Realiz. de Res. de Reaval. em Colig/Contr.	0	0	-505	0	505	0	0
5.12.03	Alienação de Ações em Tesouraria	0	0	0	28.355	0	0	28.355
5.13	Saldo Final	33.077.996	0	6.241	16.944.069	0	467.435	50.495.741

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	99.199.558	99.014.214	78.786.617
7.01.01	Intermediação Financeira	90.745.179	90.080.002	71.400.839
7.01.02	Prestação de Serviços	15.243.580	13.725.297	12.065.231
7.01.03	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	-11.008.155	-10.201.662	-9.545.414
7.01.04	Outras	4.218.954	5.410.577	4.865.961
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-54.593.298	-56.670.241	-38.864.001
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-8.601.499	-7.234.544	-6.783.892
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-498.875	-466.412	-443.480
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.763.637	-1.211.325	-1.077.466
7.03.04	Outros	-6.338.987	-5.556.807	-5.262.946
7.03.04.01	Comunicações	-1.311.483	-1.245.217	-1.181.377
7.03.04.02	Processamento de Dados	-1.046.378	-903.392	-1.006.867
7.03.04.03	Transporte	-1.171.361	-814.798	-702.215
7.03.04.04	Serviços de Vigilância e Segurança	-817.675	-747.377	-668.699
7.03.04.05	Serviços do Sistema Financeiro	-583.181	-493.813	-513.155
7.03.04.06	Propaganda e Publicidade	-356.237	-304.457	-278.514
7.03.04.07	Outras	-1.052.672	-1.047.753	-912.119
7.04	Valor Adicionado Bruto	36.004.761	35.109.429	33.138.724
7.05	Retenções	-3.297.547	-3.255.128	-3.136.697
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.297.547	-3.255.128	-3.136.697
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	32.707.214	31.854.301	30.002.027
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.881.500	3.020.730	2.873.966
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.881.500	3.020.730	2.873.966
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	35.588.714	34.875.031	32.875.993
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	35.588.714	34.875.031	32.875.993
7.09.01	Pessoal	14.353.059	13.354.157	12.057.658
7.09.01.01	Remuneração Direta	9.252.998	8.601.544	7.694.473
7.09.01.02	Benefícios	2.052.148	1.841.280	1.716.280

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.09.01.03	F.G.T.S.	585.402	536.370	502.139
7.09.01.04	Outros	2.462.511	2.374.963	2.144.766
7.09.01.04.01	Participações no Lucro	1.579.687	1.563.161	1.500.227
7.09.01.04.02	Outros Encargos	882.824	811.802	644.539
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.208.539	8.672.248	8.539.506
7.09.02.01	Federais	7.538.292	8.022.032	7.984.837
7.09.02.02	Estaduais	715	971	853
7.09.02.03	Municipais	669.532	649.245	553.816
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	717.246	601.296	520.736
7.09.03.01	Aluguéis	717.246	601.296	520.736
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	12.309.870	12.247.330	11.758.093
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.353.792	3.051.308	2.403.250
7.09.04.02	Dividendos	1.570.156	1.847.625	2.302.326
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	7.385.922	7.348.397	7.052.517

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	1.136.007.475	966.823.068	802.819.795
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	58.185.893	44.309.888	25.219.700
1.01.01	Caixa e Depósitos Bancários	12.690.806	10.492.143	9.816.675
1.01.02	Empréstimos a Instituições Financeiras	24.734.881	23.765.789	14.889.970
1.01.03	Aplicações em Operações Compromissadas	20.760.206	10.051.956	513.055
1.02	Aplicações Financeiras	184.374.004	167.619.990	143.840.090
1.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	171.660.606	152.622.661	127.232.783
1.02.01.01	Títulos para Negociação	74.955.946	68.294.472	52.222.158
1.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	96.704.660	84.328.189	75.010.625
1.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	12.713.398	14.997.329	16.607.307
1.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	12.713.398	14.997.329	16.607.307
1.03	Empréstimos e Recebíveis	686.333.070	546.093.441	442.022.890
1.03.01	Empréstimos a Instituições Financeiras	19.506.603	18.080.702	19.087.463
1.03.02	Aplicações em Operações Compromissadas	168.755.683	128.980.245	84.547.129
1.03.03	Empréstimos a Clientes	498.070.784	399.032.494	338.388.298
1.04	Tributos Diferidos	23.207.257	20.418.323	19.568.233
1.04.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.207.257	20.418.323	19.568.233
1.05	Outros Ativos	158.989.214	163.676.931	151.588.693
1.05.01	Ativos Não Correntes a Venda	208.440	114.388	97.292
1.05.03	Outros	158.780.774	163.562.543	151.491.401
1.05.03.01	Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	80.097.865	93.689.987	87.055.947
1.05.03.02	Ativos por Impostos Correntes	9.867.532	8.300.248	9.992.106
1.05.03.03	Outros Ativos	68.815.377	61.572.308	54.443.348
1.06	Investimentos	163.723	514.206	1.184.775
1.06.01	Participações em Coligadas	163.723	514.206	1.184.775
1.07	Imobilizado	7.299.814	6.194.386	5.553.136
1.07.01	Imobilizado de Uso	7.299.814	6.194.386	5.553.136
1.08	Intangível	17.454.500	17.995.903	13.842.278

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
1.08.01	Intangíveis	14.012.623	15.197.910	11.443.794
1.08.02	Goodwill	3.441.877	2.797.993	2.398.484

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2012	Penúltimo Exercício 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	1.136.007.475	966.823.068	802.819.795
2.02	Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	3.826.743	3.972.855	5.202.303
2.03	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	907.567.603	774.043.490	626.475.389
2.03.01	Depósitos de Clientes	455.515.199	429.177.263	359.301.399
2.03.02	Valores a Pagar a Instituições Financeiras	16.789.823	14.625.350	19.796.775
2.03.03	Obrigações por Operações Compromissadas	225.786.871	195.204.879	142.199.028
2.03.04	Obrigações de Curto Prazo	10.957.818	12.988.608	8.963.222
2.03.05	Obrigações de Longo Prazo	198.517.892	122.047.390	96.214.965
2.04	Provisões	8.838.985	6.980.208	6.904.250
2.05	Passivos Fiscais	12.686.360	11.037.210	11.293.729
2.05.01	Passivos por Impostos Correntes	5.796.322	4.371.432	5.967.967
2.05.02	Passivos por Impostos Diferidos	6.890.038	6.665.778	5.325.762
2.06	Outros Passivos	133.189.555	107.520.081	98.525.187
2.06.01	Passivos por Contrato de Seguros e Previdência Complementar	55.843.298	41.643.461	30.244.136
2.06.02	Outros Passivos	77.346.257	65.876.620	68.281.051
2.08	Patrimônio Líquido Consolidado	69.898.229	63.269.224	54.418.937
2.08.01	Capital Social Realizado	48.400.000	33.122.569	33.077.996
2.08.02	Reservas de Capital	-461.107	139	-452
2.08.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	141	140	0
2.08.02.05	Ações em Tesouraria	-461.248	-1	-452
2.08.04	Reservas de Lucros	16.132.047	24.121.303	16.889.417
2.08.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.468.983	4.428.266	3.872.662
2.08.08	Outros Resultados Abrangentes	1.484.585	877.669	477.540
2.08.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	873.721	719.278	101.774

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	107.931.378	106.919.760	85.143.206
3.01.01	Receita de Juros	107.931.378	106.919.760	85.143.206
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-72.210.784	-69.976.075	-50.775.741
3.02.01	Despesa de Juros	-59.355.538	-61.403.710	-43.061.187
3.02.02	Despesa com Provisão para Perdas em Empréstimos	-12.846.077	-8.572.365	-7.714.554
3.02.03	Despesa com Provisão para Perdas em Empréstimos a instituições financeiras	-9.169	0	0
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	35.720.594	36.943.685	34.367.465
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-20.450.702	-19.148.430	-17.816.599
3.04.02	Despesas de Pessoal	-17.782.767	-16.634.088	-14.634.468
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-10.613.275	-9.063.824	-8.491.452
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	30.642.304	28.105.433	23.855.006
3.04.05.01	Receita Líquida de Tarifas e Comissões	18.106.867	15.162.111	13.602.500
3.04.05.02	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos/Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	-733.911	-885.327	-2.175.394
3.04.05.03	Ganhos/(Perdas) Líquidos sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	449.355	445.191	364.147
3.04.05.04	Ganhos/(Perdas) Líquidos em Coligadas	45.925	150.191	127.620
3.04.05.05	Resultado com Operações de Seguro e Previdência Complementar	2.525.518	2.399.452	1.928.181
3.04.05.06	Outras Receitas	10.248.550	10.833.815	10.007.952
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-22.696.964	-21.555.951	-18.545.685
3.04.06.01	Amortização de Ativos Intangíveis	-3.261.251	-3.107.960	-2.948.594
3.04.06.02	Depreciação	-1.092.367	-1.098.525	-1.013.015
3.04.06.03	Outras Despesas	-18.343.346	-17.349.466	-14.584.076
3.05	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	15.269.892	17.795.255	16.550.866
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-3.831.692	-5.058.343	-5.220.521
3.06.01	Corrente	-6.859.826	-4.740.626	-6.272.346
3.06.02	Diferido	3.028.134	-317.717	1.051.825
3.07	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.438.200	12.736.912	11.330.345
3.09	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	11.438.200	12.736.912	11.330.345
3.09.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.245.922	12.681.922	11.296.009

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
3.09.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	192.278	54.990	34.336
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	3,93	4,43	4,17
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	3,93	4,42	4,14

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	11.438.200	12.736.912	11.330.345
4.02	Outros Resultados Abrangentes	606.916	400.129	167.832
4.02.01	Ganhos/(Perdas) Líquidos não Realizados	1.483.519	947.042	643.867
4.02.02	Reclassificação de Ganhos sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda Realizados no Exercício	-449.355	-445.191	-364.147
4.02.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Relacionados aos Outros Resultados não Realizados	-414.618	-200.740	-111.888
4.02.04	Ajuste de conversão de investimento no exterior	-15.010	99.018	0
4.02.05	Reclassificação de Ganhos realizados sobre hedge de investimentos líquidos no exterior	2.380	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	12.045.116	13.137.041	11.498.177
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.852.838	13.082.051	11.463.841
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	192.278	54.990	34.336

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.734.426	26.786.240	-23.187.520
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	36.034.535	29.368.481	27.917.756
6.01.01.01	Lucro Líquido	11.438.200	12.736.912	11.330.345
6.01.01.02	Efeito da Mudança da Taxa de Câmbio no Caixa ou Equivalentes	-1.632.620	-2.372.270	966.275
6.01.01.03	Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes	15.453.498	11.381.892	10.198.537
6.01.01.04	Imparidade Imobilizado de Uso	298	2.108	1.180
6.01.01.05	Provisão para Desvalorização de Imobilizado de Uso, Disponível para Venda	8.716	4.547	-16.951
6.01.01.06	Provisão para Seguros e Previdência Complementar	14.522.791	9.058.121	7.472.309
6.01.01.07	Outros	-130.738	76.125	-161.040
6.01.01.08	Provisões	1.036.124	-429.361	-710.791
6.01.01.09	Amortização e Perdas em Ativos Intangíveis	3.261.251	3.107.960	2.948.594
6.01.01.10	Depreciação e Amortização em Ativo Imobilizado	1.092.367	1.098.525	1.013.015
6.01.01.11	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	32.397	48.622	32.326
6.01.01.12	Impostos Diferidos	-3.028.134	317.717	-1.053.799
6.01.01.13	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Imobilizado e perdas de capital	-1.122.747	52.412	9.812
6.01.01.14	Ganhos com Aquisições	0	-61.056	0
6.01.01.15	Ganhos ou Perdas Líquidos em Investimentos em Coligadas	-45.925	-150.191	-127.620
6.01.01.16	Ganhos ou Perdas Líquidos na Alienação de Investimentos em Entidades Consolidadas	-64.757	-950.596	-57
6.01.01.17	Ganhos ou Perdas em Conversão dos Investimentos no Exterior	-460.252	-355.088	186.174
6.01.01.18	Ganhos ou Perdas Líquidos na Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-449.355	-445.191	-364.147
6.01.01.19	Imparidade Outros Ativos	20.086	20.718	38.494
6.01.01.20	Atualização de Ativo/Passivo Atuarial	-3.896.665	-3.773.425	-3.844.900
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-27.300.109	-2.582.241	-51.105.276
6.01.02.01	Variação Líquida de Juros de Ativos	-12.575.113	-28.340.001	-14.621.615
6.01.02.02	Variação Líquida de Juros de Passivos	19.223.515	8.427.103	-1.888.859
6.01.02.03	Variação Líquida em Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais	19.225.169	-6.620.211	-62.727.114
6.01.02.04	Variação Líquida em Empréstimos a Instituições Financeiras	-1.241.678	1.196.052	5.054.316
6.01.02.05	Variação Líquida em Aplicações Compromissadas	-34.124.125	-44.031.090	41.396.840

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.01.02.06	Variação Líquida em Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Resultado	-3.184.051	-15.325.462	-11.173.432
6.01.02.07	Variação Líquida em Empréstimos a Clientes	-107.465.692	-46.309.482	-51.363.778
6.01.02.08	Variação Líquida em Ativos não Correntes Disponíveis para Venda	-136.340	93.976	63.731
6.01.02.09	Variação Líquida em Impostos Correntes	-142.614	46.132	-1.592.416
6.01.02.10	Variação Líquida em Impostos Diferidos	407.141	411.229	1.152.272
6.01.02.11	Variação Líquida em Depósitos de Clientes	21.460.283	56.765.957	34.868.627
6.01.02.12	Variação Líquida em Valores a Pagar a Instituições Financeiras	2.012.621	-4.663.494	6.739.995
6.01.02.13	Variação Líquida em Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado	-159.365	-1.305.338	499.699
6.01.02.14	Variação Líquida em Obrigações por Operações Compromissadas	17.139.108	52.347.126	-18.621.278
6.01.02.15	Variação Líquida em Passivos de Curto Prazo	-2.082.200	4.483.922	2.602.586
6.01.02.16	Variação Líquida em Passivos por Contratos de Seguro e Previdência Complementar	-322.953	521.401	7.299.739
6.01.02.17	Variação Líquida em Passivos de Longo Prazo	52.558.272	18.224.078	1.458.735
6.01.02.19	Outras Variações Ativas	-10.239.849	8.180.861	-7.532.094
6.01.02.20	Outras Variações Passivas	12.347.762	-6.685.000	17.278.770
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-13.657.895	-13.489.157	-11.275.837
6.02.01	Compra de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	-22.108.323	-39.019.703	-34.394.346
6.02.02	Vendas de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	11.267.931	32.178.260	24.032.232
6.02.03	Compra de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	-3.836.308	-1.958.539	-3.377.304
6.02.04	Resgate de Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento	4.397.850	1.886.636	8.434.996
6.02.05	Compra de Ativo Imobilizado	-2.788.977	-1.862.198	-1.785.302
6.02.06	Venda de Ativo Imobilizado	594.024	307.980	109.451
6.02.07	Aquisição de Ativos Intangíveis	-2.682.985	-7.001.595	-4.255.455
6.02.08	Baixa de Ativo Intangível	35.848	977.960	3.623
6.02.09	Compra de Investimentos em Coligadas	0	-83.991	-72.789
6.02.10	Venda de Investimentos em Coligadas	69.187	757.617	0
6.02.11	Caixa Líquido Recebido na Alienação da Brasilsaúde	0	0	29.057
6.02.12	Caixa Líquido por Aquisição Banco Patagônia	0	322.706	0
6.02.13	Caixa Líquido por Aquisição oriundo da parceria com a Mapfre	0	5.710	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
6.02.14	Caixa Líquido por Aquisição oriundo da BB Americas	-8.611	0	0
6.02.15	Venda de Imóveis ao Fundo de Investimento Imobiliário	1.402.469	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	17.166.854	3.420.835	29.611.451
6.03.01	Variação de Participação de Não Controladores	-37.835	562.514	-21.497
6.03.02	Contratação de Passivos de Longo Prazo	24.016.640	8.430.932	47.139.422
6.03.03	Liquidação de Passivos de Longo Prazo	-923.514	-1.038.650	-19.320.981
6.03.04	Dividendos ou Juros sobre Capital Próprio Pagos	-5.427.190	-4.578.871	-5.306.642
6.03.05	Investimentos de Capital	0	44.573	7.092.990
6.03.06	Alienação de Ações em Tesouraria	-461.247	197	28.159
6.03.07	Variação da Participação Societária em Controladas	0	140	0
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	1.632.620	2.372.270	-966.275
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.876.005	19.090.188	-5.818.181
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	44.309.888	25.219.700	31.037.881
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.185.893	44.309.888	25.219.700

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	33.122.569	139	24.121.303	4.428.266	877.669	62.549.946	719.278	63.269.224
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	33.122.569	139	24.121.303	4.428.266	877.669	62.549.946	719.278	63.269.224
5.04	Transações de Capital com os Sócios	15.277.431	-461.246	-15.763.084	-4.431.377	0	-5.378.276	-37.835	-5.416.111
5.04.01	Aumentos de Capital	15.277.431	0	-15.277.431	0	0	0	0	0
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-461.246	0	0	0	-461.246	0	-461.246
5.04.10	Dividendos e Juros sobre capital próprio	0	0	-485.653	-4.438.295	0	-4.923.948	0	-4.923.948
5.04.11	Variação na Participação dos não controladores	0	0	0	0	0	0	-37.835	-37.835
5.04.12	Outros	0	0	0	6.918	0	6.918	0	6.918
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.245.922	606.916	11.852.838	192.278	12.045.116
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.245.922	0	11.245.922	192.278	11.438.200
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	606.916	606.916	0	606.916
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-15.010	-15.010	0	-15.010
5.05.02.06	Ajuste de Conversão de investimentos no exterior	0	0	0	0	620.498	620.498	0	620.498
5.05.02.07	Hedge de investimento líquido em operação no exterior	0	0	0	0	1.428	1.428	0	1.428
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.773.828	-7.773.828	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.773.828	-7.773.828	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	48.400.000	-461.107	16.132.047	3.468.983	1.484.585	69.024.508	873.721	69.898.229

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/12/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	33.077.996	-452	16.889.417	3.872.662	477.540	54.317.163	101.774	54.418.937
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	33.077.996	-452	16.889.417	3.872.662	477.540	54.317.163	101.774	54.418.937
5.04	Transações de Capital com os Sócios	44.573	591	-809.992	-4.084.440	0	-4.849.268	562.514	-4.286.754
5.04.01	Aumentos de Capital	44.573	0	0	0	0	44.573	0	44.573
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	254	-254	0	0	0	0	0
5.04.08	Participação Recíproca	0	197	0	0	0	197	0	197
5.04.09	Variação na Participação Societária em Controladas	0	140	0	0	0	140	0	140
5.04.10	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	0	0	-809.738	-4.089.194	0	-4.898.932	0	-4.898.932
5.04.11	Variação na Participação Societária de Acionistas não Controladores	0	0	0	0	0	0	562.514	562.514
5.04.12	Outros	0	0	0	4.754	0	4.754	0	4.754
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	12.681.922	400.129	13.082.051	54.990	13.137.041
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	12.681.922	0	12.681.922	54.990	12.736.912
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	400.129	400.129	0	400.129
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	301.111	301.111	0	301.111
5.05.02.06	Ajuste de Conversão de Investimentos no Exterior	0	0	0	0	99.018	99.018	0	99.018
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.041.878	-8.041.878	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	8.041.878	-8.041.878	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	33.122.569	139	24.121.303	4.428.266	877.669	62.549.946	719.278	63.269.224

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 31/12/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	18.566.919	-31.192	17.301.440	4.285.528	309.708	40.432.403	88.935	40.521.338
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	18.566.919	-31.192	17.301.440	4.285.528	309.708	40.432.403	88.935	40.521.338
5.04	Transações de Capital com os Sócios	14.511.077	30.740	-8.235.611	-3.885.287	0	2.420.919	-21.497	2.399.422
5.04.01	Aumentos de Capital	14.511.077	0	-7.412.899	-5.188	0	7.092.990	0	7.092.990
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	30.937	0	0	0	30.937	0	30.937
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	0	0	-820.131	-3.885.445	0	-4.705.576	0	-4.705.576
5.04.09	Prejuízo na Alienação de Ações em Tesouraria	0	0	-2.581	0	0	-2.581	0	-2.581
5.04.10	Participação Recíproca	0	-197	0	0	0	-197	0	-197
5.04.11	Variação de Participação de Não Controladores	0	0	0	0	0	0	-21.497	-21.497
5.04.12	Outros	0	0	0	5.346	0	5.346	0	5.346
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.296.009	167.832	11.463.841	34.336	11.498.177
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.296.009	0	11.296.009	34.336	11.330.345
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	167.832	167.832	0	167.832
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	167.832	167.832	0	167.832
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	7.823.588	-7.823.588	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	7.823.588	-7.823.588	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	33.077.996	-452	16.889.417	3.872.662	477.540	54.317.163	101.774	54.418.937

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.01	Receitas	125.672.511	126.302.637	101.156.038
7.01.01	Intermediação Financeira	107.646.822	106.479.624	83.331.959
7.01.02	Prestação de Serviços	30.880.935	28.395.378	25.538.633
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-12.855.246	-8.572.365	-7.714.554
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-59.355.538	-61.403.710	-43.061.187
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-23.108.651	-21.004.693	-18.446.199
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-8.109.390	-7.182.062	-6.931.702
7.03.02	Serviços de Terceiros	-1.640.984	-1.167.262	-1.099.385
7.03.04	Outros	-13.358.277	-12.655.369	-10.415.112
7.03.04.01	Despesas Financeiras com Provisões Técnicas de Seguros e Previdência Complementar	-4.108.021	-2.869.340	-2.151.736
7.03.04.02	Despesas Derivadas de Títulos de Capitalização	-2.599.401	-1.930.180	-1.376.268
7.03.04.03	Atualizações de Obrigações Atuarias	-880.863	-995.030	-1.197.951
7.03.04.04	Prêmios Pagos a Clientes	-165.823	-1.446.044	-792.226
7.03.04.05	Atualização de Depósitos em Garantia	-274.870	-424.633	-483.894
7.03.04.06	Falhas em Serviços e Perdas Operacionais	-188.174	-459.663	-263.689
7.03.04.07	Despesas de Obrigações por operações vinculadas à cessão	-36.279	0	0
7.03.04.08	Outras	-5.104.846	-4.530.479	-4.149.348
7.04	Valor Adicionado Bruto	43.208.322	43.894.234	39.648.652
7.05	Retenções	-4.353.618	-4.206.485	-3.961.609
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.353.618	-4.206.485	-3.961.609
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	38.854.704	39.687.749	35.687.043
7.07	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.925	150.191	127.620
7.07.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	45.925	150.191	127.620
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	38.900.629	39.837.940	35.814.663
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	38.900.629	39.837.940	35.814.663
7.09.01	Pessoal	17.782.768	16.634.088	14.494.993
7.09.01.01	Remuneração Direta	12.219.598	11.220.728	9.915.603
7.09.01.02	Benefícios	2.083.301	2.306.540	1.997.664

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Penúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011	Antepenúltimo Exercício 01/01/2010 à 31/12/2010
7.09.01.03	F.G.T.S.	3.479.869	3.106.820	2.581.726
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	8.816.760	9.752.440	9.389.486
7.09.02.01	Federais	7.800.589	8.822.427	8.658.295
7.09.02.02	Estaduais	788	2.739	872
7.09.02.03	Municipais	1.015.383	927.274	730.319
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	862.901	714.501	599.839
7.09.03.01	Aluguéis	862.901	714.501	599.839
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.438.200	12.736.911	11.330.345
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	3.353.792	3.051.308	2.403.250
7.09.04.02	Dividendos	1.570.156	1.847.625	2.302.326
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	6.321.974	7.782.988	6.590.433
7.09.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	192.278	54.990	34.336

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**Índice dos Relatórios da Administração**

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

1. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Brasil relativo ao ano de 2012, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

1. Ambiente Macroeconômico

O exercício 2012 foi marcado pelo aumento da aversão global ao risco. O arrefecimento de importantes economias emergentes (em especial, a chinesa) influenciou a queda nos preços das commodities, potencializando os efeitos adversos sobre as exportações e sobre a atividade econômica do mundo emergente.

A economia brasileira, mesmo que reconhecidamente mais resiliente aos problemas externos, não passou incólume à desaceleração do crescimento mundial, requerendo do Governo a implementação de medidas, tanto fiscais como monetárias e creditícias, de estímulo à economia.

Nessa conjuntura, a inflação desacelerou em relação ao ano anterior, com a variação acumulada em 12 meses do IPCA, encontrando-se dentro do intervalo de metas. A redução da taxa Selic para o histórico patamar de 7,25% a.a. e a queda dos spreads bancários promoveram importante redução do custo dos empréstimos ao tomador final.

2. Destaques do Período

A seguir, em ordem cronológica, alguns eventos que foram destaques no período:

- i) início das atividades do Banco Postal na rede de atendimento BB, no dia 02.01.2012;
- ii) aquisição, em 19.01.2012, da totalidade das ações do EuroBank (atualmente denominado Banco do Brasil Americas), instituição financeira norte-americana;
- iii) autorização do Bacen para classificar como capital de nível I, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida, as emissões de Bônus Perpétuo realizadas em janeiro (US\$ 950 milhões) e março (US\$ 725 milhões) de 2012;
- iv) lançamento, em 04.04.2012, do BOMPRATODOS, uma nova forma de relacionamento entre o BB e seus clientes;
- v) o Banco do Brasil alcançou a marca de R\$ 1 trilhão em ativos, mantendo a conquista durante 2012;
- vi) autorização do Bacen para classificar como capital de nível II R\$ 1,490 bilhão relacionados à emissão de Letra Financeira Subordinada realizada em junho;
- vii) participação do BB, em junho, na Conferência Rio+20 como um dos principais parceiros oficiais;
- viii) o Banco do Brasil, em setembro, foi selecionado, pela primeira vez, para integrar o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI) para o período 2012/2013;
- ix) assinatura de contrato entre o BB e a União, em setembro, pelo qual foi concedido crédito na forma Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, destinado ao financiamento da safra 2012/2013, no valor de R\$ 8,1 bilhões, montante classificado como capital de nível I e II, conforme autorização do Bacen;
- x) criação, em outubro, da Gerência de Negócios com Cooperativas, pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil, alinhada ao “Ano Internacional das Cooperativas” declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU);
- xi) realização, em outubro, da maior captação do BB no mercado externo, por meio da emissão de títulos de dívida de dez anos, que totalizou US\$ 1,925 bilhão;

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

xii) lançamento, em 13.11.2012, do BB Progressivo II – Fundo de Investimento Imobiliário, com valor de oferta de R\$ 1,59 bilhão;

xiii) em continuidade à reorganização societária das atividades de seguros, previdência aberta e capitalização do BB, em novembro, o Conselho de Administração autorizou o início de estudos no sentido de promover a constituição de uma sociedade com a denominação social de BB Seguridade S.A.

3. Planejamento Estratégico para o Período 2013/2017

Para o período 2013/2017, o Banco do Brasil priorizou dois objetivos principais: aumentar sensivelmente sua eficiência e produtividade e gerar resultados sustentáveis por meio de negócios com forte apelo social.

Para aumentar a eficiência e a produtividade, a Empresa passará por profunda revisão e simplificação dos seus principais processos, que resultará em canais, produtos e serviços mais inovadores, convenientes e eficazes, contribuindo para a redução de despesas e consequente geração de resultados aos acionistas.

Os negócios com forte apelo social, como os programas Minha Casa Minha Vida e Microcrédito Produtivo Orientado, continuarão na estratégia do BB, constituindo parte fundamental da missão empresarial do BB de “promover o desenvolvimento sustentável do Brasil”.

4. Desempenho Econômico-Financeiro**4.1 Grandes Números**

O Banco do Brasil registrou em 2012 lucro líquido de R\$ 11,4 bilhões e retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 17,2%. O lucro líquido por ação básico foi de R\$ 3,93 no período.

Os ativos somaram R\$ 1,1 trilhão, crescimento de 17,5% em 12 meses, com retorno sobre ativos de 1,1% em 2012. O patrimônio líquido alcançou R\$ 69,9 bilhões, incremento de 10,5% em 12 meses.

Tabelas – Destaques

R\$ milhões			
Resultado⁽¹⁾	2011	2012	Δ 2011 (%)
Lucro Líquido do Período	12.737	11.438	(10,2)
Receita Líquida de Juros	45.516	48.576	6,7
Receita Líquida de Tarifas e Comissões	15.162	18.107	19,4
Despesas Administrativas ²	(25.698)	(28.396)	10,5

(1) Itens baseados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas em IFRS.

(2) Refere-se à soma de Despesas de Pessoal e Despesas Administrativas.

R\$ bilhões			
Patrimoniais	2011	2012	Δ Dez/11 (%)
Ativos	967	1.136	17,5
Empréstimos a Clientes, Líquido de Provisões	399	498	24,8
Depósitos de Clientes	429	456	6,1
Patrimônio Líquido	63	70	10,5
Índice de Basileia %	13,98	14,83	

Indicadores	2011	2012	Δ 2011 (%)
Lucro por Ação Básico (em R\$)	4,43	3,93	(11,3)
Retorno sobre Ativos %	1,4	1,1	
Retorno sobre Patrimônio Líquido %	21,6	17,2	

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mil			
Dados Estruturais	2011	2012	Δ 2011 (%)
Base de Clientes	56.001	58.551	4,6
Total de Contas Correntes	36.121	37.418	3,6
PF	33.875	35.049	3,5
PJ	2.247	2.369	5,5
Agências	5.263	5.362	1,9
Funcionários	113.810	114.182	0,3

Para informações mais detalhadas sobre o desempenho econômico-financeiro do BB, acesse o Relatório Análise do Desempenho no sítio: www.bb.com.br/ri.

4.2 Desempenho dos Papéis

O valor de mercado do BB foi de R\$ 73,0 bilhões ao final de dezembro/2012. Na carteira teórica do Ibovespa para o quadrimestre jan/13–abr/13, o Banco ocupa a 8ª posição, com 2,934% de participação.

A BBAS3 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa, com volume médio diário de R\$ 156,3 milhões em 2012, contra R\$ 155,2 milhões no mesmo período do exercício anterior, e permanece listada nas carteiras teóricas dos principais índices da bolsa: Ibovespa, Ibrx50, IGC, ISE e Itag.

Ao final de 2012, o Programa de American Depositary Receipt – ADR Nível I do Banco do Brasil apresentou 19,9 milhões de recibos em circulação.

O Banco do Brasil, alinhado à sua prática de reinvestimento de lucros e distribuição de resultado, mantém o *payout* de 40% do lucro líquido, distribuído sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio – JCP, em periodicidade trimestral. Assim, no ano foram destinados R\$ 4,9 bilhões aos acionistas, sendo R\$ 1.570,2 milhões como dividendos e R\$ 3.353,8 milhões na forma de juros sobre o capital próprio. Os 60% remanescentes do lucro foram destinados à Reserva Legal e às Reservas Estatutárias.

4.3 Informações de Coligadas e Controladas

Atendendo ao art. 243 da Lei 6.404/76, o BB informa que os investimentos em sociedades coligadas atingiram R\$ 163,7 milhões em 31 de dezembro de 2012.

5. Rede de Atendimento e Canais

O Banco do Brasil encerrou 2012 com 64,2 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, abrangendo 97,5% dos municípios brasileiros (5.425).

A rede própria contava com 5.362 agências, 13.782 pontos de atendimento e 44.393 terminais de autoatendimento. O BB possui a maior rede de agências do País, com participação de 24,1%.

A rede de correspondentes, identificada pela marca MaisBB, encerrou o período com 11.719 pontos de atendimento e estabelecimentos conveniados, aos quais somam-se os 6.195 pontos do Banco Postal.

Em 2012, o autoatendimento pela internet atingiu a marca de mais de 1.752,5 milhões de transações efetivadas por pessoas físicas, correspondendo a 19,7% do total das transações. Mais de 13,6 milhões de clientes estão habilitados a utilizar o canal.

Por meio do celular foram realizadas 138,8 milhões de operações. O autoatendimento Setor Público pela internet e celular registrou 313,7 milhões de transações realizadas por 21,4 mil usuários e a Central de Atendimento 258,3 milhões de transações pelos 11,1 milhões de clientes.

No período também foi liberado acesso ao Gerenciador Financeiro por meio de dispositivos mobile iPad e Blackberry, somando-se às demais plataformas móveis de conexão já disponíveis, como iPod Touch, iPhone e smartphones com sistema operacional Android. O Gerenciador Financeiro alcançou 301,5 milhões de transações, sendo utilizado por mais de 727,3 mil empresas, principalmente de pequeno porte.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

O Banco inaugurou agências ecoeficientes no bairro de Pirituba, em São Paulo e no bairro de Messejana, em Fortaleza. O projeto reduz impactos ambientais e gera economia de até 20% de energia elétrica e 30% de água, contribuindo para o uso racional dos recursos naturais.

No exterior, o Banco do Brasil conduz operações em 24 países, sendo que, em 21 deles, está presente por meio de unidades próprias. E também, atua por intermédio de 1.124 bancos correspondentes em 139 países. Além disso, na Argentina, o Banco Patagonia encerrou 2012 com 187 pontos de atendimento e uma área especializada em negócios com clientes Corporate. O Banco do Brasil Americas, nos Estados Unidos, manteve ativas as três agências existentes e implantou atendimento por meio de 48 mil terminais de autoatendimento compartilhados, além de serviços de Internet e Mobile Banking.

6. Negócios**6.1 BOMPRATODOS**

O lançamento do BOMPRATODOS ofereceu diversos benefícios aos clientes do Banco do Brasil. Mais de nove milhões já fizeram uso de produtos ou serviços com taxas ou preços reduzidos e mais de cinco milhões contrataram crédito com taxas de juros menores.

Observou-se que 12% dos clientes que contrataram empréstimos e financiamentos não possuíam nenhuma operação de crédito com o BB. Destaque para as linhas de financiamentos a veículos, em que esse percentual foi de 17%.

Além disso, em 2012, o Banco conquistou mais de 1,5 milhão de novos clientes correntistas. Registra-se que 208 mil clientes optaram pelo recebimento de salário no BB por meio da Livre Opção Bancária (LOB) e 26% desse total adquiriu empréstimo ou financiamento após a transferência dos proventos.

O desembolso em operações de CDC cresceu 42,1%, atingindo o volume de R\$ 65,8 bilhões. Com a oferta de crédito com taxas menores, aliada ao estímulo do uso consciente do crédito, que tem como premissa a escolha acertada da(s) linha(s) a ser(em) contratada(s), o Banco do Brasil contribuiu para reduzir o endividamento e a inadimplência de seus clientes.

Os principais resultados proporcionados pelo BOMPRATODOS ao final do ano foram:

- i) R\$ 9,9 bilhões de desembolso em operações de financiamento de veículos. (397,2% acima da média diária antes do BOMPRATODOS);
- ii) R\$ 62,5 bilhões de desembolso total nas linhas de crédito priorizadas para as micro e pequenas empresas, incremento de 19,9% em relação ao mesmo período de 2011.

Com o novo posicionamento estratégico BOMPRATODOS, o Banco do Brasil reduziu as tarifas em até 34% e as taxas de juros em diversas linhas de crédito em até 64%, possibilitando a realização de novos negócios, sobretudo por meio da atração de novos clientes, da retenção daqueles clientes público-alvo da LOB e da rentabilização dos clientes que realizavam poucos negócios com o BB. Com os resultados alcançados, o Banco pôde ampliar as melhorias nas condições negociais, proporcionando perenidade e sustentabilidade no relacionamento com seus clientes, baseado na confiança mútua e na ética negocial.

Para mais informações, acesse o sítio: www.bb.com.br/bompratodos.

6.2 Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes do BB atingiram R\$ 514,2 bilhões em dezembro/2012, com expansão de 25,0% em doze meses.

Ao final de dezembro/2012, os empréstimos a clientes formados por operações com clientes pessoa física totalizaram R\$ 123,6 bilhões. Já os empréstimos a indústria e comércio alcançaram saldo de R\$ 208,2 bilhões.

Destaque para os empréstimos ao setor rural que encerrou o ano com saldo de R\$ 86,6 bilhões.

As provisões para perdas de empréstimos do BB totalizaram R\$ 16,2 bilhões em dezembro de 2012.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

6.2.1 Clientes Pessoa Física

As principais linhas de crédito que compõem a carteira são destacadas a seguir:

Crédito Consignado

O crédito consignado permanece com maior representatividade na carteira para pessoas físicas. Os empréstimos a servidores públicos continuaram como os mais significativos dessa carteira. A carteira ainda é composta por aposentados e pensionistas do INSS e funcionários do setor privado.

Crédito Imobiliário

O maior volume de contratações no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) concentra-se na faixa de renda familiar de R\$ 1.600,00 até R\$ 3.100,00, com utilização de recursos do FGTS. Neste ano, o Banco passou a atender também à faixa de renda de até R\$ 1.600,00, como mandatário do Fundo de Arrendamento Residencial.

Em 2012, o Banco incrementou substancialmente suas contratações de operações no PMCMV, atingindo crescimento de 385,3% em comparação ao ano anterior.

No 2º semestre de 2012, o BB passou a operar também no Programa Nacional de Habitação Rural, voltado para redução do déficit habitacional nas áreas rurais.

Crédito Acessibilidade

Em fevereiro foi lançada a linha de financiamento BB Crédito Acessibilidade, alinhada ao programa de governo Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O novo produto é destinado aos clientes com renda mensal de até 10 salários mínimos para aquisição de produtos de tecnologia assistiva, com taxa de juros a partir de 0,57% ao mês e isenção de IOF.

FIES

Em 2012, como agente financeiro do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), contratou 183 mil operações.

6.2.2 Clientes Pessoa Jurídica

Os principais montantes que compõem o saldo da carteira pessoa jurídica são apresentados a seguir, divididos entre clientes Micro e Pequenas Empresas (MPE) e Atacado.

No exercício, destaque para o desembolso de R\$ 24,0 bilhões em operações de repasses do BNDES, o que representou 28,6% de participação e garantiu a liderança no ranking do período.

Micro e Pequenas Empresas

Ao final de 2012, o BB possuía 2,25 milhões de clientes micro e pequenas empresas (2,34 milhões de contas), mantendo-se como principal parceiro do segmento e reforçando o posicionamento como o “Banco das Micro e Pequenas Empresas”.

Nas operações de crédito com micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil utilizou amplamente o Fundo de Garantia de Operações (FGO). Ao final de dezembro, havia 461,3 mil operações com cobertura do FGO.

Outro destaque é o BNDES Capital de Giro Progeren, que integra o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (BNDES Progeren). Em 2012, as liberações totalizaram R\$ 5,8 bilhões, incremento de 169,8% em relação ao mesmo período de 2011.

O BB apoiava ao final de 2012, 248 Arranjos Produtivos Locais (APL), prestando atendimento a 23.247 mil empreendimentos. A parceria do BB nos Arranjos Produtivos Locais busca ampliar a concessão de crédito, fomentar a capacitação empresarial, a expansão e a inovação tecnológica, contribuindo para o acesso aos mercados.

No Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), a ação do Banco é alinhada ao Programa Crescer do Governo Federal. Ao final de 2012, foram beneficiados mais de 534 mil clientes em todo o País.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Clientes Atacado

O modelo de atendimento em quatro segmentos, *Middle*, *Upper Middle*, *Corporate* e *Large Corporate*, possibilitou expressiva melhora no relacionamento negocial, principalmente no tocante às taxas e prazos, com condições mais competitivas aos clientes.

As principais Operações Estruturadas somaram mais de R\$ 41,8 bilhões em contratações em 2012. Deste total, a participação do Banco do Brasil foi de R\$ 21,4 bilhões, sendo R\$ 6,7 bilhões em operações de financiamento de longo prazo, tais como BNDES, Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) e Fundo da Marinha Mercante (FMM) e R\$ 14,7 bilhões em emissões no Mercado de Capitais, por meio de Debêntures, Notas Promissórias e cotas de FIDC's, além de operações envolvendo recebíveis, *facilities* e Capital de Giro de longo prazo.

6.2.3 Agronegócios

Os empréstimos a clientes na modalidade de financiamentos rurais e agroindustriais encerrou o ano com saldo de R\$ 112,3 bilhões. Esse montante representa um incremento de 20,4% em relação a dezembro/2011.

O apoio creditício à sustentabilidade no agronegócio está presente nas linhas Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Florestal e Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC). Este último programa incentiva os produtores rurais a utilizarem técnicas agropecuárias sustentáveis para reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa e o desmatamento. Foi destaque em 2012, com mais de 7.126 financiamentos contratados. O BB aplicou no programa ABC, de julho a dezembro/2012, R\$ 1,6 bilhão, de um total de R\$ 1,5 bilhão previsto para toda a Safra 2012/2013.

O financiamento de lavouras com o emprego do Sistema de Plantio Direto (SPD), uma das tecnologias que compõe os compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na COP-15, é expressivo e corresponde a 50,3% do total financiado em custeio agrícola pelo BB na safra 2012/2013.

6.3 Captações

Os Depósitos de Clientes do BB totalizaram R\$ 455,5 bilhões ao final de dezembro de 2012 acréscimo de 6,1% em relação ao ano anterior.

No mercado internacional, o BB realizou 5 emissões, sendo 2 amparadas por títulos de dívida subordinada perpétua, passíveis de enquadramento como capital de nível I e em conformidade com as diretrizes de Basileia III, 1 emissão de título subordinado passível de enquadramento como capital de nível II e 2 emissões caracterizadas como *Senior Notes*. Consideradas essas emissões, o volume das operações vigentes, por seus valores nominais, soma US\$ 12,798 bilhões.

Marcando seu retorno ao mercado japonês em setembro, o BB realizou captação pública de dívida sênior no Japão ("operação de Euro-lene") no valor de JPY 24,7 bilhões, equivalente a aproximadamente US\$ 317 milhões.

A maior captação do BB no mercado externo foi realizada em outubro, por meio da emissão de títulos de dívida de dez anos, que totalizou US\$ 1,925 bilhão. Devido à demanda, que superou a marca de US\$ 11,4 bilhões, a taxa da operação foi uma das menores já contratadas por uma instituição financeira do País.

6.4 Administração de Recursos de Terceiros

O Banco do Brasil, por meio da BB Gestão de Recursos (BB DTVM), desde 1994 é líder na indústria nacional de fundos de investimento. Ao final de 2012 atingiu o total de R\$ 444,0 bilhões em recursos administrados e uma participação de mercado de 20,0%. No período, destacam-se:

- i) o volume de recursos aplicados em Fundos Extramercado, não considerado no *ranking* da Anbima, totalizou R\$ 75,4 bilhões;
- ii) o volume de captações de R\$ 1,5 bilhão alcançado pela família de Fundos *Allocation*, no segmento *Private*;

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- iii) o lançamento, em fevereiro, de oferta pública de cotas do seu primeiro Fundo de Investimento Imobiliário Renda de Escritórios para aquisição de imóveis comerciais de propriedade da Previ e geração de renda mensal aos cotistas a partir dos aluguéis pagos pelos locatários;
- iv) o lançamento, em março, do primeiro Fundo de Investimento em Participações (FIP) de seu portfólio, o Brasil Portos e Ativos Logísticos (FIP Portos), que captou R\$ 571,5 milhões sob a forma de capital subscrito.

No que se refere a captações com foco social e/ou ambiental, o Banco oferece em seu portfólio os seguintes fundos: (i) BB Referenciado Social 50; (ii) BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial Jovem; (iii) BB Multimercado Balanceado LP Jovem; (iv) BB Multimercado *Global Acqua LP Private*; (v) BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA e BB Ações Carbono Sustentabilidade com Opção de Venda FIA.

A BB DTVM é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável, regidos pela Organização das Nações Unidas, e está desenvolvendo metodologia para integrar temas ambientais, sociais e de governança corporativa nas tomadas de decisão de investimento.

A gestão de recursos no Banco do Brasil é dirigida a todos os segmentos de mercado e, desde 2006, tem recebido nota máxima (MQ1) em Excelência em Qualidade de Gestão, atribuída pela *Moody's*.

6.5 Clientes Governo

O Banco do Brasil é o principal agente financeiro de 16 estados, 16 capitais e mais de 433 municípios e responsável pela centralização dos negócios destes entes. Sua participação junto aos Governos Federal, Estaduais e Municipais na implantação de políticas públicas, projetos e programas faz do Banco um fomentador de negócios sociais e impulsionador do desenvolvimento do País.

O Proinveste (Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal) é uma linha de crédito, cujo objetivo é aumentar a capacidade de investimento dos Estados e do Distrito Federal, por meio de transferência dos recursos pelo BNDES. Em 2012, o Banco do Brasil contratou 9 operações.

6.6 Cartões

O faturamento com cartões de crédito cresceu 23,0% em relação ao ano anterior. A intensa utilização dos cartões como meio de pagamento e instrumento de acesso às linhas tradicionais de crédito tem ampliado o faturamento com os cartões, em especial junto aos segmentos empresariais e clientes dos cartões BNDES que, juntos, tiveram crescimento de 33,9% no ano.

Em 2012, o BB ampliou o volume de negócios com os cartões Ourocard Crediário, reforçando sua estratégia de oferta de crédito ao consumo por meio da linha BB Crediário, o que alavancou o desembolso dessa linha em 271% em relação ao ano anterior. Além disso, em novembro de 2012, o BB disponibilizou a contratação de operações na linha BB Crediário também para os portadores de cartões da bandeira Elo.

6.7 Mercado de Capitais

No mercado doméstico de capitais, o BB oferece serviço de compra e venda de ações por meio da sua rede de agências, internet (*home broker*) e dispositivos *mobile*. O volume movimentado foi de R\$ 21,25 bilhões e 827 mil negócios, dos quais R\$ 19,55 bilhões foram pelo novo *home broker*.

Em novembro foi constituído o Fundo de Investimento Imobiliário BB Progressivo II, com patrimônio formado por 64 imóveis localizados em todas as regiões do País e que eram de propriedade do Banco do Brasil. Os imóveis continuarão a ser utilizados pelo Banco e foram alugados pelo prazo inicial de 10 anos. Na oferta pública de distribuição de cotas, realizada no mesmo mês, foram subscritas e integralizadas 15.919.690 cotas, no valor de R\$ 100,00 por cota.

Conforme o *ranking* Anbima, o Banco do Brasil, no ano de 2012, por intermédio do BB-Banco de Investimento (BB-BI):

- i) coordenou 82 emissões de títulos de renda fixa;

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- ii) coordenou 78 emissões de debêntures e notas promissórias;
- iii) realizou 4 operações de CRI e FIDC no mercado de securitização;
- iv) coordenou 7 ofertas públicas no mercado de renda variável;
- v) participou de 4 operações de fusões e aquisições.

6.8 Serviços

Por meio dos serviços de cobrança bancária, arrecadação de guias e débito automático, o Banco do Brasil atende mais de 590 mil empresas, que movimentaram R\$ 926 bilhões em 2012, com um total de 1,071 bilhão de títulos.

O Débito Direto Autorizado (DDA) somou 1,23 milhão de sacados eletrônicos e mais de 23,7 milhões de boletos apresentados eletronicamente.

No âmbito dos convênios de folha de pagamento foram processados R\$ 348,6 bilhões. No total, o BB atendeu 12 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas com esse serviço.

Em relação aos pagamentos de benefícios, foram realizados por meio de cartão específico e crédito em conta, mais de R\$ 7,8 bilhões/mês em benefícios de diversos programas do governo.

Na arrecadação de tributos, o volume arrecadado em 2012 somou R\$ 552,6 bilhões, ficando R\$ 5,8 bilhões ou 2,1% acima do verificado no ano passado. O produto que mais se destacou foi a Arrecadação DARF.

Ao segmento cooperativista de crédito, o BB disponibilizou os Serviços de Integração à Compe e ao SPB. Até o final do ano de 2012, o serviço foi prestado a 325 cooperativas de crédito, envolvendo 463.799 cooperados.

Por meio do portal Licitações-e, foram realizados 51 mil processos licitatórios no valor total de R\$ 23,16 bilhões.

A BB Administradora de Consórcios encerrou 2012 com uma carteira de 401 mil cotas ativas, crescimento de 15,6% em 12 meses. Destaque para o segmento de automóvel, que atingiu 369 mil cotas em dezembro. Foram comercializadas no período 130 mil novas cotas de consórcio, que representam R\$ 4,0 bilhões em cartas de crédito.

6.9 Institutos de Previdência - RPPS

O Banco do Brasil é a instituição financeira líder de mercado na administração de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Em 2012, o Banco intensificou esforços para o desenvolvimento e sustentabilidade da previdência do servidor público, em apoio às políticas de governo. Promoveu e participou ativamente de eventos em parceria com o Ministério da Previdência Social e de treinamentos específicos de capacitação e governança previdenciária para os dirigentes, conselheiros e servidores dos RPPS.

6.10 Internacionalização

Nos EUA, o lançamento da marca Banco do Brasil Americas, ocorrido em outubro, marcou o 204º aniversário do BB e o início das operações do banco adquirido na Flórida (antigo EuroBank), estabelecendo as bases para ampliar sua atuação no mercado de varejo norte-americano.

Além das corretoras sediadas em Londres e Nova Iorque, o Banco do Brasil inaugurou a BB Securities Ásia, em Cingapura, passando a cobrir os principais mercados investidores.

Na Europa, o Banco segue aprimorando a estrutura de governança existente e consolidando a implementação do centro de apoio aos negócios em Portugal – BB Europa Servicing Center.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

6.11 Comércio Exterior

Os serviços on-line de câmbio e de comércio exterior realizados via internet representaram 68% dos contratos de câmbio de exportação e 49% de importação. O BB oferece, ainda, serviços de capacitação em negócios internacionais. Em 2012 foram treinadas 8.652 pessoas em todo o País, superando em 36,55% o resultado obtido em 2011.

Para viabilizar operações de importação, exportação e *drawback* de empresas de todas as regiões do País, por meio do convênio de cooperação entre o Banco do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foram analisados 785.644 documentos no ano de 2012.

7. Gestão Corporativa**7.1 Governança Corporativa**

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil estão presentes o Conselho de Administração, composto por oito membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva composta pelo Conselho Diretor (Presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, o Banco instituiu instrumentos para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, que possibilita o mapeamento e a identificação de oportunidades de aprimoramento das suas respectivas atuações. Além do Estatuto Social, o Código de Governança Corporativa e o Código de Ética são documentos que dão suporte às melhores práticas de governança corporativa do Banco do Brasil.

Aderente à Resolução Bacen 3.921/2010, o Banco do Brasil criou modelo para Avaliação de Desempenho de Estatutários e o Comitê de Remuneração, órgão responsável por propor, ao Conselho de Administração, políticas de Remuneração Variável de Dirigentes do Conglomerado.

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada. Com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco do Brasil. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

7.2 Relacionamento com o Mercado

O Banco do Brasil disponibiliza ampla gama de relatórios e de informações à CVM e no site de Relações com Investidores. Além disso, adota a postura de convidar o mercado para conferências sempre que a Administração entende ser necessário clarificar temas específicos sobre a Empresa. No ano de 2012, o Banco do Brasil participou de 104 encontros com investidores e analistas no País, 9 *non-deal roadshows* (visitas de relacionamento) no exterior, 11 conferências no País e no exterior e promoveu 8 teleconferências de resultado com analistas e investidores, além dos atendimentos personalizados a investidores e analistas de mercado.

Em 2012, para estreitar o relacionamento com os investidores pessoas físicas, o Banco do Brasil realizou, em conjunto com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), reuniões em seis capitais brasileiras: Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao todo, esses eventos reuniram mais de 1.000 pessoas.

7.4 Controles Corporativos**Gestão de Riscos**

Em 2012, o Banco do Brasil aprovou o seu modelo interno de cálculo de capital para cobertura de risco operacional; participou ativamente das discussões sobre a nova regulação bancária estipulada no âmbito de Basileia III e dos exercícios de avaliação promovidos pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária; aprovou a política e revisou os processos e procedimentos relacionados à gestão de capital; e convergiu suas notas explicativas referentes à gestão de riscos para o padrão IFRS.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Mais informações podem ser consultadas no Relatório Gestão de Riscos, disponível no sítio de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Controles Internos

As diversas atividades de controles internos desenvolvidas no ano de 2012 tiveram por princípio fundamental a segregação de funções para consecução do objetivo de apurar a conformidade dos processos conduzidos pelo Banco do Brasil com as leis e regulamentos externos e internos, com avaliação, validação e certificação dos controles definidos pelos gestores para produtos, serviços e processos. Neste sentido, destaca-se o elevado grau de segurança verificado nos processos de elaboração das Demonstrações Contábeis e Formulário de Referência, publicados no ano de 2012.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo–PLD/FT

O Banco apoia e contribui ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio da participação nas reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), vinculado ao Ministério da Fazenda, e o Ministério Público do Estado de São Paulo. O Banco do Brasil mantém um conjunto de eventos para a capacitação dos funcionários em PLD/FT, incluindo cursos, seminários e certificação de conhecimentos. Participaram dos treinamentos, em 2012, mais de 64,5 mil funcionários.

Segurança de Ambientes, de Canais de Atendimento e da Informação

Os investimentos em tecnologia, aliados à capacitação contínua dos profissionais, contribuem para proteção dos clientes, dos funcionários e da sociedade. Em 2012, os investimentos na modernização do aparato de segurança das unidades foram de R\$ 873 milhões.

Destacam-se a expansão do BB *Token* e a implementação do BB *Code* aos clientes que possuem *smartphone*. O BB *Code* utiliza o código de barras bidimensional *QR-Code* e técnicas de criptografia nas transações via internet. Mantém ainda a implementação da biometria nos terminais de autoatendimento e de caixa.

Em 2012, o BB iniciou a migração dos certificados digitais de conexões seguras (SSL - *Secure Sockets Layer*) para o padrão ICP-Brasil. Incrementou também o uso de certificados digitais, padrão ICP-Brasil, nos processos operacionais, pois além de excelente ferramenta de segurança, os certificados digitais melhoram a eficiência operacional.

Foram assinados 249,2 mil contratos de câmbio com uso de certificados digitais, representando 57,5% do total assinado no Banco do Brasil, gerando uma economia aproximada de R\$ 1.707,1 mil no período.

Em maio foi inaugurado o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do Banco do Brasil, alinhado ao disposto na Lei 12.527/11 - Lei de Acesso à Informação (LAI). No âmbito da LAI, o Banco do Brasil é a décima entidade mais demandada do Governo Federal.

Programa BB Eco Eficiente

O Programa BB Eco Eficiente, aprovado em 2012, construiu um conjunto de ações coordenadas, com abrangência em toda a Organização, com objetivo de produzir ganhos sustentáveis de resultado. De caráter permanente, aborda temas que permeiam as principais variáveis da formação do resultado do Banco, sob os aspectos de eficiência e produtividade, e se alinha com o atendimento de demandas globais de redução de impacto ambiental das operações.

7.5 Tecnologia

No âmbito dos projetos estratégicos estruturantes cabe destacar o de modernização da infraestrutura tecnológica nas dependências do exterior e o desenvolvimento de nova solução para os processos da área financeira e de tesouraria, e de recursos humanos e logística.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Encontra-se em fase de conclusão, a construção do novo Centro de Processamento de Dados (*Datacenter*) em Brasília – DF, que suportará a continuidade dos negócios com segurança e altíssima disponibilidade, mesmo em caso de desastres extremos.

Em 2012, o BB realizou investimentos expressivos na preparação de um ambiente tecnológico corporativo robusto para suportar as diversas exigências regulatórias, a exemplo das soluções em curso para alinhamento às regras de Basiléia II, nos segmentos de riscos de mercado, crédito e operacional.

8. Pessoas**8.1 Talentos, Desempenho e Carreira**

No ano de 2012, o Banco realizou 3 concursos públicos e ingressaram na empresa 4.969 novos funcionários.

Aproximadamente 15 mil funcionários obtiveram progresso na carreira em 2012 por meio de programas internos de ascensão profissional e identificados em banco de Talentos e Oportunidades.

Para acompanhar a atuação profissional, aproximadamente 113 mil funcionários tiveram seus desempenhos individuais avaliados pelo instrumento denominado “Gestão do Desempenho por Competências”.

Com o intuito de consolidar informações sobre diversos indicadores de gestão de pessoas e de desempenho gerencial, foram lançados o “Radar Gestão de Pessoas” e o “Radar do Gestor” que mapeiam perfis de cerca de 6.415 unidades e 5.266 gestores. Tais ferramentas subsidiam a realização de diagnósticos, o acompanhamento do desempenho e o estabelecimento de estratégias para desenvolvimento de gestores e suas equipes.

Em linha com a estratégia de internacionalização do Banco do Brasil, em abril de 2012, foi aprovado o Programa Ascensão Profissional Gestores em Unidades no Exterior, que identificou e desenvolveu funcionários de carreira do Banco do Brasil para atuação internacional.

8.2 Remuneração e Benefícios

O Banco avançou em sua política de remuneração variável implantando o Programa de Desempenho Gratificado - PDG, que visa reconhecer os melhores desempenhos entre os gerentes de agência e superintendentes regionais da Rede de Negócios do Banco. Desse público, foram contemplados os 30% com melhor classificação no 2º semestre de 2011, que receberam o pagamento em junho de 2012. Além disso, distribuiu a Participação nos Lucros ou Resultados do 2º semestre de 2011 e 1º semestre de 2012, pagas em fevereiro e outubro de 2012 respectivamente.

A tabela a seguir demonstra a remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários:

Tabela 1. Remuneração e Benefício⁽¹⁾

	R\$ milhões		
	2011	2012	Δ 2011 (%)
Proventos	9.372	10.318	10,1
Encargos Sociais	3.107	3.480	12,0
Benefícios	2.236	2.031	(9,2)
Participação nos Lucros	1.790	1.838	2,7
Honorários de Diretores e Conselheiros	59	64	7,2
Treinamento	70	52	(26,1)

(1) Informações da Nota Explicativa 13 de Despesa de Pessoal em IFRS.

8.3 Educação Corporativa

Em 2012, os treinamentos presenciais alcançaram 50.850 funcionários. A implementação do novo conceito do Banco - BOMPRATODOS - foi precedida de ações de capacitação à distância, utilizando videoaulas e sistema de acompanhamento por tutoria, com 10.415 funcionários treinados no módulo Estratégico, 52.565

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

no Negocial, e 61.762 no Crédito Imobiliário e Veículo. Com a parceria do Banco Postal (BP), foram formados 8.579 multiplicadores, que treinaram 12.000 funcionários do BP. Com relação ao projeto Minha Casa Minha Vida, foram treinados 5.469 funcionários, objetivando desenvolver competências específicas sobre crédito imobiliário. Foram preparados, também, 4.100 agentes para atuarem no Microcrédito Produtivo Orientado e iniciadas ações de capacitação para a transformação da força de vendas. Ainda foram realizadas ações de capacitação sobre Eficiência Operacional e Planejamento Estratégico, para 160 Executivos e 1.153 Gerentes de Divisão e de Unidades de Apoio, para disseminar o conceito e a cultura de produtividade e eficiência.

Por intermédio do Programa de Certificação Interna de Conhecimentos, foram certificados 28.655 funcionários, o que demonstra o alto interesse em se manterem atualizados em assuntos vinculados ao exercício da sua função.

Alinhados à Estratégia Corporativa do BB, em 2012, foram investidos R\$ 103,5 milhões em educação empresarial e a Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) completou 10 anos de existência.

9. Sustentabilidade

Em relação à atuação socioambiental do BB no ano, merecem destaque as seguintes ações:

- i) foi um dos principais parceiros oficiais da Conferência Rio+20, realizada em junho, com mais de 45 mil participantes credenciados e ampla participação de delegações estrangeiras, chefes de estado e representantes da sociedade civil. A Fundação Banco do Brasil também participou, com foco na sociedade civil e ações concentradas na Cúpula dos Povos;
- ii) aderiu, durante a Rio+20, ao Programa Municípios Verdes, que consiste em promover o desenvolvimento do estado do Pará;
- iii) realizou, em agosto, o Workshop Negócios Sociais com representantes do Yunus Social Business (YSB) sobre principais experiências no tema, com o intuito de identificar novas formas de atuação no segmento baixa renda;
- iv) assinou o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, assumindo publicamente o compromisso de propagar boas práticas de ética empresarial;
- v) foi selecionado, pela primeira vez, como integrante do Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI) para o período 2012/2013, firmando-se internacionalmente como uma empresa de reconhecida sustentabilidade corporativa;
- vi) recebeu do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, pelo segundo ano consecutivo, a “Categoria Ouro” em seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa;
- vii) selecionou, em parceria com Fundação Banco do Brasil (FBB) e Instituto Cooperforte, 62 projetos de entidades do terceiro setor apoiadas por funcionários voluntários em todo o País. Os recursos são direcionados para ações de geração de trabalho e conservação ambiental, e somam mais de R\$ 3,6 milhões. Além disso, foi aberto no terceiro trimestre o 4º edital para apoio a projetos voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de recursos oriundos da renúncia fiscal;
- viii) selecionou, em parcerias com a FBB e o BNDES (Fundo Social), 39 projetos de cooperativas/associações apoiadas pela Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável em todo o País. Os recursos direcionados foram destinados a projetos de geração de trabalho e renda e somam R\$ 8,8 milhões apoiados pela FBB e R\$ 12 milhões aprovados pelo BNDES;
- ix) teve seu desempenho sustentável reconhecido mais uma vez, ao ser listado no Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&FBovespa para o período 2012/2013, espaço que ocupa desde a divulgação da primeira carteira em 2005;

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- x) atualizou seu Plano de Sustentabilidade BB - Agenda 21 para o período 2013/2015, de forma a apoiar o processo de aprimoramento das práticas do BB em sustentabilidade e contribuir para que a Empresa seja referência mundial no tema;
- xi) participou da 18ª Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP 18, ocorrida no Qatar.

No ano de 2012, a Estratégia em Desenvolvimento Sustentável, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das localidades onde o Banco está presente, contabilizou 4,1 mil Planos de Negócios em implementação, envolvendo 1,5 milhão de beneficiários em 4,1 mil municípios brasileiros.

No âmbito do Programa Água Brasil, em março de 2012, o BB promoveu, em parceria com a Associação dos Princípios do Equador, WWF/EUA e *Business and Biodiversity Offsets Program – B2B*, o “Workshop Biodiversidade para Bancos”, que teve a participação dos principais bancos brasileiros, e objetivou auxiliá-los no processo de inclusão dos riscos da biodiversidade e serviços ecossistêmicos em suas decisões de financiamento e investimento. Ainda, em 2012 o BB publicou as diretrizes socioambientais específicas para o crédito nos setores agronegócios e energia elétrica e, em continuidade à iniciativa, elaborou propostas de diretrizes para o crédito nos setores de construção civil e mineração, que foram submetidas à análise dos *stakeholders* em painel específico realizado em novembro de 2012.

Para mais informações sobre a atuação do BB em desenvolvimento sustentável, consulte o sítio www.bb.com.br/sustentabilidade.

10. Informações Legais

Conforme os critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 96,3% dos clientes pessoa jurídica do BB são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado pelas MPE atingiu R\$ 59,1 bilhões em dezembro/2012, crescimento de 27,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em cumprimento à Instrução CVM 381, o Banco do Brasil informa que a KPMG Auditores Independentes não prestou ao Banco e subsidiárias, no ano de 2012, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, o Banco do Brasil adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

Em 2012, o Banco do Brasil contratou a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa do Banco e de suas subsidiárias no montante de R\$ 1.753,5 mil, que representam 16,8% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram:

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Data de contratação	Fim da contratação	Natureza do serviço prestado	Valor da remuneração (R\$)
14/11/2011	31/12/2012	Corporate income tax and advisory services	15.054
27/11/2012	29/11/2012	Risk Based Capital Requirements analysis	10.036
01/01/2012	01/01/2013	Consultoria Fiscal/Tributária	149.616
24/10/2012	23/12/2013	Revisão da dedutibilidade das perdas no recebimento de créditos	90.000
31/01/2012	31/12/2013	Assessoria Fiscal Permanente	177.009
20/05/2012	31/12/2012	Revisão da Declaração Integrada de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ)	84.000
20/04/2012	31/12/2012	Diagnóstico de riscos e matrizes de segregação de funções em sistemas	1.002.500
26/10/2012	31/03/2013	Assessment ICAAP	102.312
23/07/2012	31/12/2012	Trabalho de revisão Declaração Imposto de Renda Pessoa Jurídica 2012	8.000
26/07/2012	31/12/2012	Desoneração Folha de Pagamento decorrente da Medida Provisória 563	4.000
27/07/2012	31/12/2012	Assessoria – Consulta redução do Capital Social	20.799
18/09/2012	31/07/2012	Revisões Fiscais, DIPJ e Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACon)	61.300
29/09/2012	20/11/2012	Custo do produto final	28.900

Conforme normas que regem os serviços de auditoria externa, a KPMG Auditores independentes apresenta periodicamente ao Banco do Brasil Carta de Independência.

No Banco do Brasil a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

De acordo com o contido na Deliberação CVM 488/05, o BB esclarece (valores em BR GAAP):

- i) os investimentos fixos em 2012 somaram o valor de R\$ 2.086,0 milhões, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 1.301 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 705 milhões);
- ii) possui R\$ 549,5 milhões de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006, e apresentados na Nota Explicativa de Tributos das Demonstrações Contábeis relativas ao ano de 2012;
- iii) mantém registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 20,8 bilhões decorrente de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado BB;
- iv) firmou em 2009, Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim pelo limite equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição. A operação foi contabilizada em contas de compensação, conforme regras dispostas no Cosif e encontra-se publicada na Nota Explicativa Partes Relacionadas das Demonstrações Contábeis relativas ao ano de 2012.

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco do Brasil afirma que possui a intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

11. Principais Reconhecimentos Recebidos no Período

- i) o portal Licitações-e foi novamente o grande vencedor do VI Prêmio, concedido durante o VII Congresso Brasileiro de Pregoeiros, ocorrido em março, nas categorias: ‘Melhor sistema de Pregão

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Eletrônico 2011', 'Melhor Interação com o Fornecedor 2011' e 'Maior número de pregões realizados e concluídos no ano de 2011';

- ii) em abril, o Presidente do BB, Aldemir Bendine, recebeu do governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, a Medalha da Inconfidência, maior comenda concedida por esse estado, que é entregue anualmente a personalidades e entidades que contribuíram para o desenvolvimento de Minas;
- iii) no anuário *The Banker's Deals of The Year 2012*, publicado no mês de abril, o Banco do Brasil foi vencedor entre as operações de captação mais impressionantes, pela emissão de US\$ 1 bilhão em dívida subordinada no exterior, realizada em janeiro;
- iv) em maio, o Banco do Brasil foi escolhido o banco que melhor serviço prestou à sua clientela e ao País em 2011 recebendo o diploma de "Qualidade em Bancos", concedido pela revista Banco Hoje;
- v) em maio, o BB atingiu o primeiro lugar no *ranking* de *equity sales* da *Bloomberg*, uma das principais provedoras mundiais de informação para o mercado financeiro;
- vi) também em maio, o Banco do Brasil recebeu placa de reconhecimento pelo importante papel que realiza na disseminação e na contribuição ao alcance dos Objetivos do Milênio pelo Brasil;
- vii) o Banco do Brasil é o líder do *ranking* mundial como o banco mais sólido do planeta, segundo pesquisa realizada pela agência norte-americana independente de classificação de risco – *Weiss Ratings*. A pesquisa foi publicada no site *BankingMyWay*, especializado no mercado bancário internacional;
- viii) em setembro, a Ouvidoria Externa do BB foi reconhecida como uma das 10 melhores do País, ao participar do Prêmio Ouvidorias Brasil, uma iniciativa da Associação Brasileira de Ouvidores, da Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente e apoio da revista Consumidor Moderno;
- ix) em setembro, o Banco do Brasil foi reconhecido como uma das empresas líderes pelo Prêmio Época Empresa Verde;
- x) o Banco do Brasil, em setembro, foi o grande vencedor do Prêmio Intangíveis Brasil (PIB) 2012 na categoria especial Top Intangíveis Brasil, no setor Bancos e, também, foi o primeiro colocado no ranking geral, pela primeira vez, em setembro;
- xi) o Banco do Brasil recebeu, em setembro, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio Arquitetura Corporativa, desta vez com o projeto da Agência Estilo 2.0 Santa Maria (RS) na categoria "Profissional Interiores – Obras Realizadas";
- xii) em setembro, o BB ficou em 3º lugar no *ranking Brand Finance*, referente às marcas mais valiosas do Brasil e da América Latina 2012;
- xiii) o Banco do Brasil ficou em 1º lugar na categoria Bancos e 3º lugar no *ranking* geral em Marcas de Confiança 2012 do *Ranking Seleções do Reader's Digest*;
- xiv) também em setembro, o BB foi considerado a marca favorita da nova classe média brasileira em pesquisa realizada pela Data Popular;
- xv) BB continua a marca mais lembrada na categoria "Banco" do prêmio Folha *Top of Mind*, desde a sua primeira edição. Também foi o mais lembrado na categoria "finanças" e, entre instituições financeiras, é o que aparece em primeiro quando o assunto é Copa do Mundo e Olimpíadas;
- xvi) em outubro, foi lançada a versão 2012 do Guia dos Bancos Responsáveis (GBR) do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), onde o BB se destacou como o único entre seus pares que teve o desempenho classificado como "bom";
- xvii) também em outubro, o BB foi considerado o maior banco da América Latina pela *AméricaEconomía Intelligence*;

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

- xviii) em pesquisa divulgada, em novembro, realizada pela consultoria *CVA Solutions*, o Banco aparece em primeiro no ranking das "instituições que mais agradam aos correntistas";
- xix) também em novembro, a campanha BOMPRATODOS, do BB, foi uma das vencedoras da 25ª edição do *Marketing Best*, prêmio realizado anualmente pela Editora Referência, por meio da revista *Marketing* e pela *Mídia Mundo Marketing*;
- xx) a Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) recebeu os seguintes reconhecimentos públicos em 2012: Melhor Programa de Educação Corporativa do País, Referência Nacional em Learning & Performance Brasil 2012, considerada uma das Melhores Universidades Corporativas do Brasil pela *Corporate University Best in Class CUBIC Awards Brasil*.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Mais informações, visite o site de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Relatório da Administração referente às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhoras e Senhores Acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Brasil relativo ao ano de 2012, de acordo com as exigências da Lei das Sociedades por Ações, do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Estatuto Social do Banco do Brasil.

1. Ambiente Macroeconômico

O exercício 2012 foi marcado pelo aumento da aversão global ao risco. O arrefecimento de importantes economias emergentes (em especial, a chinesa) influenciou a queda nos preços das *commodities*, potencializando os efeitos adversos sobre as exportações e sobre a atividade econômica do mundo emergente.

A economia brasileira, mesmo que reconhecidamente mais resiliente aos problemas externos, não passou incólume à desaceleração do crescimento mundial, requerendo do Governo a implementação de medidas, tanto fiscais como monetárias e creditícias, de estímulo à economia.

Nessa conjuntura, a inflação desacelerou em relação ao ano anterior, com a variação acumulada em 12 meses do IPCA, encontrando-se dentro do intervalo de metas. A redução da taxa Selic para o histórico patamar de 7,25% a.a. e a queda dos spreads bancários promoveram importante redução do custo dos empréstimos ao tomador final.

2. Destaques do Período

A seguir, em ordem cronológica, alguns eventos que foram destaques no período:

- i) início das atividades do Banco Postal na rede de atendimento BB, no dia 02.01.2012;
- ii) aquisição, em 19.01.2012, da totalidade das ações do EuroBank (atualmente denominado Banco do Brasil Americas), instituição financeira norte-americana;
- iii) autorização do Bacen para classificar como capital de nível I, na categoria de instrumento híbrido de capital e dívida, as emissões de Bônus Perpétuo realizadas em janeiro (US\$ 950 milhões) e março (US\$ 725 milhões) de 2012;
- iv) lançamento, em 04.04.2012, do BOMPRATODOS, uma nova forma de relacionamento entre o BB e seus clientes;
- v) o Banco do Brasil, em março, alcançou a marca histórica de R\$ 1 trilhão em ativos, mantendo a conquista durante 2012;
- vi) autorização do Bacen para classificar como capital de nível II R\$ 1,490 bilhão relacionados à emissão de Letra Financeira Subordinada realizada em junho;
- vii) participação do BB, em junho, na Conferência Rio+20 como um dos principais parceiros oficiais;
- viii) o Banco do Brasil, em setembro, foi selecionado, pela primeira vez, para integrar o Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI) para o período 2012/2013;
- ix) assinatura de contrato entre o BB e a União, em setembro, pelo qual foi concedido crédito na forma Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, destinado ao financiamento da safra 2012/2013, no valor de R\$ 8,1 bilhões, montante classificado como capital de nível I e II, conforme autorização do Bacen;
- x) criação, em outubro, da Gerência de Negócios com Cooperativas, pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil, alinhada ao “Ano Internacional das Cooperativas” declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU);
- xi) realização, em outubro, da maior captação do BB no mercado externo, por meio da emissão de títulos de dívida de dez anos, que totalizou US\$ 1,925 bilhão;
- xii) lançamento, em 13.11.2012, do BB Progressivo II – Fundo de Investimento Imobiliário, com valor de oferta de R\$ 1,59 bilhão;
- xiii) em continuidade à reorganização societária das atividades de seguros, previdência aberta e capitalização do BB, em novembro, o Conselho de Administração autorizou o início de estudos no sentido de promover a constituição de uma sociedade com a denominação social de BB Seguridade S.A.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**3. Planejamento Estratégico para o Período 2013/2017**

Para o período 2013/2017, o Banco do Brasil priorizou dois objetivos principais: aumentar sensivelmente sua eficiência e produtividade e gerar resultados sustentáveis por meio de negócios com forte apelo social.

Para aumentar a eficiência e a produtividade, a Empresa passará por profunda revisão e simplificação dos seus principais processos, que resultará em canais, produtos e serviços mais inovadores, convenientes e eficazes, contribuindo para a redução de despesas e consequente geração de resultados aos acionistas.

Os negócios com forte apelo social, como os programas Minha Casa Minha Vida e Microcrédito Produtivo Orientado, continuarão na estratégia do BB, constituindo parte fundamental da missão empresarial do BB de “promover o desenvolvimento sustentável do Brasil”.

4. Desempenho Econômico-Financeiro**4.1 Grandes Números**

O Banco do Brasil registrou em 2012 lucro líquido de R\$ 12,2 bilhões e retorno anualizado sobre o patrimônio líquido de 19,8%. O lucro líquido por ação foi de R\$ 4,30 no período.

Os ativos somaram R\$ 1,2 trilhão, crescimento de 17,2% em 12 meses, com retorno sobre ativos de 1,1% em 2012, encerrando o ano como líder do Sistema Financeiro Nacional, com destaque para sua atuação no crédito com 20,4% de participação de mercado. O patrimônio líquido alcançou R\$ 66,1 bilhões, incremento de 13,1% em 12 meses.

Tabela 1. Destaques

R\$ milhões			
Resultado¹	2011	2012	Δ 2011 (%)
Lucro Líquido	12.126	12.205	0,7
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	26.107	27.707	6,1
Receita de Prestação de Serviços e Tarifas Bancárias	18.242	21.071	15,5
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	2.265	2.349	3,7
Despesas Administrativas²	(28.335)	(32.516)	14,8
R\$ bilhões			
Patrimoniais	Dez/11	Dez/12	Δ Dez/11 (%)
Ativos	981	1.150	17,2
Carteira de Crédito Ampliada³	465	581	24,9
Captações de Mercado⁴	654	742	13,5
Depósitos Totais	442	472	6,7
Patrimônio Líquido	58	66	13,1
Índice de Basileia %	13,98	14,83	
mil			
Dados Estruturais	2011	2012	Δ 2011 (%)
Base de Clientes	56.001	58.551	4,6
Total de Contas Correntes	36.121	37.418	3,6
PF	33.875	35.049	3,5
PJ	2.247	2.369	5,5
Agências	5.263	5.362	1,9
Funcionários	113.810	114.182	0,3
Recursos Administrados (R\$ bilhões)	416	444	6,8

1 - Itens baseados nas Demonstrações Consolidadas;

2 - Refere-se à soma de Despesas de Pessoal e Outras Despesas Administrativas;

3 - Inclui Títulos e Valores Mobiliários privados e garantias prestadas;

4 - Depósitos à Vista, a Prazo, de Poupança, Interfinanceiros, Captações no Mercado Aberto, Letras de Crédito do Agronegócio e Demais Letras Bancárias.

Para informações mais detalhadas sobre o desempenho econômico-financeiro do BB, acesse o Relatório Análise do Desempenho no sítio: www.bb.com.br/ri.

4.2 Desempenho dos Papéis

O valor de mercado do BB foi de R\$ 73,0 bilhões ao final de dezembro/2012. Na carteira teórica do Ibovespa para o quadrimestre jan/13–abr/13, o Banco ocupa a 8ª posição, com 2,934% de participação.

A BBAS3 foi negociada em todos os pregões da BM&FBovespa, com volume médio diário de R\$ 156,3 milhões em 2012, contra R\$ 155,2 milhões no mesmo período do exercício anterior, e

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

permanece listada nas carteiras teóricas dos principais índices da bolsa: Ibovespa, Ibrx50, IGC, ISE e Itag.

Ao final de 2012, o Programa de *American Depositary Receipt* – ADR Nível I do Banco do Brasil apresentou 19,9 milhões de recibos em circulação.

O Banco do Brasil, alinhado à sua prática de reinvestimento de lucros e distribuição de resultado, mantém o *payout* de 40% do lucro líquido, distribuído sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio – JCP, em periodicidade trimestral. Assim, no ano foram destinados R\$ 4,9 bilhões aos acionistas, sendo R\$ 1.570,2 milhões como dividendos e R\$ 3.353,8 milhões na forma de juros sobre o capital próprio. Os 60% remanescentes do lucro foram destinados à Reserva Legal e às Reservas Estatutárias.

4.3 Informações de Coligadas e Controladas**Tabela 2. Participações Societárias do BB Banco Múltiplo**

R\$ mil	Atividade		Participação Total - % Dez/12	Saldo de Investimento Dez/11	Dez/12	Result. de Particip. 2012
Participações Consolidadas						
Segmento Bancário						
Banco do Brasil – AG. Viena	Bancária	(1)	100,00	213.083	260.921	16.067
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	Arrendamento	(1)	100,00	3.453.732	3.550.675	127.139
BB Leasing Company Ltd.	Arrendamento	(1)	100,00	83.157	92.126	1.518
BB Securities Asia Pte. Ltd.	Corretora	(1)	100,00	8.891	9.200	(482)
BB Securities LLC.	Corretora	(1)	100,00	37.096	55.919	15.425
BB Securities Ltd.	Corretora	(1)	100,00	70.305	86.170	9.517
BB USA Holding Company, Inc.	Bancária	(1)	100,00	2.734	2.127	(853)
Brasilean American Merchant Bank	Holding	(1)	100,00	816.428	915.829	8.144
Besc DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(1)	99,62	7.127	7.133	100
Banco Patagonia S.A.	Banco Múltiplo	(1)	58,96	637.770	825.133	224.218
Banco Votorantim S.A.	Banco Múltiplo	(2)	50,00	3.504.357	3.811.149	(877.731)
EuroBank	Bancária	(1)	100,00	-	57.001	(12.897)
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	Banco de Invest.	(1)	100,00	1.815.300	2.676.091	1.124.347
Segmento Gestão de Recursos						
BB DTVM S.A.	Adm. de Ativos	(1)	100,00	125.829	131.494	617.481
Segmento Seg., Previd. e Capitaliz.¹						
BB Seguros Participações S.A.	Holding	(1)	100,00	3.887.002	-	856.656
BB Corretora de Seg. e Adm. de Bens S.A.	Corretora	(1)	100,00	33.513	-	287.102
BB Seguridade S.A.	Holding	(1)	100,00	-	4.468.031	-
Segmento Meios de Pagamento						
BB Adm. de Cartões de Crédito S.A.	Serviços	(1)	100,00	19.326	19.124	15.097
BB Elo Cartões Participações S.A.	Holding	(1)	100,00	18.843	15.031	(3.812)
BB Elo Participações S.A.	Holding	(2)				
Elo Serviços S.A.	Serviços	(2)				
Outros Segmentos						
BB Administradora de Consórcios S.A.	Consórcios	(1)	100,00	49.960	98.539	135.887
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	Turismo	(1)	100,00	11.579	10.497	(1.188)
BB Money Transfers Inc.	Serviços	(1)	100,00	2.903	2.464	(934)
Cobra Tecnologia S.A.	Informática	(1)	99,97	124.388	141.563	17.934
BV Participações S.A.	Holding	(2)	50,00	105.119	52.186	(38.237)

1 – Em 17/12/2012 foi aprovada a criação da BB Seguridade, Holding controladora das empresas do ramo de seguridades do Banco. Até o final de 2012 foi mantido no Banco Múltiplo o resultado de equivalência da BB Seguros e Participações S.A. e BB Corretora de Seg. e Adm. De Bens S.A, tendo sido migrado para a nova Holding apenas os saldos de investimento das mesmas.

(1) Controladas, consolidadas integralmente.

(2) Controladas em conjunto, consolidadas proporcionalmente.

(3) Coligadas, consolidadas proporcionalmente conforme determinação do Bacen.

Tabela 3. Participações Societárias não Consolidadas

R\$ mil	Atividade		Participação Total - % Dez/12	Saldo de Investimento Dez/11	Dez/12	Result. de Particip. 2012
Participações não Consolidadas						
Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência S.A. ¹	Seg./Previd.	(4)	74,99	11.074	-	998
Cadam S.A.	Mineradora	(4)	21,64	22.216	27.999	5.783
Cia. Hidromineral Piratuba	Saneamento	(4)	15,56	2.305	2.311	6
Itapebi Geração de Energia	Energia	(4)	19,00	75.259	75.719	30.972
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	Serviços	(4)	11,11	406	1.827	1.421

1 - Consolidada – ver Nota Explicativa 2 de dezembro 2012.

(4) Coligadas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**5. Rede de Atendimento e Canais**

O Banco do Brasil encerrou 2012 com 64,2 mil pontos de atendimento, entre rede própria, compartilhada e correspondentes, abrangendo 97,5% dos municípios brasileiros (5.425).

A rede própria contava com 5.362 agências, 13.782 pontos de atendimento e 44.393 terminais de autoatendimento. O BB possui a maior rede de agências do País, com participação de 24,5%.

A rede de correspondentes, identificada pela marca MaisBB, encerrou o período com 11.719 pontos de atendimento e estabelecimentos conveniados, aos quais somam-se os 6.195 pontos do Banco Postal.

Em 2012, o autoatendimento pela internet atingiu a marca de mais de 1.752,5 milhões de transações efetivadas por pessoas físicas, correspondendo a 19,7% do total das transações. Mais de 13,6 milhões de clientes estão habilitados a utilizar o canal.

Por meio do celular foram realizadas 138,8 milhões de operações. O autoatendimento Setor Público pela internet e celular registrou 313,7 milhões de transações realizadas por 21,4 mil usuários e a Central de Atendimento 258,3 milhões de transações pelos 11,1 milhões de clientes.

No período também foi liberado acesso ao Gerenciador Financeiro por meio de dispositivos *mobile iPad e Blackberry*, somando-se às demais plataformas móveis de conexão já disponíveis, como *iPod Touch, iPhone e smartphones* com sistema operacional *Android*. O Gerenciador Financeiro alcançou 301,5 milhões de transações, sendo utilizado por mais de 727,3 mil empresas, principalmente de pequeno porte.

O Banco inaugurou agências ecoeficientes no bairro de Pirituba, em São Paulo e no bairro de Messejana, em Fortaleza. O projeto reduz impactos ambientais e gera economia de até 20% de energia elétrica e 30% de água, contribuindo para o uso racional dos recursos naturais.

No exterior, o Banco do Brasil conduz operações em 24 países, sendo que, em 21 deles, está presente por meio de unidades próprias. E também, atua por intermédio de 1.124 bancos correspondentes em 139 países. Além disso, na Argentina, o Banco Patagonia encerrou 2012 com 187 pontos de atendimento e uma área especializada em negócios com clientes Corporate. O Banco do Brasil Americas, nos Estados Unidos, manteve ativas as três agências existentes e implantou atendimento por meio de 48 mil terminais de autoatendimento compartilhados, além de serviços de Internet e *Mobile Banking*.

6. Negócios**6.1 BOMPRATODOS**

O lançamento do BOMPRATODOS ofereceu diversos benefícios aos clientes do Banco do Brasil. Mais de 9 milhões já fizeram uso de produtos ou serviços com taxas ou preços reduzidos e mais de 5 milhões contrataram crédito com taxas de juros menores.

Observou-se que 12% dos clientes que contrataram empréstimos e financiamentos não possuíam nenhuma operação de crédito com o BB. Destaque para as linhas de financiamentos a veículos, em que esse percentual foi de 17%.

Além disso, em 2012, o Banco conquistou mais de 1,5 milhão de novos clientes correntistas. Registra-se que 208 mil clientes optaram pelo recebimento de salário no BB por meio da Livre Opção Bancária (LOB) e 26% desse total adquiriu empréstimo ou financiamento após a transferência dos proventos.

O desembolso em operações de CDC cresceu 42,1%, atingindo o volume de R\$ 65,8 bilhões. Com a oferta de crédito com taxas menores, aliada ao estímulo do uso consciente do crédito, que tem como premissa a escolha acertada da(s) linha(s) a ser(em) contratada(s), o Banco do Brasil contribuiu para reduzir o endividamento e a inadimplência de seus clientes.

Os principais resultados proporcionados pelo BOMPRATODOS ao final do ano foram:

- i) R\$ 9,9 bilhões de desembolso em operações de financiamento de veículos. (397,2% acima da média diária antes do BOMPRATODOS);
- ii) R\$ 62,5 bilhões de desembolso total nas linhas de crédito priorizadas para as micro e pequenas empresas, incremento de 19,9% em relação ao mesmo período de 2011.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Com o novo posicionamento estratégico BOMPRATODOS, o Banco do Brasil reduziu as tarifas em até 34% e as taxas de juros em diversas linhas de crédito em até 64%, possibilitando a realização de novos negócios, sobretudo por meio da atração de novos clientes, da retenção daqueles clientes público-alvo da LOB e da rentabilização dos clientes que realizavam poucos negócios com o BB. Com os resultados alcançados, o Banco pôde ampliar as melhorias nas condições negociais, proporcionando perenidade e sustentabilidade no relacionamento com seus clientes, baseado na confiança mútua e na ética negocial.

Para mais informações, acesse o sítio: www.bb.com.br/bompratodos.

6.2 Carteira de Crédito

A carteira de crédito ampliada do BB, que considera as garantias prestadas e os títulos e valores mobiliários privados, atingiu R\$ 580,8 bilhões em dezembro/2012, com expansão de 24,9% em doze meses, o que correspondeu à participação de 20,4% do Banco do Brasil no mercado doméstico de crédito.

Ao final de dezembro/2012, a carteira de crédito ampliada formada por operações com clientes pessoa física totalizou R\$ 152,6 bilhões. Já a carteira de crédito ampliada composta por operações com clientes pessoa jurídica alcançou saldo de R\$ 273,8 bilhões.

Destaque para a carteira de agronegócios no conceito ampliado, que encerrou o ano com saldo histórico de R\$ 108,0 bilhões em operações de crédito rural e agroindustrial.

A inadimplência permaneceu sob controle. O indicador que mede o atraso das operações há mais de 90 dias (razão entre o crédito vencido há mais de 90 dias e a carteira de crédito) encerrou o período em 2,1%. Comparando esse indicador com o verificado no Sistema Financeiro Nacional (SFN), de 3,6%, percebe-se que a inadimplência no BB se mantém em patamares baixos. O Banco também apresenta uma estrutura de crédito melhor do que a do SFN. As operações classificadas nos níveis de risco de AA-C encerraram dezembro em 94,5% do total da carteira, contra 92,4% do SFN.

6.2.1 Clientes Pessoa Física

As principais linhas de crédito que compõem a carteira são destacadas a seguir:

Crédito Consignado

O crédito consignado permanece com maior representatividade na carteira para pessoas físicas, com 38,6% do total, já considerando as aquisições de carteiras e participação no Banco Votorantim. Com a estratégia de qualificação da base de clientes e foco em linhas de menor risco, a carteira de crédito consignado cresceu 14,3% nos últimos 12 meses, o que reforça a liderança do Banco nesse segmento, com 31,2% de participação de mercado. Os empréstimos a servidores públicos continuaram como os mais representativos dessa carteira, com 86,35% do total. A carteira ainda é composta por aposentados e pensionistas do INSS (8,75%) e funcionários do setor privado (4,90%).

Financiamentos de Veículos

O saldo das operações de financiamento de veículos, incluindo aquisições de carteiras e participação no Banco Votorantim, alcançou R\$ 35,9 bilhões, incremento de 14,5% em relação a dezembro/2011.

Destaque para o crescimento das operações originadas nas agências do Banco do Brasil com clientes correntistas, que alcançaram saldo de R\$ 11,0 bilhões, uma evolução de 134,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, impulsionada pela estratégia de relacionamento BOMPRATODOS. Em que pese o incremento no desembolso, o perfil destas novas operações continuou dentro dos critérios adotados nos últimos anos, assegurando a qualidade da carteira dentro da série histórica de desempenho.

Crédito Imobiliário

O crédito imobiliário pessoa física finalizou 2012 com saldo de R\$ 10,2 bilhões, expansão de 69,0% em relação a dezembro/2011. Os desembolsos no ano atingiram R\$ 5,1 bilhões, 69,2% a mais que no mesmo período de 2011.

O maior volume de contratações no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) concentra-se na faixa de renda familiar de R\$ 1.600,00 até R\$ 3.100,00, com utilização de recursos do FGTS. Neste ano, o Banco passou a atender também à faixa de renda de até R\$ 1.600,00, como mandatário do Fundo de Arrendamento Residencial.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Em 2012, o Banco incrementou substancialmente suas contratações de operações no PMCMV, atingindo crescimento de 385,3% em comparação ao ano anterior.

No 2º semestre de 2012, o BB passou a operar também no Programa Nacional de Habitação Rural, voltado para redução do déficit habitacional nas áreas rurais.

Crédito Acessibilidade

Em fevereiro foi lançada a linha de financiamento BB Crédito Acessibilidade, alinhada ao programa de governo Viver Sem Limite – Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O novo produto é destinado aos clientes com renda mensal de até 10 salários mínimos para aquisição de produtos de tecnologia assistiva, com taxa de juros a partir de 0,57% ao mês e isenção de IOF.

O Banco do Brasil atua com exclusividade na concessão dessa modalidade de crédito na forma proposta pelo Governo e, em pouco mais de 11 meses de contratação, a carteira alcançou R\$ 14,7 milhões.

FIES

Em 2012, como agente financeiro do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), contratou 183 mil operações. O serviço prestado pelo Banco do Brasil permitiu que a carteira originada no BB atingisse saldo de R\$ 6,3 bilhões, uma evolução de 276,3% em relação ao mesmo período de 2011.

6.2.2 Clientes Pessoa Jurídica

Os principais montantes que compõem o saldo da carteira pessoa jurídica são apresentados a seguir, divididos entre clientes Micro e Pequenas Empresas (MPE) e Atacado.

No exercício, destaque para o desembolso de R\$ 24,0 bilhões em operações de repasses do BNDES, o que representou 28,6% de participação e garantiu a liderança no ranking do período.

Micro e Pequenas Empresas

Ao final de 2012, o BB possuía 2,25 milhões de clientes micro e pequenas empresas (2,34 milhões de contas), mantendo-se como principal parceiro do segmento e reforçando o posicionamento como o “Banco das Micro e Pequenas Empresas”.

O saldo das operações para MPE atingiu R\$ 88,9 bilhões, incremento de 30,7% em relação a dezembro/2011. Cabe destaque à destinação de R\$ 61,0 bilhões para capital de giro, que representou crescimento de 27,5% em relação ao mesmo período do ano passado. Somente a linha de crédito BB Giro Empresa Flex, com saldo de R\$ 19,2 bilhões, respondeu por 31,5% da carteira de capital de giro.

O saldo das operações de financiamento de investimentos às micro e pequenas empresas chegou a R\$ 25,9 bilhões em dezembro, crescimento de 40,9% em relação ao mesmo período de 2011. Destaque para o Cartão BNDES, que atingiu o saldo de R\$ 8,9 bilhões, correspondendo a 49,5% de crescimento em comparação a dezembro/2011. O Banco do Brasil mantém a liderança de mercado do Cartão BNDES em valores desembolsados, quantidade de cartões emitidos e quantidade de transações.

Nas operações de crédito com micro e pequenas empresas, o Banco do Brasil utilizou amplamente o Fundo de Garantia de Operações (FGO). Ao final de dezembro, havia 461,3 mil operações com cobertura do FGO, totalizando o saldo aplicado de R\$ 13,9 bilhões.

Outro destaque é o BNDES Capital de Giro Progeren, que integra o Programa de Apoio ao Fortalecimento da Capacidade de Geração de Emprego e Renda (BNDES Progeren). Em 2012, as liberações totalizaram R\$ 5,8 bilhões, incremento de 169,8% em relação ao mesmo período de 2011.

O BB apoiava ao final de 2012, 248 Arranjos Produtivos Locais (APL), prestando atendimento a 23.247 mil empreendimentos. O saldo das operações com as micro e pequenas empresas integrantes de APL atingiu R\$ 3,2 bilhões. A parceria do BB nos Arranjos Produtivos Locais busca ampliar a concessão de crédito, fomentar a capacitação empresarial, a expansão e a inovação tecnológica, contribuindo para o acesso aos mercados.

No Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), a ação do Banco é alinhada ao Programa Crescer do Governo Federal. Ao final de 2012, o MPO alcançou saldo de R\$ 729,95 milhões em operações de crédito para capital de giro e investimentos, contratados por empreendedores individuais e microempresas com faturamento anual de até R\$ 120 mil. Foram beneficiados mais de 534 mil clientes em todo o País.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Clientes Atacado

O modelo de atendimento em quatro segmentos, *Middle, Upper Middle, Corporate e Large Corporate*, possibilitou expressiva melhora no relacionamento negocial, principalmente no tocante às taxas e prazos, com condições mais competitivas aos clientes.

Em dezembro, a carteira de crédito de clientes atacado no conceito ampliado, que inclui títulos e valores mobiliários (TVM) de emissão privada e garantias prestadas pelo Banco do Brasil, apresentou saldo de R\$ 184,9 bilhões, crescimento de 30,1% no ano.

As principais Operações Estruturadas somaram mais de R\$ 41,8 bilhões em contratações em 2012. Deste total, a participação do Banco do Brasil foi de R\$ 21,4 bilhões, sendo R\$ 6,7 bilhões em operações de financiamento de longo prazo, tais como BNDES, Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) e Fundo da Marinha Mercante (FMM) e R\$ 14,7 bilhões em emissões no Mercado de Capitais, por meio de Debêntures, Notas Promissórias e cotas de FIDC's, além de operações envolvendo recebíveis, *facilities* e Capital de Giro de longo prazo.

6.2.3 Agronegócios

O BB mantém-se como maior parceiro do agronegócio brasileiro, com participação de 62,5% do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). A carteira de agronegócios no conceito ampliado encerrou o ano com saldo de R\$ 108,0 bilhões em operações de crédito rural e agroindustrial. Esse montante representa um incremento de 20,8 % em relação a dezembro/2011. Do total da carteira de agronegócios, R\$ 24,2 bilhões referem-se a operações contratadas no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), R\$ 11,9 bilhões no Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), R\$ 39,1 bilhões com os demais produtores, R\$ 26,6 bilhões com empresas pertencentes à cadeia do agronegócio e R\$ 6,3 bilhões com cooperativas agropecuárias.

Na contratação de operações de crédito rural destaca-se a utilização de mecanismos de mitigação de risco (intempéries e preços). Em dezembro, 53,0% das operações de custeio agrícola contratadas na safra 2012/2013 estavam cobertas com seguro de produção (Seguro Agrícola ou Proagro), seguro de preço (contratos de opções).

O apoio creditício à sustentabilidade no agronegócio está presente nas linhas Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Florestal e Programa de Agricultura de Baixo Carbono (Programa ABC). Este último programa incentiva os produtores rurais a utilizarem técnicas agropecuárias sustentáveis para reduzir a emissão de gases que provocam o efeito estufa e o desmatamento. Foi destaque em 2012, com mais de 7.126 financiamentos contratados, atingindo o montante de R\$ 2,7 bilhões. O BB aplicou no programa ABC, de julho a dezembro/2012, R\$ 1,6 bilhão, de um total de R\$ 1,5 bilhão previsto para toda a Safra 2012/2013.

O financiamento de lavouras com o emprego do Sistema de Plantio Direto (SPD), uma das tecnologias que compõe os compromissos voluntários assumidos pelo Brasil na COP-15, é expressivo e corresponde a 50,3% do total financiado em custeio agrícola pelo BB na safra 2012/2013.

6.3 Captações

As captações do BB totalizaram R\$ 690,4 bilhões ao final de dezembro de 2012, entre operações realizadas no mercado doméstico e internacional.

Destacam-se entre as captações domésticas:

- i) R\$ 34,0 bilhões em Letras de Crédito do Agronegócio;
- ii) R\$ 4,0 bilhões em repasses de fundos e programas e R\$ 86,3 bilhões em depósitos judiciais e precatórios;
- iii) R\$ 8,1 bilhões destinados ao financiamento de operações do segmento agropecuário referentes à safra 2012/2013, por meio de contrato assinado, em setembro, entre o BB e a União, concedendo crédito na forma de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, sendo o montante elegível como capital de nível I e II;
- iv) R\$ 5,21 bilhões em Letras Financeiras Subordinadas, passíveis de enquadramento como capital de nível II. Considerada essa emissão, o saldo de operações enquadradas como dívida subordinada no mercado doméstico, por seus valores nominais, somaram R\$ 10,3 bilhões.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

No mercado internacional, o BB realizou 5 emissões, sendo 2 amparadas por títulos de dívida subordinada perpétua, passíveis de enquadramento como capital de nível I e em conformidade com as diretrizes de Basileia III, 1 emissão de título subordinado passível de enquadramento como capital de nível II e 2 emissões caracterizadas como *Senior Notes*. Consideradas essas emissões, o volume das operações vigentes, por seus valores nominais, soma US\$ 12,798 bilhões.

Marcando seu retorno ao mercado japonês em setembro, o BB realizou captação pública de dívida sênior no Japão ("operação de Euro-lene") no valor de JPY 24,7 bilhões, equivalente a aproximadamente US\$ 317 milhões.

A maior captação do BB no mercado externo foi realizada em outubro, por meio da emissão de títulos de dívida de dez anos, que totalizou US\$ 1,925 bilhão. Devido à demanda, que superou a marca de US\$ 11,4 bilhões, a taxa da operação foi uma das menores já contratadas por uma instituição financeira do País.

6.4 Administração de Recursos de Terceiros

O Banco do Brasil, por meio da BB Gestão de Recursos (BB DTVM), desde 1994 é líder na indústria nacional de fundos de investimento. Ao final de 2012 atingiu o total de R\$ 444,0 bilhões em recursos administrados e uma participação de mercado de 20,0%. No período, destacam-se:

- i) o volume de recursos aplicados em Fundos Extramercado, não considerado no *ranking* da Anbima, totalizou R\$ 75,4 bilhões;
- ii) o volume de captações de R\$ 1,5 bilhão alcançado pela família de Fundos *Allocation*, no segmento *Private*;
- iii) o lançamento, em fevereiro, de oferta pública de cotas do seu primeiro Fundo de Investimento Imobiliário Renda de Escritórios para aquisição de imóveis comerciais de propriedade da Previ e geração de renda mensal aos cotistas a partir dos aluguéis pagos pelos locatários;
- iv) o lançamento, em março, do primeiro Fundo de Investimento em Participações (FIP) de seu portfólio, o Brasil Portos e Ativos Logísticos (FIP Portos), que captou R\$ 571,5 milhões sob a forma de capital subscrito.

No que se refere a captações com foco social e/ou ambiental, o Banco oferece em seu portfólio os seguintes fundos: (i) BB Referenciado Social 50; (ii) BB Ações Índice de Sustentabilidade Empresarial Jovem; (iii) BB Multimercado Balanceado LP Jovem; (iv) BB Multimercado *Global Acqua LP Private*; (v) BB Ações Carbono Sustentabilidade FIA e BB Ações Carbono Sustentabilidade com Opção de Venda FIA.

A BB DTVM é signatária dos Princípios para o Investimento Responsável, regidos pela Organização das Nações Unidas, e está desenvolvendo metodologia para integrar temas ambientais, sociais e de governança corporativa nas tomadas de decisão de investimento.

A gestão de recursos no Banco do Brasil é dirigida a todos os segmentos de mercado e, desde 2006, tem recebido nota máxima (MQ1) em Excelência em Qualidade de Gestão, atribuída pela *Moody's*.

No segmento *Private*, o Banco do Brasil encerrou o ano de 2012 com R\$ 66,4 bilhões em recursos administrados. Em crédito, esse segmento apresentou saldo de R\$ 6,4 bilhões ao final de dezembro, incremento de 70,0% em doze meses.

6.5 Clientes Governo

O Banco do Brasil é o principal agente financeiro de 16 estados, 16 capitais e mais de 433 municípios e responsável pela centralização dos negócios destes entes. Sua participação junto aos Governos Federal, Estaduais e Municipais na implantação de políticas públicas, projetos e programas faz do Banco um fomentador de negócios sociais e impulsionador do desenvolvimento do País.

O Proinveste (Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal) é uma linha de crédito, cujo objetivo é aumentar a capacidade de investimento dos Estados e do Distrito Federal, por meio de transferência dos recursos pelo BNDES. Em 2012, o Banco do Brasil contratou 9 operações.

6.6 Cartões

O faturamento com cartões de crédito cresceu 23,0% em relação ao ano anterior. A intensa utilização dos cartões como meio de pagamento e instrumento de acesso às linhas tradicionais de crédito tem

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ampliado o faturamento com os cartões, em especial junto aos segmentos empresariais e clientes dos cartões BNDES que, juntos, tiveram crescimento de 33,9% no ano.

Em 2012, o BB ampliou o volume de negócios com os cartões Ourocard Crediário, reforçando sua estratégia de oferta de crédito ao consumo por meio da linha BB Crediário, o que alavancou o desembolso dessa linha em 271% em relação ao ano anterior. Além disso, em novembro de 2012, o BB disponibilizou a contratação de operações na linha BB Crediário também para os portadores de cartões da bandeira Elo.

6.7 Seguros, Previdência e Capitalização

O Grupo BB Mapfre manteve a 1ª posição em arrecadação de prêmios de seguros do mercado brasileiro. A BB Mapfre SH1, empresa que concentra as seguradoras dos segmentos pessoas, habitacional e rural, encerrou 2012 com R\$ 4,7 bilhões de receitas e R\$ 635,5 milhões de resultado. A Mapfre BB SH2, empresa que reúne as seguradoras dos segmentos automóveis, patrimoniais e *affinity*, registrou R\$ 6,6 bilhões de faturamento e lucro líquido de R\$ 264,2 milhões.

No segmento de previdência complementar aberta, a Brasilprev obteve R\$ 67,6 bilhões em carteira administrada, crescimento de 37,4% nos últimos doze meses, encerrando 2012 com 26,0% de participação de mercado em arrecadação.

Na previdência complementar fechada, a BB Previdência encerrou 2012 com patrimônio de R\$ 2,226 bilhões, 41 planos empresariais de 54 empresas patrocinadoras, 2 planos instituídos de 2 entidades classistas e setoriais e 77 mil participantes. Destacou-se também a evolução de R\$ 3,3 bilhões no estoque em previdência privada, no modelo de negócios *Private*, que conta com volume atual de R\$ 10,8 bilhões.

A Brasilcap apresentou receita 17,6% superior a 2011, totalizando R\$ 3,9 bilhões. Suas provisões técnicas ultrapassaram o montante de R\$ 6,5 bilhões, o que representa evolução de 29,4% e consolida a posição de liderança no mercado.

6.8 Mercado de Capitais

No mercado doméstico de capitais, o BB oferece serviço de compra e venda de ações por meio da sua rede de agências, internet (*home broker*) e dispositivos *mobile*. O volume movimentado foi de R\$ 21,25 bilhões e 827 mil negócios, dos quais R\$ 19,55 bilhões foram pelo novo *home broker*.

Em novembro foi constituído o Fundo de Investimento Imobiliário BB Progressivo II, com patrimônio formado por 64 imóveis localizados em todas as regiões do País e que eram de propriedade do Banco do Brasil. Os imóveis continuarão a ser utilizados pelo Banco e foram alugados pelo prazo inicial de 10 anos. Na oferta pública de distribuição de cotas, realizada no mesmo mês, foram subscritas e integralizadas 15.919.690 cotas, no valor de R\$ 100,00 por cota.

Conforme o *ranking* Anbima, o Banco do Brasil, no ano de 2012, por intermédio do BB-Banco de Investimento (BB-BI):

- i) coordenou, 82 emissões de títulos de renda fixa, totalizando volume de R\$ 21.279 milhões, ficando em 3º lugar no *ranking* de originação consolidado, com 19,5% de participação de mercado;
- ii) coordenou 78 emissões de debêntures e notas promissórias, totalizando R\$ 20.806 milhões de volume originado;
- iii) realizou operações de CRI e FIDC, que geraram um volume de R\$ 473,17 milhões no mercado de securitização;
- iv) coordenou 7 ofertas públicas, que somaram R\$ 10,15 bilhões no mercado de renda variável. Em termos de distribuição, o BB alcançou o 5º lugar no *ranking*, com 9,3% de participação de mercado;
- v) participou de 4 operações de fusões e aquisições, que somaram R\$ 2.251 milhões, ficando em 11º lugar no *ranking* Anbima, acumulado até 30 de setembro, último dado disponível.

6.9 Serviços

Por meio dos serviços de cobrança bancária, arrecadação de guias e débito automático, o Banco do Brasil atende mais de 590 mil empresas, que movimentaram R\$ 926 bilhões em 2012, com um total

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

de 1,071 bilhão de títulos. Esses serviços agregaram R\$ 2,155 bilhões em receitas, crescimento de 2,18% em relação a 2011.

O Débito Direto Autorizado (DDA) somou 1,23 milhão de sacados eletrônicos, 13% de participação de mercado e mais de 23,7 milhões de boletos apresentados eletronicamente.

No âmbito dos convênios de folha de pagamento foram processados R\$ 348,6 bilhões. No total, o BB atendeu 12 milhões de servidores públicos e funcionários de empresas privadas com esse serviço.

Em relação aos pagamentos de benefícios, foram realizados por meio de cartão específico e crédito em conta, mais de R\$ 7,8 bilhões/mês em benefícios de diversos programas do governo.

Na arrecadação de tributos, o volume arrecadado em 2012 somou R\$ 552,6 bilhões, ficando R\$ 5,8 bilhões ou 2,1% acima do verificado no ano passado. O produto que mais se destacou foi a Arrecadação DARF, com 14,5% de crescimento, totalizando R\$ 162 bilhões.

Ao segmento cooperativista de crédito, o BB disponibilizou os Serviços de Integração à Compe e ao SPB. Até o final do ano de 2012, o serviço foi prestado a 325 cooperativas de crédito, envolvendo 463.799 cooperados.

Por meio do portal Licitações-e, foram realizados 51 mil processos licitatórios no valor total de R\$ 23,16 bilhões.

A BB Administradora de Consórcios encerrou 2012 com uma carteira de 401 mil cotas ativas, crescimento de 15,6% em 12 meses. Destaque para o segmento de automóvel, que cresceu 18,4%, atingindo 369 mil cotas em dezembro. Foram comercializadas no período 130 mil novas cotas de consórcio, que representam R\$ 4,0 bilhões em cartas de crédito.

6.10 Institutos de Previdência - RPPS

O Banco do Brasil é a instituição financeira líder de mercado na administração de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS), totalizando R\$ 24,4 bilhões em recursos administrados em dezembro, além da geração de tarifas no montante de R\$ 49,2 milhões no ano de 2012.

Em 2012, o Banco intensificou esforços para o desenvolvimento e sustentabilidade da previdência do servidor público, em apoio às políticas de governo. Promoveu e participou ativamente de eventos em parceria com o Ministério da Previdência Social e de treinamentos específicos de capacitação e governança previdenciária para os dirigentes, conselheiros e servidores dos RPPS.

6.11 Internacionalização

Nos EUA, o lançamento da marca Banco do Brasil Americas, ocorrido em outubro, marcou o 204º aniversário do BB e o início das operações do banco adquirido na Flórida (antigo EuroBank), estabelecendo as bases para ampliar sua atuação no mercado de varejo norte-americano.

Além das corretoras sediadas em Londres e Nova Iorque, o Banco do Brasil inaugurou a BB Securities Ásia, em Cingapura, passando a cobrir os principais mercados investidores.

Na Europa, o Banco segue aprimorando a estrutura de governança existente e consolidando a implementação do centro de apoio aos negócios em Portugal – BB Europa Servicing Center.

O Banco Patagonia, na Argentina, apresentou incremento de 48,6% no resultado de 2012 em comparação a 2011, refletindo o impacto da governança BB sobre a controlada. Em relação às operações de crédito, o aumento foi de 42,0%.

6.12 Comércio Exterior

No comércio exterior, o BB manteve a liderança no câmbio de exportação e de importação, com volumes de US\$ 63.640,5 milhões e US\$ 46.894,1 milhões, e participações de mercado de 27,1% e 21,8%, respectivamente.

O BB atingiu a marca de US\$ 36.787,9 milhões e US\$ 34.084,3 milhões em operações de compra e venda, respectivamente, no mercado de câmbio financeiro. Destaque para o cartão pré-pago em moeda estrangeira Ourocard Visa *Travel Money*, que já atingiu 56,3% do volume total das vendas de moeda estrangeira destinadas a viagens internacionais (câmbio manual).

As operações de exportação (ACC/ACE) se destacam com concessões de US\$ 15,3 bilhões e participação de 32,1% do mercado. O volume financiado em importações foi US\$ 988 milhões. No

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

repassse de recursos de programas governamentais, os desembolsos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex), na modalidade financiamento, foram de US\$ 447.064 mil e os desembolsos da linha BNDES-Exim atingiram US\$ 924.810 mil.

Os serviços on-line de câmbio e de comércio exterior realizados via internet representaram 68% dos contratos de câmbio de exportação e 49% de importação. O BB oferece, ainda, serviços de capacitação em negócios internacionais. Em 2012 foram treinadas 8.652 pessoas em todo o País, superando em 36,55% o resultado obtido em 2011.

Para viabilizar operações de importação, exportação e *drawback* de empresas de todas as regiões do País, por meio do convênio de cooperação entre o Banco do Brasil e o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foram analisados 785.644 documentos no ano de 2012.

7. Gestão Corporativa

7.1 Governança Corporativa

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Brasil estão presentes o Conselho de Administração, composto por oito membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e de Remuneração e pela Auditoria Interna, e a Diretoria Executiva composta pelo Conselho Diretor (Presidente e nove vice-presidentes) e por 27 diretores estatutários. O BB mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal composto por cinco membros titulares e cinco suplentes.

Como boa prática de governança corporativa, o Banco instituiu instrumentos para avaliar o desempenho do Conselho de Administração, do Comitê de Auditoria e da Diretoria Executiva, que possibilita o mapeamento e a identificação de oportunidades de aprimoramento das suas respectivas atuações. Além do Estatuto Social, o Código de Governança Corporativa e o Código de Ética são documentos que dão suporte às melhores práticas de governança corporativa do Banco do Brasil.

Aderente à Resolução Bacen 3.921/2010, o Banco do Brasil criou modelo para Avaliação de Desempenho de Estatutários e o Comitê de Remuneração, órgão responsável por propor, ao Conselho de Administração, políticas de Remuneração Variável de Dirigentes do Conglomerado.

Em todos os níveis do Banco as decisões são tomadas de forma colegiada. Com o propósito de envolver os executivos na definição de estratégias e na aprovação de propostas para os diversos negócios do Banco do Brasil. Para tanto, a administração utiliza comitês, subcomitês e comissões de nível estratégico, que garantem agilidade e segurança ao processo de tomada de decisão.

7.2 Relacionamento com o Mercado

O Banco do Brasil disponibiliza ampla gama de relatórios e de informações à CVM e no site de Relações com Investidores. Além disso, adota a postura de convidar o mercado para conferências sempre que a Administração entende ser necessário clarificar temas específicos sobre a Empresa. No ano de 2012, o Banco do Brasil participou de 104 encontros com investidores e analistas no País, 9 *non-deal roadshows* (visitas de relacionamento) no exterior, 11 conferências no País e no exterior e promoveu 8 teleconferências de resultado com analistas e investidores, além dos atendimentos personalizados a investidores e analistas de mercado.

Em 2012, para estreitar o relacionamento com os investidores pessoas físicas, o Banco do Brasil realizou, em conjunto com a Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), reuniões em seis capitais brasileiras: Porto Alegre, Brasília, Belo Horizonte, Fortaleza, São Paulo e Rio de Janeiro. Ao todo, esses eventos reuniram mais de 1.000 pessoas.

7.3 Controles Corporativos

Gestão de Riscos

Em 2012, o Banco do Brasil aprovou o seu modelo interno de cálculo de capital para cobertura de risco operacional; participou ativamente das discussões sobre a nova regulação bancária estipulada no âmbito de Basileia III e dos exercícios de avaliação promovidos pelo Comitê de Basileia para Supervisão Bancária; aprovou a política e revisou os processos e procedimentos relacionados à gestão de capital; e convergiu suas notas explicativas referentes à gestão de riscos para o padrão IFRS.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Mais informações podem ser consultadas no Relatório Gestão de Riscos, disponível no sítio de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Controles Internos

As diversas atividades de controles internos desenvolvidas no ano de 2012 tiveram por princípio fundamental a segregação de funções para consecução do objetivo de apurar a conformidade dos processos conduzidos pelo Banco do Brasil com as leis e regulamentos externos e internos, com avaliação, validação e certificação dos controles definidos pelos gestores para produtos, serviços e processos. Neste sentido, destaca-se o elevado grau de segurança verificado nos processos de elaboração das Demonstrações Contábeis e Formulário de Referência, publicados no ano de 2012.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo–PLD/FT

O Banco apoia e contribui ativamente com as ações no âmbito do Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro, por meio da participação nas reuniões de elaboração e implementação da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), e da formalização de Acordos de Cooperação Técnica com instituições como o Ministério da Justiça, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), vinculado ao Ministério da Fazenda, e o Ministério Público do Estado de São Paulo. O Banco do Brasil mantém um conjunto de eventos para a capacitação dos funcionários em PLD/FT, incluindo cursos, seminários e certificação de conhecimentos. Participaram dos treinamentos, em 2012, mais de 64,5 mil funcionários.

Segurança de Ambientes, de Canais de Atendimento e da Informação

Os investimentos em tecnologia, aliados à capacitação contínua dos profissionais, contribuem para proteção dos clientes, dos funcionários e da sociedade. Em 2012, os investimentos na modernização do aparato de segurança das unidades foram de R\$ 873 milhões.

Destacam-se a expansão do BB *Token* e a implementação do BB *Code* aos clientes que possuem *smartphone*. O BB *Code* utiliza o código de barras bidimensional *QR-Code* e técnicas de criptografia nas transações via internet. Mantém ainda a implementação da biometria nos terminais de autoatendimento e de caixa.

Em 2012, o BB iniciou a migração dos certificados digitais de conexões seguras (SSL - *Secure Sockets Layer*) para o padrão ICP-Brasil. Incrementou também o uso de certificados digitais, padrão ICP-Brasil, nos processos operacionais, pois além de excelente ferramenta de segurança, os certificados digitais melhoram a eficiência operacional.

Foram assinados 249,2 mil contratos de câmbio com uso de certificados digitais, representando 57,5% do total assinado no Banco do Brasil, gerando uma economia aproximada de R\$ 1.707,1 mil no período.

Em maio foi inaugurado o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC) do Banco do Brasil, alinhado ao disposto na Lei 12.527/11 - Lei de Acesso à Informação (LAI). No âmbito da LAI, o Banco do Brasil é a décima entidade mais demandada do Governo Federal.

Programa BB Eco Eficiente

O Programa BB Eco Eficiente, aprovado em 2012, construiu um conjunto de ações coordenadas, com abrangência em toda a Organização, com objetivo de produzir ganhos sustentáveis de resultado. De caráter permanente, aborda temas que permeiam as principais variáveis da formação do resultado do Banco, sob os aspectos de eficiência e produtividade, e se alinha com o atendimento de demandas globais de redução de impacto ambiental das operações.

7.4 Tecnologia

No âmbito dos projetos estratégicos estruturantes cabe destacar o de modernização da infraestrutura tecnológica nas dependências do exterior e o desenvolvimento de nova solução para os processos da área financeira e de tesouraria, e de recursos humanos e logística.

Encontra-se em fase de conclusão, a construção do novo Centro de Processamento de Dados (*Datacenter*) em Brasília – DF, que suportará a continuidade dos negócios com segurança e altíssima disponibilidade, mesmo em caso de desastres extremos.

Em 2012, o BB realizou investimentos expressivos na preparação de um ambiente tecnológico corporativo robusto para suportar as diversas exigências regulatórias, a exemplo das soluções em curso para alinhamento às regras de Basiléia II, nos segmentos de riscos de mercado, crédito e operacional.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**8. Pessoas****8.1 Talentos, Desempenho e Carreira**

No ano de 2012, o Banco realizou 3 concursos públicos e ingressaram na empresa 4.969 novos funcionários.

Aproximadamente 15 mil funcionários obtiveram progresso na carreira em 2012 por meio de programas internos de ascensão profissional e identificados em banco de Talentos e Oportunidades.

Para acompanhar a atuação profissional, aproximadamente 113 mil funcionários tiveram seus desempenhos individuais avaliados pelo instrumento denominado “Gestão do Desempenho por Competências”.

Com o intuito de consolidar informações sobre diversos indicadores de gestão de pessoas e de desempenho gerencial, foram lançados o “Radar Gestão de Pessoas” e o “Radar do Gestor” que mapeiam perfis de cerca de 6.415 unidades e 5.266 gestores. Tais ferramentas subsidiam a realização de diagnósticos, o acompanhamento do desempenho e o estabelecimento de estratégias para desenvolvimento de gestores e suas equipes.

Em linha com a estratégia de internacionalização do Banco do Brasil, em abril de 2012, foi aprovado o Programa Ascensão Profissional Gestores em Unidades no Exterior, que identificou e desenvolveu funcionários de carreira do Banco do Brasil para atuação internacional.

8.2 Remuneração e Benefícios

O Banco avançou em sua política de remuneração variável implantando o Programa de Desempenho Gratificado - PDG, que visa reconhecer os melhores desempenhos entre os gerentes de agência e superintendentes regionais da Rede de Negócios do Banco. Desse público, foram contemplados os 30% com melhor classificação no 2º semestre de 2011, que receberam o pagamento em junho de 2012. Além disso, distribuiu a Participação nos Lucros ou Resultados do 2º semestre de 2011 e 1º semestre de 2012, pagas em fevereiro e outubro de 2012 respectivamente.

A tabela a seguir demonstra a remuneração e os benefícios concedidos aos funcionários:

Tabela 4. Remuneração e Benefício

	R\$ milhões		
	2011	2012	Δ 2011 (%)
Folha de pagamento ¹	13.503	15.322	13,5
Previdência Complementar ²	306	337	10,3
Planos de Saúde ²	895	928	3,7
Participação nos Lucros e Resultados ³	1.791	1.835	2,5
Treinamento ⁴	77	55	(27,7)

1 - Despesas com proventos, benefícios, encargos sociais e provisões administrativas, conforme Nota Explicativa 22.c (Despesas de Pessoal);

2 - Custeio dos planos de previdência complementar e de saúde, conforme Notas Explicativas 22.c e 27 (Tabela Contribuições do Banco para os planos de benefícios);

3 - Valor destinado à Participação nos Lucros e Resultados, conforme Demonstração do Resultado do Exercício;

4 - Conforme Nota Explicativa 22.c.

8.3 Educação Corporativa

Em 2012, os treinamentos presenciais alcançaram 50.850 funcionários. A implementação do novo conceito do Banco - BOMPRATODOS - foi precedida de ações de capacitação à distância, utilizando videoaulas e sistema de acompanhamento por tutoria, com 10.415 funcionários treinados no módulo Estratégico, 52.565 no Negocial, e 61.762 no Crédito Imobiliário e Veículo. Com a parceria do Banco Postal (BP), foram formados 8.579 multiplicadores, que treinaram 12.000 funcionários do BP. Com relação ao projeto Minha Casa Minha Vida, foram treinados 5.469 funcionários, objetivando desenvolver competências específicas sobre crédito imobiliário. Foram preparados, também, 4.100 agentes para atuarem no Microcrédito Produtivo Orientado e iniciadas ações de capacitação para a transformação da força de vendas. Ainda foram realizadas ações de capacitação sobre Eficiência Operacional e Planejamento Estratégico, para 160 Executivos e 1.153 Gerentes de Divisão e de Unidades de Apoio, para disseminar o conceito e a cultura de produtividade e eficiência.

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Por intermédio do Programa de Certificação Interna de Conhecimentos, foram certificados 28.655 funcionários, o que demonstra o alto interesse em se manterem atualizados em assuntos vinculados ao exercício da sua função.

Alinhados à Estratégia Corporativa do BB, em 2012, foram investidos R\$ 103,5 milhões em educação empresarial e a Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) completou 10 anos de existência.

9. Sustentabilidade

Em relação à atuação socioambiental do BB no ano, merecem destaque as seguintes ações:

- i) foi um dos principais parceiros oficiais da Conferência Rio+20, realizada em junho, com mais de 45 mil participantes credenciados e ampla participação de delegações estrangeiras, chefes de estado e representantes da sociedade civil. A Fundação Banco do Brasil também participou, com foco na sociedade civil e ações concentradas na Cúpula dos Povos;
- ii) aderiu, durante a Rio+20, ao Programa Municípios Verdes, que consiste em promover o desenvolvimento do estado do Pará;
- iii) realizou, em agosto, o Workshop Negócios Sociais com representantes do Yunus Social Business (YSB) sobre principais experiências no tema, com o intuito de identificar novas formas de atuação no segmento baixa renda;
- iv) assinou o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção, assumindo publicamente o compromisso de propagar boas práticas de ética empresarial;
- v) foi selecionado, pela primeira vez, como integrante do Índice Dow Jones de Sustentabilidade da Bolsa de Nova Iorque (DJSI) para o período 2012/2013, firmando-se internacionalmente como uma empresa de reconhecida sustentabilidade corporativa;
- vi) recebeu do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, pelo segundo ano consecutivo, a “Categoria Ouro” em seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa;
- vii) selecionou, em parceria com Fundação Banco do Brasil (FBB) e Instituto Cooperforte, 62 projetos de entidades do terceiro setor apoiadas por funcionários voluntários em todo o País. Os recursos são direcionados para ações de geração de trabalho e conservação ambiental, e somam mais de R\$ 3,6 milhões. Além disso, foi aberto no terceiro trimestre o 4º edital para apoio a projetos voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, por meio de recursos oriundos da renúncia fiscal;
- viii) selecionou, em parcerias com a FBB e o BNDES (Fundo Social), 39 projetos de cooperativas/associações apoiadas pela Estratégia de Desenvolvimento Regional Sustentável em todo o País. Os recursos direcionados foram destinados a projetos de geração de trabalho e renda e somam R\$ 8,8 milhões apoiados pela FBB e R\$ 12 milhões aprovados pelo BNDES;
- ix) teve seu desempenho sustentável reconhecido mais uma vez, ao ser listado no Índice de Sustentabilidade Empresarial BM&FBovespa para o período 2012/2013, espaço que ocupa desde a divulgação da primeira carteira em 2005;
- x) atualizou seu Plano de Sustentabilidade BB - Agenda 21 para o período 2013/2015, de forma a apoiar o processo de aprimoramento das práticas do BB em sustentabilidade e contribuir para que a Empresa seja referência mundial no tema;
- xi) participou da 18ª Conferência das Partes da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima - COP 18, ocorrida no Qatar.

No ano de 2012, a Estratégia em Desenvolvimento Sustentável, que busca impulsionar o desenvolvimento sustentável das localidades onde o Banco está presente, contabilizou 4,1 mil Planos de Negócios em implementação, envolvendo 1,5 milhão de beneficiários em 4,1 mil municípios brasileiros. O saldo das operações contratadas atingiu o valor de R\$ 14,9 bilhões, dos quais cerca de R\$ 9,4 bilhões (63,31%) referem-se ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

No âmbito do Programa Água Brasil, em março de 2012, o BB promoveu, em parceria com a Associação dos Princípios do Equador, WWF/EUA e *Business and Biodiversity Offsets Program – B2B*, o “Workshop Biodiversidade para Bancos”, que teve a participação dos principais bancos brasileiros, e objetivou auxiliá-los no processo de inclusão dos riscos da biodiversidade e serviços ecossistêmicos em suas decisões de financiamento e investimento. Ainda, em 2012 o BB publicou as

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

diretrizes socioambientais específicas para o crédito nos setores agronegócios e energia elétrica e, em continuidade à iniciativa, elaborou propostas de diretrizes para o crédito nos setores de construção civil e mineração, que foram submetidas à análise dos *stakeholders* em painel específico realizado em novembro de 2012.

Para mais informações sobre a atuação do BB em desenvolvimento sustentável, consulte o site www.bb.com.br/sustentabilidade.

10. Informações Legais

Conforme os critérios definidos pelo Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (Lei Geral da Micro e Pequena Empresa), 96,3% dos clientes pessoa jurídica do BB são classificados como micro e pequenas empresas. O volume de recursos utilizado pelas MPE atingiu R\$ 59,1 bilhões em dezembro/2012, crescimento de 27,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. O saldo das operações de capital de giro contratadas pelas microempresas totalizou R\$ 9,95 bilhões e das pequenas empresas R\$ 30,4 bilhões. As operações de investimento destinadas às microempresas atingiram R\$ 4,0 bilhões e para as pequenas empresas R\$ 13,8 bilhões.

Em cumprimento à Instrução CVM 381, o Banco do Brasil informa que a KPMG Auditores Independentes não prestou ao Banco e subsidiárias, no ano de 2012, serviços que pudessem afetar sua independência em relação aos trabalhos de auditoria.

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa, o Banco do Brasil adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar, gerencialmente, perante seu cliente nem tampouco promover os interesses desse cliente.

Em 2012, o Banco do Brasil contratou a KPMG Auditores Independentes para prestação de outros serviços não relacionados à auditoria externa do Banco e de suas subsidiárias no montante de R\$ 1.753,5 mil, que representam 16,8% dos honorários relativos ao serviço de auditoria externa. Os serviços contratados foram:

Data de contratação	Fim da contratação	Natureza do serviço prestado	Valor da remuneração (R\$)
14/11/2011	31/12/2012	Corporate income tax and advisory services	15.054,30
27/11/2012	29/11/2012	Risk Based Capital Requirements analysis	10.036,20
01/01/2012	01/01/2013	Consultoria Fiscal/Tributária	149.616,00
24/10/2012	23/12/2013	Revisão da dedutibilidade das perdas no recebimento de créditos	90.000,00
31/01/2012	31/12/2013	Assessoria Fiscal Permanente	177.008,72
20/05/2012	31/12/2012	Revisão da Declaração Integrada de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ)	84.000,00
20/04/2012	31/12/2012	Diagnóstico de riscos e matrizes de segregação de funções em sistemas	1.002.500,00
26/10/2012	31/03/2013	Assessment ICAAP	102.312,00
23/07/2012	31/12/2012	Trabalho de revisão Declaração Imposto de Renda Pessoa Jurídica 2012	8.000,00
26/07/2012	31/12/2012	Desoneração Folha de Pagamento decorrente da Medida Provisória 563	4.000,00
27/07/2012	31/12/2012	Assessoria - Consulta redução do Capital Social	20.799,12
18/09/2012	31/07/2012	Revisões Fiscais, DIPJ e Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais (DACon)	61.300,00
29/09/2012	20/11/2012	Custo do produto final	28.900,00

Conforme normas que regem os serviços de auditoria externa, a KPMG Auditores independentes apresenta periodicamente ao Banco do Brasil Carta de Independência.

No Banco do Brasil a contratação de serviços relacionados à auditoria externa deve ser precedida por parecer do Comitê de Auditoria.

De acordo com o contido na Deliberação CVM 488/05, o BB esclarece:

- i) os investimentos fixos em 2012 somaram o valor de R\$ 2.086,0 milhões, destacando o investimento em novos pontos de atendimento e na melhoria da ambiência das agências (R\$ 1.301 milhões) e em tecnologia da informação (R\$ 705 milhões);

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ii) possui R\$ 549,5 milhões de créditos tributários não ativados em decorrência dos requisitos estabelecidos pelas Resoluções CMN 3.059 de 20.12.2002 e 3.355 de 31.03.2006, e apresentados na Nota Explicativa de Tributos das Demonstrações Contábeis relativas ao ano de 2012;
- iii) mantém registrado em contas de compensação, conforme regras dispostas no Plano Contábil das Instituições Financeiras (Cosif), o montante de R\$ 20,8 bilhões decorrente de Coobrigações e Riscos em Garantias Prestadas a clientes e empresas integrantes do Conglomerado BB;
- iv) firmou em 2009, Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim pelo limite equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição. A operação foi contabilizada em contas de compensação, conforme regras dispostas no Cosif e encontra-se publicada na Nota Explicativa Partes Relacionadas das Demonstrações Contábeis relativas ao ano de 2012.

Em conformidade com o art. 8º da Circular Bacen 3.068/2001, o Banco do Brasil afirma que possui a intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos até o Vencimento”. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que não considera a possibilidade de venda desses títulos.

O Banco do Brasil, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBOvespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

11. Principais Reconhecimentos Recebidos no Período

- i) o portal Licitações-e foi novamente o grande vencedor do VI Prêmio, concedido durante o VII Congresso Brasileiro de Pregoeiros, ocorrido em março, nas categorias: 'Melhor sistema de Pregão Eletrônico 2011', 'Melhor Interação com o Fornecedor 2011' e 'Maior número de pregões realizados e concluídos no ano de 2011';
- ii) em abril, o Presidente do BB, Aldemir Bendine, recebeu do governador de Minas Gerais, Antonio Anastasia, a Medalha da Inconfidência, maior comenda concedida por esse estado, que é entregue anualmente a personalidades e entidades que contribuíram para o desenvolvimento de Minas;
- iii) no anuário *The Banker's Deals of The Year 2012*, publicado no mês de abril, o Banco do Brasil foi vencedor entre as operações de captação mais impressionantes, pela emissão de US\$ 1 bilhão em dívida subordinada no exterior, realizada em janeiro;
- iv) em maio, o Banco do Brasil foi escolhido o banco que melhor serviço prestou à sua clientela e ao País em 2011 recebendo o diploma de "Qualidade em Bancos", concedido pela revista Banco Hoje;
- v) em maio, o BB atingiu o primeiro lugar no *ranking* de *equity sales* da *Bloomberg*, uma das principais provedoras mundiais de informação para o mercado financeiro;
- vi) também em maio, o Banco do Brasil recebeu placa de reconhecimento pelo importante papel que realiza na disseminação e na contribuição ao alcance dos Objetivos do Milênio pelo Brasil;
- vii) o Banco do Brasil é o líder do *ranking* mundial como o banco mais sólido do planeta, segundo pesquisa realizada pela agência norte-americana independente de classificação de risco – *Weiss Ratings*. A pesquisa foi publicada no site *BankingMyWay*, especializado no mercado bancário internacional;
- viii) em setembro, a Ouvidoria Externa do BB foi reconhecida como uma das 10 melhores do País, ao participar do Prêmio Ouvidorias Brasil, uma iniciativa da Associação Brasileira de Ouvidores, da Associação Brasileira das Relações Empresa-Cliente e apoio da revista Consumidor Moderno;
- ix) em setembro, o Banco do Brasil foi reconhecido como uma das empresas líderes pelo Prêmio Época Empresa Verde;
- x) o Banco do Brasil, em setembro, foi o grande vencedor do Prêmio Intangíveis Brasil (PIB) 2012 na categoria especial Top Intangíveis Brasil, no setor Bancos e, também, foi o primeiro colocado no ranking geral, pela primeira vez, em setembro;
- xi) o Banco do Brasil recebeu, em setembro, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio Arquitetura Corporativa, desta vez com o projeto da Agência Estilo 2.0 Santa Maria (RS) na categoria “Profissional Interiores – Obras Realizadas”;

Banco do Brasil S.A. – Relatório da Administração 2012

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- xii) em setembro, o BB ficou em 3º lugar no *ranking Brand Finance*, referente às marcas mais valiosas do Brasil e da América Latina 2012;
- xiii) o Banco do Brasil ficou em 1º lugar na categoria Bancos e 3º lugar no *ranking* geral em Marcas de Confiança 2012 do *Ranking Seleções do Reader's Digest*;
- xiv) também em setembro, o BB foi considerado a marca favorita da nova classe média brasileira em pesquisa realizada pela Data Popular;
- xv) BB continua a marca mais lembrada na categoria “Banco” do prêmio Folha *Top of Mind*, desde a sua primeira edição. Também foi o mais lembrado na categoria “finanças” e, entre instituições financeiras, é o que aparece em primeiro quando o assunto é Copa do Mundo e Olimpíadas;
- xvi) em outubro, foi lançada a versão 2012 do Guia dos Bancos Responsáveis (GBR) do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), onde o BB se destacou como o único entre seus pares que teve o desempenho classificado como “bom”;
- xvii) também em outubro, o BB foi considerado o maior banco da América Latina pela *AméricaEconomía Intelligence*;
- xviii) em pesquisa divulgada, em novembro, realizada pela consultoria CVA *Solutions*, o Banco aparece em primeiro no ranking das “instituições que mais agradam aos correntistas”;
- xix) também em novembro, a campanha BOMPRATODOS, do BB, foi uma das vencedoras da 25ª edição do *Marketing Best*, prêmio realizado anualmente pela Editora Referência, por meio da revista *Marketing* e pela *Mídia Mundo Marketing*;
- xx) a Universidade Corporativa Banco do Brasil (UniBB) recebeu os seguintes reconhecimentos públicos em 2012: Melhor Programa de Educação Corporativa do País, Referência Nacional em Learning & Performance Brasil 2012, considerada uma das Melhores Universidades Corporativas do Brasil pela *Corporate University Best in Class CUBIC Awards Brasil*.

Agradecimentos

Agradecemos a dedicação e o empenho de nossos funcionários e colaboradores, bem como a confiança dos acionistas, dos clientes e da sociedade.

Mais informações, visite o site de Relações com Investidores: www.bb.com.br/ri.

Notas Explicativas**Índice das Notas Explicativas**

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.
2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas

1. Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standard Board (IASB)*.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

1 – O Banco e suas Operações

O Banco do Brasil S.A. (“Banco do Brasil”, “Banco”, “Grupo” ou “Conglomerado”) é uma companhia aberta de direito privado regida, sobretudo, pela legislação aplicável às sociedades por ações, controlada pelo Governo Federal, e sua matriz está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 32, Bloco C, Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objetivo a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as seguintes funções atribuídas nas leis brasileiras, sob a supervisão do Conselho Monetário Nacional: (i) ser o agente financeiro do Tesouro Nacional; (ii) ser o principal executor dos serviços bancários de interesse do Governo Federal, inclusive suas autarquias; (iii) arrecadar depósitos voluntários; (iv) executar os serviços de compensação de cheques e outros papéis; (v) realizar operações de compra e venda de moeda estrangeira por conta própria e, nas condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, por conta do Banco Central do Brasil; (vi) realizar recebimentos ou pagamentos e outros serviços de interesse do Banco Central do Brasil; (vii) dar execução à política de comércio exterior, entre outras atribuições.

No processo de gestão do Banco do Brasil são utilizados mecanismos expressos em sistema normativo, que detalham os procedimentos operacionais necessários à implementação das decisões organizacionais relativas aos negócios e atividades da Empresa e ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

O Banco do Brasil mantém sistema de auto-regulação que disciplina a negociação com valores mobiliários de sua emissão por quaisquer pessoas que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Empresa, tenham acesso a informação de ato ou fato relevante. Estão sujeitos à auto-regulação, no Banco do Brasil, além do acionista controlador, dos administradores e membros do Conselho Fiscal, todas as pessoas que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com o Banco que detenham conhecimento sobre informação contábil, estratégica ou qualquer outra informação sobre negócios do Banco que possa ensejar ato ou fato relevante.

Em relação às suas políticas de divulgação de informações ao mercado, o Banco do Brasil pauta a sua atuação com base nas necessidades de usuários externos para fins de decisões de natureza econômica, em aderência às exigências dos órgãos reguladores e fiscalizadores. As informações são prestadas com qualidade, transparência, veracidade, completeza, consistência, equidade e tempestividade, respeitados os mais altos padrões de governança corporativa.

No Banco do Brasil, o Vice-Presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores é o responsável pela divulgação de informações referentes a atos ou fatos relevantes e demais informações ao mercado investidor, embora os demais administradores respondam solidariamente nos casos de descumprimento das normas que disciplinam a divulgação de informações ao mercado.

Outras informações a respeito das empresas que compõem o Conglomerado Banco do Brasil e a descrição dos segmentos de negócio em que o Banco opera estão relacionados nas Notas 5 e 7, respectivamente.

2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis Consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis consolidadas referentes exercícios encerrados em 31.12.2012, 31.12.2011 e 31.12.2010 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pelo Conselho Diretor do Banco do Brasil em 19.03.2013.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

b) Bases de mensuração dos ativos e dos passivos

Estas demonstrações contábeis consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de mensuração, exceto para os seguintes itens: (i) instrumentos financeiros derivativos; (ii) ativos e passivos financeiros mantidos para negociação; (iii) ativos e passivos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado; e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda, os quais foram todos mensurados a valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), a moeda funcional e de apresentação do Banco. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis consolidadas equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31.12.2011 e 31.12.2010.

3 – Principais Políticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis consolidadas e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Bases de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas do Grupo refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco do Brasil, das suas subsidiárias e das participações em entidades controladas em conjunto (*joint ventures*), bem como os resultados atribuíveis ao Banco relativos às participações societárias em empresas coligadas.

Os saldos e transações intragrupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas nas transações entre as companhias do Conglomerado, são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Banco na investida.

As participações de acionistas não controladores são apresentadas no Balanço Patrimonial Consolidado como um componente segregado do patrimônio líquido. O lucro líquido atribuível a acionistas não controladores é evidenciado separadamente na Demonstração do Resultado Consolidado e na Demonstração do Resultado Abrangente Consolidado.

O Banco reavalia o processo de consolidação pelo menos a cada data de reporte. Essa análise considera a possibilidade de alterações estruturais, o que inclui mudanças nos arranjos contratuais do Grupo, que não se limitam à mudança de controle.

Subsidiárias – São subsidiárias as empresas sobre as quais o Banco exerce controle. O controle normalmente é presumido quando o Banco detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada entidade, conforme estipulado por lei, por Estatuto ou por acordo de acionistas, e obtém benefícios de suas atividades, mesmo que o percentual detido sobre o seu capital votante seja inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto que são correntemente exercitáveis ou conversíveis são considerados na avaliação se o Banco controla uma entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Combinação de negócios – A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (*goodwill*). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em Outras receitas não de juros.

Os custos de transação que o Banco incorre em uma combinação de negócios, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio, são registrados no resultado do período quando incorridos. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período contábil são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde a data de aquisição até o fim do exercício. Por sua vez, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas desde o início do exercício até a data da alienação, ou até a data em que o Banco deixou de exercer o controle.

Mudança de participação societária em subsidiárias – As alterações na participação societária em uma subsidiária que não resultam em perda de controle são contabilizadas como transações patrimoniais (ou seja, transações com proprietários em sua condição de proprietários). Consequentemente, nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

Nessas circunstâncias, os valores contábeis das participações controladoras e não-controladoras serão ajustados para refletir as mudanças em suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor pelo qual são ajustadas as participações não-controladoras e o valor justo da contrapartida paga ou recebida será reconhecida diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da controladora.

Perda de controle – Em conformidade com a IAS 27, caso ocorra a perda de controle de uma subsidiária, o Banco deixa de reconhecer, na data em que o controle é perdido: (i) os ativos, inclusive o ágio, e os passivos da subsidiária pelo seu valor contábil; e (ii) o valor contábil de quaisquer participações não-controladoras na ex-subsidiária, inclusive quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a ela.

Além disso, o Banco reconhece na data da perda do controle: (i) o valor justo da contrapartida recebida, se houver, proveniente da transação, evento ou circunstâncias que resultaram na perda de controle; (ii) a distribuição de ações da subsidiária aos proprietários, caso a transação que resultou na perda do controle envolva uma distribuição de ações; (iii) qualquer investimento retido na ex-subsidiária pelo seu valor justo; e (iv) qualquer diferença resultante como um ganho ou perda no resultado atribuível à controladora.

Entidades de propósito específico (EPE) – O Banco patrocina a formação de EPEs para transações de securitização de ativos, as quais podem ser ou não – direta ou indiretamente – controladas por subsidiárias. Previamente à consolidação de uma EPE, o Banco avalia uma série de requisitos estabelecidos na SIC 12, incluindo: (i) se as atividades da EPE estão sendo conduzidas no interesse do Banco, de acordo com suas necessidades específicas de negócios, de forma que o Banco obtenha os benefícios das operações da EPE; (ii) se o Banco tem o poder de tomar decisões para obter a maioria dos benefícios da EPE; (iii) se o Banco tem o direito de obter a maioria dos benefícios das atividades da EPE; e (iv) se o Banco detém a maioria dos riscos residuais de propriedade relacionados aos ativos da EPE. O Banco consolida uma EPE se a avaliação desses requisitos indicar que ela é sua controlada.

Sempre que ocorrer uma mudança na forma de relacionamento do Banco com a EPE, procede-se à reavaliação do status de consolidação.

Entidades controladas em conjunto (*Joint ventures*) – Uma entidade controlada em conjunto existe quando o Banco participa de um acordo contratual com uma ou mais partes para empreender atividades por meio de entidades em que as decisões estratégicas financeiras e operacionais relacionadas com a atividade exigem o consenso unânime das partes que partilham o controle. Em conformidade com a IAS 31, o Banco optou por efetuar a consolidação proporcional das entidades controladas em conjunto.

A aplicação da consolidação proporcional significa que a demonstração da posição financeira do investidor inclui sua parcela nos ativos que controla em conjunto e nos passivos pelos quais é conjuntamente

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

responsável. A demonstração do resultado do investidor inclui sua parcela das receitas e despesas da entidade controlada em conjunto.

O Banco descontinua o uso da consolidação proporcional a partir da data em que ele deixa de compartilhar o controle de uma entidade controlada em conjunto. Isso pode acontecer, por exemplo, quando o investidor aliena sua participação ou quando eventuais restrições externas forem aplicadas à entidade controlada em conjunto, de modo que o investidor não mais tenha o controle conjunto.

Contribuições não monetárias a entidades controladas em conjunto – em conformidade com a SIC 13, quando o Banco contribui com ativos não-monetários em troca de uma participação societária em uma entidade controlada em conjunto, o ganho ou a perda na transação é reconhecido na medida em que os ativos forem vendidos para os outros empreendedores. Nenhum ganho ou perda é reconhecido se (i) os riscos e benefícios significativos da propriedade dos ativos não foram transferidos, (ii) o ganho ou a perda não possa ser mensurado de forma confiável, ou (iii) a transação não tenha substância comercial.

Coligadas – Uma coligada é uma entidade na qual o Banco tem o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controle. A influência significativa é geralmente presumida quando o Banco possui entre 20% e 50% do capital votante da entidade. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, o Banco poderá exercer influência significativa por meio de participação na gestão da coligada ou na composição dos órgãos de administração com poderes executivos. A existência de direitos potenciais de votos que são correntemente exercitáveis ou conversíveis e transações materiais entre as companhias são consideradas na avaliação da influência significativa do Banco sobre a entidade.

Os investimentos do Grupo nas coligadas são inicialmente registrados pelo custo e, subsequentemente, pelo método da equivalência patrimonial, sendo aumentados (ou diminuídos) para refletir tanto a participação do Grupo nos resultados pós-aquisições, como a participação em outros itens incluídos diretamente no patrimônio líquido das coligadas, preservando-se integralmente a uniformidade de práticas contábeis do Conglomerado.

O ágio (*goodwill*) gerado na aquisição de uma coligada é incluído no valor contábil do investimento, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada. O deságio é reconhecido diretamente no resultado do período em que a aquisição ocorreu. Perdas de equivalência patrimonial acima do valor contábil do investimento na entidade são lançadas contra outros ativos mantidos pelo Banco relacionados com a investida. Se esses ativos são levados a zero é feita uma divulgação adicional baseada na obrigação de o Banco financiar tais perdas.

b) Compensação de ativos e passivos

O Banco não compensa quaisquer ativos ou passivos pela dedução de outros passivos ou ativos, ou qualquer receita ou despesa pela dedução de outras despesas ou receitas, exceto se existir um direito legal de compensação e esta compensação representar a expectativa em relação à realização do ativo ou à liquidação do passivo.

c) Conversão de operações em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação – As demonstrações contábeis consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco. A moeda funcional, que é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera, é o Real para a maioria das entidades do Grupo.

Transações e saldos – As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos do Banco denominados em moeda estrangeira, a maior parte dos quais de natureza monetária, são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças de conversão são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado do período em que surgirem, com exceção de algum item monetário a receber ou a pagar relacionado a uma operação no exterior. Nesse caso, essas diferenças são lançadas diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Conversão para a moeda de apresentação – As demonstrações contábeis de entidades domiciliadas no exterior são convertidas para a moeda de apresentação de acordo com os seguintes critérios: (i) ativos e passivos, a maior parte dos quais de natureza monetária, pela taxa de câmbio vigente no final do período e (ii) receitas e despesas pela média das taxas de câmbio do período.

As diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações contábeis de entidades no exterior, cuja moeda funcional é o Real, são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado. Para aquelas entidades cuja moeda funcional é diferente do Real, as diferenças cambiais acumuladas são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, até a eventual alienação da subsidiária no exterior ou perda do controle. Nesse momento, as diferenças de câmbio acumuladas são reclassificadas de Outros resultados abrangentes para receita ou despesa do período. O montante das diferenças de câmbio atribuíveis a acionistas não controladores é alocado e reconhecido como parte de participações de acionistas não controladores no Balanço Patrimonial Consolidado.

d) Reconhecimento de receitas e despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas pelo regime de competência e são reportadas nas demonstrações contábeis dos períodos a que se referem. As receitas de juros e de tarifas e comissões são reconhecidas quando o seu valor, os seus custos associados e o estágio de conclusão da transação puderem ser mensurados de forma confiável e quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação serão realizados. Esse conceito é aplicado para as principais receitas geradas pelas atividades do Banco, a saber:

Receita líquida de juros – As receitas e as despesas de juros decorrentes dos ativos e passivos que rendem e pagam juros são reconhecidas no resultado do período de acordo com o regime de competência, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros para a parte significativa dos instrumentos financeiros detidos pelo Banco.

O método da taxa efetiva de juros é um método para o cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro (ou de um grupo de ativos financeiros ou passivos financeiros) e para a alocação da receita ou da despesa de juros ao longo do período correspondente.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros em caixa durante toda a vida esperada do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro, não sendo submetida a revisões posteriores. Ao efetuar o cálculo da taxa efetiva de juros, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, porém desconsiderando qualquer estimativa futura de perdas.

O cálculo da taxa efetiva inclui todas as comissões, os custos de transação e os descontos ou prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos da transação correspondem a custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

As receitas e despesas de juros apresentadas na Demonstração do Resultado Consolidado incluem, principalmente: (i) os juros sobre os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com base na taxa efetiva de juros; (ii) os rendimentos de ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado; (iii) os rendimentos de ativos financeiros disponíveis para venda; (iv) os juros incorridos sobre as obrigações por operações compromissadas; (v) os juros incorridos sobre as obrigações de curto e longo prazos; e (vi) a remuneração sobre os depósitos de clientes, exceto depósitos à vista, que não são remunerados.

Em conformidade com a IAS 18, o Banco apropria receitas de encargos financeiros quando o recebimento dos benefícios econômicos relacionados à transação for considerado provável.

Receita de tarifas e comissões – O reconhecimento de receitas de tarifas e comissões é determinado de acordo com a finalidade das tarifas e as bases de contabilidade para os instrumentos financeiros a elas associados. Se houver um instrumento financeiro associado, as receitas de tarifas são consideradas no cálculo dos juros, exceto nos casos em que o instrumento financeiro for registrado na categoria ao valor justo por meio do resultado. Entretanto, as receitas de tarifas recebidas por serviços que são fornecidos sobre um período específico são reconhecidas ao longo desse período. As receitas de tarifas recebidas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

para prestação de um serviço específico ou sobre um evento significativo são reconhecidas quando o serviço for prestado ou o evento incorrido.

Receita de investimentos em coligadas – As receitas oriundas da aplicação do método de equivalência patrimonial para avaliação dos investimentos em coligadas são reconhecidas na proporção da participação acionária detida pelo Banco nos resultados gerados pela investidas.

Receita de dividendos – As receitas auferidas com dividendos são reconhecidas no resultado do período quando o Banco adquire o direito de receber o pagamento.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem as disponibilidades e os investimentos imediatamente conversíveis em caixa, com vencimento máximo de três meses a contar da data de aquisição, e sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor. Foram considerados os saldos das aplicações financeiras de alta liquidez registrados nos itens do Balanço Patrimonial Consolidado “Caixa e depósitos bancários”, “Empréstimos a instituições financeiras” e “Aplicações em operações compromissadas”, exceto recursos de uso restrito e operações com prazo de realização superior a três meses.

f) Instrumentos financeiros

O Banco classifica os instrumentos financeiros de acordo com a natureza e sua intenção em relação ao instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, a data em que o Banco se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A classificação dos ativos e dos passivos financeiros é determinada na data do reconhecimento inicial.

Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo acrescido do custo da transação, exceto nos casos em que os ativos e passivos financeiros são registrados ao valor justo por meio do resultado. As políticas contábeis aplicadas a cada classe de instrumentos financeiros são apresentadas a seguir.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Os instrumentos financeiros são classificados nesta categoria caso sejam mantidos para negociação na data de origem ou aquisição, ou sejam assim designados pela Administração durante o reconhecimento inicial.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se: (i) for adquirido principalmente para ser vendido no curto prazo; (ii) por ocasião do reconhecimento inicial, fizer parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que sejam administrados em conjunto e para os quais há evidência de um padrão real recente de obtenção de lucros no curto prazo; ou (iii) for um derivativo (exceto um derivativo que seja um contrato de garantia financeira ou um instrumento de cobertura designado e efetivo).

O Banco possui derivativos destinados a negociação, tais como *swaps*, contratos futuros, contratos a termo, opções e outros tipos de derivativos similares baseados na taxa de juros, na taxa de câmbio, no preço de ações e *commodities* e risco de crédito. Os derivativos são registrados ao valor justo e mantidos como ativos quando o valor justo é positivo e como passivo quando o valor justo é negativo.

O Banco também utiliza instrumentos financeiros derivativos não qualificados para *hedge accounting* para administrar exposição a riscos de mercado, principalmente taxa de juros, moedas e crédito. Além disso, o Grupo também possui derivativos contratados por solicitação de seus clientes, com o único objetivo de proteção contra os riscos inerentes às suas atividades econômicas.

O Banco somente designa um instrumento financeiro ao valor justo por meio do resultado durante o reconhecimento inicial quando os seguintes critérios são observados: (i) a designação elimina ou reduz significativamente o tratamento inconsistente que ocorreria na mensuração dos ativos e passivos ou no reconhecimento dos ganhos e perdas correspondentes em formas diferentes; (ii) os ativos e os passivos são parte de um grupo de ativos financeiros, passivos financeiros ou ambos, os quais são gerenciados e com seus desempenhos avaliados com base no valor justo, conforme uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento; ou (iii) o instrumento financeiro possui um ou mais derivativos embutidos, o que modifica significativamente o fluxo de caixa que seria requerido pelo contrato.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Não é possível realizar transferências de ativos financeiros classificados nessa categoria para outras, à exceção de ativos financeiros não-derivativos mantidos para negociação, os quais podem ser reclassificados após o reconhecimento inicial quando: (i) em raras circunstâncias, o instrumento financeiro não for mais mantido com o propósito de venda no curto prazo; ou (ii) ele satisfizer a definição de um empréstimo e recebível, e se o Banco tiver a intenção e a habilidade de manter o ativo financeiro por um prazo futuro ou até o seu vencimento.

Os instrumentos financeiros registrados nessa categoria são reconhecidos inicialmente ao valor justo e os seus rendimentos (juros e dividendos) são apropriados como receita de juros. Os custos de transação, quando incorridos, são reconhecidos imediatamente na Demonstração do Resultado Consolidado.

Ganhos e perdas realizados e não realizados em função das variações de valor justo desses instrumentos são incluídos em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros registrados nessa categoria referem-se a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mantidos com o propósito de negociação.

Derivativos embutidos – Segundo a IAS 39, alguns contratos híbridos podem conter um componente derivativo e outro componente não derivativo. Em tais casos, o componente derivativo é conhecido como um derivativo embutido e o componente não derivativo representa o contrato principal. Quando os riscos e características econômicas de derivativos embutidos não são rigorosamente relacionados com os riscos do contrato principal, e o contrato principal não é registrado ao valor justo por meio do resultado, o derivativo embutido é bifurcado e reportado ao valor justo com ganhos e perdas sendo reconhecidos em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros disponíveis para venda – O Banco classifica como ativos financeiros disponíveis para venda os títulos e valores mobiliários quando, no julgamento da Administração, puderem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado ou não sejam classificados como (i) empréstimos e recebíveis, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, ou (iii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Esses títulos e valores mobiliários são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos diretos e incrementais de transação. A mensuração subsequente desses instrumentos também é registrada ao valor justo.

Os ganhos ou perdas não realizados (líquidos dos tributos incidentes) são registrados em componente separado do patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes acumulados) até a sua alienação. Os rendimentos (juros e dividendos) desses ativos são apropriados como receita de juros. Os ganhos e perdas realizados na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados como Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, na data da alienação.

Ocorrendo reclassificação de ativos financeiros disponíveis para venda para a categoria negociação, os ganhos ou perdas não realizados até a data da reclassificação, que se encontram registrados em Outros resultados abrangentes acumulados, são transferidos imediatamente para o resultado do período.

Os ativos financeiros disponíveis para a venda são avaliados para fins de determinação de seus valores recuperáveis conforme discutido na seção “Redução ao valor recuperável de instrumentos financeiros – Imparidade”. As perdas por redução ao valor recuperável desses instrumentos financeiros são reconhecidas na Demonstração do Resultado Consolidado, em Ganhos/(perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda, e baixadas dos valores registrados em Outros resultados abrangentes acumulados.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Os ativos financeiros para os quais o Banco tem a firme intenção e capacidade financeira comprovada para mantê-los até o vencimento são classificados como ativos financeiros mantidos até o vencimento e são inicialmente contabilizados ao valor justo, incluindo os custos incrementais de transação. Esses instrumentos financeiros são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Os juros, incluindo os ágios e deságios, são contabilizados em Receita de juros de ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Em conformidade com a IAS 39, o Banco não classifica nenhum ativo financeiro como mantido até o vencimento se tiver, durante o exercício social corrente ou durante os dois exercícios sociais precedentes, vendido ou reclassificado mais do que uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento antes do vencimento, que não seja por vendas ou reclassificações que: (i) estejam tão próximos do vencimento ou da data de compra do ativo financeiro que as alterações na taxa de juros do mercado não teriam efeito significativo no valor justo do ativo financeiro; (ii) ocorram depois de o Banco ter substancialmente recebido todo o capital original do ativo financeiro por meio de pagamentos programados ou de pagamentos antecipados; ou (iii) sejam atribuíveis a um acontecimento isolado que esteja fora do controle da entidade, não seja recorrente e não tenha podido ser razoavelmente previsto pela entidade.

Sempre que as vendas ou reclassificações de mais de uma quantia insignificante de investimentos mantidos até o vencimento não satisfizerem nenhuma das condições mencionadas anteriormente, qualquer investimento mantido até o vencimento remanescente deve ser reclassificado como disponível para venda.

Empréstimos e recebíveis – Os empréstimos e recebíveis incluem ativos financeiros não-derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo, exceto: (i) aqueles que o Banco pretende vender imediatamente ou no curto prazo, que serão classificados como mantidos para negociação, e aqueles que o Banco, por ocasião do reconhecimento inicial, designe como ao valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda; ou (ii) aqueles para os quais o Banco possa não recuperar substancialmente a totalidade de seu investimento inicial, salvo por conta de redução no valor recuperável do crédito.

Os empréstimos e recebíveis são apresentados no Balanço Patrimonial subdivididos em quatro categorias: (i) Depósitos compulsórios em bancos centrais; (ii) Empréstimos a instituições financeiras; (iii) Empréstimos a clientes; e (iv) Aplicações em operações compromissadas, cuja data de realização seja superior a 90 dias.

Depósitos compulsórios em bancos centrais – Os depósitos compulsórios em bancos centrais referem-se a uma proporção dos depósitos à vista, a prazo e de poupança que são recolhidos aos Bancos Centrais dos países onde o Banco possui operações. No Brasil, o Conselho Monetário Nacional determina a proporção dos depósitos que os bancos são obrigados a recolher de forma compulsória, os quais estão sujeitos, de forma substancial, à remuneração definida pelo órgão regulador.

Os depósitos compulsórios são inicialmente registrados ao valor justo, e avaliados subsequentemente, quando aplicável, pelo custo amortizado. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, se houver. As respectivas receitas financeiras são registradas em Receita de juros de depósitos compulsórios em bancos centrais.

Empréstimos a instituições financeiras – Os empréstimos a instituições financeiras são constituídos por operações de aquisição de carteiras de crédito com coobrigação do cedente e por aplicações em depósitos interfinanceiros cujo prazo de realização seja superior a três meses. Esses ativos são apresentados pelo valor principal, acrescido dos encargos financeiros, incluindo juros, ágios ou deságios. As respectivas receitas financeiras são registradas em Receita de juros de empréstimos a instituições financeiras.

Empréstimos a clientes – Os empréstimos a clientes são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e avaliados, subsequentemente, pelo custo amortizado utilizando a taxa efetiva de juros. São demonstrados pelo valor do principal, acrescido dos encargos financeiros apropriados, incluindo os juros e a indexação contratual (variação monetária e cambial, se houver). Os encargos financeiros são registrados de acordo com o regime de competência e adicionados ao montante de principal em cada período. As receitas financeiras geradas por empréstimos a clientes são registradas em Receita de juros de empréstimos a clientes.

Em conformidade com a IAS 18, as receitas devem ser reconhecidas somente quando houver expectativa de sua realização. Dessa forma, o Banco adota como política suspender a apropriação dos juros e encargos financeiros em todos os empréstimos a clientes julgados incobráveis em relação ao principal ou aos encargos. Esses empréstimos a clientes, cuja apropriação de encargos financeiros é descontinuada, passam a ser considerados como de curso anormal. A cobrança de juros sobre tais empréstimos é registrada como redução do principal e, quando de seu recebimento, o resultado é então reconhecido.

O valor contábil de empréstimos a clientes é reduzido por uma conta de provisão e o valor da perda por redução ao valor recuperável é reconhecido no resultado como Despesa Líquida com provisão para perdas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

em empréstimos a clientes, que representa a estimativa da Administração do Banco quanto a perdas incorridas na carteira. O nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração, incluindo a experiência anterior com perdas na carteira de empréstimos a clientes, existência de garantias e a avaliação do risco individual dos clientes.

Aplicações em operações compromissadas e obrigações por operações compromissadas – O Banco realiza aplicações em títulos e valores mobiliários com compromisso de revenda e captações de recursos mediante venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra, compreendendo principalmente títulos públicos federais. Os compromissos de revenda e os compromissos de recompra são considerados operações financeiras com garantia, e são contabilizados pelo seu valor de aquisição ou de venda, acrescido dos juros incorridos.

Títulos vendidos com contrato de recompra não são baixados, já que o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade. O correspondente ao caixa recebido, incluindo os juros apropriados, é reconhecido como um passivo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Banco.

O valor pago por títulos adquiridos com contrato de revenda, incluindo os juros apropriados, é registrado como ativo de operações compromissadas, refletindo a substância econômica da transação como um empréstimo concedido pelo Banco.

O Banco acompanha e avalia permanentemente o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários comprados com compromisso de revenda e ajusta o valor da garantia, quando necessário.

Passivos financeiros – Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente de sua forma legal. Passivos financeiros incluem dívidas emitidas de curto e de longo prazos que são inicialmente mensurados ao valor justo, que é o valor recebido líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

Os passivos financeiros mantidos para negociação e aqueles designados pela Administração como ao valor justo por meio do resultado são registrados no Balanço Patrimonial Consolidado ao valor justo. Os passivos financeiros registrados ao valor justo referem-se, principalmente, a instrumentos financeiros derivativos mantidos com o propósito de negociação.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado do período.

Títulos emprestados e tomados por empréstimos – Transações de títulos emprestados e tomados por empréstimo são geralmente garantidos por outros títulos ou por outras disponibilidades. A transferência do título para terceiros é refletida no Balanço Patrimonial Consolidado somente se os riscos e benefícios de posse são também transferidos. Caixa pago ou recebido como garantia é registrado como um ativo ou passivo.

Títulos tomados por empréstimos não são reconhecidos no Balanço Patrimonial Consolidado, a menos que tenham sido vendidos para terceiros. Nesse caso, a obrigação de retornar o título é registrada como passivo financeiro de negociação e mensurado ao valor justo, com qualquer ganho ou perda contabilizado em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Determinação do valor justo – Valor justo é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação sem favorecimento.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado cotado ou na cotação do preço de balcão (preço de venda para posições compradas ou preço de compra para posições vendidas), sem nenhuma dedução de custo de transação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Nas situações em que não existe um preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, o Banco estima o seu valor justo com base em métodos de avaliação comumente utilizados nos mercados financeiros, adequados às características específicas do instrumento e que capturam os diversos riscos aos quais está exposto. Métodos de valorização incluem: o método do fluxo de caixa descontado, comparação a instrumentos financeiros semelhantes para os quais existe um mercado com preços observáveis, modelo de precificação de opções, modelos de crédito e outros modelos de valorização conhecidos.

Os referidos modelos são ajustados para capturar a variação dos preços de compra e venda, o custo de liquidação da posição, para servir como contrapartida das variações de crédito e de liquidez e, principalmente, para suprir as limitações teóricas inerentes aos modelos.

Os modelos internos de precificação podem envolver algum nível de estimativa e julgamento da Administração cuja intensidade dependerá, entre outros fatores, da complexidade do instrumento financeiro.

Os métodos de mensuração utilizados pelo Banco para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros estão detalhados na Nota 38.

g) Baixa de ativos financeiros e de passivos financeiros

Ativos financeiros – Um ativo financeiro é baixado quando (i) os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem; (ii) o Banco transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação; ou (iii) quando o controle sobre o ativo é transferido, mesmo o Banco tendo retido parte dos riscos e benefícios associados à sua detenção.

Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e como passivos, quando apropriado. Se o controle sobre o ativo é retido, o Banco continua a reconhecê-lo na extensão do seu envolvimento contínuo, que é determinado pela extensão em que ele permanece exposto a mudanças no valor do ativo transferido.

Passivos financeiros – Um passivo financeiro é baixado quando a respectiva obrigação é eliminada, cancelada ou prescrita. Se um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

h) Instrumentos financeiros para proteção (*Hedge Accounting*)

O Banco utiliza instrumentos derivativos para administrar exposições aos riscos de taxa de juros, de variação cambial e de crédito, inclusive exposição gerada de transações futuras e compromissos firmes. Para administrar um risco específico, o Banco aplica *hedge accounting* para transações que se enquadram nos critérios específicos.

No início do relacionamento de *hedge*, o Banco formaliza o processo por meio de documentação do relacionamento entre o item objeto de *hedge* e o instrumento de *hedge*, incluindo a natureza do risco, o objetivo e a estratégia de designar o *hedge* e o método que será utilizado para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*.

Também no início do relacionamento de *hedge*, o Banco efetua uma avaliação formal para garantir que o instrumento de *hedge* seja altamente efetivo em anular o risco designado na relação de *hedge*. Um *hedge* é esperado ser altamente efetivo caso a variação no valor justo ou fluxo de caixa atribuído ao risco que está sendo protegido durante o período na relação de *hedge* anular de 80% a 125% da variação do risco. Em situações em que o item objeto de *hedge* é uma transação futura, o Banco avalia se a transação é altamente provável e apresenta uma exposição a variações de fluxo de caixa que possa por fim afetar a demonstração de resultado.

Para os itens objeto que deixaram de compor o programa de *hedge* e permanecem registrados no Balanço, o ajuste de marcação a mercado é incorporado ao custo, sendo contabilizados prospectivamente pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Hedge de valor justo – Para os *hedges* de valor justo designados e qualificados, a variação no valor justo de um derivativo designado para *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. A variação do valor justo do item objeto de *hedge* atribuído ao risco que é coberto é registrada como parte do seu valor contábil e é também reconhecida na demonstração do resultado. Os valores justos dos instrumentos de *hedge* são apresentados no balanço patrimonial em ativos ou passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Nos casos de vencimento, venda, cancelamento ou exercício do instrumento de *hedge*, ou quando a posição de *hedge* não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de *hedge* é terminada. Para os itens objeto de *hedge* registrados a custo amortizado, a diferença entre o valor contábil do item objeto de *hedge* ao término e o valor nocional é amortizada ao longo do prazo remanescente do *hedge* original, utilizando a taxa pactuada. Se o item objeto de *hedge* é vendido, o ajuste ao valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado do período.

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos designados, essencialmente, para proteção de risco de mercado. Os instrumentos utilizados são os contratos futuros, *swaps* ou opções. A composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de risco de mercado encontra-se detalhada na Nota 39.

Hedge de fluxo de caixa – Para os *hedges* de fluxo de caixa designados e qualificados, a parte efetiva do ganho ou de perda no instrumento de *hedge* é inicialmente reconhecida como elemento separado do patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes acumulados. A parte não efetiva do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida imediatamente na demonstração do resultado.

Quando o *hedge* de fluxo de caixa afeta a demonstração do resultado, o ganho ou a perda no instrumento de *hedge* é registrado em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Quando o instrumento de *hedge* vence, ou é vendido, cancelado, exercido, ou quando não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, qualquer ganho ou perda cumulativos existente no patrimônio líquido permanece ali até o momento em que a transação futura protegida é reconhecida na demonstração do resultado. Quando uma transação futura não é mais esperada a ocorrer, o ganho ou perda cumulativos registrado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para o resultado do período.

O Banco não possui instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados para proteção de fluxo de caixa.

Hedge de investimento líquido em operações no exterior – *Hedges* de investimentos líquidos em operações no exterior, inclusive *hedges* de itens monetários que são registrados como parte do investimento líquido, são contabilizados de forma similar ao *hedge* de fluxo de caixa. Ganhos ou perdas no instrumento de *hedge* relacionados à parte efetiva do *hedge* são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, enquanto quaisquer ganhos ou perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos no resultado. Na alienação da operação no exterior, o valor cumulativo dos ganhos ou perdas reconhecido diretamente no patrimônio líquido é transferido para o resultado do período.

Derivativos não qualificados para proteção – Os contratos derivativos celebrados como *hedges* econômicos, que não se qualificam para *hedge accounting*, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para esses fins são os contratos futuros, *swaps*, opções e contratos a termo, mantidos principalmente para proteção aos riscos de taxas de juros e variação cambial, apesar desses instrumentos financeiros não se qualificarem para *hedge accounting*.

i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia se há alguma evidência objetiva de redução ao valor recuperável de seus ativos financeiros. Um ativo financeiro é considerado como apresentando problemas de recuperação e as perdas por redução no valor recuperável são incorridas se, cumulativamente: (i) houver evidência objetiva de redução do seu valor recuperável como resultado de um ou mais eventos ocorridos depois do reconhecimento inicial do ativo; (ii) o evento de perda tiver um impacto sobre o fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro; e (iii) uma estimativa razoável do valor puder ser realizada. As perdas esperadas como resultado de eventos futuros, independentemente de sua probabilidade, não são reconhecidas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

A evidência objetiva de que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperabilidade inclui dados observáveis que são avaliados pelo Banco, principalmente em relação aos seguintes eventos de perda: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; (iii) ficar provável que o mutuário entrará em falência ou passará por outra reorganização financeira; e (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para esse ativo financeiro, por causa de dificuldades financeiras.

Em alguns casos, os dados observáveis necessários para estimar o valor de uma perda por redução no valor recuperável sobre um ativo financeiro podem estar limitados ou deixar de ser totalmente relevantes para as circunstâncias atuais. Nesses casos, o Banco usa seu julgamento para estimar o valor de qualquer perda por redução no valor recuperável. O uso de estimativas razoáveis é parte essencial da preparação das demonstrações contábeis e não prejudica sua confiabilidade.

Os ativos financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir.

Empréstimos a clientes – Na avaliação da redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes, o Banco verifica se existem evidências objetivas de perdas em relação a esses ativos financeiros, com o objetivo de classificá-los em operações com problemas de recuperabilidade (*impairment*) e sem problemas de recuperabilidade (*não-impairment*).

O grupo de operações com problemas de recuperabilidade é avaliado de forma segmentada em função da significância das operações, gerando dois grupos distintos: (i) operações em *impairment* individualmente significativas, para tratamento de forma individualizada; e (ii) operações em *impairment* individualmente não significativas, para tratamento de forma coletiva.

Para a segmentação dos empréstimos a clientes com evidências de perdas em “individualmente significativas” e “individualmente não significativas”, a Administração adota como parâmetro as alçadas corporativas para concessão dos créditos mais significativos. Dessa forma, adota-se como ponto de corte, para determinação da significância das operações, o valor máximo de alçada comercial para realização de operações com pessoas jurídicas, assim considerado o valor de endividamento do cliente a partir do qual suas novas operações necessitariam de aprovação em nível decisório estratégico do Banco.

Para permitir que a Administração determine se um evento de perda pode vir a se materializar, numa base individual, são verificados, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, a cada data de reporte, a necessidade de eventual redução ao valor recuperável dos ativos financeiros individualmente considerados.

A identificação de um evento de perda para uma contraparte em uma operação específica faz com que todas as demais operações com aquela contraparte sejam também classificadas como com evidência de perda.

Caso o Banco determine que os eventos de perda não afetam o valor recuperável dos empréstimos a clientes individualmente avaliados, os ativos financeiros são incluídos em um grupo de ativos com características de risco de crédito semelhantes e os avalia coletivamente para fins de redução ao valor recuperável. Os empréstimos a clientes que são individualmente avaliados por redução ao valor recuperável e para os quais a perda por imparidade é reconhecida, não são incluídos em uma avaliação coletiva de redução ao valor recuperável.

A avaliação coletiva de perdas por redução ao valor recuperável, aplicada às operações classificadas como em *impairment* individualmente não significativo, baseia-se na aplicação dos Índices de Perdas Históricas – IPH observados na carteira do Banco. Os IPH são apurados a partir da observação das perdas incorridas pelo Banco, por safras mensais, a partir do décimo terceiro mês anterior à data de encerramento do exercício, no caso de operações com prazo a decorrer de até trinta e seis meses (denominadas, para fins do teste de imparidade, como “curto prazo”), ou a partir do décimo nono mês anterior, no caso de operações com prazo a decorrer superior a trinta e seis meses (denominadas, para fins do teste de imparidade, como “longo prazo”).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

O IPH mensal de curto prazo é calculado por meio do acompanhamento, por até doze meses, das migrações de operações para perdas frente ao saldo contábil inicial de operações selecionadas no mês imediatamente anterior aos doze meses de acompanhamento. O IPH mensal de longo prazo é apurado de forma análoga ao de curto prazo, estendendo-se o período de acompanhamento de perdas para até dezoito meses.

Com a finalidade de avaliação coletiva de redução ao valor recuperável, o cálculo dos IPH mensais é realizado de forma segmentada por grupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

Caso a evidência de perda por redução ao valor recuperável em um relacionamento com uma contraparte individual ou em uma base coletiva se materialize, o valor da perda é reconhecido em Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes, em contrapartida a uma conta de provisão redutora do respectivo ativo financeiro. Os valores registrados a título de provisão representam a estimativa da Administração do Banco quanto a perdas incorridas na carteira e o nível de provisão é determinado com base em estimativas que consideram a ocorrência de eventos de perda, os cenários econômicos atuais, outras premissas e julgamentos da Administração.

Se o valor de uma perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida diminuir, e tal situação puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após o seu reconhecimento, ela é revertida pela redução da respectiva conta de provisão, sendo tal reversão reconhecida no resultado do período.

Os empréstimos a clientes são baixados contra a provisão quando considerados incobráveis ou que, no julgamento do Banco, não serão recebidos. Com base no julgamento da Administração, isso ocorre, normalmente, quando nenhum pagamento for recebido depois de transcorridos 360 dias de vencido. Se uma baixa futura é posteriormente recuperada, o montante é creditado em Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes.

As provisões para perdas em empréstimos a clientes, registradas em 31.12.2012 e 31.12.2011 foram consideradas pela Administração como suficientes para fazer face às perdas incorridas com esses empréstimos a clientes.

Empréstimos renegociados – Quando possível, o Banco procura reestruturar dívidas em vez de tomar posse definitiva das garantias. Isso pode envolver a extensão do tempo de pagamento e o acordo de novas condições ao empréstimo que não será mais considerado em atraso. A Administração efetua revisão contínua dos empréstimos renegociados para garantir que todos os critérios sejam cumpridos e que pagamentos futuros irão ocorrer. Os empréstimos continuam sujeitos à avaliação individual ou coletiva de redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros disponíveis para venda – Para ativos financeiros disponíveis para venda, o Banco avalia se, a cada data de reporte, há evidência objetiva de que o valor do ativo está abaixo do seu valor recuperável.

Para estabelecer se há evidência objetiva de imparidade de um ativo financeiro, o Banco verifica a probabilidade de recuperação do seu valor, considerando os seguintes fatores cumulativamente: (i) duração e grandeza da redução do valor do ativo em relação ao seu valor contábil; (ii) comportamento histórico do valor do ativo e experiência de recuperação do valor desses ativos; e (iii) probabilidade de não recebimento do principal e dos juros dos ativos, em virtude de dificuldades relacionadas ao emissor, tais como pedido de falência ou concordata, deterioração da classificação do risco de crédito e dificuldades financeiras, relacionadas ou não às condições de mercado do setor no qual atua o emissor.

Quando um declínio no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda tiver sido reconhecido em Outros resultados abrangentes e houver evidência objetiva de redução ao valor recuperável, a perda acumulada que tiver sido reconhecida pelo Banco será reclassificada do patrimônio líquido para o resultado do período como um ajuste de reclassificação, mesmo se o ativo financeiro não tiver sido baixado.

O valor da perda acumulada reclassificada para o resultado do período será registrada em Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda e corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo desvalorizado e o seu valor justo na data da avaliação, menos qualquer perda por redução no valor

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

recuperável anteriormente reconhecida no resultado. As reversões de perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos classificados como disponíveis para venda somente são reconhecidas no patrimônio líquido quando se tratarem de investimentos em instrumentos de patrimônio. No caso de investimentos em instrumentos de dívida, a reversão da perda por redução no valor recuperável será reconhecida diretamente no resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento – Havendo evidência objetiva de redução no valor recuperável de ativos financeiros mantidos até o vencimento, o Banco reconhece uma perda, cujo valor corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. Esses ativos são apresentados líquidos de perdas por imparidade. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminui e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o seu reconhecimento, ela é revertida em contrapartida ao resultado do período.

j) Compensação de ativos e de passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados ao valor líquido se, e apenas se, houver um direito legal de compensá-los um com o outro e se houver uma intenção de liquidá-los dessa forma, ou de realizar um ativo e liquidar um passivo simultaneamente. Em outras situações eles são apresentados separadamente.

k) Imobilizado de uso

O imobilizado de uso, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, é contabilizado pelo custo de aquisição excluído os gastos com manutenção, menos depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável. O valor atribuído ao imobilizado também inclui a correção monetária calculada até 30.06.1997, data em que o Brasil deixou de ser considerado um país de economia hiperinflacionária, nos termos da IAS 29.

A depreciação é calculada utilizando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo de sua vida útil estimada, sendo que os terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os itens do imobilizado de uso são apresentadas como segue.

	Vida útil estimada
Edificações ⁽¹⁾	10 a 55 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	5 a 10 anos
Equipamentos de processamento de dados	5 anos
Veículos	5 anos
Outros	5 a 10 anos

(1) Para depreciação das edificações próprias, o Banco considera a vida útil dos diversos componentes de um edifício, em conformidade com o Parágrafo 43 da IAS 16.

O imobilizado é baixado quando os benefícios econômicos futuros não são mais esperados do seu uso ou quando é alienado. Qualquer ganho ou perda gerado na alienação do ativo é reconhecido em Outras receitas não de juros, impactando o resultado do período em que o ativo foi alienado.

l) Ágio e outros ativos intangíveis

O ágio gerado na aquisição de subsidiárias e *joint ventures* é contabilizado considerando a avaliação ao valor justo dos ativos identificáveis e dos passivos assumidos da adquirida na data-base da aquisição e, em conformidade com a IFRS 3, não é amortizado. No entanto, ele é testado, no mínimo anualmente, para fins de redução ao valor recuperável. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do ágio quando são separáveis ou surgem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o seu valor justo pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos futuros esperados serão transferidos para o Banco. O custo dos ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios é o seu valor justo na data de aquisição. Os ativos intangíveis adquiridos independentemente são inicialmente mensurados ao custo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

A vida útil dos ativos intangíveis é considerada definida ou indefinida. Ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados ao longo de sua vida econômica. São registrados inicialmente ao custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis de vida útil indefinida são registrados ao custo menos qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os custos incorridos relacionados com a aquisição, produção e desenvolvimento de *softwares* são capitalizados e registrados como ativos intangíveis. Em conformidade com a IAS 38, são capitalizados como custo de *software* os gastos incorridos na fase de desenvolvimento do projeto. Gastos realizados na fase de pesquisa são registrados em despesa. Os gastos com pessoal que são capitalizados referem-se aos proventos, encargos sociais e benefícios dos empregados diretamente envolvidos no desenvolvimento de *softwares*.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados numa base linear ao longo da vida útil estimada. O período e método de amortização de um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo anualmente. Alterações na vida útil esperada ou proporção de uso esperado dos benefícios futuros incorporados ao ativo são reconhecidas via alteração do período ou método de amortização, quando apropriado, e tratados como alterações em estimativas contábeis.

A despesa de amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida no resultado do período, em Amortização de ativos intangíveis. As perdas por redução ao valor recuperável são registradas como despesas de ajuste ao valor recuperável (Outras despesas) na Demonstração do Resultado Consolidado.

A amortização é calculada utilizando o método linear para baixar o custo dos ativos intangíveis aos seus valores residuais ao longo de suas vidas úteis estimadas. As vidas úteis estimadas pelo Banco para os ativos intangíveis são apresentadas como segue.

	Vida útil estimada
<i>Software</i>	5 anos
Direitos de gestão de folhas de pagamento	5 a 10 anos
Relacionados a clientes, adquiridos em combinações de negócios	2 a 20 anos
Relacionados a contratos, adquiridos em combinações de negócios	3 a 10 anos
Outros ⁽¹⁾	5 a 25 anos

(1) Inclui principalmente marcas adquiridas em combinações de negócios e os direitos de uso de concessão detidos pela empresa Neoenergia S.A.

m) Bens não de uso

Os bens não de uso são principalmente os ativos recebidos pelo Banco na liquidação de empréstimos a clientes. Os bens não de uso são registrados em Outros ativos no ato da efetiva execução da garantia ou quando sua posse física é obtida, independentemente de um processo de execução.

No reconhecimento inicial, os bens não de uso são registrados pelo menor valor entre (i) o valor justo do ativo, descontados os custos estimados para sua venda ou (ii) o valor contábil do empréstimo concedido objeto de recuperação. Subsequentemente, esses ativos são registrados pelo menor valor entre o seu custo e o valor justo deduzidos dos custos de vendê-los e não são depreciados.

Na medida em que os bens não de uso reúnam as condições necessárias para sua alienação, em conformidade com a IFRS 5, são reclassificados para o grupamento de Ativos não correntes disponíveis para venda. As informações sobre os bens não de uso classificados como disponíveis para venda são detalhadas na Nota 23.

Ganhos ou perdas líquidos sobre a venda dos bens não de uso são registrados em Outras receitas não de juros.

n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável do ativo é o maior entre o seu valor justo menos os custos para vendê-lo ou o seu valor em uso.

Independentemente de haver qualquer indicação de redução no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso. Esse teste pode ser realizado em qualquer época durante um período anual, desde que seja realizado na mesma época a cada ano.

Na hipótese de o valor recuperável do ativo ser menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, cuja contrapartida é reconhecida no resultado do período em que ocorrer, em Outras despesas.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo. A reversão de uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo será reconhecida imediatamente no resultado do período, como retificadora do saldo de Outras despesas.

Os principais ativos não financeiros sujeitos a terem seus valores recuperáveis testados são apresentados a seguir.

Ativo imobilizado

Terrenos e edificações – na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, a qual estabelece os conceitos, métodos e procedimentos gerais de utilização compulsória em serviços técnicos de avaliação de imóveis urbanos.

Equipamentos de processamento de dados – na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os equipamentos de processamento de dados é considerado o valor de mercado para os componentes cujo valor de mercado é disponível e, para os demais itens, o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, ajustada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

Outros itens de imobilizado – embora sejam passíveis de análise de indicativo de perda, os demais itens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente com o intuito de, entre outras finalidades, efetuar a baixa dos registros contábeis dos bens perdidos ou deteriorados.

Investimentos em coligadas e ágio sobre investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

No caso do ágio gerado pela aquisição do Banco Nossa Caixa, incorporado ao Banco do Brasil em novembro de 2009, a metodologia consiste em comparar o valor do ágio pago com o valor presente dos resultados do Banco projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos líquidos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas com base no custo de capital próprio do Banco.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas****Outros ativos intangíveis**

Direitos por aquisição de folhas de pagamento – O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos por aquisição de folhas de pagamento está relacionado ao desempenho dos contratos calculado a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem ao desempenho observado. Para os contratos que não atingem o desempenho esperado, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares – Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado dos registros contábeis.

Direito de exploração da rede do Banco Postal – A metodologia de apuração do valor recuperável do direito de utilização da rede do Banco Postal consiste em calcular o valor presente dos fluxos de resultado produzidos por meio da estratégia de atuação para o Banco Postal, que são projetados com base nos valores realizados e nas premissas definidas no plano de negócios, e são descontados com base na taxa de custo médio ponderado de capital (WACC).

Adquiridos por combinação de negócios – Os ativos intangíveis adquiridos por combinação de negócios, representados essencialmente por marcas e direitos relacionados a clientes e contratos, são avaliados ao final de cada período de reporte para verificar se existem indicativos de perda por redução ao valor recuperável. Se qualquer indicação existe para esses ativos, o Banco estima os seus valores recuperáveis. A metodologia de apuração do valor recuperável consiste em determinar o valor presente dos fluxos de caixa estimados para esses intangíveis, descontados por uma taxa que reflita a avaliação corrente do mercado e os riscos específicos de cada ativo.

Outros ativos

Bens não de uso – independentemente de haver indicativo de perda, os bens não de uso têm seu valor recuperável avaliado semestralmente, mediante formalização dos seus valores de mercado em laudos de avaliação, preparados segundo as normas da ABNT.

o) Operações de arrendamento mercantil

Banco como arrendador – Os ativos arrendados a clientes sob contratos com transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade, com ou sem título de propriedade no final, são classificados como arrendamentos financeiros. Em um arrendamento financeiro, o ativo arrendado é baixado e um empréstimo a clientes é reconhecido a um valor igual ao valor presente dos pagamentos mínimos, descontado a uma taxa de juros implícita. A receita de arrendamento financeiro é reconhecida ao longo do prazo do contrato com base numa taxa de retorno sobre o investimento líquido.

Os ativos arrendados a clientes sob contratos em que não há transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos operacionais. Os ativos arrendados são incluídos no imobilizado e a depreciação é calculada de acordo com o montante depreciado definido segundo a vida útil econômica estimada desses ativos. A receita de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. Os custos diretos iniciais incorridos na negociação e estruturação de um arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos como uma despesa na mesma base que a receita do arrendamento.

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro, onde o Banco atua como arrendador, têm o mesmo tratamento de empréstimos a clientes e são registrados pelo total dos empréstimos a receber, acrescido do valor residual estimado do bem arrendado, menos a receita não auferida.

Banco como arrendatário – Ativos obtidos sob arrendamento financeiro são reconhecidos inicialmente ao valor justo do bem arrendado ou, se menor, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O passivo correspondente é incluído no Balanço Patrimonial Consolidado como uma obrigação de longo prazo. A taxa de desconto usada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento é

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

a taxa implícita do arrendamento, se for praticável determiná-la, ou a taxa incremental do empréstimo. Aluguéis contingentes são reconhecidos como despesa nos períodos nos quais são incorridos.

Aluguéis contratados sob arrendamento operacional são reconhecidos como despesa numa base linear ao longo do prazo do arrendamento, o qual começa quando o Banco controla o uso físico do bem. Incentivos de arrendamento são tratados como uma redução da despesa de arrendamento e são também reconhecidos ao longo do prazo do contrato numa base linear. Aluguéis contingentes surgidos sob arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa no período no qual são incorridos.

Transações de venda e leaseback – Caso uma transação de venda e leaseback resulte em um arrendamento financeiro, qualquer excesso do valor da venda sobre o valor contábil do ativo não é reconhecido imediatamente como receita pelo Banco, mas é diferido e amortizado ao longo do prazo do arrendamento. Se uma transação de venda e leaseback resulta em um arrendamento operacional, o tempo do reconhecimento do lucro é uma função da diferença entre o preço de venda e o valor justo. Se o preço de venda está ao valor justo ou abaixo do valor justo, qualquer ganho ou perda é reconhecido imediatamente. Se o preço de venda for acima do valor justo, o excesso é diferido e amortizado sobre o período em que se espera que o ativo seja usado.

p) Programas de fidelidade de cliente

Os programas de fidelidade são usados pelo Banco para fornecer aos seus clientes incentivos para compra de produtos ou serviços. Em alguns casos, se um cliente adquire produtos ou serviços, o Banco concede a ele créditos, frequentemente definidos como pontos. O cliente pode trocar os pontos por prêmios tais como produtos ou serviços do próprio Banco, ou ainda trocar por produtos oferecidos por um parceiro.

Em conformidade com a IFRIC 13, uma parte da receita recebida na venda de produtos e serviços é alocada aos créditos de prêmios e reconhecida como um passivo até que o Banco cumpra sua obrigação de entregar os prêmios aos clientes.

A importância alocada aos pontos é mensurada a valor justo com base na média histórica de utilização dos pontos de fidelidade e no valor justo dos prêmios pelos quais os pontos podem ser resgatados.

q) Garantias financeiras prestadas

O Banco presta garantia financeira a clientes perante terceiros em contratos de empréstimos. Contratos de garantia financeira são os que requerem pagamentos a um credor em nome de um terceiro devedor quando este não os fizer de acordo com os termos do instrumento de dívida.

No ato da concessão de uma garantia financeira, é constituído um passivo pelo valor justo relativo ao prêmio recebido na operação, que é reconhecido como receita ao longo da duração do contrato. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os passivos do Banco para tais garantias são mensurados ao maior entre o valor inicialmente reconhecido, deduzido de amortização, e a melhor estimativa da obrigação financeira surgida em conformidade com a IAS 37. A provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas é registrada em Outros passivos.

r) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo – Conforme determina a IAS 19, as despesas relativas a benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas pelo regime de competência, nos períodos em que os empregados prestam os serviços.

Planos de benefícios pós-emprego – Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa. Assim, a despesa é reconhecida em contrapartida às contribuições do período a que se referem.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. Dessa forma, são necessárias premissas atuariais para a mensuração das obrigações e despesas do plano, bem como existe a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais. Como decorrência, o Banco registra um passivo quando o valor presente das obrigações

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

atuariais for maior que o valor justo dos ativos do plano, ou um ativo, quando o valor justo dos ativos for maior que o valor presente das obrigações do plano. Nessa última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que ele poderá reduzir efetivamente as contribuições do Banco ou de que será reembolsável no futuro.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no resultado do Banco corresponde ao excesso que não se enquadrou no corredor, dividido pelo tempo médio de trabalho restante dos empregados que participam do plano. O corredor corresponde ao maior valor entre: (i) 10% do valor presente da obrigação atuarial do plano de benefício definido; e (ii) 10% do valor justo dos ativos do plano.

O Banco, conforme permitido pela IAS 19, reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no Balanço Patrimonial Consolidado refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo, condicionados ao atendimento dos requisitos da legislação.

s) Provisões, passivos contingentes e obrigações legais

Em conformidade com a IAS 37, o Banco constitui provisões quando as condições mostram que: (i) o Banco possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados; (ii) é mais provável do que não que um desembolso de recurso que incorporam benefícios econômicos será exigido para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação é apurado com base em estimativas confiáveis. As provisões decorrentes da aplicação da IAS 37 são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

O Banco monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o andamento dos processos; (iii) a opinião dos advogados do Banco; e (iv) a experiência do Banco com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável, o Banco considera: (i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes de sua divulgação; e (ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes de sua publicação.

O Banco também reconhece em seu passivo as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituído, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, o Banco considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar à União. Assim, a obrigação legal deve estar registrada, inclusive os juros e outros encargos, se aplicável. A contabilização dessas obrigações legais enseja, de forma substancial, em registros concomitantes de depósitos judiciais.

t) Impostos sobre os lucros

O imposto de renda e a contribuição social são tributos sobre os lucros aplicáveis às instituições financeiras no Brasil. O Imposto de renda é um tributo devido pelo contribuinte (pessoa física ou jurídica) ao estado a partir da ocorrência de um fato gerador, calculado mediante a aplicação de uma alíquota a uma base de cálculo.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais adicional de 10%, e a contribuição social à alíquota de 15% para instituições financeiras, seguradoras e administradoras de cartões de crédito, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Para as demais entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos e são reconhecidos no resultado, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, em Outros resultados abrangentes acumulados. Os impostos reconhecidos no patrimônio líquido são posteriormente registrados no resultado na medida em que os ganhos e perdas que lhes deram origem forem reconhecidos.

Impostos correntes – a despesa com impostos correntes é o montante do imposto de renda e da contribuição social a pagar ou a recuperar com relação ao resultado tributável do período.

Os ativos por impostos correntes são os valores de imposto de renda e de contribuição social a serem recuperados nos próximos 12 meses. Os tributos correntes relativos a períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se o valor já pago relacionado aos períodos atual e anteriores exceder o valor devido para aqueles períodos, o excesso deve ser reconhecido como ativo.

Os ativos e passivos tributáveis correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou pago para o órgão tributário. As taxas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aqueles que estão em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos – são valores de ativos e passivos fiscais a serem recuperados e pagos em períodos futuros, respectivamente. Os passivos fiscais diferidos decorrem de diferenças temporárias tributáveis e os ativos fiscais diferidos de diferenças temporárias dedutíveis e da compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

O ativo fiscal diferido decorrente de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aquele decorrente de diferenças temporárias é reconhecido na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada.

O valor contábil de um imposto diferido ativo será revisado no final de cada período de relatório. Uma entidade reduzirá o valor contábil de um imposto diferido ativo na medida em que não seja mais provável que ela irá obter lucro tributável suficiente para permitir que o benefício de parte ou totalidade desse imposto diferido ativo seja utilizado. Qualquer redução será revertida na medida em que se tornar provável que a entidade irá obter lucro tributável suficiente.

Os ativos e os passivos tributários diferidos são mensurados às taxas de imposto que são esperados serem aplicáveis no ano em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, baseado nas taxas de imposto (ou na lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Diferenças temporárias – são as diferenças que impactam ou podem impactar a apuração do imposto de renda e da contribuição social decorrentes de diferenças temporárias entre a base fiscal de um ativo ou passivo e seu valor contábil no balanço patrimonial.

As diferenças temporárias podem ser tributáveis ou dedutíveis. Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias que resultarão em valores tributáveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil de um ativo ou passivo for recuperado ou liquidado. Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias que resultarão em valores dedutíveis para determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal) de períodos futuros quando o valor contábil do ativo ou passivo for recuperado ou liquidado.

A base fiscal de um ativo é o valor que será dedutível para fins fiscais contra quaisquer benefícios econômicos tributáveis que fluirão para a entidade quando ela recuperar o valor contábil desse ativo. Caso aqueles benefícios econômicos não sejam tributáveis, a base fiscal do ativo será igual ao seu valor contábil.

A base fiscal de um passivo é o seu valor contábil, menos qualquer valor que será dedutível para fins fiscais relacionado àquele passivo em períodos futuros. No caso da receita que é recebida antecipadamente, a base fiscal do passivo resultante é o seu valor contábil, menos qualquer valor da receita que não será tributável em períodos futuros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Compensação de impostos sobre os lucros

Os ativos por impostos correntes e passivos por impostos correntes são compensados se, e somente se, a entidade: (i) tiver o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos; e (ii) pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos são compensados se, e somente se: (i) a empresa tiver um direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra passivos fiscais correntes; e (ii) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estiverem relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (a) na mesma entidade tributável; ou (b) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

u) Divulgação por segmentos

A IFRS 8 requer a divulgação de informações financeiras de segmentos operacionais da entidade tendo como base as divulgações internas que são utilizadas pela Administração para alocar recursos e para avaliar a sua performance. Uma divulgação detalhada dos resultados por segmentos é apresentada na Nota 7.

v) Passivos por contratos de seguros

O Banco do Brasil, por intermédio de suas *joint ventures* e subsidiárias seguradoras, emite contratos que contêm riscos de seguros, riscos financeiros ou uma combinação de ambos. Contratos sob os quais o Banco aceita um risco não financeiro significativo de um segurado, comprometendo-se a compensá-lo na ocorrência de eventos futuros incertos, são caracterizados como contratos de seguro, em conformidade com a IFRS 4.

O risco de seguro é significativo se, e apenas se, o evento segurado produzir efeitos sobre a seguradora, sob a forma de pagamentos de benefícios adicionais significativos em qualquer cenário, excluindo aqueles que não possuam substância comercial. Os benefícios adicionais referem-se a montantes que excedam aqueles que seriam pagos caso o evento segurado não ocorresse. Contratos classificados como seguros não são reclassificados subsequentemente, mesmo que o risco de seguro se reduza significativamente.

Os contratos de resseguros também são tratados sob a ótica da IFRS 4 por representarem transferência de risco significativo.

Os contratos de aposentadoria garantem, no momento de sua contratação, as bases para o cálculo do benefício a ser recebido após o período de contribuição. Referidos contratos especificam as taxas de anuidade, o que configura a transferência do risco de seguro para o emitente, sendo, portanto, classificados como contratos de seguros.

Os passivos por contratos de seguros são compostos substancialmente por provisões técnicas e matemáticas, sendo reconhecidos quando o contrato é registrado e o respectivo prêmio é emitido, no caso de contratos de seguros, e cobrado, situação observada para os planos de previdência. Por sua vez, o passivo é baixado com o fim da vigência do contrato, no caso do seu cancelamento, dentre outras situações aplicáveis.

As provisões técnicas e matemáticas são constituídas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) para seguros e previdência. Os valores são apurados com base em métodos e hipóteses definidas pelo atuário e validadas pela Administração, refletindo o valor atual da melhor estimativa, na data base de cálculo, das obrigações futuras decorrentes dos contratos de seguros e previdência.

Conforme prevê a IFRS 4, a cada período de apresentação, o Grupo analisa a adequação de seus passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro e que estejam vigentes na data da execução. Referido procedimento, designado como teste de adequação de passivos, considera como valor contábil líquido, os passivos de contratos de seguros deduzidas as despesas de comercialização diferidas e os ativos intangíveis relacionados. Referido valor é comparado com o teste atuarial.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Caso a análise demonstre que o valor contábil dos passivos de seguros é inferior aos fluxos de caixa futuros esperados dos contratos, deve-se registrar a insuficiência como uma despesa no resultado do período e constituir provisões adicionais aos passivos de seguros registrados na data do teste.

Todos os métodos de valorização utilizados pelas *joint ventures* e subsidiárias seguradoras são baseados no princípio geral de que o valor contábil do passivo líquido precisa ser suficiente para atender qualquer obrigação previsível resultante dos contratos de seguros.

Premissas de investimentos também são determinadas pelo órgão regulador local ou baseadas na expectativa futura da Administração. Neste último caso, o retorno antecipado do investimento futuro é definido considerando as informações de mercado disponíveis e indicadores econômicos. Uma premissa significativa relacionada à estimativa do lucro bruto nas anuidades variáveis é a taxa anual de crescimento de longo prazo dos ativos subjacentes.

w) Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação é realizado de duas formas: (i) lucro por ação básico e (ii) lucro por ação diluído. O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido pela média ponderada das ações em circulação em cada um dos períodos apresentados.

O cálculo do lucro por ação diluído é efetuado mediante divisão do lucro líquido do período pela média ponderada das ações em circulação, ajustada para refletir o efeito de todas as potenciais ações ordinárias resultantes de bônus de subscrição de ações concedidos aos acionistas. O efeito da diluição resulta em uma redução no lucro por ação, em decorrência do pressuposto de que os bônus de subscrição concedidos serão exercidos.

x) Juros sobre o capital próprio e Dividendos

As companhias brasileiras podem atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre o seu capital próprio. O valor dos juros sobre o capital próprio é considerado como um dividendo e apresentado nessas demonstrações contábeis consolidadas como uma redução direta no patrimônio líquido. O correspondente benefício fiscal é registrado na Demonstração do Resultado Consolidado.

Os dividendos distribuídos pelo Banco são calculados sobre o lucro líquido apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras e são pagos com atualização por encargos financeiros equivalentes à taxa Selic (taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos públicos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia) a partir do encerramento do exercício até a data do efetivo pagamento.

A cada início de exercício, em conformidade com o Estatuto do Banco, o Conselho de Administração decide sobre o percentual do lucro líquido que será distribuído aos acionistas a título de dividendos e juros sobre o capital próprio. A política atual do Banco consiste em pagar dividendos e juros sobre o capital próprio equivalentes a 40% sobre o lucro líquido, que são reconhecidos como um passivo e deduzidos do patrimônio líquido assim que aprovados pelo Conselho de Administração.

y) Melhorias às IFRS e pronunciamentos recentemente emitidos

Melhorias às IFRS são emendas emitidas pelo IASB e compreendem alterações nas regras de reconhecimento, mensuração e evidenciação relacionadas a diversas IFRS. Apresentamos um resumo de algumas emendas, bem como das interpretações e pronunciamentos recentemente emitidos pelo IASB, que entrarão em vigor após 31 de dezembro de 2012.

IFRS 7 – Instrumentos financeiros – Divulgações – Em 22 dezembro de 2011, foi emitida uma emenda à norma requisitando divulgações de informações a respeito de compensação de saldos de ativos e passivos financeiros (*offsetting*) e acordos relacionados (como as exigências de garantias) para instrumentos financeiros ou contrato similares.

A aplicação das emendas à IFRS 7 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada da norma é permitida.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

IFRS 9 – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – A IFRS 9 é a primeira norma emitida como parte de um projeto maior para substituir a IAS 39, pois muitos usuários de demonstrações contábeis e outras partes interessadas consideravam que os requisitos constantes na IAS 39 eram de difícil compreensão, aplicação e interpretação. Em resposta às diversas solicitações de que a contabilização de instrumentos financeiros fosse aprimorada rapidamente, o projeto de substituição da IAS 39 foi dividido em três fases principais: (i) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (ii) metodologia de redução ao valor recuperável; e (iii) contabilização de cobertura.

Nesse sentido, em novembro de 2009, foram emitidos os capítulos da IFRS 9 relativos à classificação e mensuração de ativos financeiros e, em outubro de 2010, foram acrescentados os requisitos relativos à classificação e mensuração de passivos financeiros.

A IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração para ativos financeiros e estabelece duas categorias de mensuração principais: (i) custo amortizado e (ii) valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Relativamente aos requerimentos de mensuração e classificação de passivos financeiros, o efeito mais significativo diz respeito à contabilização de variações no valor justo de um passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado. A variação no valor justo de referidos passivos atribuível a mudanças no risco de crédito passam a ser reconhecidas em Outros resultados abrangentes, a menos que o reconhecimento dos efeitos de tais mudanças resulte em ou aumente o descasamento contábil do resultado.

As orientações incluídas na IAS 39 sobre imparidade dos ativos financeiros e contabilização de *hedge* continuam a ser aplicadas. A IFRS 9 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 10 – Demonstrações contábeis consolidadas – Substitui a orientação de consolidação da IAS 27 e da SIC 12, introduzindo um modelo de consolidação único a ser aplicado na análise de controle para todas as investidas. Segundo a IFRS 10, o controle é baseado na avaliação se um investidor possui (a) poder sobre a investida, (b) exposição, ou direitos, para retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e (c) capacidade de usar seu poder sobre a investida afetando seu retorno.

A IFRS 10 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos – Substitui a IAS 31 e a SIC 13. De acordo com a IFRS 11, é obrigatório o uso do método de equivalência patrimonial e vedada a opção pelo método de consolidação proporcional de entidades controladas em conjunto. A IFRS 11 decorre do princípio de que as partes de um acordo de empreendimento conjunto devem determinar o tipo de empreendimento comum em questão, com base na avaliação dos direitos e obrigações, contabilizando de acordo com o tipo de empreendimento conjunto. Existem dois tipos de empreendimentos conjuntos: (i) operações conjuntas (*joint operations*): direitos e obrigações sobre os ativos e passivos relacionados ao acordo. As partes reconhecem seus ativos, passivos e as correspondentes receitas e despesas na proporção da participação na operação; (ii) empreendimento conjunto (*joint venture*): direitos aos ativos líquidos do acordo. As partes reconhecem seus investimentos pelo método da equivalência patrimonial.

A IFRS 11 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Caso a norma já estivesse vigente em 31.12.2012, haveria uma redução de, aproximadamente, R\$ 128.440 milhões no total de ativos do Banco.

IFRS 12 – Divulgações de envolvimento com outras entidades – Contém requerimentos de divulgação bastante extensos para entidades que possuem participações em subsidiárias, *joint ventures*, coligadas e/ou entidades não consolidadas. O objetivo da IFRS 12 é permitir que os usuários das demonstrações contábeis avaliem: (i) a natureza e os riscos associados às participações de uma entidade em outras entidades; (ii) a exposição a riscos decorrentes de envolvimento com entidades estruturadas não consolidadas e o envolvimento de não controladores nas atividades de entidades consolidadas; (iii) as divulgações ampliadas sobre controladas, acordos conjuntos e coligadas; e (iv) os efeitos das participações na posição financeira da entidade, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa.

A IFRS 12 é efetiva para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

IFRS 13 – Mensuração ao valor justo – Referida norma provê uma revisão da definição de valor justo e orientações sobre como deve ser mensurado, aliado a um conjunto de requisitos de divulgação. No entanto, a IFRS 13 não altera os requisitos em relação aos itens que devem ser mensurados ou divulgados a valor justo.

A aplicação da IFRS 13 é requerida para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A aplicação antecipada da norma é permitida.

Emendas à IAS 1 – Apresentação de demonstrações contábeis – Em 16 de junho de 2011, o IASB publicou alterações à IAS 1, como ênfase na apresentação dos itens contidos na Demonstração do Resultado Abrangente e a sua classificação. As mudanças abrangem, principalmente: (i) evidenciação segregada dos itens vinculados a outros resultados abrangentes que podem ser reclassificados para o resultado, no futuro, daqueles que nunca seriam reclassificados para lucro ou prejuízo; (ii) não alterar a opção existente de apresentação do resultado do período e outros resultados abrangentes em duas demonstrações.

As alterações são efetivas para períodos iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

Emendas à IAS 19 – Benefícios a empregados – Em 16 de junho de 2011, o IASB publicou uma versão revisada da IAS 19. A revisão introduz melhorias na apresentação dos planos de benefício definido, não alterando significativamente sua mensuração. As principais alterações são: (i) eliminação do método do corredor, ou seja, reconhecimento imediato dos ganhos/perdas atuariais ocorridos no período; (ii) racionalização da apresentação das alterações nos ativos e passivos dos planos: o custo financeiro e do serviço, juntamente com o retorno esperado dos ativos do plano, são reconhecidos no resultado; as remensurações, como as diferenças atuariais, devem ser reconhecidos diretamente no patrimônio líquido como Outros resultados abrangentes; (iii) aprimoramento nas divulgações, melhorando o entendimento sobre os riscos de tais planos.

As alterações são efetivas para períodos iniciados a partir de 1º janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

Caso a norma já estivesse vigente em 31.12.2012, haveria os seguintes efeitos nas demonstrações contábeis consolidadas:

	Previ		Cassi		R\$ mil
	Plano 1	Plano Informal	Plano de Associados	Outros Planos	Total
Aumento/(redução) no ativo atuarial	(4.441.209)	-	-	23.649	(4.417.560)
Aumento/(redução) no passivo fiscal diferido	1.900.393	-	-	(10.119)	1.890.274
Aumento) no passivo atuarial	-	(109.101)	(2.577.272)	(719.062)	(3.405.435)
Aumento no ativo fiscal diferido	-	43.640	1.030.909	287.625	1.362.174
Efeito no patrimônio líquido	(2.540.816)	(65.461)	(1.546.363)	(417.907)	(4.570.547)

Emendas à IAS 27 – Demonstrações contábeis individuais – Mantém as exigências contábeis e de divulgação relativas às demonstrações contábeis separadas. As normas remanescentes serão substituídas pela IFRS 10.

As emendas à IAS 27 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Emendas à IAS 28 – Investimentos em coligadas e em empreendimentos conjuntos – Alterada para prescrever a contabilização de investimentos em associadas e estabelecer os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas e *joint ventures*.

As emendas à IAS 28 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

Emendas à IAS 32 – Compensação de Ativos e Passivos Financeiros e divulgações relacionadas – Em dezembro de 2011, o IASB emitiu uma revisão da IAS 32 modificando critérios para a aplicação de compensação entre ativos e passivos financeiros e também esclarece a apresentação do efeito tributário

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

das distribuições efetuadas ao detentores dos instrumentos patrimoniais que deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 – Tributos sobre o Lucro.

As emendas à IAS 32 são efetivas para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

O Banco decidiu não adotar antecipadamente essas alterações e, com base em avaliação preliminar, espera apresentar efeitos relevantes sobre a posição patrimonial (total de ativos) a partir de adoção da IFRS 11 e sobre o patrimônio líquido a partir da adoção das emendas à IAS 19. Está em avaliação a adequação dos valores justos apurados pelo Banco às novas definições estabelecidas pela IFRS 13.

4 – Principais julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros (inclusive derivativos)

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas, quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo. As metodologias consideradas para avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros são detalhadas na Nota 38.

b) Redução ao valor recuperável de empréstimos a clientes – Imparidade

O Banco efetua uma revisão periódica da sua carteira de empréstimos a clientes de forma a avaliar se perdas por imparidade devem ser registradas na demonstração do resultado. O processo de avaliação da carteira de empréstimos para determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Esse processo inclui a observância de fatores que evidenciem uma alteração do perfil de risco da operação e do cliente e que resultem em redução da estimativa de recebimento dos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa desses fluxos de caixa, o Banco faz julgamentos em relação à situação econômico-financeira do cliente. Essas estimativas são baseadas em pressupostos de uma série de fatores e, por essa razão, os resultados reais podem variar, gerando futuras alterações à provisão.

Os empréstimos a clientes que são avaliados individualmente e não apresentam perda em seu valor recuperável, assim como todos os empréstimos a clientes que individualmente não são considerados significativos, são avaliados coletivamente em grupos de ativos com características de risco semelhante para determinar se uma provisão deve ser efetuada para eventos já ocorridos, cujos efeitos ainda não são conhecidos.

No processo de avaliação de empréstimos a clientes individualmente significativos, o Banco verifica, em linhas gerais: (i) a situação econômico-financeira e jurídica da contraparte; (ii) a retenção de riscos por parte do Banco, em relação às operações da contraparte; (iii) o histórico de relacionamento comercial da

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

contraparte com o Banco; e (iv) a situação das garantias dos créditos. Esse escopo permite ao Banco estimar, periodicamente, a necessidade de eventual registro de perda por imparidade dos ativos financeiros individualmente considerados.

A avaliação coletiva dos empréstimos a clientes leva em consideração, entre outros fatores, os dados da carteira de crédito, os níveis de inadimplência, utilização de crédito, concentrações de riscos e dados econômicos. As estimativas são baseadas em informações obtidas de forma segmentada por grupamentos de produtos/modalidades similares, classificação interna de risco das operações e tipos de clientes, agrupados em função da metodologia de análise de risco e limite de crédito.

O Banco reconhece perdas inerentes a instrumentos de dívida não avaliados a valor justo, levando em conta a experiência histórica de perda por imparidade e outras circunstâncias conhecidas na ocasião da avaliação. Com essa finalidade, as perdas inerentes são perdas incorridas que ainda não tenham sido alocadas a operações específicas, calculadas através de métodos estatísticos. O Banco adota o conceito de perda incorrida para quantificar o custo da provisão para perdas em empréstimos a clientes.

Outras informações sobre a metodologia de cálculo e premissas utilizadas pelo Banco para avaliação de perdas por redução ao valor recuperável em empréstimos a clientes, assim como os valores quantitativos registrados a título de provisão para perdas, podem ser obtidos nas Notas 3 e 22, respectivamente.

c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros disponíveis para venda – Imparidade

O Banco considera que existe perda por imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando ocorre um declínio de valor significativo ou prolongado no seu valor justo para um valor inferior ao do custo. Essa determinação do que seja significativo ou prolongado requer julgamento no qual o Banco avalia, entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros. Além disso, o reconhecimento da perda por imparidade pode ser efetuado quando há evidência de impacto negativo na saúde financeira da empresa investida, no desempenho do setor econômico, bem como mudanças na tecnologia e nos fluxos de caixa de financiamento e operacional.

Adicionalmente, as avaliações são elaboradas considerando preços de mercado (*mark to market*) ou modelos de avaliação (*mark to model*), os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou de julgamentos no estabelecimento de estimativas de valor justo.

d) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa estar com problemas de recuperabilidade. Se houver essa indicação, o Banco utiliza estimativas para definição do valor recuperável do ativo.

O Banco também avalia, ao final de cada período de reporte, se há qualquer indicação de que uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida em períodos anteriores para um ativo, exceto o ágio por expectativa de rentabilidade futura, pode não mais existir ou pode ter diminuído. Se houver essa indicação, o Banco estima o valor recuperável desse ativo.

Independentemente de haver qualquer indicação de perda no valor recuperável, o Banco efetua anualmente o teste de imparidade de um ativo intangível de vida útil indefinida, incluindo o ágio adquirido em uma combinação de negócios, ou de um ativo intangível ainda não disponível para o uso.

A determinação do valor recuperável na avaliação de imparidade de ativos não financeiros requer estimativas baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas, exigindo que a Administração faça julgamentos subjetivos e adote premissas.

Uma discussão mais detalhada sobre o tema pode ser observada nas Notas 3 e 26.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

e) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

O Banco classifica os seus ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixados ou determináveis e vencimentos definidos, como instrumentos financeiros mantidos até o vencimento, com mensuração ao custo amortizado, de acordo com a IAS 39. Essa classificação requer um nível de julgamento significativo.

Nos julgamentos efetuados, o Banco avalia a sua intenção e capacidade de manter esses investimentos até o vencimento. Caso o Banco não mantenha esses investimentos até o vencimento, exceto em circunstâncias específicas – por exemplo, alienar uma parte não significativa próxima ao vencimento - é requerida a reclassificação de toda a carteira para ativos financeiros disponíveis para venda, com a sua consequente mensuração ao valor justo, alternativamente ao custo amortizado. Os investimentos classificados no grupo mantidos até o vencimento são objeto de teste de imparidade, similar àquele praticado para os ativos financeiros disponíveis para venda.

f) Entidades de Propósito Específico (EPE)

O Banco patrocina a constituição de EPEs com o objetivo principal de efetuar operações de securitização de ativos. O Banco somente consolida uma EPE quando ele exerce o controle.

Ao avaliar se o Banco controla uma EPE, o julgamento é utilizado para determinar se as atividades da EPE estão sendo conduzidas em favor do Banco para que este possa obter os benefícios das operações da EPE; se o Banco tem o poder de controlar ou de obter o controle sobre a EPE ou seus ativos; se o Banco tem o direito de obter a maioria dos benefícios gerados pelas atividades da EPE; e se o Banco retém a maioria dos riscos relacionados à EPE ou seus ativos.

A decisão de que uma EPE deva ser consolidada requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas.

g) Impostos sobre os lucros

Como o objetivo social do Banco é obter lucros, a renda gerada está sujeita ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde desenvolve atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pelo Banco e pelas suas subsidiárias no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pelo Banco, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

h) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando o Banco possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário do Banco é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual (Nota 35).

As estimativas consideradas pelo Banco para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pelo Banco que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como (i) variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes; (ii) mudanças na regulamentação governamental afetas a questões fiscais; (iii) alterações nas taxas de juros; (iv) mudanças nos índices de inflação; (v) processos ou disputas judiciais adversas; (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento; (vii) mudanças nos valores de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e (viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

i) Pensões e outros benefícios a empregados

O Banco patrocina planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, contabilizados de acordo com a IAS 19. A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam: (i) taxas de juros assumidas; (ii) tábuas de mortalidade; (iii) índice anual aplicado à revisão de aposentadorias; (iv) índice de inflação de preços; (v) índice anual de reajustes salariais; e (vi) método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos. Alterações nesses pressupostos podem ter um impacto significativo sobre os valores determinados.

j) Provisões técnicas de passivos por contratos de seguros

As provisões técnicas e matemáticas relacionadas a contratos de seguros e previdência complementar são constituídas de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) para seguros e previdência. Os valores são apurados com base em métodos e hipóteses definidas pelo atuário e validadas pela Administração, refletindo o valor atual da melhor estimativa, na data base de cálculo, das obrigações futuras decorrentes dos contratos de seguros e previdência.

A cada período de apresentação, o Banco analisa a adequação de seus passivos para todos os contratos que atendam à definição de um contrato de seguro e que estejam vigentes na data da execução. Referido procedimento, designado como teste de adequação de passivos, considera como valor contábil líquido os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis relacionados.

Para elaboração desse teste, o Banco utiliza metodologia atuarial para estimar a valor presente todos os fluxos de caixa futuros a partir de premissas atuariais válidas na data de execução do teste. Nesse teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

As principais premissas utilizadas pelas *joint ventures* e subsidiárias seguradoras para execução do teste de adequação de passivos foram: (i) taxa de desconto utilizada para trazer os fluxos projetados a valor presente; (ii) sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, despesas de comercialização, cancelamento, contribuições futuras, resgates parciais e conversões em renda baseados no comportamento histórico; e (iii) mortalidade e sobrevivência seguem as tábuas biométricas construídas especificamente com a experiência no mercado segurador brasileiro.

Outras informações sobre o tema podem ser obtidas nas Notas 3 e 34.

k) Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

As provisões são reconhecidas nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico por grupo de ação, tipo de órgão legal (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum) e reclamante. Para apuração do valor das obrigações nas ações de natureza trabalhista, são considerados os valores médios dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 24 meses, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nas ações de natureza cível são considerados os valores médios dos pagamentos dos processos encerrados nos últimos

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

24 meses e, nas ações referentes a planos econômicos, são considerados os valores médios dos pagamentos realizados nos últimos 24 meses.

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos, considerando o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

5 – Demonstrações Contábeis Consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas do Banco abrangem as agências e subsidiárias no país e no exterior e suas controladas diretas e indiretas, entidade de propósito específico, bem como os investimentos sob controle conjunto (*joint ventures*). Os saldos significativos das contas e operações entre as companhias consolidadas foram eliminados. Apresentam-se no quadro a seguir as participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

			Atividade	País de constituição	% Participação Total	
					31.12.2012	31.12.2011
Segmento Bancário						
Banco do Brasil – AG. Viena	(1)	(3)	Bancária	Áustria	100%	100%
BB Leasing Company Ltd.	(1)	(3)	Arrendamento	Ilhas Cayman	100%	100%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(1)	(3)	Arrendamento	Brasil	100%	100%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1)	(3)	Corretora	Singapura	100%	100%
BB Securities LLC.	(1)	(3)	Corretora	Estados Unidos	100%	100%
BB Securities Ltd.	(1)	(3)	Corretora	Inglatera	100%	100%
BB USA Holding Company, Inc.	(1)	(3)	Holding	Estados Unidos	100%	100%
Braslian American Merchant Bank	(1)	(3)	Bancária	Ilhas Cayman	100%	100%
BB Americas	(1)	(3)	Banco Múltiplo	Estados Unidos	100%	-
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	(3)	Administração de Ativos	Brasil	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	(1)	(3)	Banco Múltiplo	Argentina	58,96%	58,96%
Banco Votorantim S.A.	(2)	(3)	Banco Múltiplo	Brasil	50%	50%
Segmento Investimentos						
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	(3)	Banco de Investimento	Brasil	100%	100%
Kepler Weber S.A.	(2)	(3)	Indústria	Brasil	17,56%	17,56%
Neoenergia S.A.	(2)	(3)	Energia	Brasil	11,99%	11,99%
Segmento Gestão de Recursos						
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	(3)	Administração de Ativos	Brasil	100%	100%
Segmento Seguridade						
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	(3)	Holding	Brasil	100%	-
BB Cor Participações S.A.	(1)	(3)	Holding	Brasil	100%	-
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	(3)	Corretora	Brasil	100%	100%
BB Seguros Participações S.A.	(1)	(3)	Holding	Brasil	100%	100%
Nossa Caixa Capitalização S.A.	(1)	(3)	Capitalização	Brasil	100%	100%
Aliança Participações S.A.	(2)	(5)	Holding	Brasil	-	74,99%
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	(2)	(3)	Seguradora	Brasil	74,99%	74,99%
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(2)	(3)	Holding	Brasil	74,99%	74,99%
Mapfre Vida S.A.	(2)	(3)	Previdência	Brasil	74,99%	74,99%
Mapfre Participações Ltda.	(2)	(5)	Holding	Brasil	-	74,99%
Vida Seguradora S.A.	(2)	(3)	Seguradora	Brasil	74,99%	74,99%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(2)	(3)	Seguradora/Previdência	Brasil	74,99%	74,99%
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	(2)	(3)	Seguradora/Previdência	Brasil	74,99%	49%
Brasilcap Capitalização S.A.	(2)	(3)	Capitalização	Brasil	66,66%	66,66%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(2)	(3)	Seguradora	Brasil	50%	50%
Aliança Rev Participações S.A.	(2)	(6)	Holding	Brasil	-	50%
Brasilveículos Companhia de Seguros	(2)	(3)	Seguradora	Brasil	50%	50%
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(2)	(3)	Holding	Brasil	50%	50%
Mapfre Seguros Gerais S.A.	(2)	(3)	Seguradora	Brasil	50%	50%
Mapfre Affinity Seguradora S.A.	(2)	(3)	Seguradora	Brasil	50%	50%
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	(2)	(3)	Corretora	Brasil	50%	50%
Mapfre Assistência S.A.	(2)	(3)	Prestação de Serviços	Brasil	50%	50%
Segmento Meios de Pagamento						
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1)	(3)	Prestação de Serviços	Brasil	100%	100%
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	(3)	Holding	Brasil	100%	100%
Elo Participações S.A.	(2)	(3)	Holding	Brasil	49,99%	49,99%
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS	(2)	(3)	Prestação de Serviços	Brasil	49,99%	49,99%
Elo Serviços S.A.	(2)	(3)	Prestação de Serviços	Brasil	33,33%	33,33%
Cielo S.A.	(2)	(3)	Prestação de Serviços	Brasil	28,68%	28,72%
Outros Segmentos						
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1)	(3)	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	(3)	Aquisição de Créditos	Brasil	100%	100%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1)	(3)	Consórcio	Brasil	100%	100%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1)	(4)	Turismo	Brasil	100%	100%
BB Money Transfers, Inc.	(1)	(3)	Prestação de Serviços	Estados Unidos	100%	100%
Cobra Tecnologia S.A.	(1)	(3)	Informática	Brasil	99,97%	99,97%
BV Participações S.A.	(2)	(3)	Holding	Brasil	50%	50%

(1) Controlada.

(2) Joint venture, incluída proporcionalmente na consolidação.

(3) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a dezembro/2012.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a novembro/2012.

(5) Investimento incorporado em 2012 pela holding BB Mapfre SH1 Participações S.A..

(6) Investimento incorporado em 2012 pela holding Mapfre BB SH2 Participações S.A..

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Foram consolidados ainda os fundos de investimentos financeiros BV Financeira FIDC V, BVIA Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento Nióbio I e a Entidade de Propósito Específico no exterior Dollar Diversified Payment Rights Finance Company, os quais o Banco controla direta ou indiretamente.

No 1º semestre de 2012, as empresas do segmento seguridade BB Aliança Participações S.A., BB Aliança Rev Participações S.A., Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S.A., Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A. e Mapfre Riscos Especiais S.A. alteraram suas denominações sociais para Aliança Participações S.A., Aliança Rev Participações S.A., Mapfre Vida S.A., Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Affinity Seguradora S.A., respectivamente.

A estruturação do Grupo BB Seguridade e criação das subsidiárias BB Seguridade Participações S.A. e BB Cor Participações S.A., está apresentado na nota 6.c.

6 – Aquisições, Vendas e Reestruturações Societárias**a) Aquisições por Combinações de Negócios****BB Americas (antigo EuroBank)**

O BB Americas, instituição financeira de capital fechado com sede na Flórida (EUA), possui uma rede de 3 agências localizadas nas regiões de Coral Gables, Pompano Beach e Boca Raton, onde atende clientes americanos, portugueses, hispânicos e um pequeno público de brasileiros.

Em 19.01.2012, efetivou-se o fechamento da operação de aquisição da totalidade das ações do BB Americas com o pagamento de US\$ 6 milhões aos vendedores e a transferência das 835.855 ações ordinárias ao Banco do Brasil, correspondentes à totalidade do capital social e votante do BB Americas.

Em 2011, a aquisição já havia passado pelas seguintes aprovações:

- em 31.05.2011 - Assembleia de Acionistas do Banco do Brasil;
- em 09.08.2011 - Banco Central do Brasil;
- em 19.10.2011 - Florida Office of Financial Regulation (OFR);
- em 07.11.2011 - Federal Deposit Insurance Company (FDIC);
- em 16.12.2011 - Federal Reserve Board (FED).

Na aquisição do BB Americas, o Banco do Brasil avaliou a possibilidade de aquisição de um banco que permitisse o desenvolvimento da estratégia de expansão dos seus negócios na América do Norte, em especial nos EUA. Essa estratégia está diretamente relacionada com o atendimento das comunidades brasileira e hispânica residentes naquele País.

O ágio foi calculado a partir do balanço patrimonial a valor justo apurado em estudo de alocação do preço pago elaborado por área especializada do Banco.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos do BB Americas

	R\$ mil
	19.01.2012
Caixa e depósitos bancários	2.040
Empréstimos a instituições financeiras	15.147
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.104
Empréstimos a clientes	67.636
Ativo imobilizado	3.140
Ativos intangíveis	14.292
Outros ativos	15.210
Valor justo dos ativos	121.569
Depósitos de clientes	127.226
Obrigações de longo prazo	5.414
Passivo por impostos correntes	6
Outros passivos	3.996
Valor justo dos passivos	136.642
Valor justo dos ativos líquidos ⁽¹⁾	(15.073)
Preço pela aquisição das ações (100%)	(10.651)
Ágio gerado na aquisição	25.724
Movimentações de caixa na aquisição da subsidiária	
Caixa e depósitos bancários adquiridos com a subsidiária	2.040
Valor pago	(10.651)
Caixa líquido por aquisição do BB Americas	(8.611)

(1) O valor contábil dos ativos líquidos em 19.01.2012 era (R\$ 27.203) mil.

Ativos intangíveis identificados na aquisição

	R\$ mil
	19.01.2012
Canais de distribuição	10.585
Relacionados a carteira de clientes	3.694
Ativos intangíveis pré-aquisição	13
Total	14.292

Os ativos intangíveis identificados vem sendo amortizados em consonância com os prazos apresentados na Nota 3, os quais foram definidos com base em estudo de alocação do preço pago. Para o exercício de 2012, os valores amortizados usando o método linear durante sua vida útil econômica estimada totalizaram R\$ 5.373 mil.

O BB Americas contribuiu com R\$ 5.574 mil para as receitas totais e (R\$ 12.989) mil para o lucro líquido do Banco no exercício de 2012. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido em 01.01.2012, a contribuição nas receitas totais e no lucro líquido do Banco seria de R\$ 6.083 mil e (R\$ 13.074) mil, respectivamente.

Os custos relacionados à aquisição do BB Americas totalizaram US\$ 2.842 mil e foram registrados em Outras despesas operacionais.

Banco Patagonia S.A.

O Banco Patagonia é um banco privado que tem como atividade principal a de banco comercial. Ele dispõe de uma rede de distribuição física em todas as províncias argentinas e atua com uma ampla gama de produtos financeiros e de mercados de capitais.

Em 12.04.2011, após as aprovações pelos órgãos reguladores do Brasil e da Argentina, o Banco do Brasil adquiriu o controle acionário do Banco Patagonia, relativo a 366.825.016 ações (51% do capital social e do capital votante) pelo montante de R\$ 764.819 mil (US\$ 482.040 mil), por meio de pagamento à vista, resultando no valor de US\$ 1,3141 por ação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Em 17.08.2011, a Comisión Nacional de Valores da Argentina, órgão regulador do mercado de capitais daquele país, autorizou o Banco do Brasil a realizar, na Argentina, Oferta Pública de Aquisição Obrigatória de Ações (OPA) do Banco Patagonia para aumentar a posição acionária do Banco do Brasil de 51% para até 75% do capital total e votante.

A OPA foi realizada no período de 01.09.2011 a 05.10.2011, e o preço por ação das classes A e B corresponderam a US\$ 1,314, a serem pagos em pesos argentinos (ARS) ao câmbio indicado no Prospecto da Oferta, com dedução de ARS 0,3346500775 por ação, correspondente aos dividendos pagos relativos ao exercício finalizado em dezembro de 2010.

Em 11.10.2011, encerrou-se, na Bolsa de Valores de Buenos Aires, a OPA do Banco Patagonia. Como resultado da Oferta, foram adquiridas pelo Banco do Brasil 57.276.942 ações ordinárias classe B ao preço de ARS 5,1959759225 por ação. O Banco do Brasil passou a ser titular de 424.101.958 ações ordinárias classe B, representando 58,9633% do capital social e votante do Banco Patagonia.

Na aquisição do Banco Patagonia, o Banco do Brasil avaliou a possibilidade de aquisição de um banco na Argentina que permitisse o desenvolvimento de sua estratégia de expansão na América do Sul de Língua Espanhola. Essa estratégia está diretamente relacionada com o atendimento a brasileiros e empresas de relacionamento do Banco do Brasil, onde quer que estejam. A conjuntura econômica, ainda marcada pelos reflexos da crise financeira de 2008, gerou a oportunidade da compra vantajosa. Este ganho foi registrado em Outras receitas não de juros.

O ganho por compra vantajosa na aquisição foi calculado a partir do balanço patrimonial a valor justo apurado em estudo de alocação do preço pago elaborado por área especializada do Banco.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Valor justo dos ativos e passivos adquiridos do Banco Patagonia

	R\$ mil
	12.04.2011
Caixa e depósitos bancários	461.086
Empréstimos a instituições financeiras	589.231
Aplicações em operações compromissadas	108.202
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.439.677
Empréstimos a clientes	2.772.482
Investimentos em coligadas	3.265
Ativo imobilizado	144.071
Intangíveis identificados	496.413
Ativos por impostos correntes	106.793
Outros ativos	678.156
Valor justo dos ativos	6.799.376
Depósitos de clientes	4.333.049
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	89.142
Obrigações por operações compromissadas	141.607
Obrigações de curto prazo	85.671
Obrigações de longo prazo	17.452
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	48.786
Passivo por impostos correntes	149.945
Outros passivos	314.362
Valor justo dos passivos	5.180.014
Valor justo dos ativos líquidos ⁽¹⁾	1.619.362
Valor justo dos ativos líquidos atribuíveis aos acionistas não controladores (49%)	793.487
Valor justo dos ativos líquidos atribuíveis aos acionistas controladores (51%)	825.875
Preço pela aquisição das ações (51%)	(764.819)
Ganho por compra vantajosa na aquisição	(61.056)
Movimentações de caixa na aquisição da subsidiária	
Caixa e depósitos bancários adquiridos com a subsidiária	1.087.525
Valor pago	(764.819)
Caixa líquido por aquisição do Banco Patagonia	322.706

(1) O valor contábil dos ativos líquidos em 12.04.2011 era R\$ 874.845 mil.

Ativos intangíveis identificados na aquisição

	R\$ mil
	12.04.2011
Relacionados a carteiras de clientes	434.312
Relacionados a contratos	40.246
Outros	21.855
Total	496.413

Apuração do resultado na OPA

	R\$ mil
	11.10.2011
Valor justo dos ativos líquidos atribuíveis aos não controladores adquiridos	128.901
Preço pago pela aquisição das ações	(128.761)
Valor reconhecido no patrimônio líquido e atribuível aos acionistas controladores	(140)

Os ativos intangíveis identificados vem sendo amortizados em consonância com os prazos apresentados na Nota 3, os quais foram definidos com base em estudo de alocação do preço pago. Para o exercício de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

2012, os valores amortizados usando o método linear durante sua vida útil econômica estimada totalizaram R\$ 61.236 mil.

O Banco Patagonia contribuiu com R\$ 551.281 mil para as receitas totais e R\$ 109.086 mil para o lucro líquido do Banco no exercício de 2011. Se a combinação de negócios tivesse ocorrido no início daquele ano, a contribuição nas receitas totais e no lucro líquido do Banco seria de R\$ 702.404 mil e R\$ 136.045 mil, respectivamente.

Os custos relacionados à aquisição do Banco Patagonia totalizaram US\$ 3.470 mil e foram registrados em Outras despesas operacionais.

Em função dos comunicados emitidos pelo Banco Central da República Argentina (BCRA) "A"5272 e "A"5273, em 27.01.2012, o Banco Patagonia não distribuiu dividendos relativos ao exercício de 2011. Esses comunicados aumentaram as exigências de capital mínimo e solvência para as instituições financeiras argentinas e o índice exigido de capital adicional para a distribuição de dividendos. A regulamentação local exige, ainda, prévia autorização da Superintendência de Entidades Financeiras e Cambiais (SEFyC) do BCRA para a distribuição de resultados.

b) Outras Aquisições

Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS

Em 24.01.2011, foi concretizada a negociação na qual a controlada BB Banco de Investimento S.A. (BB BI) adquiriu parte das ações detidas pela Visa Internacional Service Association (Visa International) na Companhia Brasileira de Soluções e Serviços, aumentando sua participação de 45% para 49,99%.

O ágio no valor de R\$ 75.641 mil apurado na aquisição parcial da CBSS e o valor dos ativos líquidos apurados pelo método da equivalência patrimonial foram registrados em Investimentos em coligadas.

O quadro a seguir demonstra a participação total do BB BI no capital social da CBSS, segregada em ações ordinárias (com direito a voto) e preferenciais.

Participação acionária	% ON	% PN	% do Capital Total
Antes da transação	44,31	45,69	45,00
Após a transação	49,99	49,99	49,99

c) Reorganizações societárias na área de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros

Criação das subsidiárias BB Seguridade Participações S.A. e BB Cor Participações S.A.

Em dezembro de 2012, o Banco constituiu as empresas BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade) e BB Cor Participações S.A. (BB Cor).

Após a constituição, a BB Seguridade passou a deter as seguintes participações societárias:

a) 100% das ações de emissão da BB Cor;

b) 100% das ações de emissão da BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) que, por sua vez, detém participação nas seguintes sociedades:

(i) 74,9% do total das ações (sendo 49,9% ações ON) de emissão da BB Mapfre SH1 Participações S.A., que atua no ramo de seguros de pessoas em parceria com o Grupo Mapfre;

(ii) 50,0% do total das ações (sendo 49,0% ações ON) de emissão da Mapfre BB SH2 Participações S.A., que atua no ramo de seguros patrimoniais também em parceria com o Grupo Mapfre;

(iii) 74,9% do total das ações (sendo 49,9% ações ON) de emissão da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., que atua no ramo de previdência em parceria com a Principal Financial Group;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

(iv) 66,7% do total das ações (sendo 49,9% ações ON) de emissão da Brasilcap Capitalização S.A., que atua no ramo de capitalização em parceria com a Icatu Seguros S.A. e a Companhia de Seguros Aliança da Bahia; e

(v) 100% das ações de emissão da Nossa Caixa Capitalização S.A. que atua no ramo de capitalização.

Os objetivos do Banco com a constituição da BB Seguridade são:

(i) consolidar, sob uma única sociedade, todas as atividades do BB nos ramos de seguros, capitalização, previdência complementar aberta e atividades afins, incluindo quaisquer expansões futuras dessas atividades, no Brasil ou no exterior, orgânicas ou não;

(ii) proporcionar ganhos de escala nessas operações; e

(iii) obter redução de custos e despesas no segmento de seguridade.

Adicionalmente, o Banco do Brasil tem intenção de abrir o capital da BB Seguridade e que sua gestão seja independente e comprometida com os conceitos de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade socioambiental. A administração, apoiada por ferramentas de monitoramento que alinhem o comportamento dos executivos aos interesses dos acionistas e da sociedade em geral, será conduzida pelas melhores práticas de governança corporativa, de forma que a BB Seguridade possa ser listada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBovespa S.A. denominado Novo Mercado.

Ainda em dezembro de 2012, a BB Cor passou a deter 100% de participação no capital da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora).

O objetivo do Banco é ampliar a participação de mercado da BB Corretora, que passará a comercializar, dentro e fora dos canais de distribuição do Banco do Brasil S.A., produtos de terceiros nos ramos em que o Banco não possua acordos de exclusividade com empresas parceiras.

A BB Cor deterá também participação acionária no capital social de outras sociedades que atuem no mercado como corretoras na comercialização de seguros, previdência aberta, capitalização e/ou planos de saúde e odontológicos de que o Banco venha participar no futuro.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Em 19.12.2011, formalizou-se Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, pela Brasilprev, de 100% do capital social e votante da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (anteriormente denominada Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência - MNCVP), então pertencentes à BB Seguros (49%) e à Mapfre Brasil Participações S.A. (51%).

Participação acionária	% do Capital Total
Antes da transação	49,000
Após a transação	74,995

O valor ajustado para o negócio foi de R\$ 157.974 mil, corrigidos pela taxa CDI até a data da liquidação. Em 31.07.2012, ocorreu a liquidação financeira do contrato pelo valor de R\$ 166.958 mil.

	R\$ mil
	31.07.2012
Preço pago na aquisição	166.958
Patrimônio líquido da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	24.637
Goodwill registrado na Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	142.321
Percentual de participação na BrasilPrev Seguros e Previdência S.A.	74,995%
Goodwill proporcionalizado	106.734

Adicionalmente, essa venda representou para o Banco do Brasil a perda de influência significativa sobre a Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A., com consequente assunção de controle

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

compartilhado. De acordo com a IAS 28, na perda de influência significativa, o investidor deve mensurar a valor justo qualquer investimento remanescente que mantenha na antiga coligada.

Também deve reconhecer no resultado qualquer diferença entre o valor justo do investimento remanescente, acrescido de qualquer montante proveniente da alienação da participação parcial na coligada, e o valor contábil do investimento na data em que foi perdida a influência significativa. Além disso, os ganhos ou perdas desta transação são reconhecidos no resultado somente na extensão da participação de outros investidores não relacionados a esta coligada.

	%
Participação remanescente na antiga coligada	36,75
Participação alienada na antiga coligada	12,25
Total	49,00

Esses procedimentos resultaram em um ganho de R\$ 12.662 mil reconhecido em Outras receitas operacionais, conforme demonstrado a seguir:

	R\$ mil		
	31.07.2012		
	36,75%	12,25%	49%
Valor justo do investimento remanescente acrescido de qualquer montante proveniente da alienação parcial da coligada	109.249	36.417	145.666
Valor contábil do ativo líquido contribuído	(51.705)	(17.235)	(68.940)
Impostos	(19.567)	(6.520)	(26.087)
Eliminação de ganhos/perdas não realizados	(37.977)	-	(37.977)
Ganho na mensuração a valor justo do investimento remanescente	-	12.662	12.662

Valor justo do investimento remanescente na Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.

	R\$ mil
	31.07.2012
Goodwill	69.533
Ativo intangível relacionado a carteira de clientes	17.700
Total	87.233

O ativo intangível relacionado a carteira de clientes vem sendo amortizado em consonância com o prazo apresentado na Nota 3. Para o exercício de 2012, o valor amortizado totalizou R\$ 1.475 mil.

Parceria BB Seguros e Mapfre S.A.

Em 05.05.2010, o Banco do Brasil comunicou que a BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) e o Grupo Segurador Mapfre (Mapfre) celebraram Acordo de Parceria para a formação de aliança estratégica nos segmentos de seguros de pessoas, ramos elementares e veículos pelo prazo de 20 anos.

Com base no Acordo firmado, a partir de 30 de junho de 2011, o Banco, por meio da BB Seguros, e a Mapfre deram origem ao Grupo Segurador Banco do Brasil & Mapfre. Foram constituídas as *holdings* BB Mapfre SH1 Participações S.A. (SH1), cujo ramo de atuação agrega seguros de pessoas, imobiliário e agrícola, e a Mapfre BB SH2 Participações S.A. (SH2), com foco em seguros de ramos elementares e veículos, com personalidades jurídicas de direito privado, com participação majoritária do Grupo Mapfre no capital votante e governança compartilhada. A parceria foi enquadrada como uma *joint venture* em função do acordo de acionistas que prevê a governança compartilhada e o respectivo poder de veto nas decisões das políticas financeiras e operacionais da entidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

As sociedades apresentam a seguinte configuração:

	BB Mapfre SH1 Participações S.A.			Mapfre BB SH2 Participações S.A.		
	% do Capital Total	%ON	%PN	% do Capital Total	%ON	%PN
BB Seguros Participações S.A.	74,99	49,99	100	50,00	49,00	51,00
Mapfre S.A.	25,01	50,01	--	50,00	51,00	49,00

A integralização de capital na SH1 pela BB Seguros e Mapfre incluiu a versão do controle das seguradoras Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Mapfre Vera Cruz Vida e Previdência S.A. e Vida Seguradora S.A., bem como das *holdings* BB Aliança Participações S.A. e Mapfre Participações Ltda. Na SH2, houve a versão dos controles nas seguradoras Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, Mapfre Vera Cruz Seguradora S.A. e Mapfre Riscos Especiais Seguradora S.A., além da *holding* BB Aliança REV Participações S.A. e da Mapfre Assistência S.A.

O processo de desconsolidação dos negócios contribuídos e o reconhecimento da nova participação a valor justo foram contabilizados conforme a SIC 13 – Entidades controladas em conjunto – Contribuições não monetária dos investidores, a qual estabelece que, ao aplicar a IAS 31.48 a contribuições não monetárias a uma entidade controlada em conjunto (ECC) em troca de uma participação patrimonial na ECC, um investidor reconhecerá no resultado do período a parcela de um ganho ou perda atribuível às participações patrimoniais dos outros investidores.

Esses procedimentos resultaram em um ganho de R\$ 957.725 mil reconhecido em Outras receitas operacionais, conforme demonstrado a seguir:

			R\$ mil
	BB Mapfre SH1	Mapfre BB SH2	Total
Valor justo das <i>joint ventures</i> formadas	6.285.569	1.697.740	7.983.309
Valor contábil dos ativos líquidos contribuídos	(1.674.382)	(1.111.194)	(2.785.576)
Eliminação de ganhos/perdas não realizados	(3.822.956)	(417.052)	(4.240.008)
Ganho na formação das <i>joint ventures</i>	788.231	169.494	957.725

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Valor justo dos ativos e passivos da SH1 e SH2

	30.06.2011		R\$ mil
	BB Mapfre SH1	Mapfre BB SH2	Total
Caixa e depósitos bancários	1.334	20.562	21.896
Aplicações em operações compromissadas	19.387	1.912	21.299
Ativos financeiros	2.514.893	1.179.188	3.694.081
Ativos não correntes disponíveis para a venda	-	44.706	44.706
Investimentos em coligadas	698.797	861.934	1.560.731
Ativo imobilizado	4.482	59.192	63.674
Ativos intangíveis	795.309	288.944	1.084.253
Ativos por impostos correntes	7.301	12.942	20.243
Ativos por impostos diferidos	186.101	110.968	297.069
Outros ativos	670.372	2.191.614	2.861.986
Valor justo dos ativos	4.897.976	4.771.962	9.669.938
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	18.318	270.158	288.476
Passivos por contratos de seguro	1.966.436	1.892.218	3.858.654
Passivo por impostos correntes	15.881	6.590	22.471
Passivo por impostos diferidos	-	238	238
Outros passivos	384.366	378.276	762.642
Valor justo dos passivos	2.385.001	2.547.480	4.932.481
Valor justo dos ativos líquidos	2.512.975	2.224.482	4.737.457
Participação da BB Seguros - %	74,99%	50%	
Participação da BB Seguros	1.884.480	1.112.241	2.996.721
Goodwill alocado	693.836	291.702	985.538

Ativos intangíveis identificados na transação

	R\$ mil
	30.06.2011
Relacionados a carteiras de clientes	170.508
Canais de distribuição	517.241
Ativos intangíveis pré-aquisição	372.295
Marcas	24.209
Total	1.084.253

Os ativos intangíveis identificados vem sendo amortizados em consonância com os prazos apresentados na Nota 3, os quais foram definidos com base em estudo de alocação do preço pago elaborado por empresa especializada e independente. Para o exercício de 2012, os valores amortizados totalizaram R\$ 40.341 mil.

Brasilcap Capitalizações S.A.

Em 24.01.2011, a BB Seguros firmou Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição da totalidade da participação acionária (16,67% ON) detida pela Sul América Capitalização S.A. (Sulacap) na Brasilcap Capitalização S.A. (Brasilcap). O negócio foi efetivado em 22.07.2011, e a participação da BB Seguros no capital total passou de 49,99% para 66,66%. A Brasilcap continua sendo uma *joint venture*, incluída nas demonstrações contábeis pelo método da consolidação proporcional.

O quadro a seguir demonstra a participação total da BB Seguros no capital social da Brasilcap, segregada em ações ordinárias (com direito a voto) e preferenciais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Participação acionária	% ON	% PN	% do Capital Total
Antes da transação	33,32	100	49,99
Após a transação	49,99	100	66,66

Valor justo dos ativos e passivos da Brasilcap

	R\$ mil
	22.07.2011
Caixa e depósitos bancários	97
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	685.383
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	93.405
Ativo imobilizado	1.661
Ativos intangíveis	808
Outros ativos	59.451
Valor justo dos ativos	840.805
Provisões	56.003
Outros passivos	750.327
Valor justo dos passivos	806.330
Valor justo dos ativos líquidos	34.475
Preço pela aquisição das ações (16,67%)	(145.224)
Ágio gerado na aquisição	110.749

d) Parceria com o Banco Bradesco S.A. e a Caixa Econômica Federal no setor de cartões

Em 14.03.2011, o Banco do Brasil e o Banco Bradesco S.A. firmaram Memorando de Entendimentos com caráter vinculante, no qual constituíram a companhia Elo Participações S.A., que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.

O aporte de capital feito pelo Banco do Brasil à Elo Participações S.A., no valor de R\$ 9.200 mil, ocorreu em 20.05.2011. O Banco do Brasil detém 49,99% das ações e o Banco Bradesco detém 50,01%.

Em 30.03.2011, foi lançada oficialmente a bandeira brasileira de cartões de crédito, débito e pré pagos, denominada Elo, administrada pela companhia Elo Serviços.

Em abril de 2012, o Banco do Brasil, o Banco Bradesco S.A. e a Caixa Econômica Federal finalizaram as negociações para consolidar a permanência da Caixa Participações S.A. como acionista da Elo Serviços mediante a celebração de Acordo de Acionistas entre a Elo Participações S.A. e a Caixa Participações. A estrutura acionária acordada tem a seguinte composição:

Participação acionária	% do Capital Total
Elo Participações S.A.	66,665
Caixa Participações	33,335

e) Constituições

BB Securities Asia Pte. Ltd.

Em 16.05.2011, o Conselho de Administração do Banco do Brasil aprovou os atos constitutivos do BB Securities Asia Pte. Ltd., pessoa jurídica de direito privado, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A., para atuar no mercado de capitais da Ásia.

O capital social é de US\$ 5.000 mil divididos em 5.000.000 de ações ordinárias nominativas representadas na forma escritural e sem valor nominal. A sociedade, que tem sede e foro na República de Singapura, terá um Conselho de Administração com 7 membros e uma Diretoria Executiva composta por 1 Diretor Executivo

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

no exterior. O acionista BAMB – Brazilian American Merchant Bank – realizou o aporte de capital na referida subsidiária em 01.11.2011, com início das atividades operacionais a partir de 02.01.2012.

Fundo de Investimento Imobiliário

Em agosto de 2012, o Banco do Brasil subscreveu 100% das cotas do BB Progressivo II Fundo de Investimento Imobiliário (FII), administrado pela Votorantim Asset Management (VAM), e as integralizou em espécie e por meio de repasse da propriedade de 64 imóveis, com transferência substancial de riscos e benefícios.

Em novembro de 2012, por meio de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas do FII, o Banco alienou a totalidade das cotas do fundo. O resultado obtido na transação foi realizado e reconhecido em “outras receitas não de juros” na data da venda das cotas, ocasião em que o Banco do Brasil deixou de ser o principal detentor de riscos e benefícios do Fundo.

Efeitos da transferência da propriedade dos imóveis ao FII no resultado do Banco:

	R\$ mil
Valor de mercado dos imóveis transferidos para o FII	1.402.469
Valor contábil dos imóveis transferidos para o FII	(299.477)
Resultado antes dos impostos	1.102.992
Imposto de Renda e Contribuição Social	(441.197)
Resultado líquido	661.795

7 – Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando os critérios utilizados pela Administração na avaliação do desempenho, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, considerando-se o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As diversas informações gerenciais utilizadas pela Administração na avaliação do desempenho e no processo decisório são preparadas de acordo com as leis e normas aplicáveis às instituições financeiras, conforme determinado pelo Banco Central do Brasil.

As operações do Banco estão divididas em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses segmentos, o Banco também participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregados em "Outros Segmentos".

As transações intersegmentos são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

O Banco não possui cliente que seja responsável por mais de 10% da receita líquida total da Instituição.

a) Segmento bancário

O segmento bancário é responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, e compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito e prestação de serviços, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo realizados pela rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por correspondentes bancários.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

b) Segmento de investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

A receita líquida de juros do segmento é obtida pelas receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável e da prestação de serviços a coligadas.

c) Segmento de gestão de recursos

Esse segmento é responsável essencialmente pelas operações inerentes à compra, venda e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras, instituição, organização e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de seguridade

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado desse segmento provém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários, deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de meios de pagamento

Esse segmento é responsável principalmente pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico (cartões de crédito e débito), os quais geram receitas de taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários.

f) Outros segmentos

Compreendem os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos. Esses segmentos geram receitas oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

g) Demonstração do resultado gerencial por segmento

	Exercício/2012							R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receita de juros	101.618.911	200.153	64.806	5.310.797	288.239	73.951	(412.119)	107.144.738
Despesa de juros	(58.964.603)	(354.503)	-	-	(1.222)	(38.696)	444.000	(58.915.024)
Receita líquida de juros	42.654.308	(154.350)	64.806	5.310.797	287.017	35.255	31.881	48.229.714
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(11.325.646)	-	-	-	-	57.499	(3.409)	(11.271.556)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	(43.760)	-	-	-	-	-	-	(43.760)
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	31.284.902	(154.350)	64.806	5.310.797	287.017	92.754	28.472	36.914.398
Receitas não de juros	19.267.110	2.713.983	1.178.330	5.471.867	2.114.807	1.490.663	(1.516.413)	30.720.347
Receita líquida de tarifas e comissões	14.100.280	464.490	1.177.160	374.103	1.660.322	1.350.892	(1.019.475)	18.107.772
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(731.605)	(2.115)	-	(51.586)	-	(5.442)	56.890	(733.858)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	392.131	64.277	(7.048)	-	(5)	-	-	449.355
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas	3.196	41.732	-	997	-	-	-	45.925
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	2.518.596	-	-	5.981	2.524.577
Outras receitas	5.503.108	2.145.599	8.218	2.629.757	454.490	145.213	(559.809)	10.326.576
Despesas não de juros	(38.720.303)	(2.042.732)	(208.193)	(8.866.468)	(1.270.346)	(1.126.793)	1.316.149	(50.918.686)
Despesas com pessoal	(16.891.787)	(110.027)	(58.025)	(390.028)	(116.371)	(221.864)	5.335	(17.782.767)
Despesas administrativas	(10.373.427)	(22.842)	(22.318)	(933.712)	(168.596)	(224.056)	1.131.676	(10.613.275)
Amortização de ativos intangíveis	(2.373.715)	(59.529)	-	(17.560)	(9.815)	(1.676)	-	(2.462.295)
Depreciação	(950.495)	(24.544)	-	(15.396)	(86.232)	(9.021)	-	(1.085.688)
Outras despesas	(8.130.879)	(1.825.790)	(127.850)	(7.509.772)	(889.332)	(670.176)	179.138	(18.974.661)
Lucro antes dos impostos	11.831.709	516.901	1.034.943	1.916.196	1.131.478	456.624	(171.792)	16.716.059
Impostos	(2.499.740)	(116.797)	(417.468)	(752.309)	(395.105)	(71.591)	-	(4.253.010)
Correntes	(5.057.592)	(135.741)	(415.138)	(760.528)	(395.876)	(94.951)	-	(6.859.826)
Diferidos	2.557.852	18.944	(2.330)	8.219	771	23.360	-	2.606.816
Lucro líquido do período	9.331.969	400.104	617.475	1.163.887	736.373	385.033	(171.792)	12.463.049
Atribuível aos acionistas controladores	9.172.579	366.945	617.475	1.163.887	736.649	385.028	(171.792)	12.270.771
Atribuível às participações de acionistas não controladores	159.390	33.159	-	-	(276)	5	-	192.278
Total dos ativos	1.061.130.762	7.551.025	921.453	69.323.631	4.559.371	5.614.960	(20.196.939)	1.128.904.263
Total dos passivos	994.182.395	4.752.018	789.959	64.765.540	3.638.637	3.097.637	(8.901.266)	1.062.324.920
Total do patrimônio líquido	66.948.367	2.799.007	131.494	4.558.091	920.734	2.517.323	(11.295.673)	66.579.343

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Exercício/2011								R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total	
Receita de juros	102.771.162	163.858	86.622	3.952.693	189.070	25.568	(599.645)	106.589.328	
Despesa de juros	(60.693.265)	(485.532)	-	-	-	(49.035)	531.431	(60.696.401)	
Receita líquida de juros	42.077.897	(321.674)	86.622	3.952.693	189.070	(23.467)	(68.214)	45.892.927	
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(8.960.978)	-	-	-	-	-	-	(8.960.978)	
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	33.116.919	(321.674)	86.622	3.952.693	189.070	(23.467)	(68.214)	36.931.949	
Receitas não de juros	17.547.896	2.520.888	1.054.077	4.232.491	1.341.447	1.371.904	(1.206.404)	26.862.299	
Receita líquida de tarifas e comissões	12.473.703	372.305	1.046.509	16.955	993.736	1.233.642	(979.725)	15.157.125	
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(887.906)	2.737	-	(36.387)	-	1	36.172	(885.383)	
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	278.879	235.506	(800)	(145)	(31)	-	-	513.409	
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas	32.650	111.808	492	1.705	-	-	-	146.655	
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	2.352.417	-	-	30.366	2.382.783	
Outras receitas	5.650.570	1.798.532	7.876	1.897.946	347.742	138.261	(293.217)	9.547.710	
Despesas não de juros	(37.533.143)	(1.706.699)	(210.375)	(6.667.043)	(747.334)	(997.911)	1.274.796	(46.587.709)	
Despesas com pessoal	(15.940.799)	(97.649)	(52.559)	(289.575)	(49.770)	(209.568)	5.832	(16.634.088)	
Despesas administrativas	(8.885.081)	(20.352)	(23.127)	(949.387)	(130.300)	(216.174)	1.160.597	(9.063.824)	
Amortização de ativos intangíveis	(2.277.930)	(71.442)	-	(16.333)	(4.004)	(1.621)	-	(2.371.330)	
Depreciação	(1.003.205)	(8.030)	(1)	(17.863)	(63.779)	(10.175)	-	(1.103.053)	
Outras despesas	(9.426.128)	(1.509.226)	(134.688)	(5.393.885)	(499.481)	(560.373)	108.367	(17.415.414)	
Lucro antes dos impostos	13.131.672	492.515	930.324	1.518.141	783.183	350.526	178	17.206.539	
Impostos	(3.573.560)	(98.507)	(370.867)	(566.609)	(262.616)	(134.406)	-	(5.006.565)	
Correntes	(3.273.856)	(133.934)	(373.524)	(570.790)	(262.088)	(126.434)	-	(4.740.626)	
Diferidos	(299.704)	35.427	2.657	4.181	(528)	(7.972)	-	(265.939)	
Lucro líquido do período	9.558.112	394.008	559.457	951.532	520.567	216.120	178	12.199.974	
Atribuível aos acionistas controladores	9.538.298	358.830	559.457	951.532	520.567	216.122	178	12.144.984	
Atribuível às participações de acionistas não controladores	19.814	35.178	-	-	-	(2)	-	54.990	
Total dos ativos	908.983.369	6.868.562	1.073.470	52.222.813	1.763.592	4.491.293	(16.741.308)	958.661.791	
Total dos passivos	849.940.835	4.932.759	947.641	48.301.672	1.320.567	1.984.794	(7.545.870)	899.882.398	
Total do patrimônio líquido	59.042.534	1.935.803	125.829	3.921.141	443.025	2.506.499	(9.195.438)	58.779.393	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

	Exercício/2010								R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguridade	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total	
Receita de juros	82.280.436	139.971	53.348	2.917.286	128.756	14.499	(375.315)	85.158.981	
Despesa de juros	(42.674.974)	(347.496)	-	(218)	-	(42.860)	365.564	(42.699.984)	
Receita líquida de juros	39.605.462	(207.525)	53.348	2.917.068	128.756	(28.361)	(9.751)	42.458.997	
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(7.465.097)	-	-	-	-	-	-	(7.465.097)	
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	32.140.365	(207.525)	53.348	2.917.068	128.756	(28.361)	(9.751)	34.993.900	
Receitas não de juros	15.529.835	2.243.904	887.620	3.416.128	1.194.473	1.125.961	(765.224)	23.632.697	
Receita líquida de comissões e taxas	10.852.944	390.344	886.746	44.677	866.927	1.023.430	(462.568)	13.602.500	
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(2.158.305)	(2.440)	-	(27.005)	29	3	12.324	(2.175.394)	
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	234.495	130.173	(500)	16	(39)	2	-	364.147	
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas	58.980	73.308	(4.254)	-	-	-	-	128.034	
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	-	-	-	1.932.720	-	-	-	1.932.720	
Outras receitas	6.541.721	1.652.519	5.628	1.465.720	327.556	102.526	(314.980)	9.780.690	
Despesas não de juros	(34.219.891)	(1.487.352)	(181.255)	(4.789.712)	(587.351)	(846.120)	774.976	(41.336.705)	
Despesas com pessoal	(13.988.231)	(86.396)	(47.835)	(177.936)	(31.209)	(167.971)	4.584	(14.494.994)	
Despesas administrativas	(8.118.435)	(21.643)	(21.219)	(782.360)	(100.596)	(212.313)	628.479	(8.628.087)	
Amortização de ativos intangíveis	(2.201.016)	(65.070)	-	(16.106)	(4.104)	(1.215)	-	(2.287.511)	
Depreciação	(953.868)	(6.779)	(1)	(5.754)	(46.135)	(9.740)	-	(1.022.277)	
Outras despesas	(8.958.341)	(1.307.464)	(112.200)	(3.807.556)	(405.307)	(454.881)	141.913	(14.903.836)	
Lucro antes dos impostos	13.450.309	549.027	759.713	1.543.484	735.878	251.480	1	17.289.892	
Impostos	(4.258.384)	(138.719)	(308.699)	(512.444)	(245.641)	(94.595)	-	(5.558.482)	
Correntes	(4.903.923)	(144.490)	(309.012)	(555.596)	(255.432)	(103.893)	-	(6.272.346)	
Diferidos	645.539	5.771	313	43.152	9.791	9.298	-	713.864	
Lucro líquido do exercício	9.191.925	410.308	451.014	1.031.040	490.237	156.885	1	11.731.410	
Atribuível aos acionistas controladores	9.191.945	375.952	451.014	1.031.040	490.237	156.885	1	11.697.074	
Atribuível às participações de acionistas não controladores	(20)	34.356	-	-	-	-	-	34.336	
Total dos ativos	760.790.088	6.220.627	964.331	36.949.455	1.371.817	5.108.624	(14.376.584)	797.028.358	
Total dos passivos	710.019.601	4.991.743	830.685	34.361.397	999.744	2.848.410	(7.787.003)	746.264.577	
Total do patrimônio líquido	50.770.487	1.228.884	133.646	2.588.058	372.073	2.260.214	(6.589.581)	50.763.781	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

h) Conciliação do resultado gerencial por segmento com o resultado consolidado de acordo com as IFRS

	Exercício/2012			Exercício/2011			Exercício/2010		
	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾	Consolidado IFRS	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾	Consolidado IFRS	Consolidado Gerencial	Ajustes ⁽¹⁾	Consolidado IFRS
Receita de juros	107.144.738	786.640	107.931.378	106.589.328	330.432	106.919.760	85.158.981	(15.775)	85.143.206
Despesa de juros	(58.915.024)	(440.514)	(59.355.538)	(60.696.401)	(707.309)	(61.403.710)	(42.699.984)	(361.203)	(43.061.187)
Receita líquida de juros	48.229.714	346.126	48.575.840	45.892.927	(376.877)	45.516.050	42.458.997	(376.978)	42.082.019
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	(11.271.556)	(1.574.521)	(12.846.077)	(8.960.978)	388.613	(8.572.365)	(7.465.097)	(249.457)	(7.714.554)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	(43.760)	34.591	(9.169)	-	-	-	-	-	-
Receita líquida de juros após provisão para perdas em empréstimos	36.914.398	(1.193.804)	35.720.594	36.931.949	11.736	36.943.685	34.993.900	(626.435)	34.367.465
Receitas não de juros	30.720.347	(78.043)	30.642.304	26.862.299	1.243.134	28.105.433	23.632.697	222.309	23.855.006
Receita líquida de tarifas e comissões	18.107.772	(905)	18.106.867	15.157.125	4.986	15.162.111	13.602.500	-	13.602.500
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos/passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(733.858)	(53)	(733.911)	(885.383)	56	(885.327)	(2.175.394)	-	(2.175.394)
Ganhos/(perdas) líquidos sobre ativos financeiros disponíveis para venda	449.355	-	449.355	513.409	(68.218)	445.191	364.147	-	364.147
Ganhos/(perdas) líquidos em coligadas	45.925	-	45.925	146.655	3.536	150.191	128.034	(414)	127.620
Resultado com operações de seguros e previdência complementar	2.524.577	941	2.525.518	2.382.783	16.669	2.399.452	1.932.720	(4.539)	1.928.181
Outras receitas	10.326.576	(78.026)	10.248.550	9.547.710	1.286.106	10.833.815	9.780.690	227.262	10.007.952
Despesas não de juros	(50.918.686)	(174.320)	(51.093.006)	(46.587.709)	(666.154)	(47.253.863)	(41.336.705)	(334.900)	(41.671.605)
Despesas com pessoal	(17.782.767)	-	(17.782.767)	(16.634.088)	-	(16.634.088)	(14.494.994)	(139.474)	(14.634.468)
Despesas administrativas	(10.613.275)	-	(10.613.275)	(9.063.824)	-	(9.063.824)	(8.628.087)	136.635	(8.491.452)
Amortização de ativos intangíveis	(2.462.295)	(798.956)	(3.261.251)	(2.371.330)	(736.630)	(3.107.960)	(2.287.511)	(661.083)	(2.948.594)
Depreciação	(1.085.688)	(6.679)	(1.092.367)	(1.103.053)	4.528	(1.098.525)	(1.022.277)	9.262	(1.013.015)
Outras despesas	(18.974.661)	631.315	(18.343.346)	(17.415.414)	65.948	(17.349.466)	(14.903.836)	319.760	(14.584.076)
Lucro antes dos impostos	16.716.059	(1.446.167)	15.269.892	17.206.539	588.716	17.795.255	17.289.892	(739.026)	16.550.866
Impostos	(4.253.010)	421.318	(3.831.692)	(5.006.565)	(51.778)	(5.058.343)	(5.558.482)	337.961	(5.220.521)
Correntes	(6.859.826)	-	(6.859.826)	(4.740.626)	-	(4.740.626)	(6.272.346)	-	(6.272.346)
Diferidos	2.606.816	421.318	3.028.134	(265.939)	(51.778)	(317.717)	713.864	337.961	1.051.825
Lucro líquido do período	12.463.049	(1.024.849)	11.438.200	12.199.974	536.938	12.736.912	11.731.410	(401.065)	11.330.345
Atribuível aos acionistas controladores	12.270.771	(1.024.849)	11.245.922	12.144.984	536.938	12.681.922	11.697.074	(401.065)	11.296.009
Atribuível às participações de acionistas não controladores	192.278	-	192.278	54.990	-	54.990	34.336	-	34.336
Total dos ativos	1.128.904.263	7.103.212	1.136.007.475	958.661.791	8.161.277	966.823.068	797.028.358	5.791.437	802.819.795
Total dos passivos	1.062.324.920	3.784.326	1.066.109.246	899.882.398	3.671.446	903.553.844	746.264.577	2.136.281	748.400.858
Total do patrimônio líquido	66.579.343	3.318.886	69.898.229	58.779.393	4.489.831	63.269.224	50.763.781	3.655.156	54.418.937

(1) O principal componente de ajustes refere-se a diferenças entre os métodos contábeis utilizados nos relatórios gerenciais versus os métodos contábeis utilizados na Demonstração do Resultado Consolidado, construída de acordo com as IFRS. As principais diferenças de critérios envolvem: diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros, combinações de negócios (amortização de ágio sobre investimentos e alocação do preço de compra), cessão de crédito com coobrigação, provisão para perdas em empréstimos, imposto de renda e contribuição social sobre ajustes IFRS.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

i) Operações internacionais

Segmentação por área geográfica, operações no Brasil e no exterior

	R\$ mil		
	Brasil	Outros Países	Total
	Exercício/2012	Exercício/2012	Exercício/2012
Ativo	1.046.260.841	89.746.634	1.136.007.475
Receitas	134.771.812	3.801.870	138.573.682
Despesas	(123.098.576)	(4.036.906)	(127.135.482)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	15.234.145	35.747	15.269.892
Lucro/(prejuízo) líquido	11.673.236	(235.036)	11.438.200

	R\$ mil		
	Brasil	Outros Países	Total
	Exercício/2011	Exercício/2011	Exercício/2011
Ativo	904.464.642	62.358.426	966.823.068
Receitas	132.435.808	2.589.385	135.025.193
Despesas	(119.679.639)	(2.608.642)	(122.288.281)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	17.743.459	51.796	17.795.255
Lucro/(prejuízo) líquido	12.756.169	(19.257)	12.736.912

	R\$ mil		
	Brasil	Outros Países	Total
	Exercício/2010	Exercício/2010	Exercício/2010
Ativo	763.603.737	39.216.058	802.819.795
Receitas	107.503.619	1.494.593	108.998.212
Despesas	(96.068.231)	(1.599.636)	(97.667.867)
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos	16.559.949	(9.083)	16.550.866
Lucro/(prejuízo) líquido	11.435.388	(105.043)	11.330.345

As receitas compreendem receitas de juros e receitas não de juros. As despesas compreendem despesa de juros, provisão para perdas em empréstimos a clientes e despesas não de juros.

Em relação às operações no exterior, as principais contribuições para as receitas são oriundas das dependências localizadas na América do Sul e Central.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

8 – Receita Líquida de Juros

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Receitas de juros	107.931.378	106.919.760	85.143.206
Empréstimos a clientes	63.915.475	58.910.365	48.339.289
Aplicações em operações compromissadas	14.736.104	14.482.276	11.978.802
Ativos financeiros disponíveis para venda ⁽¹⁾	6.171.427	8.110.185	6.354.163
Depósitos compulsórios em bancos centrais	5.792.202	7.067.594	3.389.012
Empréstimos a instituições financeiras	3.820.058	6.081.465	4.211.211
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado ⁽²⁾	3.163.786	3.336.951	2.876.280
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	814.072	1.260.825	1.252.413
Outras receitas de juros	9.518.254	7.670.100	6.742.037
Despesas de juros	(59.355.538)	(61.403.710)	(43.061.187)
Depósitos de clientes	(29.146.456)	(29.612.943)	(21.545.020)
Obrigações por operações compromissadas	(16.876.340)	(19.694.992)	(15.360.763)
Obrigações de longo prazo	(10.791.824)	(7.471.160)	(4.069.091)
Obrigações de curto prazo	(218.627)	(2.405.223)	(376.983)
Valores a pagar a instituições financeiras	(893.915)	(1.458.004)	(1.246.705)
Outras despesas de juros	(1.428.375)	(761.388)	(462.624)
Receita líquida de juros	48.575.840	45.516.050	42.082.019

(1) Inclui receitas de dividendos no total de R\$ 129 mil (R\$ 430 mil em 2011 e R\$ 559 mil em 2010).

(2) Inclui receitas de dividendos no total de R\$ 38 mil (R\$ 10 mil em 2011 e R\$ 19 mil em 2010).

9 – Receita Líquida de Tarifas e Comissões

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Receita de tarifas e comissões	20.359.988	17.193.788	15.302.426
Prestação de serviços a clientes	14.151.491	12.116.820	10.861.651
Administração de recursos de terceiros	4.122.821	3.701.584	3.211.906
Garantias prestadas	213.939	192.224	200.342
Comissões	1.488.403	789.448	791.483
Outros serviços	383.334	393.712	237.044
Despesa de tarifas e comissões	(2.253.121)	(2.031.677)	(1.699.926)
Prestação de serviços	(2.221.417)	(1.992.424)	(1.666.905)
Despesas de comissões	(5.464)	(3.498)	(2.687)
Outros serviços	(26.240)	(35.755)	(30.334)
Receita líquida de tarifas e comissões	18.106.867	15.162.111	13.602.500

10 – Ganhos/(perdas) sobre Ativos e Passivos ao Valor Justo por meio do Resultado

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Instrumentos financeiros derivativos	(1.403.458)	(1.309.850)	(2.202.671)
Outros ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	669.547	424.523	27.277
Total	(733.911)	(885.327)	(2.175.394)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

11 – Ganhos/(perdas) Líquidos sobre Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Instrumentos de dívida	382.004	356.893	372.977
Instrumentos de patrimônio	67.351	88.298	(8.830)
Total	449.355	445.191	364.147

12 – Outras Receitas e Outras Despesas Operacionais

	R\$ mil		
Outras receitas operacionais	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Ganhos derivados de títulos de capitalização	2.567.699	1.857.801	1.343.845
Receitas das <i>joint ventures</i> não financeiras	2.448.478	2.048.626	1.900.583
Ganhos com planos de benefícios ⁽¹⁾	2.436.990	3.995.737	4.504.258
Ganhos/(perdas) na alienação de valores e bens	1.122.747	(52.412)	(9.812)
Recuperação de encargos e despesas	989.057	746.240	1.516.683
Ganhos com conversão de investimentos no exterior ⁽²⁾	460.252	355.088	-
Ganhos/(perdas) na alienação de investimentos permanentes	64.757	(7.129)	57
Ganhos derivados de investimentos societários ⁽³⁾	41.424	30.099	63.449
Reversão de provisões para pagamentos diversos	40.665	56.984	57.082
Ganho na formação das <i>joint ventures</i> oriundas da parceria com a Mapfre	-	957.725	-
Ganhos/(perdas) líquidos em operações de câmbio	(1.753.342)	(1.828.816)	(984.209)
Outras	1.829.823	2.673.872	1.616.016
Total	10.248.550	10.833.815	10.007.952

(1) Refere-se aos ganhos registrados no período decorrentes de superávits atuariais em planos de benefícios a empregados.

(2) Refere-se a conversão de ativos e passivos monetários.

(3) Refere-se principalmente a receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio.

	R\$ mil		
Outras despesas operacionais	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Impostos e taxas	(4.985.069)	(4.694.096)	(4.168.965)
Despesas financeiras com provisões técnicas de seguros e previdência complementar	(4.108.021)	(2.869.340)	(2.151.736)
Despesas derivadas de títulos de capitalização	(2.599.401)	(1.930.180)	(1.376.268)
Despesas das <i>joint ventures</i> não financeiras	(1.477.013)	(1.130.932)	(956.752)
(Constituição)/reversão de provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	(1.036.124)	336.168	185.101
Atualização de obrigações atuariais	(880.863)	(995.030)	(1.197.951)
Atualização de depósitos em garantia	(274.870)	(424.633)	(483.894)
Falhas em serviço e perdas operacionais	(188.174)	(459.663)	(263.689)
Bônus de relacionamento negocial	(165.823)	(1.446.044)	(792.226)
Obrigações por operações vinculadas à cessão	(36.279)	-	-
Ganhos/(perdas) de capital	(23.772)	(24.473)	(25.073)
(Constituição)/reversão de provisão para desvalorização de valores e bens	(8.716)	(758.027)	17.606
Perdas com conversão de investimentos no exterior ⁽¹⁾	-	-	(186.174)
Ajuste ao valor recuperável do imobilizado	(263)	(2.108)	(1.180)
Amortização antecipada de contratos	-	(211.126)	(191.010)
Ajuste ao valor recuperável do intangível	3.686	3.755	(13.421)
(Constituição)/reversão de provisão para outros ativos sem característica de concessão de crédito	102.562	(137.251)	96.069
Outras	(2.665.206)	(2.606.486)	(3.074.513)
Total	(18.343.346)	(17.349.466)	(14.584.076)

(1) Refere-se a conversão de ativos e passivos monetários.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

13 – Despesa com Pessoal

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Proventos	(10.318.141)	(9.371.730)	(8.159.512)
Encargos sociais	(3.479.869)	(3.106.820)	(2.581.726)
Benefícios	(2.031.145)	(2.236.093)	(1.997.665)
Participação nos lucros	(1.837.932)	(1.789.742)	(1.756.091)
Honorários de diretores e conselheiros	(63.525)	(59.256)	(55.562)
Treinamentos	(51.960)	(70.357)	(83.912)
Outras	(195)	(90)	-
Total	(17.782.767)	(16.634.088)	(14.634.468)

14 – Despesas Administrativas

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Serviços contratados de terceiros	(1.640.984)	(1.167.262)	(1.099.385)
Gastos com comunicações	(1.383.703)	(1.319.832)	(1.237.567)
Transporte	(1.178.407)	(823.264)	(703.002)
Processamento de dados	(819.000)	(657.495)	(1.050.103)
Aluguéis e arrendamentos operacionais	(862.901)	(714.501)	(599.839)
Serviços de vigilância e segurança	(840.316)	(756.233)	(666.693)
Serviços técnicos especializados	(640.660)	(637.391)	(607.307)
Manutenção e conservação	(585.211)	(486.440)	(385.134)
Propaganda e publicidade	(465.849)	(390.700)	(367.929)
Água, energia e gás	(388.650)	(354.148)	(332.520)
Promoções e relações públicas	(241.630)	(262.969)	(232.883)
Viagens	(173.773)	(206.147)	(178.989)
Material de escritório e similar	(146.323)	(138.239)	(126.031)
Contribuições filantrópicas	(72.766)	(72.520)	(90.268)
Outras	(1.173.102)	(1.076.683)	(813.802)
Total	(10.613.275)	(9.063.824)	(8.491.452)

15 – Depósitos Compulsórios em Bancos Centrais

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Sem remuneração ⁽¹⁾	15.740.996	16.345.403
Banco Central do Brasil	15.740.996	16.345.403
Com remuneração ⁽²⁾	64.356.869	77.344.584
Banco Central do Brasil	64.356.869	77.344.558
Outros bancos centrais	-	26
Total	80.097.865	93.689.987

(1) Recolhimento compulsório sobre depósitos à vista no Brasil, referentes a um saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil, com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros, considerados como recursos de uso restrito.

(2) Recolhimento compulsório sobre depósitos de poupança no Brasil e depósitos à vista no exterior.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

16 – Empréstimos a Instituições Financeiras

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Aplicações em depósitos interfinanceiros	29.813.817	27.425.064
Carteiras de crédito adquiridas com coobrigação do cedente	14.436.836	14.421.427
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras	(9.169)	-
Total	44.241.484	41.846.491

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Provisão para perdas em empréstimos a instituições financeiras		
Saldo inicial	-	-
Constituição	(9.169)	-
Baixa	-	-
Saldo final	(9.169)	-

17 – Aplicações em Operações Compromissadas

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Revendas a liquidar – posição bancada	22.011.906	13.543.024
Letras Financeiras do Tesouro	3.145.040	704.394
Notas do Tesouro Nacional	5.727.161	9.622.482
Letras do Tesouro Nacional	12.694.635	2.870.134
Outros títulos	445.070	346.014
Revendas a liquidar – posição financiada⁽¹⁾	167.261.653	125.489.177
Letras Financeiras do Tesouro	104.449.107	106.931.871
Notas do Tesouro Nacional	14.081.422	947.532
Letras do Tesouro Nacional	48.362.285	17.590.708
Outros títulos	368.839	19.066
Revendas a liquidar – posição vendida	242.330	-
Títulos públicos federais – Tesouro Nacional	242.330	-
Revendas a liquidar – câmara de liquidação e compensação	-	-
Total	189.515.889	139.032.201

(1) Refere-se a aplicações em operações compromissadas efetuadas e repassadas a outros tomadores, com obrigação de recompra. Os passivos correspondentes a estas operações somaram R\$ 165.546.113 mil em 2012 e R\$ 128.695.555 mil em 2011 (Nota 30).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

18 – Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de dívida	71.543.017	66.580.568
Títulos públicos federais brasileiros	54.805.986	49.735.889
Títulos emitidos por empresas financeiras	7.412.856	957.019
Títulos emitidos por empresas não financeiras	6.333.940	7.414.363
Aplicações em fundos mútuos de investimento	2.284.390	6.968.883
Títulos de governos estrangeiros	604.806	1.189.015
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	101.039	315.399
Instrumentos de patrimônio	1.998.349	317.204
Ações negociáveis	1.998.349	317.204
Total de instrumentos de dívida e patrimônio	73.541.366	66.897.772
Instrumentos financeiros derivativos ativos	1.414.580	1.396.700
Swaps	1.113.569	623.539
Operações a termo	165.469	407.387
Outros ⁽¹⁾	75.219	110.824
Opções	60.323	254.950
Total	74.955.946	68.294.472

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*).

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado que se encontram vinculados a prestação de garantias referem-se principalmente a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca moedas na *clearing* da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos financeiros derivativos passivos	3.439.482	3.620.655
Swaps	1.902.137	1.243.001
Opções	1.405.480	2.006.159
Operações a termo	131.865	371.495
Outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	387.261	352.200
Total	3.826.743	3.972.855

Valor justos dos ativos de negociação que se encontram vinculados a:

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Compromissos de recompra	6.434.350	9.087.657
Prestação de garantia	947.123	1.552.157
Depósitos compulsórios	45.523	54.747
Total	7.426.996	10.694.561

Nos períodos encerrados em 31.12.2012 e 31.12.2011 não foram reclassificados ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Ganhos/(perdas) Líquidos não Realizados sobre Ativos e Passivos ao Valor Justo por meio do Resultado Reconhecidos no Balanço Patrimonial

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de dívida	2.168.255	356.314
Títulos públicos federais brasileiros	2.038.711	300.644
Títulos emitidos por empresas não financeiras	74.840	6.026
Títulos de governos estrangeiros	46.813	103.184
Títulos emitidos por empresas financeiras	14.087	14.310
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	1.263	(85)
Aplicações em fundos mútuos de investimento	(7.459)	(67.765)
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados de instrumentos de patrimônio	52.940	(1.850)
Ações negociáveis	52.940	(1.850)
Ganhos/(perdas) de instrumentos financeiros derivativos	308.161	336.577
Ganhos/(perdas) de outros passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	21.809	(13.252)
Total	2.551.165	677.789

19 – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de dívida	95.822.600	83.099.480
Títulos públicos federais brasileiros	48.005.060	48.668.493
Títulos emitidos por empresas não financeiras	34.395.824	24.057.820
Títulos de governos estrangeiros	4.593.520	3.698.358
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	4.392.999	3.312.925
Fundos mútuos de investimento	2.305.386	1.674.564
Títulos emitidos por empresas financeiras	2.124.542	1.655.912
Títulos estaduais e municipais	5.269	31.408
Instrumentos de patrimônio	882.060	1.228.709
Ações negociáveis	882.060	1.228.709
Total	96.704.660	84.328.189

Os ativos financeiros disponíveis para venda que se encontram vinculados a garantias referem-se a títulos públicos federais que estão depositados como margem de garantia nas operações envolvendo derivativos, troca de títulos e troca moedas na *clearing* da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), bem como garantindo as operações envolvendo ações na *clearing* da Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC).

Valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda vinculados a:

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Compromissos de recompra	40.465.146	39.115.929
Garantias	4.429.414	3.811.345
Depósitos compulsórios	715.075	697
Total	45.609.635	42.927.971

Nos períodos encerrados em 31.12.2012 e 31.12.2011 não foram reclassificados ativos financeiros disponíveis para venda.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Ganhos/(perdas) Líquidos não Realizados sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda Reconhecidos no Balanço Patrimonial

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de dívida	1.407.067	712.028
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	870.518	572.535
Fundos mútuos de investimento	177.870	(63.339)
Títulos emitidos por empresas não financeiras	95.300	70.342
Títulos públicos federais brasileiros	89.775	29.063
Títulos emitidos por empresas financeiras	26.431	4.197
Títulos estaduais e municipais	-	(100)
Títulos de governos estrangeiros	147.173	99.330
Ganhos/(perdas) líquidos não realizados sobre instrumentos de patrimônio	(26.149)	(17.270)
Ações negociáveis	(26.149)	(17.270)
Total	1.380.918	694.758

20 – Ativos Financeiros Mantidos até o Vencimento

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de dívida	12.713.398	14.997.329
Títulos públicos federais brasileiros	12.509.409	14.800.877
Títulos emitidos por empresas não financeiras	109.454	-
Títulos públicos brasileiros emitidos no exterior	94.535	115.835
Títulos emitidos por empresas financeiras	-	80.617

Vencimentos dos ativos financeiros mantidos até o vencimento:

	R\$ mil
A vencer em até um ano	4.375.992
A vencer entre 1 e 5 anos	2.530.441
A vencer entre 5 e 10 anos	532.755
A vencer após 10 anos	5.274.210
Total	12.713.398

Nos períodos encerrados em 31.12.2012 e 31.12.2011 não foram reclassificados títulos da categoria ativos financeiros mantidos até o vencimento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

21 – Empréstimos a Clientes

Carteira por modalidades

	R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
Operações de crédito	484.418.047	385.603.343
Empréstimos e títulos descontados	220.444.535	167.300.341
Financiamentos	138.447.452	117.292.903
Financiamentos rurais e agroindustriais	112.263.199	93.207.757
Financiamentos imobiliários	13.157.381	7.801.492
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	16.067	850
Operações de crédito vinculadas a cessões	89.413	-
Outros créditos com características de concessão de crédito	27.773.331	22.663.441
Operações com cartão de crédito	16.087.368	12.473.666
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	11.351.557	9.773.934
Avais e fianças honrados	107.358	76.699
Outros	227.048	339.142
Operações de arrendamento mercantil	2.055.236	3.064.399
Total dos empréstimos a clientes	514.246.614	411.331.183
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(16.175.830)	(12.298.689)
(Provisão para operações de crédito)	(15.618.286)	(11.976.137)
(Provisão para outros créditos)	(426.978)	(146.784)
(Provisão para arrendamento mercantil)	(130.566)	(175.768)
Total de empréstimos a clientes, líquido da provisão para perdas	498.070.784	399.032.494

O Banco concede empréstimos a diversas entidades vinculadas ao Governo Federal, o acionista controlador. As operações são praticadas em condições normais de mercado, inclusive taxa de juros e garantias normais exigidas para operações realizadas com entidades não relacionadas. O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração (Nota 44). As operações contratadas com partes relacionadas totalizaram R\$ 2.719.542 mil (R\$ 1.417.447 mil em 31.12.2011).

Carteira por setores de atividade econômica

	R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
Setor Público	12.804.452	8.636.275
Setor Privado	501.442.162	402.694.908
Indústria	148.341.474	101.874.873
Pessoas físicas	123.648.793	108.304.921
Rural	86.625.648	68.088.247
Comércio	59.816.478	63.585.046
Habitação	10.195.825	6.073.590
Intermediários financeiros	1.400.639	3.509.904
Outros Serviços	71.413.305	51.258.327
Total dos empréstimos a clientes	514.246.614	411.331.183
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(16.175.830)	(12.298.689)
Total de empréstimos a clientes, líquido da provisão para perdas	498.070.784	399.032.494

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Escalonamento dos empréstimos a clientes por prazos de vencimento

	R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
Parcelas vincendas		
01 a 30 dias	42.306.204	30.755.378
31 a 60 dias	27.543.386	20.388.456
61 a 90 dias	22.255.469	16.729.789
91 a 180 dias	56.378.534	44.346.860
181 a 360 dias	85.295.776	73.734.282
Acima de 360 dias	274.243.241	218.983.530
Demais⁽¹⁾	736.901	946.397
Subtotal	508.759.511	405.884.692
Parcelas vencidas		
01 a 14 dias	947.594	1.483.698
15 a 30 dias	504.109	425.846
31 a 60 dias	645.132	578.346
61 a 90 dias	511.649	443.576
91 a 180 dias	1.028.717	803.412
181 a 360 dias	1.220.509	1.169.826
Acima de 360 dias	629.394	541.787
Subtotal	5.487.103	5.446.491
Total	514.246.614	411.331.183

(1) Operações com risco de terceiros vinculados a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procer, FAT, BNDES e FCO. Inclui o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 60.214 mil, que obedecem as regras definidas em cada programa para ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando em risco de crédito para o Banco.

Carteira de arrendamento mercantil financeiro por prazos de vencimento

	R\$ mil	
	31/12/2012	31/12/2011
Até um ano ⁽¹⁾	1.243.616	1.660.145
Entre um e cinco anos	805.479	1.395.600
Após cinco anos	6.141	8.654
Total	2.055.236	3.064.399

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

Informações complementares

	R\$ mil		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010
Montante dos créditos renegociados	36.006.290	29.313.212	30.624.002
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	2.598.252	2.809.527	2.483.983

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

22 – Provisão para Perdas em Empréstimos a Clientes

a) Movimentação

	31.12.2012					
	Saldo inicial	Constituição da provisão	Saldos baixados	Outras movimentações	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	11.976.137	14.654.961	(11.292.271)	266.973	12.486	15.618.286
Empréstimos e títulos descontados	6.473.736	7.937.404	(5.833.150)	226.801	12.486	8.817.277
Financiamentos	2.100.249	3.159.575	(2.458.213)	40.172	-	2.841.783
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.370.565	3.373.242	(2.875.624)	-	-	3.868.183
Financiamentos imobiliários	31.587	180.806	(124.061)	-	-	88.332
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	147	(79)	-	-	68
Operações de crédito vinculadas a cessões	-	3.787	(1.144)	-	-	2.643
Outros créditos com características de concessão de crédito	146.784	685.685	(405.491)	-	-	426.978
Operações com cartão de crédito	32.072	141.827	(136.566)	-	-	37.333
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	91.507	389.524	(204.700)	-	-	276.331
Avais e fianças honrados	6.133	154.152	(56.185)	-	-	104.100
Outras	17.072	182	(8.040)	-	-	9.214
Operações de arrendamento mercantil	175.768	103.683	(135.978)	(12.907)	-	130.566
Total	12.298.689	15.444.329	(11.833.740)	254.066	12.486	16.175.830

	31.12.2011					
	Saldo inicial	Constituição da provisão	Saldos baixados	Outras movimentações	Variação cambial	Saldo final
Operações de crédito	10.594.341	11.035.450	(9.729.008)	79.498	(4.144)	11.976.137
Empréstimos e títulos descontados	5.627.443	6.077.148	(5.098.172)	(128.539)	(4.144)	6.473.736
Financiamentos	1.462.395	1.756.017	(1.342.135)	223.972	-	2.100.249
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.504.553	3.054.688	(3.175.583)	(13.093)	-	3.370.565
Financiamentos imobiliários	(50)	147.592	(113.113)	(2.842)	-	31.587
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	5	(5)	-	-	-
Outros créditos com características de concessão de crédito	278.019	100.884	(316.948)	84.829	-	146.784
Operações com cartão de crédito	82.424	77.407	(127.759)	-	-	32.072
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	117.678	20.399	(131.397)	84.827	-	91.507
Avais e fianças honrados	60.847	(11.844)	(42.870)	-	-	6.133
Outras	17.070	14.922	(14.922)	2	-	17.072
Operações de arrendamento mercantil	146.470	245.558	(142.976)	(73.284)	-	175.768
Total	11.018.830	11.381.892	(10.188.932)	91.043	(4.144)	12.298.689

b) Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Constituição de provisão	15.444.329	11.381.892
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	(2.598.252)	(2.809.527)
Despesa líquida com provisão para perdas em empréstimos a clientes	12.846.077	8.572.365

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

c) Provisão para perdas em empréstimos a clientes classificada por modalidades

	31.12.2012							R\$ mil
	Individual ⁽¹⁾		Coletivo		Total			Crédito líquido da provisão
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão		
Operações de crédito	4.509.323	1.090.031	479.908.723	14.528.255	484.418.046	15.618.286		468.799.760
Empréstimos e títulos descontados	1.390.246	655.085	219.054.289	8.162.192	220.444.535	8.817.277		211.627.258
Financiamentos	1.124.443	282.629	137.323.009	2.559.154	138.447.452	2.841.783		135.605.669
Financiamentos rurais e agroindustriais	1.979.162	149.511	110.284.037	3.718.672	112.263.199	3.868.183		108.395.016
Financiamentos imobiliários	15.472	2.806	13.141.908	85.526	13.157.380	88.332		13.069.048
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	16.067	68	16.067	68		15.999
Operações de crédito vinculadas a cessões	-	-	89.413	2.643	89.413	2.643		86.770
Outros créditos com características de concessão de crédito	467.836	218.052	27.305.496	208.926	27.773.332	426.978		27.346.354
Operações com cartão de crédito	1.161	12	16.086.207	37.321	16.087.368	37.333		16.050.035
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	366.691	121.275	10.984.866	155.056	11.351.557	276.331		11.075.226
Avais e fianças honrados	96.765	96.765	10.595	7.335	107.360	104.100		3.260
Outras	3.219	-	223.828	9.214	227.047	9.214		217.833
Operações de arrendamento mercantil	655	291	2.054.581	130.275	2.055.236	130.566		1.924.670
Total	4.977.814	1.308.374	509.268.800	14.867.456	514.246.614	16.175.830		498.070.784

(1) Inclui os saldos de operações de crédito dos Bancos Votorantim e Patagonia avaliados individualmente para fins de imparidade.

	31.12.2011							R\$ mil
	Individual		Coletivo		Total			Crédito líquido da provisão
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão		
Operações de crédito	2.534.403	440.519	383.068.940	11.535.618	385.603.343	11.976.137		373.627.206
Empréstimos e títulos descontados	742.842	233.221	166.557.499	6.240.515	167.300.341	6.473.736		160.826.605
Financiamentos	847.947	67.533	116.444.956	2.032.716	117.292.903	2.100.249		115.192.654
Empréstimos rurais e agroindustriais	943.614	139.765	92.264.143	3.230.800	93.207.757	3.370.565		89.837.192
Financiamentos imobiliários	-	-	7.801.492	31.587	7.801.492	31.587		7.769.905
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	850	-	850	-		850
Outros créditos com características de concessão de crédito	498.156	56.151	22.165.285	90.633	22.663.441	146.784		22.516.657
Operações com cartão de crédito	154	60	12.473.512	32.012	12.473.666	32.072		12.441.594
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	429.763	56.091	9.344.171	35.416	9.773.934	91.507		9.682.427
Avais e fianças honrados	64.691	-	12.008	6.133	76.699	6.133		70.566
Outras	3.548	-	335.594	17.072	339.142	17.072		322.070
Operações de arrendamento mercantil	2.718	744	3.061.681	175.024	3.064.399	175.768		2.888.631
Total	3.035.277	497.414	408.295.906	11.801.275	411.331.183	12.298.689		399.032.494

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	31.12.2010							R\$ mil
	Individual		Coletivo		Total			Crédito líquido da provisão
	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão	Valor do crédito	Provisão		
Operações de crédito	1.302.528	366.638	323.894.897	10.227.702	325.197.425	10.594.340		314.603.085
Empréstimos e títulos descontados	246.859	129.723	140.209.677	5.497.720	140.456.536	5.627.443		134.829.093
Financiamentos	245.780	74.819	103.378.308	1.387.576	103.624.088	1.462.395		102.161.693
Empréstimos rurais e agroindustriais	809.889	162.096	76.829.444	3.342.457	77.639.333	3.504.553		74.134.780
Financiamentos imobiliários	-	-	3.476.494	(51)	3.476.494	(51)		3.476.545
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	-	-	974	-	974	-		974
Outros créditos com características de concessão de crédito	144.920	127.572	19.844.875	150.448	19.989.795	278.020		19.711.775
Operações com cartão de crédito	32	-	10.623.937	82.424	10.623.969	82.424		10.541.545
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	84.521	74.967	8.970.361	42.711	9.054.882	117.678		8.937.204
Avais e fianças honrados	56.565	52.605	18.738	8.242	75.303	60.847		14.456
Outras	3.802	-	231.839	17.071	235.641	17.071		218.570
Operações de arrendamento mercantil	614	-	4.219.294	146.470	4.219.908	146.470		4.073.438
Total	1.448.062	494.210	347.959.066	10.524.620	349.407.128	11.018.830		338.388.298

Os empréstimos a clientes que não estão vencidos nem com evidências de perdas estão evidenciados na Nota 43.

23 – Ativos não Correntes Disponíveis para Venda

Os ativos não correntes disponíveis para venda estão incluídos nos segmentos Bancário e de Seguridade e referem-se a bens não de uso arrematados, adjudicados ou recebidos em dação em pagamento na liquidação de empréstimos a clientes, salvados de operações de seguros e bens oriundos do imobilizado que foram retirados do uso.

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Bens não de uso	125.314	57.178
Imobilizado retirado do uso	83.126	57.210
Total	208.440	114.388

O Banco realiza a venda desses bens, normalmente, por meio de leilões.

No exercício de 2012, o Banco reconheceu ganhos na alienação de ativos não correntes em R\$ 1.122.747 mil (R\$ 52.412 mil de perdas no exercício de 2011).

O valor do ganho na alienação de ativos não correntes inclui o resultado na venda dos imóveis ao BB Progressivo II Fundo de Investimento Imobiliário (FII), conforme apresentado na Nota 6.e.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

24 – Investimentos em Coligadas e Joint Ventures

a) Coligadas

Empresa	% de participação		Patrimônio líquido da investida		Valor contábil do investimento		Resultado com equivalência patrimonial		
	31.12.2012								
	Total	ON	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Itapebi Geração de Energia S.A. ^{(1) (3)}	19,00	19,00	398.514	396.095	75.718	75.258	35.291	27.337	28.623
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ^{(1) (3)}	13,53	13,53	194.075	150.931	26.259	20.421	5.838	(2.487)	1.507
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ^{(1) (2)}	12,12	12,12	75.204	75.445	9.121	9.144	1.111	1.283	413
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE ^{(1) (3)}	12,09	12,09	25.158	23.576	3.041	2.850	191	85	741
Empresa Brasileira de Projetos – EBP ^{(1) (3)}	11,11	11,11	16.438	3.649	1.826	405	1.421	(2.875)	(1.760)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS ⁽⁵⁾	49,99	49,99	-	329.889	-	294.464	-	91.718	42.511
Pronor Petroquímica S.A. ⁽⁴⁾	-	-	-	-	-	-	-	157	(2.887)
Outras coligadas	-	-	1.850.131	1.666.614	47.758	111.664	2.072	34.973	58.472
Total	-	-	2.559.520	2.646.199	163.723	514.206	45.924	150.191	127.620

(1) Embora os direitos de voto real e potencial detidos nessas coligadas sejam inferiores a 20%, foi evidenciada a existência de influência significativa por meio da participação na gestão da coligada ou na indicação da diretoria ou órgão diretor equivalente com participação nos processos de elaboração de políticas financeiras e operacionais.

(2) Informações utilizadas para aplicação do método da equivalência patrimonial relativas a novembro/2012.

(3) Informações utilizadas para aplicação do método da equivalência patrimonial relativas a dezembro/2012.

(4) Investimento alienado em maio/2011.

(5) Investimento incluído proporcionalmente na consolidação a partir de janeiro/2012.

Informações financeiras resumidas das coligadas não ajustadas pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	R\$ mil		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Total de ativos	14.655.813	16.503.320	6.274.593
Total de passivos	12.283.085	13.857.121	5.083.038
Receitas	1.849.593	1.392.683	1.882.563
Lucro ou (prejuízo) do período	304.171	475.164	322.902

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Outras informações

- i. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio reconhecidos nos investimentos em coligadas totalizaram R\$ 35.973 mil em 31.12.2012 (R\$ 48.623 mil em 31.12.2011 e R\$ 32.326 mil em 31.12.2010).
- ii. Os investimentos em coligadas detidos pelo Banco não possuem ações regularmente negociadas em bolsa de valores.
- iii. Não há operações descontinuadas de coligadas nas quais o Banco tenha parte.

b) Joint ventures

O Banco do Brasil considera como *joint ventures* as sociedades nas quais detenha acordo contratual que lhe garanta poder de veto nas decisões das políticas financeiras ou operacionais, formalizado nos acordos de acionistas das respectivas companhias.

Empresa	Descrição	% de participação	
		31.12.2012	
		Total	ON
Cielo S.A.	Prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e meios de pagamento.	28,68	28,68
CBSS – Alelo	Prestadora de serviços relacionados a cartões-benefício e cartões pré-pago.	49,99	49,99
Kepler Weber S.A.	Atua na indústria e comércio de produtos e matérias-primas relacionadas a metalurgia, comércio exterior e comércio de produtos destinados a agroindústria.	17,56	17,56
Neoenergia S.A.	Holding de outras sociedades dedicadas às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.	11,99	11,99
Banco Votorantim S.A.	Desenvolve atividades bancárias em modalidades variadas, tais como crédito ao consumidor, arrendamento mercantil e administração de fundos de investimento.	50,00	49,99
BV Participações S.A.	Holding de outras sociedades prestadoras de serviços.	50,00	49,99
Brasilcap Capitalização S.A.	Comercializa planos de capitalização, bem como outros produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização.	66,66	49,99
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	Comercializa seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de aposentadoria e benefícios complementares.	74,99	49,99
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de pessoas, imobiliário e agrícola.	74,99	49,99
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽¹⁾	Holding de outras sociedades dedicadas à comercialização de seguros de danos, incluídos os seguros de veículos e excluídos os seguros imobiliário e agrícola.	50,00	49,00
Elo Participações S.A.	Holding que consolida negócios conjuntos relacionados a meios eletrônicos de pagamento.	49,99	49,99

(1) A configuração societária dessas sociedades holding encontra-se detalhada na Nota 6.c.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Ativos e passivos das *joint ventures* ajustados pelos percentuais de participação detidos pelo Banco

	R\$ mil		
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Total de ativos correntes	50.561.363	50.305.495	63.732.528
Total de ativos não correntes	87.955.876	69.222.497	30.691.559
Total de passivos correntes	63.014.022	49.972.470	39.521.396
Total de passivos não correntes	60.025.496	52.286.008	42.864.265
Receitas	21.438.221	22.336.336	15.360.348
Despesas	19.701.941	19.606.254	13.979.284

25 – Imobilizado de uso

	R\$ mil						
	Terrenos	Edificações	Móveis e Equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Equipamentos de processamento de dados	Veículos	Outros
Custo de aquisição							
Saldo em 31.12.2010	244.690	4.699.709	1.758.075	1.573.614	4.101.746	3.680	658.431
Aquisições	1.064	446.043	309.922	344.366	636.588	21.813	102.402
Aquisição por combinação de negócios	14.322	127.792	30.431	(378)	8.004	4.705	841
Baixas	(8.445)	(35.959)	(41.950)	(46.280)	(195.624)	(129)	(176.553)
Saldo em 31.12.2011	251.631	5.237.585	2.056.478	1.871.322	4.550.714	30.069	585.121
Saldo em 31.12.2011	251.631	5.237.585	2.056.478	1.871.322	4.550.714	30.069	585.121
Aquisições	340.796	690.032	574.069	469.091	609.707	3.922	101.360
Aquisição por combinação de negócios	318	1.049	1.145	628	-	-	-
Baixas ⁽¹⁾	(22.815)	(677.543)	(303.466)	(24.597)	(226.765)	(1.032)	(25.939)
Saldo em 31.12.2012	569.930	5.251.123	2.328.226	2.316.444	4.933.656	32.959	660.542
Depreciação acumulada							
Saldo em 31.12.2010		(2.666.796)	(887.318)	(1.051.521)	(2.511.313)	(2.137)	(361.889)
Despesa de depreciação		(139.124)	(173.865)	(202.058)	(529.117)	(1.492)	(52.869)
Baixas		(15.842)	51.969	36.061	84.555	(18.695)	58.912
Saldo em 31.12.2011		(2.821.762)	(1.009.214)	(1.217.518)	(2.955.875)	(22.324)	(355.846)
Saldo em 31.12.2011		(2.821.762)	(1.009.214)	(1.217.518)	(2.955.875)	(22.324)	(355.846)
Despesa de depreciação		(171.039)	(222.079)	(91.942)	(558.454)	(1.971)	(46.882)
Baixas ⁽¹⁾		385.686	81.488	21.586	183.748	404	15.221
Saldo em 31.12.2012		(2.607.115)	(1.149.805)	(1.287.874)	(3.330.581)	(23.891)	(387.507)
Perda por imparidade							
Saldo em 31.12.2010		(3.278)	(1.152)	-	(1.405)	-	-
Perdas		(1.291)	-	-	(817)	-	-
Reversões		424	262	-	1.262	-	-
Saldo em 31.12.2011		(4.145)	(890)	-	(960)	-	-
Saldo em 31.12.2011		(4.145)	(890)	-	(960)	-	-
Perdas		(263)	(35)	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2012		(4.408)	(925)	-	(960)	-	-
Valor contábil							
Saldo em 31.12.2010	244.690	2.029.635	869.605	522.093	1.589.028	1.543	296.542
Saldo em 31.12.2011	251.631	2.411.678	1.046.374	653.804	1.593.879	7.745	229.275
Saldo em 31.12.2012	569.930	2.639.600	1.177.496	1.028.570	1.602.115	9.068	273.035

(1) Inclui os valores das baixas dos imóveis transferidos ao BB Progressivo Fundo de Investimento Imobiliário (FII) (Nota 6.e).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

O imobilizado de uso inclui imóveis dados em garantia de penhora no valor de R\$ 295.874 mil (R\$ 268.366 mil em 31/12/2011).

Os valores das perdas por imparidade são registrados em Outras despesas na Demonstração do Resultado Consolidado.

Pagamentos futuros para arrendamentos operacionais

	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	R\$ mil Total
Valores a pagar	828.512	704.508	552.152	447.594	321.527	1.089.097	3.943.390

As despesas de aluguéis e arrendamentos operacionais no exercício de 2012 foram de R\$ 862.901 mil (R\$ 714.501 mil no exercício de 2011). O Banco do Brasil não mantém contratos de subarrendamento.

26 – Ágio e Outros Ativos Intangíveis

a) Ágio por segmento operacional e por unidade geradora de caixa

	R\$ mil	
Segmento Operacional / Unidade Geradora de Caixa	31.12.2012	31.12.2011
Bancário	621.368	591.581
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa	591.581	591.581
BB Americas ⁽¹⁾	29.787	-
Meios de pagamento	1.439.954	1.002.124
Cielo	1.002.124	1.002.124
CBSS – Alelo	129.551	-
Outros ⁽²⁾	308.279	-
Seguridade	1.380.555	1.204.288
BB Seguros Participações S.A.	1.163.072	1.093.539
Brasilcap	110.749	110.749
Brasilprev	106.734	-
Total	3.441.877	2.797.993

(1) O ágio originado pela aquisição da participação no exterior é convertido pela taxa de câmbio de fechamento na data das demonstrações contábeis.

(2) Inclui, principalmente, o valor dos ágios apurados em combinações de negócios realizados pela Cielo.

Teste de valor recuperável dos ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa de desconto desse fluxo. Os fluxos de caixa são descontados em função dos orçamentos para os próximos cinco anos (2013-2017) e das projeções de crescimento que são realizadas para o período de dez anos, com taxas que variam conforme o segmento operacional em questão.

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). Os fluxos de caixa têm por base o resultado de 2012 da unidade geradora de caixa, com crescimento projetado por dez anos pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A taxa de desconto é determinada pelo custo do capital próprio apurado com base no modelo CAPM (*Capital Asset Pricing Model*) referenciado em moeda brasileira na forma unitária. Esta metodologia é composta pela taxa livre de risco americana, pelo índice EMBI + BR¹, como prêmio pelo risco-Brasil, pelo beta da empresa, pela média geométrica histórica do prêmio do mercado americano, pelo fator de ajuste

¹ *Emerging Market Bond Index Plus* – Brasil, correspondente à média ponderada dos prêmios pagos por uma carteira virtual de títulos da dívida externa brasileira em relação a papéis de prazo equivalente do Tesouro dos Estados Unidos. É a sobretaxa que se paga em relação à rentabilidade garantida pelos bônus do Tesouro dos Estados Unidos, considerado de risco zero.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

entre os prêmios do mercado brasileiro e americano, pelo diferencial entre as inflações brasileira e americana e pelo diferencial de produtividade entre as economias norte-americana e brasileira. Os parâmetros mencionados para apuração do custo de capital foram obtidos de fontes externas.

Os fluxos de caixa das unidades geradoras de caixa relacionadas aos segmentos Meios de pagamento e Seguridade foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo CAPM ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais.

As premissas adotadas para estimar esses fluxos são baseadas no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas, além de informações públicas, tais como dados disponibilizados pelo Banco Central do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão de Valores Mobiliários, Valor Econômico², dentre outros. As premissas consideram o desempenho atual e passado bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

O prazo de projeção adotado pelo Banco é uma prática de mercado no Brasil em face das características da economia brasileira, que está em fase de maturação. Dessa forma, utilizam-se projeções de crescimento maiores até o quinto ano. Entre o sexto e o décimo ano considera-se que haverá um processo de convergência para a estabilização da economia e, a partir da perpetuidade, presume-se que a economia brasileira alcançará a maturidade.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

Em 2012 não houve registro de perda por imparidade sobre os ágios na aquisição de investimentos.

Premissas utilizadas no teste de valor recuperável

Unidade Geradora de Caixa	Taxa de crescimento	Taxa de desconto
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa ⁽¹⁾	9,22%	11,82%

(1) Crescimento e desconto pela média geométrica dos 10 anos de projeção.

Unidade Geradora de Caixa ⁽¹⁾	Taxas		Taxas na perpetuidade	
	CAGR ⁽²⁾	k ⁽³⁾	g ⁽⁴⁾	k ⁽⁵⁾
Brasilcap	7,87%	9,16%	2,85%	8,87%
BB Mapfre SH1 ⁽⁷⁾	11,57%	10,93%	3,00%	11,24%
Mapfre BB SH2 ⁽⁷⁾	16,00%	10,93%	3,00%	11,24%

(1) O período de projeção é o período anterior à perpetuidade, onde para as unidades geradoras de caixa BB Mapfre SH1, Mapfre BB SH2 e Brasilcap foram projetados os 10 primeiros anos. Todas as taxas apresentadas estão em valores nominais.

(2) *Compound Annual Growth Rate* – Taxa composta de crescimento anual – representa a taxa anual uniformizada do fluxo de caixa da empresa do primeiro grupo de períodos de projeção. Para a Brasilcap, representa a taxa anual uniformizada do LAJIDA – Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização –, para os primeiros 10 anos da projeção.

(3) Taxa média geométrica de desconto do primeiro ciclo da projeção.

(4) Taxas constantes aplicadas ao fluxo de caixa da empresa após o 10º: g – taxa de crescimento.

(5) Taxas constantes aplicadas ao fluxo de caixa da empresa após o 10º: k – taxa de desconto.

(6) Unidade geradora de caixa vinculada à BB Seguros Participações S.A.

O valor recuperável do ágio na aquisição da participação societária na Cielo é apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão da companhia na BM&FBovespa.

Unidade Geradora de Caixa	R\$ mil Cotação CIEL3 ⁽¹⁾
Cielo	50,59

(1) Preço de fechamento da ação em 28/09/2012

² O Valor Econômico é um dos mais importantes veículos de comunicação em economia, finanças e negócios no Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

b) Movimentação do ágio

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Valor bruto do ágio no início do ano	2.797.993	2.398.484
Perda por imparidade acumulada no início do ano	-	-
Saldo contábil do ágio no início do ano	2.797.993	2.398.484
Ágio reconhecido exercício	639.821	1.204.288
Baixa ⁽¹⁾	-	(804.779)
Valor bruto do ágio ao final do ano	3.437.813	2.797.993
Variação cambial	4.064	-
Perda por imparidade acumulada ao final do ano	-	-
Ágio ao final do ano	3.441.877	2.797.993

(1) Ágios baixados em virtude da formação das *joint ventures* oriundas da parceria com a Mapfre.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

c) Ativos intangíveis de vida útil definida

						R\$ mil
	Software	Direitos por gestão de folhas de pagamento	Relacionados a carteiras de clientes	Relacionados a contratos ⁽¹⁾	Outros ⁽²⁾	Total
Custo de aquisição						
Saldo em 31.12.2010	1.461.407	9.492.917	4.303.106	863.062	1.774.666	17.895.158
Gerados internamente	417.778	-	-	-	18.892	436.670
Aquisições	131.058	2.270.911	170.508	2.823.857	702.086	6.098.420
Aquisições por combinações de negócios	-	-	434.312	40.246	21.854	496.412
Baixas	(64.587)	(959.062)	-	-	(468.567)	(1.492.216)
Saldo em 31.12.2011	1.945.656	10.804.766	4.907.926	3.727.165	2.048.931	23.434.444
Saldo em 31.12.2011	1.945.656	10.804.766	4.907.926	3.727.165	2.048.931	23.434.444
Gerados internamente	80.077	-	-	-	6.933	87.010
Aquisições	618.050	1.338.285	19.455	4.662	70.114	2.050.566
Aquisições por combinações de negócios	13	-	3.694	-	19.980	23.687
Baixas	(448.533)	(2.877.009)	(104)	-	(29.057)	(3.354.703)
Variação Cambial	-	-	21.258	1.693	1.996	24.947
Saldo em 31.12.2012	2.195.263	9.266.042	4.952.229	3.733.520	2.118.897	22.265.951
Amortização acumulada						
Saldo em 31.12.2010	(749.949)	(3.816.642)	(815.477)	(200.787)	(811.281)	(6.394.136)
Amortizações	(222.325)	(2.006.046)	(626.735)	(132.063)	(120.791)	(3.107.960)
Aquisições	(154.766)	-	-	-	(2.990)	(157.756)
Baixas	49.162	959.062	-	-	468.567	1.476.791
Saldo em 31.12.2011	(1.077.878)	(4.863.626)	(1.442.212)	(332.850)	(466.495)	(8.183.061)
Saldo em 31.12.2011	(1.077.878)	(4.863.626)	(1.442.212)	(332.850)	(466.495)	(8.183.061)
Amortizações	(269.437)	(1.904.908)	(650.133)	(313.812)	(122.961)	(3.261.251)
Baixas	412.707	2.877.009	104	-	29.035	3.318.855
Outras movimentações	(63.645)	-	(1.651)	-	(12.788)	(78.084)
Saldo em 31.12.2012	(998.253)	(3.891.525)	(2.093.892)	(646.662)	(573.209)	(8.203.541)
Perda por imparidade ⁽³⁾						
Saldo em 31.12.2010	(632)	(56.596)	-	-	-	(57.228)
Adições/reconhecimentos	-	-	-	-	-	-
Reversões ⁽⁴⁾	58	3.697	-	-	-	3.755
Saldo em 31.12.2011	(574)	(52.899)	-	-	-	(53.473)
Saldo em 31.12.2011	(574)	(52.899)	-	-	-	(53.473)
Reversões	-	3.112	-	-	-	3.112
Outras movimentações	574	-	-	-	-	574
Saldo em 31.12.2012	-	(49.787)	-	-	-	(49.787)
Valor contábil						
Saldo em 31.12.2010	710.826	5.619.679	3.487.629	662.275	963.385	11.443.794
Saldo em 31.12.2011	867.204	5.888.241	3.465.714	3.394.315	1.582.436	15.197.910
Saldo em 31.12.2012	1.197.010	5.324.730	2.858.337	3.086.858	1.545.688	14.012.623

(1) Inclui o direito de utilização da rede Banco Postal para serviços de correspondente bancário no valor de R\$ 2.823.857 mil, adquirido no 2º semestre de 2011 e os ativos intangíveis identificados no registro da parceria com a Mapfre.

(2) Inclui, principalmente, as marcas adquiridas em combinações de negócios, os direitos de uso de concessão detidos pela Neoenergia S.A., acordo de cooperação comercial do Banco Votorantim e o direito de exploração dos canais de distribuições oriundos da parceria com a Mapfre.

(3) O valor das perdas por imparidade reconhecidas/revertidas no período refere-se ao segmento bancário e ao de meios de pagamento e estão registradas na rubrica "Outras despesas".

(4) Houve reversão parcial de perda por imparidade durante 2012 e 2011 decorrente, principalmente, da rescisão de contratos de folhas de pagamento de prefeituras.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Despesas estimadas com amortização de ativos intangíveis para os próximos exercícios

	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2017	R\$ mil Total
Valores a amortizar	2.861.394	3.017.812	2.763.268	2.717.291	955.531	1.697.327	14.012.623

27 – Outros Ativos e Outros Passivos

	31.12.2012	R\$ mil 31.12.2011
Outros Ativos		
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 42.d)	16.249.057	13.372.004
Depósitos judiciais para fins de impostos e questões trabalhistas e cíveis	13.940.648	13.328.328
Superávit Previ – Fundos Previdenciais (Nota 42.e)	9.198.717	9.638.387
Devedores diversos no país	6.397.633	4.212.513
Títulos e créditos a receber do Tesouro Nacional	5.662.775	5.730.420
Títulos e créditos a receber	3.755.745	2.883.577
Despesas pagas antecipadamente	2.490.157	2.360.500
Operações com seguros e resseguros	2.248.957	1.792.840
Fundo de compensação de variações salariais – Incorporadas	2.012.007	1.897.511
Rendas a receber	1.822.166	1.488.710
Negociação e intermediação de valores	604.735	317.141
Impostos pagos antecipadamente	843.058	402.032
Bens não de uso próprio, líquido de provisão para desvalorização	229.677	248.625
Adiantamentos a empregados	284.280	238.201
Crédito de operações de capitalização	82.872	84.903
Outros	2.992.893	3.576.616
Total	68.815.377	61.572.308

	31.12.2012	R\$ mil 31.12.2011
Outros Passivos		
Adiantamentos recebidos por contrato de câmbio	17.997.704	19.631.530
Credores diversos no país	12.824.057	9.211.568
Planos de benefícios pós-emprego (Nota 42)	6.762.693	7.141.908
Recebimentos por conta de terceiros	5.537.904	4.123.185
Obrigações com bandeiras de cartão de crédito	7.002.397	5.207.137
Provisões técnicas de capitalização	4.443.064	3.470.646
Impostos	3.370.599	3.295.603
Encargos e obrigações trabalhistas	4.172.571	3.730.414
Carteira de câmbio líquida	2.219.678	779.359
Provisão para pagamentos diversos a efetuar	1.706.384	827.770
Obrigações por convênios oficiais e serviços de pagamento	1.478.390	650.714
Depósitos vinculados a garantias	1.352.710	-
Débito de operações com seguros, resseguros e depósitos de terceiros	930.764	678.204
Dividendos, gratificações e bonificações a pagar	801.700	1.281.735
Obrigações por negociação e intermediação de valores	662.090	333.195
Credores diversos no exterior	606.526	404.468
Receitas antecipadas ⁽¹⁾	385.694	341.698
Obrigações por operações vinculadas a cessão	352.824	-
Provisão para perdas sobre garantias prestadas	144.244	115.624
Outros	4.594.264	4.651.862
Total	77.346.257	65.876.620

(1) Refere-se, principalmente, a prêmios recebidos em contratos de prestação de garantia, os quais estão sendo gradualmente reconhecidos como receita.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

28 – Depósitos de Clientes

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Brasil	427.105.771	409.220.816
Depósitos à vista	70.195.865	57.646.016
Sem remuneração	69.219.784	57.088.097
Com remuneração ⁽¹⁾	976.081	557.919
Depósitos a prazo	239.165.863	251.464.961
Depósitos de poupança	117.744.043	100.109.839
Exterior	28.409.428	19.956.447
Depósitos à vista	4.564.096	6.260.398
Sem remuneração	4.564.096	4.365.475
Com remuneração	-	1.894.923
Depósitos a prazo	23.845.332	13.696.049
Total	455.515.199	429.177.263

(1) Referem-se a "Special Accounts", cuja finalidade é registrar a movimentação de contas em moedas estrangeiras abertas no país em nome de embaixadas, legações estrangeiras, organismos internacionais, assim como entidades da administração pública beneficiárias de créditos ou mutuárias de empréstimos concedidos por organismos financeiros internacionais ou agências governamentais estrangeiras.

29 – Valores a Pagar a Instituições Financeiras

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Depósitos de instituições financeiras	16.568.656	14.450.354
Carteiras de crédito cedidas com coobrigação	221.167	174.996
Total	16.789.823	14.625.350

No curso de suas atividades, o Banco Votorantim, por intermédio de sua subsidiária BV Financeira, efetua transações de cessão de carteiras de crédito que resultam na transferência desses ativos financeiros para terceiros ou para fundos de investimentos em direitos creditórios, porém todos os riscos de crédito associados a essas operações são substancialmente retidos por aquele Banco.

Em conformidade com a IAS 39, o Banco continua a reconhecer em sua totalidade as operações no seu balanço e reconhece um passivo financeiro pela contrapartida recebida.

30 – Obrigações por Operações Compromissadas

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Carteira própria	59.994.120	66.505.091
Títulos privados	19.642.180	10.996.105
Letras Financeiras do Tesouro	30.341.365	41.684.702
Títulos no exterior	266.553	450.359
Notas do Tesouro Nacional	2.165.001	2.431.697
Letras do Tesouro Nacional	5.740.101	8.137.004
Outros títulos	1.838.920	2.805.224
Carteira de terceiros	165.546.113	128.695.555
Letras Financeiras do Tesouro	103.044.579	107.356.968
Notas do Tesouro Nacional	14.086.398	947.549
Letras do Tesouro Nacional	46.641.515	17.181.358
Outras	1.773.621	3.209.680
Carteira de livre movimentação	246.638	4.233
Total	225.786.871	195.204.879

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

31 – Obrigações de Curto Prazo

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações por empréstimos	10.208.270	10.000.184
Obrigações em moedas estrangeiras	278.980	2.949.119
Financiamentos à importação	104.867	39.305
Financiamentos à exportação	365.701	-
Total	10.957.818	12.988.608

Em 31.12.2012, a taxa média de juros aplicável às obrigações de curto prazo no exterior era de 2,46% a.a. (1,70% a.a. em 31.12.2011).

32 – Obrigações de Longo Prazo

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações por repasses	63.606.115	51.093.397
Dívidas subordinadas	40.676.179	30.884.683
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários	69.479.688	30.316.693
Fundos financeiros e de desenvolvimento	5.088.607	4.002.255
Bônus perpétuos	15.061.070	2.845.792
Debêntures	986.771	1.844.534
Outras	3.619.462	1.060.036
Total	198.517.892	122.047.390

a) Obrigações por repasses

As obrigações por repasses são fontes de captação junto a outras instituições financeiras ou órgãos governamentais nacionais, predominantemente de longo prazo, para incentivo à produção nacional. Os recursos são provenientes do Tesouro Nacional, Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Caixa Econômica Federal (CEF), dentre outros órgãos.

Desta forma, o Banco atua como agente financeiro dos programas governamentais de incentivo a determinados setores da economia. Na agricultura, por meio dos repasses, com destaque: (i) Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); (ii) Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira (Cacau); (iii) Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária (Recoop); (iv) Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé); e (v) Poupança Rural. Na indústria, por meio dos repasses oriundos, principalmente, dos programas do BNDES e da Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME). No exterior, caracteriza-se pelas captações do Banco em moeda estrangeira aplicadas em créditos para os clientes, neste caso o próprio governo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Do País – Instituições Oficiais

		R\$ mil	
Programas	Taxa de Atualização	31.12.2012	31.12.2011
Tesouro Nacional – Crédito Rural		713.279	1.721.507
Pronaf	TMS (se disponível) ou 0,5% a.a. a 4% a.a.(se aplicado)	475.613	1.424.918
Cacau	IGP-M + 8% a.a. ou TJLP + 0,6% a.a. ou 6,35% a.a.	86.715	103.007
Recoop	5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1% a.a. ou IGP-DI + 2% a.a.	69.955	96.511
Outros		80.996	97.071
BNDES		41.762.751	28.978.454
Banco do Brasil ⁽¹⁾	0% a.a. a 11% a.a. ou TJLP / var. camb. + 0% a.a. a 6% a.a.	40.284.112	27.227.981
Banco Votorantim ⁽²⁾	Pré / TJLP / IPCA / var. camb. + 0,5 % a.a. a 9,91 % a.a.	1.478.639	1.750.473
Caixa Econômica Federal		895.482	338.253
Finame		19.494.062	17.506.428
Banco do Brasil ⁽³⁾	0% a.a. a 11% a.a. ou TJLP/ var. camb. + 0,5% a.a. a 5,5% a.a.	18.489.696	16.176.962
Banco Votorantim ⁽⁴⁾	TJLP/Pré + 0,3% a.a. a 11,5% a.a.	1.004.366	1.329.466
Outras instituições oficiais		653.052	2.446.402
Suprimento Especial – Poupança Rural	TR	-	1.991.552
Funcafé	TMS (se disponível), 6,75% a.a. (se aplicado até 06/2012) ou 5,5% a.a. (se aplicado a partir de 07/2012)	652.912	451.475
Outros		140	3.375
Total		63.518.626	50.991.044

(1) Prazo médio da maturidade das operações com BNDES é de 49 meses.

(2) Prazo médio da maturidade das operações com BNDES é de 52 meses.

(3) Prazo médio da maturidade das operações com Finame é de 38 meses.

(4) Prazo médio da maturidade das operações com Finame é de 61 meses.

Notas:

TMS – Taxa Média SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil.

TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

TR – Taxa Referencial de juros divulgada pelo Banco Central do Brasil.

Do Exterior

		R\$ mil	
		31.12.2012	31.12.2011
Recursos livres – Resolução CMN nº 3.844/2010		87.012	101.876
Fundo especial de apoio às pequenas e médias empresas industriais – FAD 3		477	477
Total		87.489	102.353

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

b) Dívidas subordinadas

						R\$ mil	
Captações	Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011	
Banco do Brasil							
FCO – Recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste					16.602.973	14.771.005	
Recursos aplicados ⁽¹⁾					15.938.342	13.811.498	
Recursos disponíveis ⁽²⁾					627.940	924.167	
Encargos a capitalizar					36.691	35.340	
CDBs subordinados emitidos no país					4.711.053	4.305.067	
	900.000	113,80% do CDI	03/2009	09/2014	1.344.943	1.227.011	
	1.335.000	115,00% do CDI	03/2009	03/2015	2.000.773	1.823.569	
	1.000.000	105,00% do CDI	11/2009	11/2015	1.365.337	1.254.487	
Dívidas subordinadas emitidas no exterior					6.673.140	4.683.538	
US\$ mil	300.000	8,50%	09/2004	09/2014	619.378	576.210	
US\$ mil	660.000	5,38%	10/2010	01/2021	1.382.336	1.260.310	
US\$ mil	1.500.000	5,88%	05/2011	01/2022	3.105.980	2.847.018	
US\$ mil	750.000	5,88%	06/2012	01/2023	1.565.446	-	
Letras financeiras subordinadas					9.196.989	3.429.443	
	1.000.000	108,50% do CDI	03/2010	03/2016	1.331.338	1.219.800	
	1.006.500	111,00% do CDI	03/2011	03/2017	1.210.944	1.107.259	
	335.100	111,00% do CDI	04/2011	04/2017	401.218	366.864	
	13.500	111,00% do CDI	05/2011	05/2017	15.997	14.627	
	700.000	111,00% do CDI	09/2011	10/2017	788.399	720.893	
	512.500	111,50% do CDI	05/2012	05/2018	537.769	-	
	215.000	112,00% do CDI	05/2012	05/2019	225.565	-	
	115.000	112,50% do CDI	05/2012	06/2020	120.632	-	
	35.500	IPCA+5,45%	05/2012	06/2020	37.771	-	
	12.000	111,50% do CDI	06/2012	06/2018	12.564	-	
	100.000	IPCA+5,40%	06/2012	06/2018	105.833	-	
	500.000	IPCA+5,53%	06/2012	06/2018	528.771	-	
	7.200	IPCA+5,30%	06/2012	06/2018	7.615	-	
	184.800	CDI+1,11%	06/2012	05/2018	193.503	-	
	315.300	IPCA+5,56%	06/2012	06/2018	333.642	-	
	308.400	CDI+1,10%	06/2012	04/2018	322.795	-	
	20.000	IPCA+5,50%	06/2012	06/2018	21.154	-	
	52.500	111,50% do CDI	06/2012	04/2018	54.852	-	
	300	IPCA+5,32%	06/2012	01/2018	316	-	
	49.800	111,50% do CDI	06/2012	01/2018	51.846	-	
	873.600	IPCA+5,40%	06/2012	02/2018	921.522	-	
	690.900	CDI+1,06%	06/2012	01/2018	720.162	-	
	17.400	IPCA+5,33%	07/2012	06/2018	18.324	-	
	27.000	IPCA+5,24%	07/2012	04/2018	28.413	-	
	40.800	111,50% do CDI	07/2012	06/2018	42.446	-	
	100.000	111,50% do CDI	07/2012	02/2018	103.998	-	
	22.200	111,50% do CDI	07/2012	07/2018	23.088	-	
	10.200	111,50% do CDI	07/2012	04/2018	10.604	-	
	1.000.000	Pré 10,51%	09/2012	07/2018	1.025.908	-	
Total das dívidas subordinadas do Banco do Brasil					37.184.155	27.189.053	
Banco Votorantim							
CDBs subordinados emitidos no país					1.081.280	1.544.061	
	312.500	CDI+0,49%	11/2007	11/2012	-	486.988	
	8.500	CDI+0,49%	12/2007	12/2012	-	13.223	
	7.929	CDI+0,54%	12/2007	12/2012	-	12.359	
	32.500	IGPM+7,22%	12/2007	12/2012	-	55.718	
	57.500	IPCA+7,93%	03/2008	03/2013	108.244	94.825	
	7.500	IPCA+7,86%	08/2009	08/2014	11.713	10.269	
	5.250	IPCA+7,92%	08/2009	08/2014	8.217	7.199	
	19.500	IPCA+8,00%	08/2009	08/2014	30.599	26.787	
	2.500	IPCA+7,95%	08/2009	08/2014	3.915	3.429	
	260.000	CDI+1,67%	08/2009	08/2014	377.837	342.697	
	250.000	CDI+1,64%	12/2009	12/2014	351.056	318.518	
	135.000	CDI+1,67%	12/2009	12/2014	189.699	172.049	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Nota subordinada emitida no exterior	US\$ mil	575.000	7,38%	01/2010	01/2020	1.346.054	1.099.873
Letras financeiras subordinadas						1.068.271	1.054.722
	5.000	IPCA+7,25%	11/2010	11/2020 ⁽³⁾	-	5.422	
	94.950	CDI+1,30%	11/2010	11/2016	95.587	95.964	
	30.000	CDI+1,60%	12/2010	12/2016	30.020	30.042	
	324.900	CDI+1,94%	05/2011	05/2017	328.186	329.887	
	35.550	IGPM+7,55%	05/2011	05/2017	45.900	38.042	
	1.400	IPCA+7,76%	05/2011	05/2017	1.719	1.510	
	4.650	IPCA+7,85%	05/2011	05/2017	5.718	5.020	
	7.500	IPCA+7,95%	05/2011	05/2017	9.206	8.079	
	45.000	IPCA+7,95%	07/2011	07/2016	54.314	47.648	
	15.000	IGPM+7,70%	07/2011	07/2017	19.148	15.813	
	6.922	IPCA+8,02%	07/2011	07/2019	8.320	7.300	
	25.000	IPCA+7,90%	08/2011	08/2016	30.137	26.420	
	25.000	IPCA+7,93%	08/2011	08/2017	30.053	26.352	
	20.000	IPCA+7,76%	08/2011	08/2017	23.902	21.002	
	11.000	IPCA+7,85%	08/2011	08/2017	13.196	11.581	
	10.050	IGPM+7,70%	08/2011	08/2017	12.861	10.571	
	1.250	115,00% do CDI	08/2011	08/2017	1.446	1.317	
	33.000	117,00% do CDI	09/2011	09/2017	33.645	34.034	
	15.000	IGPM+6,74%	09/2011	09/2017	18.655	15.525	
	250.000	119,00% do CDI	10/2011	10/2017	254.208	256.467	
	215	IPCA+5,45%	10/2011	10/2014 ⁽³⁾	-	220	
	18.000	IGPM+6,71%	10/2011	10/2017	22.266	18.454	
	16.046	IPCA+7,10%	11/2011	11/2016 ⁽³⁾	-	17.392	
	25.000	109,00% do CDI	11/2011	12/2013 ⁽³⁾	-	25.247	
	5.349	IPCA+7,20%	11/2011	11/2016 ⁽³⁾	-	5.413	
	16.920	IPCA+7,10%	11/2012	11/2016	17.207	-	
	5.640	IPCA+7,20%	11/2012	11/2016	5.710	-	
	5.640	IPCA+7,25%	11/2012	11/2020	5.719	-	
	1.128	IPCA+7%	11/2012	11/2016	1.148	-	
Total das dívidas subordinadas do Banco Votorantim						3.495.605	3.698.656
Dívidas subordinadas emitidas pelo Banco, em poder de controlada no exterior						(3.581)	(3.026)
Total das dívidas subordinadas ⁽⁴⁾						40.676.179	30.884.683

(1) São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) São remunerados com base na taxa extra mercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) Operações liquidadas antecipadamente.

(4) O montante de R\$ 32.400.578 mil (R\$ 24.522.493 mil em 31.12.2011) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.444/2007. Conforme determinação do Bacen, as dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim não compõem o PR do Banco do Brasil (Nota 41).

Notas:

CDI – Taxa média dos depósitos interbancários.

IGPM – Índice Geral de Preços do Mercado.

IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

c) Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários

						R\$ mil	
Captações		Valor Emitido	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011
Programa "Global Medium-Term Notes"						5.915.911	4.846.453
	US\$	100.000	Libor 6m+2,55%	07/2009	07/2014	206.658	188.595
	US\$	950.000	4,50%	01/2010	01/2015	1.978.662	1.819.507
	US\$	500.000	6,00%	01/2010	01/2020	1.044.118	957.919
	EUR	750.000	4,50%	01/2011	01/2016	2.098.921	1.880.432
	JPY	24.700.000	1,80%	09/2012	09/2015	587.552	-
"Senior Notes"						4.952.108	934.260
	US\$	500.000	3,87%	11/2011	01/2017	1.033.277	934.260
	JPY	1.925.000	3,87%	10/2012	01/2022	3.918.831	-
Notas Estruturadas	US\$		0,85% a 2,15%	03/2012	06/2013	688.797	-
Certificado de depósito						1.926.853	1.795.894
	US\$	2.000	3,19%	05/2010	05/2013 ⁽¹⁾	-	3.750
	US\$	100.000	2,78%	01/2011	01/2013 ⁽¹⁾	-	187.510
	US\$	99.000	2,87%	02/2011	01/2013 ⁽¹⁾	-	185.635
	US\$	100.000	2,72%	03/2011	03/2013 ⁽¹⁾	-	187.441
	US\$	200.000	2,02%	03/2011	03/2013 ⁽¹⁾	-	371.867
	US\$	10.000	3,00%	08/2011	08/2016	-	18.652
	US\$	30.000	2,55%	09/2011	09/2013 ⁽¹⁾	-	56.253
	US\$	233.900	2,25%	10/2011	02/2014	-	438.586
	US\$	25.630	1,95%	11/2011	02/2013 ⁽¹⁾	-	48.059
	US\$	150.000	2,93%	11/2011	12/2013 ⁽¹⁾	-	281.265
	US\$	2.000	2,48%	12/2011	06/2013 ⁽¹⁾	-	3.750
	US\$	2.000	1,79%	12/2011	04/2014	-	3.750
	US\$	5.000	1,74%	12/2011	04/2013 ⁽¹⁾	-	9.376
	US\$	10.000	3,27%	08/2012	08/2016	20.429	-
	US\$	230.695	2,52%	08/2012	02/2014	471.286	-
	US\$	35.000	2,40%	08/2012	08/2014	71.501	-
	US\$	1.700	1,75%	09/2012	09/2014	3.455	-
	US\$	11.000	1,88%	09/2012	09/2014	22.355	-
	US\$	50.000	2,11%	10/2012	04/2014	102.145	-
	US\$	26.674	3,50%	10/2012	07/2014	54.207	-
	US\$	5.000	1,90%	10/2012	10/2015	10.215	-
	US\$	25.709	3,50%	10/2012	10/2014	52.248	-
	US\$	48.205	3,80%	10/2012	10/2015	97.965	-
	US\$	32.137	3,80%	11/2012	11/2015	65.310	-
	US\$	2.000	1,56%	12/2012	04/2014	4.086	-
	US\$	199.000	2,42%	12/2012	12/2015	406.537	-
	US\$	48.205	3,98%	12/2012	12/2015	97.965	-
	US\$	215.000	2,42%	12/2012	12/2015	436.934	-
	US\$	5.000	1,30%	12/2012	12/2013	10.215	-
Certificados de Depósitos ⁽²⁾						7.754.338	4.128.590
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽³⁾						32.898.221	6.595.550
Letras financeiras ⁽⁴⁾						3.569.719	3.486.743
Total das obrigações por emissão de TVM do Banco do Brasil						57.705.947	21.787.490
Banco Patagonia						393.669	99.481

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Bonds GPAT Série I	ARS	50.000	14,30%	03/2011	03/2012	-	19.648
Bonds GPAT Série II	ARS	94.310	14,12%	05/2011	05/2012	-	28.287
Bonds GPAT Série III	ARS	71.000	15,27%	08/2011	08/2012	-	31.886
Bonds GPAT Série IV	ARS	50.200	23,87%	11/2011	11/2012	-	19.660
Bonds GPAT Série V	ARS	100.000	19,34%	01/2012	01/2013	40.505	-
Bonds GPAT Série VI	ARS	150.000	15,64%	03/2012	03/2013	53.504	-
Bonds GPAT B Série VII	ARS	150.000	BADLAR + 200 ptos.	04/2012	04/2013	59.714	-
Bonds GPAT A Série VIII	ARS	33.500	16,75%	07/2012	03/2013	15.085	-
Bonds GPAT B Série VIII	ARS	58.205	BADLAR + 350 ptos.	07/2012	12/2013	24.215	-
Bonds GPAT A Série IX	ARS	27.400	18,00%	08/2012	05/2013	9.880	-
Bonds GPAT B Série IX	ARS	110.100	BADLAR + 399 ptos.	08/2012	02/2014	44.471	-
Bonds G PAT A Série X	ARS	50.000	18,90%	11/2012	08/2013	21.372	-
Bonds G PAT B Série X	ARS	97.611	BADLAR + 429 ptos.	11/2012	05/2014	41.769	-
Bonds Banco Patagonia Clase I Série 1	ARS	200.000	BADLAR + 400 PB	12/2012	06/2014	83.154	-

Entidade de propósito específico no exterior **837.797** **1.141.160**

US\$	250.000	6,55%	12/2003	12/2013	88.174	156.772
US\$	250.000	Libor 3m+0,55%	03/2008	03/2014	255.454	422.116
US\$	200.000	Libor 3m+1,20%	09/2008	09/2015	223.917	281.962
US\$	150.000	5,25%	04/2008	06/2018	270.252	280.310

Banco Votorantim

Letras de crédito imobiliário **93,00 a 97,36% do CDI** **66.265** **3.490**

Letras de crédito do agronegócio **1.106.694** **825.979**

Pós-fixado	80,00% a 97,50% do CDI	12/2007	03/2020	1.104.110	817.712
Pré-fixado	8,48 a 12,35%	05/2008	04/2013	2.584	8.267

Letras financeiras **5.483.544** **3.572.168**

Pré-fixado	8,27 a 14,00%	07/2010	11/2022	90.269	28.443
Pós-fixado	100 a 112,02% do CDI	09/2010	12/2017	5.159.520	3.446.800
Pós-fixado	3,42 a 7,81% + IPCA	01/2011	09/2019	135.100	69.980
Pós-fixado	108 a 109,30% da Selic	02/2011	04/2015	97.159	25.625
Pós-fixado	5,05 a 5,99%+IGPM	08/2011	09/2013	1.496	1.320

Programa "Global Medium-Term Notes"⁽⁵⁾ **4.005.727** **2.966.110**

0 a 13,90%					1.497.964	73.118
R\$	100.000	9,25%	12/2005	12/2012	-	44.476
US\$	47.666	3,91%	09/2006	09/2016	98.443	89.691
R\$	94.796	10,63%	04/2007	04/2014	104.851	104.721
US\$	250.000	4,25%	02/2010	08/2013 ⁽¹⁾	-	471.976
US\$	37.500	4,25%	04/2010	02/2013 ⁽¹⁾	-	71.329
CHF	125.000	2,75%	12/2010	12/2013 ⁽¹⁾	-	255.268
US\$	2.555	3,32%	02/2011	02/2016	2.557	2.236
US\$	625.000	5,25%	02/2011	02/2016	1.288.682	1.189.180
US\$	37.500	3,00%	03/2011	03/2014	74.571	68.159
US\$	2.044	4,27%	04/2011	03/2014	2.102	1.884
R\$	10.000	14,19%	05/2011	01/2015	19.627	17.368
US\$	1.022	3,29%	05/2011	05/2016	1.016	890
R\$	309.253	6,25%	05/2011	05/2016	550.584	518.959
US\$	29.800	3,50%	07/2011	07/2013 ⁽¹⁾	-	56.855
R\$	13.994	5,45 a 19,77%	01/2007 ⁽⁶⁾	07/2014	17.432	-
US\$	20.005	0 a 8,90%	06/2009 ⁽⁷⁾	01/2017	26.260	-
R\$	1.250	91,00% DI	01/2012	01/2014	1.339	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	R\$	515	101,40% DI	02/2012	02/2017	552	-
	R\$	125	10,17%	03/2012	02/2014	135	-
	R\$	250	10,60%	03/2012	02/2016	271	-
	US\$	1.000	5,53%	03/2012	03/2019	2.129	-
	R\$	750	19,09%	04/2012	12/2019	854	-
	R\$	150	9,14%	04/2012	04/2014	159	-
	R\$	211	8,27%	05/2012	04/2014	221	-
	R\$	1.000	9,56%	05/2012	05/2015	1.058	-
	R\$	150	7,78%	07/2012	06/2014	156	-
	US\$	25.000	4,40%	07/2012	07/2016	52.068	-
	US\$	160	2,66%	08/2012	08/2014	331	-
	US\$	550	2,70%	09/2012	09/2015	1.116	-
	US\$	100	2,69%	09/2012	09/2015	202	-
	US\$	500	3,00%	09/2012	09/2015	1.024	-
	US\$	500	2,05%	09/2012	09/2014	1.027	-
	US\$	250	4,24%	10/2012	10/2017	516	-
	R\$	249	8,63%	10/2012	09/2015	255	-
	R\$	365	9,20%	10/2012	10/2017	373	-
	US\$	50.000	3,50%	10/2012	10/2015	103.020	-
	US\$	250	2,35%	10/2012	10/2015	508	-
	US\$	125	2,94%	11/2012	11/2015	257	-
	R\$	125	6,22%	11/2012	05/2014	126	-
	US\$	50.000	4,20%	11/2012	11/2017	102.700	-
	US\$	25.000	4,00%	12/2012	12/2016	51.241	-
Total das obrigações por emissão de TVM do Banco Votorantim							
						10.662.230	7.367.747
Obrigações por emissão de títulos e valores mobiliários pelo Banco, em poder de controlada no exterior							
						(119.955)	(79.185)
Total							
						69.479.688	30.316.693

(1) Operações liquidadas antecipadamente no decorrer do exercício de 2012.

(2) Títulos com prazo inferior a 360 dias.

(3) Operações com prazo compreendido com operações até 24 meses.

(4) Operações com prazo superior a 360 dias.

(5) Títulos com prazo até 360 dias sendo as taxas de juros, em moeda estrangeira e nacional.

(6) Títulos reclassificados de Depósito de Clientes captados de Jan 2007 a Jul 2011 com prazo de vencimento de Dez 2013 a Jan 2017.

(7) Títulos reclassificados de Depósito de Clientes captados de Jun 2009 a Jul 2011 com prazo de vencimento de Abr 2014 a Dez 2014.

Notas:

Libor – Taxa interbancária do mercado de Londres.

Badlar – Taxa interbancária do mercado de Buenos Aires.

Os valores referentes à entidade de propósito específico (EPE) no exterior correspondem, principalmente, a títulos emitidos com lastro em ordens de pagamentos emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos Estados Unidos da América e pela agência do Banco em Nova Iorque para qualquer agência do Banco no Brasil (direitos de remessa). O Banco vende esses fluxos para a “Dollar Diversified Payment Rights Finance Company”, entidade de propósito específico da qual o Banco é o principal beneficiário.

As obrigações são pagas pela EPE com recursos acumulados em sua conta e decorrentes dos direitos de remessas. Atingido o volume correspondente à próxima prestação de encargos e/ou amortização na conta da EPE, todo o montante excedente é automaticamente liberado ao Banco, que é obrigado a resgatar esses títulos em casos específicos de inadimplência ou encerramento das operações da entidade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

d) Fundos financeiros e de desenvolvimento

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
PIS/Pasep ⁽¹⁾	1.969.767	1.983.929
Marinha Mercante	2.250.825	1.352.310
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	761.189	563.911
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá	25.007	27.705
Consolidação da Agricultura Familiar – CAF	25.840	26.424
Combate à Pobreza Rural – Nossa Primeira Terra – CPR / NPT	11.296	6.405
Terras e Reforma Agrária – BB Banco da Terra	4.735	1.812
Outros	39.948	39.759
Total	5.088.607	4.002.255

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

Os fundos financeiros e de desenvolvimento possuem prazo de vencimento indeterminado.

e) Bônus perpétuos

					R\$ mil	
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data Captação		31.12.2012	31.12.2011
Bônus perpétuos						
	US\$	1.500.000	8,50%	10/2009	3.104.493	2.848.001
	US\$	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	3.743.315	-
	R\$	8.100.000	5,50%	09/2012	8.214.555	-
Total		11.350.000			15.062.363	2.848.001
Bônus perpétuos emitidos pelo Banco, em poder de controlada no exterior					(1.293)	(2.209)
Total					15.061.070	2.845.792

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 14.484.062 mil compõe o nível I do Patrimônio de Referência – PR (R\$ 2.718.895 mil em 31.12.2011), em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 (Nota 41).

O bônus emitido em outubro de 2009, no valor de US\$ 1.500.000 mil, tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de US\$ 1.000.000 mil e USD 750.000 mil, respectivamente, poderão ter seus termos e condições alterados, sem a prévia autorização dos detentores dos títulos, com a finalidade de manter ou enquadrar os títulos como capital de nível 1 ou capital de nível 2, em razão da implementação das regras de Basileia III, desde que as alterações não prejudiquem os interesses dos detentores dos títulos.

Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Banco Central do Brasil:

- o Banco do Brasil poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- o Banco do Brasil poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em qualquer data anterior a abril de 2023, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- o Banco do Brasil poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em qualquer data anterior a abril de 2023, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Caso o Banco do Brasil não exerça a opção de resgate em abril de 2023 a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com os Títulos do Tesouro Norte-americano de 10 anos vigente na época mais o spread inicial de crédito.

Os termos dos bônus perpétuos determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que o Banco esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou
- (v) o Banco não tenha distribuído dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

O bônus emitido em setembro de 2012, no valor de R\$ 8.100.000 mil, terá os juros devidos por períodos semestrais. Os juros relativos a cada semestre serão pagos em parcela única, atualizados pela taxa SELIC, em até trinta dias corridos contados (i) após a realização do pagamento dos dividendos ou juros sobre o capital próprio do respectivo semestre, ou (ii) após aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, o que ocorrer antes.

Não haverá pagamento dos encargos financeiros referentes a um determinado semestre enquanto não for realizado (i) pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio), ou (ii) aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, relativos ao mesmo semestre. Os encargos financeiros não pagos não serão acumulados. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio) ou aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, até 30 de junho ou 31 de dezembro do exercício social seguinte, conforme o caso, os encargos financeiros que ainda não houverem sido pagos, deixarão de ser exigíveis definitivamente.

O pagamento dos juros será postergado caso o Banco esteja desenquadrado em relação aos limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor ou esse pagamento implique o aludido desenquadramento, devendo ser atualizado pela taxa Selic, pro rata temporis, até a efetivação de seu pagamento.

Eventuais amortizações ou resgate da dívida, parciais ou integrais, na hipótese de acordo entre as partes, somente poderão ser realizados se os dividendos estiverem sendo devidamente pagos e previamente autorizados pelo Banco Central do Brasil. O resgate da obrigação, ainda que parcial, apenas poderá ocorrer caso o Banco não esteja desenquadrado em relação aos seus limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor, e ainda, que o resgate não acarrete situação de desenquadramento, sendo o valor devido acrescido dos juros previstos, pro rata temporis, até a efetivação do seu pagamento. A dívida não poderá ser resgatada por iniciativa da União.

Em caso de dissolução ou liquidação do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. A presente captação foi autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I até o limite regulamentar (Resolução CMN nº 3.444/2007), e o restante dos valores monetizados em Nível II, a partir de setembro de 2012.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

f) Debêntures

					R\$ mil
Empresas	Remuneração a.a.	Data Captação	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011
Banco Votorantim					
Pós-fixado	CDI + 0,35%	07/2007	07/2012	-	809.898
Pós-fixado	100 a 111% do CDI	06/2006	07/2027	748.029	755.676
Kepler Weber S.A.	TJLP + 3,08%	09/2007	09/2020	13.465	15.195
Ativos S.A.	CDI + 1,5%	03/2010	03/2014	37.812	68.053
Neoenergia S.A. ⁽¹⁾				187.465	195.712
Total				986.771	1.844.534

(1) Refere-se a títulos com remuneração vinculada ao CDI e IGPM.

g) Outras obrigações

	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações por empréstimos	3.538.656	941.058
Financiamentos à importação	80.806	118.978
Total	3.619.462	1.060.036

h) Obrigações de longo prazo, por prazo de exigibilidade

	R\$ mil
Ao final do exercício	31.12.2012
2013	49.966.616
2014	42.019.944
2015	28.003.787
2016	20.719.922
2017	16.926.089
A partir de 2018 ⁽¹⁾	40.881.532
Total	198.517.892

(1) Inclui as obrigações com vencimento indeterminado.

33 – Provisões e Passivos Contingentes

Ações trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, em grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões para perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos das autoridades fiscais com relação a tributos, que podem gerar autuações com o objeto de competência ou o montante de receita tributável ou despesa dedutível. A maioria das ações oriundas das autuações versam sobre ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica), IOF (Imposto sobre Operações Financeiras) e INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro ou imóveis.

Ações de natureza cível

Dentre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de aplicações financeiras e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

a) Provisões

Em conformidade com IAS 37, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda "provável".

Provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	R\$ mil	
	Exercício/2012	Exercício/2011
Demandas trabalhistas		
Saldo inicial	2.116.335	2.323.535
Constituição	1.324.389	529.851
Reversão da provisão	(149.413)	(234.670)
Baixa por pagamento	(888.407)	(552.133)
Ajuste combinação de negócios	243.513	(197.075)
Atualização monetária	139.372	193.362
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	9.058	53.465
Saldo final	2.794.847	2.116.335
Demandas fiscais		
Saldo inicial	1.402.636	1.261.400
Constituição	712.472	204.082
Reversão da provisão	(151.281)	(66.047)
Baixa por pagamento	(18.822)	(13.077)
Ajuste combinação de negócios	(478)	-
Atualização monetária	63.215	71.656
Variação de participação societária ⁽²⁾	-	(237.556)
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	13.017	182.178
Saldo final	2.020.759	1.402.636
Demandas cíveis		
Saldo inicial	3.461.237	3.319.315
Constituição	2.056.037	781.927
Reversão da provisão	(585.653)	(456.787)
Baixa por pagamento	(960.120)	(636.243)
Ajuste combinação de negócios	(173.717)	251.075
Atualização monetária	225.595	187.065
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	-	14.885
Saldo final	4.023.379	3.461.237
Total	8.838.985	6.980.208

(1) Refere-se aos saldos oriundos do Banco Patagonia e das empresas que compõem a parceria com a Mapfre.

(2) Refere-se à alteração da participação societária do Banco em empresas não financeiras.

b) Passivos contingentes

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base na IAS 37.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Demandas trabalhistas	90.720	140.115
Demandas fiscais ⁽¹⁾	5.032.809	4.092.203
Demandas cíveis	3.434.338	4.294.798
Total	8.557.867	8.527.116

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 1.196.426 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 166.719 mil e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 27.202 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 332.365 mil.

c) Depósitos em garantia de recursos

Os depósitos em garantia de recursos correspondem a depósitos judiciais, representados por valores depositados por ordem judicial vinculados a disputas judiciais pendentes, em que o Banco figura como réu, e somente podem ser movimentados mediante autorização do juiz que o determinou. Os valores estão apresentados no balanço patrimonial em Outros ativos.

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Demandas trabalhistas	2.730.298	2.522.179
Demandas fiscais	6.520.309	5.915.700
Demandas cíveis	4.690.041	3.749.986
Total	13.940.648	12.187.865

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

34 – Contratos de Seguros e Previdência Complementar

a) Ativos e passivos resultantes das operações de seguros e previdência complementar

	31.12.2012			31.12.2011		
	Seguros	Resseguros ⁽¹⁾	Valor Líquido	Seguros	Resseguros ⁽¹⁾	Valor Líquido
Provisões Técnicas – Seguros	36.088.331	(611.811)	35.476.520	23.969.819	(225.534)	23.744.285
Provisão matemática de benefícios a conceder	30.669.470	(4.057)	30.665.413	19.786.013	(5.333)	19.780.680
Provisão de prêmios não ganhos	3.157.912	(306.850)	2.851.062	2.226.200	(118.758)	2.107.442
Provisão de sinistros a liquidar	1.473.620	(242.984)	1.230.636	1.309.421	(82.398)	1.227.023
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	445.575	(57.920)	387.655	337.381	(16.345)	321.036
Provisão de insuficiência de prêmios	235.247	-	235.247	181.796	-	181.796
Provisão para resgates e outros valores a regularizar	51.728	-	51.728	41.300	-	41.300
Provisão matemática de benefícios concedidos	22.747	-	22.747	19.581	(1.591)	17.990
Outras provisões	32.032	-	32.032	68.127	(1.109)	67.018
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	19.754.967	(2.162)	19.752.805	17.673.642	(2.511)	17.671.131
Provisão matemática de benefícios a conceder	17.626.120	-	17.626.120	15.810.931	-	15.810.931
Provisão matemática de benefícios concedidos	848.123	-	848.123	754.458	-	754.458
Provisão de excedente financeiro	428.238	-	428.238	418.493	-	418.493
Provisão de insuficiência de contribuição	461.848	-	461.848	359.213	-	359.213
Provisão de oscilação financeira	281.188	-	281.188	260.514	-	260.514
Provisão de riscos não expirados	12.016	(59)	11.957	5.840	(52)	5.788
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	8.363	(98)	8.265	7.446	(77)	7.369
Outras provisões	89.071	(2.005)	87.066	56.747	(2.382)	54.365
Total das Provisões Técnicas	55.843.298	(613.973)	55.229.325	41.643.461	(228.045)	41.415.416

(1) Referem-se aos montantes brutos de resseguros, sem considerar as respectivas provisões para risco de crédito.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

As provisões técnicas e matemáticas são constituídas e calculadas em consonância com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Seguros

Provisões matemáticas de benefícios a conceder e de benefícios concedidos – correspondem, respectivamente, aos compromissos assumidos pelas seguradoras com os segurados, enquanto não iniciado o evento gerador do pagamento da indenização e/ou do benefício, e, de outra forma, após iniciado o evento gerador do pagamento da indenização e/ou benefício. São calculadas conforme metodologia descrita em nota técnica atuarial do plano ou produto.

Provisão de prêmios não ganhos – constituída pelo prêmio do seguro correspondente ao período de risco ainda não decorrido. O cálculo é individual por apólice ou endosso dos contratos vigentes, na data base de constituição, pelo método *pro rata-die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. O fato gerador da constituição dessa provisão é a emissão da apólice ou endosso.

Provisão de sinistros a liquidar – constituída por estimativa de pagamentos prováveis, brutos de resseguros e líquidos de recuperação de cosseguro, com base nas notificações e avisos de sinistros recebidos até a data do balanço, e inclui provisão para os sinistros em discussão judicial, constituída conforme critérios definidos e documentados em nota técnica atuarial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente, nos termos da legislação aplicável.

Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados – IBNR – constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Provisão de insuficiência de prêmios – tem a finalidade de aferir a suficiência ou insuficiência das provisões de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros. As estimativas baseiam-se na projeção futura do fluxo de caixa dos direitos e obrigações futuras de cada contrato considerando-se hipóteses e premissas em função de cada tipo de risco.

Provisão para resgates e outros valores a regularizar – abrange os valores referentes aos resgates a regularizar, às devoluções de contribuições ou prêmios e às portabilidades solicitadas, que por qualquer motivo, ainda não foram efetuadas.

Outras provisões – abrangem, principalmente, as provisões de despesas administrativas, de excedente financeiro e de benefícios a regularizar.

Previdência Complementar

Provisão matemática de benefícios a conceder e de benefícios concedidos – refere-se, respectivamente, aos compromissos assumidos com participantes cuja percepção dos benefícios ainda não iniciou e àqueles em gozo de benefícios.

Particularmente, para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL (Plano gerador de benefícios livres) e VGBL (Vida gerador de benefícios livres), a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante de prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos eventuais saques e portabilidade realizados.

Provisão de excedente financeiro – corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.

Provisão de insuficiência de contribuições e prêmios – tem a finalidade de aferir a suficiência ou insuficiência das provisões de contribuições para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos planos de previdência. As estimativas baseiam-se na projeção do fluxo de caixa dos direitos e obrigações futuras de cada contrato considerando-se hipóteses e premissas em função de cada tipo de risco.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Provisão de oscilação financeira – constituída para fazer frente a eventuais impactos de variações desfavoráveis no retorno do investimento dos recursos destinados ao pagamento de benefícios e resgates aos participantes, considerando a remuneração mínima garantida contratualmente.

Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR – constituída em função do montante esperado de sinistros ocorridos em riscos assumidos na carteira e não avisados.

Provisão de riscos não expirados – calculada *pro rata-die*, a partir da parcela das contribuições/prêmios correspondentes aos períodos de riscos não decorridos, contemplando estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos.

Outras provisões – abrangem, principalmente, as provisões de resgates e outros valores a regularizar, provisões de despesas administrativas, de benefícios a regularizar e de oscilação de riscos.

b) Movimentação dos passivos por contratos de seguros e previdência complementar

R\$ mil

	Exercício/2012				
	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo Final
Provisões Técnicas – Seguros	23.969.819	20.496.355	(10.593.077)	2.215.234	36.088.331
Provisão matemática de benefícios a conceder	19.786.013	9.052.295	(365.457)	2.196.619	30.669.470
Provisão de prêmios não ganhos	2.226.200	7.671.808	(6.740.096)	-	3.157.912
Provisão de sinistros a liquidar	1.309.421	3.493.382	(3.345.609)	16.426	1.473.620
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	337.381	119.599	(11.405)	-	445.575
Provisão de insuficiência de prêmios	181.796	79.282	(26.045)	214	235.247
Provisão para resgates e outros valores a regularizar	41.300	65.077	(56.624)	1.975	51.728
Provisão matemática de benefícios concedidos	19.581	4.271	(1.105)	-	22.747
Outras provisões	68.127	10.643	(46.736)	-	32.032
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	17.673.642	1.708.266	(1.426.271)	1.799.330	19.754.967
Provisão matemática de benefícios a conceder	15.810.931	1.026.673	(872.904)	1.661.420	17.626.120
Provisão matemática de benefícios concedidos	754.458	252.164	(255.943)	97.444	848.123
Provisão de excedente financeiro	418.493	54.447	(83.736)	39.034	428.238
Provisão de insuficiência de contribuição	359.213	110.946	(8.311)	-	461.848
Provisão de oscilação financeira	260.514	22.218	(1.544)	-	281.188
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	7.446	92.284	(91.367)	-	8.363
Provisão de riscos não expirados	5.840	77.191	(71.015)	-	12.016
Outras provisões	56.747	72.344	(41.451)	1.432	89.071
Total das Provisões Técnicas	41.643.461	22.204.621	(12.019.348)	4.014.564	55.843.298

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	Exercício/2011				
	Saldo Inicial	Constituições	Reversões	Atualizações	Saldo Final
Provisões Técnicas – Seguros	15.744.082	23.338.287	(16.269.357)	1.156.807	23.969.819
Provisão matemática de benefícios a conceder	12.997.663	10.259.821	(4.644.475)	1.173.004	19.786.013
Provisão de prêmios não ganhos	1.464.124	6.301.886	(5.539.810)	-	2.226.200
Provisão de sinistros a liquidar	887.758	5.177.989	(4.756.767)	441	1.309.421
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	180.767	872.163	(715.549)	-	337.381
Provisão de insuficiência de prêmios	170.642	14.275	(3.121)	-	181.796
Provisão para resgates e outros valores a regularizar	25.301	536.610	(521.070)	459	41.300
Provisão matemática de benefícios concedidos	14.350	32.982	(29.442)	1.691	19.581
Outras provisões	3.477	142.561	(59.123)	(18.788)	68.127
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	14.500.054	5.186.258	(2.728.326)	715.656	17.673.642
Provisão matemática de benefícios a conceder	12.865.101	4.320.798	(1.973.507)	598.539	15.810.931
Provisão matemática de benefícios concedidos	629.316	238.670	(195.218)	81.690	754.458
Provisão de excedente financeiro	395.622	63.945	(75.410)	34.336	418.493
Provisão de insuficiência de contribuição	301.435	59.106	(1.328)	-	359.213
Provisão de oscilação financeira	254.697	14.654	(8.837)	-	260.514
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados – IBNR	6.094	83.191	(81.839)	-	7.446
Provisão de riscos não expirados	5.708	69.325	(69.193)	-	5.840
Outras provisões	42.081	336.569	(322.994)	1.091	56.747
Total das Provisões Técnicas	30.244.136	28.524.545	(18.997.683)	1.872.463	41.643.461

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

c) Resultado operacional e financeiro com seguros e previdência complementar

	Exercício/2012			Exercício/2011			Exercício/2010		
	Seguros	Previdência	Total	Seguros	Previdência	Total	Seguros	Previdência	Total
Prêmios e contribuições retidos	17.985.395	1.958.736	19.944.131	12.086.125	1.793.080	13.879.205	9.260.238	1.610.448	10.870.686
Variação das provisões técnicas	(12.651.835)	(1.870.956)	(14.522.791)	(7.410.558)	(1.647.563)	(9.058.121)	(5.907.326)	(1.564.983)	(7.472.309)
Rendas com taxas de gestão e produtos	-	624.185	624.185	-	478.811	478.811	-	362.126	362.126
Sinistros retidos	(2.482.321)	-	(2.482.321)	(2.104.555)	-	(2.104.555)	(1.447.697)	-	(1.447.697)
Despesas com benefícios e resgates	-	(35.803)	(35.803)	-	(28.745)	(28.745)	-	(36.150)	(36.150)
Despesas de comercialização	(787.494)	(21.101)	(808.595)	(530.987)	(27.707)	(558.694)	(118.220)	(1.419)	(119.639)
Outras receitas/despesas operacionais	(193.288)	-	(193.288)	(197.924)	(10.525)	(208.449)	(231.732)	2.896	(228.836)
Resultado das operações	1.870.457	655.061	2.525.518	1.842.101	557.351	2.399.452	1.555.263	372.918	1.928.181
Receitas financeiras	530.948	4.248.198	4.779.146	473.821	3.077.895	3.551.716	317.880	2.343.105	2.660.985
Despesas financeiras	(135.096)	(3.972.925)	(4.108.021)	(69.211)	(2.800.129)	(2.869.340)	(41.914)	(2.109.822)	(2.151.736)
Resultado financeiro	395.852	275.273	671.125	404.610	277.766	682.376	275.966	233.283	509.249
Total	2.266.309	930.334	3.196.643	2.246.711	835.117	3.081.828	1.831.229	606.201	2.437.430

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

d) Análise de sensibilidade

As informações a seguir referem-se aos resultados da análise de sensibilidade e seus impactos no resultado e no patrimônio líquido das empresas do segmento de seguros e previdência complementar pertencentes ao Conglomerado Banco do Brasil, considerando alterações (choques) nos principais fatores de risco inerentes aos negócios das empresas.

As empresas vinculadas ao segmento de capitalização não estão inseridas no escopo desta análise, haja vista os contratos emitidos não se qualificarem como um contrato de seguro, de acordo com a IFRS 4 – Contratos de Seguros.

I – Risco de mercado

O Banco do Brasil define risco de mercado como a perda potencial advinda de variações na taxa de juros, taxa de câmbio, preço de ações e preços de *commodities*.

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA), face à relevância nas posições ativas e passivas das empresas.

Para fins da simulação da análise de sensibilidade, são considerados somente os ativos classificados nas categorias “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado” e/ou “ativos financeiros disponíveis para venda”, que estão marcados a mercado de acordo com as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas no Conglomerado Banco do Brasil.

A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em choque nos respectivos cupons de índices de inflação na mesma magnitude da taxa de juros. Os parâmetros quantitativos comuns aplicados são: i) 100 *basis points* na estrutura de taxa de juros; e ii) 100 *basis points* na estrutura de taxa de cupons, ambas vigentes em 31.12.2012 e 31.12.2011. A primeira reflete os juros praticados pelo mercado para papéis prefixados do governo brasileiro, denominados em Reais, enquanto a segunda reflete os juros praticados pelo mercado para papéis do governo brasileiro indexados à inflação, denominados em Reais. Para cada indexador de inflação há uma estrutura de taxa de cupons correspondente.

Em 01.06.2012 foi efetivada a cisão relativa à carteira de previdência complementar registrada na empresa Vera Cruz Vida e Previdência S.A., sociedade controlada pela *holding* BB Mapfre SH1 Participações S.A., a qual não fazia parte do Acordo de Parceria, o que resultou na redução de ativos da entidade no total de, aproximadamente, R\$ 1,79 bilhões.

Ressalta-se que a análise de sensibilidade das sociedades *holdings* do segmento de seguros corresponde à soma das análises individualizadas de cada empresa.

A participação acionária detida pelo Banco em cada empresa, para cada período considerado, é apresentada na Nota 05.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	31.12.2012		31.12.2011	
	Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Resultado	Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Resultado
Fatores de Risco:				
Taxa de Juros – Elevação				
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽¹⁾	(13.361)	(13.361)	(6.580)	(6.580)
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽²⁾	(10.952)	(10.952)	(5.125)	(5.125)
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽³⁾	(24.879)	(24.879)	(7.797)	(7.797)
Taxa de Juros – Redução				
BB Mapfre SH1 Participações S.A. ⁽¹⁾	14.221	14.221	8.198	8.198
Mapfre BB SH2 Participações S.A. ⁽²⁾	11.869	11.869	5.704	5.704
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽³⁾	28.460	28.460	8.571	8.571

(1) Abrange as empresas Companhia de Seguros Aliança do Brasil, Mapfre Vida S.A. e Vida Seguradora S.A.

(2) Abrange as empresas Aliança do Brasil Seguros S.A., Brasilveículos Companhia de Seguros, Mapfre Seguros Gerais S.A. e Mapfre Affinity Seguradora S.A.

(3) Abrange os seguintes fatores de risco: taxas de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA).

II – Risco do negócio

O Banco do Brasil define como risco do negócio a possibilidade de perdas decorrentes de falhas na precificação dos produtos de seguros e previdência complementar, bem como a inadequação em relação à estimativa dos passivos por contratos de seguros e previdência complementar (provisões técnicas).

Os passivos por contratos de seguros e previdência complementar representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros das empresas seguradoras com seus clientes.

Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foi considerada na análise a sensibilização das variáveis mais relevantes para cada tipo de negócio, por meio da simulação dos impactos sobre o resultado e patrimônio líquido das companhias.

A análise considera as variáveis relevantes a seguir, designadas como fatores de riscos: (i) sinistralidade da carteira para todos os ramos que as empresas atuam; (ii) agravamento nos fatores da Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados (IBNR), por meio da simulação do aumento no atraso entre a data de aviso e a data de ocorrência dos sinistros; (iii) agravamento na tabela de mortalidade utilizada para cálculo da Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP); e (iv) redução na taxa de desconto utilizada para o cálculo dos fluxos atuariais projetados pela PIP.

	31.12.2012		31.12.2011	
	Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Resultado	Impacto no Patrimônio Líquido	Impacto no Resultado
Fatores de Risco:				
Sinistralidade ⁽¹⁾				
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(45.768)	(45.768)	(59.811)	(59.811)
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(72.276)	(72.276)	(84.706)	(84.706)
Provisões Técnicas ⁽²⁾				
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(128.434)	(128.434)	(100.708)	(100.708)
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(14.751)	(14.751)	(7.447)	(7.447)
Subscrição ⁽³⁾ – Elevação				
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	(23.221)	(23.221)	(19.301)	(19.301)
Subscrição – Redução				
Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ⁽⁴⁾	20.101	20.101	16.712	16.712

(1) Parâmetro quantitativo: elevação de 5% na sinistralidade da carteira para todos os ramos em que a companhia atua.

(2) Parâmetros quantitativos:

a) agravamento nos fatores da Provisão de Eventos Ocorridos mas não Avisados (IBNR);

b) agravamento da Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) de longo prazo:

. elevação de 5% na tabela de mortalidade;

. redução de 1% na taxa de desconto.

(3) Parâmetros quantitativos:

a) hipótese de cancelamento: 100 *basis points* na expectativa de que os participantes resgatem a reserva acumulada previamente à data da aposentadoria;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

- b) hipótese de anuitização: 10% na expectativa de que os participantes escolham, na data da aposentadoria, pela transformação da reserva acumulada em renda continuada.
- c) hipótese de sobrevivência: 5% na expectativa do tempo de pagamento da renda continuada.
- (4) Parâmetro quantitativo: elevações e reduções de 1%, 10% e 5% para cada hipótese relacionada ao fator de risco, respectivamente.

e) Movimentação das despesas de comercialização diferidas

As despesas de comercialização diferidas representam basicamente os custos para comercialização de contratos de seguros, ou seja, as comissões de corretagem. Referidas comissões são diferidas para amortização proporcional ao reconhecimento da receita de prêmio ganho, ou seja, em função do período de vigência do seguro.

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Saldo inicial	636.847	402.152
Constituições	470.600	1.955.429
Amortizações	(198.659)	(1.720.734)
Saldo final	908.788	636.847
Saldo a amortizar até 12 meses	606.150	477.432
Saldo a amortizar após 12 meses	302.638	159.415

f) Teste de adequação do passivo (LAT)

Conforme estabelecido na IFRS 4, a cada período de reporte deve ser elaborado o teste de adequação dos passivos para todos os contratos de seguros em curso na data de execução do teste. Este teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguros deduzidos das despesas de comercialização diferidas e dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.

A metodologia utilizada considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, levando em conta premissas de cancelamento, sinistralidade, longevidade, anuitização, outras despesas relacionadas às operações e às receitas inerentes ao negócio.

As principais premissas utilizadas no teste foram:

Premissas	Descrição
Taxa de desconto	Taxa de juros livre de risco pré-fixada
Grupo de ramo	Sinistralidade
Seguros de danos	Com base nos valores históricos
Seguros de pessoas	Com base nos valores históricos

Em relação ao teste de adequação do passivo das operações de previdência complementar, a metodologia considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base sendo brutos de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras, com as seguintes premissas:

- a) prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência;
- b) mortalidade e sobrevivência pelas tábuas biométricas BR-EMS, incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida.

O teste realizado para a data-base de 31.12.2012 não apresentou insuficiência em quaisquer dos grupos de contratos de seguros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

g) Risco de concentração

Exposições potenciais a concentração de riscos são monitoradas por meio da análise de concentrações em produtos de seguro e de previdência complementar.

A tabela a seguir, evidencia a concentração de risco baseada no valor do prêmio retido e no percentual de retenção.

R\$ mil				
31.12.2012				
	Prêmio de Seguros ⁽¹⁾	Prêmio Retido ⁽²⁾	Retenção ⁽³⁾	Participação ⁽⁴⁾
Seguros	6.830.511	6.217.835	91,03%	31,22%
Auto	1.839.524	1.836.707	99,85%	9,22%
Vida	3.036.274	3.020.746	99,49%	15,17%
Ramos elementares	1.716.685	1.122.354	65,38%	5,64%
DPVAT	238.028	238.028	100,00%	1,20%
Previdência Complementar	13.697.002	13.697.002	100,00%	68,78%
Plano gerador de benefícios livres – PGBL	1.627.743	1.627.743	100,00%	8,17%
Vida gerador de benefícios livres – VGBL	11.819.743	11.819.743	100,00%	59,35%
Planos tradicionais	249.516	249.516	100,00%	1,25%
Total	20.527.513	19.914.837	97,02%	100,00%

R\$ mil				
31.12.2011				
	Prêmio de Seguros ⁽¹⁾	Prêmio Retido ⁽²⁾	Retenção ⁽³⁾	Participação ⁽⁴⁾
Seguros	5.716.398	5.214.745	91,22%	37,24%
Auto	1.615.873	1.615.110	99,95%	11,53%
Vida	2.383.114	2.363.895	99,19%	16,88%
Ramos elementares	1.500.014	1.018.343	67,89%	7,27%
DPVAT	217.397	217.397	100,00%	1,55%
Previdência Complementar	8.789.413	8.789.413	100,00%	62,76%
Plano gerador de benefícios livres – PGBL	1.442.485	1.442.485	100,00%	10,30%
Vida gerador de benefícios livres – VGBL	7.055.896	7.055.896	100,00%	50,38%
Planos tradicionais	291.032	291.032	100,00%	2,08%
Total	14.505.811	14.004.158	91,31%	100,00%

(1) Corresponde ao prêmio emitido – cancelamentos – restituições – descontos + cosseguros aceitos – cosseguros cedidos.

(2) Corresponde ao prêmio de seguros – resseguro cedido + retrocessão.

(3) Corresponde ao quociente entre o prêmio retido e o prêmio de seguros.

(4) Corresponde à participação de cada modalidade de seguro/plano de previdência complementar em relação ao total de prêmios retidos.

h) Tabela de Desenvolvimento de Sinistros

A tabela de desenvolvimento de sinistros tem como objetivo apresentar o grau de incerteza inerente às estimativas das provisões de sinistros a liquidar e de sinistros ocorridos e não avisados.

A parte superior da tabela demonstra a conciliação dos montantes com o saldo reportado no balanço patrimonial.

Nas linhas abaixo da tabela são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência, e os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

I – Bruto de Resseguro

	R\$ mil
Provisão de Sinistros a Liquidar e de Sinistros Ocorridos e não Avisados	31.12.2012
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros	1.688.877
Operações DPVAT	227.660
Retrocessão e Outras Estimativas	2.658
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar e de Sinistros Ocorridos e não Avisados ⁽¹⁾	1.919.195

(1) Refere-se ao saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar e de Sinistros Ocorridos e não Avisados demonstrados na nota 34.a.

	R\$ mil							
Data da Ocorrência	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2012	Total
Montante estimado para os sinistros								
No ano do aviso	1.072.813	1.326.804	1.454.260	1.733.703	1.927.981	2.328.046	2.461.884	-
Um ano após	1.157.162	1.516.936	1.542.381	1.687.275	1.985.993	2.405.156	-	-
Dois anos após	1.171.422	1.487.390	1.531.513	1.728.432	2.015.665	-	-	-
Três anos após	1.177.049	1.477.427	1.542.406	1.734.565	-	-	-	-
Quatro anos após	1.180.225	1.487.691	1.552.697	-	-	-	-	-
Cinco anos após	1.190.238	1.494.699	-	-	-	-	-	-
Seis anos após	1.201.506	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa em 31.12.2012	1.201.506	1.494.699	1.552.697	1.734.565	2.015.665	2.405.156	2.461.884	12.866.172
Pagamentos efetuados até 31.12.2012	1.164.378	1.450.219	1.496.784	1.658.498	1.883.340	2.183.487	1.592.833	11.429.540
Passivo reconhecido	37.128	44.480	55.913	76.067	132.325	221.669	869.051	1.436.632
Passivo de sinistros anteriores a 31.12.2006								252.245
Total do Passivo	-	-	-	-	-	-	-	1.688.877

II – Líquido de Resseguro

	R\$ mil							
Provisão de Sinistros a Liquidar e de Sinistros Ocorridos e não Avisados	31.12.2012							
Passivo apresentado na Tabela de Desenvolvimento de Sinistros	1.387.973							
Operações DPVAT	227.660							
Retrocessão e Outras Estimativas	2.658							
Total da Provisão de Sinistros a Liquidar e de Sinistros Ocorridos e não Avisados ⁽¹⁾	1.618.291							

(1) Refere-se ao saldo de Provisão de Sinistros a Liquidar e de Sinistros Ocorridos e não Avisados demonstrados na nota 34.a.

	R\$ mil							
Data da Ocorrência	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2008	31.12.2009	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2012	Total
Montante estimado para os sinistros								
No ano do aviso	1.047.366	1.228.895	1.366.570	1.524.946	1.780.041	2.511.561	2.142.289	-
Um ano após	1.095.623	1.269.911	1.383.198	1.522.436	1.860.370	2.579.240	-	-
Dois anos após	1.108.094	1.277.264	1.385.922	1.550.408	1.887.049	-	-	-
Três anos após	1.112.092	1.277.764	1.397.524	1.560.369	-	-	-	-
Quatro anos após	1.119.788	1.290.558	1.408.134	-	-	-	-	-
Cinco anos após	1.132.780	1.298.188	-	-	-	-	-	-
Seis anos após	1.139.996	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa em 31.12.2012	1.139.996	1.298.188	1.408.134	1.560.369	1.887.049	2.579.240	2.142.289	12.015.266
Pagamentos efetuados até 31.12.2012	1.109.779	1.260.910	1.362.154	1.502.810	1.803.453	2.416.626	1.403.264	10.858.995
Passivo reconhecido	30.217	37.279	45.980	57.559	83.596	162.615	739.025	1.156.270
Passivo de sinistros anteriores a 31.12.2006								231.702
Total do Passivo	-	-	-	-	-	-	-	1.387.973

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

35 – Imposto de Renda

a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) apresentados na Demonstração do Resultado Consolidado

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Impostos correntes			
Do exercício	(6.852.935)	(4.743.175)	(6.272.318)
Ajuste de exercícios anteriores	(6.891)	2.549	(28)
Total	(6.859.826)	(4.740.626)	(6.272.346)
Impostos diferidos			
Reconhecimento de prejuízos fiscais de IR	(951)	(29.349)	86.381
Reconhecimento de bases negativas de CSLL	(283)	(17.595)	90.524
Ajuste da carteira de operações de arrendamento mercantil	156.082	79.948	(100.643)
Ajustes de marcação a mercado	(69.166)	93.891	165.308
Provisão para IR e CSLL diferidos	(134.366)	(83.928)	(527.542)
Ganhos atuariais	(516.887)	(1.137.073)	65.722
Atualização dos depósitos judiciais	(243.581)	(329.147)	(290.212)
Ajustes decorrentes da parceria com a Mapfre	-	(383.090)	-
Ajustes decorrentes de cessão de créditos com coobrigação	(180.714)	89.131	130.055
Ajustes decorrentes de combinação de negócios – intangíveis	320.169	311.306	292.935
Ajustes decorrentes de combinação de negócios – ajustes de valor justo	(12.035)	281.545	(62.199)
Ajustes decorrentes de provisão para crédito de liquidação duvidosa	604.301	(212.291)	110.945
Outras despesas diferidas	3.105.565	1.018.935	1.090.551
Total	3.028.134	(317.717)	1.051.825
Total do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(3.831.692)	(5.058.343)	(5.220.521)

b) Conciliação dos encargos com IR e CSLL

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Resultado antes da tributação sobre o lucro	15.269.892	17.795.255	16.550.866
Despesa de IR (25%) e de CSLL (15%) pelas alíquotas legais	(6.107.957)	(7.118.102)	(6.620.346)
Encargos dos juros sobre o capital próprio	1.341.517	1.220.523	961.300
Receitas do Fundo Constitucional do Centro-Oeste	375.041	312.894	304.247
Resultado com conversão de investimentos no exterior	184.101	142.035	(74.470)
Resultado de participação em coligadas	18.370	60.076	51.048
Encargos sobre receitas não tributáveis/despesas não dedutíveis	357.236	324.231	157.700
Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.831.692)	(5.058.343)	(5.220.521)
Alíquota efetiva	25,09%	28,43%	31,54%

c) IR e CSLL lançados contra o patrimônio líquido

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(3.831.692)	(5.058.343)	(5.220.521)
IR e CSLL sobre os ganhos/perdas não realizados dos instrumentos financeiros	(414.618)	(200.740)	(111.888)
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado abrangente	(4.246.310)	(5.259.083)	(5.332.409)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

d) IR e CSLL diferidos apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado

Passivos

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Passivos fiscais diferidos		
Decorrentes de ganhos atuariais	(4.937.007)	(4.453.083)
Ajustes decorrentes da parceria com a Mapfre	(383.090)	(383.090)
Marcação a mercado positiva de ativos financeiros	(334.200)	(263.190)
Ajuste da carteira de arrendamento mercantil	(551.816)	(768.976)
Atualização de depósitos judiciais	(386.239)	(356.541)
Outras diferenças temporárias	(297.686)	(440.898)
Total	(6.890.038)	(6.665.778)

Ativos

	R\$ mil			
	31.12.2011	Constituições	Baixas	31.12.2012
Ativos fiscais diferidos				
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	4.919.474	4.977.654	2.226.058	7.671.070
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	2.792.083	1.769.500	1.025.989	3.535.594
Provisão com plano de benefícios pós-emprego	2.856.763	633.297	784.983	2.705.077
Contribuição social a compensar	2.487.845	-	456.423	2.031.422
Marcação a mercado negativa de títulos e valores mobiliários	263.311	337.368	88.239	512.440
Diferimento de tarifas para adequação à taxa efetiva de juros	210.271	77.720	-	287.991
Cessão de créditos com coobrigação	327.089	-	180.715	146.374
Montante dos prejuízos fiscais de IR/bases negativas de CSLL	174.894	29.178	94.648	109.424
Outras provisões	6.386.593	1.622.722	1.801.450	6.207.865
Total	20.418.323	9.447.439	6.658.505	23.207.257

A agência do Banco do Brasil de Nova Iorque possui prejuízo fiscal no montante de R\$ 383.861 mil, cujo ativo fiscal diferido não foi reconhecido em virtude da inexistência de probabilidade de sua realização, segundo avaliação da Administração.

e) Expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários)

	R\$ mil
Ativos fiscais diferidos	
Em 2013	4.856.096
Em 2014	4.779.511
Em 2015	3.695.764
Em 2016	3.629.004
Em 2017	5.527.863
Em 2018	65.656
Em 2019	47.109
Em 2020	39.912
Em 2021	36.341
Em 2022	359.809
Em 2023	170.192
Total	23.207.257

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2012.

No Exercício, observou-se a realização de créditos tributários no Banco no montante de R\$ 6.149.326 mil, correspondentes a 153,64% da respectiva projeção de utilização para o período de 2012, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2011.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2012, está projetada para 5,5 anos nas seguintes proporções:

	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Temporais ⁽²⁾
Em 2013	48%	18%
Em 2014	46%	18%
Em 2015	1%	18%
Em 2016	1%	18%
Em 2017	1%	28%
A partir de 2018	3%	-

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

36 – Patrimônio Líquido

a) Valor patrimonial por ação ordinária

	31.12.2012	31.12.2011
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	69.024.508	62.549.946
Valor patrimonial por ação (R\$) ⁽¹⁾	24,09	21,83

(1) O valor patrimonial por ação é calculado pela divisão do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores pelo número de ações ordinárias.

b) Capital social

O Capital social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 48.400.000 mil (R\$ 33.122.569 mil em 31.12.2011), está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal do Brasil é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do Capital Social no exercício de 2012, no valor de R\$ 15.277.431 mil, decorreu da utilização de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18.12.2012 e pelo Banco Central do Brasil em 14.02.2013.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembleia Geral dos Acionistas, aumentar o capital social até o limite de R\$ 80.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuem.

c) Reservas de capital

Do saldo da conta Reserva de capital, o valor de R\$ 140 mil refere-se ao aumento da participação societária no Banco Patagonia decorrente da oferta pública de aquisição obrigatória de ações. O controle acionário da referida instituição foi adquirido em 12.04.2011, conforme descrito na Nota 6.a.

d) Reservas de lucros

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Reservas de lucros	16.132.047	24.121.303
Reserva legal	4.112.056	3.496.563
Reservas estatutárias	12.019.991	20.624.740
Margem operacional	7.744.181	16.589.586
Equalização de dividendos	4.275.810	4.035.154

A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Do lucro líquido apurado no período, 5% (cinco por cento) são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

A Reserva estatutária para margem operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva estatutária para equalização de dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do capital social.

e) Outros resultados abrangentes acumulados

O saldo da conta Outros resultados abrangentes acumulados refere-se ao efeito da marcação a mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, efeito líquido do *hedge* de fluxo caixa e aos ajustes de conversão em investimentos no exterior. O Banco reconheceu em outros resultados abrangentes a variação cambial na conversão para moeda de apresentação, referente aos investimentos no Banco Patagonia S.A. e BB Americas.

f) Lucros acumulados não apropriados

O lucro líquido apurado segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil é totalmente destinado na forma de dividendos, JCP e de constituição de reservas de lucros. Assim, o saldo apresentado nessa conta, nestas demonstrações contábeis consolidadas elaboradas de acordo com as IFRS, representa o efeito das diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Contabilidade.

g) Juros sobre o capital próprio e dividendos

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base de pagamento	Data de pagamento
1º trim/2012				
Dividendos	181.408	0,063	10.05.2012	22.05.2012
Juros sobre o capital próprio	840.366	0,293	22.03.2012	22.05.2012
2º trim/2012				
Dividendos	350.274	0,122	21.08.2012	31.08.2012
Juros sobre o capital próprio	850.328	0,297	21.06.2012	23.07.2012
3º trim/2012				
Dividendos	304.244	0,106	16.11.2012	26.11.2012
Juros sobre o capital próprio	817.566	0,286	11.09.2012	20.09.2012
4º trim/2012				
Dividendos	734.230	0,258	01.03.2013	08.03.2013
Juros sobre o capital próprio	845.532	0,297	12.12.2012	28.12.2012
Total destinado aos acionistas no exercício/2012	4.923.948	1,722		
Dividendos	1.570.156	0,549		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.353.792	1,173		
Lucro líquido do exercício ⁽²⁾	12.309.870			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

(2) Lucro líquido do exercício apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base de pagamento	Data de pagamento
1º trim/2011				
Dividendos	449.024	0,157	19.05.2011	27.05.2011
Juros sobre o capital próprio	723.921	0,253	22.03.2011	27.05.2011
2º trim/2011				
Dividendos	595.322	0,208	18.08.2011	26.08.2011
Juros sobre o capital próprio	736.680	0,258	21.06.2011	26.08.2011
3º trim/2011				
Dividendos	360.714	0,126	17.11.2011	25.11.2011
Juros sobre o capital próprio	795.800	0,278	21.09.2011	25.11.2011
4º trim/2011				
Dividendos	442.565	0,154	17.02.2012	29.02.2012
Juros sobre o capital próprio	794.907	0,277	21.12.2011	07.02.2012
Total destinado aos acionistas no exercício/2011	4.898.933	1,711		
Dividendos	1.847.625	0,645		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.051.308	1,066		
Lucro líquido do exercício ⁽²⁾	12.247.330			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

(2) Lucro líquido do exercício apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base de pagamento	Data de pagamento
1º trim/2010				
Dividendos	444.161	0,173	21.05.2010	31.05.2010
Juros sobre o capital próprio	518.155	0,202	24.03.2010	31.05.2010
2º trim/2010				
Dividendos	564.785	0,220	18.08.2010	26.08.2010
Juros sobre o capital próprio	525.372	0,205	24.05.2010	26.08.2010
3º trim/2010				
Dividendos	375.970	0,131	22.11.2010	30.11.2010
Juros sobre o capital próprio	673.935	0,236	22.09.2010	30.11.2010
4º trim/2010				
Dividendos	917.410	0,321	23.02.2011	28.02.2011
Juros sobre o capital próprio	685.788	0,240	22.12.2010	30.12.2010
Total destinado aos acionistas no exercício/2010	4.705.576	1,728		
Dividendos	2.302.326	0,845		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	2.403.250	0,883		
Lucro líquido do exercício ⁽²⁾	11.758.093			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de imposto de renda retido na fonte.

(3) Lucro líquido do exercício apurado em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil.

Em conformidade com a legislação brasileira e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio, imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% sobre o lucro líquido.

h) Participações acionárias (quantidade de ações)

Evolução da quantidade de ações de emissão do Banco em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Acionistas	31.12.2012		31.12.2011	
	Ações	% total	Ações	% total
União Federal	1.693.127.780	59,1	1.693.127.780	59,1
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.483.727.780	51,8
Fundo de Garantia à Exportação	-	-	139.400.000	4,9
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	110.650.000	3,9	62.500.000	2,2
Caixa F1 Garantia Construção Naval	105.663.567	3,7	-	-
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,2
Fundo de Investimento em Ações	9.466.808	0,3	-	-
Fundo de Investimento Multimercado	6.360.290	0,2	-	-
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	297.523.314	10,4	296.773.911	10,4
BNDES Participações S.A. – BNDESPar	5.522.648	0,2	3.696.348	0,1
Ações em tesouraria	20.200.047	0,7	32	-
Outros acionistas	849.043.231	29,6	871.818.949	30,4
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

	Ações ON	
	31.12.2012	31.12.2011
Conselho de Administração (exceto o Presidente do Banco)	8	11
Diretoria Executiva (inclui o Presidente do Banco)	112.821	27.463
Comitê de Auditoria	75	823

i) Quantidade de ações emitidas e quantidade de ações em circulação (*free float*)

	Quantidade de ações	
	Ações Ordinárias	Ações em Tesouraria
Saldos em 01.01.2010	2.569.860.512	(1.150.369)
Movimentação	290.868.735	1.140.616
Saldos em 31.12.2010	2.860.729.247	(9.753)
Movimentação	4.687.773	9.721
Saldos em 31.12.2011	2.865.417.020	(32)
Movimentação	-	(20.200.015)
Saldos em 31.12.2012	2.865.417.020	(20.200.047)

	31.12.2012		31.12.2011	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do exercício	871.791.466	30,4	870.752.058	30,4
Aquisição de ações - programa de recompra	(20.200.000)	--	--	--
Aquisição de ações - pagamento baseado em ações	(130.146)	--	--	--
Aquisição de ações pelo BNDESPar	(1.826.300)	--	(3.461.229)	--
Aquisição de ações pela Previ	(749.403)	--	(209.000)	--
Venda de ações pela União Federal	--	--	6.283	--
Subscrição de ações decorrentes de bônus	--	--	4.687.773	--
Outras movimentações ⁽¹⁾	44.776	--	15.581	--
Em circulação (<i>free float</i>) ⁽²⁾	848.930.393	29,6	871.791.466	30,4
Total emitido	2.865.417.020	100,00	2.865.417.020	100,00

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

j) Ações em Tesouraria

Em 13 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Até 31 de dezembro de 2012, foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.246 mil, referentes ao programa de recompra. O custo mínimo, médio e máximo por ação é de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 25,60 por ação.

Em 08.01.2013, o Banco comunicou o encerramento do programa de recompra de ações.

k) Bônus de subscrição "C"

O Banco, conforme comunicado ao mercado de 30.03.2011, informou aos titulares de bônus de subscrição C (BBAS13) as condições para o exercício do direito de subscrever ações decorrentes desses bônus, emitidos e distribuídos gratuitamente aos acionistas em 17.06.1996. Os titulares dos bônus puderam exercer o direito de comprar novas ações do Banco no período de 31.03.2011 a 30.06.2011 (até 28.06.2011 para os detentores de bônus custodiados em bolsa de valores). Cada bônus garantiu o direito de subscrever 3,131799 ações. O preço do exercício foi de R\$ 8,50 por bônus, corrigido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, de 17.06.1996 até a data do protocolo do pedido de exercício do direito de subscrição. Os detentores de 1.496.831 bônus exerceram o direito gerando 4.687.773 recibos, convertidos em 4.687.773 ações ON, conforme homologado pelo Bacen em 27.10.2011. Os bônus não subscritos, no total de 2.831.873, perderam sua validade a partir da data limite para subscrição de 30.06.2011.

l) Pagamento Baseado em Ações

Em novembro de 2011, o Banco aprovou pagamento, em ações ou instrumento baseado em ações, de remuneração variável aos membros da Diretoria Executiva, em que esses receberiam, a título de bonificação anual relativa ao exercício de 2011, e dentro do montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 27.04.2011, um valor entre dois e quatro honorários, de acordo com o atingimento da meta de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido – RSPL, fixada em 20%. Ficando o atingimento da meta de RSPL entre 100% e 105%, a remuneração de cada membro da Diretoria Executiva seria de dois honorários; se ficasse maior que 105% e até 115%, seria calculada de forma proporcional e, se ficasse acima de 115%, seria de quatro honorários.

No exercício de 2011, o Retorno Sobre o Patrimônio Líquido foi de 22,6%. Em função do percentual de atingimento da meta, o Banco destinou R\$ 3.593 mil para pagamento baseado em ações, a ser efetuado em três parcelas anuais.

Em fevereiro de 2012, foram adquiridas 130.146 ações, todas colocadas em tesouraria, das quais 130.131 ações foram transferidas aos membros da Diretoria Executiva em 08.03.2012. As ações transferidas ficaram bloqueadas para movimentação, e a liberação ocorrerá em três parcelas anuais, conforme cronograma apresentado no quadro a seguir.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma de desbloqueio	Quantidade de ações	Data de liberação
Primeira parcela	43.409	08.03.2013
Segunda parcela	43.361	10.03.2014
Terceira parcela	43.361	09.03.2015
Total	130.131	

O custo mínimo, médio e máximo por ação é de R\$ 27,38, R\$ 27,61 e R\$ 27,88, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 25,60 por ação.

A política de remuneração de administradores das instituições financeiras é regida por norma do Banco Central do Brasil, a qual determina que no mínimo 50% da remuneração variável deve ser paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais, pelo menos 40% deve ser diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

O Banco aprovou nova política de remuneração variável para a Diretoria Executiva, válida a partir do exercício de 2012. Tal política engloba além do Retorno Sobre o Patrimônio Líquido - RSPL recorrente, o atingimento de diversos requisitos que ainda estão sendo apurados, como por exemplo, avaliação individual e acordo de desempenho da Unidade à qual o Dirigente está vinculado. Portanto, a apuração do resultado de todos os requisitos e o cálculo do valor exato a ser pago para a Diretoria Executiva serão feitos oportunamente.

Para o exercício de 2012, de acordo com o montante global aprovado pela Assembléia Geral Ordinária de 26.04.2012, o Banco provisionou R\$ 16.324 mil, valor equivalente a 10 honorários por beneficiário, para pagamento de remuneração variável aos membros da Diretoria Executiva.

Com base no resultado do 1º semestre de 2012, em 04.10.2012, foi efetuado adiantamento no valor de 2,5 honorários para cada membro da Diretoria Executiva. Caso as condicionantes definidas na política de remuneração para o ano de 2012 não sejam atingidas, o valor antecipado será revertido em favor do Banco.

37 – Lucro por Ação

	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores (R\$ mil)	11.245.922	12.681.922	11.296.009
Média ponderada das ações em circulação – básico	2.861.260.055	2.861.404.718	2.711.976.359
Efeito diluidor			
Média dos bônus de subscrição “C”	-	8.445.079	15.892.064
Média ponderada das ações em circulação – diluída	2.861.260.055	2.869.849.797	2.727.868.423
Lucro por ação			
Lucro líquido por ação básico (em R\$)	3,93	4,43	4,17
Lucro líquido por ação diluído (em R\$)	3,93	4,42	4,14

O **lucro por ação básico** é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação em cada um dos exercícios apresentados.

O **lucro por ação diluído** é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação, incluindo o efeito diluidor potencial dos bônus de subscrição “C”.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

38 – Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

	R\$ mil			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos				
Caixa e depósitos bancários	12.690.806	12.690.806	10.492.143	10.492.143
Depósitos compulsórios em bancos centrais	80.097.865	80.097.865	93.689.987	93.689.987
Empréstimos a instituições financeiras	44.241.484	42.349.107	41.846.491	40.509.083
Aplicações em operações compromissadas	189.515.889	189.432.418	139.032.201	138.800.266
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	74.955.946	74.955.946	68.294.472	68.294.472
Ativos financeiros disponíveis para venda	96.704.660	96.704.660	84.328.189	84.328.189
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	12.713.398	16.137.896	14.997.329	16.622.287
Empréstimos a clientes	498.070.784	499.736.615	399.032.494	391.503.766
Passivos				
Depósitos de clientes	455.515.199	455.413.631	429.177.263	429.647.623
Valores a pagar a instituições financeiras	16.789.823	16.850.702	14.625.350	15.070.839
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.826.743	3.826.743	3.972.855	3.972.855
Obrigações por operações compromissadas	225.786.871	225.402.847	195.204.879	195.185.239
Obrigações de curto prazo	10.957.818	11.000.046	12.988.608	13.439.108
Obrigações de longo prazo	198.517.892	198.516.158	122.047.390	119.284.889

O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma operação normal entre as partes interessadas, que não é um valor de liquidação ou judicial. O Banco considera como valor justo de um instrumento financeiro o valor pelo qual ele pode ser negociado em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base nesse preço. Na ausência de um mercado ativo para um instrumento financeiro, seu valor justo é calculado por uma estimativa imparcial, objetivando assim uma avaliação justa e equânime dos instrumentos financeiros.

Metodologias de mensuração utilizadas para estimar o valor justo dos diferentes tipos de instrumentos financeiros:

a) Caixa e depósitos bancários

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado na rubrica caixa e depósitos bancários equivalem a ativos de alta liquidez. Dessa forma, o valor contábil representa substancialmente o valor justo.

b) Depósitos compulsórios em bancos centrais

Os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial consolidado no grupamento depósitos compulsórios em bancos centrais equivalem aproximadamente a seus valores justos.

c) Empréstimos a instituições financeiras e aplicações em operações compromissadas

O valor justo dos empréstimos a instituições financeiras e das aplicações em operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto dos fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

d) Ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mantidos até o vencimento

Essas contas são constituídas basicamente por instrumentos de dívida e patrimônio e derivativos. Considerando o conceito de valor justo apresentado anteriormente, caso não exista preço cotado em um mercado ativo disponível para um instrumento financeiro e também não seja possível identificar operações

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

recentes com instrumento financeiro similar, o Banco define o valor justo de instrumentos financeiros com base em metodologias de avaliação normalmente aceitas pelo mercado, como o método do valor presente obtido pelo fluxo de caixa descontado e o modelo *Black-Scholes*.

De acordo com o método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, os fluxos de caixa futuros esperados são descontados a valor presente considerando as condições normais de mercado, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade, utilizando-se das taxas de juros disponíveis no mercado.

Na avaliação de instrumentos financeiros, principalmente para os derivativos *swaps*, futuros e termos de moedas, utiliza-se o método do valor presente. Quanto às opções, aplica-se o modelo *Black-Scholes*.

O modelo *Black-Scholes* é utilizado para avaliar as opções europeias. O preço da opção pode ser calculado a partir de uma fórmula 'fechada' e, exceto para a volatilidade, as variáveis de entrada são diretamente observáveis. O Banco do Brasil escolheu este modelo sem pagamento de dividendos para a obtenção das respectivas superfícies de volatilidade, devido a sua vasta utilização pelo mercado, e sendo frequentemente utilizado pelas bolsas de valores para o cálculo de preços de ajuste de opções europeias. Nas opções de compra que serão utilizadas para a obtenção da superfície, há equivalência entre os modelos americano e europeu, o que permite a utilização do modelo citado mesmo no caso de opções de compra do tipo americano.

As fontes primárias são as bases de origem das informações de mercado que proporcionam a alimentação dos modelos desenvolvidos. As fontes primárias utilizadas para cada classe de ativos financeiros são as seguintes: títulos públicos (Anbima/Bacen), títulos privados (BM&FBovespa, SND - Sistema Nacional de Debêntures, Anbima e Cetip) e derivativos (BM&FBovespa, *Broadcast* e *Reuters*).

As fontes alternativas de informações (fontes secundárias) funcionam em regime de contingência, na hipótese de não haver disponibilidade de informação nas fontes primárias ou uma situação de crise sistêmica, na ocorrência de falta de liquidez para determinados ativos ou classe de ativos e diferenças significativas entre informações de provedores de mercado. Como fonte alternativa é utilizada a *Bloomberg* e, em casos críticos de ausência de informação, poderão ser utilizadas informações dos servidores primários do dia anterior.

e) Empréstimos a clientes

Os valores justos foram estimados para grupos de empréstimos a clientes similares com base no tipo de empréstimo, qualidade de crédito e prazo de vencimento. O valor justo dos empréstimos a clientes pré-fixados foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para os empréstimos a clientes pós-fixados, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Quanto aos empréstimos a clientes em curso anormal, consideramos que seus valores históricos menos suas respectivas provisões representam de forma adequada seus valores justos.

f) Depósitos de clientes

O valor justo dos depósitos pré-fixados com vencimentos pré-estabelecidos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos prazos de vencimento são similares. Para os depósitos pós-fixados e com vencimentos até 30 dias, o valor contábil foi considerado aproximadamente o equivalente ao valor justo.

g) Obrigações por operações compromissadas

O valor justo das obrigações por operações compromissadas com taxas pré-fixadas foi determinado mediante o desconto de fluxos de caixa estimados adotando taxas de juros equivalentes às taxas atuais de contratação para operações similares. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

h) Obrigações de curto prazo

As obrigações de curto prazo tiveram seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, utilizando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

i) Obrigações de longo prazo

As obrigações de longo prazo tiveram seus valores justos atribuídos mediante cálculo do fluxo de caixa descontado, que considera as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares (Nota 32).

j) Níveis de informação relativos a ativos e passivos mensurados a valor justo no balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente partindo do princípio que as partes são independentes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, incluindo os preços cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações que não estão disponíveis no mercado na definição do valor justo. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Ativos e passivos mensurados a valor justo no balanço

		R\$ mil		
	Saldo em 31.12.2012	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos – Nível 1	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares – Nível 2	Informação significativa indisponível – Nível 3
Ativos	192.377.711	110.188.963	81.158.065	1.030.683
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	74.955.946	55.212.237	19.453.366	290.343
Instrumentos de dívida e patrimônio	73.541.366	55.212.237	18.039.725	289.404
Derivativos ⁽¹⁾	1.414.580	-	1.413.641	939
Ativos financeiros disponíveis para venda	96.704.660	54.976.726	40.987.594	740.340
Empréstimos a clientes ⁽²⁾	20.717.105	-	20.717.105	-
Passivos	5.291.627	-	5.291.575	52
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	3.826.743	-	3.826.691	52
Instrumentos de dívida ⁽³⁾	387.261	-	387.261	-
Derivativos	3.439.482	-	3.439.430	52
Obrigações de longo prazo ⁽⁴⁾	1.464.884	-	1.464.884	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

				R\$ mil
	Saldo em 31.12.2011	Preços cotados em mercados ativos para ativos idênticos – Nível 1	Preços cotados em mercados não ativos para ativos similares – Nível 2	Informação significativa indisponível – Nível 3
Ativos	173.809.660	106.110.747	66.114.128	1.584.785
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	68.294.472	49.422.582	18.593.642	278.248
Instrumentos de dívida e patrimônio	66.897.772	49.297.223	17.323.122	277.427
Derivativos ⁽¹⁾	1.396.700	125.359	1.270.520	821
Ativos financeiros disponíveis para venda	84.328.189	56.688.165	26.333.487	1.306.537
Empréstimos a clientes ⁽²⁾	21.186.999	-	21.186.999	-
Passivos	5.072.729	194.059	4.862.387	16.283
Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado	3.972.855	194.059	3.762.513	16.283
Instrumentos de dívida ⁽³⁾	352.199	-	352.199	-
Derivativos	3.620.656	194.059	3.410.314	16.283
Obrigações de longo prazo ⁽⁴⁾	1.099.874	-	1.099.874	-

(1) Inclui contratos de futuros relativos à negociação e intermediação de valores, que estão registrados em Outros Ativos.

(2) Refere-se à carteira de empréstimos a clientes e arrendamento mercantil, itens objeto de *hedge* oriundos do Banco Votorantim S.A.

(3) Valores registrados em obrigações de longo prazo.

(4) Refere-se a passivos subordinados oriundos do Banco Votorantim S.A.

Nível 3 – Movimentação

				R\$ mil
	Instrumentos de dívida e patrimônio	Derivativos (Ativo)	Ativos financeiros disponíveis para venda	Derivativos (Passivo)
Saldo em 31.12.2010	206.140	179.079	941.760	152.041
Aquisição de ações de companhias fechadas	233.546	-	-	-
Venda/resgate de ações de companhias fechadas	(165.198)	-	-	-
Debêntures – aumento no ajuste a valor justo	2.939	-	288.105	-
Resultado – marcação a mercado	-	-	76.672	-
Opções – transferência para o Nível 2 ⁽¹⁾	-	(5.635)	-	(56.837)
Credit linked notes – transferência para o Nível 2 ⁽¹⁾	-	(160.270)	-	(73.772)
Equity linked notes – transferência para o Nível 2 ⁽¹⁾	-	-	-	(4.658)
Derivativos de crédito – diminuição no ajuste a valor justo	-	(2.892)	-	-
Derivativos de crédito – aumento no ajuste a valor justo	-	-	-	453
Derivativos de crédito – transferência para o Nível 2 ⁽¹⁾	-	(9.461)	-	(944)
Saldo em 31.12.2011	277.427	821	1.306.537	16.283
Aquisição de ações de companhias fechadas	55.858	-	13.570	-
Venda/resgate de ações de companhias fechadas	-	-	(77.927)	-
Aquisição de debêntures	4.293	-	-	-
Venda/resgate de debêntures	-	-	(4.849)	-
Debêntures – transferência para o Nível 2 ⁽²⁾	(48.174)	-	(458.725)	-
Debêntures – aumento no ajuste a valor justo	-	-	1.255	-
Resultado – marcação a mercado	-	-	(39.521)	-
Derivativos de crédito – diminuição no ajuste a valor justo	-	-	-	(16.231)
Derivativos de crédito – aumento no ajuste a valor justo	-	118	-	-
Saldo em 31.12.2012	289.404	939	740.340	52

(1) Em relação aos Derivativos (Passivo), observou-se a existência de taxa indicativa divulgada pela ANBIMA que passou a ser adotada como o spread de crédito vigente.

(2) Observou-se a existência de taxa indicativa para um papel ou uma cesta de papéis (segundo sua similaridade), adotando-se a taxa do mesmo como spread de crédito.

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 não apresenta informações de precificação em mercado ativo. O Banco usa critérios de precificação a partir de modelos matemáticos conhecidos no meio acadêmico e/ou através de governança específica com a participação de especialistas e processos externos estruturados.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

O objetivo é a obtenção do valor mais adequado para a apresentação dessas operações. O Banco acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com as praticadas no mercado. As debêntures, as ações de companhias fechadas e os derivativos de crédito são classificados como Nível 3.

As movimentações ocorridas em 2012 do Nível 3 para o Nível 2 referem-se, basicamente, à mudança de metodologia na precificação de instrumentos financeiros, que eram mensurados ao valor justo com base em modelos matemáticos proprietários e atualmente utilizam dados da Bloomberg.

39 – Instrumentos Financeiros Derivativos

Os derivativos são instrumentos financeiros que atendem cumulativamente as seguintes características: (i) seus valores se alteram em decorrência das mudanças de uma variável subjacente (taxa de câmbio, taxa de juros, índices de preços, preço de uma commodity etc); (ii) não é necessário qualquer desembolso inicial ou o desembolso inicial é menor do que seria exigido para outros tipos de contratos onde seria esperado uma resposta semelhante às mudanças nos fatores de mercado; e (iii) o instrumento financeiro é liquidado numa data futura.

Os instrumentos financeiros derivativos detidos ou mantidos pelo Banco são, essencialmente, transacionados com o propósito de negociação, sendo essas transações associadas, em sua maior parte, a acordos com seus clientes. O Banco pode também tomar posições com a expectativa de lucro, levando-se em consideração variações favoráveis em preços, taxas ou índices.

Os quadros a seguir demonstram a composição da carteira de derivativos por tipo de risco com seus valores de referência registrados como ativos ou passivos, assim como os seus respectivos valores de mercado e a composição da carteira de derivativos por prazos de vencimento de seus valores de referência.

a) Composição da carteira de derivativos para negociação por tipo de risco

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
	Valor de Referência	Valor de Referência
Contratos de futuros		
Compromissos de compra	25.829.761	48.657.214
Risco de taxa de juros	8.235.604	31.920.368
Risco de moedas	10.122.399	9.412.815
Outros riscos	7.471.758	7.324.031
Compromissos de venda	46.314.994	56.534.961
Risco de taxa de juros	35.374.250	47.493.509
Risco de moedas	2.717.229	384.140
Outros riscos	8.223.515	8.657.312

Os contratos de futuros são acordos contratuais em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender um instrumento financeiro por um preço estipulado, numa data futura. Os contratos de futuros são negociados somente em bolsas e de forma padronizada, conforme regulamentação específica. Os contratos têm seus valores ajustados diariamente a valor de mercado e são sujeitos a depósitos de margem em caixa nas bolsas para garantia das operações.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	R\$ mil			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Contratos de operações a termo				
Posição ativa	4.976.836	165.468	4.408.996	407.387
Risco de moedas	4.953.396	164.720	4.407.514	407.194
Outros riscos	23.440	748	1.482	193
Posição passiva	5.053.850	(131.865)	3.908.174	(371.482)
Risco de moedas	5.032.598	(129.612)	3.888.879	(367.624)
Outros riscos	21.252	(2.253)	19.295	(3.858)

Os contratos de operações a termo são acordos contratuais customizados em que comprador e vendedor se comprometem a comprar ou vender, em data futura, um instrumento financeiro, a um preço fixado na própria data da celebração do contrato. Os contratos a termo somente são liquidados integralmente na data de vencimento, podendo ser negociados em bolsa e no mercado de balcão.

	R\$ mil			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Contratos de opções				
Posição comprada	11.924.743	75.219	128.346.890	254.950
Risco de taxa de juros	7.300.000	7.763	124.212.793	13.807
Risco de moedas	4.173.885	27.251	3.988.423	239.668
Outros riscos	450.858	40.205	145.674	1.475
Posição vendida	16.406.310	(1.405.480)	109.204.002	(2.006.160)
Risco de taxa de juros	9.935.002	(1.313.016)	101.785.609	(1.787.741)
Risco de moedas	5.572.997	(76.599)	6.391.716	(212.586)
Outros riscos	898.311	(15.865)	1.026.677	(5.833)

Os contratos de opções são acordos contratuais que oferecem o direito para o comprador da opção, mediante pagamento de um prêmio ao vendedor, de comprar ou vender um montante específico de um instrumento financeiro a um preço fixo, em uma data futura fixa ou a qualquer data dentro de um período predeterminado. O Banco compra e vende opções por meio de um mercado regulamentado.

	R\$ mil			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Contratos de swap				
Posição ativa	18.420.272	1.106.586	13.329.461	600.930
Risco de taxa de juros	9.082.422	325.055	7.751.469	298.820
Risco de moedas	5.932.540	344.943	3.383.803	170.130
Outros riscos	3.405.310	436.588	2.194.189	131.980
Posição passiva	20.328.318	(1.897.834)	21.931.593	(1.224.927)
Risco de taxa de juros	8.481.814	(506.968)	8.163.128	(298.433)
Risco de moedas	8.172.375	(835.881)	10.053.526	(584.089)
Outros riscos	3.674.129	(554.985)	3.714.939	(342.405)

Os contratos de swap são acordos contratuais entre duas partes para trocar fluxos de pagamentos ao longo do tempo baseado em valores de referência específicos, relacionados a variações de um índice específico do qual é derivado, tais como taxa de juros, variação cambial ou índices patrimoniais.

Os **swaps** de taxa de juros são contratos feitos pelo Banco com outras instituições financeiras em que o Banco recebe ou paga uma taxa variável de juros em troca do recebimento ou pagamento, respectivamente, de uma taxa fixa de juros.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Nos *swaps* de moedas, o Banco paga um montante específico de um tipo de moeda e recebe um montante específico de outro tipo de moeda.

	R\$ mil			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Outros contratos de derivativos				
Posição ativa	8.251.772	60.323	1.766.010	110.824
Risco de moedas	8.251.772	60.323	1.766.010	110.824

Os outros contratos derivativos referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (*Non Deliverable Forward*). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

b) Composição da carteira de derivativos para negociação por prazo de vencimento

Valor de referência – posição ativa	Vencimento em dias				R\$ mil	
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31.12.2012	31.12.2011
Contratos de futuros	3.407.872	12.442.845	1.708.232	8.270.812	25.829.761	48.657.214
Contratos de operações a termo	1.001.545	3.014.429	573.431	387.431	4.976.836	4.408.996
Contratos de opções	9.587.563	2.098.168	161.630	77.382	11.924.743	128.346.890
Contratos de swap	962.469	5.937.386	1.697.423	9.822.994	18.420.272	13.329.461
Outros contratos de derivativos	4.773.010	1.953.419	1.278.306	247.037	8.251.772	1.766.010

Valor de referência – posição passiva	Vencimento em dias				R\$ mil	
	0-30	31-180	181-360	Após 360	31.12.2012	31.12.2011
Contratos de futuros	4.751.539	7.955.408	7.789.893	25.818.154	46.314.994	56.534.961
Contratos de operações a termo	1.359.436	2.140.192	1.273.444	280.778	5.053.850	3.908.174
Contratos de opções	10.213.025	3.135.656	643.927	2.413.702	16.406.310	109.204.002
Contratos de swap	3.215.540	7.038.503	2.573.543	7.500.732	20.328.318	21.931.593

c) Composição da carteira de derivativos de crédito

	31.12.2012		31.12.2011	
	Valor de Referência	Valor de Mercado	Valor de Referência	Valor de Mercado
Posição ativa – risco transferido	1.563.278	6.983	1.861.338	22.608
Swaps de crédito – derivativos com bancos	1.563.278	6.983	1.861.338	22.608
Posição Passiva – risco recebido	354.558	(4.303)	178.201	(18.073)
Swaps de crédito – derivativos com bancos	354.558	(4.303)	178.201	(18.073)

d) Composição da carteira de derivativos designados para *hedge* de valor justo e de investimentos líquidos em operações no exterior

As operações de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) consistem em aplicar regras específicas e opcionais de contabilidade das operações de *hedge* financeiro que permitem eliminar ou reduzir a volatilidade dos resultados contábeis decorrentes do registro obrigatório dos instrumentos derivativos ao valor justo por meio do resultado. O principal objetivo da implementação de uma contabilidade de *hedge* consiste em registrar os ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos nos mesmos períodos contábeis em que os itens objeto de *hedge* afetam o resultado contábil da entidade, de forma a reduzir a volatilidade do resultado contábil criada pelo registro dos derivativos ao valor justo. As operações de contabilidade de *hedge* são classificadas como *hedge* de valor justo, *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de um investimento no exterior.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Como parte do seu processo de gerenciamento de ativos e passivos, o Banco utiliza derivativos com o propósito de proteção, para reduzir sua exposição aos riscos de crédito e mercado. O Banco optou por utilizar o *hedge* de valor justo com o objetivo de se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros. O Banco do Brasil utiliza como instrumento de *hedge* um *swap* (*Cross Currency Interest Rate Swap* – CCIRS) com o objetivo de proteger uma captação externa contra oscilações de taxa de juros e de variação cambial. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na IAS 39, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

A parte substancial da carteira de derivativos designados para *hedge* de valor justo pertence ao Banco Votorantim. A entidade, diferentemente do Banco do Brasil, utiliza contratos futuros como instrumento de *hedge*.

Para proteger os riscos de taxas de juros pré-fixada dos empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil (não inclui as operações de venda ou transferência de ativos com retenção substancial de riscos e benefícios), o Conglomerado negociou contratos no mercado futuro de DI junto a BM&FBOVESPA, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas. O valor de referência desses derivativos totalizou R\$ 23.738.526 mil em 31.12.2012.

Para proteger os riscos da variação cambial (Dólar) dos financiamentos a exportação, o Conglomerado negociou contratos no mercado futuro de DDI junto a BM&FBOVESPA, de acordo com o fluxo de vencimento das parcelas. O valor de referência desses derivativos totalizou R\$ 1.479.970 mil em 31.12.2012.

Com relação ao “Hedge” de investimentos líquidos em operações no exterior (“*net investment hedge*”), a Cielo, até a captação dos recursos com a emissão dos “bonds” em novembro de 2012, designou como “hedge” de investimento em operações no exterior o instrumento financeiro derivativo denominado Contrato a Termo (“*Non Deliverable Forward* - NDF”), de valor nocional equivalente a US\$ 134.796 mil, cujo montante foi considerado suficiente para proteger o investimento no exterior contra variações cambiais oriundas da flutuação da moeda norte-americana.

O derivativo contratado pela Cielo como instrumento de cobertura para o valor do investimento na Cielo USA, no montante de US\$ 88.971 mil em novembro de 2012, teve o objetivo de proteger o valor do investimento da Sociedade na controlada no exterior contra oscilações positivas e negativas na taxa de câmbio, consistente com a estratégia de gerenciamento de riscos da Sociedade. Os valores dos instrumentos financeiros derivativos estão acrescidos do “*gross-up*” do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil).

O resultado acumulado da operação de derivativos designado como instrumento de proteção do investimento líquido no exterior, líquido do efeito tributário, está registrado no patrimônio líquido e possui perdas acumuladas de R\$ 2.380 mil, antes dos impostos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012. A Cielo, após a captação dos recursos financeiros com a emissão dos “bonds” em novembro de 2012 e com base na Interpretação nº16 do *IFRS Interpretations Committee* - IFRIC, e consubstanciada na norma IAS 39, optou por designar como “hedge” para o valor do investimento na Cielo USA em US\$ 88.971 mil a operação de “*ten years bonds*”, detido pela Sociedade em US\$ 134.796 mil. O valor do instrumento financeiro designado, ou seja, a operação de “*ten years bonds*”, está acrescido do “*gross-up*” do imposto de renda e da contribuição social (alíquota de 34% conforme legislação fiscal vigente no Brasil) para fins de análise de efetividade do “*hedge accounting*”.

A aplicação dos testes de efetividade descritos nas práticas contábeis demonstrou a efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos “*hedges*” de investimento líquido na Cielo USA; conseqüentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Instrumentos de <i>hedge</i> de valor justo		
Ativo	5.663.119	10.776.038
Futuro	3.811.931	6.991.760
Swap	1.851.188	2.068.382
Opções	-	1.715.896
Passivo	23.334.672	26.580.744
Futuro	21.277.102	24.451.844
Swap	2.057.570	1.195.548
Opções	-	933.352
Itens objeto de <i>hedge</i> de valor justo		
Ativo	25.125.015	22.368.654
Empréstimos a clientes	22.951.419	21.186.999
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.173.596	222.674
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.530
Investimentos externos	-	360.021
Outros ativos	-	597.430
Passivo	5.014.884	4.040.513
Outros passivos	5.014.884	4.040.513
Instrumentos de <i>hedge</i> de investimentos líquidos no exterior		
Passivo	(275.376)	-
Swap	(275.376)	-
Itens objeto de <i>hedge</i> de investimentos líquidos no exterior		
Ativo	181.760	-
Investimentos externos	181.760	-

Para os exercícios de 2012, 2011 e 2010, foram reconhecidos ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de *hedge* e dos itens objetos de *hedge*.

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Perdas dos itens objeto de <i>hedge</i>	(2.682.508)	(499.978)	(100.566)
Ganhos dos instrumentos de <i>hedge</i>	2.659.181	550.872	112.370
Efeito líquido	(23.327)	50.894	11.804
Ganhos dos itens objeto de <i>hedge</i>	2.991.250	589.055	199.621
Perdas dos instrumentos de <i>hedge</i>	(2.947.269)	(587.577)	(188.104)
Efeito líquido	43.980	1.478	11.517

40 – Garantias Financeiras e Outros Compromissos

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Créditos contratados a liberar	138.611.766	111.974.517
Garantias prestadas	15.927.569	12.604.492
Créditos de exportação confirmados	1.634.685	1.037.372
Créditos abertos para importação	713.220	505.697

Os créditos contratados a liberar destinam-se ao registro do saldo de valores a liberar de empréstimos a clientes e de arrendamento mercantil contratados, tais como cheque especial, crédito rotativo e assemelhados. As cartas de crédito em aberto ("*standby*") e as garantias financeiras por avais e fianças são

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

compromissos condicionais, geralmente para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro em contratos de empréstimo.

Nos instrumentos financeiros relacionados a crédito, o montante contratual do instrumento financeiro representa o potencial máximo de risco de crédito no caso da contraparte não cumprir os termos do contrato. A maioria desses compromissos vence sem que sejam sacados. Como resultado, o montante contratual total não é representativo da efetiva exposição futura a riscos de crédito ou necessidades de liquidez oriundas desses compromissos. Para diminuir o risco de crédito, o Banco requer que o contratado entregue, como garantia, recursos em dinheiro, valores mobiliários ou outros bens para caucionar a abertura de crédito, semelhantes à caução exigida para as operações de crédito.

Em atendimento à IAS 37, para suportar perdas decorrentes da eventual necessidade de honrar obrigações oriundas de contratos das espécies acima especificadas, o Banco do Brasil constituiu provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas em 31.12.2012 no valor de R\$ 144.244 mil (R\$ 115.624 mil em 31.12.2011).

41 – Capital Regulatório e Limite de Imobilização

Gerenciamento de capital

O Banco do Brasil está sujeito à regulamentação do Banco Central do Brasil (Bacen), que publica diversas normas referentes às políticas monetárias, cambial e de crédito para instituições financeiras que operam no Brasil. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados (Susep) emite regulamentações que afetam operações de seguros, planos de previdência privada e de capitalização.

Adicionalmente, o Bacen estabelece exigências mínimas de capital, limites para ativos fixos, práticas contábeis e exigências de depósitos compulsórios como, também, requer que os bancos cumpram regulamentação semelhante ao Acordo de Basileia no tocante à adequação de capital.

O Acordo de Basileia exige que os bancos apresentem uma relação entre o Patrimônio de Referência (PR), também denominado capital regulamentar, e o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), que corresponde às exposições ponderadas pelo risco, de, no mínimo, 8%.

Ressalta-se que, conforme faculta o Acordo de Basileia, o Bacen adota parâmetros mais restritivos na adequação do capital, conforme a seguir:

- (i) exigência da relação entre PR e PRE de, no mínimo, 11%; e
- (ii) determinados fatores de ponderação de risco atribuídos a certos ativos e outras exposições.

No Banco do Brasil, o processo de adequação do PR tem por objetivo assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para fazer face às atividades e aos riscos incorridos, seja em situações de normalidade, seja em condições adversas de mercado, além de atender aos requerimentos mínimos de capital definidos pelo Bacen.

Para a gestão do capital, a Administração possui, dentre outras ferramentas, o Índice de Basileia (IB) Prudencial e o Fórum de Capital.

O IB Prudencial representa a diretriz do Banco em manter o indicador dois pontos acima do mínimo regulatório, a fim de amparar o risco de taxa de juros das operações não incluídas na carteira de negociação e servir de margem prudencial para fazer frente aos demais riscos não considerados na atual exigência de capital.

No Fórum de Capital, os representantes de diversas áreas do Banco se reúnem, mensalmente, com o objetivo de promover discussões técnicas sobre capital, com destaque:

- (i) análise do comportamento da exigência de capital da Instituição;
- (ii) mensuração dos impactos sobre o IB decorrentes de alterações no ambiente regulatório;
- (iii) apresentação e discussão da projeção do IB e das premissas subjacentes;
- (iv) mensuração dos impactos no IB decorrentes de aquisições de participações e de incorporações de instituições financeiras, bem como de outras exposições relevantes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

No Banco, o processo de gerenciamento de capital é realizado sob bases consolidadas e, pontualmente, em cada país onde atua, observados os requerimentos regulatórios locais, exceto para o Banco Votorantim, cujo processo é executado pela própria Instituição.

Em conformidade com as normas do Bacen, o Banco calcula a exigência mínima de capital com base na consolidação de todas as subsidiárias financeiras e não financeiras, inclusive agências e investimentos no exterior.

Em geral, a alocação de recursos e de capital prioriza os segmentos de maior rentabilidade para a Instituição, bem como a geração de valor para os acionistas. Neste contexto, periodicamente, o Banco promove a realocação de capital entre os diversos segmentos de negócios e os componentes de capital.

No Banco do Brasil, o IB é apurado segundo os critérios estabelecidos pelas resoluções editadas pelo Bacen, sem considerar as informações relativas ao Banco Votorantim. Durante o período, cumprimos todos os requerimentos mínimos de capital aos quais estamos sujeitos.

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
PR – Patrimônio de Referência	107.925.146	80.481.841
Nível 1	76.769.399	60.615.163
Nível 2	36.074.411	24.877.818
Deduções do PR	(4.918.664)	(5.011.140)
PRE – Patrimônio de Referência Exigido	80.034.881	63.326.079
Risco de crédito	76.076.547	59.802.205
Risco de mercado	207.377	90.442
Risco operacional	3.750.957	3.433.432
Índice de Basileia (PR*100)/(PRE/11%)	14,83%	13,98%
Suficiência do Patrimônio de Referência (PR-PRE)	27.890.265	17.155.762

O PR corresponde ao somatório do capital Nível 1 e Nível 2. O capital Nível 1, de modo geral, corresponde ao capital social, instrumentos de captação elegíveis a capital, reservas de capital e de lucros. Por sua vez, o capital Nível 2 inclui, dentre outras, e sujeito a certas limitações, reservas de reavaliação de ativos e dívidas subordinadas, estando esta limitada ao valor do 50% do capital Nível 1. Por fim as deduções do PR são compostas pela exclusões dos instrumentos de captação, ações emitidas por instituições financeiras e ativos classificados como instrumento de dívida subordinada.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Patrimônio de Referência

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
PR – Patrimônio de Referência ⁽¹⁾	107.925.146	80.481.841
Nível 1	76.769.399	60.615.163
Patrimônio líquido	66.069.965	58.416.370
Reservas de reavaliação	(4.645)	(4.731)
Ativo permanente diferido	(110.795)	(164.671)
Ajustes ao valor de mercado ⁽²⁾	(700.536)	(350.594)
Créditos tributários excluídos do nível I ⁽³⁾	-	(106)
Instrumentos híbridos de capital e dívida ⁽⁴⁾	11.515.410	2.718.895
Nível 2	36.074.411	24.877.818
Ajustes ao valor de mercado	700.536	350.594
Instrumentos híbridos de capital e dívida ⁽⁴⁾	2.968.652	-
Dívidas subordinadas elegíveis a capital ⁽⁵⁾	32.400.578	24.522.493
Recursos captados do Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO)	16.602.973	14.771.005
Recursos captados no exterior	6.001.028	4.228.367
Recursos captados com certificados de depósito bancário (CDB)	1.615.433	2.337.638
Recursos captados com letras financeiras	8.181.144	3.185.483
Reservas de reavaliação	4.645	4.731
Deduções do PR	(4.918.664)	(5.011.140)
Instrumentos financeiros ⁽⁶⁾	(4.918.664)	(5.011.140)

- (1) Os valores apurados para o Patrimônio de Referência são aqueles apresentados nas demonstrações contábeis do Banco elaboradas em conformidade com as normas aplicáveis às instituições financeiras no Brasil (BR GAAP).
- (2) Corresponde ao saldo de ganhos/ (perdas) não realizados decorrentes do ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados na carteira "Títulos Disponíveis para Venda" e dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para *hedge* de investimentos líquido em operações no exterior.
- (3) Refere-se a créditos tributários registrados na contabilidade até 20.12.2002, inclusive os decorrentes de contribuição social sobre o lucro líquido relativos a períodos de apuração encerrados em 31.12.1998, com expectativa de realização superior a cinco anos.
- (4) Corresponde aos instrumentos híbridos de capital e dívida que atendam aos requisitos exigidos pelo Bacen e, desde que autorizados pelo mesmo, limitados a 15% do capital Nível 1, considera-se o valor destes instrumentos no cálculo. Os valores que ultrapassam este limite são adicionados ao PR nível II.
- (5) Corresponde aos instrumentos de dívidas subordinadas que atendam aos requisitos exigidos pelo Bacen e, desde que autorizados pelo mesmo, limitados a 50% do capital Nível 2.
- (6) A partir de 02.07.2007, são deduzidos do PR o saldo dos ativos representados pelos seguintes instrumentos de captação emitidos por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen: ações emitidas por instituições financeiras, ativos classificados como instrumentos híbridos de capital e dívida, e ativos classificados como instrumentos de dívidas subordinadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Dívidas subordinadas elegíveis a capital

		31.12.2012			31.12.2011			R\$ mil
	Data Captação	Saldo	Redutor	Composição do PR	Saldo	Redutor	Composição do PR	
Recursos do FCO		16.602.973	-	16.602.973	14.771.005	-	14.771.005	
CDB's Subordinados emitidos no País		4.711.053		1.615.433	4.305.067		2.337.638	
	03/2009	1.344.943	80%	268.989	1.227.011	60%	490.805	
	03/2009	2.000.773	60%	800.309	1.823.569	40%	1.094.141	
	11/2009	1.365.337	60%	546.135	1.254.487	40%	752.692	
Letras Financeiras Subordinadas		9.196.989		8.181.144	3.429.443		3.185.483	
	03/2010	1.331.338	40%	798.803	1.219.800	20%	975.840	
	03/2011	1.210.944	20%	968.755	1.107.259	-	1.107.259	
	04/2011	401.218	20%	320.975	366.864	-	366.864	
	05/2011	15.997	20%	12.798	14.627	-	14.627	
	09/2011	788.399	20%	630.720	720.893	-	720.893	
	05/2012	537.769	-	537.769	-	-	-	
	05/2012	225.565	-	225.565	-	-	-	
	05/2012	120.632	-	120.632	-	-	-	
	05/2012	37.771	-	37.771	-	-	-	
	06/2012	12.564	-	12.564	-	-	-	
	06/2012	105.833	-	105.833	-	-	-	
	06/2012	528.771	-	528.771	-	-	-	
	06/2012	7.615	-	7.615	-	-	-	
	06/2012	193.503	-	193.503	-	-	-	
	06/2012	333.642	-	333.642	-	-	-	
	06/2012	322.795	-	322.795	-	-	-	
	06/2012	21.154	-	21.154	-	-	-	
	06/2012	54.852	-	54.852	-	-	-	
	06/2012	316	-	316	-	-	-	
	06/2012	51.846	-	51.846	-	-	-	
	06/2012	921.522	-	921.522	-	-	-	
	06/2012	720.162	-	720.162	-	-	-	
	07/2012	18.324	-	18.324	-	-	-	
	07/2012	28.413	-	28.413	-	-	-	
	07/2012	42.446	-	42.446	-	-	-	
	07/2012	103.998	-	103.998	-	-	-	
	07/2012	23.088	-	23.088	-	-	-	
	07/2012	10.604	-	10.604	-	-	-	
	09/2012	1.025.908	-	1.025.908	-	-	-	
Dívidas Subordinadas no Exterior		6.470.931		6.001.028	4.551.846		4.228.367	
	09/2004	587.379	80%	117.476	539.132	60%	215.653	
	10/2010	1.327.885	-	1.327.885	1.218.815	-	1.218.815	
	05/2011	3.043.921	-	3.043.921	2.793.899	-	2.793.899	
	06/2012	1.511.746	-	1.511.746	-	-	-	
Total		36.981.946		32.400.578	27.057.361		24.522.493	

Deduções do Patrimônio de Referência

		31.12.2012	31.12.2011	R\$ mil
Instrumentos financeiros				
Ações emitidas por instituições financeiras		4.010.814	3.683.523	
Ativos classificados como instrumentos de dívidas subordinadas		907.850	1.327.617	
Total		4.918.664	5.011.140	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Patrimônio de Referência Exigido

Sob a ótica do Bacen, as instituições devem manter, permanentemente, capital compatível com os riscos de suas atividades, representado pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE).

O PRE corresponde à soma das exigências de capital para os riscos de crédito, mercado e operacional, conforme a seguir:

$$\text{PRE} = P_{\text{ep}} + P_{\text{jur}} + P_{\text{acs}} + P_{\text{com}} + P_{\text{cam}} + P_{\text{opr}}$$

Risco de Crédito

Risco de Mercado

Risco Operacional

Onde:

P_{ep} = parcela referente à exposição ponderada pelo fator de ponderação de risco a ela atribuído;

P_{jur} = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação da taxa de juros;

P_{acs} = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de ações;

P_{com} = parcela referente ao risco das operações sujeitas à variação do preço de *commodities*;

P_{cam} = parcela referente ao risco das exposições em ouro, em moeda estrangeira e em operações sujeitas à variação cambial;

P_{opr} = parcela referente ao risco operacional.

Patrimônio de Referência Exigido

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Risco de Crédito ⁽¹⁾	76.076.547	59.802.205
Empréstimos a clientes	47.823.190	35.537.834
Outros direitos (ouro, adiantamento ao Fundo Garantidor de Crédito e outros adiantamentos)	9.666.757	8.206.613
Instrumentos financeiros e derivativos	3.583.842	3.762.155
Créditos a liberar	2.041.823	1.775.171
Ativo permanente	3.009.466	2.951.064
Demais	9.951.469	7.569.368
Risco de Mercado ⁽²⁾	207.377	90.442
Taxa de juros	202.715	83.522
<i>Commodities</i>	4.055	6.237
Ações	607	683
Risco Operacional ⁽³⁾	3.750.957	3.433.432
Finanças corporativas	8.980	52.442
Negociação e vendas	1.116.061	980.964
Varejo	627.908	544.481
Comercial	1.066.246	954.694
Pagamentos e liquidações	450.454	434.220
Serviços de agentes financeiros	102.293	91.109
Administração de ativos	121.684	115.543
Corretagem de varejo	4.227	4.261
Empresas não financeiras e Banco Votorantim ⁽⁴⁾	253.104	255.718
Patrimônio de Referência Exigido	80.034.881	63.326.079

(1) Abordagem Padrão Simplificada, conforme definido pelo Bacen.

(2) Abordagem Padronizada, conforme definido pelo Bacen.

(3) Abordagem Padronizada Alternativa, conforme definido pelo Bacen.

(4) Adicional de equivalência patrimonial, conforme definido pelo Bacen.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Índice de imobilização e capital excedente

	31.12.2012	31.12.2011
Índice de imobilização	21,64%	22,11%
Capital excedente em relação ao índice de imobilização (R\$ mil)	30.604.958	22.445.587

Conforme definido pelo Banco Central do Brasil, o índice de imobilização indica o percentual de comprometimento do Patrimônio de Referência com o ativo permanente imobilizado. Desde dezembro de 2002, o índice máximo permitido é de 50%, conforme determina a Resolução CMN nº 2.669.

O capital excedente se refere à diferença entre o limite de 50% do Patrimônio de Referência e o total de imobilizações.

Índice de Basileia do Banco Votorantim

Em atendimento a determinação do Banco Central do Brasil, as informações referentes ao capital regulamentar são mensuradas de forma segregada pelo Banco Votorantim e acompanhadas pelo Banco do Brasil, as quais são discriminadas a seguir:

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
PR – Patrimônio de Referência	12.110.639	12.054.180
Nível 1	7.874.507	8.086.351
Nível 2	4.236.132	3.967.829
PRE – Patrimônio de Referência Exigido	9.315.088	9.385.714
Risco de crédito ⁽¹⁾	8.720.810	8.923.661
Risco de mercado ⁽²⁾	294.179	193.114
Risco operacional ⁽³⁾	300.099	268.939
Índice de Basileia (PR*100)/(PRE/11%)	14,3%	14,2%
Excedente do capital regulamentar sobre o capital regulamentar mínimo exigido	2.795.551	2.668.466

(1) Abordagem Padrão Simplificada, conforme definido pelo Bacen.

(2) Abordagem Padronizada, conforme definido pelo Bacen.

(3) Abordagem Padronizada Alternativa, conforme definido pelo Bacen.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

42 – Benefícios a Empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi – Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc – Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM – Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.12.2012			31.12.2011		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de aposentadoria e pensão	116.867	101.994	218.861	115.842	106.149	221.991
Plano de Benefícios 1 – Previ	28.826	84.964	113.790	30.659	83.825	114.484
Plano Previ Futuro	70.609	544	71.153	67.507	443	67.950
Plano Informal	-	4.182	4.182	-	7.649	7.649
Outros planos	17.432	12.304	29.736	17.676	14.232	31.908
Planos de assistência médica	118.534	94.253	212.787	117.376	92.481	209.857
Cassi	104.824	84.867	189.691	103.293	83.202	186.495
Outros planos	13.710	9.386	23.096	14.083	9.279	23.362

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	R\$ mil	
	Exercício/2012	Exercício/2011
Planos de aposentadoria e pensão	2.243.701	1.164.046
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	1.521.578	495.401
Plano Previ Futuro	299.276	240.647
Plano Informal	297.589	297.618
Outros planos	125.258	130.380
Planos de assistência médica	927.960	894.943
Cassi	817.542	799.390
Outros planos	110.418	95.553
Total	3.171.661	2.058.989

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e o Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade (Nota 42.e.1) e do Fundo de Contribuição (Nota 42.e.3). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício durante o 1º semestre de 2013 estão estimadas em R\$ 1.804.873 mil.

Valores reconhecidos no resultado

	R\$ mil		
	Exercício/2012	Exercício/2011	Exercício/2010
Planos de aposentadoria e pensão	1.453.449	2.327.438	3.532.137
Plano de Benefícios 1 – Previ	1.355.234	2.981.314	4.299.199
Plano Previ Futuro	(299.276)	(240.647)	(184.045)
Plano Informal	463.240	(244.809)	(522.033)
Outros Planos	(65.749)	(168.420)	(60.984)
Planos de assistência médica	(1.302.529)	(1.132.022)	(954.904)
Cassi	(1.151.709)	(998.483)	(892.045)
Outros Planos	(150.820)	(133.539)	(62.859)
Total	150.920	1.195.416	2.577.233

a) Planos de aposentadoria e pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o fundo paridade, cujos recursos vem sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme acordo firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, o regulamento do Plano 1 foi alterado suspendendo as contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013, ficando a sua manutenção vinculada à existência da Reserva Especial do plano.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco.

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus beneficiários. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios 1 da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios 1 (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de assistência médica**Plano de Associados (Cassi)**

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da co-participação em alguns procedimentos hospitalares.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Plano unificado de saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de co-participação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano unificado de saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de co-participação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Plano de assistência médica complementar – PAMC (Economus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano de saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc. A contribuição mensal dos associados é de 3% do valor dos proventos gerais.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

c) Avaliações atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2012 e 31.12.2011.

Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011
Saldo inicial	(98.849.541)	(90.805.477)	(1.905.370)	(1.994.759)	(6.046.932)	(5.297.173)	(5.622.610)	(5.189.411)
Custo dos juros	(10.235.720)	(9.798.080)	(177.875)	(204.672)	(625.078)	(577.040)	(573.868)	(540.832)
Custo do serviço corrente	(514.081)	(517.332)	-	-	(95.589)	(84.607)	(38.113)	(49.031)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	7.502.104	6.718.424	297.318	297.618	487.418	503.816	403.496	371.864
Passivos transferidos de outros planos	-	-	-	-	-	-	-	(6.576)
Reduções / Liquidações ⁽¹⁾	-	-	1.217.263	-	-	-	130.640	-
Ganho/(perda) atuarial sobre a obrigação atuarial ⁽²⁾	(26.316.202)	(4.447.076)	(522.353)	(3.557)	(1.437.674)	(591.928)	(1.249.223)	(208.624)
Saldo final	(128.413.440)	(98.849.541)	(1.091.017)	(1.905.370)	(7.717.855)	(6.046.932)	(6.949.678)	(5.622.610)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(128.413.440)	(98.849.541)	-	-	-	-	(4.921.429)	(4.477.749)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	-	-	(1.091.017)	(1.905.370)	(7.717.855)	(6.046.932)	(2.028.249)	(1.144.861)

(1) No Plano Informal, refere-se substancialmente à migração do Grupo Especial para o Plano 1 da Previ. (Notas 42.e e 42.f).

(2) A perda atuarial no exercício de 2012 decorre substancialmente da redução da taxa de desconto, que em 31.12.2011 era de 10,56% a.a. e em 31.12.2012 passou a ser 8,71% a.a.

Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011
Saldo inicial	133.079.396	141.566.322	-	-	-	-	4.477.749	4.339.122
Rendimento estimado dos ativos do plano	13.460.271	14.934.610	-	-	-	-	474.934	478.661
Contribuições recebidas	1.521.818	495.904	297.318	297.618	487.418	503.816	157.399	155.699
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(7.502.104)	(6.718.424)	(297.318)	(297.618)	(487.418)	(503.816)	(403.496)	(371.864)
Transferência de patrimônio	-	-	-	-	-	-	-	6.576
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	11.469.755	(17.199.016)	-	-	-	-	214.843	(130.445)
Saldo final	152.029.136	133.079.396	-	-	-	-	4.921.429	4.477.749

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil		R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1) Valor justo dos ativos do plano	152.029.136	133.079.396	-	-	-	-	4.921.429	4.477.749
2) Valor presente das obrigações atuariais	(128.413.440)	(98.849.541)	(1.091.017)	(1.905.370)	(7.717.855)	(6.046.932)	(6.949.678)	(5.622.610)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	23.615.696	34.229.855	(1.091.017)	(1.905.370)	(7.717.855)	(6.046.932)	(2.028.249)	(1.144.861)
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora	11.807.848	17.114.928	(1.091.017)	(1.905.370)	(7.717.855)	(6.046.932)	(1.287.286)	(863.246)
5) Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	(4.441.209)	3.742.924	(109.101)	(162.896)	(2.577.272)	(1.240.517)	(695.413)	(270.228)
6) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado (4-5)⁽¹⁾	16.249.057	13.372.004	(981.916)	(1.742.474)	(5.140.583)	(4.806.415)	(591.873)	(593.018)

(1) A realização do ativo atuarial registrado em Outros Ativos (Nota 27) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

A realização do ativo atuarial registrado em Outros ativos ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano a data em que será pago o último compromisso.

Valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	Plano 1 – Previ			Plano Informal – Previ			Plano de Associados – Cassi			Outros Planos		
	R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2010	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2010	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2010	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2010
Custo do serviço corrente	(257.040)	(258.666)	(223.772)	-	-	-	(95.589)	(84.608)	(70.937)	(13.653)	(24.592)	(20.985)
Contribuições dos participantes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.366)
Custo dos juros	(5.117.860)	(4.899.040)	(4.217.378)	(177.875)	(204.672)	(202.866)	(625.078)	(577.041)	(542.750)	(91.889)	(298.536)	(283.195)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	6.730.134	7.467.305	6.981.848	-	-	-	-	-	-	-	238.942	268.359
Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	-	671.715	1.758.501	(259.387)	(40.137)	(319.167)	(91.006)	(31.347)	(2.307)	(106.314)	(77.356)	(17.055)
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-	-	-	(9.912)	(9.913)	(9.913)	-	-	-
Despesa com funcionários da ativa	-	-	-	-	-	-	(330.124)	(295.574)	(208.894)	(131.300)	-	-
Despesa com contribuição extraordinária	-	-	-	-	-	-	-	-	(57.244)	-	-	-
Efeito do ativo/passivo não reconhecido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(92)	(30.995)
Outros ajustes/reversão	-	-	-	900.502	-	-	-	-	-	126.587	(134)	-
(Despesa)/Receita reconhecida na DRE	1.355.234	2.981.314	4.299.199	463.240	(244.809)	(522.033)	(1.151.709)	(998.483)	(892.045)	(216.569)	(161.768)	(88.237)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Composição dos ativos dos planos, apresentados como porcentagem do total

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Renda fixa	31,5%	30,2%	-	-	-	-	88,9%	90,9%
Renda variável	59,6%	62,2%	-	-	-	-	6,4%	4,3%
Investimentos imobiliários	5,2%	4,0%	-	-	-	-	2,1%	1,8%
Empréstimos e financiamentos	3,3%	3,2%	-	-	-	-	2,0%	1,8%
Outros	0,4%	0,4%	-	-	-	-	0,6%	1,2%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano								
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8,1%	5,5%	-	-	-	-	-	-
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	0,1%	0,1%	-	-	-	-	-	0,1%

Comparativo evidenciando o retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011
Taxa nominal de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,56% a.a	10,96% a.a.	-	-	-	-	10,56% a.a	10,96% a.a.
Rendimento esperado dos ativos para o período (R\$ mil) ⁽¹⁾	13.460.271	14.934.610	-	-	-	-	474.934	478.661
Rendimento efetivo (R\$ mil) ⁽²⁾	24.930.026	(2.264.406)	-	-	-	-	689.777	354.792

(1) 31.12.2011 a 31.12.2012 – Taxa real 5,70% a.a. e Taxa de inflação 4,20% a.a.
31.12.2010 a 31.12.2011 – Taxa real 6,30% a.a. e Taxa de inflação 4,38% a.a.

(2) Considera os efeitos decorrentes de investimentos em renda variável.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Taxa de inflação (a.a.)	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,33%	6,10%	4,33%	6,10%	4,33%	6,10%	4,33%	6,10%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	8,71%	10,56%	-	-	-	-	8,71%	10,56%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,14%	-	-	-	-	-	0,52%	0,65%
Tempo médio remanescente de trabalho (anos)	1,92	2,35	-	-	14,24	14,12	6,18	6,73
Tábua de sobrevivência ⁽²⁾	AT-83		AT-83		AT-83		AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

(1) As premissas atuariais agrupadas são apresentadas através de médias ponderadas.

(2) Os planos Prevmiais, Multifuturo I e Plano de Benefícios 1 (Fusesc) utilizam a AT-2000.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas.

A norma internacional IAS 19 e a interpretação IFRIC 14 detalham a questão da contabilização assim como os efeitos ocorridos ou a ocorrer nas empresas patrocinadoras de plano de benefícios a empregados. Por sua vez, as entidades patrocinadas obedecem às normas emanadas do Ministério da Previdência Social, por intermédio do Conselho de Gestão da Previdência Complementar (CGPC) e da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano de Benefícios 1 – Previ.

Diferenças de premissas do Plano de Benefícios 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	4,33%	5%
Tábua de sobrevivência	AT-83	AT-2000
Avaliação de ativos – Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

Conciliação do Plano de Benefícios 1 – valores apurados – Previ/Banco

	R\$ mil					
	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Valor apurado – Previ	133.295.942	121.969.218	(105.150.551)	(97.420.089)	28.145.391	24.549.129
Incorporação dos valores do Contrato 97	13.198.959	13.188.500	(13.198.959)	(13.188.500)	-	-
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	5.534.235	(2.078.322)	-	-	5.534.235	(2.078.321)
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	-	-	(10.063.930)	11.759.048	(10.063.930)	11.759.048
Valor apurado - Banco	152.029.136	133.079.396	(128.413.440)	(98.849.541)	23.615.696	34.229.856

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Valores atuariais para a data atual e para os três exercícios anteriores

	R\$ mil			
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Plano 1 (Previ) – Superávit/(déficit)	23.615.696	34.229.855	50.760.845	57.543.364
Obrigações de benefício definido	(128.413.440)	(98.849.541)	(90.805.477)	(80.270.786)
Ativos do plano	152.029.136	133.079.396	141.566.322	137.814.150
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano (a.a.)	(20,5%)	(2,6%)	(8,4%)	(3,6%)
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano (a.a.)	7,5%	(6,9%)	16,7%	20,8%
Plano Informal (Previ) – Superávit/(déficit)	(1.091.017)	(1.905.370)	(1.994.759)	(1.743.386)
Obrigações de benefício definido	(1.091.017)	(1.905.370)	(1.994.759)	(1.743.386)
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano (a.a.)	(22,6%)	(2,2%)	(3,7%)	(6,1%)
Plano de Associados (Cassi) – Superávit/(déficit)	(7.717.855)	(6.046.932)	(5.297.172)	(4.943.220)
Obrigações de benefício definido	(7.717.855)	(6.046.932)	(5.297.172)	(4.943.220)
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano (a.a.)	(14,8%)	(5,3%)	(2,9%)	(0,3%)
Outros Planos – Superávit/(déficit)	(2.028.249)	(1.144.861)	(850.289)	(489.570)
Obrigações de benefício definido	(6.949.678)	(5.622.610)	(5.189.411)	(4.432.673)
Ativos do plano	4.921.429	4.477.749	4.339.122	3.943.103
(Ganho)/perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(1.249.223)	(208.624)	(515.228)	(802.924)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	214.843	(130.445)	52.660	(118.451)
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano (a.a.)	(13,3%)	(4,7%)	(6,9%)	(17,6%)
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano (a.a.)	2,0%	(2,5%)	(0,5%)	(3,2%)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

d) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ mil			
Plano 1 (Previ)	16.249.057	13.372.004	-	-
Plano Informal (Previ)	-	-	(981.916)	(1.742.474)
Plano de Associados (Cassi)	-	-	(5.140.583)	(4.806.415)
Regulamento Geral (Econumus)	-	-	(115.616)	(163.932)
Regulamento Complementar 1 (Econumus)	-	-	(2.299)	-
Plus I e II (Econumus)	-	-	(352.724)	(313.822)
Grupo B' (Econumus)	-	-	(121.234)	(115.264)
Total	16.249.057	13.372.004	(6.714.372)	(7.141.907)

e) Destinações do superávit – Plano 1

	Exercício/2012	Exercício/2011
R\$ mil		
Fundo Paridade		
Saldo inicial	1.608.379	1.524.374
Atualização	183.275	167.125
Contribuições ao Plano 1 - contrato 97 ⁽¹⁾	(37.257)	(83.120)
Contribuição amortizante antecipada – Grupo Especial ⁽²⁾	(1.013.754)	-
Saldo final	740.643	1.608.379
Fundo de Destinação		
Saldo inicial	3.684.325	7.594.993
Atualização	331.001	489.911
Transferência para os fundos de contribuição e utilização	(1.641.801)	(4.400.579)
Saldo final	2.373.525	3.684.325
Fundo de Contribuição		
Saldo inicial	1.096.433	-
Constituição ⁽³⁾	-	1.398.467
Atualização	100.619	110.247
Contribuições ao Plano 1	(470.415)	(412.281)
Saldo final	726.637	1.096.433
Fundo de Utilização		
Saldo inicial	3.249.250	-
Constituição ⁽³⁾	1.641.801	3.002.112
Atualização	466.861	247.138
Saldo final	5.357.912	3.249.250

(1) Inclui o valor positivo de R\$ 185 mil no 2º semestre (R\$ 392 mil no exercício de 2012 e R\$ 503 mil no exercício de 2011) referente a reversões parciais por ajustes de períodos anteriores..

(2) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

(3) Fundos constituídos no primeiro semestre de 2011.

e.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Outros ativos. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

e.2) Fundo de Destinação

Em 24.11.2010, o Banco assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Face a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Outros ativos, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor na rubrica de Outros ativos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

e.3) Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição é constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de três exercícios, conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos. Mensalmente, o valor relativo às contribuições do Banco é transferido para a titularidade da Previ. O Fundo de Contribuição é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

e.4) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização é constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação e poderá ser utilizado pelo Banco após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

f) Efeitos, no Plano Informal, da migração do Grupo Especial do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ:

	R\$ mil		
	Antes da redução	Ganho com a redução	Depois da redução
Valor presente líquido da obrigação	2.090.104	(999.087)	1.091.017
Valor justo dos ativos do plano	-	-	-
Subtotal	2.090.104	(999.087)	1.091.017
Ganho/(perda)atuarial não reconhecido	(403.550)	294.449	(109.101)
Passivo líquido reconhecido no balanço	1.686.554	(704.638)	981.916

43 – Gestão de Riscos

a) Governança dos riscos

O gerenciamento de riscos no Conglomerado Financeiro do Banco do Brasil contempla os riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional. As atividades de gerenciamento são realizadas por estruturas específicas e especializadas, conforme objetivos, políticas, estratégias, processos e sistemas descritos em cada um desses riscos.

O modelo de governança de riscos adotado pelo Banco envolve estrutura de comitê e subcomitês, com a participação de diversas áreas da Instituição, abrangendo os seguintes aspectos:

- (i) segregação de funções: negócio *versus* risco;
- (ii) estrutura específica para avaliação/gestão de risco;
- (iii) processo de gestão definido;
- (iv) decisões em diversos níveis hierárquicos;
- (v) normas claras e estrutura de alçadas; e
- (vi) referência às melhores práticas de gestão.

Todas as decisões relacionadas à gestão de riscos são tomadas de forma colegiada e de acordo com as diretrizes e normas internas do Banco do Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

A governança de risco do Banco do Brasil, abrangendo o Banco Múltiplo e suas Subsidiárias Integrais, é centralizada no Comitê de Risco Global (CRG), o qual é composto pelos seguintes membros do Conselho Diretor, permanentes com direito a voto:

- (i) Presidente do Banco;
- (ii) Vice-Presidente de Gestão Financeira e Relação com Investidores;
- (iii) Vice-Presidente de Atacado, Negócios Internacionais e *Private Banking*;
- (iv) Vice-Presidente de Varejo, Distribuição e Operações;
- (v) Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos;
- (vi) Vice-Presidente de Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Sustentável.

O CRG tem como principais competências:

- (i) estabelecer estratégia para gestão de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional;
- (ii) definir limites globais de exposição a riscos;
- (iii) decidir sobre reservas mínimas de liquidez e sobre planos de contingência de liquidez; e
- (iv) aprovar a alocação de capital em função dos riscos.

O CRG reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do coordenador, mediante solicitação de qualquer de seus componentes, para assuntos que exijam urgência na decisão, observado o quorum de instalação e a conveniência administrativa.

Visando conferir agilidade ao processo de gestão, foram criados os Subcomitês de Risco de Crédito (SRC), de Mercado e de Liquidez (SRML) e de Risco Operacional (SRO), que decidem e/ou instrumentalizam o CRG, tendo poder decisório por delegação.

Dentre as competências do SRC, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos de gestão de risco de crédito, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) decidir sobre a implementação de ações que viabilizem o gerenciamento da carteira de crédito;
- (iii) estabelecer indicadores de apuração do risco da carteira de crédito e respectivas metas, planos de contingência afetos à gestão do risco de crédito, entre outros; e
- (iv) encaminhar ao CRG propostas sobre os assuntos relacionados a risco de crédito.

Dentre as competências do SRML, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos para gestão de risco de mercado e de liquidez, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) definir limites específicos de exposição a risco de mercado;
- (iii) analisar e propor ao CRG os limites globais de exposição a risco de mercado;
- (iv) analisar e propor ao CRG a alocação de capital para cobertura do risco de mercado;
- (v) propor ao CRG a reserva mínima e os limites globais de risco de liquidez;
- (vi) propor ao CRG os planos de contingência de liquidez; e
- (vii) avaliar os resultados de *backtesting* e adotar, quando necessário, as medidas corretivas nos modelos de gestão de riscos de mercado e de liquidez.

Dentre as competências do SRO, destacam-se:

- (i) decidir sobre modelos de gestão de risco operacional, observadas as estratégias aprovadas no CRG;
- (ii) decidir sobre o estabelecimento de indicadores chave de risco e das faixas de tolerância, alerta e crítica para os respectivos indicadores;
- (iii) aprovar limites específicos de exposição ao risco operacional;
- (iv) aprovar planos de contingência afetos à gestão do risco operacional;
- (v) definir ações de mitigação para perdas e indicadores chave de risco situados nas faixas críticas;
- (vi) acompanhar e avaliar as medidas implementadas para gerenciamento do risco operacional associado aos serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular do Banco; e
- (vii) propor limites globais de exposição ao risco operacional.

Os subcomitês reúnem-se, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, por convocação do coordenador ou mediante solicitação de qualquer de seus componentes, para assuntos que exijam urgência na decisão, observado o quorum de instalação e a conveniência administrativa.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Quanto aos mecanismos de reporte dos níveis de exposição aos riscos à alta administração, destaca-se o painel de riscos, elaborado e reportado mensalmente aos subcomitês de riscos e ao CRG.

A Diretoria de Gestão de Riscos (Diris), vinculada à Vice-Presidência de Controles Internos e Gestão de Riscos (Vicri), responde pelo gerenciamento dos riscos de mercado, liquidez, operacional e de crédito. Esta integração proporciona sinergia de processos e especialização, contribuindo para uma melhor alocação de capital e aderência ao Novo Acordo de Basileia.

No processo de gerenciamento de riscos, as decisões são comunicadas às áreas intervenientes por meio de resoluções que expressam objetivamente o posicionamento assumido pela Administração, de forma a garantir sua aplicação em todos os níveis do Banco.

b) Processo de gestão de riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

O processo de gestão de riscos envolve fluxo contínuo de informações, obedecendo às seguintes fases:

Preparação

Compreende a coleta e análise dos dados. Nessa fase são analisadas e propostas medidas sobre os riscos, para discussão e deliberação nos subcomitês e, se necessário, posterior discussão e deliberação no CRG.

Decisão

As decisões são tomadas de forma colegiada nos escalões competentes e comunicadas às áreas intervenientes.

Execução

As áreas intervenientes implementam as decisões tomadas.

Acompanhamento/Gestão

É o controle realizado pela Diris, por meio da avaliação do cumprimento das deliberações e seus impactos no Banco, comunicando a situação dessas ações ao fórum competente (subcomitê ou CRG). O controle dessas decisões e o reporte aos subcomitês/CRG proporciona o aprimoramento do processo de gestão.

c) Risco de mercado

Risco de mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, de câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Políticas

As políticas de riscos de mercado e de utilização de instrumentos financeiros derivativos, aprovadas pelo Conselho de Administração, compõem os documentos estratégicos relativos à gestão de risco de mercado do Banco.

Esses documentos estabelecem as diretrizes a serem seguidas nas decisões negociais do Banco. Eles envolvem a avaliação de riscos de mercado, tratando tanto de aspectos quantitativos, tais como métricas utilizadas, quanto de aspectos qualitativos, tais como política de *hedge*, abrangência da gestão e segregação de funções.

No âmbito das políticas e estratégias de gestão dos riscos de mercado do Banco do Brasil, adota-se como princípio geral que o modelo de gestão tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de suas posições próprias.

No que tange à utilização de instrumentos financeiros derivativos, o Banco estipula, entre as suas políticas e estratégias, que são realizadas operações para atendimento das necessidades de seus clientes e para o

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

gerenciamento de posições próprias, considerando as diversas categorias de riscos e adotando visão consolidada dos diferentes fatores de riscos.

Destaca-se, ainda, que a negociação com instrumentos financeiros derivativos é condicionada à prévia avaliação da natureza e da dimensão dos riscos envolvidos.

No que tange às políticas de *hedge* adotadas para a gestão dos riscos de mercado, são definidos os objetivos a serem alcançados com as operações de *hedge* de forma consolidada para todo o Conglomerado, garantida a efetividade individual de cada operação, observadas as regulamentações locais, no caso de dependências no exterior.

Sistemas de mensuração de riscos e processos de comunicação e informação

O processo de mensuração dos riscos de mercado faz uso de sistemas corporativos e do aplicativo Riskwatch, desenvolvido pela empresa canadense Algorithmics. A infraestrutura de tecnologia da informação vinculada a este processo encontra-se instalada em ambientes localizados em Brasília (DF) e no Rio de Janeiro (RJ).

O aplicativo Riskwatch tem como principais objetivos:

- (i) consolidar informações gerenciais do Conglomerado, apurando e fornecendo informações para gestão do risco de mercado, risco de liquidez e para gestão de ativos e passivos; e
- (ii) fornecer medidas do risco de mercado e do risco de liquidez (produtos/fluxos de caixa por moeda e indexador), bem como da gestão de ativos e passivos.

Dentre as funções do aplicativo Riskwatch, destacam-se:

- (i) calcular indicadores de risco de mercado, tais como VaR (paramétrico e não-paramétrico), *duration*, *yield* etc.;
- (ii) construir relatórios de fluxos de caixa consolidados ou por produto, marcados a mercado ou nominais;
- (iii) apurar a sensibilidade da carteira às flutuações nas taxas de juros nacionais e internacionais;
- (iv) calcular o resultado teórico de carteiras após aplicação de cenários históricos e de estresse;
- (v) construir relatórios de descasamentos de prazo, taxas, indexadores e moedas.

No Banco, as posições próprias são segregadas em carteira de negociação e carteira de não negociação. Por meio de resolução emitida pelo CRG, estipula-se a política para classificação de operações na carteira de negociação. Esse documento define que no âmbito do Banco do Brasil, suas subsidiárias e controladas, as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas condições normais de mercado, e não sejam inegociáveis, são classificadas na carteira de negociação.

De forma excludente, as operações de posições próprias não classificadas na carteira de negociação são consideradas como componentes da carteira de não negociação. As posições próprias detidas pelas empresas que não fazem parte do Conglomerado não são passíveis de classificação na carteira de negociação.

Para o processo de gestão dos riscos de mercado, o Banco faz uso de estrutura de grupos e livros gerenciais, tanto para a área nacional quanto para a área internacional, com objetivos específicos e limites de exposição a riscos.

No que tange aos limites de exposição a riscos de mercado, o CRG estabelece os seguintes critérios de classificação:

Limites globais: aplicados às carteiras de negociação e de não negociação, ao conjunto de operações sujeitas à exigência de capital e ao conjunto de operações sujeitas ao risco de taxas de juros da carteira de não negociação (Parcela RBan) e aprovados pelo CRG. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR, estresse e volume financeiro.

Limites específicos: aplicados aos grupos e livros gerenciais das carteiras de negociação e de não negociação ou a ambas as carteiras, aos fatores de riscos de mercado das operações sujeitas à exigência

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

de capital e aos fatores de riscos de mercado sensíveis ao risco de taxa de juros na carteira de não negociação (fatores de risco da Parcela RBan) e aprovados pelo SRML. As principais métricas utilizadas para a gestão são VaR e estresse.

Limites operacionais: aplicados às operações que compõem os grupos e livros gerenciais, possibilitando a evidência do efetivo nível de risco das exposições assumidas e tendo como objetivo garantir o cumprimento das estratégias e dos limites globais e específicos estabelecidos. São definidos e aprovados pela Diris, apresentando como principais métricas VaR e bandas operacionais de exposição a riscos de mercado.

A Diris reporta diariamente aos gestores dos grupos e livros das carteiras de negociação e não negociação, o consumo dos limites específicos e operacionais. Mensalmente, reporta aos comitês estratégicos o consumo dos limites globais, por meio do relatório de gestão de riscos de mercado.

Em caso de extrapolação de limites, a Diris, responsável pelo controle e acompanhamento da carteira, emite documento denominado "Ficha de Extrapolação de Limites". Os gestores de grupos e livros devem apresentar suas justificativas para a extrapolação e especificar o prazo para sua regularização. Por sua vez, o nível hierárquico detentor da alçada para conduzir o caso deve emitir parecer sobre a manifestação do gestor. Cabe à equipe responsável pelo monitoramento do limite acompanhar as ações de enquadramento.

A comunicação dos riscos incorridos pelo Banco para a Alta Administração ocorre nas reuniões ordinárias mensais dos Comitês e Subcomitês Estratégicos de Riscos.

O Banco utiliza métodos estatísticos e de simulação para mensurar os riscos de mercado das suas exposições. Entre as métricas resultantes da aplicação destes métodos, destacam-se:

- (i) Análise de sensibilidade;
- (ii) Valor em Risco (VaR);
- (iii) Estresse.

(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

O Banco realiza, trimestralmente, a análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros de suas posições próprias, utilizando como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

O processo de análise de sensibilidade no Banco do Brasil é realizado considerando o seguinte escopo:

- a) operações classificadas na carteira de negociação, composta basicamente por títulos públicos, para negociação e disponíveis para venda, e instrumentos financeiros derivativos, sendo que os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco ou no seu patrimônio líquido; e
- b) operações classificadas na carteira de não negociação, na qual os efeitos, positivos ou negativos, decorrentes de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afetam diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, títulos públicos, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento – e cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Para realização da análise de sensibilidade são considerados dois cenários eventuais, nos quais a taxa básica de juros sofreria choques paralelos, um aumento ou uma redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual).

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas abaixo apresentam os resultados obtidos para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

		R\$ mil			
Fatores de risco	Exposição	31.12.2012		31.12.2011	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(14.021)	13.963	(3.138)	3.186
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	(48)	48	(183)	183
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(1.015)	1.055	(782)	805
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(1.554)	1.116	(794)	592
Total		(16.638)	16.182	(4.897)	4.766

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e não negociação

		R\$ mil			
Fatores de risco	Exposição	31.12.2012		31.12.2011	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(3.471.483)	3.542.502	(1.372.068)	1.395.100
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	2.730.206	(2.795.568)	2.090.904	(2.133.231)
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(299.989)	316.941	(453.882)	473.540
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	296.003	(289.442)	330.749	(316.032)
Total		(745.263)	774.433	595.703	(580.623)

(ii) Valor em Risco (VaR)

O VaR é uma métrica utilizada para estimar a perda máxima potencial, sob condições rotineiras de mercado, apresentada diariamente em valores monetários, considerando determinado intervalo de confiança e horizonte temporal.

Metodologia

Para mensuração do VaR, o Banco do Brasil adota a técnica de simulação histórica e os seguintes parâmetros: (i) 99% de intervalo de confiança unicaudal; (ii) 252 cenários retrospectivos de fatores de choques diários; e (iii) horizonte temporal de 10 dias úteis.

O método de simulação histórica assume como relevante a possibilidade de ocorrência futura de eventos registrados na série histórica (cenários retrospectivos). Logo, cada cenário retrospectivo corresponde a um possível "estado do mercado" sob o horizonte temporal de simulação. Uma das grandes vantagens do método de VaR por simulação histórica reside no fato de se mitigar o risco de modelagem, haja vista que a utilização da distribuição empírica de retornos torna desnecessária a assunção da hipótese de normalidade para a série temporal de retornos, comumente assumida por outros métodos, tais como o paramétrico.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. (Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de preços ao consumidor amplo), cupom de TR (taxa referencial)); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. (Exemplo: real *versus* dólar, real *versus* euro, real *versus* iene); (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações praticados no mercado. (Exemplo: PETR4 (Petrobras-PN), VALE5 (Vale-PNA)); e (iv) preços de mercadorias (*commodities*): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. (Exemplo: boi gordo, soja, milho).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Processo de *backtesting*

O objetivo do *backtesting*, executado mensalmente, é avaliar a acurácia do modelo de risco de mercado. Esta avaliação está segregada dos processos de desenvolvimento e de utilização da métrica de VaR.

A metodologia utilizada pelo Banco consiste em verificar se o número de extrapolações (quantidade de vezes em que os retornos negativos excederam as perdas estimadas pelo VaR) está compatível com aquele previsto pelo modelo (sob o ponto de vista estatístico), bem como se ocorreram de forma independente ao longo do tempo.

De forma complementar, visando oferecer um comparativo entre modelos, realiza-se a avaliação de magnitude de valores extremos e, ainda, o ordenamento dos modelos de VaR.

Resultados do VaR

A tabela abaixo apresenta o VaR mínimo, médio e máximo do Conglomerado, exceto Banco Votorantim.

VaR mínimo, médio e máximo

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro / 2012	1.072.784	1.530.693	2.080.263
Janeiro a dezembro / 2011	491.501	939.342	1.877.574

Grupo *trading*

Para efeito de gestão, o Banco do Brasil segrega as operações de *trading book* (carteira de negociação) das demais operações, estabelecendo estratégias e limites próprios. Os grupos a seguir demonstrados, *trading* internacional e *trading* doméstico, são subconjuntos da carteira de negociação.

VaR mínimo, médio e máximo do grupo *trading* internacional

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro / 2012	2.732	24.915	90.612
Janeiro a dezembro / 2011	852	4.688	14.431

VaR mínimo, médio e máximo do grupo *trading* doméstico

Período	R\$ mil		
	Mínimo	Médio	Máximo
Janeiro a dezembro / 2012	3	2.268	14.637
Janeiro a dezembro / 2011	107	4.942	15.495

(iii) Estresse

O Banco utiliza métricas de estresse resultantes de simulações de suas exposições sujeitas a riscos de mercado sob condições extremas, tais como crises financeiras e choques econômicos. Esses testes objetivam dimensionar os impactos de eventos plausíveis, mas com baixa probabilidade de ocorrência nos requerimentos de capital regulatório e econômico.

O programa de testes de estresse do Banco do Brasil tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos da Instituição;
- (ii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iii) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência da Instituição;
- (iv) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (v) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Para exigência de capital, o programa de testes de estresse de risco de mercado faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) Testes retrospectivos;
- (ii) Testes prospectivos;
- (iii) Testes de análise de sensibilidade.

Teste retrospectivo

O método do teste retrospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições, mediante a aplicação de choques compatíveis com cenários específicos capazes de reproduzir períodos históricos de estresse do mercado ou de maiores perdas da instituição, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: mínimo (pior perda) e máximo (maior ganho) da série histórica de retornos diários da carteira de negociação;
- (ii) extensão da série histórica: de 04/01/2000 até a data-base;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

O controle, o monitoramento e o acompanhamento diário dos limites de estresse para a carteira de negociação do Banco do Brasil e para os seus grupos e livros, são realizados com base nas métricas do teste retrospectivo de estresse.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da Instituição. Seguem os resultados dos testes retrospectivos de estresse da carteira de negociação de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	5.433.249	(1.357.428)
Moedas estrangeiras	(38.637)	(1.003.006)
Commodities	(4.754)	(53.477)
Ações	3.802	(854)
Total	5.393.660	

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	R\$ mil	
	31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	5.433.249	1.476.064
Moedas estrangeiras	(38.637)	1.464.690
Commodities	(4.754)	4.719
Ações	3.802	1.052
Total	5.393.660	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2011	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	4.374.947	(758.403)
Moedas estrangeiras	1.734.800	(1.999.923)
<i>Commodities</i>	(6.206)	(71.299)
Ações	4.262	(2.472)
Total	6.107.803	

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2011	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	4.374.947	888.016
Moedas estrangeiras	1.734.800	4.057.826
<i>Commodities</i>	(6.206)	11.660
Ações	4.262	2.839
Total	6.107.803	

Teste prospectivo

O método do teste prospectivo de estresse estima o percentual da variação do valor de mercado das exposições sujeitas aos fatores de riscos subjacentes à exigência de capital para cobertura de riscos de mercado, mediante a aplicação de choques nos fatores de riscos de mercado, estimados a partir de cenários de estresse gerados pela Diretoria de Estratégia e Organização (Direo) e pela Diretoria de Finanças (Difin), considerando os seguintes parâmetros:

- (i) métricas: maiores perdas e maiores ganhos estimados para os retornos da carteira de negociação no período;
- (ii) extensão da série: prospecção para 21 dias úteis;
- (iii) período de manutenção: um mês (21 dias úteis); e
- (iv) periodicidade do teste: semanal.

Os testes prospectivos de estresse objetivam simular adversidades baseadas em características da carteira da Instituição e do ambiente macroeconômico, sob condições severas e plausíveis. Seguem os resultados dos testes prospectivos de estresse da carteira de negociação, de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco do Brasil.

Na estimativa de perdas do teste prospectivo de estresse, em 31/12/2012, para a carteira de negociação do Banco, com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, foram utilizadas como premissas: taxa média de juros anuais de 15,33%; taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$ 1,93; variação negativa de 4,70% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) para os preços das *commodities*; e variação negativa de 8,58% do Índice BOVESPA.

Estimativas de perdas do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	5.433.249	(566.717)
Moedas estrangeiras	(38.637)	3.836
<i>Commodities</i>	(4.754)	31.020
Ações	3.802	(373)
Total	5.393.660	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Na estimativa de ganhos do teste prospectivo de estresse, em 31/12/2012, para a carteira de negociação do Banco, com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros, moedas estrangeiras, *commodities* e ações, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, foram utilizadas como premissas: taxa média de juros anuais de 6,32%; taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$3,15; variação positiva de 5,54% do Índice *Commodity Research Bureau* (CRB) para os preços das *commodities*; e variação positiva de 5,58% do Índice BOVESPA.

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2012		R\$ mil
	Exposição	Estresse	
Taxas de juros	5.433.249	57.123	
Moedas estrangeiras	(38.637)	38.637	
<i>Commodities</i>	(4.754)	(7.121)	
Ações	3.802	242	
Total	5.393.660		

Na estimativa de perdas do teste prospectivo de estresse para a carteira de negociação do Banco em 31/12/2011, foram utilizadas as seguintes premissas:

- (i) Para os fatores de riscos das parcelas Pjur e Pcam: com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros e moedas estrangeiras, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, taxa média de juros anuais de 18,49%, para os fatores de riscos da parcela Pjur, e taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$1,80;
- (ii) Para os fatores de risco da parcela Pacs (ações), foi considerada a premissa de variação negativa de 37,17% correspondente ao pior retorno diário da série histórica observada do Índice BOVESPA extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2011, de acordo com metodologia vigente); e
- (iii) Para os fatores de risco da parcela Pcom (boi gordo, café, milho e soja), foi adotada a premissa de variação negativa de 4,86% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2011, de acordo com metodologia vigente).

Estimativas de perdas do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2011		R\$ mil
	Exposição	Estresse	
Taxas de juros	4.374.947	(54.939)	
Moedas estrangeiras	1.734.800	(63.023)	
<i>Commodities</i>	(6.206)	39.717	
Ações	4.262	(2.045)	
Total	6.107.803		

Na estimativa de ganhos do teste prospectivo de estresse para a carteira de negociação do Banco em 31/12/2011, foram utilizadas as seguintes premissas:

- (i) Para os fatores de riscos das parcelas Pjur e Pcam: com base na percepção da alta administração acerca do comportamento das taxas de juros e moedas estrangeiras, para um horizonte temporal de 21 dias úteis, taxa média de juros anuais de 10,93%, para os fatores de riscos da parcela Pjur, e taxa de câmbio (reais/dólar) de R\$3,20;
- (ii) Para os fatores de risco da parcela Pacs (ações), foi considerada a premissa de variação negativa de 32,96% correspondente ao maior retorno diário da série histórica observada do Índice BOVESPA extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2011, de acordo com metodologia vigente); e
- (iii) Para os fatores de risco da parcela Pcom (boi gordo, café, milho e soja), foi adotada a premissa de variação positiva de 2,63% do índice *Commodity Research Bureau* (CRB) extrapolado para 21 dias úteis (extensão da série histórica de 04/01/2000 até 31/12/2011, de acordo com metodologia vigente).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2011		R\$ mil
	Exposição		Estresse
Taxas de juros	4.374.947		30.193
Moedas estrangeiras	1.734.800		1.100.994
Commodities	(6.206)		(14.138)
Ações	4.262		(2.172)
Total	6.107.803		

Exposição cambial

O Banco do Brasil adota política de gerenciar a exposição cambial de forma a minimizar seus efeitos sobre o resultado do Banco.

A exposição cambial líquida, para 31.12.2012, é passiva no valor de US\$ 1.295,9 milhões e, para o período de 31.12.2011, é passiva no valor de US\$ 427,1 milhões. Esse posicionamento é o resultado da estratégia de *hedge* fiscal adotada pelo Banco e autorizada pelo Banco Central do Brasil, onde a posição vendida em moeda estrangeira tem o objetivo de proporcionar *hedge* para a participação em investimentos no exterior e a redução da volatilidade no resultado do Banco.

Balanço em moedas estrangeiras

Moeda	Contas patrimoniais				R\$ mil
	31.12.2012		31.12.2011		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Dólar dos EUA	104.285.492	119.889.056	78.367.613	86.382.544	
Euro	13.500.711	11.413.102	11.056.301	10.573.633	
Libra Esterlina	493.979	631.813	104.679	166.220	
Iene	1.518.869	2.066.656	1.406.371	2.134.978	
Franco Suíço	102.862	11.703	58.934	20.751	
Dólar Canadense	2.892	2.093	-	-	
Ouro	19.883	-	18.240	-	
Demais moedas	10.066.621	10.938.831	7.322.561	7.638.726	
Total	129.991.309	144.953.254	98.334.699	106.916.852	
Posição líquida – contas patrimoniais		(14.961.945)		(8.582.153)	

Moeda	Derivativos				R\$ mil
	31.12.2012		31.12.2011		
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Dólar dos EUA	29.294.284	16.373.930	20.231.767	11.754.974	
Euro	3.576.665	5.230.549	3.533.934	3.956.249	
Libra Esterlina	333.548	363.735	45.908	63.699	
Iene	1.022.137	557.440	688.282	269.015	
Franco Suíço	-	90.803	-	36.591	
Dólar Canadense	-	205	-	-	
Demais moedas	770.988	67.301	171.264	809.344	
Total	34.997.622	22.683.963	24.671.155	16.890.172	
Posição líquida – derivativos	12.313.659		7.780.983		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Moeda	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
	Posição líquida	Posição líquida
Dólar dos EUA	(2.683.210)	461.863
Euro	433.725	60.354
Libra Esterlina	(168.021)	(79.631)
Iene	(83.090)	(309.340)
Franco Suíço	356	1.593
Dólar Canadense	594	-
Ouro	19.883	18.240
Demais moedas	(168.523)	(954.245)
Posição líquida total	(2.648.286)	(801.170)

Resumo	R\$ mil			
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2011	31.12.2011
Totais – contas patrimoniais e derivativos	164.988.931	167.637.217	123.005.854	123.807.024
Posição líquida total	(2.648.286)	(801.170)		
Posição líquida total – em US\$	(1.295.956)	(427.108)		

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade de a Instituição não ter a capacidade de honrar seus compromissos financeiros no vencimento, sem incorrer em perdas inaceitáveis. Para fins de gestão de riscos, a liquidez é avaliada em valores monetários segundo composição de ativos e passivos estabelecida pelo gestor da liquidez.

Este risco assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa. O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os pagamentos e recebimentos.

Gestão do risco de liquidez

O Banco mantém níveis de liquidez adequados aos compromissos da Instituição assumidos no Brasil e no exterior, resultado da sua ampla e diversificada base de depositantes, da qualidade dos seus ativos, da capilaridade da sua rede de dependências externas e do acesso ao mercado internacional de capitais. O rigoroso controle do risco de liquidez está em consonância com a política de risco de mercado e de liquidez estabelecida para o Conglomerado, atendendo às exigências da supervisão bancária nacional e dos demais países onde o Banco atua.

A gestão do risco de liquidez no Banco é realizada de forma consolidada para cada uma das visões da liquidez, moeda nacional e moeda estrangeira. Para tanto, utiliza os seguintes instrumentos: (i) projeções de liquidez de curto, médio e longo prazos; (ii) teste de estresse; (iii) limites de risco de liquidez; (iv) plano de contingência de liquidez; e (v) teste de potencial das medidas de contingência de liquidez.

Os instrumentos de gestão do risco de liquidez são periodicamente monitorados e reportados aos comitês estratégicos da Instituição.

As projeções de liquidez de curto, médio e longo prazos permitem a avaliação prospectiva do fluxo de caixa com o objetivo de identificar situações que possam comprometer a Instituição.

Periodicamente, são realizados testes de estresse, quando a projeção de liquidez de curto prazo é avaliada sob cenários alternativos e de estresse, para verificar a capacidade de recuperação da liquidez da Instituição em condições adversas e propor medidas corretivas, caso necessário.

O Banco do Brasil adota as seguintes métricas como limites de risco de liquidez: (i) reserva de liquidez (RL); e (ii) indicador disponibilidade de recursos livres (DRL).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

A RL é a métrica utilizada na gestão do risco de liquidez de curto prazo, constituindo-se no nível mínimo de ativos de alta liquidez a ser mantido pelo Banco, compatível com a exposição ao risco decorrente das características das suas operações patrimoniais e fora do balanço e das condições de mercado. Esta metodologia é utilizada diariamente como parâmetro para identificação de estados de contingência e consequente acionamento do plano de contingência de liquidez.

O DRL é utilizado no planejamento e na execução do orçamento anual. Visa assegurar equilíbrio entre captação e aplicação de recursos da carteira comercial e garantir o financiamento da liquidez em moeda nacional com recursos estáveis. O limite mínimo do DRL é definido anualmente pelo CRG e seu monitoramento ocorre com periodicidade mensal.

O plano de contingência de liquidez é um conjunto de procedimentos que visa identificar, administrar e reportar estados de contingência de liquidez, possibilitando o acionamento de medidas de contingência de liquidez no intuito de resguardar a capacidade de pagamento da Instituição.

Como mecanismo adicional de controle, a capacidade de geração de liquidez das medidas de contingência, previstas no plano de contingência de liquidez, é testada mensalmente por meio do teste de potencial de medidas de contingência, à luz dos efeitos de diferentes cenários sobre a liquidez da Instituição e sua capacidade de geração de recursos líquidos.

Análise do risco de liquidez

Os limites de risco de liquidez são utilizados para monitorar o nível de exposição ao risco de liquidez da Instituição. Enquanto o limite da reserva de liquidez assegura o controle do risco decorrente do fluxo de caixa diários, o DRL monitora a visão de médio e longo prazo da condição financeira da empresa, garantindo a geração de recursos estáveis para o financiamento da liquidez operacional.

O controle desses limites, que atuam de forma complementar na gestão do risco de liquidez de curto, médio e longo prazo da Instituição, permitiu situação favorável da liquidez no período, sem necessidade de acionamento de plano de contingência de liquidez ou implementação de ações emergenciais no planejamento orçamentário que visem a adequação da liquidez estrutural.

Gerenciamento das captações

A composição das captações em uma ampla e diversificada base de clientes constitui um elemento importante da gestão do risco de liquidez do Banco do Brasil. A principal captação é representada pelos depósitos comerciais, formados pelos depósitos à vista, depósitos de poupança e os depósitos a prazo voluntários, que se caracterizam em produtos sem maturidade definida tendo os seus vencimentos para fins de gestão de riscos de mercado e de liquidez definidos segundo modelos internos.

Outros passivos comerciais são os depósitos judiciais, que também se caracterizam por elevada estabilidade e maturidade indefinida, as captações no mercado externo destinadas ao financiamento de exportações e importações, e outras captações comerciais representadas por outros recursos à vista, como cobrança, ordem de pagamento, pagamento e recebimento por conta de terceiros etc.

As captações realizadas no âmbito da tesouraria do Banco e as captações em operações compromissadas lastreadas em títulos são realizadas para a gestão de curto prazo da liquidez operacional e em implementações de estratégias de mercado de capitais em captações de médio e longo prazo.

Tendo em vista apresentar o perfil de maturidade das captações de acordo com os critérios da IFRS 7, os depósitos sem maturidade definida (SMD), depósitos à vista, depósitos de poupança, depósitos a prazo com liquidez diária e os depósitos judiciais terão seus vencimentos alocados no primeiro vértice das tabelas a seguir.

O perfil da composição da captação no quarto semestre de 2012, em relação ao mesmo período de 2011, indica aumento da participação dos depósitos comerciais e dos depósitos judiciais que, a despeito de estarem alocados no intervalo de até um mês, apresentam alta grau de estabilidade.

A elevação observada de R\$ 34 bilhões no volume total da captação entre dezembro 2012 e dezembro 2011 deve-se, principalmente, ao aumento dos depósitos a prazo voluntários e dos depósitos em poupança

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Composição das captações

Passivo	31.12.2012					R\$ mil	
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part%
Depósitos comerciais sem maturidade definida	297.966.880	-	-	-	-	297.966.880	35,2%
Depósitos comerciais com maturidade definida	2.080.822	1.391.013	408.632	4.292.329	-	8.172.796	1,0%
Captação de tesouraria	5.786.428	9.595.823	32.737.754	27.711.166	15.858.354	91.689.524	10,8%
Operações compromissadas	167.835.109	21.789.115	1.487.949	3.747.464	-	194.859.638	23,0%
Fundos e repasses	2.841.814	9.630.755	10.231.395	50.082.539	21.877.150	94.663.653	11,2%
Depósitos judiciais	86.252.349	-	-	-	-	86.252.349	10,2%
Captação no mercado externo	3.804.756	11.369.466	2.123.046	11.890.722	26.917.903	56.105.894	6,6%
Outras captações comerciais	16.092.028	2.680	832	1.235	-	16.096.774	1,9%
Total	582.660.185	53.778.852	46.989.608	97.725.456	64.653.407	845.807.508	100,0%

Passivo	31.12.2011					R\$ mil	
	Até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Part%
Depósitos comerciais sem maturidade definida	276.695.753	-	-	-	-	276.695.753	39,3%
Depósitos comerciais com maturidade definida	1.972.006	1.999.461	972.948	2.389.402	187.905	7.521.722	1,1%
Captação de tesouraria	10.539.100	4.040.512	8.560.593	20.547.153	6.600.742	50.288.100	7,1%
Operações compromissadas	137.447.684	11.627.398	1.189.941	2.129.039	13.511	152.407.573	21,6%
Fundos e repasses	6.966.297	8.456.791	9.424.584	35.413.092	25.936.339	86.197.103	12,2%
Depósitos judiciais	77.441.739	-	-	-	-	77.441.739	11%
Captação no mercado externo	1.788.250	3.873.607	4.498.292	5.087.446	29.529.815	44.777.410	6,4%
Outras captações comerciais	9.260.065	1.819	-	-	-	9.261.884	1,3%
Total	522.110.894	29.999.588	24.646.358	65.656.132	62.268.312	704.591.282	100%

Contratos de garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são compromissos condicionais de crédito emitidos pelo Banco para garantir o desempenho de clientes pessoas físicas, pessoas jurídicas e outras instituições financeiras perante terceiros.

A natureza contingente desses passivos é considerada para fins de gestão do risco de liquidez do Banco na composição dos cenários utilizados no teste de estresse de liquidez realizado mensalmente.

Segue resumo do valor contábil dos contratos de garantias financeiras realizados pelo Banco, destacando-se que o prazo médio ponderado de vencimento do estoque em dezembro 2012 atingiu 64 dias e 51 dias em dezembro 2011:

Contratos de garantias financeiras

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Instituições financeiras	983.998	315.185
Pessoas físicas e pessoas jurídicas	11.219.430	8.817.218
Coobrigações em cessões de crédito	10.022	18.377
Demais coobrigações	2.002.505	1.988.553
Total	14.215.955	11.139.333

Instrumentos financeiros derivativos

O Banco do Brasil utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes. A estratégia de *hedge* está em consonância com a

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

política de risco de mercado e de liquidez e com a política de utilização de instrumentos financeiros derivativos aprovadas pelo Conselho de Administração.

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos instrumentos financeiros derivativos e utiliza metodologias estatísticas e de simulação para mensurar os riscos de suas posições, por meio de modelos de Valor em Risco, de análise de sensibilidade e de teste de estresse.

As operações com derivativos financeiros, com destaque para aqueles sujeitos a chamadas de margem e ajustes diários, são consideradas na mensuração dos limites de riscos de liquidez adotados no Banco e na composição dos cenários utilizados nos testes de estresse de liquidez realizados mensalmente.

O perfil de maturidade contratual do passivo com derivativos financeiros está apresentado na Nota 39.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

A definição de risco de crédito compreende, entre outros:

- Risco de Contraparte: entendido como a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos;
- Risco País: entendido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras, nos termos pactuados por tomador ou contraparte localizada fora do País, em decorrência de ações realizadas pelo governo do país onde está localizado o tomador ou contraparte, e o risco de transferência, entendido como a possibilidade de ocorrência de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- Risco de *Commitment*: A possibilidade de ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante;
- Risco do Interveniente: A possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito;
- Risco de Concentração: A possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a um tomador ou contraparte, a um fator de risco ou a grupos tomadores ou contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

O gerenciamento do risco de crédito do Banco é realizado com base nas melhores práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária. Objetiva identificar, avaliar, controlar, mitigar e monitorar o risco das exposições, contribuir para a manutenção da solidez e da solvência e garantir o atendimento dos interesses dos acionistas.

Política de crédito

A política de crédito aprovada pelo Conselho de Administração aplica-se a todos os negócios que envolvam risco de crédito e está estruturada em quatro blocos: aspectos gerais, assunção de risco de crédito, cobrança e recuperação de crédito e gerenciamento do risco de crédito. Cada bloco contém um conjunto abrangente de enunciados, os quais englobam todas as etapas do gerenciamento do risco de crédito no Banco do Brasil.

Relacionamos alguns tópicos abordados na política de crédito do Banco do Brasil: (i) conceito de risco de crédito; (ii) segregação de funções; (iii) decisões colegiadas; (iv) apetite ao risco; (v) limites de risco; (vi) classificação de clientes; (vii) condições para assunção de risco; (viii) orientações para cobrança e recuperação de crédito; (ix) perda esperada, capital econômico e regulatório; (x) níveis de provisão e de capital; (xi) testes de estresse e análise de sensibilidade; e (xii) planejamento de capital.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Política de mitigação

Na realização de qualquer negócio sujeito ao risco de crédito, o Banco adota postura conservadora e utiliza mecanismos que proporcionam a cobertura total ou parcial do risco incorrido. No gerenciamento do risco de crédito em nível agregado, para manter as exposições dentro dos níveis de risco estabelecidos pela alta administração, o Banco busca transferir ou compartilhar o risco de crédito.

A utilização de instrumentos mitigadores está declarada na política de crédito, presente nas decisões estratégicas e formalizada nas normas de crédito, atingindo todos os níveis da Organização e abrangendo todas as etapas do processo creditório.

Para a vinculação em garantia, os bens são submetidos à avaliação técnica ou avaliação por meio de opinião de valor, cujo prazo de validade é de até doze meses. No caso de garantia pessoal, é analisada a situação econômico-financeira dos avalistas ou fiadores, além das suas responsabilidades diretas e indiretas no Banco, sendo ponderadas as dívidas com terceiros, em especial as dívidas fiscais, previdenciárias e trabalhistas.

As normas de crédito orientam as unidades operacionais de forma clara e abrangente. Entre outros aspectos, as normas abordam a classificação, exigência, escolha, avaliação, formalização, controle e reforço de garantias, assegurando a adequação e suficiência do mitigador durante todo o ciclo da operação.

Sistemas de mensuração

O risco de crédito é mensurado por indicadores tais como atraso, qualidade da carteira, provisão para devedores duvidosos, concentração, perda esperada e exigência de capital regulatório e econômico, entre outros.

Esses indicadores de risco podem ser apurados para a carteira total e/ou para determinados segmentos da carteira, sendo reportados por meio dos instrumentos de gestão.

Na classificação de risco utilizada pelo Banco para as operações de crédito, são utilizadas informações fornecidas pelas diversas bases corporativas e considerados, para a apuração do risco final dessas operações, parâmetros relacionados à operação analisada (natureza da operação, garantias, inadimplência, prazo etc.) e ao mutuário (risco do cliente, limite de crédito, nível de endividamento, atrasos observados nos pagamentos das operações, etc.), bem como operações com riscos mais elevados presentes no portfólio do cliente ou do grupo empresarial ao qual pertença.

Os critérios de classificação do risco das operações no Banco do Brasil dividem-se, de acordo com as características das operações, conforme abaixo:

- (i) operações específicas: são assim consideradas as operações que possuam alguma característica que minimize o risco de crédito, tais como garantias ou produtos específicos;
- (ii) operações de clientes em situação de concordata, falência, recuperação judicial/extrajudicial ou similares constantes no Código Civil Brasileiro: esse tipo de situação é ponderada na classificação do risco das operações;
- (iii) operações de renegociação de dívidas: classificadas com base no risco final da operação renegociada; e
- (iv) demais operações: aquelas não enquadradas nas situações anteriores, subdividindo-se em dois subgrupos:
 - (a) clientes com endividamento igual ou inferior a R\$ 50 mil: classificação massificada em função do produto de crédito no qual a operação é contratada; e
 - (b) clientes com endividamento superior a R\$ 50 mil: ponderam-se aspectos relacionados ao devedor (limite de crédito e endividamento total) e aspectos da própria operação (natureza, finalidade, prazo e garantias) por meio de formulação matemática específica.

O quadro a seguir demonstra a classificação de risco utilizada pelo Banco ao se aplicar os critérios de apuração de risco, baseada em dados da operação (natureza, finalidade, garantias, prazos, risco do projeto) e do cliente (risco, limite de crédito e endividamento total) capturados diretamente dos sistemas operacionais.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Classificação de risco de crédito

Classificação	Nível de Risco	Descrição
AA A B C	Baixo Risco	Operações classificadas em menores <i>ratings</i> , consideradas como de baixa probabilidade de <i>default</i> .
D E	Médio Risco	Operações classificadas em <i>ratings</i> médios. Normalmente são operações de clientes recentes ou com histórico de restrições, podendo também ser operações renegociadas ou classificadas por atraso ou arrasto ⁽¹⁾ .
F G H	Alto Risco	Operações de <i>ratings</i> mais elevados, com alta probabilidade de <i>default</i> , podendo ser operações em atraso, sujeitas a arrasto ⁽¹⁾ ou renegociadas.

(1) Mecanismo de mudança automática do risco de uma operação causada pela existência, no portfólio do cliente ou grupo ao qual pertença, de operações com risco mais elevado.

A classificação constante na tabela, que varia de risco AA ao risco H, é uma analogia ao definido pela norma do Banco Central do Brasil, onde é estabelecido que a classificação de risco de operações de crédito deve ser realizada em ordem decrescente de risco, a partir de critérios consistentes e verificáveis, contemplando os aspectos relacionados ao devedor e seus garantidores. Pela tabela, quanto maior a classificação, maior é o risco da operação para a instituição financeira.

A quantidade e a natureza das operações, a diversidade e complexidades dos produtos e serviços e o volume exposto ao risco de crédito exigem que sua mensuração seja realizada de forma sistematizada. O Banco possui infraestrutura de bases de dados e de sistemas corporativos suficiente para efetua-la de forma abrangente.

Exposição máxima ao risco de crédito

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Caixa e depósitos bancários	12.690.806	10.492.143
Depósitos compulsórios em bancos centrais	80.097.865	93.689.987
Empréstimos a instituições financeiras	44.241.484	41.846.491
Aplicações em operações compromissadas	189.515.889	139.032.201
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	74.955.946	68.294.472
Ativos financeiros disponíveis para venda	96.704.660	84.328.189
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	12.713.398	14.997.329
Empréstimos a clientes	514.246.614	411.331.183
Total dos itens registrados no balanço patrimonial	1.025.166.662	864.011.995
Itens não registrados no balanço patrimonial	156.887.240	126.122.078
Total da exposição a risco de crédito	1.182.053.902	990.134.073

Os ativos representativos de caixa e depósitos bancários e depósitos compulsórios em bancos centrais não apresentam risco de crédito relevante. As demais exposições são detalhadas a seguir.

Empréstimos a instituições financeiras

Os empréstimos a instituições financeiras referem-se às aplicações em depósitos interfinanceiros e às carteiras de crédito adquiridas com coobrigação da instituição cedente e são apresentados na Nota 16.

Esses créditos seguem a análise de risco da Instituição, sendo classificados por rating interno. Apresentam baixo risco de crédito e não apresentam créditos vencidos ou sujeitos a perda por redução do valor recuperável.

Operações compromissadas

As operações compromissadas são realizadas principalmente com o Banco Central do Brasil e com outras instituições financeiras. Os títulos e valores mobiliários utilizados como lastro dessas operações são, em

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

regra, títulos públicos federais. Essas operações não apresentam créditos vencidos ou sujeitos a perdas por redução do valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento

Os ativos financeiros registrados ao valor justo, por meio do resultado, são representados por títulos e valores mobiliários mantidos para negociação e por instrumentos financeiros derivativos, cujas variações em seus valores, negativas ou positivas, impactam o resultado.

Os ativos disponíveis para venda são compostos por títulos públicos, predominantemente emitidos pelo Governo Federal, e também por títulos privados. Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são avaliados pelo valor justo e as variações impactam diretamente o Patrimônio Líquido.

Na composição do valor dos instrumentos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e dos disponíveis para venda já é considerado o risco de crédito da contraparte.

Os ativos mantidos até o vencimento são compostos, em sua maioria, por títulos públicos federais e não apresentam risco de crédito relevante.

Itens não registrados no balanço patrimonial

As operações não registradas no balanço patrimonial seguem os mesmos critérios de classificação de risco para operações de crédito típicas, impactam o limite de crédito dos clientes e referem-se aos limites de crédito, crédito a liberar e às garantias prestadas.

Os limites de crédito são limites disponibilizados aos clientes, tais como cartão de crédito e cheque especial. Créditos a liberar são os desembolsos futuros relativos às operações de crédito contratadas, independentemente de serem ou não condicionados ao cumprimento pelo devedor de condições pré-especificadas.

As garantias prestadas são operações de aval ou fiança bancária, ou outra forma de garantia fidejussória, normalmente contratadas com clientes classificados como de baixo risco, cujo desembolso só é efetivado na ocorrência de eventual inadimplência do cliente junto ao seu credor, convertendo-se a exposição em operação de crédito.

Os itens não registrados no balanço patrimonial estão apresentados na Nota 40.

Empréstimos a Clientes

Os empréstimos a clientes estão classificados em:

- (i) não vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável;
- (ii) vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável; e
- (iii) sujeitos a perdas por redução do valor recuperável.

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Não vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	473.846.949	379.129.703
Vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	15.534.789	10.663.824
Sujeitos a perdas por redução do valor recuperável	24.864.876	21.537.656
Total de empréstimos a clientes	514.246.614	411.331.183
Perdas por redução do valor recuperável	(16.175.830)	(12.298.689)
Total líquido	498.070.784	399.032.494

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Os detalhes das exposições ao risco de crédito com empréstimos a clientes são dispostos a seguir:

Empréstimos a Clientes - não vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável

Nível de Risco	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Baixo Risco	467.375.734	372.741.340
Médio Risco	6.265.869	6.137.079
Alto Risco	205.346	251.284
Total	473.846.949	379.129.703

São considerados “Empréstimos a Clientes – não vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável” as operações de crédito em situação de normalidade e sem indícios de perda.

Os empréstimos classificados como de alto risco não estão sujeitos a perda por redução do valor recuperável em função de que, pelos critérios adotados, não foram evidenciados problemas de recuperabilidade dessas operações. Em 31.12.2012, apenas 0,04% das exposições dessa categoria estão concentradas em operações consideradas de alto risco.

Exposições classificadas como de médio e alto riscos são justificadas, principalmente, por empréstimos a clientes que, apesar de terem operações de crédito ativas, possuem baixo perfil de tomada de crédito, perfil de tomada de crédito antigo ou limites de crédito inativos e, conseqüentemente, sem contratação de novas operações, porém com manutenção e pagamentos de parcelas das operações existentes.

De modo prudencial, o Banco do Brasil atribui níveis de risco mais conservadores às operações desses clientes em função da escassez de informações para sua análise.

Empréstimos a Clientes - vencidos e não sujeitos a perdas por redução do valor recuperável

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
1 a 60 dias	14.510.606	9.752.204
61 a 90 dias	545.618	582.580
Acima de 90 dias	478.565	329.040
Total	15.534.789	10.663.824

Os “Empréstimos a Clientes - vencidos e não sujeitos a perda por redução do valor recuperável” são operações vencidas sem indício de perda, ou vencidas com indício de perda que, conforme metodologia, não foi apurada perda por redução do valor recuperável.

As operações com prazo de vencido superior a 90 dias foram consideradas sem perda por redução do valor recuperável por ter sido concedido prazo para a regularização dos vencimentos, seja por pagamentos das parcelas em atraso ou por repactuação dos prazos, conforme critérios estabelecidos pelos gestores de produtos. Após o prazo concedido, atendidos os critérios, as operações passam para a situação de normalidade e as operações não regularizadas serão obrigatoriamente reclassificadas, podendo ser apurada perda por redução do valor recuperável.

Empréstimos a Clientes - sujeitos a perda por redução do valor recuperável

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Avaliação coletiva	23.333.551	20.530.664
Avaliação individual	1.531.325	1.006.992
Total	24.864.876	21.537.656

Na determinação dos “Empréstimos a clientes - sujeitos a perda por redução do valor recuperável” são consideradas as operações com indício de perda e para as quais, segundo metodologia adotada, foi apurada perda por redução do valor recuperável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Para empréstimos a clientes de valor significativo e com problemas de recuperabilidade, o Banco efetua análise individualizada para mensuração de perdas incorridas. Para os demais empréstimos a clientes o Banco efetua análise massificada.

São considerados empréstimos com problemas de recuperabilidade as operações de clientes com dificuldade financeira, que são objeto de uma quebra de contrato como, por exemplo, inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal, bem como as operações em que for provável que o mutuário entrará em falência ou passará por alguma reorganização financeira.

O problema de recuperabilidade é tratado como sendo inerente ao cliente e não exclusivamente em relação às operações. Assim, identificada alguma operação em tal situação, todas as demais operações do cliente são classificadas da mesma forma.

Para determinação da relevância da exposição e consequente mensuração individualizada de perdas, o Banco classifica o cliente e não apenas suas operações como relevantes e não-relevantes, com base em seu endividamento total. São considerados como relevantes os clientes com endividamento a partir do qual suas novas operações necessitam de despacho em alçada superior, pertencente ao nível decisório estratégico.

Segregados os clientes detentores de endividamento com problemas de recuperabilidade e de valor considerado relevante, seus empréstimos serão avaliados individualmente pela área responsável pela cobrança e recuperação de créditos do Banco do Brasil.

Na avaliação individual, são ponderados aspectos inerentes ao cliente e específicos das operações, tais como:

- (i) situação das operações do cliente;
- (ii) compartilhamento de risco (risco Banco do Brasil *versus* risco de terceiros);
- (iii) situação econômico-financeira do cliente;
- (iv) restrições de crédito inerentes ao cliente, tanto internas quanto externas (política de crédito do Conglomerado, histórico de atuação em crédito e registros em *bureaus* de crédito);
- (v) garantias das operações.

Ativos recebidos em garantia

As garantias vinculadas aos empréstimos a clientes são apresentadas abaixo:

- (i) imóveis rurais - imóveis localizados em área rural (terrenos);
- (ii) imóveis urbanos - imóveis localizados em área urbana (casas, apartamentos, armazéns, galpões, edifícios comerciais ou industriais, lotes urbanos, lojas etc);
- (iii) lavouras - colheita pendente dos produtos financiados (colheita de abacate, colheita de arroz, colheita de feijão etc);
- (iv) móveis - bens que possam ser facilmente movidos ou removidos, por não estarem fixos ou presos ao solo, sem qualquer dano à sua integridade material ou ao imóvel onde estão instalados (máquinas, equipamentos, veículos etc);
- (v) operações do Banco do Brasil - aplicações financeiras existentes no Banco (poupança, Certificado de Depósito Bancário - CDB, fundos de renda fixa etc);
- (vi) pessoais - garantias fidejussórias (aval ou fiança, inclusive de fundos de aval a exemplo do Fundo de Garantia de Operações - FGO, Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas - Fampe, Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda - Funproger etc);
- (vii) produtos agropecuário-extrativos - produto agropecuário-extrativo, tais como: abacaxi, açaí, arroz, café, cacau, uva etc;
- (viii) produtos industrializados: matéria-prima, mercadorias ou os produtos industrializados (bobinas de aço, calçados, chapa de aço inox etc);
- (ix) recebíveis - recebíveis representados por cartão de crédito, cobrança ou cheque custodiado;
- (x) semoventes - animais de rebanho (bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos etc);
- (xi) títulos e direitos - títulos de crédito ou direitos em garantia (ações, Cédulas de Crédito Comercial – CCC, Cédulas de Crédito Industrial – CCI, Cédulas de Crédito à Exportação – CCE, Cédulas do Produtor Rural – CPR, cédulas rurais, cheques, duplicatas etc); e
- (xii) seguros de crédito: Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, Seguradora de Crédito do Brasil – Secreb etc.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Nos empréstimos a clientes, é dada preferência às garantias que ofereçam autoliquidez à operação.

O valor máximo considerado para efeito de comprometimento da garantia é obtido pela aplicação de determinado percentual sobre o valor do referido bem ou direito, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Percentual de cobertura dos ativos recebidos em garantia

Tabela 6 – Ativos recebidos em garantia

Ativo	% de cobertura
Direitos creditórios	
Recibo de depósito bancário	100%
Certificado de depósito bancário ⁽¹⁾	100%
Poupança	100%
Fundo de investimento de renda fixa	100%
<i>Pledge Agreement – cash collateral</i> ⁽²⁾	100%
Carta de crédito <i>standby</i>	100%
Outros direitos creditórios	80%
Fundos de aval	
Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda	100%
Fundo de Aval às Micro e Pequenas Empresas	100%
Fundo de Garantia de Operações	100%
Fundo Garantidor para Investimento	100%
Outros	100%
Fiança ou aval ⁽³⁾	100%
Seguro de crédito	100%
<i>Pledge Agreement – securities</i> ⁽⁴⁾	77%
Fundos offshore - BB Fund ⁽⁵⁾	77%
Semoventes bovinos ⁽⁶⁾	70%
<i>Pledge Agreement - cash collateral</i> ⁽⁷⁾	70%
Demais garantias ⁽⁸⁾	50%

(1) Exceto os que possuam contrato de *swap*.

(2) Mesma moeda da operação.

(3) Prestado por estabelecimento bancário que possua limite de crédito no Banco, com margem suficiente para amparar a coobrigação.

(4) Contrato de caução/cessão de recursos de clientes em títulos e papéis.

(5) Exclusivo ou varejo.

(6) Exceto em operações de Cédula do Produtor Rural (CPR).

(7) Celebrado em moeda diversa à das operações a serem amparadas e que não disponha de mecanismo de hedge cambial.

(8) Em função de determinadas características, imóveis, veículos, máquinas e equipamentos podem ser recebidos com percentuais de garantia mais elevados.

As garantias de direitos creditórios representadas por aplicações financeiras devem estar internalizadas no Banco e são bloqueadas pela Instituição, permanecendo assim até a liquidação da operação. O Banco poderá, a seu critério, por ocasião do vencimento da aplicação financeira, lançar mão da garantia para quitação dos saldos referentes às parcelas vencidas, independentemente de aviso ou notificação ao cedente/financiado.

Além de cláusulas de cessão de crédito ou cessão dos direitos creditórios, para vinculação dos mitigadores, o instrumento de crédito contém cláusula de reforço da garantia, para assegurar o percentual de cobertura pactuado na contratação da operação, durante todo o prazo da operação.

Os fundos de aval utilizados como garantia pelo Banco, mitigando o risco de crédito das operações, possuem as seguintes características:

- (i) limites máximos do percentual de cobertura para utilização do fundo como garantia de operações em função do tipo da operação: investimento ou capital de giro;
- (ii) público alvo em função do faturamento ou do risco do cliente;
- (iii) existência ou não da apresentação de contragarantias;
- (iv) limites máximos sobre o montante dos recursos que constituem o patrimônio líquido do fundo (índice de alavancagem); e
- (v) limites para perdas acumuladas, isto é, o índice máximo de inadimplência admitido (stop loss).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Os gestores dos fundos de aval realizam o acompanhamento quanto ao enquadramento das operações nas regras do fundo, previamente à concessão dessa garantia, bem como a gestão operacional das garantias concedidas e dos ativos do fundo, determinando, se necessária, a suspensão da utilização dos fundos em garantia de operações, antes que o montante dos recursos vinculados ultrapassem a alavancagem prevista para cada fundo.

Concentração

As estratégias de gerenciamento do risco de crédito orientam as ações em nível operacional. As decisões estratégicas compreendem, entre outros aspectos, a materialização do apetite ao risco do Banco do Brasil e o estabelecimento de limites de risco e de concentração. São considerados também os limites de concentração impostos pelo Banco Central do Brasil.

São utilizados para gerenciar a concentração das exposições, o acompanhamento dos limites setoriais e as exposições individuais e por grupo empresarial. Adicionalmente, o Banco desenvolveu e implementou sistemática de mensuração e acompanhamento da concentração do risco de crédito na carteira de pessoas jurídicas. O modelo, baseado no Índice de *Herfindahl*, avalia a concentração a partir do risco de crédito dos tomadores e considera a inter-relação entre os diversos setores econômicos que compõem a carteira de crédito de pessoas jurídicas.

Abaixo, são apresentados os valores representativos das exposições por atividade econômica e por região geográfica.

Exposições por atividade econômica

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Banco do Brasil	479.071.860	373.429.707
Pessoa Jurídica	287.449.160	222.539.109
Metalurgia e Siderurgia	32.020.837	26.041.921
Petroleiro	29.526.278	25.333.982
Serviços	27.283.881	17.723.539
Agronegócio de Origem Vegetal	26.833.837	22.522.626
Construção Civil	25.447.677	16.550.855
Energia Elétrica	17.185.106	14.166.892
Automotivo	16.853.309	12.920.760
Transporte	12.744.245	10.027.635
Agronegócio de Origem Animal	12.724.054	10.919.608
Comércio Varejista	12.221.169	9.650.798
Têxteis e Confecções	10.734.582	9.025.317
Eletroeletrônico	10.249.337	8.146.601
Papel e Celulose	8.818.039	6.426.162
Insumos Agrícolas	7.884.792	5.969.427
Comércio Atacadista e Indústrias Diversas	7.078.177	4.386.869
Telecomunicações	7.034.302	5.472.613
Químico	6.659.701	5.676.796
Madeireiro e Moveleiro	6.340.171	5.240.928
Demais Atividades	5.227.681	2.435.051
Couro e Calçados	2.790.407	2.407.243
Bebidas	1.791.578	1.493.486
Pessoa Física	191.622.700	150.890.598
Banco Votorantim	35.174.754	37.901.476
Pessoa Jurídica	10.306.857	10.435.591
Pessoa Física	24.867.897	27.465.885
Total Banco do Brasil e Banco Votorantim	514.246.614	411.331.183

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Exposições por região geográfica

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Banco do Brasil	479.071.860	373.429.707
Mercado Interno	433.944.470	341.050.850
Sudeste	236.676.888	183.390.359
Sul	82.925.472	67.773.838
Centro Oeste	50.793.401	40.253.973
Nordeste	44.815.734	35.596.685
Norte	18.732.975	14.035.995
Mercado Externo	45.127.390	32.378.857
Banco Votorantim	35.174.754	37.901.476
Total Banco do Brasil e Banco Votorantim	514.246.614	411.331.183

Operações de crédito renegociadas

Operações de crédito renegociadas são aquelas com evidências de problemas de recuperabilidade do crédito por dificuldade financeira significativa do devedor, que tenham sido compostas ou renegociadas, com alteração das condições originalmente pactuadas.

Os saldos relativos às operações renegociadas constam da Nota 21.

Ativos que o Banco adquiriu na liquidação de operações de crédito

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Imóveis	292.856	260.165
Veículos e Afins	77.117	53.445
Máquinas e Equipamentos	7.234	8.056
Outros	72	76
Total	377.279	321.742

Os bens móveis e imóveis obtidos em razão da recuperação de créditos inadimplidos são periodicamente ofertados ao mercado, por meio de processos licitatórios, mais frequentemente na modalidade de Leilão, não sendo política do Banco sua utilização para obtenção de receita financeira ou no desempenho de sua atividade fim.

f) Risco operacional

É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Em atendimento à Resolução CMN 3.380, a estrutura de gerenciamento de risco operacional é composta pela Diretoria de Gestão de Riscos e pela Diretoria de Gestão de Segurança. A Diretoria de Controles Internos atua de forma independente na segunda camada de controle e validação dos riscos. A gestão corporativa do risco operacional está centralizada na Diretoria de Gestão de Riscos.

Para garantir efetividade ao gerenciamento do risco operacional no Banco, bem como assegurar a realização das funções pelas áreas responsáveis, definiu-se cinco fases de gestão.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Fase de gestão	Síntese das atividades
Identificação	Consiste em identificar e classificar os eventos de risco operacional a que o Banco está exposto, indicando áreas de incidência, causas e potenciais impactos financeiros associados a processos, produtos e serviços da organização.
Avaliação	É a quantificação da exposição ao risco operacional com o objetivo de avaliar o impacto nos negócios do Banco. Consiste, também, na avaliação qualitativa dos riscos identificados, analisando sua probabilidade de ocorrência e impacto de forma a determinar o nível de tolerância ao risco.
Controle	Consiste em registrar o comportamento dos riscos operacionais, limites, indicadores e eventos de perda operacional, bem como implementar mecanismos de forma a garantir que os limites e indicadores de risco operacional permaneçam dentro dos níveis desejados.
Mitigação	Consiste em criar e implementar mecanismos para modificar o risco buscando reduzir as perdas operacionais por meio da remoção da causa do risco, alteração da probabilidade de ocorrência ou alteração das consequências do evento de risco.
Monitoramento	É a ação que tem por objetivo identificar as deficiências do processo de gestão do risco operacional de forma que as fragilidades detectadas sejam levadas ao conhecimento da Alta Administração. É a fase de retroalimentação do processo de gerenciamento de risco operacional, onde é possível detectar fragilidades nas fases anteriores.

Política de risco operacional

A política de risco operacional, revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração, contém orientações às áreas do Banco, que visam garantir a efetividade do modelo de gestão do risco operacional.

Essa política permeia as atividades relacionadas ao gerenciamento do risco operacional, com o objetivo de identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos operacionais inerentes aos produtos, serviços, processos e sistemas no âmbito do Banco do Brasil.

Monitoramento

O acompanhamento das perdas operacionais, para produção dos devidos reportes e acionamento das áreas gestoras de processos, sistemas, produtos ou serviços em caso de necessidade de proposição de ações de mitigação, é feito através da apuração mensal dos valores das perdas de acordo com o limite global de perdas operacionais, o qual contempla as ocorrências das redes interna e externa.

Com o objetivo de tornar o monitoramento ainda mais eficiente, foram adotados limites específicos para as seguintes categorias de eventos de risco operacional:

- (i) problemas trabalhistas;
- (ii) falhas nos negócios (planos econômicos, indenização cobrança e sucumbência, exclusão de cadastro restritivo, repetição de indébito e falhas em serviço);
- (iii) fraudes e roubos externos (roubos externos, fraude eletrônica externa, perdas com cartões); e
- (iv) fraudes internas.

O monitoramento é realizado mensalmente pela Diris com reporte ao SRO e ao CRG. Havendo extrapolação de algum limite específico, acima indicado, cabe ao gestor do produto, processo ou serviço ao qual esteja associado, indicar as causas bem como ações de mitigação para reenquadramento do limite extrapolado.

Banco Votorantim

Introdução

Em 2009, o Banco do Brasil estabeleceu uma parceria estratégica com o Banco Votorantim, adquirindo 49,99% do capital votante e 50% do capital social total. Esta parceria estratégica alia diferenciais competitivos das duas instituições: a capacidade de originação de ativos e o modelo de negócios ágil do Banco Votorantim e a força do Banco do Brasil, com grande capilaridade de rede e capacidade de captação.

A estrutura da parceria preserva o modelo de gestão e impulsiona a capacidade de ambas as instituições de capturarem oportunidades de crescimento de forma mais forte e rápida. Representa avanços em novos negócios e atuação em áreas estratégicas, com criação de valor para o Banco do Brasil, para o Banco Votorantim e para os clientes, que passam a contar com uma instituição ainda mais competitiva, sólida e ágil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Desde a aprovação da parceria pelo Banco Central, efetivada em setembro de 2009, o Banco do Brasil e o Banco Votorantim têm explorado oportunidades conjuntas de negócio em diversos segmentos, com resultados tangíveis já alcançados, como:

- (i) Programa de securitização de ativos: por meio de um instrumento de acordo operacional, o Banco do Brasil adquire regularmente carteiras de ativos de crédito originadas pelo Banco Votorantim. Esse programa gera benefícios efetivos para ambas as instituições, na medida em que alia a elevada capacidade de originação de ativos do Banco Votorantim à ampla base de depósitos (*funding*) do Banco do Brasil, que tem como estratégia expandir sua carteira de crédito ao consumo;
- (ii) Crescimento em financiamento de veículos: a partir do estabelecimento da parceria, o Banco Votorantim passou a atuar como o braço do Banco do Brasil para realização de financiamentos de veículos fora do ambiente de agências;
- (iii) Oferta cruzada de produtos de investimento: a Votorantim *Wealth Management & Services* (VWM&S) e a Banco do Brasil Administração de Ativos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A (BB DTVM) têm atuado conjuntamente no desenvolvimento e distribuição de fundos de investimento inovadores e customizados de direitos creditórios (FIDCs), imobiliários (FIIs) e de investimentos em participações (FIPs). Como exemplos, podem ser citados o FIDC Fênix (Lojas Americanas), os fundos imobiliários BB Votorantim JHSF, BB Renda Corporativa I e o FIP Energia Renovável, que são distribuídos a clientes de ambas as instituições. Vale destacar que o BB Renda Corporativa tem por objetivo a realização de investimentos imobiliários de longo prazo, por meio da aquisição e adaptação de ativos no estado de São Paulo, para posterior locação ao Banco do Brasil;
- (iv) Maior utilização pelo Banco do Brasil da corretora do Banco Votorantim para a realização de transações de posições proprietárias, fundos de investimentos e do seu segmento varejo (via *home broker* do Banco).

O objetivo deste tópico é apresentar informações relevantes sobre a estrutura e o processo de gerenciamento de riscos adotados pelo Consolidado Votorantim, constantes do relatório de gerenciamento de riscos do Banco Votorantim.

Governança dos riscos

O Banco Votorantim adota a abordagem integrada para gestão de riscos, conforme especificado no *site* do Banco, *link* relações com investidores: *“a abordagem integrada para gestão de riscos compreende a adoção de instrumentos que permitem a consolidação e controle dos riscos relevantes incorridos pelo Banco. Esta abordagem tem por objetivo organizar o processo decisório, definindo os mecanismos que estabelecem o apetite ao risco, os níveis de risco aceitáveis e compatíveis com o volume de capital disponível, em linha com a estratégia de negócio adotada, vinculando este apetite ao risco com as fontes do retorno financeiro pretendido, e controlando-os de forma sistemática”*.

De forma resumida, o Banco Votorantim adota os seguintes fundamentos na prática da gestão integrada de riscos:

- (i) visão consolidada de riscos;
- (ii) compatibilização entre apetite ao risco, limites autorizados e retorno financeiro pretendido;
- (iii) segregação funcional das áreas de negócio, controle de riscos, auditoria e processamento operacional;
- (iv) adoção de metodologias de cálculo de riscos em função das melhores práticas de mercado; e
- (v) envolvimento da alta administração.

Atividades de gerenciamento de riscos

- (i) identificação de riscos e controles;
- (ii) avaliação de riscos e controles;
- (iii) análise de vulnerabilidades de controles;
- (iv) avaliação do apetite ao risco;
- (v) implantação de resposta aos riscos;
- (vi) definição de indicadores de desempenho;
- (vii) monitoramento de histórico destes indicadores.

Políticas, normas, manuais e procedimentos

Conforme especificado no *site* do Banco, o processo de gerenciamento de riscos no Banco Votorantim conta com um conjunto de documentos que estabelece as principais diretrizes que devem ser observadas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

nas atividades de gerenciamento de riscos. O nível de detalhamento destes normativos está estruturado em função do objetivo de cada documento e organizado conforme a hierarquia apresentada a seguir:

- (i) Políticas corporativas: princípios e diretrizes fundamentais estabelecidas pelo nível máximo da hierarquia e aplicadas para toda a organização e que norteiam as demais normas, procedimentos e manuais de produtos e serviços;
- (ii) Normas: regras estabelecidas para definir as atividades e a forma como os procedimentos são organizados, aprofundando os aspectos abordados nas políticas corporativas;
- (iii) Procedimentos: regras operacionais estabelecidas para descrever as atividades e as etapas de sua execução, detalhando os aspectos abordados nas normas;
- (iv) Manuais de produtos, serviços, sistemas e de modelagens de cálculo: conjunto de documentos que compilam as principais características sobre a estruturação dos produtos, serviços, sistemas e metodologias de cálculos utilizados.

Estes normativos estão publicados para consulta interna ao Banco, no portal corporativo (intranet), e são revistos e atualizados com periodicidade mínima anual, ou quando houver mudanças significativas nos objetivos e estratégias do negócio ou mudanças significativas no enfoque e na metodologia de gestão do risco.

Estruturas de controles de riscos

No relatório de gerenciamento de riscos do Banco Votorantim é especificado que para a execução das atividades de gestão de riscos, o Banco conta com áreas dedicadas que são responsáveis pelos controles consolidados de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional.

Risco de mercado

É objetivo do controle de risco de mercado do Banco Votorantim apoiar a gestão do negócio, estabelecer os processos e implementar as ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos de mercado, possibilitando a mensuração e acompanhamento dos níveis de tolerância ao risco pela alta administração.

No relatório de gestão de riscos do Banco Votorantim são apresentados os princípios básicos observados pelo Banco Votorantim na gestão e controle de riscos de mercado e estão em conformidade com as melhores práticas de mercado:

- (i) Envolvimento da alta administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a alta administração na supervisão global da tomada de riscos;
- (ii) Segregação de carteiras: para efeito da gestão e do controle consolidado do risco de mercado das exposições, as operações são segregadas em dois tipos de carteiras, conforme a sua estratégia de negócio: carteira de negociação (*trading*) ou carteira de não-negociação (*banking*);
- (iii) Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, *compliance* e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- (iv) Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de mercado está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- (v) Definição de metodologias de precificação e cálculo de riscos: para efeito do controle de riscos são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado;
- (vi) Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de riscos, está estruturada com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pela instituição;
- (vii) Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados;

O Banco Votorantim adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de mercado, dentre os quais destacam-se:

- (i) Análise de sensibilidade;
- (ii) Valor em Risco (VaR); e
- (iii) Estresse.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

(i) Análise de sensibilidade

Método e objetivo da análise

Para elaboração da análise de sensibilidade das exposições ao risco de taxas de juros do Banco Votorantim, utilizou-se como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado dos fatores de risco mais relevantes. Tal método tem como objetivo simular os efeitos no resultado do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas no mercado.

Pressupostos e limitações do método

A aplicação de choques paralelos nas curvas de mercado tem como pressuposto que os movimentos de alta ou de baixa nas taxas de juros ocorrem de forma idêntica, tanto para prazos curtos quanto para prazos mais longos. Como nem sempre os movimentos de mercado apresentam tal comportamento, este método pode apresentar pequenos desvios nos valores simulados.

Escopo, cenários de aplicação do método e implicações no resultado

Com relação aos efeitos da aplicação do método sobre as carteiras do Banco, têm-se duas situações distintas:

- (i) para as operações classificadas na carteira de negociação, composta por operações com intenção de negociação, os efeitos dos possíveis movimentos nas taxas de juros praticadas no mercado geram impacto direto no resultado do Banco; e
- (ii) para as operações classificadas na carteira de não negociação, a valorização ou a desvalorização, em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não afeta diretamente o resultado do Banco, tendo em vista que a referida carteira é composta, majoritariamente, por operações contratadas com a intenção de manutenção até os respectivos vencimentos – empréstimos a clientes, captações no varejo, títulos públicos – cujo registro contábil é realizado com base nas taxas contratadas.

Para efeito de simulação, foram considerados dois cenários eventuais, nos quais a taxa básica de juros sofreria um aumento ou uma redução da ordem de 100 *basis points* (+/- 1 ponto percentual).

A partir de 31 de maio de 2011, o Banco Votorantim passou a adotar a segregação entre carteiras de negociação e não negociação, o que explica a diferença elevada nas exposições e sensibilidades.

Resultados da análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam os resultados da simulação realizada para a carteira de negociação e para o conjunto de operações registradas nas carteiras de negociação e de não negociação.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação

		R\$ mil			
Fatores de risco	Exposição	31.12.2012		31.12.2011	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(1.340)	1.337	(22.234)	23.079
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	-	-	-	-
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	114	(111)	363	(355)
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	(49)	44	(9.125)	10.711
Total		(1.275)	1.270	(30.996)	3.435

Análise de sensibilidade para a carteira de negociação e não negociação

		R\$ mil			
Fatores de risco	Exposição	31.12.2012		31.12.2011	
		+100 bps	-100 bps	+100 bps	-100 bps
Taxa pré-fixada	Taxas pré-fixadas de juros	(20.782)	20.869	(216.132)	224.120
Cupons de taxas de juros	Cupons de taxas de juros	807	(811)	5.712	(5.896)
Cupons de índices de preços	Cupons de índices de preços	(357)	362	3.042	(2.739)
Cupons de moedas estrangeiras	Cupons de moedas estrangeiras	1.168	(1.171)	(16.091)	19.033
Total		(19.164)	19.249	(223.469)	234.518

(ii) Valor em Risco (VaR)

Metodologia

Para mensuração do VaR, o Banco Votorantim adota a técnica de simulação histórica e os seguintes parâmetros: (i) 99% de intervalo de confiança unicaudal; (ii) 252 cenários retrospectivos de fatores de choques diários para a carteira de negociação; (iii) 1260 cenários retrospectivos de fatores de choques diários para a carteira de não negociação; e (iv) horizonte temporal de 10 dias úteis.

Os fatores de riscos utilizados para mensuração da métrica do VaR das exposições sujeitas a riscos de mercado são classificados nas seguintes categorias: (i) taxas de juros: risco da variação dos cupons de taxas de juros praticados no mercado. (Exemplo: prefixado, cupom de dólar, cupom de IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), cupom de TR (Taxa referencial), cupom de TJLP); (ii) taxas de câmbio: risco da variação das taxas de câmbio praticadas no mercado. (Exemplo: real *versus* dólar, dólar *versus* euro, dólar *versus* iene); (iii) preços de ações: risco da variação dos preços de ações e índices praticados no mercado. (Exemplo: IBOV (Índice Ibovespa)); e (iv) preços de mercadorias (*commodities*): risco da variação dos preços de mercadorias no mercado. (Exemplo: boi gordo, soja, milho)

Cabe destacar que o Banco Votorantim alterou a metodologia do VaR em 30 de junho de 2011. Anteriormente, era utilizado o modelo paramétrico. Portanto, seguem abaixo as tabelas do VaR do Consolidado Banco Votorantim, bem como da carteira *trading*.

VaR mínimo, médio e máximo do Banco Votorantim

		R\$ mil		
Período	Mínimo	Médio	Máximo	
Janeiro a dezembro / 2012	191.835	246.244	296.578	

VaR mínimo, médio e máximo da carteira de *trading*

		R\$ mil		
Período	Mínimo	Médio	Máximo	
Janeiro a dezembro / 2011	4.286	21.329	57.605	

(iii) Estresse

O programa de testes de estresse do Banco Votorantim tem os seguintes objetivos:

- (i) estar integrado à estrutura de gerenciamento de riscos da instituição;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

- (ii) controlar limites de exposições;
- (iii) associar potenciais perdas a eventos plausíveis;
- (iv) ser considerado no desenvolvimento das estratégias de mitigação de riscos e nos planos de contingência da instituição;
- (v) ser realizado individualmente por fator de risco e de forma conjunta; e
- (vi) considerar a concentração em determinados fatores de risco os instrumentos não lineares e a quebra das premissas do modelo de VaR.

O programa de testes de estresse de risco de mercado do Banco Votorantim faz uso de métodos de avaliação baseados em:

- (i) Testes retrospectivos; e
- (ii) Testes prospectivos.

O teste retrospectivo de estresse estima a variação das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de risco equivalentes aos registrados em períodos históricos de estresse do mercado, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) Extensão da série histórica para determinação dos cenários: de 01/2004 até a data-base;
- (ii) Período de manutenção: retornos acumulados de 10 dias úteis;
- (iii) Periodicidade do teste: diária.

Os resultados dos testes retrospectivos de estresse objetivam avaliar a capacidade de absorção de grandes perdas e identificar eventuais medidas para redução dos riscos da Instituição. Os valores demonstrados nas tabelas representam as maiores perdas e os maiores ganhos na Carteira Consolidada dentre todos os cenários da série histórica utilizados na simulação.

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	8.543.977	(757.620)
Moedas estrangeiras	(317.133)	(1.707)
Commodities	(4.729)	(161)
Ações	14.869	(13.330)
Total	8.236.984	

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2012	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	8.543.977	427.511
Moedas estrangeiras	(317.133)	-
Commodities	(4.729)	161
Ações	14.869	2.331
Total	8.236.984	

Estimativas de perdas do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2011	
	Exposição	Estresse
Taxas de juros	(12.859.689)	(43.600)
Moedas estrangeiras	173.602	(85.621)
Commodities	3.710	(231)
Ações	19.030	(6.435)
Total	(13.056.031)	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Estimativas de ganhos do teste retrospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2011		R\$ mil
	Exposição	Estresse	
Taxas de juros	(12.859.689)	44.333	
Moedas estrangeiras	173.602	-	
Commodities	3.710	254	
Ações	19.030	-	
Total	(13.056.031)		

Teste prospectivo

O método do teste prospectivo de estresse estima a variação do valor de mercado das exposições da carteira consolidada do Banco, mediante a aplicação de choques nos fatores de riscos de mercado, estimados a partir de cenários de estresse gerados pela Subcomissão de Cenários, considerando os seguintes parâmetros:

- (i) Métricas: resultado do cenário pessimista e resultado do cenário otimista;
- (ii) Extensão da série: prospecção para retornos acumulados de 10 dias úteis;
- (iii) Periodicidade do teste: diária.

Os testes prospectivos de estresse objetivam simular adversidades baseadas em características da carteira da Instituição e do ambiente macroeconômico, sob condições severas e plausíveis.

Seguem os resultados do teste prospectivo de estresse da carteira consolidada de acordo com o programa de teste de estresse de risco de mercado do Banco Votorantim.

Estimativas de perdas do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2012		R\$ mil
	Exposição	Estresse	
Taxas de juros	8.543.977	(373.751)	
Moedas estrangeiras	(317.133)	(41.869)	
Commodities	(4.729)	(161)	
Ações	14.869	(6.158)	
Total	8.236.984		

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2012		R\$ mil
	Exposição	Estresse	
Taxas de juros	8.543.977	312.724	
Moedas estrangeiras	(317.133)	669	
Commodities	(4.729)	161	
Ações	14.869	-	
Total	8.236.984		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Estimativas de perdas do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2011		R\$ mil
	Exposição		Estresse
Taxas de juros	(12.859.689)		(39.625)
Moedas estrangeiras	173.602		(39.120)
Commodities	3.710		(231)
Ações	19.030		(2.900)
Total	(13.056.031)		

Estimativas de ganhos do teste prospectivo de estresse

Fator de risco	31.12.2011		R\$ mil
	Exposição		Estresse
Taxas de juros	(12.859.689)		33.468
Moedas estrangeiras	173.602		-
Commodities	3.710		254
Ações	19.030		-
Total	(13.056.031)		

Balanço em moedas estrangeiras

Moeda	Contas patrimoniais				R\$ mil
	31.12.2012		31.12.2011		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Dólar dos EUA	4.609.685	8.129.434	4.162.416	7.497.750	
Euro	33.412	287.131	19.738	263.981	
Franco Suíço	1.940	287.549	5.360	261.386	
Iene	149	-	6.228	-	
Libra Esterlina	230	-			
Demais moedas	2.890	-	4.397	-	
Total	4.648.306	8.704.114	4.198.139	8.023.117	
Posição líquida – contas patrimoniais		(4.055.808)		(3.824.973)	

Moeda	Derivativos				R\$ mil
	31.12.2012		31.12.2011		
	Comprado	Vendido	Comprado	Vendido	
Dólar dos EUA	5.310.084	1.805.493	4.033.441	920.594	
Euro	270.642	38.956	257.707	34.590	
Franco Suíço	288.905	-	263.798	-	
Iene	-	425			
Demais Moedas			180.141	-	
Total	5.869.631	1.844.874	4.735.087	955.184	
Posição líquida – derivativos	4.024.757		3.779.903		

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Moeda	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
	Posição líquida	Posição líquida
Dólar dos EUA	3.504.591	(222.487)
Euro	231.686	(21.126)
Iene	(425)	6.228
Franco Suíço	288.905	7.772
Demais moedas	-	184.538
Posição líquida total	4.024.757	(45.075)

Resumo	R\$ mil			
	31.12.2012		31.12.2011	
Totais – contas patrimoniais e derivativos	10.517.937	10.548.988	8.933.226	8.978.301
Posição líquida total		(31.051)		(45.075)
Posição líquida total – em US\$		(15.195)		(24.029)

Risco de liquidez

Segundo o relatório de gestão do Banco Votorantim “a principal ferramenta utilizada para a mensuração de riscos de liquidez é a de cenários de caixa mínimo, construídos com metodologia de teste de estresse”.

Princípios básicos

No relatório citado, estão destacados os princípios básicos que são observados pelo Banco Votorantim na gestão e controle de riscos de liquidez:

- (i) Envolvimento da alta administração: os comitês e comissões existentes estão estruturados com o objetivo de envolver a Alta Administração na supervisão global da tomada de riscos;
- (ii) Independência de funções: segregação de funções entre as áreas responsáveis pela execução de operações e a definição de estratégias de negócio, e as áreas encarregadas pela sua contabilização, pelo controle de riscos, *compliance* e controles internos e auditoria, está estruturada com o objetivo de garantir independência e autonomia na condução das atribuições inerentes a cada função;
- (iii) Definição de atribuições: definição clara dos processos e do leque de atividades de cada função envolvida na gestão e controle de riscos de liquidez está estruturada com o objetivo de possibilitar uma gestão operacional organizada e eficiente;
- (iv) Definição de metodologias para construção de cenários: são adotadas metodologias estruturadas, de utilização corporativa mandatória, baseadas em melhores práticas de mercado, que visam incorporar a dinâmica da contratação de novas operações e da liquidação das carteiras existentes;
- (v) Estabelecimento de limites: definição clara e objetiva dos limites autorizados de risco, com base nas medidas de riscos, está estruturada com o objetivo de inserir nas atividades diárias os níveis de tolerância a risco definidos pela instituição;
- (vi) Monitoramento de limites: definição do processo de acompanhamento e reporte do nível de utilização dos limites autorizados;
- (vii) Plano de contingência de liquidez: definição e revisão periódica de plano estruturado para recomposição dos níveis pré-estabelecidos de caixa mínimo, com atribuição de responsáveis, instrumentos e prazos de implementação.

Áreas envolvidas

As funções de gerenciamento de risco de liquidez no Banco Votorantim compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a cadeia de negócio, desde o desenvolvimento de produtos, a negociação e o desembolso de operações, a modelagem e o controle de risco de liquidez e a formalização, contabilização e liquidação de operações, bem como o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

Medidas e limites de risco para gestão e controle

O Banco Votorantim adota um conjunto de medidas objetivas para gestão e controle de riscos de liquidez:

- (i) Caixa mínimo;
- (ii) Cenários de vencimento;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

- (iii) Cenários orçamentários;
- (iv) Cenários de estresse;
- (v) Análises de sensibilidade;
- (iv) Perfil de concentração de captação.

As medidas de risco são utilizadas para o estabelecimento de limites e para a tomada de risco. Estes limites compreendem a definição dos valores máximos autorizados, para cada cenário futuro monitorado, através do estabelecimento de níveis de caixa mínimo, pela definição de patamares ao longo do tempo.

Os valores estabelecidos nos limites de liquidez e no plano de contingência são atualizados e revistos periodicamente, em função da alteração significativa das condições de mercado ou da dinâmica e composição das carteiras.

Composição das captações

Passivo	31.12.2012					R\$ mil
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos a vista	140.746	-	-	-	-	140.746
Depósitos interfinanceiros	474.214	22.498	308.758	3.723	369.213	1.178.406
Depósitos a prazo	1.553.774	3.798.771	909.293	49.023	2.211	6.313.072
Carteira própria	8.659.521	6.487.164	1.769.857	48.013	55.658	17.020.213
Carteira de terceiros	3.276.103	592.846	-	-	-	3.868.949
Carteira livre movimentação	136.193	110.446	-	-	-	246.639
Estratégia de renda fixa	51.993	465.112	-	-	-	517.105
Recursos de aceites emissão de títulos	1.519.077	2.302.021	4.936.910	2.574.726	20.460	11.353.194
Obrigações por empréstimos e repasses	875.829	2.720.176	890.820	300.285	330.855	5.117.965
Dívidas subordinadas	108.245	-	973.041	1.054.226	1.360.094	3.495.606
Total	16.795.695	16.499.034	9.788.679	4.029.996	2.138.491	49.251.895

Passivo	31.12.2011					R\$ mil
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Depósitos a vista	215.880	-	-	-	-	215.880
Depósitos interfinanceiros	316.109	187.155	308.803	306.878	309.158	1.428.103
Depósitos a prazo	650.733	3.832.265	4.305.882	2.372.000	7.459	11.168.339
Carteira própria	1.756.174	4.896.109	4.710.672	2.141.663	51.018	13.555.636
Carteira de terceiros	574.882	2.318.039	270.448	-	-	3.163.369
Carteira livre movimentação	-	-	-	4.233	-	4.233
Estratégia de renda fixa	1.119	548.134	399.485	15.646	-	964.384
Recursos de aceites emissão de títulos	26.362	95.937	1.538.799	6.236.032	1.036.194	8.933.324
Obrigações por empréstimos e repasses	328.045	1.312.379	1.023.964	2.725.987	348.807	5.739.182
Dívidas subordinadas	-	-	568.290	1.149.395	1.559.450	3.277.135
Total	3.869.304	13.190.018	13.126.343	14.951.834	3.312.086	48.449.585

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

44 – Partes Relacionadas

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil (Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal).

	R\$ mil	
	Exercício/2012	Exercício/2011
Benefícios de curto prazo	37.157	28.126
Honorários	22.953	19.107
Diretoria Executiva	20.321	16.940
Comitê de Auditoria	2.057	1.603
Conselho de Administração	284	302
Conselho Fiscal	291	262
Participações no lucro	8.393	6.863
Outros	5.811	2.156
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	9.109	3.501
Total	46.266	31.627

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ.

O Banco não concede empréstimos a seus diretores, membros de seu Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal, porque essa prática é proibida a todas as instituições financeiras reguladas pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas demonstrações contábeis consolidadas. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com o Tesouro Nacional e os órgãos da administração direta do governo federal que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, empréstimos e operações compromissadas. Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas. Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento. Em 26.09.2012, o Banco firmou contrato de mútuo com o Governo Federal no valor de R\$ 8.100.000 mil cujos termos e condições estão descritos na nota 32.e.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados na Nota 32.

O Banco é patrocinador da Fundação Banco do Brasil (FBB), cujos objetivos são a promoção, o apoio, os incentivos e o patrocínio de ações de âmbito educacional, cultural, social, filantrópico, recreativo/esportivo e de fomento às atividades de pesquisa científico-tecnológica e assistência às comunidades urbano-rurais. No exercício de 2012, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 38.289 mil (R\$ 42.527 mil no exercício de 2011).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

R\$ mil							
31.12.2012							
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Empréstimos a instituições financeiras	-	33.617.623	-	-	-	-	33.617.623
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	43.741	170.460	-	-	-	214.201
Empréstimos a clientes	651.090	37.130	7.029	38	-	2.024.255	2.719.542
Outros ativos	-	334.054	1.038.321	411	-	-	1.372.786
Total	651.090	34.032.548	1.215.810	449	-	2.024.255	37.924.152
Passivos							
Depósitos de clientes	836.011	3.792.807	1.176.911	1.764	4.485	6.985.661	12.797.639
Obrigações por operações compromissadas	-	5.309.356	-	-	-	6.570.501	11.879.857
Obrigações de longo prazo	633.638	25.320.236	-	-	-	59.665.342	85.619.216
Outros passivos	8.214.555	987.295	7.902	-	-	14.934	9.224.686
Total	9.684.204	35.409.694	1.184.813	1.764	4.485	73.236.438	119.521.398
Demonstração do Resultado Consolidado							
	Exercício/2012						
Receitas de juros e prestação de serviços	82.514	2.416.549	101.243	1.086	-	316.527	2.917.919
Despesas com captação	(69.462)	(2.112.547)	(130.993)	(4.923)	(740)	(3.144.660)	(5.463.325)
Total líquido	13.052	304.002	(29.750)	(3.837)	(740)	(2.828.133)	(2.545.406)
Garantias e outras coobrigações⁽⁷⁾	-	907.966	6.800.000	-	-	-	7.707.966

R\$ mil							
31.12.2011							
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Empréstimos a instituições financeiras	-	20.590.919	18.434	-	-	-	20.609.353
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	61.940	94.313	-	-	-	156.253
Empréstimos a clientes	836.224	49.612	7.861	-	-	523.750	1.417.447
Outros ativos	-	181.572	-	-	-	-	181.572
Total	836.224	20.884.043	120.608	-	-	523.750	22.364.625
Passivos							
Depósitos de clientes	717.309	5.337.322	424.597	255.241	6.542	6.029.402	12.770.413
Obrigações por operações	-	1.680.647	830.169	-	-	1.113.044	3.623.860
Obrigações de longo prazo	1.643.963	14.326.735	-	-	-	43.735.159	59.705.857
Outros passivos	-	1.251.984	70.248	31	-	1.125.124	2.447.387
Total	2.361.272	22.596.688	1.325.014	255.272	6.542	52.002.729	78.547.517
Demonstração do Resultado Consolidado							
	Exercício/2011						
Receitas de juros e prestação de serviços	113.931	1.982.470	47.264	132.130	-	423.145	2.698.940
Despesas com captação	(97.341)	(1.192.412)	(50.671)	(3.306)	(1.014)	(2.986.825)	(4.331.569)
Total líquido	16.590	790.058	(3.407)	128.824	(1.014)	(2.563.680)	(1.632.629)
Garantias e outras coobrigações⁽⁷⁾	-	629.116	7.474.911	-	-	-	8.104.027

(1) Controlador – compreende o Tesouro Nacional (STN), representando a União Federal, e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Controladas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 5, identificada pela referência 1.

(3) Joint Ventures – compreende as empresas relacionadas na Nota 5, identificadas pelas referências 2 e 3.

(4) Coligadas – compreendem as empresas relacionadas na Nota 24.

(5) Pessoal Chave da Administração – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Compreendem as empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal, entidades vinculadas ao funcionalismo (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ, Fundação Codesc de Seguridade Social – Fusesc, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil – CASSI) e a Fundação Banco do Brasil – FBB.

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição deduzido dos valores utilizados nas operações com o Banco.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

45 – Ativos e Passivos Correntes e Não Correntes

	31.12.2012			R\$ mil
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	12.690.806	-	12.690.806	
Depósitos compulsórios em bancos centrais	80.097.865	-	80.097.865	
Empréstimos a instituições financeiras	30.788.167	13.453.317	44.241.484	
Aplicações em operações compromissadas	189.227.191	288.698	189.515.889	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	23.573.623	51.382.323	74.955.946	
Instrumentos de dívida e patrimônio	23.022.378	50.518.988	73.541.366	
Derivativos	551.245	863.335	1.414.580	
Ativos financeiros disponíveis para venda	21.136.699	75.567.961	96.704.660	
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.375.992	8.337.406	12.713.398	
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	231.563.320	266.507.464	498.070.784	
Ativos não correntes disponíveis para venda	143.228	65.212	208.440	
Investimentos em coligadas	-	163.723	163.723	
Ativo imobilizado	-	7.299.814	7.299.814	
Ativos Intangíveis	2.861.394	14.593.106	17.454.500	
Ágio sobre investimentos	-	3.441.877	3.441.877	
Outros ativos intangíveis	2.861.394	11.151.229	14.012.623	
Ativos fiscais	9.730.757	23.344.032	33.074.789	
Correntes	9.730.757	136.775	9.867.532	
Diferidos	-	23.207.257	23.207.257	
Outros ativos	42.693.435	26.121.942	68.815.377	
Total	648.882.477	487.124.998	1.136.007.475	
Passivo				
Depósitos de clientes	338.777.726	116.737.473	455.515.199	
Valores a pagar a instituições financeiras	13.702.194	3.087.629	16.789.823	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.598.193	2.228.550	3.826.743	
Instrumentos de dívida	272.670	114.591	387.261	
Derivativos	1.325.523	2.113.959	3.439.482	
Obrigações por operações compromissadas	214.648.786	11.138.085	225.786.871	
Obrigações de curto prazo	10.257.076	700.742	10.957.818	
Obrigações de longo prazo	49.966.616	148.551.276	198.517.892	
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	8.702.776	136.209	8.838.985	
Passivos por contratos de seguro e previdência complementar	10.789.446	45.053.852	55.843.298	
Passivos fiscais	5.789.853	6.896.507	12.686.360	
Correntes	5.789.853	6.469	5.796.322	
Diferidos	-	6.890.038	6.890.038	
Outros passivos	40.350.189	36.996.068	77.346.257	
Patrimônio líquido	-	69.898.229	69.898.229	
Total	694.582.855	441.424.620	1.136.007.475	

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

	31.12.2011			R\$ mil
	Até 1 ano	Após 1 ano	Total	
Ativo				
Caixa e depósitos bancários	10.492.143	-	10.492.143	
Depósitos compulsórios em bancos centrais	93.689.987	-	93.689.987	
Empréstimos a instituições financeiras	19.748.681	22.097.810	41.846.491	
Aplicações em operações compromissadas	139.013.120	19.081	139.032.201	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	23.565.450	44.729.022	68.294.472	
Instrumentos de dívida e patrimônio	22.498.366	44.399.406	66.897.772	
Derivativos	1.067.084	329.616	1.396.700	
Ativos financeiros disponíveis para venda	17.692.942	66.635.247	84.328.189	
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	4.105.814	10.891.515	14.997.329	
Empréstimos a clientes líquidos de provisão	185.454.687	213.577.807	399.032.494	
Ativos não correntes disponíveis para venda	56.328	58.060	114.388	
Investimentos em coligadas	-	514.206	514.206	
Ativo imobilizado	-	6.194.386	6.194.386	
Ativos intangíveis	3.399.398	14.596.505	17.995.903	
Ágio sobre investimentos	-	2.797.993	2.797.993	
Outros ativos intangíveis	3.399.398	11.798.512	15.197.910	
Ativos fiscais	8.253.378	20.465.193	28.718.571	
Correntes	8.253.378	46.870	8.300.248	
Diferidos	-	20.418.323	20.418.323	
Outros ativos	39.203.343	22.368.965	61.572.308	
Total	544.675.271	422.147.797	966.823.068	
Passivo				
Depósitos de clientes	277.607.122	151.570.141	429.177.263	
Valores a pagar a instituições financeiras	11.992.885	2.632.465	14.625.350	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	3.442.079	530.776	3.972.855	
Instrumentos de dívida	352.199	-	352.199	
Derivativos	3.089.880	530.776	3.620.656	
Obrigações por operações compromissadas	184.967.739	10.237.140	195.204.879	
Obrigações de curto prazo	10.383.708	2.604.900	12.988.608	
Obrigações de longo prazo	29.406.654	92.640.736	122.047.390	
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	6.508.027	472.181	6.980.208	
Passivos por contratos de seguro e previdência complementar	9.004.904	32.638.557	41.643.461	
Passivos fiscais	4.348.307	6.688.903	11.037.210	
Correntes	4.348.307	23.125	4.371.432	
Diferidos	-	6.665.778	6.665.778	
Outros passivos	52.591.759	13.284.861	65.876.620	
Patrimônio líquido	-	63.269.224	63.269.224	
Total	590.253.184	376.569.884	966.823.068	

46 - Transferências de ativos financeiros

No curso de suas atividades, o Banco efetua transações que resultam na transferência de ativos financeiros, representados principalmente por instrumentos de dívida, instrumentos de patrimônio e empréstimos a clientes. Ao aplicar a prática contábil para a transferência de ativos financeiros, o Banco avalia o nível de envolvimento contínuo com os ativos transferidos para determinar se continua o seu reconhecimento na totalidade, na extensão da continuidade do seu envolvimento ou se realiza a baixa do ativo financeiro transferido.

As transações de transferências de ativos financeiros realizadas pelo Banco são representadas principalmente pela venda de títulos e valores mobiliários com compromisso de recompra e pela cessão de carteiras de empréstimos a clientes com retenção substancial de riscos e benefícios cujos passivos

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

associados estão registrados em obrigações por operações compromissadas e em outras obrigações respectivamente.

Ativos financeiros transferidos e ainda reconhecidos no balanço e seus respectivos passivos associados ao valor justo

	31.12.2012			R\$ mil
	Ativos Financeiros Transferidos	Passivos Associados	Posição Líquida	
Ativos financeiros vinculados ao compromisso de recompra	50.362.507	50.064.318	298.188	
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6.434.350	6.396.253	38.097	
Ativos financeiros disponíveis para venda	40.465.146	40.225.558	239.588	
Ativos Financeiros mantidos até o vencimento	3.463.011	3.442.507	20.504	
Operações de créditos cedidas	89.413	221.167	-131.755	

Venda com compromisso de recompra

Venda com compromisso de recompra são transações nas quais o Conglomerado vende um título, em sua maioria de emissão pública, e simultaneamente se compromete a comprar esse mesmo título com preço fixo, em data futura. O Conglomerado continua reconhecendo o título em sua totalidade no balanço patrimonial porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer mudança de valor de mercado e os rendimentos que o título oferece são de inteira responsabilidade do Conglomerado.

Cessão de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios

O Conglomerado transfere o direito de receber o fluxo financeiro futuro dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, ao cessionário, mediante recebimento de uma quantia em caixa, calculada na data da transferência. Contudo o Conglomerado continua reconhecendo em seu balanço patrimonial, os saldos dos ativos financeiros em rubricas destacadas porque os riscos e benefícios dos títulos foram substancialmente retidos, isto é, qualquer situação de inadimplência ocorrida nos recebíveis transferidos é de inteira responsabilidade do Conglomerado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas

Notas Explicativas

47 – Conciliação do Patrimônio Líquido e do Resultado

Principais ajustes promovidos ao patrimônio líquido e ao resultado do Banco resultantes da aplicação das IFRS:

R\$ mil			
	Referência	31.12.2012	31.12.2011
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em BR GAAP		65.495.797	57.972.442
Ajustes de IFRS		3.528.711	4.577.504
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(719.978)	(525.677)
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	1.867.105	1.098.134
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(1.875.854)	(1.201.246)
Formação de <i>joint ventures</i> – Parceria BB Mapfre	(c)	957.725	957.725
Ganho		1.692.050	1.692.050
Baixa de ágios		(734.325)	(734.325)
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(d)	5.328.014	6.915.528
Cessão de créditos com coobrigação	(e)	(365.936)	(817.722)
Outros ajustes		406.265	731.726
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(f)	(2.068.630)	(2.580.964)
Patrimônio líquido atribuível ao Controlador em IFRS		69.024.508	62.549.946
Participações de acionistas não controladores		873.721	719.278
Patrimônio líquido apurado em conformidade com as IFRS		69.898.229	63.269.224

R\$ mil				
	Referência	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010
Resultado atribuível ao Controlador em BR GAAP		12.205.120	12.125.990	11.703.186
Ajustes de IFRS		(959.198)	555.932	(407.177)
Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros	(a)	(194.301)	(33.685)	(74.368)
Combinações de negócios – Amortização de ágio sobre investimentos	(b)	768.971	738.046	216.340
Combinações de negócios – Alocação do preço de compra	(b)	(674.608)	(1.482.127)	(576.841)
Formação de <i>joint ventures</i> – Parceria BB Mapfre	(c)	-	957.725	-
Ganho		-	1.692.050	-
Baixa de ágios		-	(734.325)	-
Provisão para perdas em empréstimos a clientes	(d)	(1.587.514)	548.881	(254.762)
Cessão de créditos com coobrigação	(e)	451.786	(222.827)	(325.137)
Outros ajustes		(235.866)	242.990	209.436
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre ajustes IFRS	(f)	512.334	(193.071)	398.155
Resultado atribuível ao Controlador em IFRS		11.245.922	12.681.922	11.296.009
Participações de acionistas não controladores		192.278	54.990	34.336
Resultado apurado em conformidade com as IFRS		11.438.200	12.736.912	11.330.345

a) Diferimento de tarifas e comissões para ajuste ao método da taxa efetiva de juros

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as tarifas e comissões cobradas pela originação de empréstimos a clientes são reconhecidos como receita no ato do recebimento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

De acordo com as IFRS, em consonância com a IAS 39, as tarifas e comissões que integram o cálculo da taxa efetiva de juros, diretamente atribuíveis aos instrumentos financeiros classificados ao custo amortizado, devem ser amortizadas ao longo da vida esperada dos contratos.

Os ajustes apresentados em nossas demonstrações contábeis consolidadas refletem o diferimento linear dessas receitas em função do prazo médio calculado para cada instrumento sujeito ao método da taxa efetiva de juros.

b) Combinações de negócios

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, o montante do ágio ou deságio resultante da aquisição de controle de uma companhia decorre da diferença entre o valor da contraprestação paga e o valor de mercado dos ativos líquidos adquiridos, o qual é amortizado em até dez anos, caso ele seja baseado em expectativa de rentabilidade futura.

Em conformidade com a IFRS 3, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor da contraprestação e o montante líquido proporcional adquirido do valor justo dos ativos e passivos da adquirida. O montante registrado como ágio não sofre amortização, todavia é avaliado no mínimo anualmente para fins de determinar se ele está em imparidade.

Os ajustes classificados como “Combinações de Negócios” referem-se à reversão da amortização de ágio efetuada segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, a amortização da parcela de valor justo dos ativos e passivos adquiridos/assumidos, a amortização dos ativos intangíveis de vida útil definida identificados na aquisição da participação societária e o deságio apurado na aquisição de participação societária, efetuados em conformidade com a IFRS 3.

c) Formação de *joint ventures* – Parceria BB Mapfre

Segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, essa transação foi registrada como uma troca de participações societárias considerando o valor contábil dos patrimônios líquidos contribuídos e recebidos. Para fins de equalização dessa parceria, houve o aporte de recursos oriundos do BB no valor de R\$ 332 milhões.

Em conformidade com a SIC 13 – Contribuições não monetárias para a formação de *joint ventures*, as participações societárias recebidas na formação da Parceria são registradas a valor justo, o valor contábil dos ativos contribuídos pelo BB, incluindo qualquer ágio, são baixados e o resultado da transação é reconhecido na proporção da participação societária da Mapfre nas novas sociedades constituídas.

d) Provisão para perdas em empréstimos a clientes

Segundo as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, os empréstimos a clientes devem ser classificados em ordem crescente de níveis de risco, que variam do risco AA ao risco H. A classificação da operação no nível de risco correspondente é de responsabilidade da instituição detentora do crédito e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e verificáveis, amparada por informações internas e externas.

Os principais critérios observados pelas instituições financeiras quando da classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco são relacionados a: i) situação econômico-financeira do devedor; (ii) grau de endividamento; (iii) capacidade de geração de resultados; (iv) fluxo de caixa; (v) pontualidade e atrasos nos pagamentos; (vi) limite de crédito; (vii) natureza e finalidade da transação; características das garantias, particularmente quanto à suficiência e liquidez; e (viii) valor da operação.

A classificação dos empréstimos a clientes em níveis de risco é revista mensalmente, em função de atraso verificado no pagamento de parcela de principal ou de encargos.

A provisão para fazer face às perdas em empréstimos a clientes, conforme as regras do BR GAAP, deve ser constituída mensalmente, não podendo ser inferior ao somatório decorrente da aplicação de percentuais mínimos, os quais variam de 0% (zero por cento) para as operações de nível AA a 100% para as operações classificadas no nível H. Apesar de o modelo utilizado determinar um percentual mínimo de provisão para cada nível de risco, uma entidade pode, ao seu próprio critério, determinar um adicional de provisão.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda esperada, com a utilização de limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil.

Segundo as IFRS, a partir das disposições da IAS 39, o Banco classifica seus empréstimos a clientes em operações com problemas de recuperabilidade (imparidade) e sem problemas de recuperabilidade (não-imparidade). O conjunto de operações em imparidade é segregado em função de sua relevância, gerando segmentos de operações sujeitas a tratamento individualizado (análise individual de imparidade) e/ou tratamento coletivo (análise coletiva de imparidade).

A avaliação individual envolve a valoração de cada operação, onde são ponderados aspectos inerentes ao cliente tomador e específicos das operações, tais como: situação das operações, compartilhamento de risco de crédito, situação econômico-financeira do cliente, restrições de crédito e garantias atreladas. A apuração da provisão de forma coletiva é realizada mediante a aplicação dos índices de perdas históricas em operações de natureza semelhante, considerando produtos similares e aspectos relacionados ao cliente tomador e à operação (nível de risco, situação original e prazo de exigibilidade).

Esta prática de provisionamento de perdas em empréstimos a clientes é baseada em um modelo de perda incorrida, a partir da ocorrência de eventos de perda.

e) Cessão de créditos com coobrigação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas pelas instituições financeiras no Brasil, as operações de crédito cedidas a terceiros com acordo firmado de coobrigação são baixadas do balanço patrimonial e a diferença entre a contraprestação recebida e o valor contábil do ativo financeiro é registrada como receita ou despesa no momento da cessão.

Sob as IFRS, em conformidade com a IAS 39, caso a entidade retenha substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo cedido, ela continuará a reconhecer o ativo transferido em sua totalidade e reconhecerá um passivo financeiro pela contrapartida recebida.

Os ajustes relativos a “Cessão de créditos com coobrigação” refletem os valores dos empréstimos a clientes cedidos pelo Banco Votorantim S.A.

f) Imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de IFRS

Esse ajuste decorre da aplicação das alíquotas de imposto de renda e contribuição social sobre os ajustes de conversão das demonstrações contábeis consolidadas elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil para as demonstrações contábeis consolidadas em conformidade com as IFRS.

48 – Eventos subsequentes**Captação de recursos**

Em janeiro/2013, o Banco do Brasil S.A. realizou emissões de Letras Financeiras Subordinadas no País totalizando R\$ 5,2 bilhões e captação externa sob a forma de Instrumento Híbrido de Capital e Dívida no montante de US\$ 2 bilhões.

Caso o total dessas emissões seja autorizado pelo Banco Central a compor o capital do Banco, haverá aumento de cerca de 137 bps (1,37 ponto percentual) no seu Índice de Basileia, tendo como base os números publicado em setembro/2012.

BB Seguridade

Em 20 de fevereiro de 2013, a Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Brasil aprovou:

a) a abertura de capital da subsidiária integral BB Seguridade Participações S.A., e registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários;

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas**Notas Explicativas**

b) a alienação de ações de emissão da BB Seguridade em quantidade e preço a serem definidos oportunamente pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil em oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de ações nos termos constantes da ata da referida Assembleia;

c) o aumento do capital social da BB Seguridade, dentro do limite de até 10% da totalidade das ações de emissão da BB Seguridade, na hipótese de realização da oferta primária, conforme deliberação a ser tomada oportunamente pelo Conselho de Administração do Banco do Brasil;

d) a delegação de poderes ao Conselho de Administração do Banco do Brasil para definir se a oferta será primária e/ou secundária, bem como os aspectos e procedimentos necessários à sua realização.

A realização da oferta dependerá de condições favoráveis dos mercados de capital nacional e internacional.

Notas Explicativas

2. Notas explicativas às demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**1 – O Banco e suas Operações**

O Banco do Brasil S.A. (Banco do Brasil ou Banco) é uma companhia aberta de direito privado, de economia mista, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações, e sua matriz está localizada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 32, Bloco C, Edifício Sede III, Brasília, Distrito Federal, Brasil. Tem por objeto a prática de todas as operações bancárias ativas, passivas e acessórias, a prestação de serviços bancários, de intermediação e suprimento financeiro sob suas múltiplas formas, inclusive nas operações de câmbio e nas atividades complementares, destacando-se seguros, previdência privada, capitalização, corretagem de títulos e valores mobiliários, administração de cartões de crédito/débito, consórcios, fundos de investimentos e carteiras administradas e o exercício de quaisquer atividades facultadas às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional. Como instrumento de execução da política creditícia e financeira do Governo Federal, compete ao Banco exercer as funções atribuídas em Lei, especificamente as previstas no artigo 19 da Lei n.º 4.595/1964.

2 – Reestruturações Societárias**a) Aquisições****BB Americas (antigo EuroBank)**

Em 19.01.2012, o Banco concluiu a aquisição, mediante pagamento à vista de US\$ 6 milhões, da totalidade do capital social e votante da instituição financeira norte-americana BB Americas, representado por 835.855 ações ordinárias.

Os valores do investimento e do ágio foram apurados com base no PL ajustado do BB Americas de dezembro/2011, convertidos à taxa de câmbio de 17.01.2012.

	R\$ mil
Valor pago na aquisição	10.651
Valor do patrimônio líquido ajustado em 31.12.2011	(27.203)
Valor total do ágio ⁽¹⁾	37.854
Ágio pela expectativa de rentabilidade futura	18.058
Ágio do valor justo de bens	19.796
Aporte de capital	90.098

O BB Americas, sociedade de capital fechado com sede no estado da Flórida, possui uma rede de três agências localizadas nas cidades de Coral Gables, Pompano Beach e Boca Raton.

A aquisição do BB Americas contribuirá para a expansão dos negócios do Banco do Brasil nos Estados Unidos, permitindo a atuação no mercado varejista norte-americano, com foco no atendimento das comunidades brasileira e hispânica residentes naquele País.

b) Parcerias**Elo Serviços S.A.**

O Banco do Brasil, o Banco Bradesco S.A. (Bradesco) e a Caixa Econômica Federal (Caixa) finalizaram as negociações para consolidar a permanência da Caixa Participações S.A. (Caixa Participações) como acionista da Elo Serviços S.A. (Elo Serviços), mediante celebração de Acordo de Acionistas entre a Elo Participações S.A. (Elo Participações) e a Caixa Participações.

A Elo Serviços é uma sociedade operacional privada que tem a função de desenvolver e gerenciar a Bandeira Elo, cujo lançamento no mercado nacional ocorreu em 30.03.2011. A estrutura acionária acordada possui a seguinte composição:

Elo Serviços	
	% do Capital Total
Elo Participações	66,665
Caixa Participações	33,335

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

A Elo Participações é a empresa da qual o Banco do Brasil e o Bradesco participam com 49,99% e 50,01% do capital total, respectivamente.

c) Reorganização Societária na área de Seguros, Previdência Complementar Aberta, Capitalização e Resseguros

BB Cor Participações S.A.

Em 27.12.2012, o Banco constituiu a empresa BB Cor Participações S.A. (BB Cor), que passou a deter 100% de participação no capital da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. (BB Corretora).

O objetivo do Banco é ampliar a participação de mercado da BB Corretora, que passará a comercializar, dentro e fora dos canais de distribuição do Banco, produtos de terceiros nos ramos em que o Banco não possua acordos de exclusividade com empresas parceiras.

A BB Cor deterá também participação acionária no capital social de outras sociedades que atuem no mercado como corretoras na comercialização de seguros, previdência aberta, capitalização e/ou planos de saúde e odontológicos de que o Banco venha participar no futuro.

BB Seguridade Participações S.A.

Em 27.12.2012, o Banco constituiu a empresa BB Seguridade Participações S.A. (BB Seguridade), que passou a deter as seguintes participações societárias:

- a) 100% das ações de emissão da BB Cor;
- b) 100% das ações de emissão da BB Seguros Participações S.A. (BB Seguros) que, por sua vez, detém participação nas seguintes sociedades:
 - (i) 74,9% do total das ações (sendo 49,9% ações ON) de emissão da BB Mapfre SH1 Participações S.A., que atua no ramo de seguros de pessoas em parceria com o Grupo Mapfre;
 - (ii) 50,0% do total das ações (sendo 49,0% ações ON) de emissão da Mapfre BB SH2 Participações S.A., que atua no ramo de seguros patrimoniais também em parceria com o Grupo Mapfre;
 - (iii) 74,9% do total das ações (sendo 49,9% ações ON) de emissão da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., que atua no ramo de previdência em parceria com a Principal Financial Group;
 - (iv) 66,7% do total das ações (com 49,9% ações ON) de emissão da Brasilcap Capitalização S.A., que atua no ramo de capitalização em parceria com a Icatu Seguros S.A. e a Cia de Seguros Aliança da Bahia; e
 - (v) 100% das ações de emissão da Nossa Caixa Capitalização S.A., que atua no ramo de capitalização.

O Banco tem os seguintes objetivos com a constituição da BB Seguridade:

- a) consolidar, sob uma única sociedade, todas as atividades do Banco do Brasil nos ramos de seguros, capitalização, previdência complementar aberta e atividades afins, incluindo quaisquer expansões futuras dessas atividades, no Brasil ou no exterior, orgânicas ou não;
- b) proporcionar ganhos de escala nessas operações; e
- c) obter redução de custos e despesas no segmento de seguridade.

O Banco tem intenção de abrir o capital da BB Seguridade e certificar-se de que sua gestão seja independente e comprometida com os conceitos de transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade socioambiental. A administração, apoiada por ferramentas de monitoramento que alinhem o comportamento dos executivos ao interesse dos acionistas e da sociedade em geral, será conduzida com as melhores práticas de governança corporativa, de forma que a BB Seguridade possa ser listada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBovespa S.A – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado.

Brasilprev Seguros e Previdência S.A.

Em 19.12.2011 formalizou-se Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição, pela Brasilprev, de 100% do capital social e votante da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. (anteriormente denominada Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência - MNCVP), então pertencentes à

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

BB Seguros (49%) e à Mapfre Brasil Participações S.A. (51%). O valor ajustado para o negócio foi de R\$ 157.974 mil, corrigidos pela taxa CDI até a data da liquidação.

Em 31.07.2012 ocorreu a liquidação financeira do contrato pelo valor de R\$ 166.958 mil.

Resumo da operação:

	R\$ mil
	Posição em 31.07.2012
Preço pago na aquisição	166.958
Patrimônio Líquido da Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	24.637
Ágio registrado na Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	142.321
Percentual de participação na Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	74,995%
Ágio proporcionalizado	106.734
Eliminação de RNR, com impacto no ágio	52.486
Ágio remanescente - posição consolidada	54.248

3 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

A elaboração de demonstrações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, ativos fiscais diferidos, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis, valorização de instrumentos financeiros, ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados e outras provisões. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

As demonstrações contábeis individuais contemplam as operações do Banco do Brasil realizadas no país e no exterior (BB-Banco Múltiplo) e as demonstrações contábeis consolidadas contemplam também as operações das subsidiárias financeiras e não financeiras no país e no exterior, das entidades sob controle conjunto, da Entidade de Propósito Específico - Dollar Diversified Payment Rights Finance Company, e dos fundos de investimentos financeiros que o Banco controla direta ou indiretamente, bem como das participações em outras empresas, conforme determinado pelo Bacen (BB-Consolidado).

Na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas, foram eliminados os valores oriundos de transações entre as empresas consolidadas, compreendendo as participações acionárias de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, despesas, bem como os lucros não realizados, líquido dos efeitos tributários. As participações dos não controladores no patrimônio líquido e no resultado das controladas foram destacadas nas demonstrações contábeis. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado das participações societárias em que o controle é compartilhado com outros acionistas foram consolidados proporcionalmente à participação no capital social da investida. As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite normas e interpretações contábeis, alinhadas às normas internacionais de contabilidade, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários. O Bacen recepcionou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pelo Banco, quando aplicável: CPC 00 - Pronunciamento Conceitual Básico, CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente e CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Adicionalmente, o Banco Central editou a Resolução CMN 3.533, de 31.01.2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros. A Resolução é convergente com os critérios de baixa de ativos financeiros especificados no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

O Banco aplicou, ainda, os seguintes pronunciamentos que não são conflitantes com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, CPC 22 – Informações por Segmento, CPC 33 – Benefícios a Empregados e CPC 41 – Resultado por Ação.

Os pronunciamentos CPC 07 – Subvenções e Assistências Governamentais, CPC 17 – Contratos de Construção, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola e CPC 35 – Demonstrações Separadas, não conflitantes com as normas do Bacen, poderão ser aplicados pelo Banco na medida em que ocorrerem eventos ou transações abrangidos por esses CPCs.

A aplicação dos demais normativos que dependem de regulamentação do Bacen reflete, basicamente, em ajustes imateriais ou em alterações na forma de divulgação, exceto os seguintes pronunciamentos que podem gerar impactos relevantes nas demonstrações contábeis:

CPC 04 – Ativos Intangíveis e CPC 15 – Combinação de Negócios – a) reclassificação dos ativos intangíveis identificados nas aquisições do controle do Banco Nossa Caixa e de participação no Banco Votorantim, ocorridas em 2009, bem como na aquisição de controle do Banco Patagonia, em 2011, e do BB Americas em 2012, da conta de Investimentos para a conta de Intangível, no grupamento do Ativo Não Circulante – Permanente; b) não reconhecimento de despesas de amortização de ágios por expectativa de rentabilidade futura oriundos das aquisições; e, c) reconhecimento de despesa de amortização de intangíveis com vida útil definida, identificados nas aquisições.

CPC 19 – Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto – segundo o CPC 19, na formação das *joint ventures* SH1 e SH2, em 30.06.2011, as participações societárias recebidas na formação da parceria são registradas a valor justo; o valor contábil dos ativos contribuídos pelo Banco do Brasil, incluindo qualquer ágio, são baixados e o resultado da transação é reconhecido na proporção da participação societária da Mapfre nas novas sociedades constituídas.

CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – ajuste na provisão para crédito de liquidação duvidosa, em virtude da adoção do critério de perda incorrida ao invés do critério da perda esperada.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 19.02.2013.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas, segregadas por segmentos de negócios:

				% de Participação	
				31.12.2012	30.12.2011
Segmento Bancário				Atividade	
Banco do Brasil – AG. Viena	(1)	(4)	Bancária	100%	100%
BB Leasing Company Ltd.	(1)	(4)	Arrendamento	100%	100%
BB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil	(1)	(4)	Arrendamento	100%	100%
BB Securities Asia Pte. Ltd.	(1)	(4)	Corretora	100%	100%
BB Securities LLC.	(1)	(4)	Corretora	100%	100%
BB Securities Ltd.	(1)	(4)	Corretora	100%	100%
BB USA Holding Company, Inc.	(1)	(4)	Holding	100%	100%
Braslian American Merchant Bank	(1)	(4)	Bancária	100%	100%
BB Americas	(1)	(4)	Banco Múltiplo	100%	--
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	(4)	Administração de Ativos	99,62%	99,62%
Banco Patagonia S.A.	(1)	(4)	Banco Múltiplo	58,96%	58,96%
Banco Votorantim S.A.	(2)	(4)	Banco Múltiplo	50%	50%
Segmento Investimentos				Atividade	
BB Banco de Investimento S.A.	(1)	(4)	Banco de Investimento	100%	100%
Kepler Weber S.A.	(2)	(4)	Indústria	17,56%	17,56%
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec	(3)	(5)	Aquisição de Créditos	12,12%	12,12%
Neoenergia S.A.	(2)	(4)	Energia	11,99%	11,99%
Segmento Gestão de Recursos				Atividade	
BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(1)	(4)	Administração de Ativos	100%	100%
Segmento Seguros, Previdência e Capitalização				Atividade	
BB Seguridade Participações S.A.	(1)	(4)	Holding	100%	--
BB Cor Participações S.A.	(1)	(4)	Holding	100%	--
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	(1)	(4)	Corretora	100%	100%
BB Seguros Participações S.A.	(1)	(4)	Holding	100%	100%
Nossa Caixa Capitalização S.A.	(1)	(4)	Capitalização	100%	100%
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	(2)	(4)	Holding	74,99%	74,99%
Aliança Participações S.A.	(2)	(6)	Holding	--	74,99%
Mapfre Participações Ltda.	(2)	(6)	Holding	--	74,99%
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	(2)	(4)	Seguradora	74,99%	74,99%
Mapfre Vida S.A.	(2)	(4)	Previdência	74,99%	74,99%
Vida Seguradora S.A.	(2)	(4)	Seguradora	74,99%	74,99%
Brasilprev Seguros e Previdência S.A.	(2)	(4)	Seguradora/Previdência	74,99%	74,99%
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	(2)	(4)	Seguradora/Previdência	74,99%	49%
Brasilcap Capitalização S.A.	(2)	(4)	Capitalização	66,66%	66,66%
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	(2)	(4)	Holding	50%	50%
Aliança Rev Participações S.A.	(2)	(6)	Holding	--	50%
Aliança do Brasil Seguros S.A.	(2)	(4)	Seguradora	50%	50%
Brasilveiculos Companhia de Seguros	(2)	(4)	Seguradora	50%	50%
Mapfre Seguros Gerais S.A.	(2)	(4)	Seguradora	50%	50%
Mapfre Affinity Seguradora S.A.	(2)	(4)	Seguradora	50%	50%
Mapfre Assistência S.A.	(2)	(4)	Prestação de Serviços	50%	50%
Votorantim Corretora de Seguros S.A.	(2)	(4)	Corretora	50%	50%
Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação – SBCE	(3)	(4)	Seguradora	12,09%	12,09%
Segmento Meios de Pagamento				Atividade	
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	(1)	(4)	Prestação de Serviços	100%	100%
BB Elo Cartões Participações S.A.	(1)	(4)	Holding	100%	100%
Elo Participações S.A.	(2)	(4)	Holding	49,99%	49,99%
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços CBSS	(2)	(4)	Prestação de Serviços	49,99%	49,99%
Elo Serviços S.A.	(2)	(4)	Prestação de Serviços	33,33%	33,33%
Cielo S.A.	(2)	(4)	Prestação de Serviços	28,68%	28,72%
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban	(3)	(4)	Prestação de Serviços	13,53%	13,53%
Outros Segmentos				Atividade	
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros	(1)	(4)	Aquisição de Créditos	100%	100%
Ativos S.A. Gestão de Cobrança e Recuperação de Crédito	(1)	(4)	Aquisição de Créditos	100%	100%
BB Administradora de Consórcios S.A.	(1)	(4)	Consórcio	100%	100%
BB Tur Viagens e Turismo Ltda.	(1)	(5)	Turismo	100%	100%
BB Money Transfers Inc.	(1)	(4)	Prestação de Serviços	100%	100%
Cobra Tecnologia S.A.	(1)	(4)	Informática	99,97%	99,97%
BV Participações S.A.	(2)	(4)	Holding	50%	50%

(1) Controladas.

(2) Controle em conjunto, incluídas proporcionalmente na consolidação.

(3) Coligadas, incluídas proporcionalmente na consolidação conforme determinação do Bacen.

(4) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a Dezembro/2012.

(5) Demonstrações contábeis para consolidação relativas a Novembro/2012.

(6) Empresas descontinuadas durante o exercício/2012.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Foram consolidados ainda os fundos de investimentos financeiros BV Financeira FIDC V, BVIA Fundo de Investimento em Participações, Fundo de Investimento Nióbio I e a Entidade de Propósito Específico no exterior Dollar Diversified Payment Rights Finance Company, os quais o Banco controla direta ou indiretamente.

Para efeito de comparabilidade, em função de alteração nas políticas contábeis, foram efetuadas, no Banco Múltiplo e no BB-Consolidado, no exercício 2011, as seguintes reclassificações:

- a) de R\$ 1.290.781 mil do grupamento Outras Despesas Operacionais – Bônus de Relacionamento Negocial para o grupamento Despesas com Captações no Mercado Aberto e com Depósitos – Depósitos Judiciais, de forma a evidenciar melhor a essência da operação;
- b) de R\$ 23.741 mil do grupamento Outras Despesas Operacionais – Outras para o grupamento Despesas com Captações no Mercado Aberto e com Depósitos – Outras, de forma a evidenciar melhor a essência da operação;
- c) de R\$ 34.480 mil do grupamento Outras Despesas Operacionais – Convênio INSS para o grupamento Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses – Outras, de forma a evidenciar melhor a essência da operação; e
- d) de R\$ 57.156 mil do grupamento Outras Despesas Operacionais – Atualização de Recursos a Devolver ao Tesouro Nacional (Lei 9.138/95) para o grupamento Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses – Tesouro Nacional, de forma a evidenciar melhor a essência da operação.

4 – Resumo das Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis adotadas pelo Banco do Brasil são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata die*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por passivos contingentes e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle do Banco, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações em ouro, aplicações em operações compromissadas – posição bancada, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moedas estrangeiras, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**e) Títulos e Valores Mobiliários – TVM**

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração do Banco em três categorias distintas, conforme Circular Bacen n.º 3.068/2001:

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente ao valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação na data da apuração ou, na falta desse, o valor de ajuste diário das operações de mercado futuro divulgados pela Anbima, BM&FBovespa ou o valor líquido provável de realização obtido por meio de modelos de precificação, utilizando curvas de valores futuros de taxas de juros, taxas de câmbio, índice de preços e moedas, todas devidamente aderentes aos preços praticados no exercício.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independente de como estão classificados, são apropriados *pro rata die*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período.

As perdas com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento que não tenham caráter de perdas temporárias são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como lucro ou prejuízo com títulos e valores mobiliários.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

g) Operações de Crédito, de Arrendamento Mercantil, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, de arrendamento mercantil, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 10.e).

h) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda (15% + adicional de 10%)	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL ⁽¹⁾	15%
PIS/Pasep ⁽²⁾	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins ⁽²⁾	4%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN	Até 5%

(1) Alíquota aplicada às empresas financeiras e às empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização. Para as demais empresas não financeiras, a alíquota de CSLL corresponde a 9%.

(2) Para as empresas não financeiras optantes do regime de apuração não cumulativo, a alíquota do PIS/Pasep é de 1,65% e da Cofins é de 7,6%.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 3.655/2008, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço ao Banco ocorrerão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas à medida em que forem sendo realizadas.

j) Ativo Permanente

Investimentos: os investimentos em controladas e coligadas com influência significativa ou com participação de 20% ou mais no capital votante e em demais sociedades que fazem parte de um

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliados por equivalência patrimonial com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Os ágios correspondentes ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, estão sustentados pelas avaliações econômico-financeiras que fundamentaram o preço de compra dos negócios, são amortizados com base nas projeções de resultado anual constantes nos respectivos estudos econômico-financeiros e são submetidos anualmente ao teste de redução ao valor recuperável de ativos.

As demonstrações contábeis das agências e controladas no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para a moeda Real pelo critério de taxas correntes, conforme previsto nas Circulares Bacen n.º 2.397/1993 e n.º 2.571/1995 e seus efeitos são reconhecidos no resultado do período.

Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas por desvalorização (imparidade), quando aplicável.

Imobilizado de Uso: o ativo imobilizado é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias - 4%, veículos - 20%, sistemas de processamento de dados - 20% e demais itens - 10% (Nota 15).

Diferido: o ativo diferido está registrado ao custo de aquisição ou formação, líquido das respectivas amortizações acumuladas. Contempla, principalmente, os gastos de reestruturação da Empresa e os gastos efetuados, até 30.09.2008, em imóveis de terceiros, decorrentes de instalação de dependências e amortizados mediante taxas apuradas com base no prazo de locação, e com aquisição e desenvolvimento de sistemas, amortizados à taxa anual de 20%.

Intangível: o ativo intangível corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Um ativo satisfaz o critério de identificação de um ativo intangível quando: for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido, transferido ou licenciado, alugado ou trocado individualmente ou junto a um contrato, ativo ou passivo relacionado, independente da intenção de uso pela entidade ou resultar de direitos contratuais ou outros direitos legais, independentemente de tais direitos serem transferíveis ou separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações.

Os ativos intangíveis possuem vida útil definida e referem-se basicamente aos desembolsos para aquisição de direitos para prestação de serviços bancários (direitos de gestão de folhas de pagamento), amortizados de acordo com os prazos dos contratos; *softwares*, amortizados pelo método linear à taxa de 20% ao ano a partir da data da sua disponibilidade para uso e; na conta Outros Ativos Intangíveis, o direito de utilização da rede do Banco Postal, que é amortizado de acordo com o prazo contratual. Os ativos intangíveis são ajustados por provisão para perda por desvalorização (imparidade), quando aplicável (Nota 16). A amortização dos ativos intangíveis é contabilizada em Outras Despesas Administrativas.

k) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros – Imparidade

Ao final de cada período de reporte, o Banco avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, o Banco estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, o Banco testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos. Esse teste pode ser executado a qualquer momento do ano, desde que seja realizado sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda por imparidade, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**Metodologias aplicadas na avaliação do valor recuperável dos principais ativos não financeiros:**Imobilizado de uso

Terrenos e edificações - na apuração do valor recuperável de terrenos e edificações, são efetuadas avaliações técnicas em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

Sistemas de processamento de dados - na apuração do valor recuperável dos itens relevantes que compõem os sistemas de processamento de dados, são considerados o valor de mercado para itens com valor de mercado disponível ou o valor passível de ser recuperado pelo uso nas operações do Banco para os demais itens, cujo cálculo considera a projeção dos fluxos de caixa dos benefícios decorrentes do uso de cada bem durante a sua vida útil, descontada a valor presente com base na taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI.

Outros itens de imobilizado - embora sejam sujeitos à análise de indicativo de perda, os demais bens do imobilizado de uso são individualmente de pequeno valor e, em face da relação custo-benefício, o Banco não avalia o valor recuperável desses itens individualmente. No entanto, o Banco realiza inventário anualmente, onde os bens perdidos ou deteriorados são devidamente baixados na contabilidade.

Investimentos e Ágio na Aquisição de Investimentos

A metodologia de apuração do valor recuperável dos investimentos e dos ágios por expectativa de rentabilidade futura consiste em mensurar o resultado esperado do investimento por meio de fluxo de caixa descontado. Para mensurar esse resultado, as premissas adotadas são baseadas em (i) projeções das operações, resultados e planos de investimentos das empresas; (ii) cenários macroeconômicos desenvolvidos pelo Banco; e (iii) metodologia interna de apuração do custo do capital baseado no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

No caso do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil em novembro de 2009, a metodologia consiste em comparar o valor do ágio pago, deduzido pela amortização acumulada, com o valor presente dos resultados do Banco do Brasil projetados para o Estado de São Paulo, descontados os ativos com vida útil definida. As projeções partem dos resultados observados e evoluem com base nas premissas de crescimento de rentabilidade para o Banco do Brasil e são descontadas pela taxa do custo do capital apurada por meio de metodologia interna, baseada no modelo *Capital Asset Pricing Model* – CAPM.

Intangível

Direitos de Gestão de Folhas de Pagamento - O modelo de avaliação do valor recuperável dos direitos de gestão de folhas de pagamento está relacionado ao acompanhamento da performance dos contratos, calculada a partir das margens de contribuição de relacionamento dos clientes vinculados a cada contrato, de forma a verificar se as projeções que justificaram a aquisição do ativo correspondem à performance observada. Para os contratos que não atingem a performance esperada, é reconhecida uma provisão para perda por imparidade.

Softwares - Os *softwares*, substancialmente desenvolvidos internamente de acordo com as necessidades do Banco, são constantemente objeto de investimentos para modernização e adequação às novas tecnologias e necessidades dos negócios. Em razão de não haver similares no mercado, bem como do alto custo para se implantar métricas que permitam o cálculo do seu valor em uso, o teste de recuperabilidade dos *softwares* consiste em avaliar a sua utilidade para a empresa de forma que, sempre que um *software* entra em desuso, seu valor é baixado na contabilidade.

Outros Ativos Intangíveis – Direito de Utilização da Rede do Banco Postal - A metodologia de apuração do valor recuperável do direito de utilização da rede do Banco Postal consiste em calcular o valor presente dos fluxos de resultado produzidos por meio da estratégia de atuação para o Banco Postal, que são projetados com base nos valores realizados e nas premissas definidas no plano de negócios, e são descontados com base na taxa de custo médio ponderado de capital (WACC).

As perdas registradas no resultado para ajuste ao valor recuperável desses ativos, quando houver, são demonstradas nas respectivas notas explicativas.

Notas Explicativas**l) Benefícios a Empregados**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade do Banco relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na Deliberação CVM n.º 600/2009 (Nota 27). A partir de 30.06.2010, a periodicidade das avaliações passou a ser semestral e não mais anual como ocorria até 31.12.2009.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco. Consequentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial.

Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrer ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios, ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

A parcela dos ganhos ou perdas atuariais reconhecida no resultado do Banco corresponde ao excesso que não se enquadrou no “corredor” dividido pelo tempo médio de trabalho restante dos empregados que participam do plano. O corredor corresponde ao que for maior dentre:

- 1- 10% do valor presente da obrigação atuarial total do benefício definido; e
- 2- 10% do valor justo dos ativos do plano.

O Banco reconhece os ganhos/perdas atuariais no próprio período em que foi realizado o cálculo atuarial, conforme permitido pela Deliberação CVM n.º 600/2009.

As contribuições devidas pelo Banco aos planos de assistência médica, em alguns casos, permanecem após a aposentadoria do empregado. Sendo assim, as obrigações do Banco são avaliadas pelo valor presente atuarial das contribuições que serão realizadas durante o período esperado de vinculação dos associados e beneficiários ao plano. Tais obrigações são avaliadas e reconhecidas utilizando-se os mesmos critérios dos planos de benefício definido.

O ativo atuarial reconhecido no balanço (Nota 27) refere-se aos ganhos atuariais e sua realização ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Poderão ocorrer realizações parciais desse ativo atuarial, condicionadas ao atendimento dos requisitos da Lei Complementar n.º 109/2001 e da Resolução CGPC n.º 26/2008.

m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

Os depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Operações Relacionadas às Atividades de Seguros, Previdência e Capitalização**Apuração do Resultado**

Os prêmios de seguros e as despesas de comercialização são contabilizados por ocasião da emissão das apólices ou faturas e reconhecidos no resultado de acordo com o período decorrido de vigência do risco coberto. As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização relativas aos riscos vigentes, ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas no resultado em bases estimadas.

A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos prêmios emitidos auferidos.

As operações de cosseguro aceito, retrocessão e do Convênio Dpvat são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres, do IRB Brasil Resseguros S.A. e da Seguradora Líder - Dpvat, respectivamente.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

As receitas de planos de previdência, seguros de vida com cobertura de sobrevivência e capitalização são reconhecidas no resultado quando efetivamente recebidas, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de riscos nos casos de planos de previdência conjugados, as quais devem ser reconhecidas pelo período de vigência do respectivo risco, independente do seu recebimento. Os custos de comercialização são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio estimado para a sua recuperação, exceto os relacionados à capitalização.

As demais receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

Provisões Técnicas

As regras e procedimentos para a constituição das provisões técnicas são regulamentados pela Resolução n.º 162/2006 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e alterações posteriores por meio das Resoluções n.º 181/2007, n.º 195/2008 e n.º 204/2009 do CNSP.

Seguros

Provisão de Prêmios não Ganhos (PPNG): é constituída (i) para cobertura de sinistros a ocorrer considerando indenizações e despesas relacionadas a riscos vigentes na data do cálculo e (ii) para registro das parcelas de prêmios que serão apropriados ao resultado durante a vigência do seguro, calculada *pro rata die*, tomando-se por base a data do início e do fim de vigência do risco segurado.

Provisão de Prêmios não Ganhos dos Riscos Vigentes, mas não Emitidos (PPNG-RVNE): representa o ajuste da PPNG dada a existência de riscos assumidos, cuja apólice ainda não foi operacionalmente emitida. É calculada com metodologia baseada na construção de triângulos de "run-off", que consideram o intervalo entre a data de início de vigência do risco e a data de emissão das apólices, em bases retrospectivas, no período de 24 meses.

Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP): representa a necessidade de cobertura de possíveis insuficiências das provisões de prêmios para cobertura das obrigações futuras relacionadas aos contratos de seguros.

Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL): representa a estimativa de pagamentos prováveis de indenizações de resseguros, líquidas das recuperações de cosseguro cedido, determinada com base nos avisos de sinistro recebidos até a data do balanço. A PSL inclui provisão para os sinistros em discussão judicial, constituída conforme critérios definidos e documentados em Nota Técnica Atuarial. Os valores provisionados são atualizados monetariamente e incluem estimativa de custos a serem incorridos com honorários de sucumbências.

Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Avisados [IBNR – Incurred But Not Reported]: representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações contábeis. É calculada com base em método atuarial que apura a melhor estimativa com base no histórico de cada segmento de negócio em relação aos sinistros ocorridos e não avisados e conforme definido em cada Nota Técnica Atuarial.

Provisão Complementar de Prêmios (PCP): tem como objetivo manter a empresa resguardada nas transições mensais, mantendo o montante das provisões técnicas de prêmio (PPNG e PPNG-RVNE) maior ou igual à média diária do mês de apuração. Calculada para complementar a PPNG, o valor da PCP é a diferença positiva entre a média da PPNG diária e a PPNG do último dia do mês. No seu cálculo devem ser considerados todos os riscos vigentes, emitidos ou não.

Previdência

Provisão Matemática de Benefícios a Conceder: representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos nas aplicações dos recursos. Essa provisão refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foi iniciada.

Provisão Matemática de Benefícios Concedidos: refere-se àqueles já em gozo de benefícios.

Provisões para Insuficiência de Contribuições e de Prêmios: são constituídas para fazer face a eventuais oscilações desfavoráveis nos riscos técnicos assumidos nas provisões matemáticas de benefícios a conceder e concedidos, decorrentes da tendência de maior sobrevivência dos participantes e o seu cálculo é efetuado utilizando-se como parâmetro a tábua de mortalidade "AT 2000 Male/Female Suavizada" e premissas relacionadas, considerando todos os contratos vigentes.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Provisão de Oscilação Financeira: é constituída para fazer frente aos eventuais impactos de variações desfavoráveis nas taxas futuras dos recursos destinados ao pagamento de benefícios e resgates aos participantes, considerando a remuneração mínima garantida contratualmente.

Provisão de Benefícios a Regularizar (PBAR): corresponde ao valor total dos pecúlios e rendas vencidos, não pagos em decorrência de eventos ocorridos, inclusive a atualização de valor cabível, além dos valores estimados referentes às ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado.

Capitalização

Provisão Matemática para Resgate: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, atualizada com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep.

Provisões para Resgate de Títulos Vencidos e Antecipados: são constituídas pelos valores dos títulos com prazos de capitalização finalizados e rescindidos, atualizados monetariamente no período entre a data do direito do resgate e a efetiva liquidação.

Provisão para Sorteio a Realizar: é calculada sobre o valor nominal dos títulos, com base em notas técnicas atuariais aprovadas pela Susep. A baixa da provisão é registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados.

Provisão de Sorteio a Pagar: é constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação.

Teste de adequação de passivos - TAP

Para as operações de seguro, resseguro e de previdência complementar, o Banco realiza o Teste de Adequação de Passivos conforme regras e procedimentos instituídos pela Circular Susep n.º 457/2012. O teste de adequação de passivos é realizado semestralmente e tem o objetivo de verificar se as provisões constituídas estão adequadas, devendo essa avaliação ser feita com o uso de estimativas correntes de fluxos de caixa futuros dos contratos.

A metodologia utilizada considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, levando em conta premissas de cancelamento, sinistralidade, longevidade, anuitização, outras despesas relacionadas às operações e as receitas inerentes ao negócio.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETTJ publicada pela Susep, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos em vigor.

O teste realizado para a data-base de 31.12.2012 não apresentou insuficiência em quaisquer dos grupos de contratos de seguros, resseguros e previdência complementar.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009 (Nota 28).

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente, da seguinte forma:

Massificados: processos relativos às causas consideradas semelhantes e usuais, e cujo valor não seja considerado relevante, segundo parâmetro estatístico por grupo de ação, tipo de órgão legal (Juizado Especial Cível ou Justiça Comum) e reclamante. Para apuração do valor das obrigações nas ações de natureza trabalhista, são considerados os valores médios dos pagamentos de processos encerrados nos últimos 24 meses, corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Nas ações de natureza cível são considerados os valores médios dos pagamentos dos

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

processos encerrados nos últimos 24 meses e, nas ações referentes a planos econômicos, são considerados os valores médios dos pagamentos realizados nos últimos 24 meses.

Individualizados: processos relativos às causas consideradas não usuais ou cujo valor seja considerado relevante sob a avaliação de assessores jurídicos. Considera-se o valor indenizatório pretendido, o valor provável de condenação, provas apresentadas e provas produzidas nos autos, jurisprudência sobre a matéria, subsídios fáticos levantados, decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação, classificação e grau de risco de perda da ação judicial.

Os passivos contingentes, de mensuração individualizada, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

p) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

q) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base *pro rata die* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata die*.

r) Lucro por Ação

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM n.º 636/2010. O lucro básico por ação do Banco foi calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais, excluídas as ações em tesouraria (Nota 24.e).

s) Pronunciamentos Contábeis Recentemente Emitidos

Por meio da Deliberação n.º 695/2012, de 13.12.2012, a CVM recepcionou o pronunciamento técnico CPC 33(R1). As principais alterações são: i) exclusão da possibilidade de utilização do método do corredor; ii) os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial). As remensurações do valor líquido de ativo ou passivo atuarial reconhecido contra ajustes de avaliação patrimonial não devem ser reclassificadas para o resultado no período subsequente; iii) a despesa/receita financeira do plano passa a ser reconhecida pelo valor líquido com base na taxa de desconto; iv) são incluídos novos requisitos de divulgação nas demonstrações contábeis; e v) o pronunciamento deve ser aplicado de forma retrospectiva, em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção do referido pronunciamento se aplica aos exercícios iniciados a partir de 01.01.2013.

Caso a norma já estivesse vigente em 31.12.2012, haveria os seguintes efeitos nas demonstrações contábeis:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

	R\$ mil				
	Plano 1 - Previ	Plano Informal - Previ	Plano de Associados - Cassi	Outros Planos	Total
Aumento/(Redução) no ativo atuarial	(4.441.209)	--	--	23.649	(4.417.560)
(Aumento)/Redução no passivo fiscal diferido	1.900.393	--	--	(10.119)	1.890.274
(Aumento) no passivo atuarial	--	(109.101)	(2.577.272)	(719.062)	(3.405.435)
Aumento no ativo fiscal diferido	--	43.640	1.030.909	287.625	1.362.174
Efeito no patrimônio líquido	(2.540.816)	(65.461)	(1.546.363)	(417.907)	(4.570.547)

5 – Informações por Segmento

As informações por segmento foram elaboradas considerando critérios utilizados pela Administração na avaliação de desempenho do segmento, na tomada de decisões quanto à alocação de recursos para investimento e outros fins, o ambiente regulatório e as semelhanças entre produtos e serviços.

As operações do Banco estão divididas basicamente em cinco segmentos: bancário, investimentos, gestão de recursos, seguridade (seguros, previdência e capitalização) e meios de pagamento. Além desses, o Banco participa de outras atividades econômicas, tais como consórcios e suporte operacional, que foram agregadas em "Outros Segmentos".

As transações intersegmentos são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

a) Segmento Bancário

Responsável pela parcela mais significativa do resultado do Banco, preponderantemente obtido no Brasil, compreende uma grande diversidade de produtos e serviços, tais como depósitos, operações de crédito, cartões, que são disponibilizados aos clientes por meio dos mais variados canais de distribuição situados no país e no exterior.

As operações do segmento bancário abrangem os negócios com os mercados de varejo, atacado e governo, realizados por meio de rede e equipes de atendimento, e os negócios com microempreendedores e o setor informal realizados por intermédio de correspondentes bancários.

b) Segmento de Investimentos

Nesse segmento são realizados negócios no mercado de capitais doméstico, com atuação na intermediação e distribuição de dívidas no mercado primário e secundário, além de participações societárias e da prestação de serviços financeiros.

O resultado da intermediação financeira do segmento é obtido por meio de receitas auferidas nas aplicações em títulos e valores mobiliários deduzidas das despesas de captação de recursos junto a terceiros. As participações acionárias existentes estão concentradas nas empresas coligadas e controladas. As receitas de prestação de serviços financeiros resultam de assessorias econômico-financeiras, de *underwriting* de renda fixa e variável.

c) Segmento de Gestão de Recursos

Responsável essencialmente pelas operações, inerentes à compra, venda, e custódia de títulos e valores mobiliários, administração de carteiras e administração de fundos e clubes de investimento. As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos investidores pela prestação desses serviços.

d) Segmento de Seguros, Previdência e Capitalização

Nesse segmento são oferecidos produtos e serviços relacionados a seguros de vida, patrimonial e automóvel, planos de previdência complementar e planos de capitalização.

O resultado advém principalmente das receitas com prêmios de seguros emitidos, contribuições de planos de previdência, títulos de capitalização e aplicações em títulos e valores mobiliários,

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

deduzidas das despesas de comercialização, provisões técnicas e despesas com benefícios e resgates.

e) Segmento de Meios de Pagamento

Responsável pela prestação dos serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações em meio eletrônico.

As receitas são oriundas principalmente das comissões e taxas de administração cobradas dos estabelecimentos comerciais e bancários pela prestação dos serviços descritos no parágrafo anterior, além das rendas de aluguel, instalação e manutenção de terminais eletrônicos.

f) Outros Segmentos

Compreende os segmentos de suporte operacional e consórcios, que foram agregados por não serem individualmente representativos.

Suas receitas são oriundas principalmente da prestação de serviços não contemplados nos segmentos anteriores, tais como: recuperação de créditos, administração de consórcios, desenvolvimento, fabricação, comercialização, aluguel e integração de equipamentos e sistemas de eletrônica digital, periféricos, programas, insumos e suprimentos de informática, além da intermediação de passagens aéreas, hospedagens e organização de eventos.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

Composição por segmento:

BB-Consolidado	2º Semestre/2012							R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, Previdência e Capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receitas	63.536.553	653.748	625.695	3.306.771	1.367.145	814.852	(1.147.442)	69.157.322
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	33.652.876	--	--	--	--	--	(144.690)	33.508.186
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	12.074.990	139.286	31.096	41.045	149.432	11.456	(182.912)	12.264.393
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	2.788.115	--	--	--	(9)	11	(11)	2.788.106
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.421.332	--	--	30.989	1.452.321
Rendas de prestação de serviços	5.077.749	277.651	410.820	542.766	1.191.410	543.035	(668.539)	7.374.892
Rendas com tarifas, taxas e comissões	3.193.601	16.562	178.531	--	--	--	--	3.388.694
Resultado de participações em coligadas e controladas	(95.427)	11.103	--	--	--	--	--	(84.324)
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	1.228.193	--	--	(3.360)	1.224.833
Outras receitas	6.844.649	209.146	5.248	73.435	26.312	260.350	(178.919)	7.240.221
Despesas	(55.944.069)	(378.476)	(111.202)	(2.182.238)	(767.925)	(704.712)	1.041.112	(59.047.510)
Despesas de captação no mercado	(24.225.997)	(106.917)	--	--	(1.222)	(15.310)	184.832	(24.164.614)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(3.173.084)	--	--	--	(15)	(38)	--	(3.173.137)
Provisão/(Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(6.938.015)	367	(6)	--	13	(18)	--	(6.937.659)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(1.077.102)	--	--	--	(1.077.102)
Despesas de pessoal	(8.166.040)	(26.412)	(29.933)	(185.222)	(82.294)	(102.728)	3.028	(8.589.601)
Outras despesas administrativas	(6.168.127)	(71.228)	(13.437)	(500.905)	(125.680)	(98.636)	635.287	(6.342.726)
Depreciação	(396.983)	(1.306)	--	(7.370)	(8.753)	(3.497)	--	(417.909)
Amortização do diferido	(133.252)	--	--	(13.547)	(4.147)	(1.548)	--	(152.494)
Amortização de ativos intangíveis	(1.166.996)	(3)	--	--	(170)	(50)	--	(1.167.219)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(37.290)	--	--	--	--	--	--	(37.290)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	2.026	--	--	--	(1.203)	--	--	823
Outras despesas ⁽¹⁾	(5.540.311)	(172.977)	(67.826)	(398.092)	(544.454)	(482.887)	217.965	(6.988.582)
Lucro antes da tributação e participações⁽²⁾	7.592.484	275.272	514.493	1.124.533	599.220	110.140	(106.330)	10.109.812
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽³⁾	(1.513.045)	(54.770)	(205.092)	(386.976)	(201.955)	(31.167)	45.079	(2.347.926)
Participações no lucro	(963.033)	--	(259)	(16.584)	(1.084)	(4.628)	--	(985.588)
Participação dos não controladores	(81.292)	--	--	--	--	(2)	--	(81.294)
Lucro Líquido⁽⁴⁾	5.035.114	220.502	309.142	720.973	396.181	74.343	(61.251)	6.695.004
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.084.778.159	6.180.755	921.453	69.427.954	4.654.755	4.095.177	(19.572.066)	1.150.486.189
Investimento em coligadas e controladas	12.689.935	2.559.159	72	522.588	--	--	(9.597.139)	6.174.615
Passivos	1.018.427.232	3.502.307	789.959	64.755.850	3.707.762	1.577.854	(8.344.742)	1.084.416.224

(1) Conforme normas do Banco Central do Brasil, desde janeiro de 2011, é reconhecida amortização de ágio (nota 14.c). No semestre, foram amortizados R\$ 67.128 mil no segmento Seguros, Previdência e Capitalização.

(2) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 106.330 mil refere-se à eliminação de resultado não realizado, sendo: R\$ 103.000 mil referente à Ativos S.A. e R\$ 3.330 mil da Cobra Tecnologia.

(3) Foi ativado no BB-Consolidado o montante de R\$ 45.079 mil (destacado nas transações intersegmentos) referente ao crédito tributário incidente sobre o resultado não realizado.

(4) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 61.251 mil refere-se à eliminação do resultado não realizado líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

R\$ mil								
BB-Consolidado	Exercício 2012							
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, Previdência e Capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receitas	129.810.332	1.165.787	1.250.870	6.414.990	2.533.195	1.553.089	(2.134.762)	140.593.501
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	68.498.146	--	--	--	--	--	(242.886)	68.255.260
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	26.285.618	218.692	57.423	72.423	288.461	23.556	(398.610)	26.547.563
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	6.072.385	--	--	--	(115)	(10)	(22)	6.072.238
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.829.919	--	--	56.891	2.886.810
Rendas de prestação de serviços	10.102.472	507.699	815.613	998.288	2.197.747	1.033.561	(1.169.829)	14.485.551
Rendas com tarifas, taxas e comissões	6.187.671	33.353	364.590	--	--	--	--	6.585.614
Resultado de participações em coligadas e controladas	230.212	32.393	--	998	--	--	--	263.603
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.361.964	--	--	(12.851)	2.349.113
Outras receitas	12.433.828	373.650	13.244	151.398	47.102	495.982	(367.455)	13.147.749
Despesas	(116.178.034)	(726.372)	(215.422)	(4.318.896)	(1.364.703)	(1.301.663)	1.948.333	(122.156.757)
Despesas de captação no mercado	(51.230.961)	(255.303)	--	--	(1.222)	(33.441)	408.795	(51.112.132)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(8.901.417)	--	--	--	(31)	(73)	--	(8.901.521)
Provisão/(Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(13.873.844)	356	551	--	(64)	1.133	--	(13.871.868)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(2.132.244)	--	--	--	(2.132.244)
Despesas de pessoal	(15.709.857)	(50.089)	(57.970)	(354.273)	(135.452)	(201.587)	5.785	(16.503.443)
Outras despesas administrativas	(12.218.571)	(98.902)	(24.912)	(964.112)	(214.592)	(205.890)	1.223.199	(12.503.780)
Depreciação	(924.750)	(2.613)	--	(14.611)	(13.886)	(6.944)	--	(962.804)
Amortização do diferido	(173.456)	--	--	(23.359)	(5.097)	(3.634)	--	(205.546)
Amortização de ativos intangíveis	(2.336.780)	(8)	--	--	(3.914)	(120)	--	(2.340.822)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros	(37.290)	--	--	--	--	--	--	(37.290)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	2.117	--	--	--	(6.291)	--	--	(4.174)
Outras despesas ⁽¹⁾	(10.773.225)	(319.813)	(133.091)	(830.297)	(984.154)	(851.107)	310.554	(13.581.133)
Lucro antes da tributação e participações⁽²⁾	13.632.298	439.415	1.035.448	2.096.094	1.168.492	251.426	(186.429)	18.436.744
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽³⁾	(2.595.261)	(84.581)	(417.468)	(752.462)	(397.558)	(72.608)	79.354	(4.240.584)
Participações no lucro	(1.776.606)	--	(505)	(36.634)	(1.894)	(19.623)	--	(1.835.262)
Participação dos não controladores	(156.050)	--	--	--	--	272	--	(155.778)
Lucro Líquido⁽⁴⁾	9.104.381	354.834	617.475	1.306.998	769.040	159.467	(107.075)	12.205.120
Saldos Patrimoniais								
Ativos	1.084.778.159	6.180.755	921.453	69.427.954	4.654.755	4.095.177	(19.572.066)	1.150.486.189
Investimento em coligadas e controladas	12.689.935	2.559.159	72	522.588	--	--	(9.597.139)	6.174.615
Passivos	1.018.427.232	3.502.307	789.959	64.755.850	3.707.762	1.577.854	(8.344.742)	1.084.416.224

(1) Conforme normas do Banco Central do Brasil, desde janeiro de 2011, é reconhecida amortização de ágio (nota 14.c). No exercício de 2012, foram amortizados R\$ 160.504 mil no segmento Seguros, Previdência e Capitalização.

(2) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 186.429 mil refere-se à eliminação de resultado não realizado, sendo: R\$ 183.099 mil referente à Ativos S.A. e R\$ 3.330 mil da Cobra Tecnologia.

(3) Foi ativado no BB-Consolidado o montante de R\$ 79.354 mil (destacado nas transações intersegmentos) referente ao crédito tributário incidente sobre o resultado não realizado.

(4) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 107.075 mil refere-se à eliminação do resultado não realizado líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

BB-Consolidado	Exercício 2011							R\$ mil
	Bancário	Investimentos	Gestão de Recursos	Seguros, Previdência e Capitalização	Meios de Pagamento	Outros Segmentos	Transações Intersegmentos	Total
Receitas	128.222.668	1.240.772	1.151.629	5.341.223	2.050.591	1.429.425	(2.311.930)	137.124.378
Rendas de operações de crédito e arrendamento mercantil	64.458.664	300	--	--	--	--	(212.096)	64.246.868
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	29.301.292	273.856	87.223	44.319	228.996	27.407	(575.451)	29.387.642
Resultado de operações de câmbio e aplicações compulsórias	6.857.220	--	--	--	(66)	(64)	7	6.857.097
Resultado financeiro de operações de seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.404.644	--	--	59.163	2.463.807
Rendas de prestação de serviços	9.042.305	373.072	891.180	495.767	1.739.525	980.614	(1.051.657)	12.470.806
Rendas com tarifas, taxas e comissões	5.579.578	34.399	156.793	--	--	--	--	5.770.770
Resultado de participações em coligadas e controladas	436.007	20.631	490	(2.249)	--	--	--	454.879
Resultado operacional com seguros, previdência e capitalização	--	--	--	2.237.199	--	--	27.778	2.264.977
Outras receitas	12.757.148	538.514	15.943	161.543	82.136	421.468	(559.674)	13.417.078
Despesas	(113.730.369)	(794.750)	(220.901)	(3.759.638)	(1.128.120)	(1.067.861)	2.099.834	(118.601.805)
Despesas de captação no mercado	(54.430.764)	(382.356)	--	--	--	(44.033)	487.636	(54.369.517)
Despesas com operações de empréstimos, cessões, repasses e arrendamento mercantil	(8.842.864)	--	--	--	(83)	(122)	--	(8.843.069)
Provisão/(Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(11.976.368)	(15)	(104)	--	91	1.305	--	(11.975.091)
Atualização e juros de provisões técnicas	--	--	--	(1.660.831)	--	--	--	(1.660.831)
Despesas de pessoal	(14.272.512)	(45.133)	(52.581)	(267.576)	(96.446)	(184.612)	6.285	(14.912.575)
Outras despesas administrativas	(9.771.831)	(55.205)	(24.138)	(968.267)	(219.490)	(208.853)	1.168.966	(10.078.818)
Depreciação	(948.365)	(2.427)	--	(11.736)	(11.192)	(6.590)	--	(980.310)
Amortização do diferido	(119.974)	--	--	(22.514)	(2.406)	(5.045)	--	(149.939)
Amortização de ativos intangíveis	(2.213.194)	--	--	--	--	(159)	--	(2.213.353)
Resultado na avaliação do valor recuperável de ativos	3.119	--	--	--	(160)	--	--	2.959
Outras despesas ⁽¹⁾	(11.157.616)	(309.614)	(144.078)	(828.714)	(798.434)	(619.752)	436.947	(13.421.261)
Lucro antes da tributação e participações⁽²⁾	14.701.845	446.022	930.728	1.581.585	922.471	361.564	(212.096)	18.732.119
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro ⁽³⁾	(3.382.131)	(66.818)	(370.866)	(566.901)	(305.956)	(120.539)	90.756	(4.722.455)
Participações no lucro	(1.740.848)	(21)	(432)	(22.793)	(1.534)	(24.915)	--	(1.790.543)
Participação dos não controladores	(93.133)	--	--	--	--	2	--	(93.131)
Lucro Líquido⁽⁴⁾	9.485.733	379.183	559.430	991.891	614.981	216.112	(121.340)	12.125.990
Saldos Patrimoniais								
Ativos	931.760.537	7.034.312	1.073.470	52.216.493	2.997.253	4.491.293	(18.343.451)	981.229.907
Investimento em coligadas e controladas	11.289.612	3.681.638	68	484.240	--	--	(8.617.573)	6.837.985
Passivos	873.167.951	3.832.020	947.641	48.293.129	2.368.896	1.984.794	(7.780.894)	922.813.537

(1) Conforme normas do Banco Central do Brasil, a partir de janeiro de 2011, foi reconhecida, no exercício de 2011, a amortização de ágio (nota 14.c) no valor de R\$ 188.879 mil no segmento Seguros, Previdência e Capitalização.

(2) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 212.096 mil refere-se à eliminação de resultado não realizado da Ativos S.A.

(3) Foi ativado no BB-Consolidado o montante de R\$ 90.756 mil (destacado nas transações intersegmentos) referente ao crédito tributário incidente sobre o resultado não realizado.

(4) Nas transações intersegmentos, o valor de R\$ 121.340 mil refere-se à eliminação do resultado não realizado líquido dos efeitos tributários.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**6 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Disponibilidades	11.189.103	9.227.217	12.310.731	10.034.370
Disponibilidades em moeda nacional	7.911.931	7.907.973	8.713.507	8.462.693
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.277.172	1.319.244	3.577.404	1.554.778
Aplicações em ouro	--	--	19.820	16.899
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	46.995.321	33.650.878	45.495.087	33.817.769
Aplicações no mercado aberto – vendas a liquidar – posição bancada	16.228.931	9.486.246	20.760.206	10.051.955
Aplicações em depósitos interfinanceiros	30.766.390	22.786.426	24.517.998	22.259.298
Aplicações em moeda estrangeira	--	1.378.206	216.883	1.506.516
Total de caixa e equivalentes de caixa	58.184.424	42.878.095	57.805.818	43.852.139

(1) Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias.

7 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**a) Composição**

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Aplicações no Mercado Aberto	181.893.599	132.234.087	189.513.953	139.032.202
Revendas a Liquidar – Posição Bancada	16.228.931	9.486.246	22.009.970	13.543.025
Letras Financeiras do Tesouro	--	286	3.145.040	704.394
Letras do Tesouro Nacional	11.352.573	1.651.681	12.692.699	2.870.134
Notas do Tesouro Nacional	4.876.358	7.834.279	5.727.161	9.622.482
Outros títulos	--	--	445.070	346.015
Revendas a Liquidar – Posição Financiada	165.664.668	122.747.841	167.261.653	125.489.177
Letras Financeiras do Tesouro	107.322.605	106.114.287	104.449.107	106.931.871
Letras do Tesouro Nacional	44.809.832	15.766.156	48.362.285	17.590.708
Notas do Tesouro Nacional	13.163.392	848.332	14.081.422	947.532
Outros títulos	368.839	19.066	368.839	19.066
Revendas a Liquidar – Posição Vendida	--	--	242.330	--
Títulos públicos federais – Tesouro Nacional	--	--	242.330	--
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	60.415.198	45.338.862	29.809.481	27.255.604
Total	242.308.797	177.572.949	219.323.434	166.287.806
Ativo circulante	220.109.792	160.955.700	205.206.911	149.233.680
Ativo não circulante	22.199.005	16.617.249	14.116.523	17.054.126

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2ºSem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2ºSem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Rendas de Aplicações no Mercado Aberto	6.851.793	14.134.309	13.713.582	7.151.460	14.753.915	14.572.708
Posição bancada	559.673	892.735	207.672	623.106	1.084.660	478.870
Posição financiada	6.292.120	13.241.574	13.505.910	6.521.329	13.652.899	14.003.370
Posição vendida	--	--	--	7.025	16.356	90.468
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	962.906	1.887.440	1.392.409	225.664	504.605	546.255
Total	7.814.699	16.021.749	15.105.991	7.377.124	15.258.520	15.118.963

Notas Explicativas

8 – Títulos e Valores Mobiliários – TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

a) Títulos e Valores Mobiliários – TVM

BB—Banco Múltiplo													
31.12.2012													
31.12.2011													

Notas Explicativas

BB–Banco Múltiplo													R\$ mil
31.12.2012													31.12.2011
Vencimento em Dias	Valor de Mercado			Acima de 360			Total			Total			
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	
3–Títulos Mantidos até o Vencimento	--	--	59.468	3.980.058	388.912		4.534.365	4.428.438	(105.927)	7.911.771	7.743.430	(168.341)	
Títulos Públicos	--	--	59.468	3.980.058	211.120		4.245.359	4.250.646	5.287	7.610.557	7.615.908	5.351	
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	3.980.058	142.806		4.123.983	4.122.864	(1.119)	7.469.498	7.466.589	(2.909)	
Notas do Tesouro Nacional	--	--	26.643	--	--		26.842	26.643	(199)	25.224	24.323	(901)	
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	32.825	--	--	68.314	94.534	101.139	6.605	115.835	124.996	9.161	
Títulos Privados	--	--	--	--	--	177.792	289.006	177.792	(111.214)	301.214	127.522	(173.692)	
Outros	--	--	--	--	--	177.792	289.006	177.792	(111.214)	301.214	127.522	(173.692)	
Total	169.205	3.202.900	9.925.365	14.811.315	72.698.153		99.812.178	100.806.938	994.760	103.593.290	104.175.398	582.108	
BB–Banco Múltiplo													R\$ mil
31.12.2012													31.12.2011
Vencimento em Dias	Valor de Mercado			Acima de 360			Total			Total			
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	
Por Carteira	169.205	3.202.900	9.925.365	14.811.315	72.698.153		99.812.178	100.806.938	994.760	103.593.290	104.175.398	582.108	
Carteira própria	169.205	3.202.900	5.865.660	5.409.405	40.369.309		54.348.104	55.016.479	668.375	45.795.878	45.883.998	88.120	
Vinculados a compromissos de recompra	--	--	4.059.704	8.583.489	29.553.737		41.870.650	42.196.930	326.280	54.311.273	54.806.339	495.066	
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	16	51.443		51.490	51.459	(31)	47.490	47.422	(68)	
Vinculados à prestação de garantias	--	--	1	818.405	2.723.664		3.541.934	3.542.070	136	3.438.649	3.437.639	(1.010)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

BB-Banco Múltiplo									
31.12.2012									
Total									
Valor de Mercado									
31.12.2011									
Total									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									
Valor de mercado									
Valor de custo									

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

	R\$ mil					
	BB–Banco Múltiplo					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Valor Contábil			Valor Contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	37.949.042	62.963.823	100.912.865	38.042.296	66.301.443	104.343.739
Carteira própria	21.520.600	33.602.337	55.122.937	21.749.007	24.302.592	46.051.599
Vinculados a compromissos de recompra	15.598.409	26.597.913	42.196.322	16.208.777	38.598.302	54.807.079
Vinculados ao Banco Central	16	51.443	51.459	16	47.406	47.422
Vinculados à prestação de garantias	830.017	2.712.130	3.542.147	84.496	3.353.143	3.437.639

	R\$ mil			
	BB–Banco Múltiplo			
	31.12.2012		31.12.2011	
Por Categoria				
Títulos para negociação	15.491.858	15%	20.202.869	19%
Títulos disponíveis para venda	80.886.642	80%	76.229.099	73%
Títulos mantidos até o vencimento	4.534.365	5%	7.911.771	8%
Valor contábil da carteira	100.912.865	100%	104.343.739	100%
Marcação a mercado da categoria 3	(105.927)		(168.341)	
Valor de mercado da carteira	100.806.938		104.175.398	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

BB-Consolidado												R\$ mil
31.12.2012												31.12.2011
Vencimento em Dias	Valor de Mercado						Total					Total
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
1 – Títulos para Negociação	4.499.617	7.750.681	6.755.559	4.567.766	51.137.694		72.401.254	74.711.317	2.310.063	61.652.443	63.257.425	1.604.982
Títulos Públicos	121.024	6.556.796	5.778.747	3.767.328	40.787.004		54.950.295	57.010.899	2.060.604	47.821.152	48.771.949	950.797
Letras Financeiras do Tesouro	--	385.938	3.190.016	591.874	6.689.617		10.859.168	10.857.445	(1.723)	11.124.859	11.126.040	1.181
Letras do Tesouro Nacional	--	619.940	1.118.809	2.769.578	18.653.982		22.556.667	23.162.309	605.642	13.073.931	13.317.793	243.862
Notas do Tesouro Nacional	--	2.696.347	1.342.708	--	14.728.714		17.322.364	18.767.769	1.445.405	19.582.402	20.059.523	477.121
Títulos da Dívida Agrária	--	87	825	1.087	122.457		124.457	124.456	(1)	230.447	230.933	486
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	9.792	20.052	62.421		92.731	92.265	(466)	61.236	62.265	1.029
Títulos de governos estrangeiros	2.136	63.163	80.480	1.486	457.540		557.993	604.805	46.812	419.552	527.209	107.657
Outros	118.888	2.791.321	36.117	383.251	72.273		3.436.915	3.401.850	(35.065)	3.328.725	3.448.186	119.461
Títulos Privados	4.378.593	1.193.885	976.812	800.438	10.350.690		17.450.959	17.700.418	249.459	13.831.291	14.485.476	654.185
Debêntures	6.918	195.470	135.041	232.825	4.622.913		5.085.316	5.193.167	107.851	3.578.465	4.028.063	449.598
Notas promissórias	--	--	122.772	--	--		122.772	122.772	--	84.330	84.330	--
Cédulas de Crédito Bancário	--	--	--	--	--		--	--	--	5.170.748	5.172.907	2.159
Ações	1.997.071	603	--	--	--		1.944.733	1.997.674	52.941	1.607.857	1.476.955	(130.902)
Cotas de fundos de investimentos	2.347.774	685.705	7.499	13	153.127		3.127.306	3.194.118	66.812	2.078.705	2.299.756	221.051
Cédulas de produto rural-commodities	--	9.678	61.564	30.830	83.423		182.332	185.495	3.163	200.993	208.303	7.310
Certificados de depósito bancário	--	302.409	606.682	386.531	737.349		2.025.777	2.032.971	7.194	256.264	279.937	23.673
Eurobonds	--	16	22.447	31.499	139.970		193.235	193.932	697	94.965	93.032	(1.933)
Letras Financeiras	--	--	--	37.052	179.358		216.294	216.410	116	--	--	--
Outros	26.830	4	20.807	81.688	4.434.550		4.553.194	4.563.879	10.685	758.964	842.193	83.229

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

BB-Consolidado														R\$ mil
31.12.2012														31.12.2011
Vencimento em Dias	Valor de Mercado					Total					Total			
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado			
2 - Títulos Disponíveis para Venda	997.713	1.951.390	9.079.022	9.108.574	74.184.718	93.906.515	95.321.417	1.414.902	87.718.978	88.385.009	666.031			
Títulos Públicos	52.652	1.212.468	4.331.663	8.334.301	41.983.950	54.534.638	55.915.034	1.380.396	57.249.922	57.987.459	737.537			
Letras Financeiras do Tesouro	--	127.426	3.352.568	5.830.322	18.801.136	28.111.273	28.111.452	179	37.899.363	37.896.131	(3.232)			
Letras do Tesouro Nacional	--	777.174	904.960	1.236.600	9.692.324	12.525.695	12.611.058	85.363	6.521.962	6.505.823	(16.139)			
Notas do Tesouro Nacional	--	288.322	72.272	--	5.647.692	5.856.605	6.008.286	151.681	5.382.028	5.405.085	23.057			
Títulos da Dívida Agrária	--	543	918	4.817	17.355	22.928	23.633	705	16.309	15.726	(583)			
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	945	--	3.923.846	2.997.832	3.924.791	926.959	2.804.722	3.422.109	617.387			
Títulos de governos estrangeiros	--	19.003	--	1.262.562	3.301.738	4.430.206	4.583.303	153.097	4.262.119	4.364.639	102.520			
Outros	52.652	--	--	--	599.859	590.099	652.511	62.412	363.419	377.946	14.527			
Títulos Privados	945.061	738.922	4.747.359	774.273	32.200.768	39.371.877	39.406.383	34.506	30.469.056	30.397.550	(71.506)			
Debêntures	--	--	2.181.812	34.014	24.894.910	27.072.620	27.110.736	38.116	19.312.246	19.387.871	75.625			
Notas promissórias	--	349.684	1.402.269	212.913	--	1.966.340	1.964.866	(1.474)	3.264.269	3.260.067	(4.202)			
Cédulas de crédito bancário	--	--	--	--	--	--	--	--	92.566	92.438	(128)			
Cotas de fundos de investimentos	172.647	--	--	--	2.263.761	2.405.101	2.436.408	31.307	3.745.464	3.672.635	(72.829)			
Ações	770.339	--	--	--	--	769.166	770.339	1.173	882.916	872.974	(9.942)			
Cédulas de produto rural --commodities	--	76.128	649.266	364.335	17.326	1.106.304	1.107.055	751	550.620	548.803	(1.817)			
Certificados de depósito bancário	--	306.411	414.348	1.200	22.419	744.097	744.378	281	646.514	646.815	301			
Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio	--	--	--	--	43.856	43.082	43.856	774	--	--	--			
Letras Financeiras	--	--	--	58.191	2.026.926	2.218.730	2.085.117	(133.613)	--	--	--			
Eurobonds	--	--	--	25.510	425.083	445.278	450.593	5.315	416.328	399.728	(16.600)			
Outros	2.075	6.699	99.664	78.110	2.506.487	2.601.159	2.693.036	91.877	1.558.133	1.516.219	(41.914)			
3 - Títulos Mantidos até o Vencimento	--	146.855	214.939	4.014.198	8.576.689	12.909.853	12.952.681	42.828	15.190.739	15.051.003	(139.736)			
Títulos Públicos	--	119.922	214.939	4.014.198	8.243.618	12.440.041	12.592.677	152.636	14.802.618	14.836.574	33.956			
Letras Financeiras do Tesouro	--	--	--	3.980.058	148.664	4.129.837	4.128.722	(1.115)	7.469.498	7.466.589	(2.909)			
Notas do Tesouro Nacional	--	110.144	158.753	--	7.396.059	7.520.837	7.664.956	144.119	7.114.983	7.140.757	25.774			
Letras do Tesouro Nacional	--	9.778	23.360	34.133	630.580	694.825	697.851	3.026	102.285	104.215	1.930			
Títulos da Dívida Agrária	--	--	--	7	--	7	7	--	--	--	--			
Títulos da Dívida Externa Brasileira	--	--	32.826	--	68.315	94.535	101.141	6.606	115.835	124.996	9.161			
Outros	--	--	--	--	--	--	--	--	17	17	--			
Títulos Privados	--	26.933	--	--	333.071	469.812	360.004	(109.808)	388.121	214.429	(173.692)			
Debêntures	--	--	--	--	18.690	17.282	18.690	1.408	--	--	--			
Certificados de depósito bancário	--	26.933	--	--	136.589	163.523	163.522	(1)	--	--	--			
Outros	--	--	--	--	177.792	289.007	177.792	(111.215)	388.121	214.429	(173.692)			
Total	5.497.330	9.848.926	16.049.520	17.690.538	133.899.101	179.217.622	182.985.415	3.767.793	164.562.160	166.693.437	2.131.277			

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

BB-Consolidado												R\$ mil
31.12.2012												
31.12.2011												
Vencimento em Dias	Valor de Mercado						Total					
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360		Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Marcação a mercado
Por Carteira	5.497.330	9.848.926	16.049.520	17.690.538	133.899.101		179.217.622	182.985.415	3.767.793	164.562.160	166.693.437	2.131.277
Carteira própria	5.497.330	9.788.207	10.569.207	7.462.304	94.323.449		124.479.982	127.640.497	3.160.515	101.318.515	102.934.070	1.615.555
Vinculados a compromissos de recompra	--	4.523	5.173.138	9.166.031	35.154.644		48.913.095	49.498.336	585.241	57.834.094	58.348.256	514.162
Vinculados ao Banco Central	--	--	--	16	51.443		51.490	51.459	(31)	47.490	47.422	(68)
Vinculados à prestação de garantias	--	56.196	307.175	1.062.187	4.371.200		5.773.055	5.796.758	23.703	5.362.061	5.363.689	1.628
Provisão para desvalorizações de títulos livres	--	--	--	--	(1.635)		--	(1.635)	(1.635)	--	--	--
BB-Consolidado												R\$ mil
31.12.2012												
31.12.2011												
Vencimento em Anos	Valor de Mercado						Total					
	Sem vencimento	A vencer em até um ano	A vencer entre 1 e 5 anos	A vencer entre 5 e 10 anos	A vencer após 10 anos		Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de mercado	
Por Categoria	5.497.330	43.588.984	109.213.325	18.001.026	6.684.750		179.217.622	182.985.415	164.562.160	166.693.437		
1 – Títulos para negociação	4.499.617	19.074.006	49.281.725	1.762.534	93.435		72.401.254	74.711.317	61.652.443	63.257.425		
2 – Títulos disponíveis para venda	997.713	20.138.986	51.888.092	16.081.574	6.215.052		93.906.515	95.321.417	87.718.978	88.385.009		
3 – Títulos mantidos até o vencimento	--	4.375.992	8.043.508	156.918	376.263		12.909.853	12.952.681	15.190.739	15.051.003		

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

R\$ mil						
	BB-Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011		
	Valor contábil			Valor contábil		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Por Carteira	58.896.368	124.046.219	182.942.587	82.503.105	84.330.068	166.833.173
Carteira própria	40.160.278	87.403.656	127.563.934	65.381.143	39.439.392	104.820.535
Vinculados a compromissos de recompra	17.298.906	32.233.089	49.531.995	16.599.145	40.002.383	56.601.528
Vinculados ao Banco Central	16	51.443	51.459	16	47.406	47.422
Vinculados à prestação de garantias	1.437.168	4.359.666	5.796.834	522.801	4.840.887	5.363.688
Provisão para desvalorizações de títulos livres	--	(1.635)	(1.635)	--	--	--

R\$ mil				
	BB-Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011	
Por Categoria				
Títulos para negociação	74.711.317	41%	63.257.425	38%
Títulos disponíveis para venda	95.321.417	52%	88.385.009	53%
Títulos mantidos até o vencimento	12.909.853	7%	15.190.739	9%
Valor contábil da carteira	182.942.587	100%	166.833.173	100%
Marcação a mercado da categoria 3	42.828		(139.736)	
Valor de mercado da carteira	182.985.415		166.693.437	

b) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

R\$ mil						
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 7.b)	7.814.699	16.021.749	15.105.991	7.377.124	15.258.520	15.118.963
Títulos de renda fixa	3.892.882	8.475.403	10.999.120	5.160.139	10.829.235	12.873.139
Títulos de renda variável	213.516	1.645.826	2.492.931	341.205	1.894.293	2.856.560
Total	11.921.097	26.142.978	28.598.042	12.878.468	27.982.048	30.848.662

c) Reclassificação de Títulos e Valores Mobiliários

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários nos exercícios findos em 31.12.2012 e 31.12.2011.

d) Instrumentos Financeiros Derivativos – IFD

O Banco do Brasil se utiliza de Instrumentos Financeiros Derivativos para gerenciar, de forma consolidada, suas posições e atender às necessidades dos seus clientes, classificando as posições próprias em destinadas a *hedge* (de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa) e negociação, ambas com limites e alçadas no Banco. A estratégia de *hedge* das posições patrimoniais está em consonância com as análises macroeconômicas e é aprovada pelo Conselho Diretor.

No mercado de opções, as posições ativas ou compradas têm o Banco como titular, enquanto que as posições passivas ou vendidas têm o Banco como lançador.

Os modelos utilizados no gerenciamento dos riscos com derivativos são revistos periodicamente e as tomadas de decisões observam a melhor relação risco/retorno, estimando possíveis perdas com base na análise de cenários macroeconômicos.

Notas Explicativas**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis**

O Banco conta com ferramentas e sistemas adequados ao gerenciamento dos Instrumentos Financeiros Derivativos. A negociação de novos derivativos, padronizados ou não, é condicionada à prévia análise de risco.

A avaliação do risco das subsidiárias é feita individualmente e o gerenciamento de forma consolidada.

O Banco utiliza metodologias estatísticas e simulação para mensurar os riscos de suas posições, inclusive em derivativos, utilizando modelos de valor em risco, de sensibilidade e análise de estresse.

Riscos

Os principais riscos, inerentes aos Instrumentos Financeiros Derivativos, decorrentes dos negócios do Banco e de suas subsidiárias são os de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

Risco de crédito se traduz pela exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte no cumprimento de sua parte na operação. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps*, registrados na Cetip, estão sujeitos ao risco de crédito caso a contraparte não tenha capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais, enquanto que os contratos de *swaps* registrados na BM&FBovespa não estão sujeitos ao mesmo risco, tendo em vista que as operações do Banco nessa bolsa possuem a mesma como garantidora.

A exposição de crédito em *swap* totalizou R\$ 683.971 mil (R\$ 989.363 mil em 31.12.2011). As operações de *swap* contratadas associadas à operação de captação e/ou aplicação no montante de R\$ 114.172 mil (R\$ 131.172 mil em 31.12.2011) estão registradas pelos valores atualizados conforme a variação incorrida dos respectivos indexadores (curva), e não são avaliados pelo valor de mercado, conforme facultado pela Circular Bacen n.º 3.150/2002.

Risco de mercado é a possibilidade de perdas causadas por mudanças no comportamento das taxas de juros e de câmbio nos preços de ações e de *commodities*.

Risco de liquidez de mercado é a possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor, devido ao tamanho da transação em relação ao volume via de regra negociado.

Risco operacional denota a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou de fatores, tais como catástrofes ou atividades criminosas.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Composição da Carteira de Derivativos por Indexador

Por Indexador	BB-Banco Múltiplo						BB-Consolidado					
	31.12.2012			31.12.2011			31.12.2012			31.12.2011		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de Futuros												
Compromissos de Compra	12.298.127	--	--	10.820.921	--	--	25.829.761	--	--	48.657.214	--	--
DJ ⁽¹⁾	3.151.687	--	--	1.061.535	--	--	8.235.604	--	--	31.920.368	--	--
Moedas	9.009.438	--	--	9.270.291	--	--	10.122.399	--	--	9.412.815	--	--
T-Note	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Índice	--	--	--	--	--	--	129.028	--	--	26.289	--	--
Cupom cambial	130.879	--	--	--	--	--	7.219.578	--	--	6.629.056	--	--
Libor	--	--	--	113.703	--	--	--	--	--	374.882	--	--
Commodities	6.123	--	--	374.882	--	--	21.055	--	--	4.953	--	--
SCC ⁽²⁾	--	--	--	510	--	--	102.097	--	--	288.851	--	--
Compromissos de Venda	7.824.835	--	--	16.929.787	--	--	46.314.994	--	--	56.534.961	--	--
DJ ⁽¹⁾	6.083.688	--	--	14.802.495	--	--	35.202.008	--	--	47.328.215	--	--
Moedas	519.964	--	--	57.330	--	--	2.717.229	--	--	384.140	--	--
T-Note	--	--	--	--	--	--	172.242	--	--	165.294	--	--
Índice	5.661	--	--	--	--	--	11.918	--	--	17.997	--	--
BGI ⁽³⁾	--	--	--	--	--	--	--	--	--	48	--	--
Cupom cambial	391.527	--	--	121.403	--	--	7.264.532	--	--	6.385.422	--	--
Libor	775.919	--	--	1.900.317	--	--	775.919	--	--	1.900.317	--	--
Commodities	48.076	--	--	48.242	--	--	69.416	--	--	65.198	--	--
SCC ⁽²⁾	--	--	--	--	--	--	101.730	--	--	288.330	--	--
Operações a Termo												
Posição Ativa	4.956.386	126.937	144.917	4.396.569	313.507	406.283	4.976.836	147.389	165.468	4.408.996	314.288	407.388
Termo de título	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Termo de moeda	4.932.949	125.674	144.173	4.395.087	313.417	406.090	4.953.396	146.121	164.720	4.407.514	314.198	407.195
Termo de mercadoria	23.437	1.263	744	1.482	90	193	23.440	1.268	748	1.482	90	193
Posição Passiva	5.033.403	(254.151)	(112.251)	3.895.747	(401.673)	(218.134)	5.053.850	(274.598)	(133.121)	3.908.174	(402.141)	(371.496)
Termo de título	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--
Termo de moeda	5.012.151	(251.465)	(108.742)	3.876.452	(396.463)	(214.262)	5.032.598	(271.912)	(129.612)	3.888.879	(396.931)	(367.624)
Termo de mercadoria	21.252	(2.686)	(3.509)	19.295	(5.210)	(3.872)	21.252	(2.686)	(3.509)	19.295	(5.210)	(3.872)

(1) Depósitos Interfinanceiros.
(2) Swap cambial com ajuste periódico.
(3) Contratos futuros de boi gordo.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Por Indexador	BB-Banco Múltiplo						BB-Consolidado						R\$ mil
	31.12.2012			31.12.2011			31.12.2012			31.12.2011			
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	
Contratos de Opções ⁽¹⁾	3.011.309	(1.218.030)	(1.309.199)	2.221.406	(692.676)	(765.525)	28.331.053	(1.258.135)	(1.345.157)	237.550.891	(1.699.950)	(1.751.209)	
De Compra – Posição Compra	--	--	--	156.370	5.231	13.516	2.616.595	54.999	35.042	95.686.518	145.528	237.983	
Moeda estrangeira	--	--	--	156.370	5.231	13.516	2.374.145	27.799	10.576	1.776.275	92.221	191.575	
Mercado interfinanceiro	--	--	--	--	--	--	--	--	--	12	67	--	
Índice DI	--	--	--	--	--	--	--	--	--	93.063.775	15.722	3	
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	127.284	8.918	5.066	805.996	36.475	45.593	
Ações	--	--	--	--	--	--	83.000	2.471	2.419	12.255	256	274	
Commodities	--	--	--	--	--	--	--	--	--	385	12	1	
Outros	--	--	--	--	--	--	32.166	15.811	16.981	27.820	775	537	
De Venda – Posição Compra	--	--	--	156.556	5.503	159	9.308.148	18.005	25.281	32.660.372	26.815	16.967	
Moeda estrangeira	--	--	--	156.370	5.500	159	1.576.416	3.773	8.223	1.381.121	16.244	2.303	
Mercado interfinanceiro	--	--	--	--	--	--	--	--	--	6	56	550	
Índice DI	--	--	--	--	--	--	7.300.000	5.051	7.763	31.149.000	7.238	13.254	
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	96.040	2.583	3.386	25.031	508	197	
Ações	--	--	--	--	--	--	330.249	6.570	5.890	76.657	2.532	398	
Commodities	--	--	--	186	3	--	243	3	4	186	3	--	
Outros	--	--	--	--	--	--	5.200	25	15	28.371	234	265	
De Compra – Posição Venda	1.324.902	(70.661)	(198.119)	224.406	(43.036)	(106.928)	5.349.227	(158.713)	(268.322)	66.835.621	(529.172)	(624.645)	
Moeda estrangeira	6.362	(369)	(71)	187.255	(6.390)	(14.724)	3.361.794	(38.546)	(17.792)	3.213.968	(103.160)	(188.062)	
Mercado interfinanceiro	--	--	--	--	--	--	--	--	--	173	(3.082)	--	
Pré-fixados	1.318.001	(70.214)	(198.033)	36.579	(36.579)	(92.175)	1.318.001	(70.214)	(198.032)	341.433	(363.888)	(419.484)	
Índice DI	--	--	--	--	--	--	--	--	--	62.706.550	(7.011)	(2)	
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	392.478	(42.450)	(44.400)	515.284	(50.425)	(16.039)	
Ações	--	--	--	--	--	--	259.250	(6.444)	(6.857)	48.363	(863)	(585)	
Commodities	539	(78)	(15)	572	(67)	(29)	539	(78)	(15)	4.090	(484)	(264)	
Outros	--	--	--	--	--	--	17.165	(981)	(1.226)	5.760	(259)	(209)	
De Venda – Posição Venda	1.686.407	(1.147.369)	(1.111.080)	1.684.074	(660.374)	(672.272)	11.057.083	(1.172.426)	(1.137.158)	42.368.380	(1.343.121)	(1.381.514)	
Moeda estrangeira	7.152	(123)	(161)	166.304	(5.805)	(179)	1.665.321	(7.596)	(12.594)	2.135.010	(19.752)	(932)	
Mercado interfinanceiro	--	--	--	--	--	--	--	--	--	170	(1.869)	(27.128)	
Pré-fixados	1.318.001	(1.138.412)	(1.107.965)	642.201	(642.201)	(669.108)	1.318.001	(1.138.412)	(1.107.965)	1.203.083	(1.279.274)	(1.299.343)	
Índice DI	--	--	--	--	--	--	7.299.000	(4.674)	(7.019)	37.534.200	(5.166)	(41.783)	
Opções flexíveis	--	--	--	--	--	--	153.404	(6.145)	(1.813)	527.454	(22.793)	(7.553)	

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

2												
Ações		--	--	--	--	--	254.050	(6.664)	(4.751)	13.000	(129)	(169)
Commodities	361.254	(8.834)	(2.954)	875.569	(12.368)	(2.985)	361.807	(8.874)	(2.980)	881.935	(13.052)	(3.574)
Outros	--	--	--	--	--	--	5.500	(61)	(36)	73.528	(1.086)	(1.032)
(1) A variação do valor de referência verificada no BB-Consolidado decorre do vencimento de contratos de opções e negociação com clientes do Banco Votorantim.												
R\$ mil												
BB-Banco Múltiplo												
BB-Consolidado												
Por Indexador												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.2012												
31.12.2011												
31.12.												

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Composição da Carteira de Derivativos por vencimento (valor referencial)

	BB-Banco Múltiplo					BB-Consolidado					
	0 – 30	31-180	181-360	Acima de 360	31.12.2011	0 – 30	31-180	181-360	Acima de 360	31.12.2011	31.12.2012
Contratos futuros	1.409.860	9.892.122	695.440	8.125.540	20.122.962	27.750.708	8.159.411	20.398.253	9.498.125	34.088.966	72.144.755
Contratos a termo	2.358.994	5.127.902	1.835.099	667.794	9.989.789	8.292.316	2.360.981	5.154.621	1.846.875	668.209	10.030.686
Contratos de opções	3.458	568.763	193.768	2.245.320	3.011.309	2.221.406	19.800.588	5.233.824	805.557	2.491.084	28.331.053
Contratos de swaps	1.104.965	7.660.404	2.551.355	8.667.023	19.983.747	17.788.799	1.680.396	11.779.069	3.684.524	16.990.961	34.134.950
Derivativos de crédito	--	--	--	--	--	--	1.917.836	--	--	--	1.917.836
Outros ⁽¹⁾	6.234.285	1.079.382	1.225.778	262.930	8.802.375	4.214.403	7.270.623	3.150.239	1.864.748	579.802	12.865.412
											6.031.687

(1) Referem-se, essencialmente, a contratos a termo de moeda sem entrega física, apenas com liquidação financeira (Non Deliverable Forward). O NDF é operado em mercado de balcão e tem como objeto a taxa de câmbio de uma determinada moeda.

Composição da Carteira de Derivativos por valor referencial, local de negociação e contraparte (31.12.2012)

	BB-Banco Múltiplo					BB-Consolidado					
	Futuros	Termo	Opções	Swap	Outros	Futuros	Termo	Opções	Swap	Derivativos de crédito	
BM&FBovespa	19.347.043	--	3.011.309	--	--	71.368.836	--	28.331.053	--	--	--
Balcão											
Instituições financeiras	775.919	--	--	11.678.592	8.802.375	775.919	40.894	--	22.632.381	1.917.836	9.627.136
Cliente	--	9.989.789	--	8.305.155	--	--	9.989.792	--	11.502.569	--	3.238.276

Composição da Carteira de Derivativos de Crédito

	BB-Banco Múltiplo				BB-Consolidado			
	31.12.2012		31.12.2011		31.12.2012		31.12.2011	
	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de mercado
Posição Ativa – Risco Transferido								
Swaps de créditos – derivativos com bancos								
	--	--	--	--	1.563.278	6.983	1.861.338	22.608
	--	--	--	--	1.563.278	6.983	1.861.338	22.608
Posição Passiva – Risco Recebido								
Swaps de créditos – derivativos com bancos								
	--	--	--	--	354.558	(4.303)	178.201	(18.073)
	--	--	--	--	354.558	(4.303)	178.201	(18.073)

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

A carteira de derivativos de crédito é composta exclusivamente de operações de compra e venda realizadas pelo Banco Votorantim. Atualmente é composta por clientes cujo risco é classificado como grau de investimento e, como contraparte, figuram os principais líderes internacionais de mercado destas operações. Para a venda de proteção é aprovado limite de crédito, tanto para o cliente risco quanto para a contraparte, conforme as alçadas e fóruns dos comitês de crédito. Aloca-se limite de crédito para o cliente risco pelo valor de referência (*notional*) do derivativo, considerando os valores depositados em garantia.

Para a compra de proteção, opera-se em carteira de *trading* com cliente risco soberano, principalmente da República Federativa do Brasil. Nesse caso, considera-se a exposição potencial futura para alocar limite da contraparte. A carteira de derivativos de crédito não gerou impactos na Parcela Referente às Exposições Ponderadas por Fator de Risco (PEPR), para apuração do Índice de Basileia do Banco, uma vez que as informações do Banco Votorantim deixaram de ser incluídas no cálculo, conforme determinação do Bacen (Nota 29.f).

Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Letras Financeiras do Tesouro	1.638.888	2.553.252	1.682.541	2.575.122
Notas do Tesouro Nacional	--	--	822.035	337.150
Letras do Tesouro Nacional	--	--	904.178	895.916
Títulos de governos estrangeiros	--	--	240.922	666.279
<i>Eurobonds</i>	--	--	56.196	4.836
Outros	--	--	187.703	--
Total	1.638.888	2.553.252	3.893.575	4.479.303

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Composição da Carteira de Derivativos Designados para Hedge

R\$ mil

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Hedge de Risco de Mercado				
Instrumentos de Hedge				
Ativo	387.089	352.295	5.663.119	10.776.038
Futuro	--	--	3.811.931	6.991.760
Swap	387.089	352.295	1.851.188	2.068.382
Opções	--	--	--	1.715.896
Passivo	--	--	23.334.672	26.580.744
Futuro	--	--	21.277.102	24.451.844
Swap	--	--	2.057.570	1.195.548
Opções	--	--	--	933.352
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	--	--	25.306.775	22.368.654
Operações de crédito	--	--	22.023.528	19.359.558
Títulos e valores mobiliários	--	--	2.173.596	224.204
Operações de arrendamento mercantil	--	--	927.891	1.827.441
Investimentos externos	--	--	181.760	360.021
Outros ativos	--	--	--	597.430
Passivo	387.261	352.199	5.014.884	4.040.513
Outros passivos	387.261	352.199	5.014.884	4.040.513
Hedge de Fluxo de Caixa				
Instrumentos de Hedge				
Ativo	--	--	--	--
Swap	--	--	--	--
Passivo	--	--	(275.376)	--
Empréstimo - Bonds (Principal)	--	--	(275.376)	--
Itens Objeto de Hedge				
Ativo	--	--	181.760	--
Investimentos Externos	--	--	181.760	--

O Banco, para se proteger de eventuais oscilações nas taxas de juros e de câmbio dos seus instrumentos financeiros, contratou operações de derivativos para compensar os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado. As operações de *hedge* foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular Bacen n.º 3.082/2002, cuja comprovação da efetividade do *hedge* corresponde ao intervalo de 80% a 125%.

Ganhos e perdas no resultado dos instrumentos de hedge e dos objetos de hedge

R\$ mil

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Perdas dos itens objeto de hedge	(12.536)	(36.253)	(22.779)	(1.948.797)	(2.682.508)	(2.416.199)
Ganhos dos instrumentos de hedge	--	18.932	25.615	1.913.130	2.659.181	2.420.493
Efeito Líquido	(12.536)	(17.321)	2.836	(35.667)	(23.327)	4.294
Ganhos dos itens objeto de hedge	--	--	4.285	1.679.877	2.991.250	2.457.216
Perda dos instrumentos de hedge	(10.351)	(10.351)	(6.208)	(1.691.928)	(2.947.269)	(2.372.996)
Efeito Líquido	(10.351)	(10.351)	(1.922)	(12.052)	43.980	84.220

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Instrumentos Financeiros Segregados em Circulante e Não Circulante								R\$ mil
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado				
	31.12.2012		31.12.2011	31.12.2012		31.12.2011		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	
Ativo								
Operações de termo	129.535	15.382	384.210	22.073	149.879	15.589	385.292	22.096
Mercado de opções	--	--	13.675	--	60.167	156	249.220	5.730
Contratos de swaps	113.429	239.898	120.393	123.329	239.819	815.369	315.432	270.963
Derivativos de crédito	--	--	--	--	6.983	--	22.608	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	65.898	683	35.099	--	94.397	32.221	94.532	30.827
Total	308.862	255.963	553.377	145.402	551.245	863.335	1.067.084	329.616
Passivo								
Operações de termo	(100.550)	(11.701)	(191.565)	(26.569)	(121.221)	(11.900)	(344.927)	(26.569)
Mercado de opções	(184.542)	(1.124.656)	(779.200)	--	(259.585)	(1.145.895)	(1.984.894)	(21.265)
Contratos de swaps	(296.216)	(383.004)	(366.335)	(298.380)	(326.893)	(951.420)	(553.594)	(477.274)
Derivativos de crédito	--	--	--	--	(4.303)	--	(18.073)	--
Outros instrumentos financeiros derivativos	(65.313)	(3.012)	(173.151)	(5.275)	(613.521)	(4.744)	(188.392)	(5.667)
Total	(646.621)	(1.522.373)	(1.510.251)	(330.224)	(1.325.523)	(2.113.959)	(3.089.880)	(530.775)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**e) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos**

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Swap	810	(46.771)	(594.112)	(14.535)	(114.805)	(754.955)
Termo	(17.049)	158.167	35.748	(18.502)	165.754	39.282
Opções	(55.995)	(130.375)	(101.374)	(63.627)	(99.060)	(58.785)
Futuro	(308.107)	(333.390)	214.348	(488.215)	(1.220.599)	(489.760)
Derivativos de crédito	--	--	--	6.870	18.575	20.303
Outros	32.972	(129.940)	(69.762)	(36.066)	(184.350)	(217.105)
Total	(347.369)	(482.309)	(515.152)	(614.075)	(1.434.485)	(1.461.020)

f) Ajustes de Avaliação Patrimonial de TVM e Derivativos Reconhecidos no Patrimônio Líquido

	Exercício/2012				Exercício/2011			
	Saldo inicial	Movimentação	Efeito Tributário	Saldo Final	Saldo inicial	Movimentação	Efeito Tributário	Saldo Final
Titulos Disponíveis para Venda								
Banco do Brasil	(60.124)	(141.730)	61.493	(140.361)	(27.161)	(54.938)	21.975	(60.124)
Agências e Subsidiárias no exterior ⁽¹⁾	741.662	527.402	(1.981)	1.267.083	385.068	355.830	764	741.662
Coligadas e controladas	42.304	416.500	(166.600)	292.204	109.528	(112.040)	44.816	42.304
Hedge de Fluxo de Caixa								
Coligadas e controladas	--	1.914	(486)	1.428	--	--	--	--
Total	723.842	804.086	(107.574)	1.420.354	467.435	188.852	67.555	723.842

(1) Não contém efeito tributário sobre a marcação a mercado de títulos e valores mobiliários de agências e subsidiárias no exterior em virtude da isenção fiscal da agência Grand Cayman.

9 – Relações Interfinanceiras**a) Créditos Vinculados**

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	79.509.305	90.736.391	80.097.865	93.659.856
Exigibilidade adicional sobre depósitos	27.451.495	34.766.271	27.618.289	36.003.271
Depósitos a prazo	16.305.833	23.265.337	16.660.511	24.886.309
Depósitos de poupança	20.361.605	17.291.294	20.361.605	17.291.294
Depósitos à vista	15.152.436	13.421.937	15.216.673	13.484.505
Recursos do crédito rural ⁽¹⁾	--	1.991.552	--	1.991.552
Recursos de microfinanças	237.936	--	240.787	2.925
Sistema Financeiro da Habitação	2.042.906	1.925.807	2.042.906	1.925.807
Fundo de compensação de variações salariais	2.153.301	2.038.805	2.153.301	2.038.805
Provisão para perdas em créditos vinculados	(117.467)	(117.587)	(117.467)	(117.587)
Demais	7.072	4.589	7.072	4.589
Tesouro Nacional - Crédito Rural	179.284	124.194	179.284	124.194
Total	81.731.495	92.786.392	82.320.055	95.709.857
Ativo circulante	81.708.213	92.785.842	82.296.773	95.709.307
Ativo não circulante	23.282	550	23.282	550

(1) Referem-se aos recursos recolhidos ao Bacen em virtude de não terem sido aplicados no crédito rural (Nota 10.a), conforme Resolução CMN n.º 3.745/2009. Os recursos foram objeto de suprimento especial pelo Bacen e mantidos no Banco, sendo registrados em Obrigações por Empréstimos e Repasses (Nota 18.b).

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**b) Resultado das Aplicações Compulsórias**

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Créditos Vinculados ao Banco Central do Brasil	2.404.571	5.665.803	6.735.294	2.437.604	5.791.333	7.066.582
Exigibilidade adicional sobre depósitos	1.154.788	2.768.794	3.435.153	1.167.837	2.821.995	3.576.244
Exigibilidade sobre recursos a prazo	683.346	1.751.003	2.100.507	703.330	1.823.332	2.290.704
Depósitos de poupança	566.437	1.146.006	1.149.675	566.437	1.146.006	1.149.675
Recursos do Crédito Rural	--	--	49.959	--	--	49.959
Créditos Vinculados ao Sistema Financeiro da Habitação	55.476	112.401	144.010	55.476	112.401	144.010
Créditos Vinculados ao Tesouro Nacional - Crédito Rural	11.736	21.231	20.722	11.736	21.231	20.722
Total	2.471.783	5.799.435	6.900.026	2.504.816	5.924.965	7.231.314

10 – Operações de Crédito**a) Carteira por Modalidade**

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Operações de Crédito	454.725.025	364.757.302	490.234.505	397.267.032
Empréstimos e títulos descontados	205.452.570	163.356.402	221.272.727	175.977.806
Financiamentos	124.302.502	100.983.128	143.435.719	120.279.127
Financiamentos rurais e agroindustriais	112.092.156	92.769.092	112.263.199	93.207.757
Financiamentos imobiliários	12.787.651	7.647.830	13.157.380	7.801.492
Financiamento de infraestrutura e desenvolvimento	733	850	16.067	850
Operações de crédito vinculadas a cessões	89.413	--	89.413	--
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	32.980.668	22.146.945	33.426.898	22.657.460
Operações com cartão de crédito	16.084.427	12.473.666	16.084.427	12.473.666
Adiantamentos sobre contratos de câmbio ⁽¹⁾	10.905.389	9.399.692	11.351.558	9.773.934
Outros créditos vinculados a operações adquiridas	5.673.953	--	5.673.953	--
Avais e fianças honrados	107.456	76.698	107.503	76.698
Diversos	209.443	196.889	209.457	333.162
Operações de Arrendamento Mercantil	12.288	29.981	2.010.667	3.064.082
Total da Carteira de Crédito	487.717.981	386.934.228	525.672.070	422.988.574
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(18.867.399)	(17.236.001)	(21.210.060)	(19.014.978)
(Provisão para operações de crédito)	(18.346.070)	(16.680.638)	(20.521.819)	(18.221.987)
(Provisão para outros créditos)	(521.329)	(555.363)	(560.327)	(579.788)
(Provisão para arrendamento mercantil)	--	--	(127.914)	(213.203)
Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões	468.850.582	369.698.227	504.462.010	403.973.596

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutor de outras obrigações.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**b) Receitas de Operações de Crédito**

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Receitas de operações de crédito	29.180.126	58.982.243	55.075.090	32.391.100	66.100.359	61.997.797
Empréstimos e títulos descontados	18.893.523	38.376.962	35.291.190	20.231.033	41.020.567	37.626.250
Financiamentos	4.128.117	8.308.722	8.468.184	5.675.495	12.001.244	12.457.722
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.436.468	6.838.370	6.238.552	3.447.669	6.863.885	6.293.490
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	1.713.150	3.405.429	3.416.496	1.889.276	3.747.662	3.644.134
Financiamentos de Moedas Estrangeiras	344.128	803.098	760.169	354.515	832.168	789.669
Financiamentos habitacionais	460.702	847.106	514.601	463.718	852.581	517.802
Adiantamento sobre contratos de câmbio	159.746	324.385	317.052	285.063	683.069	644.018
Avais e fianças honrados	7.738	12.183	11.397	7.813	12.278	11.436
Demais	36.554	65.988	57.449	36.518	86.905	13.276
Receitas de arrendamento mercantil (Nota 10.i)	9.942	19.961	21.996	903.487	1.871.395	2.249.071
Total	29.190.068	59.002.204	55.097.086	33.294.587	67.971.754	64.246.868

c) Carteira por Setores de Atividade Econômica

	R\$ mil							
	BB-Banco Múltiplo				BB-Consolidado			
	31.12.2012	%	31.12.2011	%	31.12.2012	%	31.12.2011	%
Setor Público	12.794.555	2,4	8.407.541	2,0	12.897.819	2,1	8.552.773	1,8
Governo	5.525.808	1,0	2.622.326	0,6	5.525.808	0,9	2.622.436	0,5
Administração Direta	5.162.687	1,0	2.246.205	0,5	5.162.687	0,9	2.246.315	0,5
Administração Indireta	363.121	--	376.121	0,1	363.121	--	376.121	--
Atividades empresariais	7.268.747	1,4	5.785.215	1,4	7.372.011	1,2	5.930.337	1,3
Grupo BB	--	--	27.971	--	--	--	--	--
Indústria	3.000.276	0,6	3.851.259	1,0	3.075.975	0,5	3.993.601	0,9
Intermediários financeiros	187.291	--	115.824	--	201.729	--	119.866	--
Outros serviços	4.081.180	0,8	1.790.161	0,4	4.094.307	0,7	1.816.870	0,4
Setor Privado	474.923.426	97,6	378.526.687	98,0	512.774.251	97,9	414.435.801	98,2
Rural	86.444.098	17,8	67.637.241	17,6	86.615.273	16,5	68.075.906	16,2
Indústria	149.117.457	30,6	120.174.341	31,2	156.878.959	29,9	126.983.669	30,2
Comércio	56.117.868	11,6	43.766.553	11,3	59.820.066	11,4	47.120.937	11,3
Intermediários financeiros	6.686.888	1,4	777.872	0,2	7.076.867	1,4	796.931	0,1
Pessoas físicas	100.634.343	20,7	91.342.604	23,6	120.195.271	22,9	111.154.868	26,2
Habitação	10.105.762	2,1	6.003.224	1,5	10.187.997	2,0	6.073.590	1,4
Outros serviços	65.817.010	13,4	48.824.852	12,6	71.999.818	13,8	54.229.900	12,8
Total	487.717.981	100,0	386.934.228	100,0	525.672.070	100,0	422.988.574	100,0

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**d) Carteira por Níveis de Risco e Prazos de Vencimento**

R\$ mil											
BB-Banco Múltiplo											
Operações em Curso Normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2012	31.12.2011
Parcelas Vencendas											
01 a 30	11.415.733	8.210.959	14.641.307	2.756.538	625.568	106.131	22.451	25.332	108.535	37.912.554	28.978.557
31 a 60	9.934.675	5.417.756	8.273.320	1.615.771	311.337	90.669	16.500	16.696	72.801	25.749.525	18.968.317
61 a 90	10.176.045	3.570.456	5.916.644	934.985	190.620	50.690	23.606	11.184	50.057	20.924.287	15.302.656
91 a 180	19.357.378	9.998.177	17.626.405	3.844.958	701.304	208.983	49.808	46.404	224.223	52.057.640	40.341.939
181 a 360	22.592.543	17.462.232	31.510.694	6.184.079	1.211.092	394.275	108.116	88.496	388.677	79.940.204	68.438.414
Acima de 360	88.866.984	60.526.535	82.097.741	16.431.120	4.196.601	1.653.136	448.374	510.460	3.383.633	258.114.584	202.969.680
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	115.825	123.536	230.227	106.648	39.187	20.773	5.860	5.091	18.816	665.963	575.726
Demais ⁽¹⁾	753.042	--	--	--	--	--	--	--	--	753.042	972.236
Subtotal	163.212.225	105.309.651	160.296.338	31.874.099	7.275.709	2.524.657	674.715	703.663	4.246.742	476.117.799	376.547.525

(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Prodera, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 60.214 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.

R\$ mil											
Operações em Curso Anormal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2012	31.12.2011
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	64.499	97.889	54.937	41.086	37.271	53.523	266.777	615.982	508.949
31 a 60	--	--	30.494	43.444	25.924	32.297	29.604	42.232	170.064	374.059	290.069
61 a 90	--	--	19.920	31.039	21.486	25.354	23.908	32.905	130.688	285.300	265.223
91 a 180	--	--	58.446	92.072	62.611	73.218	72.989	96.214	383.636	839.186	738.815
181 a 360	--	--	94.153	139.214	103.042	136.999	113.234	154.427	665.644	1.406.713	1.369.451
Acima de 360	--	--	189.342	274.863	295.554	360.621	350.711	411.614	2.364.040	4.246.745	3.813.031
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	5.505	17.087	12.097	11.053	10.303	16.650	60.205	132.900	117.636
15 a 30	--	--	88.326	53.601	16.157	22.517	17.288	29.902	98.425	326.216	335.304
31 a 60	--	--	4.558	137.006	34.610	43.162	35.026	64.792	203.032	522.186	460.885
61 a 90	--	--	2	2.136	65.564	50.996	45.156	50.552	214.930	429.336	361.491
91 a 180	--	--	--	1.217	3.854	68.950	109.820	120.982	542.018	846.841	646.393
181 a 360	--	--	--	1	2.711	5.495	9.234	80.602	898.169	996.212	980.108
Acima de 360	--	--	--	--	--	1	2.735	4.455	571.315	578.506	499.348
Subtotal	--	--	555.245	889.569	698.547	871.749	857.279	1.158.850	6.568.943	11.600.182	10.386.703
Total	163.212.225	105.309.651	160.851.583	32.763.668	7.974.256	3.396.406	1.531.994	1.862.513	10.815.685	487.717.981	386.934.228

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas

R\$ mil											
BB-Consolidado											
Operações em Curso Normal											
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2012	31.12.2011	
Parcelas Vincendas											
01 a 30	11.556.169	12.214.226	14.912.059	2.871.292	644.648	111.808	25.645	27.500	119.821	42.483.168	30.980.179
31 a 60	10.282.109	6.429.171	8.697.147	1.688.353	330.803	96.875	17.854	18.639	76.941	27.637.892	20.544.143
61 a 90	10.529.425	4.370.222	6.068.535	1.011.873	206.051	53.290	24.761	12.886	53.951	22.330.994	16.810.701
91 a 180	20.169.614	12.499.716	18.143.820	4.297.424	743.745	217.424	57.501	51.000	234.013	56.414.257	44.507.211
181 a 360	23.455.115	20.488.097	32.357.067	6.473.750	1.325.985	410.328	115.753	100.173	407.366	85.133.634	73.826.615
Acima de 360	91.663.674	69.465.407	85.603.950	17.237.796	4.298.011	1.861.907	476.118	537.738	3.427.285	274.571.886	219.530.645
Parcelas Vencidas											
Até 14 dias	125.662	155.217	236.332	109.145	43.377	21.488	5.950	5.230	22.243	724.644	1.274.057
Demais ⁽¹⁾	753.273	--	--	--	--	--	--	--	--	753.273	973.219
Subtotal	168.535.041	125.622.056	166.018.910	33.689.633	7.592.620	2.773.120	723.582	753.166	4.341.620	510.049.748	408.446.770
(1) Operações com risco de terceiros vinculadas a fundos e programas governamentais, principalmente Pronaf, Procefa, FAT, BNDES e FCO. Está incluído o valor das parcelas vencidas no total de R\$ 60.214 mil, que obedecem a regras definidas em cada programa para o ressarcimento junto aos gestores dos fundos, não implicando risco de crédito para o Banco.											
R\$ mil											
Operações em Curso Anormal											
AA	A	B	C	D	E	F	G	H	31.12.2012	31.12.2011	
Parcelas Vincendas											
01 a 30	--	--	100.202	128.008	72.004	51.070	43.955	61.592	306.158	762.989	646.826
31 a 60	--	--	65.490	73.469	42.714	42.374	36.373	50.275	206.754	517.449	422.135
61 a 90	--	--	51.892	59.818	37.221	34.757	30.208	40.387	164.661	418.944	393.221
91 a 180	--	--	152.347	170.325	107.343	99.833	90.656	116.741	479.642	1.216.887	1.096.468
181 a 360	--	--	256.077	274.946	179.915	182.761	144.144	189.389	829.999	2.057.231	1.997.344
Acima de 360	--	--	580.448	583.695	457.626	465.035	427.806	489.747	2.760.094	5.764.451	5.659.019
Parcelas Vencidas											
01 a 14	--	--	12.639	36.551	26.649	21.613	18.498	24.365	103.688	244.003	251.690
15 a 30	--	--	155.801	84.342	33.866	35.258	30.057	45.128	130.857	515.309	437.915
31 a 60	--	--	11.951	182.457	53.875	53.116	42.339	73.075	242.652	659.465	594.737
61 a 90	--	--	20	8.388	87.860	61.538	52.101	58.379	254.731	523.017	456.147
91 a 180	--	--	1.109	3.587	13.732	87.684	128.826	150.238	666.397	1.051.573	826.181
181 a 360	--	--	34	83	3.733	9.384	16.681	92.219	1.125.492	1.247.626	1.202.980
Acima de 360	--	--	4	20	37	92	2.917	4.627	635.681	643.378	557.141
Subtotal	--	--	1.388.014	1.605.689	1.116.575	1.144.515	1.064.561	1.396.162	7.906.806	15.622.322	14.541.804
Total	168.535.041	125.622.056	167.406.924	35.295.322	8.709.195	3.917.635	1.788.143	2.149.328	12.248.426	525.672.070	422.988.574

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**e) Constituição da Provisão para Operações de Crédito por Níveis de Risco**

R\$ mil									
BB-Banco Múltiplo									
Nível de Risco	% Provisão	31.12.2012				31.12.2011			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente
AA	0	163.212.225	--	--	--	112.730.571	--	--	--
A	0,5	105.309.651	526.548	87.116	613.664	81.453.282	407.266	72.325	479.591
B	1	160.851.583	1.608.516	13	1.608.529	138.786.166	1.387.862	49	1.387.911
C	3	32.763.668	982.910	90.361	1.073.271	31.016.579	930.497	198.431	1.128.928
D	10	7.974.256	797.426	83.728	881.154	7.545.984	754.598	172.766	927.364
E	30	3.396.406	1.018.922	384.887	1.403.809	3.148.988	944.696	747.614	1.692.310
F	50	1.531.994	765.997	226.245	992.242	1.461.928	730.964	356.606	1.087.570
G	70	1.862.513	1.303.759	175.286	1.479.045	1.475.298	1.032.709	184.186	1.216.895
H	100	10.815.685	10.815.685	--	10.815.685	9.315.432	9.315.432	--	9.315.432
Total		487.717.981	17.819.763	1.047.636	18.867.399	386.934.228	15.504.024	1.731.977	17.236.001

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

R\$ mil									
BB-Consolidado									
Nível de Risco	% Provisão	31.12.2012				31.12.2011			
		Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente	Valor das Operações	Provisão mínima requerida	Provisão Adicional ⁽¹⁾	Provisão Existente
AA	0	168.535.041	--	--	--	118.935.314	--	--	--
A	0,5	125.622.056	628.110	172.058	800.168	102.693.791	513.469	74.523	587.992
B	1	167.406.924	1.674.069	13	1.674.082	142.909.626	1.429.096	1.212	1.430.308
C	3	35.295.322	1.058.860	90.361	1.149.221	32.610.628	978.319	198.485	1.176.804
D	10	8.709.195	870.920	90.333	961.253	8.299.338	829.934	176.676	1.006.610
E	30	3.917.635	1.175.291	401.486	1.576.777	3.724.019	1.117.206	763.390	1.880.596
F	50	1.788.143	894.072	226.245	1.120.317	1.762.626	881.313	357.465	1.238.778
G	70	2.149.328	1.504.530	175.286	1.679.816	1.811.761	1.268.233	184.186	1.452.419
H	100	12.248.426	12.248.426	--	12.248.426	10.241.471	10.241.471	--	10.241.471
Total		525.672.070	20.054.278	1.155.782	21.210.060	422.988.574	17.259.041	1.755.937	19.014.978

(1) Refere-se à provisão adicional ao mínimo requerido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da experiência da Administração, mediante aplicação de teste de estresse sobre a carteira de crédito, considerando o histórico de inadimplência das operações, alinhada com a boa prática bancária.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Compreende as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito.

R\$ mil						
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Saldo Inicial	17.938.957	17.236.001	16.499.018	20.340.145	19.014.978	17.314.731
Reforço/(reversão)	5.625.803	11.110.720	10.065.243	6.922.752	13.952.236	11.827.192
Provisão mínima requerida	6.060.973	11.795.061	10.099.080	7.287.755	14.552.391	11.837.069
Provisão adicional	(435.170)	(684.341)	(33.837)	(365.003)	(600.155)	(9.877)
Variação cambial – provisões no exterior	2.417	7.041	4.332	(3.416)	14.115	1.241
Baixas para prejuízo	(4.699.778)	(9.486.363)	(9.332.592)	(6.049.421)	(11.786.561)	(10.183.060)
Valores adicionados ⁽¹⁾	--	--	--	--	15.292	54.874
Saldo Final	18.867.399	18.867.399	17.236.001	21.210.060	21.210.060	19.014.978

(1) Referem-se aos saldos originados do Banco Patagonia, no exercício de 2011, e do Eurobank, no exercício de 2012.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**g) Movimentação da Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa**

Compreende as provisões para outros créditos sem características de concessão de crédito.

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Saldo Inicial	840.549	938.612	808.015	1.007.310	1.084.733	881.992
Reforço/(reversão)	1.819	(102.565)	136.419	14.907	(80.368)	147.899
Variação cambial – provisões no exterior	70	239	133	(2.421)	(1.641)	1.684
Baixas para prejuízo /outros ajustes	(154)	5.998	(5.955)	(103.953)	(86.881)	51.625
Valores adicionados ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	1.533
Saldo Final	842.284	842.284	938.612	915.844	915.844	1.084.733

(1) Referem-se aos saldos originados do Banco Patagonia.

h) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Até 1 ano ⁽¹⁾	11.811	18.942	1.216.647	1.659.973
De 1 a 5 anos	477	11.039	788.012	1.395.455
Acima de 5 anos	--	--	6.008	8.654
Total Valor Presente	12.288	29.981	2.010.667	3.064.082

(1) Inclui os valores relativos às parcelas vencidas.

i) Resultado das Operações de Arrendamento Mercantil

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Receitas de Arrendamento Mercantil	9.942	19.961	21.996	903.487	1.871.395	2.249.071
Arrendamento financeiro	9.942	19.961	21.996	903.487	1.871.395	2.249.071
Despesas de Arrendamento Mercantil	(9.132)	(17.692)	(17.058)	(827.656)	(1.525.315)	(1.633.241)
Arrendamento financeiro	(9.132)	(17.692)	(17.058)	(825.133)	(1.520.838)	(1.630.642)
Arrendamento operacional	--	--	--	(58)	(116)	(116)
Prejuízo na alienação de bens arrendados	--	--	--	(2.465)	(4.361)	(2.483)
Total	810	2.269	4.938	75.831	346.080	615.830

j) Concentração das Operações de Crédito

	BB-Banco Múltiplo			
	31.12.2012	% da carteira	31.12.2011	% da carteira
10 maiores devedores	34.666.327	7,1	29.837.569	7,7
50 maiores devedores seguintes	44.172.624	9,1	33.549.790	8,7
100 maiores devedores seguintes	28.708.264	5,9	23.769.858	6,1

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**k) Créditos Renegociados**

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Créditos renegociados no período ⁽¹⁾	16.228.324	32.276.944	24.312.877	18.207.261	36.006.290	29.313.212
Renegociados por atraso ⁽²⁾	1.047.789	2.380.155	2.174.333	1.334.771	2.817.198	2.656.501
Renovados ⁽³⁾	15.180.535	29.896.789	22.138.544	16.872.490	33.189.092	26.656.711
Movimento créditos renegociados por atraso						
Saldo Inicial	5.629.820	5.223.638	4.507.020	6.473.222	6.039.018	4.973.546
Contratações ⁽²⁾	1.047.789	2.380.155	2.174.333	1.334.771	2.817.198	2.656.501
Recebimento e apropriação de juros	211.830	(6.863)	(40.623)	151.828	(112.673)	(112.131)
Baixas para prejuízo	(628.725)	(1.336.216)	(1.417.092)	(694.146)	(1.477.868)	(1.478.898)
Saldo Final	6.260.714	6.260.714	5.223.638	7.265.675	7.265.675	6.039.018
		31.12.2012	31.12.2011		31.12.2012	31.12.2011
Montante dos créditos renegociados por atraso ⁽⁴⁾		6.260.714	5.223.638		7.265.676	6.039.018
Provisão para créditos da carteira renegociada por atraso		4.329.824	3.774.167		4.553.265	3.924.637
(%) PCLD sobre a carteira		69,2%	72,3%		62,7%	65,0%
Inadimplência 90 dias da carteira renegociada por atraso		988.573	846.719		1.114.266	954.282
(%) Inadimplência sobre a carteira		15,8%	16,2%		15,3%	15,8%

(1) Representa o saldo renegociado no período das operações de crédito, vincendas ou em atraso, utilizando *internet*, terminal de autoatendimento ou rede de agências.

(2) Créditos renegociados no período para composição de dívidas em virtude de atraso no pagamento pelos clientes.

(3) Créditos renegociados de operações não vencidas para prorrogação, novação, concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior ou qualquer outro tipo de acordo que implique alteração nos prazos de vencimento ou nas condições de pagamento originalmente pactuadas.

(4) Inclui o valor de R\$ 24.643 mil no Banco Múltiplo (R\$ 22.503 mil em 31.12.2011) referente a créditos rurais renegociados. Não está incluído o valor de R\$ 5.250.608 mil (R\$ 5.671.920 mil em 31.12.2011) dos créditos prorrogados da carteira rural com amparo em legislação específica.

l) Informações Complementares

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Créditos contratados a liberar	141.468.432	119.395.981	138.611.766	111.974.517
Garantias prestadas ⁽¹⁾	10.974.691	7.345.903	15.927.569	12.604.492
Créditos de exportação confirmados	1.604.942	1.032.833	1.634.685	1.037.372
Créditos abertos para importação contratados	604.173	437.833	713.220	505.697
Recursos vinculados ⁽²⁾	1.307.462	628.848	1.352.710	1.093.251
Operações de crédito vinculadas ⁽²⁾	1.219.553	901.043	1.219.553	969.511

(1) O Banco mantém provisão registrada em Outras Obrigações – Diversas (Nota 20.e) no montante de R\$ 139.787 mil no BB-Banco Múltiplo (R\$ 111.760 mil em 31.12.2011) e R\$ 144.244 mil no BB-Consolidado (R\$ 115.624 mil em 31.12.2011), apurada conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

(2) Em 31.12.2012, não há operações inadimplentes e nem questionamento judicial sobre operações ativas vinculadas ou sobre os recursos captados para aplicação nestas operações.

Em conformidade com a Resolução 680/2011 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador - Codefat, o Banco do Brasil tinha aplicado, em 31.12.2012, recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT nos valores de R\$ 3.625.759 mil em Empréstimos e títulos descontados, R\$ 410.495 mil em Financiamentos e R\$ 1.675.141 mil em Financiamentos rurais e agroindustriais.

11 – Outros Créditos**a) Créditos Específicos**

Refere-se, no Banco Múltiplo, a créditos junto ao Tesouro Nacional decorrentes de alongamento de crédito rural no montante de R\$ 1.263.075 mil (R\$ 1.146.328 mil em 31.12.2011), conforme estabelecido na Lei n.º 9.138/1995.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**b) Diversos**

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativo fiscal diferido - crédito tributário (Nota 25.e)	21.101.751	19.748.466	24.981.086	22.753.544
Ativo atuarial - Previ (Nota 27.d)	16.249.057	13.372.004	16.249.057	13.372.004
Operações com cartões de crédito (Nota 10.a)	16.084.427	12.473.666	16.084.427	12.473.666
Devedores por depósitos em garantia - ação judicial (Nota 28.d)	13.986.906	13.348.256	13.986.906	13.348.256
Devedores por depósitos em garantia - contingências (Nota 28.c)	11.928.602	10.496.135	13.912.147	12.187.865
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.372.247	7.700.142	10.650.417	8.788.727
Fundos de destinação superávit - Previ (Nota 27.e)	9.198.717	9.638.387	9.198.717	9.638.387
Créditos vinculados a operações adquiridas ⁽¹⁾ (Nota 10.a)	5.673.953	--	5.673.953	--
Aquisição de recebíveis	3.755.228	2.880.844	3.755.228	2.880.844
Tesouro Nacional - equalização de taxas - safra agrícola	3.203.305	3.519.364	3.203.305	3.519.364
Títulos e créditos a receber - outros	1.196.549	1.035.859	3.099.274	2.286.374
Título e créditos a receber - empresas não financeiras	--	--	2.793.935	2.387.450
Devedores diversos - país	1.492.499	1.391.821	1.871.714	1.819.216
Prêmios sobre créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	1.290.778	--	1.290.778	--
Título e créditos a receber - Tesouro Nacional	1.149.609	1.047.434	1.149.609	1.047.434
Adiantamento a empresas processadoras de transações com cartões	439.809	544.904	439.809	544.904
Adiantamentos e antecipações salariais	272.870	228.621	285.213	238.757
Adiantamentos ao Fundo Garantidor de Crédito - FGC	223.673	467.679	223.673	467.679
Devedores por depósitos em garantia - outros	137.586	12.406	183.153	47.737
Devedores diversos - exterior	90.288	83.090	148.763	511.334
Devedores por compra de valores e bens	85.195	128.381	85.213	128.383
Direitos por aquisição de royalties e créditos governamentais	31.253	59.948	31.253	59.948
Outros	516.385	452.417	384.518	409.995
Total	117.480.687	98.629.824	129.682.148	108.911.868
Ativo circulante	56.977.892	43.831.069	65.948.206	51.189.006
Ativo não circulante	60.502.795	54.798.755	63.733.942	57.722.862

(1) Refere-se a carteiras de crédito consignado e de financiamento de veículos concedidos a pessoas físicas, adquiridas pelo Banco com coobrigação do cedente, contabilizadas em conformidade com a Resolução CMN 3.533/2008.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**12 – Carteira de Câmbio****a) Composição**

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Outros Créditos				
Câmbio comprado a liquidar	13.226.152	14.931.009	14.365.123	15.362.484
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	25.434	79.730	25.434	79.730
Direitos sobre vendas de câmbio	19.952.335	21.667.265	20.702.935	21.672.632
(Adiantamentos em moeda nacional/estrangeira recebidos)	(17.988.498)	(19.629.278)	(17.997.703)	(19.631.530)
Valores em moedas estrangeiras a receber	5.903	5.549	5.903	5.549
Rendas a receber de adiantamentos concedidos e de importações financiadas	160.774	114.789	174.440	126.539
Total	15.382.100	17.169.064	17.276.132	17.615.404
Ativo circulante	15.381.834	17.169.064	17.275.866	17.615.404
Ativo não circulante	266	--	266	--
Outras Obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	22.452.554	23.448.449	23.203.204	23.453.654
(Importação financiada)	(20.274)	(5.569)	(20.274)	(5.569)
Obrigações por compras de câmbio	12.954.530	13.967.565	14.084.421	14.360.893
(Adiantamentos sobre contratos de câmbio)	(10.491.956)	(9.091.438)	(10.923.409)	(9.453.929)
Valores em moedas estrangeiras a pagar	5.009	5.175	56.728	59.199
Rendas a apropriar de adiantamentos concedidos	3.124	2.009	3.124	2.009
Total	24.902.987	28.326.191	26.403.794	28.416.257
Passivo circulante	12.075.195	16.044.850	13.576.002	16.134.916
Passivo não circulante	12.827.792	12.281.341	12.827.792	12.281.341
Carteira de Câmbio Líquida	(9.520.887)	(11.157.127)	(9.127.662)	(10.800.853)
Contas de Compensação				
Créditos abertos para importação	933.731	860.272	1.094.253	942.877
Créditos de exportação confirmados	1.604.942	1.032.833	1.634.685	1.037.372

b) Resultado de Operações de Câmbio

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Rendas de câmbio	2.725.828	9.724.027	11.627.681	3.140.605	10.670.803	13.113.223
Despesas de câmbio	(2.550.887)	(9.719.785)	(12.210.625)	(2.857.315)	(10.523.530)	(13.487.440)
Resultado de Câmbio	174.941	4.242	(582.944)	283.290	147.273	(374.217)

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Notas Explicativas**13 – Outros Valores e Bens**

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Bens não de Uso Próprio⁽¹⁾	299.147	266.868	482.803	409.124
Bens em regime especial	162.471	162.588	162.557	162.674
Veículos e afins	372	578	143.266	107.999
Imóveis	105.541	76.893	134.554	96.006
Imóveis habitacionais	23.457	18.675	23.457	18.675
Máquinas e equipamentos	7.234	8.056	8.158	8.980
Outros	72	78	10.811	14.790
Material em Estoque	34.036	22.655	74.398	59.341
Subtotal de Outros Valores e Bens	333.183	289.523	557.201	468.465
(Provisão para desvalorização)	(175.237)	(170.279)	(195.286)	(188.463)
Despesas Antecipadas	2.214.220	4.017.349	3.547.325	4.840.224
Despesas de comercialização de seguros e capitalização	--	--	1.305.045	982.521
Prêmios por créditos adquiridos ⁽²⁾	1.538.305	3.265.592	1.027.801	2.370.968
Direitos sobre custódia de depósitos judiciais	446.365	514.948	446.365	514.948
Comissões pagas a lojistas - financiamento de veículos	3.471	11.361	376.266	376.671
Despesa de pessoal - programa de alimentação	100.500	92.751	100.500	92.751
Prêmio pago a clientes - parcerias varejistas	56.070	63.590	56.070	63.590
Outros	69.509	69.107	235.278	438.775
Total de Outros Valores e Bens	2.372.166	4.136.593	3.909.240	5.120.226
Ativo circulante	1.140.591	1.524.119	2.592.306	2.723.551
Ativo não circulante	1.231.575	2.612.474	1.316.934	2.396.675

(1) O Banco reconheceu despesa de provisão para desvalorização de bens não de uso no valor de R\$ 38.636 mil (R\$ 41.380 mil em 31.12.2011) no BB-Banco Múltiplo e no valor de R\$ 40.820 mil (R\$ 46.891 mil em 31.12.2011) no BB-Consolidado.

(2) Os valores são amortizados de acordo com os prazos de vencimento das parcelas dos créditos adquiridos junto a outras instituições financeiras.

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

14 – Investimentos

a) Movimentações em Coligadas, Controladas e Controladas em Conjunto

	R\$ mil									
	BB-Banco Múltiplo					BB-Consolidado				
	Saldo Contábil	Movimentações – Exercício 2012			Saldo Contábil	Resultado Equivalência	Saldo Contábil	Movimentações – Exercício 2012		
	31.12.2011	Dividendos	Outros Eventos	Resultado Equivalência	31.12.2012	Exercício 2011	31.12.2011	Dividendos	Outros Eventos	Resultado Equivalência
No País	18.034.933	(1.709.669)	750.939	2.269.871	19.346.074	2.425.518	6.440.660	--	(571.099)	(95.551)
BB Seguros Participações S.A. ⁽¹⁾	3.887.002	(337.596)	(4.406.062)	856.656	--	788.612	--	--	--	--
BB Seguridade Participações S.A. ⁽¹⁾	--	--	4.468.031	--	4.468.031	--	--	--	--	--
Banco Votorantim S.A. ⁽²⁾⁽³⁾	3.504.357	--	1.184.523	(877.731)	3.811.149	(321.734)	--	--	--	--
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.453.732	(30.196)	--	127.139	3.550.675	180.936	--	--	--	--
BB Banco de Investimento S.A.	1.815.300	(319.235)	55.679	1.124.347	2.676.091	919.049	--	--	--	--
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	125.829	(617.481)	5.665	617.481	131.494	559.455	--	--	--	--
Cobra Tecnologia S.A. ⁽³⁾	124.387	--	(758)	17.934	141.563	(8.725)	--	--	--	--
BV Participações S.A.	105.119	(14.696)	--	(38.237)	52.186	44.947	--	--	--	--
BB Administradora de Consórcios S.A.	49.960	(87.308)	--	135.887	98.539	111.026	--	--	--	--
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. ⁽¹⁾	33.512	(287.785)	(32.829)	287.102	--	147.610	--	--	--	--
Cadarm S.A.	22.216	--	--	5.783	27.999	(25.841)	22.216	--	--	5.783
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	19.326	(15.097)	(202)	15.097	19.124	17.961	--	--	--	--
BB-Elo Cartões Participações S.A.	18.843	--	--	(3.812)	15.031	(8.428)	--	--	--	--
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval	7.127	(94)	--	100	7.133	5.843	--	--	--	--
Tecnologia Bancária S.A. - Techban	6.807	--	--	1.946	8.753	(829)	--	--	--	--
Cia. Hidromineral Piratuba	2.305	--	--	6	2.311	94	2.305	--	--	6
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ⁽⁴⁾	2.286	(181)	8	173	2.286	212	--	--	--	--
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços – CCA ⁽⁵⁾	228	--	--	--	228	--	228	--	--	--
Itapebi	--	--	--	--	--	--	--	--	--	228
Brasiprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A. ⁽⁶⁾	--	--	--	--	--	--	75.259	--	(30.512)	30.972
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	--	--	--	--	--	--	11.074	--	(12.072)	998
BB Aliança Participações S.A. ⁽⁷⁾	--	--	--	--	--	--	406	--	--	1.421
Nossa Caixa Capitalização S.A. ⁽⁸⁾	--	--	--	--	--	15.311	--	--	--	--
Pronor	--	--	--	--	--	19	--	--	--	--
Outras participações ⁽⁹⁾	--	--	--	--	--	--	64.045	--	75.517	(134.731)
Ágio/Deságio na aquisição de investimentos	4.856.597	--	(523.116)	--	4.333.481	--	6.265.127	--	(604.032)	--

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

	BB-Banco Múltiplo						BB-Consolidado						R\$ mil
	Saldo Contábil		Movimentações – Exercício 2012				Saldo Contábil		Movimentações – Exercício 2012				
	31.12.2011	31.12.2012	Dividendos	Outros Eventos	Resultado Equivalência	Exercício 2012	31.12.2011	31.12.2012	Dividendos	Outros Eventos	Resultado Equivalência	Exercício 2012	
No Exterior	2.187.817	2.607.534	--	(191.912)	611.629	595.212	400.283	400.605	--	(358.832)	359.154	466.551	
Brazilian American Merchant Bank	816.428	915.829	--	91.257	8.144	5.253	--	--	--	--	--	--	
Banco Patagonia	637.770	825.133	--	(36.855)	224.218	112.515	--	--	--	--	--	--	
Banco do Brasil AG, Viena (Áustria)	213.083	260.921	--	31.771	16.067	4.703	--	--	--	--	--	--	
BB Leasing Company Ltd	83.157	92.126	--	7.451	1.518	994	--	--	--	--	--	--	
BB Americas	--	57.001	--	69.898	(12.897)	--	--	--	--	--	--	--	
BB Securities LLC	37.096	55.919	--	3.398	15.425	5.062	--	--	--	--	--	--	
Outras participações no exterior	43.474	47.760	--	2.739	1.547	33.267	43.474	47.760	--	2.739	1.547	33.267	
Ágio na aquisição de investimentos no exterior	356.809	352.845	--	(3.964)	--	--	356.809	352.845	--	(3.964)	--	--	
Ganhos/(perdas) cambiais nas agências	--	--	--	(260.993)	260.993	267.786	--	--	--	(260.993)	260.993	267.786	
Ganhos/(perdas) cambiais nas subsidiárias e controladas	--	--	--	(96.509)	96.509	165.498	--	--	--	(96.509)	96.509	165.498	
Aumento/diminuição do PL decorrente de outras movimentações	--	--	--	(105)	105	134	--	--	--	(105)	105	--	
Total das participações em coligadas, controladas e controladas em conjunto	20.222.750	21.953.608	(1.709.669)	559.027	2.881.500	3.020.730	6.840.943	6.174.615	--	(929.931)	263.603	454.879	
(Imparidade Acumulada)	(4.267)	(4.267)	--	--	--	(228)	(6.998)	(6.998)	--	--	--	(2.958)	
(1) O controle da BB Seguros Participações S.A. e da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. foi transferido para a BB Seguridade Participações S.A.(Nota 2.c)													
(2) Inclui aumento de Capital no valor de R\$ 1.000.000 mil.													
(3) Excluído resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.													
(4) As informações referem-se ao período de dezembro/2011 a novembro/2012.													
(5) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.													
(6) Empresa adquirida pela Brasilprev em jul/2012, e consolidada a partir dessa data.													
(7) Investimento transferido para a holding BB-Mapfre SH1 Participações S.A.													
(8) Investimento transferido para a controlada BB-Seguros Participações S.A. no 1º semestre/2011.													
(9) Referem-se às participações das empresas coligadas não financeiras.													

- (1) O controle da BB Seguros Participações S.A. e da BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A. foi transferido para a BB Seguridade Participações S.A.(Nota 2.c)
- (2) Inclui aumento de Capital no valor de R\$ 1.000.000 mil.
- (3) Excluido resultado não realizado decorrente de transações com o Banco Múltiplo.
- (4) As informações referem-se ao período de dezembro/2011 a novembro/2012.
- (5) Empresa em processo de liquidação extrajudicial, não avaliada pelo método de equivalência patrimonial.
- (6) Empresa adquirida pela Brasilprev em jul/2012, e consolidada a partir dessa data.
- (7) Investimento transferido para a holding BB-Mapfre SH1 Participações S.A.
- (8) Investimento transferido para a controlada BB-Seguros Participações S.A. no 1º semestre/2011.
- (9) Referem-se às participações das empresas coligadas não financeiras.

Notas Explicativas

R\$ mil						
	Capital Social Realizado	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro (Prejuízo) Líquido Exercício 2012	Quantidade de Ações (em milhares)		Participação do Capital Social %
				Ordinárias	Preferenciais	
No País						
Banco Votorantim S.A.	7.026.842	8.210.436	(1.987.774)	42.524.745	9.449.943	50
BB Seguros Participações S.A.	3.103.201	4.432.988	856.656	278.863	--	100
BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil	3.261.860	3.550.675	127.139	3.000	--	100
BB Banco de Investimento S.A.	1.743.112	2.676.091	1.124.347	3.249	--	100
Itapebi	105.000	398.514	185.743	19.950	--	19
BV Participações S.A.	90.422	104.372	(76.474)	15.106	15.106	50
Tecnologia Bancária S.A. – Tecban ⁽¹⁾	166.408	194.072	42.912	508.185	--	13,53
BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	109.698	131.494	617.481	100.000	--	100
Cobra Tecnologia S.A .	119.564	143.925	16.168	248.460	248.586	99,97
Cadam S.A.	183.904	129.388	29.287	--	4.762	21,64
Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec ⁽²⁾	68.482	75.429	6.057	8	--	12,12
BB Administradora de Consórcios S.A.	49.960	98.539	135.887	14	--	100
BB Corretora de Seguros e Administradora de Bens S.A.	26.918	33.424	287.102	--	--	--
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	9.300	19.123	15.097	398.158	--	100
BB-Elo Cartões Participações S.A.	26.500	15.031	(3.812)	10.000	--	100
Cia. Hidromineral Piratuba	4.070	14.856	552	633	--	15,56
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. - Bescval	6.336	7.186	100	10.168.639	--	99,62
Estruturadora Brasileira de Projetos - EBP	100.000	16.438	12.789	3.859	1.217	11,11
Cia. Catarinense de Assessoria e Serviços - CCA	780	474	--	260	520	48,13
No Exterior						
Banco Patagonia	298.926	1.399.237	380.277	424.101.958	--	58,96
Brasilian American Merchant Bank	492.386	915.830	8.144	241.023	--	100
Banco do Brasil AG. Viena (Áustria)	50.698	260.921	16.066	188	--	100
BB Leasing Company Ltd.	--	92.126	1.518	1.000	--	100
BB Securities LLC	10.215	55.919	15.424	5.000	--	100
BB Americas	101.124	57.001	(12.896)	835.855	--	100

(1) Participação direta do BB-Banco Múltiplo de 4,51%.

(2) Participação direta do BB-Banco Múltiplo de 3,03%.

b) Outros Investimentos

R\$ mil				
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Investimentos por incentivos fiscais	11.386	11.386	91.121	84.403
Títulos patrimoniais	58	58	146	146
Ações e cotas	53.796	52.738	58.261	56.789
Outros investimentos ⁽¹⁾	3.206	3.232	1.406.414	1.074.638
Outras participações no exterior	318	303	318	303
Total	68.764	67.717	1.556.260	1.216.279
(Imparidade Acumulada)	(44.984)	(44.979)	(83.895)	(77.200)

(1) Inclui, no BB-Consolidado, o montante de R\$ 996.686 mil (R\$ 914.059 mil em 31.12.2011), relativo aos investimentos da holding Neoenergia S.A.

Notas Explicativas

c) Ágios na Aquisição de Investimentos

Movimentação dos Ágios	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exercício/2012	Exercício/2011	2º Sem/2012	Exercício/2012	Exercício/2011
Saldo Inicial	5.005.131	5.213.406	5.134.967	6.388.517	6.623.497	6.887.332
Aquisições	--	37.854	369.965	54.248	200.103	556.355
Amortizações ⁽¹⁾	(300.049)	(589.361)	(291.526)	(408.508)	(832.526)	(574.805)
Variação Cambial ⁽²⁾	(18.756)	24.427	--	(18.756)	24.427	--
Outros ⁽³⁾	--	--	--	--	--	(245.385)
Saldo Final	4.686.326	4.686.326	5.213.406	6.015.501	6.015.501	6.623.497

(1) Registradas em Outras Despesas Operacionais.

(2) Refere-se ao ágio do Banco Patagonia e do BB Americas.

(3) Inclui a redução de participação nos ágios sobre os investimentos na Brasilveículos Companhia de Seguros e Companhia de Seguros Aliança do Brasil, nos valores de R\$ 123.645 mil e R\$ 121.740 mil, respectivamente.

d) Expectativa de Amortização dos Ágios

	R\$ mil								
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
BB Banco Múltiplo	700.660	816.990	914.475	1.007.709	1.112.997	45.539	46.442	41.514	4.686.326
Banco Nossa Caixa	617.845	709.394	807.756	900.156	1.007.459	--	--	--	4.042.610
Banco Votorantim	54.569	56.722	57.981	60.466	61.133	--	--	--	290.871
Banco Patagonia	21.614	45.752	46.394	44.003	40.063	40.838	41.651	35.301	315.616
BB Americas	6.632	5.122	2.344	3.084	4.342	4.701	4.791	6.213	37.229
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(280.264)	(326.796)	(365.789)	(403.083)	(445.199)	(18.216)	(18.577)	(16.606)	(1.874.530)
Total líquido	420.396	490.194	548.685	604.625	667.798	27.323	27.865	24.908	2.811.797
Outras Participações									
BB-BI	95.816	110.541	107.125	122.272	139.588	159.386	182.028	--	916.756
Cielo	84.084	96.394	93.857	107.670	123.517	141.696	162.550	--	809.768
Alelo	11.732	14.147	13.268	14.602	16.071	17.690	19.478	--	106.988
BB Mapfre SH1 Participações S.A.	102.404	18.781	22.254	24.050	25.314	--	--	--	192.803
Aliança do Brasil	87.336	--	--	--	--	--	--	--	87.336
Vida Seguradora	15.068	18.781	22.254	24.050	25.314	--	--	--	105.467
Mapfre BB SH2 Participações S.A.	14.266	16.482	18.297	20.134	22.124	--	--	--	91.303
Brasilveículos	14.266	16.482	18.297	20.134	22.124	--	--	--	91.303
BB Seguros	18.308	15.505	11.022	9.154	8.593	8.780	7.659	--	79.021
Brasilcap	18.308	15.505	11.022	9.154	8.593	8.780	7.659	--	79.021
Brasilprev	122	91	122	274	427	670	914	46.672	49.292
Brasilprev Nosso Futuro Seguros e Previdência S.A.	122	91	122	274	427	670	914	46.672	49.292
BB Consolidado	931.576	978.390	1.073.295	1.183.593	1.309.043	214.375	237.043	88.186	6.015.501
Efeitos tributários ⁽¹⁾	(364.531)	(388.309)	(426.223)	(470.236)	(520.256)	(85.224)	(94.358)	(35.275)	(2.384.412)
Total líquido	567.045	590.081	647.072	713.357	788.787	129.151	142.685	52.911	3.631.089

(1) 25% de IRPJ e 15% de CSLL para as empresas financeiras e para as empresas não financeiras de seguros, previdência e capitalização, e 25% de IRPJ e 9% da CSLL para as demais empresas não financeiras.

A expectativa de amortização dos ágios gerados nas aquisições de participações societárias respalda-se em projeções de resultado que fundamentaram os negócios, elaboradas por empresas especializadas ou por área técnica do Banco, contemplando os prazos das estimativas e taxas de desconto utilizadas na apuração do valor presente líquido dos fluxos de caixa esperados.

Notas Explicativas

e) Teste de Imparidade dos Ágios

O valor recuperável dos ágios na aquisição de investimentos é determinado com base no valor em uso, calculado pela metodologia de fluxo de caixa descontado, que se fundamenta na projeção de um fluxo de caixa para a empresa investida (unidade geradora de caixa) e na determinação da taxa que irá descontar esse fluxo.

As premissas adotadas para estimar esse fluxo são baseadas em informações públicas, no orçamento e no plano de negócios das empresas avaliadas. As premissas consideram o desempenho atual e passado, bem como o crescimento esperado no respectivo mercado de atuação e em todo ambiente macroeconômico.

Os fluxos de caixa das empresas relacionadas a seguir foram projetados pelo período de dez anos, perpetuando-se a partir do décimo primeiro ano, com taxa de crescimento estabilizada. Para os períodos de fluxo de caixa excedentes aos prazos das projeções dos orçamentos ou planos de negócios, as estimativas de crescimento utilizadas estão em linha com aquelas adotadas pelas empresas. A taxa de desconto nominal foi calculada, ano a ano, com base no modelo *CAPM* (*Capital Asset Pricing Model*) ajustado ao mercado brasileiro e referenciado em Reais (R\$), com exceção do Banco Patagonia, cujo modelo foi ajustado ao mercado argentino e referenciado em Pesos Argentinos (ARS).

Empresas (Unidades Geradoras de Caixa)	Taxa anual de Crescimento ⁽¹⁾	Taxa anual de Desconto ⁽²⁾
Banco Votorantim	3,60%	11,58%
Banco Patagonia	14,20%	24,52%
Alelo	3,20%	11,93%
Aliança do Brasil	0,00%	12,17%
Brasilveículos	0,00%	12,17%
Brasilcap	2,85%	9,16%
Vida Seguradora	0,00%	12,17%

(1) Crescimento nominal na perpetuidade.

(2) Média geométrica dos dez anos de projeção.

O teste de imparidade do ágio na aquisição do Banco Nossa Caixa, que foi incorporado pelo Banco do Brasil, considera o valor em uso do Banco do Brasil no Estado de São Paulo (unidade geradora de caixa). Os fluxos de caixa têm por base o resultado de 2012 da unidade geradora de caixa, com crescimento pela variação do Produto Interno Bruto (PIB) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), projetado por dez anos. Os fluxos foram descontados pelo Custo de Capital Próprio do Banco do Brasil.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Taxa anual de Crescimento ⁽¹⁾	Taxa anual de Desconto ⁽¹⁾
Banco do Brasil – Estado de São Paulo – Ágio Banco Nossa Caixa	9,22%	11,82%

(1) Média geométrica dos dez anos de projeção.

De acordo com a análise de sensibilidade realizada, não há a indicação de que mudanças em premissas possam fazer o valor contábil das unidades geradoras de caixa exceder o seu respectivo valor recuperável.

O valor recuperável do ágio na aquisição da Cielo é apurado por meio do valor líquido de venda, com base na cotação das ações de emissão da companhia na BM&FBovespa.

Empresa (Unidade Geradora de Caixa)	Cotação CIEL3 ⁽¹⁾
Cielo	R\$ 50,59

(1) Preço de fechamento da ação em 28/09/2012.

Nos exercícios 2012 e 2011, não houve perda por imparidade sobre os ágios na aquisição de investimentos.

Notas Explicativas

15 – Imobilizado de Uso

	BB-Banco Múltiplo							
	31.12.2011	Exercício/2012			31.12.2012			
	Saldo contábil	Movimentações ⁽¹⁾	Depreciação	Provisão p/ imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil ⁽¹⁾
Imobilizado de Uso								
Edificações	2.083.939	13.810	(165.868)	(4.407)	3.815.742	(1.883.861)	(4.407)	1.927.474
Sistemas de processamento de dados	1.550.849	544.075	(541.429)	(960)	4.712.039	(3.158.544)	(960)	1.552.535
Móveis e equipamentos de uso	617.629	231.805	(117.512)	--	1.550.590	(818.668)	--	731.922
Imobilizações em curso	219.962	774.044	--	--	994.006	--	--	994.006
Terrenos	208.267	(23.213)	--	--	185.054	--	--	185.054
Instalações	182.643	6.291	(32.892)	--	843.722	(687.680)	--	156.042
Sistemas de segurança	128.709	46.276	(27.836)	--	351.533	(204.384)	--	147.149
Sistemas de comunicação	64.368	11.419	(15.528)	--	207.135	(146.876)	--	60.259
Móveis e equipamentos em estoque	4.192	(1.172)	--	--	3.020	--	--	3.020
Sistemas de transporte	1.680	1.745	(251)	--	5.051	(1.877)	--	3.174
Total	5.062.238	1.605.080	(901.316)	(5.367)	12.667.892	(6.901.890)	(5.367)	5.760.635

(1) Inclui a baixa do valor contábil de R\$ 20.465 mil de Terrenos, R\$ 40.523 mil de Instalações e R\$ 238.489 mil de Edificações em função da transferência da propriedade de 64 imóveis ao BB Progressivo Fundo de Investimento Imobiliário (FII) (Nota 31.d).

	BB-Consolidado							
	31.12.2011	Exercício/2012			31.12.2012			
	Saldo contábil	Movimentações ⁽¹⁾	Depreciação	Provisão p/ imparidade	Valor de custo	Depreciação acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil ⁽¹⁾
Imobilizado de Uso								
Edificações	2.175.027	43.078	(169.629)	(4.407)	3.961.117	(1.912.641)	(4.407)	2.044.069
Sistemas de processamento de dados	1.706.433	530.204	(556.912)	(960)	5.002.092	(3.322.367)	(960)	1.678.765
Móveis e equipamentos de uso	790.383	291.950	(149.620)	(924)	2.106.451	(1.173.738)	(924)	931.789
Imobilizações em curso	252.258	761.238	--	--	1.013.496	--	--	1.013.496
Terrenos	228.533	319.019	--	--	547.552	--	--	547.552
Instalações	220.932	10.910	(38.945)	--	926.756	(733.859)	--	192.897
Sistemas de segurança	130.576	47.265	(28.320)	--	356.727	(207.206)	--	149.521
Sistemas de comunicação	70.277	11.763	(16.766)	--	220.995	(155.721)	--	65.274
Sistemas de transporte	10.475	2.732	(2.612)	--	35.863	(25.268)	--	10.595
Móveis e equipamentos em estoque	4.192	(1.172)	--	--	3.020	--	--	3.020
Total	5.589.086	2.016.987	(962.804)	(6.291)	14.174.069	(7.530.800)	(6.291)	6.636.978

(1) Inclui a baixa do valor contábil de R\$ 20.465 mil de Terrenos, R\$ 40.523 mil de Instalações e R\$ 238.489 mil de Edificações em função da transferência da propriedade de 64 imóveis ao BB Progressivo Fundo de Investimento Imobiliário (FII) (Nota 31.d).

Notas Explicativas

16 – Intangível

a) Movimentação e Composição

R\$ mil									
	BB-Banco Múltiplo								
	31.12.2011	Exercício/2012				31.12.2012			
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Provisão para imparidade ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ^{(2) (3)}	6.027.015	2.179.202	(840.919)	(1.949.915)	3.112	9.266.042	(3.797.759)	(49.788)	5.418.495
Softwares	664.931	241.220	(26)	(203.595)	--	1.204.554	(502.024)	--	702.530
Outros ativos intangíveis ⁽⁴⁾	2.823.856	4.662	--	(180.000)	--	2.828.518	(180.000)	--	2.648.518
Total	9.515.802	2.425.084	(840.945)	(2.333.510)	3.112	13.299.114	(4.479.783)	(49.788)	8.769.543

(1) Registrada em Outras Despesas Operacionais.

(2) Reversão de imparidade no valor de R\$ 3.112 mil.

(3) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociadas no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(4) Refere-se principalmente ao custo do direito de utilização da rede do Banco Postal para serviços de correspondente bancário (Nota 31.b).

R\$ mil									
	BB-Consolidado								
	31.12.2011	Exercício/2012				31.12.2012			
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Amortização	Provisão para imparidade ⁽¹⁾	Valor de custo	Amortização acumulada	Imparidade acumulada	Saldo contábil
Direitos de gestão de folhas de pagamento ^{(2) (3)}	6.027.015	2.179.202	(840.919)	(1.949.915)	3.112	9.266.042	(3.797.759)	(49.788)	5.418.495
Softwares	871.462	563.669	(311)	(210.471)	--	1.913.342	(688.993)	--	1.224.349
Outros ativos intangíveis ⁽⁴⁾	2.837.547	9.733	(125)	(180.435)	(995)	2.847.737	(181.017)	(995)	2.665.725
Total	9.736.024	2.752.604	(841.355)	(2.340.821)	2.117	14.027.121	(4.667.769)	(50.783)	9.308.569

(1) Registrada em Outras Despesas Operacionais.

(2) Reversão de imparidade no valor de R\$ 3.112 mil.

(3) Os valores de Aquisições e Baixas incluem contratos renegociadas no período, em que o valor do novo contrato é ativado e o valor do contrato anterior é baixado sem impacto no resultado.

(4) Refere-se principalmente ao custo do direito de utilização da rede do Banco Postal para serviços de correspondente bancário (Nota 31.b).

b) Estimativa de Amortização

R\$ mil						
Exercício	BB-Banco Múltiplo					
	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Valores a amortizar	2.155.288	2.122.326	2.063.466	2.057.867	370.597	8.769.543

R\$ mil						
Exercício	BB-Consolidado					
	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Valores a amortizar	2.263.093	2.230.131	2.171.271	2.165.672	478.402	9.308.569

Notas Explicativas

17 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Depósitos

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Depósitos à Vista	72.958.427	60.371.172	74.759.878	62.016.372
Pessoas físicas	30.583.585	24.720.856	30.651.601	24.779.124
Pessoas jurídicas	26.932.192	22.063.307	28.789.127	23.728.405
Vinculados	7.555.584	6.522.029	7.566.356	6.528.126
Governos	3.774.800	3.530.600	3.774.800	3.530.600
Moedas estrangeiras	1.178.480	759.764	1.178.480	759.684
Especiais do Tesouro Nacional	824.699	702.242	824.699	702.242
Instituições do sistema financeiro	573.878	625.785	512.500	594.732
Empresas ligadas	896.232	864.420	824.249	811.726
Domiciliados no exterior	29.272	38.570	28.361	38.134
Outros	609.705	543.599	609.705	543.599
Depósitos de Poupança	117.744.043	100.109.839	117.744.043	100.109.839
Pessoas físicas	110.270.220	93.778.940	110.270.220	93.778.940
Pessoas jurídicas	7.212.425	6.056.292	7.212.425	6.056.292
Empresas ligadas	244.793	257.435	244.793	257.435
Instituições do sistema financeiro	16.605	17.172	16.605	17.172
Depósitos Interfinanceiros	18.971.133	18.139.907	16.568.656	14.450.354
Depósitos a Prazo	251.027.170	250.183.824	263.012.824	265.808.991
Moeda Nacional	140.394.785	153.957.218	145.937.903	164.801.983
Judiciais	86.261.246	77.591.835	86.346.242	77.666.810
Moedas estrangeiras	17.620.533	10.018.819	23.978.073	14.724.246
Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT (Nota 17.e)	5.952.981	7.924.910	5.952.981	7.924.910
Funproger (Nota 17.f)	198.610	147.175	198.610	147.175
Outros	599.015	543.867	599.015	543.867
Total	460.700.773	428.804.742	472.085.401	442.385.556
Passivo circulante	342.814.617	291.937.609	353.051.671	302.505.147
Passivo não circulante	117.886.156	136.867.133	119.033.730	139.880.409

b) Segregação de Depósitos por Prazo de Exigibilidade

	R\$ mil						
	BB-Banco Múltiplo						
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	95.370.613	18.174.206	21.836.439	42.373.814	73.164.138	107.960	251.027.170
Depósitos de poupança	117.744.043	--	--	--	--	--	117.744.043
Depósitos à vista	72.958.427	--	--	--	--	--	72.958.427
Depósitos interfinanceiros	149.908	9.662.369	6.918.612	1.942.413	287.788	10.043	18.971.133
Total	286.222.991	27.836.575	28.755.051	44.316.227	73.451.926	118.003	460.700.773

(1) Inclui os valores de R\$ 138.021.226 mil (R\$ 151.015.003 mil em 31.12.2011), relativos a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

Notas Explicativas

R\$ mil							
	BB-Consolidado						
	Sem Vencimento	Até 3 Meses	3 a 12 Meses	1 a 3 Anos	3 a 5 Anos	Acima de 5 Anos	
Depósitos a prazo ⁽¹⁾	95.392.491	24.952.081	25.931.026	43.286.774	73.340.281	110.171	263.012.824
Depósitos de poupança	117.744.043	--	--	--	--	--	117.744.043
Depósitos à vista	74.759.878	--	--	--	--	--	74.759.878
Depósitos interfinanceiros	35.193	7.487.177	6.749.782	1.622.920	294.328	379.256	16.568.656
Total	287.931.605	32.439.258	32.680.808	44.909.694	73.634.609	489.427	472.085.401

(1) Inclui os valores de R\$ 143.123.684 mil (R\$ 156.117.461 mil em 31.12.2011), relativos a depósitos a prazo com cláusula de recompra antecipada (compromisso de liquidez), considerados os prazos de vencimento originais.

c) Captações no Mercado Aberto

R\$ mil				
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Carteira Própria	42.602.833	54.245.739	59.994.120	66.475.487
Títulos privados	9.553.997	663.897	19.642.180	10.966.500
Letras Financeiras do Tesouro	30.307.570	42.442.652	30.341.365	41.684.702
Títulos no exterior	1.316.578	2.376.421	1.838.920	2.805.225
Notas do Tesouro Nacional	--	329.210	2.165.001	2.431.697
Letras do Tesouro Nacional	1.424.688	8.433.559	5.740.101	8.137.004
Outros	--	--	266.553	450.359
Carteira de Terceiros	166.912.091	125.956.513	165.546.113	128.695.556
Letras Financeiras do Tesouro	107.311.069	106.124.154	103.044.579	107.356.969
Notas do Tesouro Nacional	13.165.189	848.333	14.086.398	947.549
Letras do Tesouro Nacional	44.659.712	15.765.106	46.641.515	17.181.358
Títulos no exterior	1.776.121	3.218.920	1.773.621	3.209.680
Carteira de Livre Movimentação	--	--	246.639	4.233
Total	209.514.924	180.202.252	225.786.872	195.175.276
Passivo circulante	200.237.562	172.149.993	214.649.038	184.926.104
Passivo não circulante	9.277.362	8.052.259	11.137.834	10.249.172

d) Despesa com Captações no Mercado Aberto e com Depósitos

R\$ mil						
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Despesas de Captações com Depósitos	(13.092.190)	(27.899.510)	(29.745.796)	(13.735.797)	(29.298.352)	(31.238.929)
Depósitos a prazo	(6.043.334)	(13.692.272)	(15.398.314)	(6.618.701)	(15.019.897)	(17.037.407)
Depósitos judiciais	(3.467.729)	(6.871.449)	(6.485.085)	(3.467.682)	(6.870.821)	(6.484.844)
Depósitos de poupança	(3.378.765)	(6.867.289)	(6.908.451)	(3.378.765)	(6.867.289)	(6.908.451)
Depósitos interfinanceiros	(202.362)	(468.500)	(953.946)	(270.649)	(540.345)	(808.227)
Despesas de Captações no Mercado Aberto	(7.279.945)	(15.659.707)	(17.664.283)	(7.859.182)	(16.891.272)	(19.701.431)
Carteira de terceiros	(6.312.398)	(13.281.503)	(13.638.792)	(6.430.849)	(13.564.923)	(14.132.852)
Carteira própria	(967.533)	(2.369.696)	(4.023.843)	(1.413.629)	(3.279.504)	(5.424.202)
Carteira de livre movimentação	(14)	(8.508)	(1.648)	(14.704)	(46.845)	(144.377)
Outras	(1.820.923)	(3.063.912)	(1.696.165)	(2.569.635)	(4.922.508)	(3.429.157)
Total das Despesas	(22.193.058)	(46.623.129)	(49.106.244)	(24.164.614)	(51.112.132)	(54.369.517)

Notas Explicativas

e) Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Programa	Devolução de Recursos				31.12.2012			31.12.2011		
	Resolução/ TADE ⁽¹⁾	Forma ⁽²⁾		Data Final	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total	Disponível TMS ⁽³⁾	Aplicado TJLP ⁽⁴⁾	Total
		Data Inicial								
Proger Rural e Pronaf					325.502	1.536.768	1.862.270	372.533	2.635.836	3.008.369
Pronaf Custeio	04/2005	RA	11/2005	--	--	5.844	12.754	7.571	31.489	39.060
Pronaf Investimento	05/2005	RA	11/2005	--	277.831	1.269.113	1.546.944	250.326	1.809.716	2.060.042
Giro Rural – Aquisição de Títulos	03/2005	SD	01/2008	01/2014	5.773	128.905	134.678	--	509.546	509.546
Giro Rural Fornecedores	14/2006	RA	08/2006	--	19.219	63.248	82.467	94.033	132.442	226.475
Rural Custeio	02/2006	RA	11/2005	--	324	2.956	3.280	896	5.868	6.764
Rural Investimento	13/2005	RA	11/2005	--	15.445	66.702	82.147	19.707	146.775	166.482
Proger Urbano					218.136	3.415.019	3.633.155	583.644	4.050.543	4.634.187
Urbano Investimento	18/2005	RA	11/2005	--	217.587	3.414.695	3.632.282	235.207	4.042.844	4.278.051
Urbano Capital de Giro	15/2005	RA	11/2005	--	545	320	865	346.717	4.460	351.177
Empreendedor Popular	01/2006	RA	11/2005	--	4	4	8	1.720	3.239	4.959
Outros					58.264	399.292	457.556	52.455	229.899	282.354
Exportação	27/2005	RA	11/2005	--	116	--	116	556	510	1.066
Integrar Área Urbana	25/2005	RA	11/2005	--	102	--	102	68	319	387
FAT Giro Setorial Micro e Pequenas Empresas	08/2006	RA	09/2007	--	7.850	8.866	16.716	526	48.800	49.326
FAT Giro Setorial Veículos MGE	09/2006	RA	02/2009	--	--	--	--	100	118	218
FAT Giro Setorial Veículos MPE	08/2006	RA	02/2009	--	--	--	--	3.505	3.844	7.349
FAT Fomentar Micro e Pequenas Empresas	11/2006	RA	08/2006	--	1.222	3.898	5.120	1.173	7.958	9.131
FAT Fomentar Médias e Grandes Empresas	12/2006	RA	07/2006	--	9.986	24.993	34.979	8.292	57.065	65.357
FAT Taxista	02/2009	RA	09/2009	--	11.791	141.551	153.342	28.890	77.463	106.353
FAT Turismo Investimento	01/2012	RA	08/2012	--	16.124	9.069	25.193	--	--	--
FAT Turismo Capital de Giro	02/2012	RA	08/2012	--	11.073	210.915	221.988	--	--	--
FAT Encargos a capitalizar	--	--	--	--	--	--	--	9.345	33.822	43.167
Total					601.902	5.351.079	5.952.981	1.008.632	6.916.278	7.924.910

(1) TADE: Termo de Alocação de Depósito Especial.
(2) RA - Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD - Saldo Disponível.
(3) Recursos remunerados pela Taxa Média Selic (TMS).
(4) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Notas Explicativas

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei n.º 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – Codefat. O Codefat é um órgão colegiado, de caráter tripartite e paritário, composto por representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do governo.

As principais ações para a promoção do emprego financiadas com recursos do FAT estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei n.º 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais, incorporando, entre outros, o próprio Programa de Geração de Emprego e Renda – Proger, nas modalidades Urbano – Investimento e Capital de Giro – e Rural, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, além de linhas especiais tais como FAT Integrar – Rural e Urbano, FAT Giro Setorial – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Micro e Pequenas Empresas, FAT Giro Setorial Veículos – Médias e Grandes Empresas, FAT Fomentar - Micro e Pequenas Empresas, FAT Fomentar – Médias e Grandes Empresas, FAT Giro Agropecuário, FAT Inclusão Digital, FAT Taxista, FAT Turismo Investimento e FAT Turismo Capital de Giro.

Os depósitos especiais do FAT alocados junto ao Banco do Brasil, enquanto disponíveis, são remunerados pela Taxa Média Selic (TMS) *pro rata die*. À medida que são aplicados nos financiamentos passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período de vigência dos financiamentos. As remunerações sobre os recursos alocados no Banco são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado na Resolução Codefat n.º 439/2005 e n.º 489/2006.

f) Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger)

O Fundo de Aval para Geração de Emprego e Renda (Funproger) é um fundo especial de natureza contábil, criado em 23.11.1999 pela Lei n.º 9.872/1999, alterada pela Lei n.º 10.360/2001 e pela Lei n.º 11.110/2005, regulamentado pela Resolução Codefat n.º 409/2004 e alterações posteriores, gerido pelo Banco do Brasil com a supervisão do Codefat/MTE, cujo saldo em 31.12.2012 é de R\$ 198.610 mil (R\$ 147.175 mil em 31.12.2011).

O objetivo do Funproger é conceder aval a empreendedores que não disponham das garantias necessárias para contratação de financiamentos do Proger Urbano e do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), mediante o pagamento de uma comissão para a concessão de aval. Para formação do patrimônio do Funproger, foram aportados recursos provenientes da diferença entre a aplicação da TMS e a TJLP na remuneração dos saldos disponíveis de depósitos especiais do FAT. Outras fontes de recursos que compõem o Fundo são as receitas decorrentes de sua operacionalização e a remuneração de suas disponibilidades pelo Banco do Brasil, gestor do Fundo.

18 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Obrigações por Empréstimos

	BB-Banco Múltiplo				R\$ mil	
	até	de 91 a	de 1 a	de 3 a	31.12.2012	31.12.2011
	90 Dias	360 Dias	3 Anos	5 Anos		
No Exterior						
Tomados junto ao Grupo BB no exterior	1.049.819	3.062.325	17.645.937	--	21.758.081	13.908.697
Tomados junto a banqueiros no exterior	2.027.947	7.124.218	657.915	46.248	9.856.328	8.399.183
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	--	254.709	368.442	--	623.151	800.453
Importação	97.781	140.534	44.847	6.330	289.492	365.816
Exportação	3.000	24.053	--	--	27.053	10.996
Total	3.178.547	10.605.839	18.717.141	52.578	32.554.105	23.485.145
Passivo circulante					13.784.386	8.368.049
Passivo não circulante					18.769.719	15.117.096

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

Notas Explicativas

R\$ mil						
	BB-Consolidado				31.12.2012	31.12.2011
	até 90 Dias	de 91 a 360 Dias	de 1 a 3 Anos	de 3 a 5 Anos		
No País						
Tomados pelas empresas não financeiras	402.826	--	--	--	402.826	113.354
Demais linhas de crédito	--	1.927	3.780	--	5.707	7.640
No Exterior						
Tomados junto a banqueiros no exterior	2.933.501	8.843.084	658.071	63.318	12.497.974	10.878.923
Vinculados a empréstimos do setor público ⁽¹⁾	--	254.709	368.442	--	623.151	800.453
Importação	74.795	95.518	15.360	--	185.673	177.380
Exportação	205.294	160.408	--	--	365.702	279.324
Total	3.616.416	9.355.646	1.045.653	63.318	14.081.033	12.257.074
Passivo circulante					12.972.062	9.505.975
Passivo não circulante					1.108.971	2.751.099

(1) Vencimento em abril de 2015, à taxa de 6,92% a.a.

b) Obrigações por Repasses

Do País – Instituições Oficiais

R\$ mil					
Programas	Taxa de Atualização	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
		31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Tesouro Nacional - Crédito Rural		633.638	1.643.963	713.279	1.721.507
Pronaf	TMS (se disponível) ou 0,5% a.a. a 4% a.a. (se aplicado)	475.613	1.424.918	475.613	1.424.918
Recoop	5,75% a.a. a 8,25% a.a. ou IGP-DI + 1% a.a. ou IGP-DI + 2% a.a.	69.955	96.511	69.955	96.511
Cacau	IGP-M + 8% a.a. ou TJLP + 0,6% a.a. ou 6,35% a.a.	86.715	103.007	86.715	103.007
Outros	--	1.355	19.527	80.996	97.071
BNDES		40.284.112	27.227.981	41.762.751	28.978.454
Banco do Brasil	0% a.a. a 11% a.a. ou TJLP/var. camb. + 0% a.a. a 6% a.a.	40.284.112	27.227.981	40.284.112	27.227.981
Banco Votorantim	Pré/TJLP/IPCA/var. camb. + 0,5% a.a. a 9,91% a.a.	--	--	1.478.639	1.750.473
Caixa Econômica Federal		895.482	338.253	895.482	338.253
Finame		18.485.748	16.168.925	19.494.062	17.506.428
Banco do Brasil	0% a.a. a 11% a.a. ou TJLP/var. camb. + 0,5% a.a. a 5,5% a.a.	18.485.748	16.168.925	18.489.696	16.176.962
Banco Votorantim	TJLP/Pré + 0,3% a.a. a 11,5% a.a.	--	--	1.004.366	1.329.466
Outras Instituições Oficiais		653.052	2.443.166	653.052	2.446.402
Suprimento Especial – Poupança Rural	TR	--	1.991.552	--	1.991.552
Funcafé	TMS (se disponível) ou 6,75% a.a. (se aplicado até 06/2012) ou 5,5% a.a. (se aplicado a partir de 07/2012)	652.912	451.475	652.912	451.475
Outros	--	140	139	140	3.375
Total		60.952.032	47.822.288	63.518.626	50.991.044
Passivo circulante		16.710.092	16.089.557	17.756.624	17.474.727
Passivo não circulante		44.241.940	31.732.731	45.762.002	33.516.317

Notas Explicativas**Do Exterior**

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Recursos livres - Resolução CMN n.º 3.844/2010	3.504.292	286.931	87.012	101.876
Fundo Especial de Apoio às pequenas e médias empresas industriais	477	477	477	477
Total	3.504.770	287.408	87.490	102.353
Passivo circulante	804	13.114	481	13.114
Passivo não circulante	3.503.966	274.294	87.009	89.239

c) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(1.027.981)	(3.170.360)	(2.562.073)	(491.416)	(2.410.077)	(2.552.815)
Despesas de Obrigações por Repasses	(1.446.635)	(2.927.330)	(2.645.933)	(1.496.502)	(3.057.469)	(2.845.223)
BNDES	(1.039.872)	(2.004.278)	(1.655.383)	(1.087.467)	(2.111.620)	(1.785.195)
Finame	(300.309)	(689.079)	(638.948)	(324.604)	(743.347)	(716.019)
Tesouro Nacional	(44.103)	(123.135)	(159.462)	(46.183)	(126.943)	(162.725)
Do exterior	(24.105)	(35.279)	(68.942)	--	--	(58.086)
Caixa Econômica Federal	(11.022)	(20.388)	(11.552)	(11.022)	(20.388)	(11.552)
Outras	(27.225)	(55.171)	(111.646)	(27.225)	(55.171)	(111.646)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(190.172)	(654.532)	(648.696)	(190.172)	(654.532)	(648.696)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(163.102)	(1.198.847)	(1.107.293)	(167.392)	(1.254.129)	(1.163.094)
Total	(2.827.891)	(7.951.070)	(6.963.995)	(2.345.481)	(7.376.206)	(7.209.828)

Notas Explicativas

19 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

						R\$ mil	
CAPTAÇÕES		Valor emitido	Remuneração a.a	Data Captação	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011
Banco Múltiplo							
Programa “Global Medium-Term Notes”						6.303.172	5.198.652
	R\$	350.000	9,75%	07/2007	07/2017	387.261	352.199
	USD	100.000	Libor 6m+2,55%	07/2009	07/2014	206.658	188.595
	USD	950.000	4,50%	01/2010	01/2015	1.978.662	1.819.507
	USD	500.000	6,00%	01/2010	01/2020	1.044.118	957.919
	EUR	750.000	4,50%	01/2011	01/2016	2.098.921	1.880.432
	JPY	24.700.000	1,80%	09/2012	09/2015	587.552	--
“Senior Notes”						4.952.108	934.260
	USD	500.000	3,87%	11/2011	01/2017	1.033.277	934.260
	USD	1.925.000	3,87%	10/2012	01/2022	3.918.831	--
Notas Estruturadas	USD	332.620	0,85 a 2,15%			688.797	--
Certificados de depósitos - Longo Prazo						1.926.853	1.795.894
	USD	2.000	3,19%	05/2010	⁽¹⁾ 05/2013	--	3.750
	USD	100.000	2,78%	01/2011	⁽¹⁾ 01/2013	--	187.510
	USD	99.000	2,87%	02/2011	⁽¹⁾ 01/2013	--	185.635
	USD	100.000	2,72%	03/2011	⁽¹⁾ 03/2013	--	187.441
	USD	200.000	2,02%	03/2011	⁽¹⁾ 03/2013	--	371.867
	USD	10.000	3,00%	08/2011	⁽¹⁾ 08/2016	--	18.652
	USD	30.000	2,55%	09/2011	⁽¹⁾ 09/2013	--	56.253
	USD	233.900	2,25%	10/2011	⁽¹⁾ 02/2014	--	438.586
	USD	25.630	1,95%	11/2011	⁽¹⁾ 02/2013	--	48.059
	USD	150.000	2,93%	11/2011	⁽¹⁾ 12/2013	--	281.265
	USD	2.000	2,48%	12/2011	⁽¹⁾ 06/2013	--	3.750
	USD	2.000	1,79%	12/2011	⁽¹⁾ 04/2014	--	3.750
	USD	5.000	1,74%	12/2011	⁽¹⁾ 04/2013	--	9.376
	USD	10.000	3,27%	08/2012	08/2016	20.429	--
	USD	230.695	2,52%	08/2012	02/2014	471.286	--
	USD	35.000	2,40%	08/2012	08/2014	71.501	--
	USD	1.700	1,75%	09/2012	09/2014	3.455	--
	USD	11.000	1,88%	09/2012	09/2014	22.355	--
	USD	50.000	2,11%	10/2012	04/2014	102.145	--
	USD	26.674	3,50%	10/2012	07/2014	54.207	--
	USD	5.000	1,90%	10/2012	10/2015	10.215	--
	USD	25.709	3,50%	10/2012	10/2014	52.248	--
	USD	48.205	3,80%	10/2012	10/2015	97.965	--
	USD	32.137	3,80%	11/2012	11/2015	65.310	--
	USD	2.000	1,56%	12/2012	04/2014	4.086	--
	USD	199.000	2,42%	12/2012	12/2015	406.537	--
	USD	48.205	3,98%	12/2012	12/2015	97.965	--
	USD	215.000	2,42%	12/2012	12/2015	436.934	--
	USD	5.000	1,30%	12/2012	12/2013	10.215	--

Notas Explicativas

						R\$ mil	
CAPTAÇÕES		Valor emitido	Remuneração a.a	Data Captação	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011
Certificados de depósitos - Curto Prazo ⁽²⁾	USD					7.754.338	4.128.590
Letras de Crédito do Agronegócio						32.898.221	6.595.550
Curto Prazo	R\$					11.037.065	1.095.276
Longo Prazo ⁽³⁾	R\$					21.861.156	5.500.667
Custo de emissões sobre captações	R\$					--	(393)
Letras Financeiras						3.569.719	3.486.743
Curto Prazo	R\$					3.536.300	--
Longo Prazo ⁽⁴⁾	R\$					33.419	3.486.743
Total BB-Banco Múltiplo						58.093.209	22.139.689
Banco Patagonia							
Bonds GPAT Série I	ARS	50.000	14,30%	03/2011	03/2012	--	19.648
Bonds GPAT Série II	ARS	94.310	14,12%	05/2011	05/2012	--	28.287
Bonds GPAT Série III	ARS	71.000	15,27%	08/2011	08/2012	--	31.886
Bonds GPAT Série IV	ARS	50.200	23,87%	11/2011	11/2012	--	19.660
Bonds GPAT Série V	ARS	100.000	19,34%	01/2012	01/2013	40.505	--
Bonds GPAT Série VI	ARS	150.000	15,64%	03/2012	03/2013	53.504	--
Bonds GPAT B Série VII	ARS	150.000	BADLAR + 200 ptos.	04/2012	04/2013	59.714	--
Bonds GPAT A Série VIII	ARS	33.500	16,75%	07/2012	03/2013	15.085	--
Bonds GPAT B Série VIII	ARS	58.205	BADLAR + 350 ptos.	07/2012	12/2013	24.215	--
Bonds GPAT A Série IX	ARS	27.400	18,00%	08/2012	05/2013	9.880	--
Bonds GPAT B Série IX	ARS	110.100	BADLAR + 399 ptos.	08/2012	02/2014	44.471	--
Bonds GPAT A Série X	ARS	50.000	18,90%	11/2012	08/2013	21.372	--
Bonds GPAT B Série X	ARS	97.611	BADLAR + 429 ptos.	11/2012	05/2014	41.769	--
Bonds Banco Patagonia Clase I Série 1	ARS	200.000	BADLAR + 400 PB	12/2012	06/2014	83.154	--
Total Banco Patagonia						393.669	99.481
Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior ⁽⁵⁾							
Securitização do fluxo futuro de ordens de pagamento do exterior							
	USD	250.000	6,55%	12/2003	12/2013	88.174	156.772
	USD	250.000	Libor 3m+0,55%	03/2008	03/2014	255.454	422.116
	USD	200.000	Libor 3m+1,20%	09/2008	09/2015	223.917	280.310
	USD	150.000	5,25%	04/2008	06/2018	270.253	281.962
Total Entidades de Propósitos Específicos - EPE no Exterior						837.797	1.141.160
Banco Votorantim							
Debêntures							
						748.029	1.565.574
Pós-fixado	R\$		0,35% + DI	06/2006	07/2012	--	809.898
Pós-fixado	R\$		100 a 111% DI	06/2006	07/2027	748.029	755.676
Letras de Crédito Imobiliário	R\$		93,00 a 97,36% DI	11/2011	07/2015	66.265	3.490
Letras de Crédito do Agronegócio						1.106.694	825.979
Pós-fixado	R\$		80,00% a 97,50% DI	12/2007	03/2020	1.104.110	817.712
Pré-fixado	R\$		8,48 a 12,35%	05/2008	04/2013	2.584	8.267
Letras Financeiras						5.483.544	3.572.168
Pré-fixado	R\$		8,27 a 14,00%	07/2010	11/2022	90.269	28.443
Pós-fixado	R\$		100 a 112,02% DI	09/2010	12/2017	5.159.520	3.446.800
Pós-fixado	R\$		3,42 a 7,81% + IPCA	01/2011	09/2019	135.100	69.980
Pós-fixado	R\$		108 a 109,30% Selic	02/2011	04/2015	97.159	25.625
Pós-fixado	R\$		5,05 a 5,99%+IGPM	08/2011	09/2013	1.496	1.320

Notas Explicativas

						R\$ mil	
CAPTAÇÕES		Valor emitido	Remuneração a.a	Data Captação	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011
Programa"Global Medium-Term Notes"						4.005.727	2.966.110
Curto Prazo ⁽⁶⁾						1.497.964	73.118
Longo Prazo						2.507.763	2.892.992
	R\$	100.000	9,25%	12/2005	12/2012	--	44.476
	USD	47.666	3,91%	09/2006	09/2016	98.443	89.691
	R\$	94.796	10,63%	04/2007	04/2014	104.851	104.721
	USD	250.000	4,25%	02/2010	⁽¹⁾ 08/2013	--	471.976
	USD	37.500	4,25%	04/2010	⁽¹⁾ 02/2013	--	71.329
	CHF	125.000	2,75%	12/2010	⁽¹⁾ 12/2013	--	255.268
	USD	2.555	3,32%	02/2011	02/2016	2.557	2.236
	USD	625.000	5,25%	02/2011	02/2016	1.288.682	1.189.180
	USD	37.500	3,00%	03/2011	03/2014	74.571	68.159
	USD	2.044	4,27%	04/2011	03/2014	2.102	1.884
	R\$	10.000	14,19%	05/2011	01/2015	19.627	17.368
	USD	1.022	3,29%	05/2011	05/2016	1.016	890
	R\$	309.253	6,25%	05/2011	05/2016	550.584	518.959
	USD	29.800	3,50%	07/2011	⁽¹⁾ 07/2013	--	56.855
	R\$	125	12,40%	01/2007	01/2017	131	--
	R\$	250	18,30%	01/2008	01/2015	478	--
	R\$	1.595	7,50%	02/2008	02/2015	2.151	--
	USD	5.109	8,90%	06/2009	07/2014	7.085	--
	USD	5.824	7,50%	07/2009	07/2014	6.434	--
	USD	6.039	6,90%	07/2009	07/2014	6.599	--
	USD	500	5,04%	07/2009	07/2014	1.041	--
	USD	700	No Coupon	10/2009	07/2014	1.331	--
	R\$	1.309	19,77%	10/2009	01/2017	1.935	--
	USD	500	2,36%	12/2009	12/2014	1.022	--
	R\$	125	6,11%	03/2010	03/2014	170	--
	R\$	133	6,66%	06/2010	06/2014	179	--
	R\$	176	5,45%	07/2010	07/2014	19	--
	R\$	175	11,75%	08/2010	02/2016	182	--
	R\$	913	88,54% DI	01/2011	12/2013	1.077	--
	R\$	125	99,78% DI	02/2011	01/2014	149	--
	R\$	425	13,00%	03/2011	02/2014	517	--
	R\$	457	94,82% DI	03/2011	02/2014	537	--
	R\$	825	12,80%	03/2011	02/2014	1.001	--
	R\$	314	12,00%	03/2011	02/2014	374	--
	R\$	232	11,87%	03/2011	03/2014	276	--
	R\$	1.208	12,00%	03/2011	03/2014	1.438	--
	R\$	168	11,50%	03/2011	03/2014	197	--
	USD	605	4,25%	04/2011	04/2014	1.248	--
	R\$	250	12,00%	04/2011	03/2014	296	--
	R\$	4.818	13,00%	04/2011	03/2014	5.909	--
	USD	128	4,24%	04/2011	04/2014	263	--
	USD	100	3,75%	04/2011	04/2014	205	--
	USD	200	3,80%	06/2011	06/2014	410	--
	USD	100	3,96%	06/2011	06/2014	205	--
	R\$	246	85,25% DI	07/2011	06/2014	274	--
	R\$	125	11,50%	07/2011	06/2014	142	--
	USD	100	3,51%	07/2011	07/2014	208	--
	USD	100	4,11%	07/2011	07/2014	209	--
	R\$	1.250	91,00% DI	01/2012	01/2014	1.339	--
	R\$	515	101,40% DI	02/2012	02/2017	552	--
	R\$	125	10,17%	03/2012	02/2014	135	--
	R\$	250	10,60%	03/2012	02/2016	271	--
	USD	1.000	5,53%	03/2012	03/2019	2.129	--

Notas Explicativas

							R\$ mil
CAPTAÇÕES		Valor emitido	Remuneração a.a	Data Captação	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011
	R\$	750	19,09%	04/2012	12/2019	854	--
	R\$	150	9,14%	04/2012	04/2014	159	--
	R\$	211	8,27%	05/2012	04/2014	221	--
	R\$	1.000	9,56%	05/2012	05/2015	1.058	--
	R\$	150	7,78%	07/2012	06/2014	156	--
	USD	25.000	4,40%	07/2012	07/2016	52.068	--
	USD	160	2,66%	08/2012	08/2014	331	--
	USD	550	2,70%	09/2012	09/2015	1.116	--
	USD	100	2,69%	09/2012	09/2015	202	--
	USD	500	3,00%	09/2012	09/2015	1.024	--
	USD	500	2,05%	09/2012	09/2014	1.027	--
	USD	250	4,24%	10/2012	10/2017	516	--
	R\$	249	8,63%	10/2012	09/2015	255	--
	R\$	365	9,20%	10/2012	10/2017	373	--
	USD	50.000	3,50%	10/2012	10/2015	103.020	--
	USD	250	2,35%	10/2012	10/2015	508	--
	USD	125	2,94%	11/2012	11/2015	257	--
	R\$	125	6,22%	11/2012	05/2014	126	--
	USD	50.000	4,20%	11/2012	11/2017	102.700	--
	USD	25.000	4,00%	12/2012	12/2016	51.241	--
Total Banco Votorantim						11.410.259	8.933.321
Empresas não Financeiras							
Cibrasec							
Certificados de Recebíveis Imobiliários ⁽⁷⁾	R\$					3.869	5.577
Kepler Weber S.A.							
Debêntures	R\$		TJLP+3,80%	09/2007	09/2020	13.465	15.194
Ativos S.A. Securitizadora de Créditos Financeiros							
Debêntures	R\$		DI + 1,50%	03/2010	03/2014	37.812	68.053
Total Empresas não Financeiras						55.146	88.824
Valor Eliminado no Consolidado ⁽⁸⁾							(119.956)
							(79.185)
Total BB - Consolidado						70.670.123	32.323.290
Passivo circulante						24.846.154	15.246.923
Passivo não circulante						45.823.969	17.076.367

(1) Operações liquidadas antecipadamente no decorrer do exercício de 2012.

(2) Títulos com prazo inferior a 360 dias sendo as taxas de juros dos certificados emitidos entre 0,23% e 9,40%.

(3) Operações com prazo compreendido entre 360 e 718 dias.

(4) Operações com prazo superior a 360 dias e taxas compreendidas entre 100 a 107% CDI.

(5) A Entidade de Propósito Específico (EPE) "Dollar Diversified Payment Rights Finance Company" foi constituída sob as leis das Ilhas Cayman com os seguintes propósitos: (a) emissão e venda de valores mobiliários no mercado internacional; (b) uso dos recursos obtidos com a emissão de valores mobiliários para pagamento da compra, junto ao Banco, dos direitos sobre ordens de pagamento emitidas por banqueiros correspondentes localizados nos EUA e pela própria agência do BB Nova Iorque, em dólares norte-americanos, para qualquer agência do Banco no país ("direitos sobre Remessa") e (c) realização de pagamentos de principal e juros dos valores mobiliários e demais pagamentos previstos nos contratos de emissão desses títulos. A EPE declara não ter nenhum ativo ou passivo relevante que não os direitos e deveres provenientes dos contratos de emissão dos valores mobiliários. O Banco não é acionista, não detém a propriedade e tampouco participa dos resultados da EPE. As obrigações decorrentes dos valores mobiliários emitidos são pagas pela EPE com os recursos acumulados em sua conta.

(6) Títulos emitidos em moeda estrangeira e nacional com prazo até 360 dias.

(7) Taxa Referencial - TR, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M e IPCA e prazo médio de vencimento de 134 meses.

(8) Refere-se a títulos emitidos pelo Conglomerado BB, em poder de controladas no exterior.

Notas Explicativas

20 – Outras Obrigações

a) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Pasep ⁽¹⁾	1.969.767	1.983.929	1.969.767	1.983.929
Marinha Mercante	2.250.825	1.352.310	2.250.825	1.352.310
Fundos do Governo do Estado de São Paulo	761.189	563.911	761.189	563.911
Consolidação da Agricultura Familiar – CAF	25.840	26.424	25.840	26.424
Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Procerá	25.007	27.705	25.007	27.705
Combate à Pobreza Rural – Nossa Primeira Terra – CPR/NPT	11.296	6.405	11.296	6.405
Terras e Reforma Agrária – BB Banco da Terra	4.735	1.812	4.735	1.812
Outros	39.949	39.759	39.949	39.759
Total	5.088.608	4.002.255	5.088.608	4.002.255
Passivo circulante	3.121.529	2.002.989	3.121.529	2.002.989
Passivo não circulante	1.967.079	1.999.266	1.967.079	1.999.266

(1) O Banco é administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), garantindo rentabilidade mínima equivalente à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP.

b) Fiscais e Previdenciárias

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Obrigações legais (Nota 28.d)	13.073.718	12.754.899	13.881.845	13.516.326
Passivo fiscal diferido (Nota 25.d)	6.789.199	6.090.342	7.442.774	7.095.787
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.842.067	2.705.225	4.641.641	3.476.176
Provisão para demandas fiscais (Nota 28.a)	140.580	164.943	2.020.124	1.400.444
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros	123.421	93.045	1.156.167	961.808
Impostos e contribuições a recolher	850.144	796.747	647.905	529.820
Outras	316.855	316.399	1.122.929	1.076.331
Total	25.135.984	22.921.600	30.913.385	28.056.692
Passivo circulante	19.016.935	17.444.318	24.030.336	20.689.746
Passivo não circulante	6.119.049	5.477.282	6.883.049	7.366.946

Notas Explicativas

c) Dívidas Subordinadas

						R\$ mil	
Captações	Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	Vencimento	31.12.2012	31.12.2011	
BB-Banco Múltiplo							
Recursos FCO – Fundo Constitucional do Centro-Oeste					16.602.973	14.771.005	
Recursos aplicados ⁽¹⁾					15.938.342	13.811.498	
Recursos disponíveis ⁽²⁾					627.940	924.167	
Encargos a capitalizar					36.691	35.340	
CDBs Subordinados Emitidos no País					4.711.053	4.305.067	
	900.000	113,80% do CDI	03/2009	09/2014	1.344.943	1.227.011	
	1.335.000	115,00% do CDI	03/2009	03/2015	2.000.773	1.823.569	
	1.000.000	105,00% do CDI	11/2009	11/2015	1.365.337	1.254.487	
Dívidas Subordinadas no Exterior					6.673.140	4.683.538	
USD mil	300.000	8,50%	09/2004	09/2014	619.378	576.210	
USD mil	660.000	5,38%	10/2010	01/2021	1.382.336	1.260.310	
USD mil	1.500.000	5,88%	05/2011	01/2022	3.105.980	2.847.018	
USD mil	750.000	5,88%	06/2012	01/2023	1.565.446	--	
Letras Financeiras Subordinadas					9.196.989	3.429.443	
	1.000.000	108,50% do CDI	03/2010	03/2016	1.331.338	1.219.800	
	1.006.500	111,00% do CDI	03/2011	03/2017	1.210.944	1.107.259	
	335.100	111,00% do CDI	04/2011	04/2017	401.218	366.864	
	13.500	111,00% do CDI	05/2011	05/2017	15.997	14.627	
	700.000	111,00% do CDI	09/2011	10/2017	788.399	720.893	
	512.500	111,50% do CDI	05/2012	05/2018	537.769	--	
	215.000	112,00% do CDI	05/2012	05/2019	225.565	--	
	115.000	112,50% do CDI	05/2012	06/2020	120.632	--	
	35.500	IPCA+5,45%	05/2012	06/2020	37.771	--	
	12.000	111,50% do CDI	06/2012	06/2018	12.564	--	
	100.000	IPCA+5,40%	06/2012	06/2018	105.833	--	
	500.000	IPCA+5,53%	06/2012	06/2018	528.771	--	
	7.200	IPCA+5,30%	06/2012	06/2018	7.615	--	
	184.800	CDI+1,11%	06/2012	05/2018	193.503	--	
	315.300	IPCA+5,56%	06/2012	06/2018	333.642	--	
	308.400	CDI+1,10%	06/2012	04/2018	322.795	--	
	20.000	IPCA+5,50%	06/2012	06/2018	21.154	--	
	52.500	111,50% do CDI	06/2012	04/2018	54.852	--	
	300	IPCA+5,32%	06/2012	01/2018	316	--	
	49.800	111,50% do CDI	06/2012	01/2018	51.846	--	
	873.600	IPCA+5,40%	06/2012	02/2018	921.522	--	
	690.900	CDI+1,06%	06/2012	01/2018	720.162	--	
	17.400	IPCA+5,33%	07/2012	06/2018	18.324	--	
	27.000	IPCA+5,24%	07/2012	04/2018	28.413	--	
	40.800	111,50% do CDI	07/2012	06/2018	42.446	--	
	100.000	111,50% do CDI	07/2012	02/2018	103.998	--	
	22.200	111,50% do CDI	07/2012	07/2018	23.088	--	
	10.200	111,50% do CDI	07/2012	04/2018	10.604	--	
	1.000.000	Pré 10,51%	09/2012	07/2018	1.025.908	--	
Total das Dívidas Subordinadas do BB-Banco Múltiplo					37.184.155	27.189.053	
Banco Votorantim							
CDBs Subordinados Emitidos no País					1.081.280	1.544.061	
	312.500	CDI+0,49%	11/2007	11/2012	--	486.988	
	8.500	CDI+0,49%	12/2007	12/2012	--	13.223	
	7.929	CDI+0,54%	12/2007	12/2012	--	12.359	
	32.500	IGPM+7,22%	12/2007	12/2012	--	55.718	
	57.500	IPCA+7,93%	03/2008	03/2013	108.244	94.825	
	7.500	IPCA+7,86%	08/2009	08/2014	11.713	10.269	
	5.250	IPCA+7,92%	08/2009	08/2014	8.217	7.199	
	19.500	IPCA+8,00%	08/2009	08/2014	30.599	26.787	
	2.500	IPCA+7,95%	08/2009	08/2014	3.915	3.429	
	260.000	CDI+1,67%	08/2009	08/2014	377.837	342.697	
	250.000	CDI+1,64%	12/2009	12/2014	351.056	318.518	
	135.000	CDI+1,67%	12/2009	12/2014	189.699	172.049	
Nota Subordinada	USD mil	7,38%	01/2010	01/2020	1.346.054	1.099.873	
Letras Financeiras Subordinadas					1.068.271	1.054.722	
	5.000	IPCA+7,25%	11/2010	11/2020 ⁽³⁾	--	5.422	
	94.950	CDI+1,30%	11/2010	11/2016	95.587	95.964	
	30.000	CDI+1,60%	12/2010	12/2016	30.020	30.042	
	324.900	CDI+1,94%	08/2011	08/2017	328.186	329.887	
	35.550	IGPM+7,55%	05/2011	05/2017	45.900	38.042	
	1.400	IPCA+7,76%	05/2011	05/2017	1.719	1.510	
	4.650	IPCA+7,85%	05/2011	05/2017	5.718	5.020	
	7.500	IPCA+7,95%	05/2011	05/2017	9.206	8.079	
	45.000	IPCA+7,95%	07/2011	07/2016	54.314	47.648	
	15.000	IGPM+7,70%	07/2011	07/2017	19.148	15.813	
	6.922	IPCA+8,02%	07/2011	07/2019	8.320	7.300	
	25.000	IPCA+7,90%	08/2011	08/2016	30.137	26.420	
	25.000	IPCA+7,93%	08/2011	08/2017	30.053	26.352	
	20.000	IPCA+7,76%	08/2011	08/2017	23.902	21.002	
	11.000	IPCA+7,85%	08/2011	08/2017	13.196	11.581	
	10.050	IGPM+7,70%	08/2011	08/2017	12.861	10.571	
	1.250	115,00% do CDI	08/2011	08/2017	1.446	1.317	
	33.000	117,00% do CDI	09/2011	09/2017	33.645	34.034	
	15.000	IGPM+6,74%	09/2011	09/2017	18.655	15.525	
	250.000	119,00% do CDI	10/2011	10/2017	254.208	256.467	
	215	IPCA+5,45%	10/2011	10/2014 ⁽³⁾	--	220	
	18.000	IGPM+6,71%	10/2011	10/2017	22.266	18.454	
	16.046	IPCA+7,10%	11/2011	11/2016 ⁽³⁾	--	17.392	
	25.000	109,00% do CDI	11/2011	12/2013 ⁽³⁾	--	25.247	
	5.349	IPCA+7,20%	11/2011	11/2016 ⁽³⁾	--	5.413	
	16.920	IPCA+7,10%	11/2010	11/2016	17.207	--	
	5.640	IPCA+7,20%	11/2010	11/2016	5.710	--	
	5.640	IPCA+7,25%	11/2010	11/2020	5.719	--	
	1.128	IPCA+7%	11/2010	11/2016	1.148	--	
Total das Dívidas Subordinadas do Banco Votorantim					3.495.605	3.698.656	
Dívidas subordinadas emitidas pelo BB-Banco Múltiplo, em poder de controlada no exterior, eliminadas no BB-Consolidado					(3.581)	(3.026)	
Total das Dívidas Subordinadas do BB-Consolidado ⁽⁴⁾					40.676.179	30.884.683	

(1) São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(2) São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil (Bacen), conforme artigo 9º da Lei n.º 7.827/1989.

(3) Operações liquidadas antecipadamente.

(4) O montante de R\$ 32.400.578 mil (R\$ 24.522.493 mil em 31.12.2011) compõe o nível II do Patrimônio de Referência (PR), em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.444/2007. Conforme determinação do Bacen, as dívidas subordinadas emitidas pelo Banco Votorantim não compõem o PR do Banco do Brasil (Nota 29.f).

Notas Explicativas

d) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

						R\$ mil
Captações	BB-Banco Múltiplo e BB-Consolidado					
		Valor emitido	Remuneração a.a.	Data captação	31.12.2012	31.12.2011
Bônus Perpétuos						
	USD mil	1.750.000	9,25%	01 e 03/2012	3.743.315	--
	USD mil	1.500.000	8,5%	10/2009	3.104.493	2.848.001
	R\$ mil	8.100.000	5,5%	09/2012	8.214.555	--
Total BB-Banco Múltiplo					15.062.363	2.848.001
Valores eliminados no BB-Consolidado					(1.292)	(2.209)
Total BB-Consolidado					15.061.071	2.845.792
Passivo não circulante					14.818.494	2.797.313
Passivo circulante					242.577	48.479

Do total dos bônus perpétuos, o montante de R\$ 14.484.062 mil compõe o Patrimônio de Referência - PR (R\$ 2.718.895 mil em 31.12.2011), em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.444/2007 (Nota 29.f).

O bônus emitido em outubro de 2009, no valor de USD 1.500.000 mil, tem opção de resgate por iniciativa do Banco a partir de 2020 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, desde que autorizado previamente pelo Bacen. Caso o Banco não exerça a opção de resgate em outubro de 2020, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos nessa data para 7,782% mais o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de 10 anos. A partir dessa data, a cada 10 anos, os juros incidentes sobre os títulos serão corrigidos levando-se em consideração o preço de negociação dos Títulos do Tesouro Norte-americano de 10 anos.

Os bônus emitidos em janeiro e março (reabertura) de 2012, nos valores de USD 1.000.000 mil e USD 750.000 mil, respectivamente, poderão ter seus termos e condições alterados, sem a prévia autorização dos detentores dos títulos, com a finalidade de manter ou enquadrar os títulos como capital de nível I ou capital de nível II, em razão da implementação das regras de Basileia III, desde que as alterações não prejudiquem os interesses dos detentores dos títulos. Caso o Banco do Brasil não exerça a opção de resgate em abril de 2023 a taxa de juros dos títulos será redefinida naquela data e a cada 10 anos de acordo com o US Treasury de 10 anos vigente na época mais o spread inicial de crédito. Os títulos apresentam as seguintes opções de resgate, sujeitas a autorização prévia do Banco Central do Brasil:

- (i) o Banco do Brasil poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em abril de 2023 ou em cada pagamento semestral de juros subsequente, pelo preço base de resgate;
- (ii) o Banco do Brasil poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo, mas não em parte, em qualquer data anterior a abril de 2023, em função de evento tributário, pelo preço base de resgate;
- (iii) o Banco do Brasil poderá, a seu critério, resgatar os títulos no todo mas não em parte, em qualquer data anterior a abril de 2023, em função de evento regulatório, pelo maior valor entre o preço base de resgate e o *Make-whole amount*.

Os bônus emitidos em outubro de 2009 e em janeiro e março de 2012 determinam que o Banco suspenda os pagamentos semestrais de juros e/ou acessórios sobre os referidos títulos emitidos (que não serão devidos, nem acumulados) caso:

- (i) o Banco não esteja enquadrado ou o pagamento desses encargos não permita que o Banco esteja em conformidade com os níveis de adequação de capital, limites operacionais ou seus indicadores financeiros estejam abaixo do nível mínimo exigido pela regulamentação aplicável a bancos brasileiros;
- (ii) o Bacen ou as autoridades regulatórias determinem a suspensão dos pagamentos dos referidos encargos;
- (iii) algum evento de insolvência ou falência ocorra;
- (iv) alguma inadimplência ocorra; ou

Notas Explicativas

- (v) o Banco não tenha distribuído o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio aos portadores de ações ordinárias referentes ao período de cálculo de tais juros e/ou acessórios.

O bônus emitido em setembro de 2012, no valor de R\$ 8.100.000 mil, terá os juros devidos por períodos semestrais. Os juros relativos a cada semestre serão pagos em parcela única, atualizados pela taxa Selic, em até trinta dias corridos contados (i) após a realização do pagamento dos dividendos ou juros sobre o capital próprio do respectivo semestre, ou (ii) após aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, o que ocorrer antes.

Não haverá pagamento dos encargos financeiros referentes a um determinado semestre enquanto não for realizado (i) pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio), ou (ii) aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, relativos ao mesmo semestre. Os encargos financeiros não pagos não serão acumulados. Caso não seja realizado pagamento ou crédito de dividendos (inclusive sob a forma de juros sobre o capital próprio) ou aumento de capital com lucros pertencentes aos acionistas, até 30 de junho ou 31 de dezembro do exercício social seguinte, conforme o caso, os encargos financeiros que ainda não houverem sido pagos, deixarão de ser exigíveis definitivamente.

O pagamento dos juros será postergado caso o Banco esteja desenquadrado em relação aos limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor ou esse pagamento implique o aludido desenquadramento, devendo ser atualizado pela taxa Selic, *pro rata temporis*, até a efetivação de seu pagamento.

Eventuais amortizações ou resgate da dívida, parciais ou integrais, na hipótese de acordo entre as partes, somente poderão ser realizados se os dividendos estiverem sendo devidamente pagos e previamente autorizados pelo Banco Central do Brasil. O resgate da obrigação, ainda que parcial, apenas poderá ocorrer caso o Banco não esteja desenquadrado em relação aos seus limites operacionais estabelecidos na regulamentação em vigor, e ainda, que o resgate não acarrete situação de desenquadramento, sendo o valor devido acrescido dos juros previstos, *pro rata temporis*, até a efetivação do seu pagamento. A dívida não poderá ser resgatada por iniciativa da União.

Em caso de dissolução ou liquidação do Banco, o pagamento do principal e encargos da dívida ficará subordinado ao pagamento dos demais passivos. A presente captação foi autorizada pelo Bacen a integrar o patrimônio de referência no Nível I até o limite regulamentar (Resolução CMN nº 3.444/2007), e o restante dos valores monetizados em Nível II, a partir de setembro de 2012.

Notas Explicativas**e) Diversas**

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Operações com cartão de crédito/débito	15.054.758	11.641.835	15.054.758	11.641.835
Passivos atuariais (Nota 27.d)	6.714.372	7.141.907	6.714.372	7.141.907
Provisões para pagamentos a efetuar	3.760.688	3.349.150	5.376.719	4.657.605
Credores diversos no País	1.873.475	1.562.062	4.912.992	3.838.316
Provisões para demandas cíveis (Nota 28.a)	3.945.650	3.244.433	4.208.172	3.473.970
Provisões para demandas trabalhistas (Nota 28.a)	2.496.821	2.340.058	2.945.490	2.514.536
Obrigações por operações vinculadas a operações de crédito	89.413	--	1.844.135	--
Recursos vinculados a operações de crédito	1.307.462	628.848	1.352.710	1.093.251
Obrigações por convênios oficiais	1.011.941	727.697	1.011.941	727.697
Obrigações por prêmios concedidos a clientes por fidelidade	800.262	1.240.521	800.262	1.240.521
Obrigações por aquisição de bens e direitos	721.253	995.920	732.021	1.004.336
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	647.850	688.304	647.850	688.304
Credores diversos no exterior	84.292	31.485	554.799	350.447
Provisões para perdas com o Fundo de Compensação de Variação Salarial - FCVS	217.028	204.118	217.028	204.118
Provisões para garantias prestadas	139.787	111.760	144.244	115.624
Coobrigações em Cessões de Crédito	2.610	--	2.610	--
Outras	742.971	501.756	789.576	526.623
Total	39.610.633	34.409.854	47.309.679	39.219.090
Passivo circulante	31.270.022	26.207.258	36.898.627	29.024.394
Passivo não circulante	8.340.611	8.202.596	10.411.052	10.194.696

21 – Operações de Seguros, Previdência e Capitalização**a) Créditos das Operações**

BB-Consolidado	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Prêmios diretos de seguros a receber	1.454.249	1.244.809
Crédito de operações de seguros com seguradoras	80.808	58.944
Crédito de operações de seguros com resseguradoras	656.213	435.023
Crédito de operações de previdência complementar	2.678	2.732
Total	2.193.948	1.741.508
Ativo circulante	2.191.786	1.738.997
Ativo não circulante	2.162	2.511

Notas Explicativas

b) Provisões Técnicas

	R\$ mil	
BB—Consolidado	31.12.2012	31.12.2011
Seguros	5.393.434	4.121.294
Provisão de prêmios não ganhos	3.159.605	2.227.821
Provisão de sinistros a liquidar	1.474.351	1.310.803
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	445.662	337.402
Provisão de insuficiência de prêmios	190.828	147.830
Outras provisões	122.988	97.438
Previdência	50.545.598	37.576.720
Provisão matemática de benefícios a conceder	48.334.700	35.590.671
Provisão matemática de benefícios concedidos	870.870	774.039
Provisão de excedente financeiro	428.331	418.493
Provisão de insuficiência de contribuição	415.477	359.213
Provisão de insuficiência de prêmios	44.473	34.123
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados	15.624	7.464
Outras provisões	436.123	392.717
Capitalização	4.294.494	3.324.923
Provisão matemática para resgates	4.077.525	3.160.764
Provisão para sorteios e resgates	150.443	113.227
Outras provisões	66.526	50.932
Total	60.233.526	45.022.937
Passivo circulante	15.179.674	12.384.381
Passivo não circulante	45.053.852	32.638.556

c) Provisões Técnicas por Produto

	R\$ mil	
BB—Consolidado	31.12.2012	31.12.2011
Seguros	5.393.434	4.121.294
Auto	1.571.647	1.053.107
Vida	2.278.323	1.614.310
Ramos elementares	1.300.378	1.261.397
Dpvat	243.086	192.480
Previdência	50.545.598	37.576.720
Plano gerador de benefícios livres - PGBL	14.096.010	12.519.440
Vida gerador de benefícios livres - VGBL	30.827.149	19.902.250
Planos tradicionais	5.622.439	5.155.030
Capitalização	4.294.494	3.324.923
Total	60.233.526	45.022.937

Notas Explicativas

d) Garantia das Provisões Técnicas

BB—Consolidado	R\$ mil							
	31.12.2012				31.12.2011			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Cotas de fundos de investimento (VGBL e PGDL)	--	44.593.171	--	44.593.171	--	32.110.668	--	32.110.668
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGDL)	3.249.862	4.190.789	2.206.084	9.646.735	2.062.447	3.888.047	2.055.333	8.005.827
Títulos públicos	627.578	2.052.271	1.224.747	3.904.596	1.305.715	1.891.871	433.098	3.630.684
Títulos privados	609.168	160.376	999.971	1.769.515	431.318	25.218	944.228	1.400.764
Direitos creditórios	1.116.250	--	68.338	1.184.588	637.575	--	88.693	726.268
Imóveis	10.806	--	--	10.806	12.330	--	--	12.330
Depósitos retidos no IRB e depósitos judiciais	1.363	--	--	1.363	4.234	--	--	4.234
Total	5.615.027	50.996.607	4.499.140	61.110.774	4.453.619	37.915.804	3.521.352	45.890.775

Notas Explicativas

e) Resultado Financeiro e Operacional por Segmento

BB—Consolidado	2º Semestre/2012				Exercício/2012				Exercício/2011			
	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total	Seguros	Previdência	Capitalização	Total
Resultado financeiro	211.853	1.040.961	199.507	1.452.321	494.766	1.991.352	400.692	2.886.810	423.569	1.699.334	340.904	2.463.807
Receitas financeiras	267.231	2.222.236	203.875	2.693.342	606.884	4.256.810	406.322	5.270.016	495.678	3.064.007	343.158	3.902.843
Despesas financeiras	(55.378)	(1.181.275)	(4.368)	(1.241.021)	(112.118)	(2.265.458)	(5.630)	(2.383.206)	(72.109)	(1.364.673)	(2.254)	(1.439.036)
Atualização e Juros de Provisões Técnicas	(10.277)	(898.087)	(168.738)	(1.077.102)	(98.904)	(1.712.648)	(320.692)	(2.132.244)	(45.330)	(1.431.745)	(183.756)	(1.660.831)
Resultado operacional	1.086.205	5.261	133.367	1.224.833	2.026.790	68.586	253.737	2.349.113	1.977.950	137.227	149.800	2.264.977
Prêmios retidos e contribuições (Nota 21.f)	3.288.634	6.960.607	1.352.159	11.601.400	6.238.435	13.820.627	2.563.440	22.622.502	4.758.355	9.051.576	1.931.345	15.741.276
Variação das provisões técnicas	(545.546)	(6.870.606)	(53.006)	(7.469.158)	(912.488)	(13.610.865)	(27.035)	(14.550.388)	(314.944)	(8.758.582)	(33.913)	(9.107.439)
Sinistros retidos	(1.239.273)	--	--	(1.239.273)	(2.481.325)	--	--	(2.481.325)	(2.104.517)	--	--	(2.104.517)
Despesas de comercialização	(417.610)	(64.978)	(85.682)	(568.270)	(817.832)	(103.782)	(173.469)	(1.095.083)	(360.944)	(126.459)	(77.941)	(565.344)
Despesas com sorteios e resgates de títulos de capitalização	--	--	(1.080.104)	(1.080.104)	--	--	(2.109.199)	(2.109.199)	--	--	(1.669.691)	(1.669.691)
Despesas com benefícios e resgates de planos de previdência	--	(19.762)	--	(19.762)	--	(37.394)	--	(37.394)	--	(29.308)	--	(29.308)
Total	1.287.781	148.135	164.136	1.600.052	2.422.652	347.290	333.737	3.103.679	2.356.189	404.816	306.948	3.067.953

Notas Explicativas

f) Prêmios Retidos de Seguros, Contribuições de Planos de Previdência e Títulos de Capitalização

	R\$ mil		
BB-Consolidado	2º Semestre/2012	Exercício/2012	Exercício/2011
Seguros	3.288.634	6.238.435	4.758.355
Prêmios emitidos	3.648.542	6.855.229	5.354.295
Prêmios de cosseguros cedidos	(33.355)	(45.371)	(119.991)
Prêmios restituídos	(9.699)	(17.237)	(17.416)
Prêmios de resseguros cedidos, consórcios e fundos	(316.854)	(554.186)	(458.533)
Previdência	6.960.607	13.820.627	9.051.576
Prêmios emitidos	5.873.054	11.883.137	7.283.078
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	1.094.138	1.970.805	1.801.338
Prêmios restituídos	(6.585)	(33.315)	(32.840)
Capitalização	1.352.159	2.563.440	1.931.345
Receitas com títulos de capitalização	1.352.159	2.563.440	1.931.345
Total	11.601.400	22.622.502	15.741.276

22 – Outras Receitas/Despesas Operacionais

a) Receitas de Prestação de Serviços

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Cartão de crédito/débito	970.076	2.083.301	1.657.135	2.065.214	4.130.904	3.296.989
Administração de fundos	866.322	1.751.358	1.649.996	1.622.495	3.216.787	3.040.218
Cobrança	649.298	1.290.488	1.221.741	662.285	1.316.430	1.241.237
Arrecadações	427.828	835.610	725.241	425.826	831.649	725.241
Interbancária	353.714	697.444	639.994	353.714	697.444	639.994
Operações de crédito e garantias prestadas	343.417	590.389	299.635	386.301	673.147	370.772
De coligadas/controladas não financeiras	--	--	--	354.277	624.215	324.071
Seguros, previdência e capitalização	301.204	616.180	499.083	301.204	616.180	499.083
Rendas do mercado de capitais	10.876	21.261	20.648	219.778	453.849	349.516
Conta corrente	171.863	348.481	361.580	173.707	351.961	363.788
Tesouro Nacional e administração de fundos oficiais	149.334	263.714	412.136	149.334	263.714	412.136
Taxas de administração de consórcios	--	--	--	124.771	253.140	201.972
Prestados a ligadas	177.704	337.327	453.280	23.807	67.855	123.975
Outros serviços	238.079	483.316	332.633	512.179	988.276	624.295
Total	4.659.715	9.318.869	8.273.102	7.374.892	14.485.551	12.213.287

Notas Explicativas**b) Rendas de Tarifas Bancárias**

				R\$ mil		
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Pacote de serviços	1.751.957	3.548.646	3.243.848	1.752.431	3.549.685	3.245.485
Operações de crédito e cadastro	622.467	1.234.805	1.092.874	744.392	1.467.892	1.451.406
Rendas de cartões	390.515	587.525	616.769	402.291	607.687	629.066
Administração de Fundos de Investimento	37	37	--	178.670	364.898	157.033
Contas de depósito	123.823	259.115	293.672	124.147	259.759	294.076
Transferência de recursos	102.433	193.977	168.875	102.760	194.675	173.413
Outras	64.276	100.606	36.157	84.003	141.018	77.810
Total	3.055.508	5.924.711	5.452.195	3.388.694	6.585.614	6.028.289

c) Despesas de Pessoal

				R\$ mil		
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Proventos	(3.682.028)	(7.048.184)	(6.310.077)	(4.264.683)	(8.157.337)	(7.117.073)
Encargos sociais	(1.352.892)	(2.529.111)	(2.177.070)	(1.529.151)	(2.872.138)	(2.455.755)
Provisões administrativas de pessoal	(1.058.466)	(2.146.522)	(2.019.056)	(1.058.466)	(2.146.522)	(2.019.056)
Benefícios	(1.012.004)	(1.956.434)	(1.750.454)	(1.103.825)	(2.145.931)	(1.911.015)
Provisões para demandas trabalhistas ⁽¹⁾	(377.394)	(724.978)	(969.096)	(377.806)	(726.667)	(969.096)
Previdência complementar	(184.593)	(326.608)	(297.787)	(190.649)	(337.281)	(305.754)
Honorários de diretores e conselheiros	(12.602)	(24.543)	(21.986)	(32.445)	(62.238)	(58.260)
Treinamento	(25.368)	(41.635)	(65.113)	(32.576)	(55.329)	(76.566)
Total	(7.705.347)	(14.798.015)	(13.610.639)	(8.589.601)	(16.503.443)	(14.912.575)

(1) Inclui os valores positivos de R\$ 244.826 mil no 2º semestre de 2012 e R\$ 309.829 mil no exercício do mesmo ano, referentes ao ressarcimento ao Banco do Brasil pelo governo do Estado de São Paulo de valores antecipados pelo Banco a ex-empregados do Banco Nossa Caixa (BNC), grupos A e B, a título de complemento de aposentadoria.

Notas Explicativas**d) Outras Despesas Administrativas**

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Amortização	(1.188.973)	(2.396.231)	(2.323.773)	(1.319.712)	(2.546.366)	(2.363.293)
Serviços de terceiros	(941.402)	(1.763.637)	(1.211.324)	(951.119)	(1.766.910)	(1.294.143)
Comunicações	(666.561)	(1.311.483)	(1.245.217)	(717.538)	(1.410.206)	(1.354.235)
Demandas judiciais	(501.015)	(1.349.674)	(559.204)	(503.936)	(1.357.334)	(562.656)
Transporte	(605.274)	(1.171.361)	(814.798)	(627.500)	(1.214.679)	(857.868)
Depreciação	(384.735)	(901.316)	(931.355)	(417.909)	(962.804)	(980.310)
Aluguéis	(376.836)	(717.246)	(601.296)	(457.602)	(868.618)	(734.522)
Serviços de vigilância e segurança	(428.121)	(817.675)	(747.377)	(440.671)	(840.936)	(763.813)
Processamento de dados	(507.692)	(1.046.378)	(903.392)	(399.345)	(813.517)	(667.731)
Serviços do sistema financeiro	(326.045)	(583.181)	(493.813)	(405.376)	(743.601)	(661.529)
Serviços técnicos especializados	(85.845)	(188.265)	(217.125)	(337.122)	(669.115)	(679.824)
Manutenção e conservação de bens	(276.145)	(526.898)	(452.339)	(313.415)	(594.627)	(499.907)
Propaganda e publicidade	(200.376)	(356.237)	(304.457)	(269.146)	(473.791)	(420.337)
Água, energia e gás	(184.985)	(372.043)	(341.729)	(193.758)	(389.606)	(355.222)
Promoções e relações públicas	(116.578)	(208.905)	(224.202)	(139.563)	(250.147)	(263.049)
Viagem no país	(64.064)	(128.602)	(154.085)	(78.058)	(154.395)	(186.366)
Material	(64.053)	(126.833)	(124.683)	(75.127)	(145.825)	(140.115)
Outras	(240.660)	(441.243)	(377.866)	(433.451)	(810.475)	(637.500)
Total	(7.159.360)	(14.407.208)	(12.028.035)	(8.080.348)	(16.012.952)	(13.422.420)

e) Outras Receitas Operacionais

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Equalização de taxas - Safra agrícola	1.813.842	3.388.971	2.487.737	1.813.842	3.388.971	2.487.737
Previ - Atualização de ativo atuarial (Nota 27.c)	574.577	1.355.234	2.981.314	574.577	1.355.234	2.981.314
Atualização de depósitos em garantia	556.648	1.142.777	1.500.521	550.054	1.129.716	1.500.521
Atualização das destinações do superávit - Plano 1 (Nota 27.e)	596.660	1.081.756	1.014.421	596.660	1.081.756	1.014.421
Recuperação de encargos e despesas	716.791	1.158.541	866.046	594.757	908.200	796.989
Reversão de provisões – obrigações atuariais	396.157	500.990	--	396.157	500.990	--
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos passivos	--	75.671	567.937	12.640	500.912	957.415
Receitas das empresas coligadas/controladas não financeiras	--	--	--	248.136	500.665	449.191
Rendas de títulos e créditos a receber	213.628	391.250	316.622	213.628	391.250	316.622
Operações com cartões	170.616	344.487	332.548	170.828	344.925	333.434
Reversão de provisões - despesas administrativas	62.719	121.988	175.622	62.719	121.988	175.622
Reversão de provisões - demandas trabalhistas, cíveis e fiscais	25	70.626	569.529	25	70.626	569.529
Dividendos recebidos	11.074	36.623	27.150	9.701	30.884	27.150
Reversão de provisões - despesas de pessoal	2.915	7.799	13.379	2.915	7.799	13.379
Outras	335.930	844.598	932.042	724.656	1.400.933	1.354.235
Total	5.451.582	10.521.311	11.784.868	5.971.295	11.734.849	12.977.559

Notas Explicativas

f) Outras Despesas Operacionais

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Despesas das empresas coligadas/controladas não financeiras	--	--	--	(941.784)	(1.794.195)	(1.442.557)
Operações com cartões crédito/débito	(528.785)	(1.329.379)	(1.260.254)	(528.481)	(1.328.663)	(1.260.254)
Amortização de ágios em investimentos	(300.049)	(589.361)	(291.526)	(408.508)	(832.526)	(574.805)
Atualização das obrigações atuariais	(509.200)	(825.449)	(997.770)	(509.200)	(825.449)	(997.770)
Atualização de instrumentos híbridos de capital e dívida	(413.134)	(680.974)	(226.783)	(413.134)	(680.974)	(226.783)
Descontos concedidos em renegociação	(117.767)	(223.450)	(212.885)	(249.091)	(396.459)	(289.749)
Parceiros comerciais ⁽¹⁾	(3.273)	(7.519)	(12.784)	(209.368)	(389.416)	(538.520)
Atualização de depósitos em garantia ⁽²⁾	(124.380)	(274.870)	(424.633)	(124.380)	(274.870)	(424.633)
Bônus de relacionamento negocial	(107.684)	(214.626)	(156.060)	(107.684)	(214.626)	(156.060)
Autoatendimento	(100.395)	(210.272)	(160.117)	(100.395)	(210.272)	(160.117)
Falhas/fraudes e outras perdas	(88.158)	(196.194)	(459.735)	(88.158)	(196.194)	(459.735)
Prêmio de seguro de vida - crédito direto ao consumidor	(70.932)	(149.179)	(165.180)	(70.932)	(149.179)	(165.180)
Reajuste cambial negativo/Reclassificação de saldos ativos	(7.164)	(7.164)	(798.957)	(17.090)	(104.232)	(1.075.131)
Atualização de JCP/Dividendos	(9.090)	(25.056)	(41.133)	(9.090)	(25.056)	(41.133)
Convênio INSS	(12.562)	(23.983)	(7.483)	(12.562)	(23.983)	(7.483)
Credenciamento do uso do Sisbacen	(15.097)	(23.860)	(16.823)	(15.097)	(23.860)	(16.823)
Previ - Ajuste atuarial	(11.119)	(20.216)	(23.709)	(11.119)	(20.216)	(23.709)
Despesas com Proagro	(8.601)	(15.947)	(13.018)	(8.601)	(15.947)	(13.018)
Outras	(492.100)	(931.483)	(344.560)	(790.768)	(1.459.828)	(1.071.200)
Total	(2.919.490)	(5.748.982)	(5.613.410)	(4.615.442)	(8.965.945)	(8.944.660)

(1) Referem-se principalmente a comissões por financiamentos originados pelos parceiros e acordos comerciais com lojistas.

(2) Refere-se a atualização da provisão para depósito judicial referente à ação judicial (IR e CSLL) conforme nota 28.d.

23 – Resultado não Operacional

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Receitas não Operacionais	1.228.798	1.338.482	276.320	1.268.926	1.412.900	439.519
Lucro na alienação de valores e bens	1.157.919	1.178.604	25.378	1.167.973	1.200.788	37.315
Reversão de provisão para desvalorização de outros valores e bens	18.578	41.423	36.873	19.042	42.019	39.105
Lucro na alienação de investimentos / participação societária	1.189	1.236	104.653	19.301	25.692	192.396
Ganhos de capital	6.653	12.672	21.796	10.645	20.943	48.806
Rendas de aluguéis	8.797	17.908	15.774	9.353	18.909	16.561
Atualização de devedores por alienação de bens imóveis	7.350	15.272	19.201	7.350	15.272	19.201
Outras rendas não operacionais	28.312	71.367	52.645	35.262	89.277	86.135
Despesas não Operacionais	(59.945)	(100.941)	(100.133)	(109.818)	(202.928)	(214.167)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(7.191)	(9.924)	(14.024)	(48.743)	(99.603)	(108.867)
Desvalorização de outros valores e bens	(38.636)	(54.006)	(41.380)	(40.820)	(57.456)	(46.891)
Perdas de capital	(12.747)	(34.223)	(43.994)	(14.942)	(37.210)	(45.049)
Outras despesas não operacionais	(1.371)	(2.788)	(735)	(5.313)	(8.659)	(13.360)
Total	1.168.853	1.237.541	176.187	1.159.108	1.209.972	225.352

Notas Explicativas

24 – Patrimônio Líquido

a) Valor Patrimonial e Valor de Mercado por Ação Ordinária

	31.12.2012	31.12.2011
Patrimônio Líquido BB-Banco Múltiplo (R\$ mil)	65.776.796	58.148.690
Valor patrimonial por ação (R\$)	23,12	20,29
Valor de mercado por ação ordinária (R\$)	25,60	23,70
Patrimônio Líquido BB-Consolidado ⁽¹⁾ (R\$ mil)	66.069.965	58.416.370

(1) Reconciliado com o BB-Banco Múltiplo (Nota 24.g).

O valor patrimonial por ação é calculado com base no Patrimônio Líquido do BB-Banco Múltiplo.

b) Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 48.400.000 mil (R\$ 33.122.569 mil em 31.12.2011) do BB-Banco Múltiplo está dividido em 2.865.417.020 ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. A União Federal é a maior acionista, detendo o controle.

O aumento do Capital Social no exercício de 2012, no valor de R\$ 15.277.431 mil, decorreu da utilização de Reserva Estatutária para Margem Operacional, aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18.12.2012 e pelo Banco Central do Brasil em 14.02.2013.

O Banco poderá, independentemente de reforma estatutária, por deliberação e nas condições determinadas pela Assembléia Geral dos Acionistas, aumentar o Capital Social até o limite de R\$ 80.000.000 mil, mediante a emissão de ações ordinárias, concedendo-se aos acionistas preferência para a subscrição do aumento de capital, na proporção do número de ações que possuírem.

c) Reservas de Reavaliação

As Reservas de Reavaliação, no valor de R\$ 4.645 mil (R\$ 4.730 mil em 31.12.2011), referem-se às reavaliações de ativos efetuadas por empresas ligadas/controladas.

No exercício de 2012, foram realizadas reservas no montante de R\$ 85 mil, decorrentes de depreciação, transferidas para a conta Lucros ou Prejuízos Acumulados (R\$ 1.511 mil no exercício de 2011, sendo R\$ 1.183 mil decorrentes de baixa por alienação de participação acionária do BB Banco de Investimento na Pronor Petroquímica e R\$ 328 mil decorrentes de depreciação). Conforme Resolução CMN n.º 3.565/2008, o saldo remanescente será mantido até a data de sua efetiva realização.

d) Reservas de Capital e de Lucros

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Reservas de capital	1	--
Reservas de lucros ⁽¹⁾	16.413.044	24.297.550
Reserva legal	4.112.056	3.496.562
Reservas estatutárias ⁽¹⁾	12.300.988	20.800.988
Margem operacional	8.025.178	16.765.834
Equalização de dividendos	4.275.810	4.035.154

(1) No BB-Consolidado, os valores da Reserva de Lucros e das Reservas Estatutárias são de R\$ 16.132.046 mil e R\$ 12.019.990 mil, respectivamente, devido à eliminação do resultado não realizado de empresa controlada, no valor de R\$ 280.998 mil.

A Reserva Estatutária para Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da sociedade e é constituída em até 100% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 80% do capital social.

A Reserva Estatutária para Equalização de Dividendos assegura recursos para o pagamento dos dividendos, constituída pela parcela de até 50% do lucro líquido, após as destinações legais, inclusive dividendos, até o limite de 20% do Capital Social.

Notas Explicativas**e) Lucro por Ação**

	2ºSem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	6.753.930	12.309.870	12.247.330
Número médio ponderado de ações			
Básico	2.857.109.880	2.861.260.055	2.861.404.718
Diluído	2.857.109.880	2.861.260.055	2.869.849.797
Lucro por ação			
Lucro básico por ação (R\$)	2,36	4,30	4,28
Lucro diluído por ação (R\$)	2,36	4,30	4,27

f) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º trim/2012				
Dividendos pagos	181.408	0,063	10.05.2012	22.05.2012
Juros sobre o capital próprio pagos	840.366	0,293	22.03.2012	22.05.2012
2º trim/2012				
Dividendos pagos	350.274	0,122	21.08.2012	31.08.2012
Juros sobre o capital próprio pagos	850.328	0,297	21.06.2012	23.07.2012
3º trim/2012				
Dividendos pagos	304.244	0,106	16.11.2012	26.11.2012
Juros sobre o capital próprio pagos	817.566	0,286	11.09.2012	20.09.2012
4º trim/2012				
Dividendos a pagar	734.230	0,258	01.03.2013	14.03.2013
Juros sobre o capital próprio pagos	845.532	0,297	12.12.2012	28.12.2012
Total destinado aos acionistas no exercício de 2012	4.923.948	1,722		
Dividendos	1.570.156	0,549		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.353.792	1,173		
Lucro líquido do período	12.309.870			

	Valor (R\$ mil)	Valor por ação (R\$)	Data base da posição acionária	Data de pagamento
1º trim/2011				
Dividendos pagos	449.024	0,157	19.05.2011	27.05.2011
Juros sobre o capital próprio pagos	723.921	0,253	22.03.2011	27.05.2011
2º trim/2011				
Dividendos pagos	595.322	0,208	18.08.2011	26.08.2011
Juros sobre o capital próprio pagos	736.680	0,258	21.06.2011	26.08.2011
3º trim/2011				
Dividendos pagos	360.714	0,126	17.11.2011	25.11.2011
Juros sobre o capital próprio pagos	795.800	0,278	21.09.2011	25.11.2011
4º trim/2011				
Dividendos pagos	442.565	0,154	17.02.2012	29.02.2012
Juros sobre o capital próprio pagos	794.907	0,277	21.12.2011	07.02.2012
Total destinado aos acionistas no exercício de 2011	4.898.933	1,711		
Dividendos	1.847.625	0,645		
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	3.051.308	1,066		
Lucro líquido do período	12.247.330			

(1) Valores sujeitos à alíquota de 15% de Imposto de Renda Retido na Fonte.

Em conformidade com as Leis n.º 9.249/1995 e n.º 9.430/1996 e com o Estatuto do Banco, a Administração decidiu pelo pagamento aos seus acionistas de juros sobre o capital próprio,

Notas Explicativas

imputados ao valor dos dividendos, acrescido de dividendos adicionais, equivalentes a 40% sobre o lucro líquido.

Os juros sobre o capital próprio são calculados sobre as contas do patrimônio líquido ajustado e limitados à variação, *pro rata die*, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), condicionados à existência de lucros computados antes de sua dedução ou de lucros acumulados e reservas de lucros, em montante igual ou superior a duas vezes o seu valor.

Para atendimento à legislação do Imposto de Renda, o montante de juros sobre o capital próprio foi contabilizado na conta Despesas Financeiras e, para fins de elaboração destas demonstrações contábeis, reclassificado para a conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados. O total dos juros sobre capital próprio, no exercício de 2012, proporcionou redução na despesa com encargos tributários no montante de R\$ 1.341.517 mil (R\$ 1.220.523 mil no exercício de 2011).

g) Reconciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido

				R\$ mil	
	Lucro Líquido			Patrimônio Líquido	
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	31.12.2012	31.12.2011
BB-Banco Múltiplo	6.753.930	12.309.870	12.247.330	65.776.796	58.148.690
Resultado não realizado ⁽¹⁾	(58.926)	(104.750)	(121.340)	(280.998)	(176.248)
Participação dos não controladores	--	--	--	574.167	443.928
BB-Consolidado	6.695.004	12.205.120	12.125.990	66.069.965	58.416.370

(1) Refere-se a resultado obtido em operações de cessão de crédito do Banco Múltiplo para a Ativos S.A.

h) Participação dos não Controladores

	R\$ mil	
	Patrimônio Líquido	
	31.12.2012	31.12.2011
Banco Patagonia S.A.	574.103	443.869
Besc Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	27	27
Cobra Tecnologia S.A.	37	32
Participação dos não Controladores	574.167	443.928

Notas Explicativas

i) Participações Acionárias (Quantidade de Ações)

Evolução da quantidade de ações de emissão do Banco em que os acionistas sejam titulares, direta ou indiretamente, de mais de 5% das ações, bem como do Conselho de Administração, da Diretoria Executiva e do Comitê de Auditoria:

Acionistas	31.12.2012		31.12.2011	
	Ações	%Total	Ações	% Total
União Federal	1.693.127.780	59,1	1.693.127.780	59,1
Ministério da Fazenda	1.453.487.115	50,7	1.483.727.780	51,8
Fundo Fiscal de Investimento e Estabilização	110.650.000	3,9	62.500.000	2,2
Caixa F1 Garantia Construção Naval	105.663.567	3,7	--	--
FGO Fundo de Investimento em Ações	9.466.808	0,3	--	--
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3	7.500.000	0,2
FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	6.360.290	0,2	--	--
Fundo de Garantia à Exportação	--	--	139.400.000	4,9
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ ⁽¹⁾	297.523.314	10,4	296.773.911	10,4
BNDES Participações S.A. – BNDESPar ⁽¹⁾	5.522.648	0,2	3.696.348	0,1
Ações em Tesouraria	20.200.047	0,7	32	--
Outros acionistas	849.043.231	29,6	871.818.949	30,4
Total	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0
Residentes no país	2.336.615.977	81,5	2.420.960.547	84,5
Residentes no exterior	528.801.043	18,5	444.456.473	15,5

(1) Ligadas ao Controlador.

	Ações ON ⁽¹⁾	
	31.12.2012	31.12.2011
Conselho de Administração (exceto Presidente do Banco, que consta na Diretoria Executiva)	8	11
Diretoria Executiva	112.821	27.463
Comitê de Auditoria	75	823

(1) A participação acionária do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e Comitê de Auditoria representa aproximadamente 0,004% do capital do Banco.

j) Movimentação de Ações em Circulação/Free Float

	2012		2011	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Ações em circulação no início do período	871.791.466	30,4	870.752.058	30,4
Aquisição de ações - programa de recompra (Nota 24.k)	(20.200.000)		--	
Aquisição de ações - pagamento baseado em ações (Nota 24.m)	(130.146)		--	
Aquisição de ações pelo BNDESPar	(1.826.300)		(3.461.229)	
Aquisição de ações pela Previ	(749.403)		(209.000)	
Venda de ações pela União Federal	--		6.283	
Subscrição de ações decorrentes de bônus	--		4.687.773	
Outras movimentações ⁽¹⁾	44.776		15.581	
Ações em circulação no fim do período ⁽²⁾	848.930.393	29,6	871.791.466	30,4
Total emitido	2.865.417.020	100,0	2.865.417.020	100,0

(1) Refere-se principalmente às movimentações oriundas de Órgãos Técnicos e Consultivos.

(2) Conforme Lei n.º 6.404/1976 e regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa. Não considera as ações em poder do Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

k) Ações em Tesouraria

Em 13 de julho de 2012, o Conselho de Administração aprovou o Programa de Recompra de até 50 milhões de ações, no prazo de até 180 dias contados a partir dessa data, objetivando a aquisição de ações para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento sem redução do capital social, visando à geração de valor aos acionistas. Até 31 de dezembro de 2012, foram adquiridas 20.200.000 ações, no montante de R\$ 461.246 mil, referentes ao programa de recompra. O custo

Notas Explicativas

mínimo, médio e máximo por ação é de R\$ 18,28, R\$ 22,83 e R\$ 26,78, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 25,60 por ação.

Em 08.01.2013, o Banco comunicou o encerramento do programa de recompra de ações.

l) Bônus de Subscrição C

O Banco, conforme comunicado ao mercado de 30.03.2011, informou aos titulares de bônus de subscrição C (BBAS13) as condições para o exercício do direito de subscrever ações decorrentes desses bônus, emitidos e distribuídos gratuitamente aos acionistas em 17.06.1996. Os titulares dos bônus puderam exercer o direito de comprar novas ações do Banco no período de 31.03.2011 a 30.06.2011 (até 28.06.2011 para os detentores de bônus custodiados em bolsa de valores). Cada bônus garantiu o direito de subscrever 3,131799 ações. O preço do exercício foi de R\$ 8,50 por bônus, corrigido pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), da Fundação Getúlio Vargas, de 17.06.1996 até a data do protocolo do pedido de exercício do direito de subscrição. Os detentores de 1.496.831 bônus exerceram o direito gerando 4.687.773 recibos, convertidos em 4.687.773 ações ON, conforme homologação do Bacen em 27.10.2011. Os bônus não subscritos, no total de 2.831.873, perderam sua validade a partir da data limite para subscrição de 30.06.2011.

m) Pagamento Baseado em Ações

Em novembro de 2011, o Banco aprovou pagamento, em ações ou instrumento baseado em ações, de remuneração variável aos membros da Diretoria Executiva, em que esses receberiam, a título de bonificação anual relativa ao exercício de 2011, e dentro do montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 27.04.2011, um valor entre dois e quatro honorários, de acordo com o atingimento da meta de Retorno Sobre o Patrimônio Líquido - RSPL, fixada em 20%. Ficando o atingimento da meta de RSPL entre 100% e 105%, a remuneração de cada membro da Diretoria Executiva seria de dois honorários; se ficasse maior que 105% e até 115%, seria calculada de forma proporcional e, se ficasse acima de 115%, seria de quatro honorários.

No exercício de 2011, o Retorno Sobre o Patrimônio Líquido – RSPL foi de 22,6%. Em função do percentual de atingimento da meta, o Banco destinou R\$ 3.593 mil para pagamento baseado em ações, a ser efetuado em três parcelas anuais.

Em fevereiro de 2012 foram adquiridas 130.146 ações, todas colocadas em tesouraria, das quais 130.131 ações foram transferidas aos membros da Diretoria Executiva em 08.03.2012. As ações transferidas ficaram bloqueadas para movimentação, e a liberação ocorrerá em três parcelas anuais, conforme cronograma apresentado no quadro a seguir.

Pagamento Baseado em Ações – Cronograma de desbloqueio	Quantidade de ações	Data de liberação
Primeira parcela	43.409	08.03.2013
Segunda parcela	43.361	10.03.2014
Terceira parcela	43.361	09.03.2015
Total	130.131	

O custo mínimo, médio e máximo por ação é de R\$ 27,38, R\$ 27,61 e R\$ 27,88, respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 31 de dezembro de 2012, era de R\$ 25,60 por ação.

A Resolução CMN n.º 3.921 de 25.11.2010, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras, determina que no mínimo 50% da remuneração variável deve ser paga em ações ou instrumentos baseados em ações, dos quais, pelo menos 40% deve ser diferida para pagamento futuro, com prazo mínimo de três anos, estabelecido em função dos riscos e da atividade do administrador.

Em decorrência dessa Resolução, o Banco do Brasil aprovou nova política de remuneração variável para a Diretoria Executiva, válida a partir do exercício de 2012. Tal política engloba além do Retorno Sobre o Patrimônio Líquido – RSPL recorrente, o atingimento de diversos requisitos que ainda estão sendo apurados, como por exemplo, avaliação individual e acordo de desempenho da Unidade à qual o Dirigente está vinculado. Portanto, a apuração do resultado de todos os requisitos e o cálculo do valor exato a ser pago para a Diretoria Executiva serão feitos oportunamente.

Notas Explicativas

Para o exercício de 2012, de acordo com o montante global aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 26.04.2012, o Banco provisionou R\$ 16.324 mil, valor equivalente a 10 honorários por beneficiário, para pagamento de remuneração variável aos membros da Diretoria Executiva.

Com base no resultado do 1º semestre de 2012, em 04.10.2012, foi efetuado adiantamento no valor de 2,5 honorários para cada membro da Diretoria Executiva. Caso as condicionantes definidas na política de remuneração para o ano de 2012 não sejam atingidas, o valor antecipado será revertido em favor do Banco.

25 – Tributos

a) Demonstração da Despesa de IR e CSLL

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Valores Correntes	(1.614.192)	(4.122.519)	(2.741.136)	(3.199.252)	(6.854.101)	(4.789.543)
IR e CSLL no país	(1.580.218)	(4.050.534)	(2.705.774)	(3.007.246)	(6.501.872)	(4.621.313)
Imposto de Renda no exterior	(33.974)	(71.985)	(35.362)	(192.006)	(352.229)	(168.230)
Valores Diferidos	25.205	1.188.001	(896.700)	851.326	2.613.517	67.088
Passivo Fiscal Diferido	(314.795)	(827.122)	(1.533.784)	(153.710)	(745.059)	(1.339.271)
Operações de <i>leasing</i> – ajuste da carteira e depreciação incentivada	892	1.048	(641)	892	(76.601)	150.450
Marcação a mercado	325	(5.840)	81.387	161.410	153.872	124.809
Ganhos atuariais	(219.144)	(516.887)	(1.137.073)	(219.144)	(516.887)	(1.137.073)
Atualização de depósitos judiciais	(107.927)	(243.581)	(329.147)	(107.927)	(243.581)	(329.147)
Lucros do exterior	33.732	--	--	33.732	--	--
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	--	--	3.903	--	--	3.903
Créditos recuperados ⁽¹⁾	(22.673)	(61.862)	(152.213)	(22.673)	(61.862)	(152.213)
Ativo Fiscal Diferido	340.000	2.015.123	637.084	1.005.036	3.358.576	1.406.359
Diferenças temporárias	342.243	1.992.903	789.640	1.006.684	3.335.679	1.550.983
Prejuízos fiscais/bases negativas de CSLL	44.794	(1.255)	(46.861)	44.794	(1.255)	(37.231)
Marcação a mercado	(57.365)	43.184	(141.839)	(56.769)	43.861	(143.537)
Operações realizadas em mercados de liquidação futura	10.328	(19.709)	36.144	10.327	(19.709)	36.144
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.588.987)	(2.934.518)	(3.637.836)	(2.347.926)	(4.240.584)	(4.722.455)

(1) Conforme art. 12 da Lei 9.430/96.

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Resultado Antes dos Tributos e Participações	9.212.521	16.824.075	17.448.327	10.109.812	18.436.744	18.732.119
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(3.685.008)	(6.729.630)	(6.979.331)	(4.043.925)	(7.374.698)	(7.492.848)
Encargos sobre JCP	665.239	1.341.516	1.220.523	665.239	1.341.516	1.220.523
Resultado de participação em controladas e coligadas	538.218	1.152.600	1.208.292	(33.730)	105.441	181.952
Participação de empregados no lucro	343.271	625.345	621.701	389.196	726.066	711.597
Créditos Tributários Ativados - Períodos Anteriores	--	52.871	386.438	--	52.871	386.438
Outros valores	549.294	622.780	(95.459)	675.294	908.220	269.883
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(1.588.987)	(2.934.518)	(3.637.836)	(2.347.926)	(4.240.584)	(4.722.455)

Notas Explicativas

c) Despesas Tributárias

	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Cofins	(1.133.264)	(2.218.609)	(2.206.068)	(1.502.115)	(2.912.362)	(2.852.105)
ISSQN	(286.551)	(580.474)	(563.480)	(370.355)	(742.470)	(721.066)
PIS/Pasep	(184.150)	(360.521)	(358.486)	(250.351)	(485.959)	(476.088)
Outras	(41.185)	(89.774)	(86.736)	(139.678)	(275.643)	(210.216)
Total	(1.645.150)	(3.249.378)	(3.214.770)	(2.262.499)	(4.416.434)	(4.259.475)

d) Passivo Fiscal Diferido

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Decorrentes de ganhos atuariais ⁽¹⁾	5.904.974	5.325.069	5.904.974	5.325.069
Decorrentes de atualização de depósitos judiciais	386.239	356.541	386.239	356.541
Decorrentes da marcação a mercado	266.428	236.384	338.604	266.458
Decorrentes de créditos recuperados ⁽²⁾	214.075	152.213	214.075	152.213
Dependências no exterior	12.865	14.470	14.570	14.480
Decorrentes do ajuste da carteira de <i>leasing</i>	2.568	3.615	551.816	768.556
Outros	2.050	2.050	32.496	212.470
Total das Obrigações Fiscais Diferidas	6.789.199	6.090.342	7.442.774	7.095.787
Imposto de Renda	3.639.986	3.263.580	4.240.172	4.050.295
Contribuição Social	2.181.246	1.954.775	2.226.793	2.170.237
Cofins	832.660	750.096	839.406	752.907
PIS/Pasep	135.307	121.891	136.403	122.348

(1) A realização do passivo fiscal diferido sobre ganhos atuariais está relacionada à realização dos valores do ativo atuarial (Nota 27).

(2) Conforme art. 12 da Lei 9.430/96.

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

Ativado

	BB-Banco Múltiplo			
	31.12.2011	Exercício/2012		31.12.2012
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	17.214.542	7.497.086	(5.641.343)	19.070.285
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.226.100	4.622.538	(4.022.295)	7.826.343
Provisões passivas	6.163.373	1.434.884	(1.392.829)	6.205.428
Operações de crédito – efeitos da Lei n.º 9.430/96	3.463.297	1.215.795	(110.711)	4.568.381
Marcação a mercado	211.865	192.315	(95.499)	308.681
Outras provisões	149.907	31.554	(20.009)	161.452
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	2.487.845	--	(456.423)	2.031.422
Prejuízo fiscal/Base negativa	46.079	1.901	(47.936)	44
Total dos Créditos Tributários Ativados	19.748.466	7.498.987	(6.145.702)	21.101.751
Imposto de Renda	10.778.046	4.684.674	(3.549.296)	11.913.424
Contribuição Social	8.947.408	2.793.512	(2.586.024)	9.154.896
Cofins	19.805	17.884	(8.931)	28.758
PIS/Pasep	3.207	2.917	(1.451)	4.673

Notas Explicativas

	R\$ mil			
	BB-Consolidado			
	31.12.2011	Exercício/2012		31.12.2012
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Diferenças Temporárias	19.474.111	8.891.920	(6.051.004)	22.315.027
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.086.873	5.068.312	(4.127.903)	9.027.282
Provisões passivas	6.540.682	2.052.136	(1.520.879)	7.071.939
Operações de crédito – efeitos da Lei n.º 9.430/96	3.463.297	1.215.795	(110.711)	4.568.381
Marcação a mercado	284.178	323.443	(98.620)	509.001
Outras provisões	1.099.081	232.234	(192.891)	1.138.424
CSLL escriturada a 18% (MP n.º 2.158/2001)	2.487.845	--	(456.423)	2.031.422
Prejuízo fiscal/Base negativa	175.213	5.004	(94.649)	85.568
Superveniência de Depreciação	616.375	--	(67.306)	549.069
Total dos Créditos Tributários Ativos	22.753.544	8.896.924	(6.669.382)	24.981.086
Imposto de Renda	12.835.645	5.634.773	(3.904.122)	14.566.296
Contribuição Social	9.893.077	3.240.993	(2.754.383)	10.379.687
Cofins	21.362	18.191	(9.357)	30.196
PIS/Pasep	3.460	2.967	(1.520)	4.907

Não Ativado

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011
Créditos tributários no exterior	420.262	232.192	420.262	232.192
Diferenças temporárias	--	--	125.231	49.224
Parcela de prejuízos fiscais/bases negativas	--	--	3.654	--
Parcela dos ajustes negativos da marcação a mercado	--	--	329	18.064
Total dos Créditos Tributários não Ativos	420.262	232.192	549.476	299.480
Imposto de Renda	262.664	145.120	344.771	177.514
Contribuição Social	157.598	87.072	204.705	121.966

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2012, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação do BB-Banco Múltiplo.

	R\$ mil			
	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	Valor nominal	Valor presente	Valor nominal	Valor presente
Em 2013	4.400.517	4.220.319	5.227.268	4.769.913
Em 2014	4.527.334	4.202.831	5.144.829	4.529.498
Em 2015	3.526.227	3.171.511	3.978.247	3.376.935
Em 2016	3.372.641	2.941.214	3.906.384	3.177.678
Em 2017	5.252.258	4.437.679	5.950.381	4.703.021
Em 2018	22.774	18.877	70.674	47.981
Em 2019	--	--	50.710	29.020
Em 2020	--	--	42.963	23.009
Em 2021	--	--	39.118	19.225
Em 2022	--	--	387.311	152.259
Em 2023	--	--	183.201	65.944
Total de Créditos Tributários em 31.12.2012	21.101.751	18.992.431	24.981.086	20.894.483

No exercício, observou-se a realização de créditos tributários no Banco Múltiplo no montante de R\$ 6.145.702 mil, correspondente a 153,64% da respectiva projeção de utilização para o período de 2012, que constava no estudo técnico elaborado em 31.12.2011.

Notas Explicativas

A realização dos valores nominais de créditos tributários ativados, considerando a recomposição daqueles baixados durante o trâmite da ação judicial (70%), baseada em estudo técnico realizado pelo Banco em 31.12.2012, está projetada para 5,5 anos, nas seguintes proporções:

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾	Prejuízo Fiscal/CSLL a Compensar ⁽¹⁾	Diferenças Intertemporais ⁽²⁾
Em 2013	51%	18%	48%	18%
Em 2014	49%	18%	46%	18%
Em 2015	--	18%	1%	18%
Em 2016	--	18%	1%	18%
Em 2017	--	27%	1%	28%
A partir de 2018	--	1%	3%	--

(1) Projeção de consumo vinculada à capacidade de gerar bases tributáveis de IRPJ e CSLL em períodos subsequentes.

(2) A capacidade de consumo decorre das movimentações das provisões (expectativa de ocorrerem reversões, baixas e utilizações).

26 – Partes Relacionadas

Custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao Pessoal Chave da Administração do Banco do Brasil, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal:

	R\$ mil		
	2º Sem/2012	Exercício 2012	Exercício 2011
Benefícios de curto prazo	16.430	37.157	28.126
Honorários	12.007	22.953	19.107
Diretoria Executiva	10.709	20.321	16.940
Comitê de Auditoria	998	2.057	1.603
Conselho de Administração	138	284	302
Conselho Fiscal	162	291	262
Participações no lucro	3.986	8.393	6.863
Outros	437	5.811	2.156
Benefícios de rescisão de trabalho	3.872	9.109	3.501
Total	20.302	46.266	31.627

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco, participantes do Plano de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ).

O Banco não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Os saldos de contas referentes às transações entre as empresas consolidadas do Banco são eliminados nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com o Tesouro Nacional e os órgãos da Administração Direta do Governo Federal que mantêm operações bancárias com o Banco.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), depósitos remunerados, captações no mercado aberto e empréstimos (exceto com o Pessoal Chave da Administração). Há ainda contratos de prestação de serviços e de garantias prestadas.

Tais transações são praticadas em condições e taxas compatíveis com as praticadas com terceiros quando aplicável. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento. Em 26.09.2012, o Banco firmou contrato de mútuo com o Governo Federal no valor de R\$ 8.100.000 mil cujos termos e condições estão descritos na nota 20.d.

Os recursos aplicados em títulos públicos federais e os destinados aos fundos e programas oriundos de repasses de Instituições Oficiais estão relacionados nas Notas 8 e 18, respectivamente.

O Banco é patrocinador da Fundação Banco do Brasil (FBB) cujos objetivos são promoção, apoio, incentivos e patrocínio de ações de âmbito educacional, cultural, social, filantrópico,

Notas Explicativas

recreativo/esportivo e de fomento às atividades de pesquisa científico-tecnológica e assistência às comunidades urbano-rurais. No exercício 2012, o Banco realizou contribuições para a FBB no valor de R\$ 38.289 mil (R\$ 42.527 mil no exercício de 2011).

As informações referentes aos repasses e demais transações com entidades patrocinadas estão divulgadas na Nota 27.

Aquisição de Carteiras de Operações de Crédito Cedidas pelo Banco Votorantim

	R\$ mil		
	2º Sem/2012	Exercício 2012	Exercício 2011
Cessão com retenção substancial de riscos e benefícios (com coobrigação)	2.257.964	2.257.964	10.643.782
Cessão com transferência substancial dos riscos e benefícios (sem coobrigação)	89.258	105.828	--
Resultado não realizado líquido de efeitos tributários	639.635	1.549.240	516.357

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	R\$ mil					
	31.12.2012					
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾
Ativos						
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	33.617.623	--	--	--	--
Títulos e valores mobiliários	--	43.741	170.460	--	--	--
Operações de crédito	651.090	37.130	7.029	38	--	2.024.255
Valores a receber de ligadas	--	62.183	15.045	--	--	--
Outros ativos	--	271.871	1.023.276	411	--	--
Passivos						
Depósitos à vista	836.011	59.756	205.880	739	1.034	897.966
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.233	--
Depósitos a prazo remunerados	--	3.733.051	971.031	1.025	2.218	6.087.695
Captações mercado aberto	--	5.309.356	--	--	--	6.570.501
Obrigações por empréstimos e repasses	633.638	25.320.236	--	--	--	59.665.342
Outros passivos ⁽⁷⁾	8.214.555	987.295	7.902	--	--	14.934
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁸⁾	--	907.966	6.800.000	--	--	--
2º Semestre/2012						
Rendas de juros e prestação de serviços	36.588	1.251.909	78.755	343	--	157.933
Despesas com captação	(44.103)	(1.117.324)	(87.252)	(2.208)	(452)	(1.989.245)
Exercício 2012						
Rendas de juros e prestação de serviços	82.514	2.416.549	101.243	1.086	--	316.527
Despesas com captação	(69.462)	(2.112.547)	(130.993)	(4.923)	(740)	(3.144.660)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal e entidades vinculadas aos funcionários.

(7) Inclui o Contrato de Instrumento Híbrido de Capital de Dívida – Bônus Perpétuos com o Governo Federal (Nota 20.d);

(8) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição.

Notas Explicativas

							R\$ mil
31.12.2011							
	Controlador ⁽¹⁾	Controladas ⁽²⁾	Controle conjunto ⁽³⁾	Coligadas ⁽⁴⁾	Pessoal chave da administração ⁽⁵⁾	Outras partes relacionadas ⁽⁶⁾	Total
Ativos							
Aplicações em depósitos interfinanceiros	--	20.590.919	18.434	--	--	--	20.609.353
Títulos e valores mobiliários	--	61.940	94.313	--	--	--	156.253
Operações de crédito	836.224	49.612	7.861	--	--	523.750	1.417.447
Valores a receber de ligadas	--	68.442	--	--	--	--	68.442
Outros ativos	--	113.130	--	--	--	--	113.130
Passivos							
Depósitos à vista	717.309	89.547	45.639	33.884	695	896.535	1.783.609
Depósitos em poupança	--	--	--	--	1.151	--	1.151
Depósitos a prazo remunerados	--	5.247.775	378.958	221.357	4.696	5.132.867	10.985.653
Captações mercado aberto	--	1.680.647	830.169	--	--	1.113.044	3.623.860
Obrigações por empréstimos e repasses	1.643.963	14.326.735	--	--	--	43.735.159	59.705.857
Outros passivos	--	1.251.984	70.248	31	--	1.125.124	2.447.387
Garantias e Outras Coobrigações ⁽⁷⁾	--	629.116	7.474.911	--	--	--	8.104.027
2º Semestre/2011							
Rendas de juros e prestação de serviços	79.224	1.188.008	13.550	77.098	--	361.129	1.719.009
Despesas com captação	(31.632)	(858.044)	(2.170)	(3.044)	(648)	(1.769.594)	(2.665.132)
Exercício 2011							
Rendas de juros e prestação de serviços	113.931	1.982.470	47.264	132.130	--	423.145	2.698.940
Despesas com captação	(97.341)	(1.192.412)	(50.671)	(3.306)	(1.014)	(2.986.825)	(4.331.569)

(1) Tesouro Nacional e órgãos da Administração Direta do Governo Federal.

(2) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (1).

(3) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (2).

(4) Empresas relacionadas na Nota 3 identificadas no item (3).

(5) Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Comitê de Auditoria e Conselho Fiscal.

(6) Empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo Governo Federal e entidades vinculadas aos funcionários.

(7) Inclui o Contrato de Abertura de Linha de Crédito Interbancário Rotativo a liberar com o Banco Votorantim, equivalente ao valor do patrimônio líquido daquela instituição.

27 – Benefícios a Empregados

O Banco do Brasil é patrocinador das seguintes entidades de previdência privada e de saúde complementar, que asseguram a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários:

Notas Explicativas

	Planos	Benefícios	Classificação
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil	Previ Futuro	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Informal	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
Cassi - Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Plano de Associados	Assistência médica	Benefício definido
Economus – Instituto de Seguridade Social	Prevmais	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Regulamento Geral	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Regulamento Complementar 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Grupo B'	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS	Assistência médica	Benefício definido
	Plano Unificado de Saúde – PLUS II	Assistência médica	Benefício definido
	Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC	Assistência médica	Benefício definido
Fusesc - Fundação Codesc de Seguridade Social	Multifuturo I	Aposentadoria e pensão	Contribuição definida
	Plano de Benefícios 1	Aposentadoria e pensão	Benefício definido
SIM - Caixa de Assistência dos Empregados dos Sistemas Besc e Codesc, do Badesc e da Fusesc	Plano de Saúde	Assistência médica	Contribuição definida
Prevbep – Caixa de Previdência Social	Plano BEP	Aposentadoria e pensão	Benefício definido

Número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios patrocinados pelo Banco

	31.12.2012			31.12.2011		
	N.º de participantes			N.º de participantes		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Planos de Aposentadoria e Pensão	116.867	101.994	218.861	115.842	106.149	221.991
Plano de Benefícios 1 – Previ	28.826	84.964	113.790	30.659	83.825	114.484
Plano Previ Futuro	70.609	544	71.153	67.507	443	67.950
Plano Informal	--	4.182	4.182	--	7.649	7.649
Outros Planos	17.432	12.304	29.736	17.676	14.232	31.908
Planos de Assistência Médica	118.534	94.253	212.787	117.376	92.481	209.857
Cassi	104.824	84.867	189.691	103.293	83.202	186.495
Outros Planos	13.710	9.386	23.096	14.083	9.279	23.362

Contribuições do Banco para os planos de benefícios

	R\$ mil		
	2º Sem/2012	Exercício/2012	Exercício/2011
Planos de Aposentadoria e Pensão	1.679.589	2.243.701	1.164.046
Plano de Benefícios 1 – Previ ⁽¹⁾	1.288.647	1.521.578	495.401
Plano Previ Futuro	168.498	299.276	240.647
Plano Informal	155.392	297.589	297.618
Outros Planos	67.052	125.258	130.380
Planos de Assistência Médica	501.334	927.960	894.943
Cassi	446.319	817.542	799.390
Outros Planos	55.015	110.418	95.553
Total	2.180.923	3.171.661	2.058.989

(1) Refere-se às contribuições relativas aos participantes amparados pelo Contrato 97 e ao Plano 1, sendo que essas contribuições ocorreram respectivamente através da realização do Fundo Paridade (Nota 27.e.1) e do Fundo de Contribuição (Nota 27.e.3). O Contrato 97 tem por objeto disciplinar a forma do custeio necessário à constituição de parte equivalente a 53,7% do valor garantidor do pagamento do complemento de aposentadoria devido aos participantes admitidos no Banco até 14.04.1967 que tenham se aposentado ou venham a se aposentar após essa data, exceto aqueles participantes que fazem parte do Plano Informal.

As contribuições do Banco para os planos de benefício durante o 1º semestre de 2013 estão estimadas em R\$ 1.804.873 mil.

Notas Explicativas

Valores reconhecidos no resultado

	R\$ mil		
	2º Sem/2012	Exercício/2012	Exercício/2011
Planos de Aposentadoria e Pensão	686.194	1.453.449	2.327.438
Plano de Benefícios 1 – Previ	574.577	1.355.234	2.981.314
Plano Previ Futuro	(168.498)	(299.276)	(240.647)
Plano Informal	384.131	463.240	(244.809)
Outros Planos	(104.016)	(65.749)	(168.420)
Planos de Assistência Médica	(707.720)	(1.302.529)	(1.132.022)
Cassi	(618.693)	(1.151.709)	(998.483)
Outros Planos	(89.027)	(150.820)	(133.539)
Total	(21.526)	150.920	1.195.416

a) Planos de Aposentadoria e Pensão

Previ Futuro (Previ)

Plano destinado aos funcionários do Banco admitidos na empresa a partir de 24.12.1997. Os participantes ativos contribuem com 7% a 17% do salário de participação na Previ. Os percentuais de participação variam em função do tempo de empresa e do nível do salário de participação. Não há contribuição para participantes inativos. O patrocinador contribui com montantes idênticos aos dos participantes, limitado a 14% da folha de salários de participação desses participantes.

Plano de Benefícios 1 (Previ)

Participam os funcionários do Banco que nele se inscreveram até 23.12.1997. Em decorrência do estabelecimento, em dezembro de 2000, da paridade entre as contribuições do Banco e dos participantes, foi constituído o fundo paridade, cujos recursos vem sendo utilizados para compensar as contribuições ao plano. Em vista de superávit acumulado, foram suspensas, retroativamente a janeiro de 2007, as contribuições dos participantes, beneficiários (aposentados e pensionistas) e do patrocinador (Banco do Brasil). Conforme Memorando de Entendimentos firmado entre o Banco do Brasil, Previ e entidades representantes dos beneficiários, o regulamento do Plano 1 foi alterado suspendendo as contribuições nos exercícios 2011, 2012 e 2013, ficando a sua manutenção vinculada à existência da Reserva Especial do plano.

Plano Informal (Previ)

É de responsabilidade exclusiva do Banco do Brasil, cujas obrigações contratuais incluem: (a) pagamento de aposentadoria dos participantes fundadores e dos beneficiários dos participantes falecidos até 14.04.1967; (b) pagamento da complementação de aposentadoria aos demais participantes que se aposentaram até 14.04.1967 ou que, na mesma data, já reuniam condições de se aposentar por tempo de serviço e contavam com pelo menos 20 anos de serviço efetivo no Banco do Brasil; e (c) aumento no valor dos proventos de aposentadoria e das pensões além do previsto no plano de benefícios da Previ, decorrente de decisões judiciais e de decisões administrativas em função de reestruturação do plano de cargos e salários e de incentivos criados pelo Banco. Em 31.12.2012, o Banco do Brasil e a Previ formalizaram contrato por meio do qual o Banco do Brasil integralizou, com recursos do Fundo Paridade, 100% das reservas matemáticas relativas ao Grupo Especial, de responsabilidade exclusiva do Banco, cuja operacionalização migrou do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ. O Grupo Especial abrange os participantes do Plano de Benefícios 1 da Previ, integrantes do parágrafo primeiro da cláusula primeira do contrato de 24.12.1997, que obtiveram complementos adicionais de aposentadoria decorrentes de decisões administrativas e/ou decisões judiciais. (Notas 27.e e 27.f)

Prevmais (Economus)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2009) inscritos a partir de 01.08.2006 e os participantes anteriormente vinculados ao plano de benefícios do Regulamento Geral que optaram pelo saldamento. O custeio para os benefícios de renda é paritário, limitado a 8% dos salários dos participantes. O plano oferece também benefícios de risco – suplementação de auxílio doença/acidente de trabalho, invalidez e pensão por morte.

Notas Explicativas

Regulamento Geral (Economus)

Plano do qual fazem parte os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa inscritos até 31.07.2006. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 12,11% sobre o salário de participação.

Regulamento Complementar 1 (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. Oferece os benefícios de complementação do auxílio-doença e pecúlios por morte e por invalidez. O custeio do plano é de responsabilidade da patrocinadora, dos participantes e dos assistidos.

Grupo B' (Economus)

Plano voltado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa admitidos no período de 22.01.1974 a 13.05.1974 e seus beneficiários. Plano fechado para novas adesões. O nível do benefício, a ser concedido quando da implementação de todas as condições previstas em regulamento, é conhecido *a priori*.

Multifuturo I (Fusesc)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Banco do Estado de Santa Catarina – Besc (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.09.2008) inscritos a partir de 12.01.2003 e os participantes anteriormente vinculados ao Plano de Benefícios 1 da Fusesc que optaram por este plano. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente entre 2,33% e 7% do salário de participação, conforme decisão contributiva de cada participante.

Plano de Benefícios 1 (Fusesc)

Voltado aos funcionários oriundos do Besc inscritos até 11.01.2003. Plano fechado para novas adesões. Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 9,89% sobre o salário de participação.

Plano BEP (Prevbep)

Participam os funcionários oriundos do Banco do Estado do Piauí – BEP (incorporado pelo Banco do Brasil em 30.11.2008). Funcionários e patrocinadora contribuem paritariamente em média com 3,58% sobre o salário de participação.

b) Planos de Assistência Médica

Plano de Associados (Cassi)

O Banco é contribuinte do plano de saúde administrado pela Cassi, que tem como principal objetivo conceder auxílio para cobertura de despesas com a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde do associado e seus beneficiários inscritos. O Banco contribui mensalmente com importância equivalente a 4,5% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão. A contribuição mensal dos associados e beneficiários de pensão é de 3% do valor dos proventos gerais ou do valor total do benefício de aposentadoria ou pensão, além da co-participação em alguns procedimentos hospitalares.

Plano Unificado de Saúde – PLUS (Economus)

Plano dos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de co-participação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes (preferenciais e não preferenciais).

Plano Unificado de Saúde – PLUS II (Economus)

Destinado aos funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa. A participação no plano se dá por meio de contribuição de 1,5% do salário bruto, sem limites, para a cobertura do titular e seus dependentes preferenciais, descontados em folha de pagamento do titular e 10% a título de co-participação no custeio de cada consulta e exames de baixo custo, realizados pelo titular e seus dependentes preferenciais e filhos maiores. O plano não prevê a inclusão de dependentes não preferenciais.

Notas Explicativas

Plano de Assistência Médica Complementar – PAMC (Econumus)

Voltado para os funcionários oriundos do Banco Nossa Caixa lotados no Estado de São Paulo. São titulares do plano os empregados aposentados por invalidez dos Grupos “B” e “C” e os seus dependentes, que participam do custeio na medida de sua utilização e de acordo com tabela progressiva e faixa salarial.

Plano de saúde (SIM)

Participam desse plano os funcionários oriundos do Besc. A contribuição mensal dos associados é de 3% do valor dos proventos gerais.

Notas Explicativas

c) Avaliações Atuariais

As avaliações atuariais são elaboradas semestralmente e as informações constantes nos quadros a seguir, referem-se àquelas efetuadas nas datas base de 31.12.2012 e 31.12.2011.

Mudanças no valor presente das obrigações atuariais de benefício definido

	R\$ mil							
	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011
Saldo Inicial	(98.849.541)	(90.805.477)	(1.905.370)	(1.994.759)	(6.046.932)	(5.297.173)	(5.622.610)	(5.189.411)
Custo dos juros	(10.235.720)	(9.798.080)	(177.875)	(204.672)	(625.078)	(577.040)	(573.868)	(540.832)
Custo do serviço corrente	(514.081)	(517.332)	--	--	(95.589)	(84.607)	(38.113)	(49.031)
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	7.502.104	6.718.424	297.318	297.618	487.418	503.816	403.496	371.864
Passivos transferidos de outros planos	--	--	--	--	--	--	--	(6.576)
Reduções / liquidações ⁽¹⁾	--	--	1.217.263	--	--	--	130.640	--
Ganho/(perda) atuarial sobre a obrigação atuarial ⁽²⁾	(26.316.202)	(4.447.076)	(522.353)	(3.557)	(1.437.674)	(591.928)	(1.249.223)	(208.624)
Saldo Final	(128.413.440)	(98.849.541)	(1.091.017)	(1.905.370)	(7.717.855)	(6.046.932)	(6.949.678)	(5.622.610)
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	(128.413.440)	(98.849.541)	--	--	--	--	(4.921.429)	(4.477.749)
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	--	--	(1.091.017)	(1.905.370)	(7.717.855)	(6.046.932)	(2.028.249)	(1.144.861)

(1) No Plano Informal, refere-se substancialmente à migração do Grupo Especial para o Plano 1 da Previ. (Notas 27.e e 27.f).

(2) A perda atuarial no exercício de 2012 decorre substancialmente da redução da taxa de desconto, que em 31.12.2011 era de 10,56% a.a. e em 31.12.2012 passou a ser 8,71% a.a.

Mudanças no valor justo dos ativos do plano

	R\$ mil							
	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011
Saldo Inicial	133.079.396	141.566.322	--	--	--	--	4.477.749	4.339.122
Rendimento estimado dos ativos do plano	13.460.271	14.934.610	--	--	--	--	474.934	478.661
Contribuições recebidas	1.521.818	495.904	297.318	297.618	487.418	503.816	157.399	155.699
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	(7.502.104)	(6.718.424)	(297.318)	(297.618)	(487.418)	(503.816)	(403.496)	(371.864)
Transferência de patrimônio	--	--	--	--	--	--	--	6.576
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	11.469.755	(17.199.016)	--	--	--	--	214.843	(130.445)
Saldo Final	152.029.136	133.079.396	--	--	--	--	4.921.429	4.477.749

Notas Explicativas

Valores reconhecidos no balanço patrimonial

	R\$ mil			
	Plano 1 – Previ		Outros Planos	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
1) Valor justo dos ativos do plano	152.029.136	133.079.396	--	--
2) Valor presente das obrigações atuariais	(128.413.440)	(98.849.541)	(1.091.017)	(1.905.370)
3) Superávit/(déficit) (1+2)	23.615.696	34.229.855	(1.091.017)	(1.905.370)
4) Superávit/(déficit) - parcela patrocinadora	11.807.848	17.114.928	(1.091.017)	(1.905.370)
5) Ganhos/(perdas) atuariais não reconhecidos	(4.441.209)	3.742.924	(109.101)	(162.896)
6) (Passivo)/Ativo atuarial líquido registrado (4-5) ⁽¹⁾	16.249.057	13.372.004	(981.916)	(1.742.474)

(1) A realização do ativo atuarial registrado em Outros Créditos (Nota 11.b) ocorrerá obrigatoriamente até o final do plano. Entende-se por final do plano, a data em que será pago o último compromisso.

Valores reconhecidos no resultado relativos aos planos de benefício definido

	R\$ mil							
	Plano 1 – Previ				Outros Planos			
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	2º Sem/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2011
Custo do serviço corrente	(131.537)	(257.040)	(258.666)	--	--	--	(52.205)	(84.608)
Custo dos juros	(2.597.226)	(5.117.860)	(4.899.040)	(81.946)	(177.875)	(204.672)	(317.269)	(577.041)
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	3.303.340	6.730.134	7.467.305	--	--	--	--	--
Amortização do ganho/(perda) atuarial líquido	--	--	671.715	(238.560)	(259.387)	(40.137)	(62.999)	(91.006)
Custo do serviço passado não reconhecido	--	--	--	--	--	--	(4.956)	(9.912)
Despesa com funcionários da ativa	--	--	--	--	--	--	(181.264)	(295.574)
Efeito do ativo/passivo não reconhecido	--	--	--	--	--	--	--	--
Outros ajustes/reversões	--	--	--	704.637	900.502	--	--	--
(Despesa)/Receita reconhecida na DRE	574.577	1.355.234	2.981.314	384.131	463.240	(244.809)	(618.693)	(998.483)

Notas Explicativas

Composição dos ativos dos planos, apresentados como porcentagem do total

	Plano 1 - Previ		Plano Informal - Previ		Plano de Associados - Cassi		Outros Planos	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Renda fixa	31,5%	30,2%	--	--	--	--	88,9%	90,9%
Renda variável	59,6%	62,2%	--	--	--	--	6,4%	4,3%
Investimentos imobiliários	5,2%	4,0%	--	--	--	--	2,1%	1,8%
Empréstimos e financiamentos	3,3%	3,2%	--	--	--	--	2,0%	1,8%
Outros	0,4%	0,4%	--	--	--	--	0,6%	1,2%
Montantes incluídos no valor justo dos ativos do plano								
Em instrumentos financeiros próprios da entidade	8,1%	5,5%	--	--	--	--	--	--
Em propriedades ou outros ativos utilizados pela entidade	0,1%	0,1%	--	--	--	--	--	0,1%

Comparativo evidenciando o retorno esperado e o retorno real dos ativos do plano

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos	
	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011	Exerc/2012	Exerc/2011
Taxa nominal de rendimento esperado sobre os ativos do plano no início do exercício (a.a.)	10,56%	10,96%	--	--	--	--	10,56%	10,96%
Rendimento esperado dos ativos para o período (R\$ mil) ⁽¹⁾	13.460.271	14.934.610	--	--	--	--	474.934	478.661
Rendimento efetivo (R\$ mil) ⁽²⁾	24.930.026	(2.264.406)	--	--	--	--	689.777	354.792

(1) 01.01.2012 a 30.06.2012 – Taxa real 6,10% a.a. e Taxa de inflação 4,20% a.a.; 01.07.2012 a 31.12.2012 – Taxa real 5,70% a.a. e Taxa de inflação 4,20% a.a.
01.01.2011 a 30.06.2011 – Taxa real 6,30% a.a. e Taxa de inflação 4,38% a.a.; 01.07.2011 a 31.12.2011 – Taxa real 6,30% a.a. e Taxa de inflação 4,38% a.a.

(2) Considera os efeitos decorrentes de investimentos em renda variável.

Notas Explicativas

Principais premissas atuariais adotadas em cada período

	Plano 1 – Previ		Plano Informal – Previ		Plano de Associados – Cassi		Outros Planos ⁽¹⁾	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Taxa de inflação (a.a.)	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%	4,20%
Taxa real de desconto (a.a.)	4,33%	6,10%	4,33%	6,10%	4,33%	6,10%	4,33%	6,10%
Taxa nominal de retorno dos investimentos (a.a.)	8,71%	10,56%	--	--	--	--	8,71%	10,56%
Taxa real de crescimento salarial esperado (a.a.)	0,14%	--	--	--	--	--	0,52%	0,65%
Tempo médio remanescente de trabalho (anos)	1,92	2,35	--	--	14,24	14,12	6,18	6,73
Tábua de sobrevivência ⁽²⁾	AT-83		AT-83		AT-83		AT-83	
Regime de capitalização	Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado		Crédito Unitário Projetado	

(1) As premissas atuariais agrupadas são apresentadas através de médias ponderadas.
(2) Os planos Prevmais, Multifuturo 1 e Plano de Benefícios 1 (Fusesc) utilizam a AT-2000.

Notas Explicativas

O Banco, para definição dos valores relativos aos planos de benefício definido, utiliza métodos e premissas diferentes daqueles apresentados pelas entidades patrocinadas. As diferenças mais relevantes concentram-se na definição dos valores relativos ao Plano 1 – Previ.

Diferenças de premissas do Plano 1 – Previ

	Banco	Previ
Taxa real de desconto (a.a.)	4,33%	5%
Tábua de sobrevivência	AT-83	AT-2000
Avaliação de ativos – Fundos exclusivos	Valor de mercado ou fluxo de caixa descontado	Fluxo de caixa descontado
Regime de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Método Agregado

Conciliação dos valores apurados no Plano 1 - Previ/Banco

R\$ mil						
	Ativos do Plano		Obrigações Atuariais		Efeito no Superávit	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Valor apurado - Previ	133.295.942	121.969.218	(105.150.551)	(97.420.089)	28.145.391	24.549.129
Incorporação dos valores do contrato 97	13.198.959	13.188.500	(13.198.959)	(13.188.500)	--	--
Ajuste no valor dos ativos do plano ⁽¹⁾	5.534.235	(2.078.322)	--	--	5.534.235	(2.078.322)
Ajuste nas obrigações – taxa de desconto/regime de capitalização	--	--	(10.063.930)	11.759.048	(10.063.930)	11.759.048
Valor apurado - Banco	152.029.136	133.079.396	(128.413.440)	(98.849.541)	23.615.696	34.229.855

(1) Refere-se principalmente aos ajustes efetuados pelo Banco na apuração do valor justo dos investimentos na Litel, Neoenergia e em títulos e valores mobiliários mantidos até o vencimento.

Valores atuariais para a data atual e para os quatro exercícios anteriores

R\$ mil					
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009	31.12.2008
Plano 1 (Previ) – Superávit/(déficit)	23.615.696	34.229.855	50.760.845	57.543.364	28.669.191
Obrigações de benefício definido	(128.413.440)	(98.849.541)	(90.805.477)	(80.270.786)	(76.109.637)
Ativos do plano	152.029.136	133.079.396	141.566.322	137.814.150	104.778.828
(Ganho)/perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(26.316.202)	(4.447.076)	(9.185.047)	(2.877.957)	(5.403.784)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	11.469.755	(17.199.016)	11.929.947	28.727.461	30.071.523
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano (a.a.)	(20,5%)	(2,6%)	(8,4%)	(3,6%)	(7,1%)
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano (a.a.)	7,5%	(6,9%)	16,7%	20,8%	(28,7%)
Plano Informal (Previ) – Superávit/(déficit)	(1.091.017)	(1.905.370)	(1.994.759)	(1.743.386)	(1.739.592)
Obrigações de benefício definido	(1.091.017)	(1.905.370)	(1.994.759)	(1.743.386)	(1.739.592)
(Ganho)/perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(522.353)	(3.557)	(344.304)	(106.081)	(198.313)
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano (a.a.)	(22,6%)	(2,2%)	(3,7%)	(6,1%)	(11,4%)
Plano de Associados (Cassi) – Superávit/(déficit)	(7.717.855)	(6.046.932)	(5.297.172)	(4.943.220)	(4.677.766)
Obrigações de benefício definido	(7.717.855)	(6.046.932)	(5.297.172)	(4.943.220)	(4.677.766)
(Ganho)/perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(1.437.674)	(591.928)	(116.304)	(13.974)	(4.678)
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano (a.a.)	(14,8%)	(5,3%)	(2,9%)	(0,3%)	0,1%
Outros Planos – Superávit/(déficit)	(2.028.249)	(1.144.861)	(850.289)	(489.570)	171.899
Obrigações de benefício definido	(6.949.678)	(5.622.610)	(5.189.411)	(4.432.673)	(446.280)
Ativos do plano	4.921.429	4.477.749	4.339.122	3.943.103	618.179
(Ganho)/perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(1.249.223)	(208.624)	(515.228)	(802.924)	(21.867)
Ganho/(perda) atuarial sobre os ativos do plano	214.843	(130.445)	52.660	(118.451)	2.472
Ajustes de experiência sobre os passivos do plano (a.a.)	(13,3%)	(4,7%)	(6,9%)	(17,6%)	(4,9%)
Ajustes de experiência sobre os ativos do plano (a.a.)	2,0%	(2,5%)	(0,5%)	(3,2%)	0,4%

Notas Explicativas

d) Resumo dos ativos/(passivos) atuariais registrados no Banco

	R\$ mil			
	Ativo Atuarial		Passivo Atuarial	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Plano 1 (Previ)	16.249.057	13.372.004	--	--
Plano Informal (Previ)	--	--	(981.916)	(1.742.474)
Plano de Associados (Cassi)	--	--	(5.140.583)	(4.806.415)
Regulamento Geral (Economus)	--	--	(115.616)	(163.932)
Regulamento Complementar 1 (Economus)	--	--	(2.299)	--
Plus I e II (Economus)	--	--	(352.724)	(313.822)
Grupo B' (Economus)	--	--	(121.234)	(115.264)
Total	16.249.057	13.372.004	(6.714.372)	(7.141.907)

e) Destinações do Superávit – Plano 1

	R\$ mil		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Fundo Paridade			
Saldo Inicial	1.669.259	1.608.379	1.524.374
Atualização	101.770	183.275	167.125
Contribuições ao Plano 1 - contrato 97 ⁽¹⁾	(16.632)	(37.257)	(83.120)
Contribuição amortizante antecipada – Grupo Especial ⁽²⁾	(1.013.754)	(1.013.754)	--
Saldo Final	740.643	740.643	1.608.379
Fundo de Destinação			
Saldo Inicial	3.191.666	3.684.325	7.594.993
Atualização	161.457	331.001	489.911
Transferência para os fundos de contribuição e utilização	(979.598)	(1.641.801)	(4.400.579)
Saldo Final	2.373.525	2.373.525	3.684.325
Fundo de Contribuição			
Saldo Inicial	934.906	1.096.433	--
Constituição ⁽³⁾	--	--	1.398.467
Atualização	49.840	100.619	110.247
Contribuições ao Plano 1	(258.109)	(470.415)	(412.281)
Saldo Final	726.637	726.637	1.096.433
Fundo de Utilização			
Saldo Inicial	4.094.721	3.249.250	--
Constituição ⁽³⁾	979.598	1.641.801	3.002.112
Atualização	283.593	466.861	247.138
Saldo Final	5.357.912	5.357.912	3.249.250

(1) Inclui o valor positivo de R\$ 185 mil no 2º semestre (R\$ 392 mil no exercício de 2012 e R\$ 503 mil no exercício de 2011) referente a reversões parciais por ajustes de períodos anteriores.

(2) Refere-se à integralização de 100% das reservas matemáticas garantidoras dos complementos adicionais de aposentadoria do Grupo Especial.

(3) Fundos constituídos no primeiro semestre de 2011.

e.1) Fundo Paridade

O custeio do plano era mantido, até 15.12.2000, com a contribuição de 2/3 (dois terços) pelo Banco e de 1/3 (um terço) pelos participantes. A partir de 16.12.2000, visando adequar às disposições da Emenda Constitucional n.º 20, tanto o Banco quanto os participantes passaram a contribuir com 50% cada, sendo inclusive objeto de acordo posterior entre as partes envolvidas, com a devida homologação pela Secretaria de Previdência Complementar.

O custo da implementação da paridade contributiva foi coberto com a utilização do superávit existente no Plano na época. Como efeito desse acordo, coube ao Banco, ainda, reconhecer o valor histórico de R\$ 2.227.254 mil, os quais foram registrados em Fundos de Destinação Superávit - Previ. Esse ativo é corrigido mensalmente com base na meta atuarial (INPC + 5% a.a.), e vem sendo utilizado desde janeiro de 2007 para compensar eventual desequilíbrio financeiro na relação entre Reserva a

Notas Explicativas

Amortizar e Amortizante Antecipada decorrente do contrato estabelecido com a Previ em 1997, o qual garantiu benefícios complementares aos participantes do Plano 1 admitidos até 14.04.1967 e que não estavam aposentados até aquela data.

e.2) Fundo de Destinação

Em 24.11.2010, o Banco assinou Memorando de Entendimentos com as entidades representativas de funcionários e aposentados, visando à destinação e utilização parcial do superávit do Plano, conforme determina a Lei Complementar n.º 109/2001 e Resolução CGPC n.º 26/2008.

Face a aprovação das medidas previstas no Memorando de Entendimentos pelo Conselho Deliberativo da Previ, o Banco registrou, em 30.11.2010, em Fundos de Destinação - Previ, o montante de R\$ 7.519.058 mil em contrapartida à baixa do valor na rubrica de Outros Créditos - Ativo Atuarial, sendo corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

e.3) Fundo de Contribuição

O Fundo de Contribuição é constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação para fazer frente à suspensão da cobrança de contribuições pelo período de três exercícios, conforme estabelecido no Memorando de Entendimentos. Mensalmente, o valor relativo às contribuições do Banco é transferido para a titularidade da Previ. O Fundo de Contribuição é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

e.4) Fundo de Utilização

O Fundo de Utilização é constituído por recursos transferidos do Fundo de Destinação e poderá ser utilizado pelo Banco após cumpridas as exigências estabelecidas pela legislação aplicável. O Fundo de Utilização é corrigido pela meta atuarial (INPC + 5% a.a.).

f) Efeitos, no Plano Informal, da migração do Grupo Especial do Plano Informal para o Plano de Benefícios 1 da Previ:

	R\$ mil		
	Antes da redução	Ganho com a redução	Depois da redução
Valor presente líquido da obrigação	2.090.104	(999.087)	1.091.017
Valor justo dos ativos do plano	--	--	--
Subtotal	2.090.104	(999.087)	1.091.017
Ganho/(perda) atuarial não reconhecido	(403.550)	294.449	(109.101)
Passivo líquido reconhecido no balanço	1.686.554	(704.638)	981.916

28 – Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

Ações Trabalhistas

O Banco é parte passiva (réu) em processos judiciais trabalhistas movidos, na grande maioria, por ex-empregados ou sindicatos da categoria. As provisões de perdas prováveis representam vários pedidos reclamados, como: indenizações, horas extras, descaracterização de jornada de trabalho, adicional de função e representação e outros.

Ações Fiscais

O Banco está sujeito a questionamentos das autoridades fiscais com relação a tributos, que podem gerar autuações com o objeto de competência ou o montante de receita tributável ou despesa dedutível. A maioria das ações oriundas das autuações versa sobre ISSQN, CPMF, CSLL, IRPJ, IOF e contribuições previdenciárias ao INSS. Como garantia de algumas delas, quando necessário, existem penhoras em dinheiro ou imóveis.

Ações de Natureza Cível

Entre as ações judiciais de natureza cível, destacam-se as de cobrança de diferença de correção monetária de aplicações financeiras e depósitos judiciais relativos ao período dos Planos Econômicos (Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II).

Notas Explicativas

Ao apreciar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF nº 165, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a suspensão das ações envolvendo os planos econômicos nas aplicações financeiras que estão em fase de recurso.

a) Passivos Contingentes – Prováveis

Em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.823/2009, o Banco constitui provisão para demandas trabalhistas, cíveis e fiscais com risco de perda “provável”.

Movimentações nas provisões para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como prováveis

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB - Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Demandas Trabalhistas						
Saldo Inicial	2.339.205	2.340.058	2.462.390	2.603.883	2.514.536	2.538.036
Constituição	617.679	1.038.938	462.435	797.901	1.315.862	511.084
Reversão da provisão	(53.799)	(140.999)	(224.698)	(58.714)	(149.451)	(227.447)
Baixa por pagamento	(464.285)	(876.575)	(551.527)	(465.221)	(881.044)	(552.213)
Atualização monetária	58.021	135.399	191.458	58.583	136.529	191.611
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	--	--	--	9.058	9.058	53.465
Saldo Final	2.496.821	2.496.821	2.340.058	2.945.490	2.945.490	2.514.536
Demandas Fiscais						
Saldo Inicial	110.924	164.943	195.377	1.460.755	1.400.444	1.260.923
Constituição	68.904	125.048	32.453	564.503	714.335	202.367
Reversão da provisão	(35.859)	(138.192)	(56.162)	(36.927)	(151.281)	(66.047)
Baixa por pagamento	(7.962)	(18.814)	(13.077)	(7.962)	(18.814)	(13.077)
Atualização monetária	4.573	7.595	6.352	26.738	62.423	71.656
Variação de participação societária em coligadas ⁽²⁾	--	--	--	--	--	(237.556)
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	--	--	--	13.017	13.017	182.178
Saldo Final	140.580	140.580	164.943	2.020.124	2.020.124	1.400.444
Demandas Cíveis						
Saldo Inicial	3.724.973	3.244.433	3.464.569	3.987.095	3.473.970	3.594.694
Constituição	763.982	1.968.684	650.905	800.271	2.050.643	770.108
Reversão da provisão	(268.816)	(546.636)	(433.245)	(296.341)	(585.653)	(456.787)
Baixa por pagamento	(399.616)	(939.098)	(620.022)	(409.156)	(954.546)	(635.995)
Atualização monetária	125.127	218.267	182.226	126.303	223.758	187.065
Valores adicionados/incorporados ⁽¹⁾	--	--	--	--	--	14.885
Saldo Final	3.945.650	3.945.650	3.244.433	4.208.172	4.208.172	3.473.970
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	6.583.051	6.583.051	5.749.434	9.173.786	9.173.786	7.388.950

(1) Refere-se, no exercício de 2011, aos saldos oriundos do Banco Patagonia e das empresas que compõem a parceria BB-Mapfre, no ramo seguridade e, no 2º semestre e exercício de 2012, refere-se aos saldos oriundos da empresa IBI-Promotora.

(2) Refere-se à alteração da participação societária do Banco em coligadas não financeiras.

Notas Explicativas

b) Passivos Contingentes – Possíveis

As demandas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas com risco “possível” são dispensadas de constituição de provisão com base na Resolução CMN n.º 3.823/2009.

Saldos dos passivos contingentes classificados como possíveis

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ mil			
Demandas Trabalhistas	54.905	107.530	90.720	140.115
Demandas Fiscais ⁽¹⁾	3.987.389	2.914.842	5.032.809	4.092.203
Demandas Cíveis	2.874.457	3.754.877	3.434.338	4.294.798
Total	6.916.751	6.777.249	8.557.868	8.527.116

(1) As principais contingências têm origem em (i) autos de infração lavrados pelo INSS, visando o recolhimento de contribuições incidentes sobre abonos salariais pagos nos acordos coletivos do período de 1995 a 2006, no valor de R\$ 1.226.136 mil, verbas de transporte coletivo e utilização de veículo próprio por empregados do Banco do Brasil, no valor de R\$ 178.189 mil e participações nos lucros e resultados de funcionários, correspondentes ao período de abril de 2001 a outubro de 2003, no valor de R\$ 29.271 mil e (ii) autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas dos Municípios visando a cobrança de ISSQN, no montante de R\$ 469.355 mil.

c) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	BB-Banco Múltiplo		BB-Consolidado	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
	R\$ mil			
Demandas Trabalhistas	2.656.350	2.488.543	2.716.708	2.522.179
Demandas Fiscais	4.887.934	4.433.333	6.514.284	5.915.700
Demandas Cíveis	4.384.318	3.574.259	4.681.155	3.749.986
Total	11.928.602	10.496.135	13.912.147	12.187.865

d) Obrigações Legais

O Banco mantém registrado em Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias o montante de R\$ 13.073.718 mil (R\$ 12.754.899 mil em 31.12.2011) no BB-Banco Múltiplo e R\$ 13.881.845 mil (R\$ 13.516.326 mil em 31.12.2011) no BB-Consolidado relativo às seguintes ações:

Ação Judicial: Imposto de Renda e Contribuição Social

Em fevereiro de 1998, o Banco ingressou com Mandado de Segurança, em curso na 16ª Vara Federal do Distrito Federal, pleiteando a compensação integral dos prejuízos fiscais acumulados de Imposto de Renda e das bases de cálculo negativas de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Desde então, o Banco passou a compensar integralmente prejuízos fiscais e bases negativas com o valor devido de Imposto de Renda e de Contribuição Social, realizando depósito integral do montante devido (70% do valor compensado), o que ensejou o despacho do Juízo da 16ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal determinando a suspensão da exigibilidade dos referidos tributos, nos termos do artigo 151, inciso II, do Código Tributário Nacional (CTN). O mérito da causa foi julgado improcedente em 1ª Instância e o Recurso de Apelação interposto pelo Banco foi desprovido pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região. A decisão foi impugnada mediante Recurso Extraordinário interposto pelo Banco, em 01.10.2002. Atualmente, o referido recurso do Banco encontra-se aguardando, no TRF da 1ª Região, o julgamento pelo STF, de outro recurso extraordinário (RE nº 591.340), que teve reconhecida a repercussão geral por aquela Corte Suprema.

A compensação dos valores decorrentes de prejuízos fiscais e de CSLL a compensar tem como efeito a baixa de créditos tributários ativados, observada a limitação de 30%.

Os tributos diferidos (IRPJ e CSLL) sobre a atualização dos depósitos judiciais vêm sendo compensados com os créditos tributários decorrentes da provisão para perda da referida atualização, em conformidade com o art. 1º, inciso II, § 2º, da Resolução CMN nº 3.059, de 2002, sem efeito no resultado.

Considerada a hipótese de êxito na ação judicial, verificou-se que, em setembro de 2005 e em janeiro de 2009, o Banco teria consumido todo o estoque de Prejuízos Fiscais e CSLL a Compensar, respectivamente. Assim, desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, os valores do

Notas Explicativas

IRPJ e da CSLL estão sendo recolhidos integralmente. Além disso, ocorreria a transferência dos recursos da rubrica que registra os depósitos judiciais para a de disponibilidades. Os créditos tributários relativos aos depósitos judiciais (principal) seriam baixados contra a provisão de IRPJ e CSLL existente e seria revertida, contra o resultado, a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos, registrada no valor de R\$ 4.597.399 mil.

Por outro lado, considerada a hipótese de perda da ação (situação em que os valores depositados judicialmente seriam convertidos em renda a favor da Fazenda Nacional), são reclassificadas, para a rubrica representativa de ativo "IRPJ a compensar" e "CSLL a compensar", as parcelas de créditos tributários de IRPJ sobre prejuízos fiscais e CSLL a compensar, respectivamente, que poderiam ser utilizadas desde a competência outubro de 2005 e fevereiro de 2009, observada a limitação de 30%. Esses tributos a compensar, que decorreriam das retificações das Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, correspondem a R\$ 4.615.127 mil, em 31.12.2012, e sua atualização pela Taxa Selic, a R\$ 1.355.256 mil. Tal valor ajusta a provisão para riscos fiscais relativa à atualização dos depósitos judiciais, de forma que alcançaria o montante necessário para anular integralmente o risco inerente à hipótese de perda.

Valores relacionados à referida ação

	R\$ mil	
	31.12.2012	31.12.2011
Obrigação Legal – Provisão para Processo Judicial	12.428.627	12.153.757
Depósitos Judiciais	13.986.906	13.348.256
Montante realizado	7.817.011	7.817.011
Atualização	6.169.895	5.531.245
Montante dos Créditos Tributários Correspondente à Parcela de 70%	6.585.045	6.585.045
Prejuízos fiscais de IRPJ	3.002.033	3.002.033
Bases negativas de CSLL / CSLL a compensar	3.583.012	3.583.012

Ação Judicial: PIS/Pasep e Cofins

Provisão para o processo judicial referente ao Mandado de Segurança, por meio do qual se pretende o reconhecimento do direito do Banco do Brasil, da BB Corretora, da Ativos S.A. e do Banco Votorantim de recolherem o PIS/Pasep e a Cofins, de acordo com as bases de cálculo previstas nas Leis Complementares n.º 7, de 1970, e n.º 70, de 1991, sendo, no BB-Banco Múltiplo, o montante de R\$ 645.091 mil (R\$ 601.142 mil em 31.12.2011) e, no BB-Consolidado, o montante de R\$ 1.453.218 mil (R\$ 1.362.569 mil em 31.12.2011), do qual R\$ 806.068 mil, oriundos do Banco Votorantim. As liminares do Banco do Brasil e da BB Corretora foram cassadas, em 12.08.2010, motivo pelo qual voltaram a recolher, a partir do fato gerador de julho de 2010, o PIS/Pasep e a Cofins, na forma prevista na Lei n.º 9.718, de 1998. As medidas judiciais tomadas pelo Banco Votorantim abrangem apenas a Cofins e tiveram sentenças e acórdãos favoráveis, sendo que a parte contrária apresentou os recursos cabíveis, os quais, atualmente, dependem de decisão dos Tribunais Superiores, especialmente, do STF.

29 - Gerenciamento de Riscos e Capital Regulatório

a) Processo de Gestão de Riscos

O Banco do Brasil considera o gerenciamento de riscos como um dos vetores principais para o processo de tomada de decisão.

No Banco, a gestão colegiada dos riscos é realizada de forma totalmente segregada das unidades de negócios. As políticas de gestão de riscos são aprovadas pelo Conselho de Administração. O Comitê de Risco Global (CRG), fórum composto pelo Presidente e Vice-Presidentes, é responsável pela implantação e acompanhamento destas políticas. Já as diretrizes emanadas do CRG são conduzidas em subcomitês específicos (crédito, mercado e liquidez e operacional), que são fóruns constituídos por Diretores.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Banco do Brasil, acesse o [website bb.com.br/ri](http://www.bb.com.br/ri).

Notas Explicativas

b) Risco de Crédito

Risco de Crédito está associado à possibilidade de perda resultante da incerteza quanto ao recebimento de valores pactuados com tomadores de empréstimos, contrapartes de contratos ou emissores de títulos.

Para se alinhar às melhores práticas de gestão do risco de crédito e aumentar a eficiência na gestão de seu capital econômico, o Banco utiliza métricas de risco e de retorno como instrumentos de disseminação da cultura na Instituição, presentes em todo o seu processo de crédito.

c) Risco de Liquidez

O risco de liquidez assume duas formas: risco de liquidez de mercado e risco de liquidez de fluxo de caixa (*funding*). O primeiro corresponde à possibilidade de perda decorrente da incapacidade de realizar uma transação em tempo razoável e sem perda significativa de valor. O segundo está associado à possibilidade de falta de recursos para honrar os compromissos assumidos em função do descasamento entre os ativos e passivos.

d) Risco Operacional

Risco operacional reflete a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Este conceito inclui o risco legal.

e) Risco de Mercado

Risco de Mercado reflete a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*.

Instrumentos Financeiros – Valor Justo

Instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais, comparadas ao valor justo:

	R\$ mil							
	BB-Consolidado							
	31.12.2012		31.12.2011		Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais			
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo	No Resultado		No Patrimônio Líquido	
					31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Ativos								
Aplicações interfinanceiras de liquidez	219.323.434	219.239.963	166.287.806	166.287.194	(83.471)	(612)	(83.471)	(612)
Títulos e valores mobiliários	182.942.587	182.985.415	166.833.173	166.693.437	1.457.730	526.295	42.828	(139.736)
Ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda (Nota 8.a)	--	--	--	--	1.414.902	666.031	--	--
Ajuste a mercado de títulos mantidos até o vencimento (Nota 8.a)	--	--	--	--	42.828	(139.736)	42.828	(139.736)
Instrumentos financeiros derivativos	1.414.580	1.414.580	1.396.700	1.396.700	--	--	--	--
Operações de crédito	469.712.686	468.589.925	379.045.045	379.158.229	(1.122.761)	113.184	(1.122.761)	113.184
Passivos								
Depósitos interfinanceiros	16.568.656	16.629.535	14.450.354	14.673.099	(60.879)	(222.745)	(60.879)	(222.745)
Depósitos a prazo	263.012.824	262.911.255	265.808.991	265.922.145	101.569	(113.154)	101.569	(113.154)
Obrigações por operações compromissadas	225.786.872	225.402.847	195.175.276	195.155.509	384.025	19.767	384.025	19.767
Obrigações por empréstimos e repasses	77.687.149	77.729.376	63.350.471	63.280.538	(42.227)	69.933	(42.227)	69.933
Instrumentos financeiros derivativos	3.439.482	3.439.482	3.620.655	3.620.655	--	--	--	--
Outras obrigações	229.155.847	228.277.272	181.767.988	181.761.619	878.575	6.369	878.575	6.369
Ganho/(Perda) não Realizado(a) sem Efeitos Fiscais					1.512.561	399.037	97.659	(266.994)

Determinação do Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: O valor justo foi obtido pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, adotando as taxas de juros praticadas pelo mercado em operações semelhantes na data do balanço.

Notas Explicativas

Títulos e Valores Mobiliários: Contabilizados pelo valor de mercado, em conformidade com o estabelecido pela Circular Bacen n.º 3.068/2001, excetuando-se desse critério os títulos mantidos até o vencimento. A apuração do valor justo dos títulos, inclusive dos títulos mantidos até o vencimento, deu-se com base nas taxas coletadas junto ao mercado.

Operações de Crédito: As operações remuneradas a taxas pré-fixadas de juros foram estimadas mediante o desconto dos fluxos futuros de caixa, adotando-se, para tanto, as taxas de juros utilizadas pelo Banco para contratação de operações semelhantes na data de balanço. Para as operações deste grupo, remuneradas a taxas pós-fixadas, foi considerado como valor justo o próprio valor contábil devido à equivalência entre os mesmos.

Depósitos Interfinanceiros: O valor justo foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos futuros de caixa e as taxas atualmente praticadas no mercado para operações pré-fixadas. No caso de operações pós-fixadas, cujos vencimentos não ultrapassavam 30 dias, o valor contábil foi considerado equivalente ao valor justo.

Depósitos a Prazo: Na apuração do valor justo foram utilizados os mesmos critérios adotados para os depósitos interfinanceiros.

Obrigações por Operações Compromissadas: Para as operações com taxas pré-fixadas, o valor justo foi apurado calculando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando taxas de desconto equivalentes às taxas praticadas em contratações de operações similares no último dia de mercado. Para as operações pós-fixadas, os valores contábeis foram considerados equivalentes ao valor justo.

Obrigações por Empréstimos e Repasses: Tais operações são exclusivas do Banco, sem similares no mercado. Face às suas características específicas, taxas exclusivas para cada recurso ingressado e inexistência de mercado ativo e instrumento similar, o valor justo dessas operações foi considerado equivalente ao valor contábil.

Outras Obrigações: O valor justo foi apurado por meio do cálculo do fluxo de caixa descontado, considerando as taxas de juros oferecidas no mercado para obrigações cujos vencimentos, riscos e prazos são similares.

Demais Instrumentos Financeiros: Constantes ou não do balanço patrimonial, o valor justo foi equivalente ao valor contábil.

Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos foi estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do exercício.

Níveis de Informação Referentes a Ativos e Passivos Mensurados a Valor Justo no Balanço

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

Nível 1 – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 – são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, o Banco estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Ativos e Passivos Financeiros Mensurados a Valor Justo no Balanço

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos	171.447.313	114.356.266	56.289.672	801.375
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	74.711.317	55.657.463	19.053.854	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.414.579	-	1.413.641	938
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	95.321.417	58.698.803	35.822.177	800.437
Passivos	8.454.365	-	8.454.313	52
Captação com <i>hedge</i>	5.014.884	-	5.014.884	-
Instrumentos financeiros derivativos	3.439.481	-	3.439.429	52

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	63.257.425	46.662.817	16.594.608	--
Instrumentos financeiros derivativos	1.396.700	--	1.396.462	238
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	88.385.009	59.415.292	28.125.499	844.218
Passivos				
Captação com <i>hedge</i>	4.040.513	2.591.380	1.449.133	--
Instrumentos financeiros derivativos	3.620.655	--	3.615.931	4.724

Movimentação dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo no balanço, classificados como nível 3

	R\$ mil				
	Exercício/2012				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	--	--	--	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	821	--	--	117	938
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	1.306.537	61.744	(529.579)	(38.265)	800.437
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	16.282	--	--	(16.230)	52

	R\$ mil				
	Exercício/2011				
	Saldo Inicial	Aquisições	Baixas	Resultado	Saldo Final
Ativos					
Títulos e valores mobiliários disponíveis para negociação, a valor de mercado	206.140	--	(206.140)	--	--
Instrumentos financeiros derivativos	186.618	--	(186.380)	--	238
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, a valor de mercado	941.760	272.040	(340.530)	(29.052)	844.218
Passivos					
Instrumentos financeiros derivativos	152.040	--	(149.056)	1.740	4.724

Análise de Sensibilidade (Instrução CVM n.º 475/2008)

Alinhando às melhores práticas de mercado, o Banco do Brasil gerencia seus riscos de forma dinâmica, buscando identificar, avaliar, monitorar e controlar as exposições aos riscos de mercado de suas posições próprias. Para isto, o Banco considera os limites de riscos estabelecidos pelos Comitês

Notas Explicativas

Estratégicos e possíveis cenários para atuar de forma tempestiva na reversão de eventuais resultados adversos.

O Banco do Brasil, em conformidade com a Resolução CMN n.º 3.464/2007 e com a Circular Bacen n.º 3.354/2007, e visando maior eficiência na gestão de suas operações expostas ao risco de mercado, segrega suas operações, inclusive instrumentos financeiros derivativos, da seguinte forma:

1) Carteira de Negociação (*Trading Book*): formada por todas as operações de posições próprias realizadas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* da carteira de negociação, para as quais haja a intenção de serem negociadas antes de seu prazo contratual, observadas as condições normais de mercado, e que não contenham cláusula de inegociabilidade.

2) Carteira de Não Negociação (*Banking Book*): formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, tendo como característica principal a intenção de manter tais operações até o seu vencimento.

A análise de sensibilidade para todas as operações ativas e passivas do Balanço Patrimonial, em atendimento à Instrução CVM n.º 475/2008, não reflete adequadamente a gestão dos riscos de mercado adotada pela Instituição, bem como não representa as práticas contábeis adotadas pelo Banco.

Para determinar a sensibilidade do capital das posições do Banco do Brasil, exceto as posições do Banco Votorantim, aos impactos de movimentos de mercado, foram realizadas simulações com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso para o Banco. Os cenários utilizados estão apresentados como segue:

Cenário I: Situação provável, a qual reflete a percepção da alta administração do Banco em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência, para um horizonte de três meses, considerando fatores macroeconômicos e informações de mercado (BM&FBovespa, Andima, etc.). Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar de R\$ 2,02 e manutenção da taxa Selic em 7,25% ao ano, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2012.

Cenário II: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2012, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Situação eventual. Premissas utilizadas: choque de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2012, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*), exceto as posições do Banco Votorantim, composta por títulos públicos e privados, instrumentos financeiros derivativos e recursos captados por meio de operações compromissadas:

		R\$ mil			
		Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Redução	3.619
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	101	Aumento	(39)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Redução	1.064
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	102	Aumento	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.830)	Redução	(283)

Notas Explicativas

		R\$ mil			
Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(25.630)	Aumento	(7.354)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(4)	Aumento	(29)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(643)	Aumento	(1.014)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(36)	Redução	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(46.676)	Redução	(22.918)

		R\$ mil			
Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(50.692)	Aumento	(14.871)
Cupons de TMS e CDI	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Aumento	(7)	Aumento	(58)
Cupom de IPCA	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(1.263)	Aumento	(1.981)
Cupom de Dólar Americano	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(73)	Redução	--
Taxas de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(93.351)	Redução	(45.837)

Para as operações classificadas na Carteira de Não Negociação, a valorização ou a desvalorização em decorrência de mudanças nas taxas de juros praticadas no mercado, não representam impacto financeiro e contábil significativo sobre o resultado do exercício. Isto porque esta carteira é composta, majoritariamente, por operações de crédito (créditos diretos ao consumidor, agronegócios, capital de giro, etc.), captações de varejo (depósitos à vista, a prazo e de poupança) e títulos e valores mobiliários, cujo registro contábil é realizado, principalmente, pelas taxas pactuadas na contratação das operações. Adicionalmente, destaca-se o fato dessa carteira apresentar como principal característica a intenção de manter as respectivas posições até o vencimento, não sofrendo, portanto, os efeitos das oscilações em taxa de juros, ou pelo fato dessas operações estarem atreladas naturalmente a outros instrumentos (*hedge natural*), minimizando dessa forma os impactos em um cenário de estresse.

No quadro abaixo, encontram-se sintetizados os resultados para a Carteira de Negociação (*Trading*) e Não Negociação (*Banking*), exceto as posições do Banco Votorantim:

		R\$ mil			
Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Manutenção	--	Redução	1.787.692
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Manutenção	--	Redução	(2.928.968)
Cupom de TBF		Redução	(203)	Redução	(671)
Cupom de TJLP		Aumento	251.946	Redução	(248.336)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(415.910)	Aumento	71.001
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	--	Redução	170.715
Cupom de IGP-DI		Manutenção	--	Redução	280
Cupom de INPC		Manutenção	--	Redução	405.481
Cupom de IPCA		Manutenção	--	Redução	46.853
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Aumento	652.328	Aumento	519.294
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(13.634)	Redução	(5.236)

Notas Explicativas

		R\$ mil			
		Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(6.451.975)	Aumento	(3.562.867)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(5.238.026)	Redução	(5.154.022)
Cupom de TBF		Redução	(137)	Redução	(290)
Cupom de TJLP		Redução	(252.037)	Redução	(205.023)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(32.793)	Redução	(102.427)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(120.834)	Aumento	(168.062)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(53)	Aumento	(323)
Cupom de INPC		Aumento	(89.503)	Aumento	(418.739)
Cupom de IPCA		Aumento	(17.295)	Aumento	(45.617)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(424.401)	Redução	(710.749)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(347.656)	Redução	(423.350)

		R\$ mil			
		Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(12.346.186)	Aumento	(6.877.667)
Cupom de TR	Risco de variação de cupons de taxas de juros	Redução	(10.732.274)	Redução	(10.669.317)
Cupom de TBF		Redução	(275)	Redução	(582)
Cupom de TJLP		Redução	(509.781)	Redução	(418.286)
Cupom de TMS e CDI		Redução	(65.597)	Redução	(204.955)
Cupom de IGP-M	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(233.218)	Aumento	(316.569)
Cupom de IGP-DI		Aumento	(106)	Aumento	(643)
Cupom de INPC		Aumento	(177.352)	Aumento	(821.008)
Cupom de IPCA		Aumento	(25.394)	Aumento	(87.822)
Cupom de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupons de moedas estrangeiras	Redução	(860.419)	Redução	(1.446.248)
Taxa de câmbio	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(695.312)	Redução	(846.700)

Os cenários utilizados para elaboração do quadro de análise de sensibilidade devem, necessariamente, utilizar situações de deterioração de, pelo menos, 25% e 50% por variável de risco vista isoladamente, conforme determina a Instrução CVM n.º 475/2008. Logo, a análise conjunta dos resultados fica prejudicada. Por exemplo, choques simultâneos de aumento na taxa prefixada de juros e redução no cupom de TR não são consistentes do ponto de vista macroeconômico.

Especificamente com relação às operações de derivativos existentes na Carteira de Não Negociação, as mesmas não representam risco de mercado relevante para o Banco do Brasil, haja vista que essas posições são originadas, principalmente, para atender às seguintes situações:

- Troca de indexador de remuneração de captações e aplicações de recursos realizadas para atender às necessidades dos clientes;

- *Hedge* de risco de mercado, cujo objeto e sua efetividade estão descritos na Nota 8.d. Também nessa operação, a variação na taxa de juros e na taxa de câmbio não produz efeito no resultado do Banco.

Em 31.12.2012, o Banco do Brasil não possuía qualquer operação classificada como derivativo exótico, conforme descrito na Instrução CVM n.º 475/2008, anexo II.

Participação no Banco Votorantim

O Banco Votorantim, no 1º semestre de 2011, revisou os critérios de classificação de suas operações resultando na migração de parte das posições da Carteira de Negociação para a de Não Negociação. Dessa forma, a análise de sensibilidade das posições referentes à participação do Banco do Brasil no

Notas Explicativas

Banco Votorantim passa a ser realizada para a Carteira de Negociação e para o conjunto das Carteiras de Negociação e de Não Negociação.

Foram realizadas simulações, com três possíveis cenários, sendo dois deles com consequente resultado adverso:

Cenário I: Situação provável. A qual reflete a percepção da alta administração do Banco Votorantim em relação ao cenário com maior probabilidade de ocorrência. Premissas utilizadas: taxa de câmbio reais/dólar média para 2013 de R\$ 2,07 e taxa Selic média de 6,50% ao ano para 2013.

Cenário II: Premissas utilizadas: choque paralelo de 25% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2012, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Cenário III: Premissas utilizadas: choque paralelo de 50% nas variáveis de risco, com base nas condições de mercado observadas em 31.12.2012, sendo consideradas as piores perdas resultantes por fator de risco e, consequentemente, não incorporando a dinâmica de relacionamento entre as variáveis macroeconômicas.

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados da Carteira de Negociação das posições do Banco relativas à sua participação no Banco Votorantim:

		R\$ mil			
		Cenário I			
Fator de Risco	Conceito	31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	8.508	Redução	16.682
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	--	Manutenção	--
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	3.986	Aumento	1.395
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	1.177	Aumento	130
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Manutenção	--	Redução	(487)

		R\$ mil			
		Cenário II			
Fator de Risco	Conceito	31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(13.281)	Aumento	(37.944)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(2.830)	Aumento	(923)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(116.098)	Aumento	(91.152)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	--	Redução	(315)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Aumento	(12.731)	Aumento	(13.204)

		R\$ mil			
		Cenário III			
Fator de Risco	Conceito	31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(35.578)	Aumento	(87.694)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(5.518)	Aumento	(1.813)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Aumento	(245.147)	Aumento	(428.656)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Redução	(9)	Redução	(741)
Outros	Risco de variação dos demais cupons	Redução	(27.622)	Aumento	(47.152)

Nos quadros a seguir, encontram-se os resultados das Carteiras de Negociação e de Não Negociação, das posições do Banco relativas à sua participação no Banco Votorantim:

Notas Explicativas

		R\$ mil			
Fator de Risco	Conceito	Cenário I			
		31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Redução	134.287	Redução	188.936
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Manutenção	--	Aumento	(4.044)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(1.702)	Aumento	2.190
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Aumento	--	Manutenção	--
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Manutenção	--	Manutenção	--
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Manutenção	(4.178)	Aumento	1.255

		R\$ mil			
Fator de Risco	Conceito	Cenário II			
		31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(199.726)	Aumento	(431.632)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(4.896)	Aumento	(16.839)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(65.478)	Aumento	(96.182)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(3.614)	Redução	(1.987)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(38)	Redução	(605)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(5.579)	Redução	(2.649)

		R\$ mil			
Fator de Risco	Conceito	Cenário III			
		31.12.2012		31.12.2011	
		Variação de Taxas	Resultado	Variação de Taxas	Resultado
Taxa pré-fixada	Risco de variação das taxas pré-fixadas de juros	Aumento	(512.460)	Aumento	(1.003.137)
Cupons de moedas estrangeiras	Risco de variação de cupom cambial	Aumento	(9.550)	Aumento	(29.240)
Variação cambial	Risco de variação das taxas de câmbio	Redução	(133.102)	Aumento	(441.553)
TJLP	Risco de variação de cupom de TJLP	Redução	(7.316)	Redução	(4.100)
TR/TBF	Risco de variação de cupom de TR e TBF	Redução	(77)	Redução	(1.206)
Índices de preços	Risco de variação de cupons de índices de preços	Aumento	(6.894)	Redução	(5.880)

Notas Explicativas

f) Capital Regulatório

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN n.º 3.444/2007 e n.º 3.490/2007, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), respectivamente, sem considerar as informações relativas ao Banco Votorantim, conforme determinação do Bacen.

	R\$ mil			
	31.12.2012		31.12.2011	
	Econômico-Financeiro	Financeiro	Econômico-Financeiro	Financeiro
PR – Patrimônio de Referência	107.925.146	109.285.842	80.481.841	82.154.035
Nível I	76.769.399	77.099.943	60.615.163	60.791.381
Patrimônio líquido	66.069.965	66.350.927	58.416.370	58.592.587
Reservas de reavaliação	(4.645)	(4.644)	(4.731)	(4.730)
Ativo permanente diferido	(110.795)	(110.795)	(164.671)	(164.671)
Ajustes ao valor de mercado	(700.536)	(700.536)	(350.594)	(350.594)
Créditos tributários excluídos do nível I	--	--	(106)	(106)
Instrumentos híbridos de capital e dívida ⁽¹⁾	11.515.410	11.564.991	2.718.895	2.718.895
Nível II	36.074.411	36.024.829	24.877.818	24.877.817
Ajustes ao valor de mercado	700.536	700.536	350.594	350.594
Instrumentos híbridos de capital e dívida ⁽¹⁾	2.968.652	2.919.071	--	--
Reservas de reavaliação	4.645	4.644	4.731	4.730
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	32.400.578	32.400.578	24.522.493	24.522.493
Recursos captados do FCO	16.602.973	16.602.973	14.771.005	14.771.005
Recursos captados no exterior	6.001.028	6.001.028	4.228.367	4.228.367
Recursos captados com CDB	1.615.433	1.615.433	2.337.638	2.337.638
Recursos captados com Letras Financeiras	8.181.144	8.181.144	3.185.483	3.185.483
Deduções do PR	(4.918.664)	(3.838.930)	(5.011.140)	(3.515.163)
Instrumentos financeiros excluídos do PR	(4.918.664)	(3.838.930)	(5.011.140)	(3.515.163)
PRE – Patrimônio de Referência Exigido	80.034.881	79.435.474	63.326.079	62.528.344
Risco de crédito	76.076.547	75.730.245	59.802.205	59.260.188
Risco de mercado	207.377	207.377	90.442	90.442
Risco operacional	3.750.957	3.497.852	3.433.432	3.177.714
Suficiência de PR: PR – PRE	27.890.265	29.850.368	17.155.762	19.625.691
Índice de Basileia: (PR x 100) / (PRE / 0,11)	14,83%	15,13%	13,98%	14,45%

(1) Conforme Resolução CMN n.º 3.444/2007, os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados pelo Bacen a compor o Nível I do PR estão limitados a 15% (quinze por cento) do total do Nível I, incluído o próprio valor do IHCD. Os IHCD que venham ultrapassar esse limite são adicionados ao Nível II do PR.

g) Índice de Imobilização

O Índice de Imobilização em relação ao PR é de 25,85% (27,19% em 31.12.2011) para o Consolidado Financeiro, e de 21,64% (22,11% em 31.12.2011) para o Consolidado Econômico-Financeiro, em conformidade com a Resolução CMN n.º 2.669/1999. A diferença entre o Índice de Imobilização do Consolidado Financeiro e do Econômico-Financeiro decorre da inclusão de empresas controladas/coligadas não financeiras que dispõem de elevada liquidez e baixo nível de imobilização, com consequente redução do Índice de Imobilização do Consolidado Econômico-Financeiro.

Notas Explicativas

30 – Demonstração do Resultado Abrangente

	R\$ mil					
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2ºSem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Lucro Líquido Apresentado na Demonstração do Resultado	6.753.930	12.309.870	12.247.330	6.695.004	12.205.120	12.125.990
Outros Lucros/(Prejuízos) Abrangentes						
Ajustes de Avaliação Patrimonial (Nota 8.f)	103.551	804.086	188.852	103.551	804.086	188.852
Próprios	(106.587)	(141.730)	(54.938)	(106.587)	(141.729)	(54.938)
De agências e subsidiárias no exterior	302.752	527.402	355.830	302.752	527.402	355.830
De coligadas e controladas	(92.614)	418.414	(112.040)	(92.614)	418.414	(112.040)
IR e CSLL Relacionados aos (Ganhos)/Perdas não Realizados (Nota 8.f)	78.554	(107.574)	67.555	78.554	(107.574)	67.555
Outros Lucros Abrangentes, Líquidos de IR e CSLL	182.105	696.512	256.407	182.105	696.512	256.407
Lucro abrangente atribuível à controladora	6.936.035	13.006.382	12.503.737	6.877.109	12.901.632	12.382.397
Resultado abrangente das participações dos não controladores	--	--	--	(81.294)	(155.778)	(93.131)

31 – Outras Informações

a) Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 12.03.2012, aprovou a fixação, para o exercício de 2012, do índice de distribuição do resultado (*payout*) equivalente ao percentual mínimo de 40% do lucro líquido, cumprindo-se a política de pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio em periodicidade trimestral, conforme artigo 43 do Estatuto Social do Banco.

b) Banco Postal

Desde 01.01.2012, o Banco tem acesso à rede de distribuição dos Correios, com cerca de 6,3 mil pontos presentes em 95% dos municípios brasileiros. Por meio desse investimento, o Banco do Brasil antecipou a execução de plano estratégico de estender seus pontos de atendimento para todos os municípios brasileiros.

c) Administração de Fundos de Investimentos

Posição dos fundos de investimentos administrados pela BB Gestão de Recursos - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

	Número de Fundos/Carteiras		Saldo (R\$ mil)	
	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2012	31.12.2011
Patrimônio administrado	548	521	444.022.933	415.792.780
Fundos de investimentos	538	507	430.833.490	403.844.665
Carteiras administradas	10	14	13.189.443	11.948.115

d) Constituição de Fundo de Investimento Imobiliário

Em agosto de 2012, o Banco do Brasil subscreveu 100% das cotas do BB Progressivo II Fundo de Investimento Imobiliário (FII), administrado pela Votorantim Asset Management (VAM), e as integralizou em espécie e por meio de repasse da propriedade de 64 imóveis, com transferência substancial de riscos e benefícios.

Em novembro de 2012, por meio de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas do FII, o Banco alienou a totalidade das cotas do fundo. O resultado obtido na transação foi realizado e

Notas Explicativas

reconhecido na data da venda das cotas, ocasião em que o Banco do Brasil deixou de ser o principal detentor de riscos e benefícios do Fundo.

Efeitos da transferência da propriedade dos imóveis ao FII no resultado do Banco:

	R\$ mil
BB-Banco Múltiplo e Consolidado	
Valor de mercado dos imóveis transferidos para o FII	1.402.469
Valor contábil dos imóveis transferidos para o FII	(299.477)
Resultado antes dos impostos	1.102.992
Imposto de Renda e Contribuição Social	(441.197)
Resultado Líquido	661.795

e) Informações de Filiais, Subsidiárias e Controladas no Exterior

					R\$ mil	
	BB-Banco Múltiplo			BB-Consolidado		
	31.12.2012	31.12.2011		31.12.2012	31.12.2011	
Ativo						
Grupo BB	42.469.895	26.302.917		37.168.271	23.535.468	
Terceiros	72.412.267	51.529.172		87.178.714	62.051.334	
Total do ativo	114.882.162	77.832.089		124.346.985	85.586.802	
Passivo						
Grupo BB	26.662.409	14.927.245		22.991.955	12.325.721	
Terceiros	83.453.373	59.457.189		93.863.535	67.619.119	
Patrimônio líquido	4.766.380	3.447.655		7.491.495	5.641.962	
Atribuível à controladora	4.766.380	3.447.655		6.917.391	5.198.093	
Participação dos não controladores	--	--		574.104	443.869	
Total do passivo	114.882.162	77.832.089		124.346.985	85.586.802	
	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011	2º Sem/2012	Exerc/2012	Exerc/2011
Lucro (Prejuízo)	323.600	564.632	278.475	535.050	957.731	495.051
Atribuível à controladora	323.600	564.632	278.475	453.759	801.682	401.939
Participações dos não controladores	--	--	--	81.291	156.049	93.112

f) Recursos de Consórcios

	31.12.2012	31.12.2011
Previsão mensal de recursos a receber de consorciados	138.854	122.458
Obrigações do grupo por contribuições	7.454.133	7.450.510
Consortiados – bens a contemplar	6.941.366	7.026.937
(Em unidades)		
Quantidade de grupos administrados	465	426
Quantidade de consorciados ativos	400.975	346.990
Quantidade de bens a entregar a consorciados contemplados	22.205	16.307
Quantidade de bens entregues no período	70.419	55.680

Notas Explicativas

g) Cessão de Empregados a Órgãos Externos

As cessões para o Governo Federal são regidas pela Lei 10.470/2002 e pelo Decreto 4.050/2001.

	2º Sem/2012		Exerc/2012		Exerc/2011	
	Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período (R\$ mil)	Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período (R\$ mil)	Empregados Cedidos ⁽¹⁾	Custo no Período (R\$ mil)
Com ônus para o Banco						
Governo Federal	1	217	1	731	5	1.854
Entidades sindicais	224	14.945	224	29.442	234	27.489
Outros órgãos/entidades	2	329	2	1.427	5	2.036
Entidades controladas e coligadas	3	695	3	1.206	2	867
Sem ônus para o Banco						
Governos Federal, Estadual e Municipal	275	--	275	--	273	--
Órgãos externos (Cassi, FBB, Previ e Economus)	586	--	586	--	769	--
Entidades dos funcionários	84	--	84	--	84	--
Entidades controladas e coligadas	330	--	330	--	345	--
Total	1.505	16.186	1.505	32.806	1.717	32.246

(1) Posição no último dia do período.

h) Remuneração de Empregados e Dirigentes

Remuneração mensal paga aos funcionários e à Administração do Banco do Brasil

	R\$	
	31.12.2012	31.12.2011
Menor Salário	1.892,00	1.760,00
Maior Salário	31.802,11	29.583,36
Salário Médio	5.334,04	4.869,19
Dirigentes		
Presidente	55.264,68	52.513,00
Vice-presidente	49.465,96	47.003,00
Diretor	41.923,41	39.836,00
Conselheiros		
Conselho Fiscal	4.411,87	4.192,19
Conselho de Administração	4.411,87	4.192,19
Comitê de Auditoria - Titular	37.731,07	35.852,40

i) Política de Seguros de Valores e Bens

Não obstante o reduzido grau de risco a que estão sujeitos seus ativos, o Banco do Brasil contrata, para seus valores e bens, seguros considerados adequados para cobertura de eventuais sinistros.

Seguros vigentes em 31.12.2012

	R\$ mil	
Riscos Cobertos	Valores Cobertos	Valor do Prêmio
Seguro imobiliário para as imobilizações próprias relevantes	925.195	3.315
Seguro de vida e acidentes pessoais coletivo para a Diretoria Executiva ⁽¹⁾	885	118
Demais	16.608	189
Total	942.688	3.622

(1) Refere-se a cobertura individual dos membros da Diretoria Executiva.

j) Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)

Por meio da Medida Provisória nº 600, de 28.12.2012, o governo federal estabeleceu que os recursos do FNAC destinados à modernização, construção, ampliação ou reforma de aeródromos públicos

Notas Explicativas

poderão ser geridos e administrados pelo Banco do Brasil, diretamente ou por suas subsidiárias, conforme definido em ato da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

A forma de transferência dos recursos do FNAC ao Banco do Brasil, bem como a forma de sua aplicação serão definidas em regulamento.

Na função de gestor dos recursos do FNAC, o Banco do Brasil realizará procedimento licitatório, podendo, em nome próprio ou de terceiros, adquirir bens e contratar obras e serviços de engenharia e quaisquer outros serviços técnicos especializados.

O Banco será remunerado pelos serviços prestados, nos termos a serem fixados em ato conjunto dos Ministros da Fazenda e da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais**ITR – Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais – 4T12**

Senhores Acionistas,

Guidance 2012

O *Guidance* para 2012 e os resultados alcançados são apresentados na tabela a seguir. Os itens patrimoniais foram calculados a partir dos valores registrados em dez/12 contra dez/11. As linhas de resultado são calculadas pela comparação entre os montantes acumulados em 2012 sobre o ano anterior.

Tabela 1. Guidance 2012

Indicadores	Realizado 2012	Estimativas 2012
RSPL Ajustado	18,7%	17% - 20%
Margem Financeira Bruta ¹	12,0%	10% - 14%
Depósitos Totais	6,7%	14% - 18%
Carteira de Crédito - País	23,1%	17% - 21%
PF ²	16,3%	19% - 23%
PJ	29,5%	18% - 22%
Agronegócio	20,7%	13% - 16%
PCLD ³	3,2%	3,1% - 3,5%
Rendas de Tarifas	15,5%	13% - 18%
Despesas Administrativas	13,9%	8% - 12%
Taxa de Imposto	27,6%	31% - 34%

1 – Série histórica revisada desde 1T11. Na metodologia anterior, a variação da MFB seria de 13,3% sobre o ano anterior.

2 - Considera créditos adquiridos com coobrigação, conforme Resolução CMN nº 3.533/2008.

3 - Despesas de PCLD dos últimos doze meses / carteira de crédito classificada média do mesmo período.

Tabela 2. Despesas de PCLD – Estimativas 4T12

	Realizado 4T12	Estimativas 4T12
Despesas de PCLD ¹	R\$ 3,636 bilhões	R\$ 3,5 a R\$ 3,7 bilhões

1 – Comunicado ao mercado de 03/05/2012.

As principais justificativas para os desvios no *Guidance* 2012 foram:

- Depósitos Totais – diversificação da base de captações do Banco com foco em novos produtos, notadamente Letra de Crédito do Agronegócio, que em 12 meses registrou incremento de 358,2% ou R\$ 26,6 bilhões;
- Carteira de Crédito PF – demanda por crédito menor que a esperada na economia e redução na originação de financiamento de veículos por parte do Banco Votorantim;
- Carteira da Crédito PJ – crescimento da demanda por parte das empresas, notadamente no último trimestre do ano;
- Crédito Agronegócio – elevada demanda, principalmente por médios/grandes produtores e cooperativas agrícolas, e contratação da safra 2012/2013;
- Despesas Administrativas – incorporação de operações, notadamente negócios com o grupo segurador Mapfre, Banco Postal e *Banco Patagonia*, que ainda não eram consolidados no resultado durante todo ao período de 2011;
- Taxa de Imposto – benefício fiscal de Juros sobre o Capital Próprio – JCP.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

ITR – Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais – 4T12

Guidance 2013

O *Guidance* para 2013 é apresentado na tabela a seguir. Cabe notar que a projeção é elaborada para o ano, e o acompanhamento ao longo dos trimestres pode ser prejudicado por sazonalidades ou eventos específicos do período em questão. A partir de 2013: (i) o *Guidance* de Depósitos Totais foi substituído por Captações Comerciais (Depósitos Totais, LCA, LCI e Operações Compromissadas com Títulos Privados); (ii) Carteira de Crédito País foi substituída por Carteira de Crédito Ampliada no País (Inclui TVM Privados e Garantias Prestadas); e (iii) foi excluído o indicador Taxa de Imposto.

Tabela 3. Guidance 2013

Indicadores	Estimativas 2013
RSPL Ajustado ¹	14% - 17%
Margem Financeira Bruta	7% - 10%
Captações Comerciais ²	15% - 19%
Carteira de Crédito Ampliada - País	16% - 20%
PF	18% - 22%
PJ	16% - 20%
Agronegócio	13% - 17%
PCLD ⁴	3,0% - 3,4%
Rendas de Tarifas	10% - 14%
Despesas Administrativas	7% - 10%

1 - O cálculo do RSPL Ajustado projetado para 2013 utiliza estimativa de Patrimônio Líquido, conforme a legislação vigente em 31/12/2012.

2 - Captações Comerciais incluindo Depósitos Totais, LCA, LCI e Operações Compromissadas com Títulos Privados.

3 - Carteira de Crédito Ampliada no País inclui TVM Privados e Garantias.

4 - Despesas de PCLD dos últimos doze meses / carteira de crédito classificada média do mesmo período.

Premissas do Guidance

As estimativas para 2013 foram elaboradas levando em consideração as seguintes premissas:

Premissas influenciadas pela administração:

1. Rentabilização da carteira de clientes como forma de potencializar receitas;
2. Ampliação da rede de atendimento, da base com novos clientes e rentabilização de clientes já existentes, a partir da parceria com o Banco Postal;
3. Manutenção do atual modelo de negócios, sem considerar novas aquisições e/ou parcerias estratégicas que possam a ser firmadas para exploração de segmentos específicos;
4. Alinhamento da estrutura de custos ao crescimento do volume de negócios;
5. Reajustes nos contratos com fornecedores e acordo coletivo de trabalho, alinhados à prática de mercado;

Premissas que escapam ao controle da administração:

1. Baixo crescimento das economias envolvidas em 2013;
2. Maior resistência, mas não imunidade, da economia brasileira a choques externos;
3. Ambiente político sem ruptura institucional;
4. Manutenção do *rating* soberano do Brasil no *status* de grau de investimento;
5. Manutenção da atual arquitetura da política macroeconômica doméstica: câmbio flutuante, metas para a inflação (âncora nominal) e disciplina fiscal, implicando redução gradual e

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

ITR – Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais – 4T12

consistente da relação entre a Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e o Produto Interno Bruto (PIB);

6. Evolução da balança comercial brasileira e seus efeitos na carteira de comércio exterior;
7. Aumento gradual do potencial de crescimento da economia brasileira (PIB potencial);
8. Evolução das taxas de juros, câmbio, inflação e PIB de acordo com o consenso de mercado;
9. Avanço do marco regulatório/agenda microeconômica, com estímulos aos investimentos públicos e privados;
10. Estabilidade regulatória, inclusive no que concerne às alíquotas de tributos incidentes sobre as atividades do Banco e à legislação trabalhista e previdenciária;
11. Alteração nas regras de consumo de capital e nas alíquotas de recolhimento compulsório – medidas macroprudenciais;
12. Implementação de recomendações de Basileia III;
13. Diretrizes do Plano de safra 2013/2014.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**NOVO MERCADO**

Em 31.05.2006, o Banco do Brasil assinou com a Bolsa de Valores de São Paulo contrato de adesão ao segmento do Novo Mercado da BM&FBovespa, que reúne um grupo de empresas detentoras das melhores práticas de governança corporativa do Brasil.

Ressalta-se que o Banco do Brasil, seus Acionistas, Administradores e os Membros do Conselho Fiscal se comprometem a resolver toda e qualquer disputa ou controvérsia relacionada ao Regulamento de Listagem do Novo Mercado por meio da Câmara de Arbitragem do Mercado da BM&FBovespa, conforme cláusula compromissória constante do Estatuto Social do Banco do Brasil.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Companhia: BANCO DO BRASIL S.A.					Posição em 31/12/2012 (Em [Unidades] Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
União Federal	1.693.127.780	59,1	--	--	1.693.127.780	59,1
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – Previ	297.523.314	10,4	--	--	297.523.314	10,4
Ações em Tesouraria	20.200.047	0,7	--	--	20.200.047	0,7
Outros	854.565.879	29,8	--	--	854.565.879	29,8
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

NÃO SE APLICA AO BANCO DO BRASIL S.A

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2012]						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador ⁽¹⁾	1.996.173.742	69,7	--	--	1.996.173.742	69,7
Administradores	112.829	0,0	--	--	112.829	0,0
Conselho de Administração	8	0,0	--	--	8	0,0
Diretoria	112.821	0,0	--	--	112.821	0,0
Conselho Fiscal	--	0,0	--	--	--	0,0
Ações em Tesouraria	20.200.047	0,7	--	--	20.200.047	0,7
Outros	848.930.402	29,6	--	--	848.930.402	29,6
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação	848.930.393	29,6	--	--	848.930.393	29,6

(1) Inclui 297.523.314 ações da Previ e 5.522.648 ações da BNDESPAR, consideradas pessoas vinculadas ao acionista controlador.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO Posição em [31.12.2011] (12 meses atrás)						
ACIONISTA	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador ⁽¹⁾	1.993.598.039	69,6	--	--	1.993.598.039	69,6
Administradores	27.474	0,0	--	--	27.474	0,0
Conselho de Administração	11	0,0	--	--	11	0,0
Diretoria	27.463	0,0	--	--	27.463	0,0
Conselho Fiscal	--	0,0	--	--	--	0,0
Ações em Tesouraria	32	0,0	--	--	32	0,0
Outros	871.791.475	30,4	--	--	871.791.475	30,4
Total	2.865.417.020	100,0	--	--	2.865.417.020	100,0
Ações em Circulação	871.791.466	30,4	--	--	871.791.466	30,4

(1) Inclui 296.773.911 ações da Previ e 3.696.348 ações da BNDESPAR, consideradas pessoas vinculadas ao acionista controlador.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS**

Ao Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do
Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Banco do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis consolidadas

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis consolidadas do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standard Board – IASB".

Brasília, 25 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC SP-176273/O-7

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC SP-206103/O-4

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Ao
Conselho de Administração, aos Acionistas e aos Administradores do

Banco do Brasil S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Banco do Brasil S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

Examinamos também a demonstração individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2012, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Brasília, 20 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Giuseppe Masi
Contador CRC 1SP176273/O-7

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O CONSELHO FISCAL DO BANCO DO BRASIL S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2012 os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de ser encaminhados para aprovação da Assembléia Geral dos Acionistas.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2013.

Anelize Lenzi Ruas de Almeida
Conselheira

Clóvis Ailton Madeira
Conselheiro

Marcos Machado Guimarães
Conselheiro

Pedro Carvalho de Mello
Conselheiro

Paulo José dos Reis Souza
Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 do Banco do Brasil S.A. e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondentes aos períodos apresentados.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2013.

Aldemir Bendine
Presidente

Alexandre Corrêa Abreu
Vice-presidente de Negócios de Varejo

César Augusto Rabello Borges
Vice-presidente de Governo

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Ivan de Souza Monteiro
Vice-presidente de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Osmar Fernandes Dias
Vice-presidente de Agronegócios e Micro
e Pequenas Empresas

Paulo Roberto Lopes Ricci
Vice-presidente de Varejo, Distribuições e
Operações

Paulo Rogério Caffarelli
Vice-presidente de Atacado, Negócios
Internacionais e Private Bank

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e

Desenvolvimento Sustentável

Walter Malieni Junior
Vice-presidente de Controles Internos e
Gestão de Riscos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Membros do Conselho Diretor sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07.12.2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, de 20.02.2013, não havendo qualquer discordância.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2013.

Aldemir Bendine
Presidente

Alexandre Corrêa Abreu
Vice-presidente de Negócios de Varejo

César Augusto Rabello Borges
Vice-presidente de Governo

Geraldo Afonso Dezena da Silva
Vice-presidente de Tecnologia

Ivan de Souza Monteiro
Vice-presidente de Gestão Financeira e de
Relações com Investidores

Osmar Fernandes Dias
Vice-presidente de Agronegócios e Micro
e Pequenas Empresas

Paulo Roberto Lopes Ricci
Vice-presidente de Varejo, Distribuições e
Operações

Paulo Rogério Caffarelli
Vice-presidente de Atacado, Negócios
Internacionais e Private Bank

Robson Rocha
Vice-presidente de Gestão de Pessoas e
Desenvolvimento Sustentável

Walter Malieni Junior
Vice-presidente de Controles Internos e
Gestão de Riscos